

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP/IGCE

Campus de Rio Claro

**A EVOLUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESCRITÓRIO
DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EDR) DE OURINHOS
E O PAPEL DAS ESFERAS PÚBLICAS E DAS
AGROINDÚSTRIAS DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL NO
PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Reinaldo Luiz Selani

Orientador: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira

**Dissertação de Mestrado elaborada junto
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia - Área de Concentração em
Organização do Espaço, para a obtenção
do Título de Mestre em Geografia.**

**Rio Claro (SP)
2005**

G330.9181 Selani, Reinaldo Luiz

S464e

A Evolução da cana-de-açúcar no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos e o papel das esferas públicas e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço / Reinaldo Luiz Selani. – Rio Claro : [s.n.], 2005

464 f. : il., gráfs., tabs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Enéas Rente Ferreira

1. Geografia agrícola – Brasil. 2. Agroindústria. 3. Sindicatos. 4. Trabalhadores. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca de UNESP
Campus de Rio Claro/SP

COMISSÃO EXAMINADORA

Reinaldo Luiz Selani

Rio Claro, _____ de _____ de 2005

Resultado: _____

DEDICATÓRIA

**“Agrada-te do Senhor, e ele satisfará os desejos do teu coração.
Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nele, e o mais ele fará”
(Sl. 37: 4-5)**

Ao Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira, pela dedicação dispensada nos momentos de orientação, provando ser além de orientador, um grande amigo.

Aos meus pais, Vicente e Nilza, pelo carinho e afeto dedicados ao longo de minha vida, que muito influenciaram em minhas decisões pessoais e profissionais.

Ao meu sogro, Leonardo Piasentine, pelo conhecimento que possui sobre as usinas e destilarias e por me acompanhar nas visitas realizadas e no trabalho de campo.

À minha esposa Vera e à minha filha Vitória, meus maiores tesouros, sem as quais minha vida não teria sentido, e que me acompanharam passo-a-passo na elaboração do trabalho, confortando-me nos meus momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Centro de Informações Sucroalcooleira (PROCANA) de Ribeirão Preto, do Centro de Tecnologia COPERSUCAR, em Piracicaba, da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA), das Usinas e Destilarias do Oeste Paulista (UDOP), em Araçatuba, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus de Araras, da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), em Piracicaba, entre outras entidades, pelo fornecimento de informações e dados estatísticos do setor sucroalcooleiro.

Agradecimentos especiais aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do EDR de Ourinhos (Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes, Bernardino de Campos, Piraju e Fartura), do Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos, dos Sindicatos Rurais do EDR de Ourinhos (Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Bernardino de Campos, Piraju e Fartura), na figura de seus diretores/presidentes e funcionários, pela dedicação e carinho na informação sobre os dados do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos.

Agradecimentos especiais às associações de fornecedores de cana do EDR de Ourinhos, que são a Associação de Produtores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO), Associação dos Plantadores de Cana do Paraná (CANAPAR), através do Pólo Regional de Chavantes e da Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana CANAUSSU, na figura de seus diretores/presidentes e funcionários, pela atenção dispensada na divulgação de dados estatísticos do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos.

Agradecimentos especiais a algumas pessoas que contribuíram de maneira expressiva para a realização deste trabalho: ao Prof. Dr. Davi Guilherme Gaspar Ruas, pela divulgação dos dados estatísticos do PLANALSUCAR, Dra. Noemi Silva Pova, advogada do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Bauru e Região/Subsede de Ourinhos, pelos esclarecimentos da organização sindical no EDR de Ourinhos, aos amigos José Carlos de Paula e Plínio Henrique Sanfelice, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu e Região, que eram sempre solicitados quando algum obstáculo surgia no decorrer dos trabalhos de campo e visitas às agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos. Ao Sr. Anselmo Mariotto (in memorian), por uma vida dedicada à luta por melhores condições de vida ao fornecedor de cana-de-açúcar.

Agradecimentos especiais aos profissionais designados pelas agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos durante a realização do trabalho de campo e do relatório de visitas, souberam acolher, dialogar e informar sobre a realidade das empresas e as perspectivas futuras do setor sucroalcooleiro em seus diferentes níveis.

Agradecimentos especiais aos proprietários, diretores e funcionários do Jornal DEBATE de Santa Cruz do Rio Pardo, que permitiram a pesquisa em seu acervo, realizada nas dependências da referida empresa, demonstrando grande interesse pela realização e sucesso deste trabalho.

Ao meu irmão Ricardo Aparecido Selani e aos amigos Gilberto Donizeti Henrique (UNESP/Rio Claro), Franco Ferraz de Oliveira, Nilda Roder Kai, Maria da Graça Garcia Ribeiro, Dr. Kalil Ali e também a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta na elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

Índice.....	vii
Tabelas.....	xii
Figuras.....	xv
Gráficos.....	xix
Apêndice.....	xix
Anexos.....	xix
Siglas.....	xx
Resumo.....	xxv
Abstract.....	xxvi
Introdução.....	1
1. Origens Históricas e Desmembramentos Territoriais dos Municípios do EDR de Ourinhos.....	18
2. As Principais Características Agrícolas do EDR de Ourinhos.....	67
3. As Políticas Públicas do Setor Sucroalcooleiro e a Formação dos Municípios Canavieiros do EDR de Ourinhos.....	118
4. A Origem, a Evolução e as Principais Transformações no Processo Produtivo das Agroindústrias do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	190
5. A Organização Sindical dos Trabalhadores no Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	266
Considerações Finais.....	343
Referências Bibliográficas.....	348

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
I. Escolha do Tema.....	3
II. Objetivos.....	5
III. Métodos e Técnicas.....	7
IV. Histórico das Divisões Regionais Agrícolas do Estado de São Paulo e a Formação do EDR de Ourinhos.....	9
 1. ORIGENS HISTÓRICAS E DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS DOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS.....	 18
1.1. Introdução.....	18
1.2. O Processo Histórico da Formação Político-Administrativo dos Municípios do EDR de Ourinhos.....	23
1.2.1. Municípios Originários de Santa Cruz do Rio Pardo.....	27
1.2.2. Municípios Originários de Piraju.....	32
1.3. O Desenvolvimento de Ourinhos e sua Inserção como Cidade-Pólo do Escritório de Desenvolvimento Rural.....	37
1.4. A Evolução Demográfica nos Municípios do EDR de Ourinhos.....	41
1.5. As Características Físicas e Geográficas do EDR de Ourinhos.....	49
 2. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS AGRÍCOLAS DO EDR DE OURINHOS.....	 67
2.1. Introdução.....	67
2.2. A Modernização da Agricultura Brasileira.....	70
2.3. Os Modos de Utilização da Terra no EDR de Ourinhos.....	81
2.4. Características da Agricultura no EDR de Ourinhos.....	86
2.4.1. As Principais Culturas Agrícolas no EDR de Ourinhos.....	87
2.4.2. As Principais Criações de Animais no EDR de Ourinhos.....	104
2.5. As Condições de Emprego e Salários do Trabalhador Rural no EDR de Ourinhos.....	110

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E A FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS DO EDR DE OURINHOS.....	118
3.1. Introdução.....	118
3.2. A Criação do IAA e o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro Nacional.....	121
3.3. O PROÁLCOOL e suas Fases: A Expansão da Agroindústria Sucroalcooleira no EDR de Ourinhos.....	130
3.3.1. A Primeira Fase do PROÁLCOOL (1975 a 1979): a Expansão Moderada do Setor Sucroalcooleiro Nacional no EDR de Ourinhos.....	132
3.3.2. A Segunda Fase do PROÁLCOOL (1980 a 1985): a Expansão Acelerada do Setor Sucroalcooleiro no Brasil e os Projetos Agroindustriais no EDR de Ourinhos.....	135
3.3.3. A Terceira Fase do PROÁLCOOL (1986 a 1990): a Desaceleração e Crise do Setor Sucroalcooleiro no país e os Reflexos para as Usinas e Destilarias do EDR de Ourinhos.....	137
3.3.4. O Processo da Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro Nacional (após 1990) e os Reflexos para a Economia do Setor.....	140
3.4. A Organização e Mobilização dos Empresários do Setor Sucroalcooleiro Paulista em Entidades Representativas.....	150
3.5. A Participação do EDR de Ourinhos no Setor Sucroalcooleiro Paulista.....	160
3.6. A Produção de Cana-de-Açúcar nos Municípios do EDR de Ourinhos no Período 1990/91 a 2002/03.....	181
4. A ORIGEM, A EVOLUÇÃO E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO PRODUTIVO DAS AGROINDÚSTRIAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO DO EDR DE OURINHOS.....	190
4.1. Introdução.....	190
4.2. As Produções Aguardenteira e de Açúcar Mascavo no EDR de Ourinhos.....	191

4.3.O Processo Histórico de Implantação das Usinas e Destilarias Sucroalcooleiras no EDR de Ourinhos.....	199
4.4.A Evolução da Produção Açucareira no EDR de Ourinhos.....	216
4.4.1. Histórico da Produção Açucareira: Safras 1951/52 à Safra 1980/81.....	216
4.4.2. A Produção Açucareira no EDR de Ourinhos a partir da Safra 1984/85 e as Transformações Ocorridas durante os anos de 1990.....	218
4.5.A Evolução da Produção Alcooleira no EDR de Ourinhos.....	221
4.5.1. Histórico da Produção Alcooleira: Safras de 1952/53 a 1980/81.....	221
4.5.2. A Produção Alcooleira do EDR de Ourinhos a partir da safra 1982/83 e as Transformações Ocorridas Durante os Anos de 1990.....	223
4.6.Origem da Cana-de-Açúcar Esmagada nas Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos.....	240
4.7.Variedades de Cana-de-Açúcar Cultivadas para a Agroindústria Sucroalcooleira no EDR de Ourinhos.....	250
4.8.As Inovações Tecnológicas das Agroindústrias do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	260
 5. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES NO SETOR SUCROALCOOLEIRO DO EDR DE OURINHOS.....	 266
5.1.Introdução.....	266
5.2.A Mudança de Imagem de Usineiro para Empresário do Setor Sucroalcooleiro, a Ideologia da Qualificação e da Competitividade das Empresas e as Relações Capitalistas de Produção.....	269
5.3.As Origens da Organização Sindical e a Mobilização dos Trabalhadores do Setor Sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos.....	276
5.3.1. Histórico da Origem dos Sindicatos que englobam os Trabalhadores do Setor Sucroalcooleiro de Ourinhos.....	278
5.3.2. O Estado Nacional e a Legislação Sindical (Sindicato) e Associativa (Associação).....	282

5.4.A Organização Sindical dos Trabalhadores e Empregados Rurais e as Mudanças de Paradigmas.....	290
5.4.1. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) do EDR de Ourinhos.....	295
5.4.2. O Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos (SER).....	301
5.5.Sindicatos Representativos de Categorias Profissionais no Processo Produtivo das Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos.....	303
5.5.1. Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos.....	303
5.5.2. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu e Região.....	307
5.5.3. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM)/Subsede de Ourinhos.....	312
5.6.A Origem dos Sindicatos Rurais (Patronais) e sua Importância nas Relações Capitalistas do Setor Canavieiro de Produção no EDR de Ourinhos.....	313
5.7.As Associações dos Plantadores e Fornecedores de Cana-de-Açúcar no EDR de Ourinhos.....	322
5.7.1. Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO).....	326
5.7.2. Associação dos Plantadores de Cana do Paraná – CANAPAR.....	329
5.7.3. Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana CANAUSSU.....	330
5.8.As Transformações do Mercado de Trabalho o Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	330
5.8.1. A Regulamentação das Queimadas na Lavoura Canavieira e o Impacto no Mercado de Trabalho do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	332
5.8.2. Programas de Qualificação Profissional do Trabalhador no Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	336

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	343
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	348
APÊNDICE.....	367
ANEXO (1).....	385
ANEXO (2).....	391
ANEXO (3).....	395
ANEXO (4).....	401
ANEXO (5).....	405
ANEXO (6).....	426
ANEXO (7).....	438
ANEXO (8).....	450
ANEXO (9).....	454

TABELAS

Tabela 1 - Extensão territorial e dados demográficos dos Municípios do EDR de Ourinhos (2000).....	12
Tabela 2 - Produção de Cana-de-Açúcar nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) do Estado de São Paulo. Safras 1994/95, 1995/96, 1996/97, 1997/98, 1998/99, 1999/00, 2000/01, 2001/02. Áreas Produtoras de Cana em Volume de Produção Decrescente, segundo dados da Safra 2001/02.....	15
Tabela 3 - Os Principais Produtos Agrícolas em Valor de Produção no EDR de Ourinhos: Safras 1995/96, 1996/97, 1997/98, 1998/99, 1999/00, 2000/01 e 2001/02.....	16
Tabela 4 - Desmembramentos Territoriais do Município de Santa Cruz do Rio Pardo a partir de 1890.....	29
Tabela 5 - Desmembramentos Territoriais do Município de Piraju a partir de 1890.....	34
Tabela 6 - Evolução da População no EDR de Ourinhos de 1920 à 1970.	45
Tabela 7 - Evolução Demográfica no EDR de Ourinhos no Período de 1980 à 2000.....	47
Tabela 8 - As Classes de Solos no EDR de Ourinhos.....	57
Tabela 9 - Históricos de Precipitações Pluviais no EDR de Ourinhos: mês de janeiro (verão) – Período de 1970 a 2000.....	61
Tabela 10 - Históricos de Precipitações Pluviais no EDR de Ourinhos: mês de julho (inverno) – Período de 1970 a 2000.....	61
Tabela 11 - Resenha da Temperatura Média, Evapotranspiração Potencial (ETP) e Precipitação no EDR de Ourinhos no mês de janeiro de 2002.....	62
Tabela 12 - Máquinas e Instrumentos Agrícolas nos Municípios do EDR de Ourinhos - Período 1995/96.....	79
Tabela 13 - Comparação Evolutiva da Utilização das Terras no EDR de Ourinhos – Período de 1980 à 1995 (em hectares).....	83

Tabela 14 – Produção e Evolução das Principais Culturas Agrícolas no EDR de Ourinhos. Períodos de 1980, 1985, 1990, 1995 e 2000.....	88
Tabela 15 – Evolução das Principais Criações de Animais no EDR de Ourinhos – Período de 1980 à 2000 (em cabeças).....	106
Tabela 16 – Empregados Rurais Permanentes por Municípios no EDR de Ourinhos – Período 1995/96.....	111
Tabela 17 – Empregados Temporários por Meses de Emprego nos Municípios do EDR de Ourinhos – Período 1995/96.....	112
Tabela 18 – Evolução dos Salários Rurais (Médios) por Categorias no EDR de Ourinhos e no Estado de São Paulo no Período 1997 a 2002.....	115
Tabela 19 – A Produção de Veículos no Brasil no Período de 1979 a 2001, Segundo Dados da ANFAVEA.....	134
Tabela 20 – Produção de Açúcar dos Principais Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) do Estado de São Paulo. Safras 1994/95, 1995/96, 1996/97, 1997/98, 1998/99, 1999/00, 2000/01, 2001/02. Áreas Produtoras de Açúcar em Volume de Produção Decrescente, Segundo Dados da Safra 2001/02 (sacos de 50 Kg.).....	162
Tabela 21 – Produção de Álcool (Total) dos Principais Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) do Estado de São Paulo. Safras 1994/95, 1995/96, 1996/97, 1997/98, 1998/99, 1999/00, 2000/01, 2001/02. Áreas Produtoras de Álcool em Volume de Produção Decrescente, Segundo Dados da Safra 2001/02 (M ³).....	168
Tabela 22 – Produção de Cana-de-Açúcar nos Municípios do EDR de Ourinhos. Safras 1990/91 a 2002/03 (em hectares).....	182
Tabela 23 – Teores Máximos Permitidos dos Componentes e Qualidade da Água Recomendada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAAb) na Industrialização da Aguardente (Decreto Federal nº 2.314, artigo 10, de 04 de setembro de 1997).....	195
Tabela 24 – Composição da Levedura Seca resultante da Fermentação Alcoólica.....	203
Tabela 25 – Evolução da Produção de Açúcar no EDR de Ourinhos: Período (Safras) de 1951/52 a 1980/81 (em sacos de 60 Kg.).....	218
Tabela 26 - Evolução da Produção de Açúcar no EDR de Ourinhos: Período (Safras) de 1984/85 a 2001/02 (em sacos de 50 Kg.).....	219
Tabela 27 – Evolução da Produção de Álcool nas Destilarias Autônomas e Anexas do EDR de Ourinhos. Período (Safras) de 1952/53 a 1980/81 (produção em milhares de litros).....	222

Tabela 28 - Evolução da Produção de Alcool nas Destilarias Autônomas e Anexas do EDR de Ourinhos. Período (Safras) de 1982/83 a 2002/03 (produção em milhares de litros).....	225
Tabela 29 – Período de Safra nas Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos.....	240
Tabela 30 – Origem da Cana-de-Açúcar para a Agroindústria Sucroalcooleira do EDR de Ourinhos.....	242
Tabela 31 – Variedades de Cana-de-Açúcar predominantes nos Canaviais do Vale do Paranapanema e no EDR de Ourinhos no final dos anos de 1970.....	252
Tabela 32 – Variedades de Cana SP desenvolvidas pela COPERSUCAR e Cultivada nos Canaviais do EDR de Ourinhos (Período de 1980 a 2002)	254
Tabela 33 – Variedades de Cana RB (República do Brasil) desenvolvidas pela UFSCar e Cultivada nos Canaviais do EDR de Ourinhos (Período de 1980 a 2002).....	258
Tabela 34 – Programas Sociais Desenvolvidos pelas Usinas e Destilarias em Operação no EDR de Ourinhos/Ano-base de 2003.....	274
Tabela 35 – Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) do EDR de Ourinhos, Número de Associados e suas Bases Territoriais.....	299
Tabela 36 - Os Sindicatos Rurais (Patronais) do EDR de Ourinhos, Número de Associados e suas Bases Territoriais.....	321
Tabela 37 – Comparativo do Resultado de Avaliação de Safristas do Grupo Cosan/FBA – Safras 2001/2002 e 2002/2003.....	340

FIGURAS

Figura 1 - Estado de São Paulo - Localização do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos (SP).....	2
Figura 2 – Área Ocupada com Cana-de-Açúcar , por DIRA. São Paulo – Safra 1993/1994.....	11
Figura 3 – Estado de São Paulo – Regiões Canavieiras Proposta pelo PLANALSUCAR/IAA.....	14
Figura 4 – Frente Avançada e o Povoamento no Estado de São Paulo em Diferentes Épocas.....	20
Figura 5 - A Expansão dos Meios de Transportes no EDR de Ourinhos...	26
Figura 6 – Mapa Geomorfológico do EDR de Ourinhos (2002).....	52
Figura 7 – Mapa Pedológico do EDR de Ourinhos (2002).....	56
Figura 8 – Principais Bacias Hidrográficas do EDR de Ourinhos.....	60
Figura 9 – Tipos de Ocupação do Solo Segundo a Formação Vegetal no EDR de Ourinhos.....	64
Figura 10 – A Ocupação do Solo no EDR de Ourinhos – Período de 2002	65
Figura 11 – A Cultura da Cana-de-Açúcar nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	89
Figura 12 - A Cultura do Milho nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	91
Figura 13 - A Cultura da Soja nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	93
Figura 14 - A Cultura do Café nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	95
Figura 15 - A Cultura da Mandioca nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	96
Figura 16 - A Cultura do Citros nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	98
Figura 17 - A Cultura do Feijão nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	101

Figura 18 - A Cultura do Arroz nos EDRs do Estado de São Paulo e no EDR de Ourinhos.....	102
Figura 19 – As Áreas Canavieiras do Brasil, Produtoras de Açúcar e Álcool em 1995.....	127
Figura 20 – As Entidades Representativas da Agroindústria Sucroalcooleira no EDR de Ourinhos – Safra 2002/03.....	152
Figura 21 – Capacidade de Tancagem de Álcool Anidro e Hidratado das Distribuidoras de Petróleo do Estado de São Paulo.....	175
Figura 22 – Malha Ferroviária da ALL – América Latina Logística – na Região Sul e Sudeste do Brasil.....	176
Figura 23 – Principais Rodovias do EDR de Ourinhos.....	177
Figura 24 – A Logística do Transporte de Álcool e Derivados do Petróleo da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A., por Transferência Ferroviária, a partir de Ourinhos (SP).....	180
Figura 25 – A Evolução da Cultura Canavieira nos Municípios do EDR de Ourinhos. Período de 1990/91 a 2002/03.....	186
Figura 26 – Os Empreendimentos do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos/Ano-base:2002.....	193
Figura 27 – As Usinas e Destilarias do Setor Sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos. Safra 1967/68.....	201
Figura 28 – As Usinas e Destilarias do Setor Sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos. Safra 1977/78.....	205
Figura 29 – As Usinas e Destilarias do Setor Sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos. Safra 1987/88.....	206
Figura 30 – As Usinas e Destilarias do Setor Sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos. Safra 2002/03.....	208
Figura 31 – Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SER) no EDR de Ourinhos (Ano-base: 2002).....	297
Figura 32 – A Estrutura Hierárquica dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) do EDR de Ourinhos e os Municípios da Base Territorial....	298
Figura 33 – Os Sindicatos Representativos de Categorias Profissionais no Processo Produtivo das Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos/Ano-base: 2002.....	310

Figura 34 – Os Sindicatos Rurais (SRs)/Patronais no EDR de Ourinhos (Ano-base: 2002).....	315
Figura 35 – A Estrutura Hierárquica dos Sindicatos Rurais (Patronais) do EDR de Ourinhos e os Municípios da Base Territorial.....	316
Figura 36 – As Associações de Plantadores ou Fornecedores de Cana-de-Açúcar do EDR de Ourinhos / Ano-base: 2002.....	325

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da População Urbana e Rural no EDR de Ourinhos/Período de 1980 à 2000	48
Gráfico 2 – Comparação Evolutiva da Utilização da Terra no EDR de Ourinhos. Períodos de 1980, 1985 e 1995/96.....	85
Gráfico 3 – As Principais Culturas Agrícolas do EDR de Ourinhos – Períodos de 1980 à 2000.....	104
Gráfico 4 – Comparação Evolutiva das Principais Atividades da Pecuária, Pequenos Animais e Aves do EDR de Ourinhos – Período de 1980 à 2000.....	109
Gráfico 5 – Produção de Açúcar nos Principais EDRs Paulistas – Safras 1994/95 (Período 1) e 2001/02 (Período 2).....	166
Gráfico 6 - Produção de Alcool nos Principais EDRs Paulistas – Safras 1994/95 (Período 1) e 2001/02 (Período 2).....	172
Gráfico 7 – Evolução da Área Cultivada com Cana-de-açúcar no EDR de Ourinhos – Safras 1990/91 (1), 1995/96 (2) a 2002/03 (3).....	187
Gráfico 8 – Evolução da Produção de Alcool nas Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos – Safras 1980/81 à 2002/03.....	235
Gráfico 9 – Sindicatos dos Trabalhadores em Categorias Profissionais Diferenciadas do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	306
Gráfico 10 – Associações dos Plantadores e Fornecedores de Cana do EDR de Ourinhos.....	328
Gráfico 11 – Cursos de Qualificação e Requalificação Profissional Realizados pela SERT/CEETEPS no Período de 1997 a 2002.....	338

APÊNDICE

Apêndice 1 – Noções Importantes sobre o Desenvolvimento da Cultura Canavieira.....	367
---	-----

ANEXOS

ANEXO 1 - Classificação dos Municípios do Estado de São Paulo por Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRS.).....	385
ANEXO 2 – Evolução Demográfica dos Municípios do EDR de Ourinhos..	391
ANEXO 3 – Principais Culturas Agrícolas no EDR de Ourinhos no Período de 1980 a 2000 – Por Municípios.....	395
ANEXO 4 – Investimentos do Grupo FBA/COSAN na Usina Ipaussu a partir do ano de 1996.....	401
ANEXO 5 – Crise na Sobar S.A. Álcool e Derivados, segundo Registros da Imprensa Regional	405
ANEXO 6 – Modelos de Questionários Aplicados nas Agroindústrias, Sindicatos e Associações dos Trabalhadores e Fornecedores de Cana-de-Açúcar do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.....	426
ANEXO 7 – Acordo Coletivo de Trabalho.....	439
ANEXO 8 – Condições de Trabalho dos Migrantes na Cultura Canavieira e nas Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos.....	450
ANEXO 9 – O Problema das Queimadas nos Canaviais do EDR de Ourinhos.....	454

SIGLAS

ADA – Associação das Destilarias Autônomas e Anexas (São Paulo)

AGREST – Agroindustrial Espírito Santo do Turvo Ltda.

AIAA – Associação das Indústrias do Açúcar e do Alcool do Estado de São Paulo

ALCOPAR - Associação dos Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná

ALL – América Latina Logística S.A.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ANP – Agência Nacional do Petróleo

APCRO – Associação dos Produtores de Cana da Região de Ourinhos

APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle

APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

ATR – Açúcar Total Recuperável

BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros

CAI – Complexo Agroindustrial

CANAPAR – Associação dos Plantadores de Cana do Paraná CANAPAR

CANAUSSU – Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana
CANAUSSU

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (São Paulo)

CBPI – Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga

CCA/UFSCar – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos
(São Paulo)

CDPA – Comissão de Defesa da Produção do Açúcar

CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (São Paulo)

CENAL – Comissão Executiva Nacional do Alcool

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CETESB – Centro Tecnológico de Saneamento Básico (São Paulo)

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

CIIAGRO - Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas (São Paulo)

CINTEFOR – Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre
Formação Profissional

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNE – Comissão Nacional de Energia

CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins

CNTTT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres

CONSECANA - SP – Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPERSUCAR – Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

COSAN – Cosan S.A. Indústria e Comércio

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRYSTALSEV – Crystalsev Comércio e Representação Ltda.

CTC – Centro de Tecnologia COPERSUCAR

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAA – Departamento do Açúcar e do Alcool

DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica

DIRA – Divisão Regional Agrícola

DPPI – Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga

DPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural (designação das Regionais Agrícolas do Estado de São Paulo)

E.F. – Estrada de Ferro

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETE – Escola Técnica Estadual (pertencente ao CEETEPS)

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

F&A – Fusão e Aquisição

FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo

FAI/UFSCar – Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Federal de São Carlos (São Paulo)

FARESP – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBA – Franco Brasileira de Açúcar e Alcool S.A.

FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.

FEPLANA – Federação dos Plantadores de Cana do Brasil

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A.

FERRONORTE – Ferrovias Norte Brasil S.A.

FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FETIASP – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado de São Paulo

FETTRESP – Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência Rural

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBD – Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços

IEA – Instituto de Economia Agrícola

IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements (certificação)

IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (certificação)

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ISO – International Organization for Standardization (certificação)

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso "inter vivos"

ITR – Imposto Territorial Rural

LUPA – Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas

M.E. - Microempresa

MAAb – Ministério da Agricultura e Abastecimento

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORPLANA – Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A.
PETROFORTE – Brasileiro Petróleo Ltda.
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PMGCA – Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar
POL – Teor de Sacarose Aparente
PPE – Parcela de Preço Específico
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal
PPR – Programa de Participação nos Resultados (empresa)
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUI – Período Útil de Industrialização
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RIDESA – Rede Interinstitucional do Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro
RVPSC – Rede Viação Paraná / Santa Catarina
SAA – Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SAI – Sistema Agroindustrial Integrado
SBCS – Sistema Brasileiro de Classificação de Solos
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (São Paulo)
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SER – Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados
SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (São Paulo)
SIAESP – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo
SIFAESP – Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo
SOBAR – Sociedade Bandeirantes de Reflorestamento e Máquinas Ltda.
SOPRAL – Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool (São Paulo)
SR - Sindicato Rural (Patronal)
STIAM – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC – Terminal Açucareiro COPERSUCAR
UDOP – Usinas e Destilarias do Oeste Paulista
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos (São Paulo)
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo
UNIMED – União dos Médicos
VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul S.A.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade contemplar um estudo de Geografia Agrária no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos, criado através de políticas públicas do Estado de São Paulo, cuja principal cultura agrícola é a cana-de-açúcar. Abrangendo um território composto por dezessete municípios, esta área inicialmente introduziu a cana-de-açúcar para a produção de aguardente. A primeira agroindústria do setor sucroalcooleiro surgiu em 1951, mas foi a partir de políticas do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), com o PROÁLCOOL (1975), que houve a implantação de destilarias com a finalidade de produzir álcool carburante. Após 1980, surgem sindicatos no EDR de Ourinhos ligados ao setor sucroalcooleiro, que se engajam na luta a favor dos direitos dos trabalhadores em relação aos donos dos meios de produção desse setor. O trabalhador, por sua vez, encontra-se cada vez mais pressionado pelas agroindústrias sucroalcooleiras e procura adequar-se ao novo perfil do mercado de trabalho (após 1990), participando de programas de qualificação profissional e buscando a qualidade total, quesitos mínimos para a obtenção de certificados de qualidade (como o ISO 9001) pelas empresas.

Palavras-chave:

cana-de-açúcar – EDR – agroindústrias – trabalhadores – sindicatos

ABSTRACT

This work has for purpose to contemplate a study of Agrarian Geography in the Office of Rural Development (EDR) of Ourinhos, created through public politics of the State of Sao Paulo, whose main agricultural culture is the sugar-cane. Covering a territory composed by seventeen municipal districts, this area initially introduced the sugar-cane for the production of brandy. The first agricultural industry of the sector of sugar and alcohol appeared in 1951, but it was starting from politics of the Institute of the Sugar and Alcohol (IAA), with PROÁLCOL (1975), that there was the implantation of distilleries with the purpose of producing alcohol fuel. After 1980, unions appear in EDR of Ourinhos linked to the sector of sugar and alcohol, and they are engaged in the fight in favor of the workers' rights in relation to the owners of the means of production of this sector. The worker, on the other hand, is more and more pressed by the agricultural industries of sugar and alcohol and tries to adapt himself to the new profile of the job market (after 1990), participating in programs of professional qualification and looking for the total quality, minimum requirements for the obtaining of quality certificates (as ISO 9001) by the companies.

Key-Words:

sugar-cane - EDR - agricultural industries - workers - unions

1. ORIGENS HISTÓRICAS E DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS DOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS.

1.1. INTRODUÇÃO

Nesse capítulo, busca-se inicialmente destacar as transformações histórico-geográficas pelas quais passou o Vale do Paranapanema paulista, e mais especificamente o EDR de Ourinhos. O oeste de São Paulo foi considerado por muito tempo, como uma área inóspita ao ser humano, local de presença de vetores endêmicos e área de conflito com indígenas e de presença de uma mata Atlântica¹ como obstáculo a ser vencido. Exemplo disso pode ser observado em ZOCCHI (2002, p. 27), onde

“todas as Províncias brasileiras, com as imperfeições da época, estão com sua rede fluvial devidamente representada – mesmo as mais inóspitas, como o Amazonas ou o Mato Grosso. A única exceção é São Paulo, cuja larguíssima faixa de terras entre o Tietê e o Paranapanema em todo o oeste da província vem com os dizeres: terrenos desconhecidos e habitados pelos indígenas. Até a entrada do século XX, mapas representando o Estado traziam variações desta mensagem”.

Na verdade, existem vários estudos que demonstram que durante muito tempo, a população paulista se concentrava próxima ao litoral e à capital de São Paulo, sendo que em direção ao oeste ela se encontrava limitada entre outros obstáculos pela Cuesta de Botucatu, após a área conhecida como Depressão Periférica Paulista.

Nesse contexto, segundo LEITE (1981, p.28),

“a última vila da província de São Paulo era Botucatu. Daí para o oeste, inclusive além do rio Paraná, o território era desconhecido e despovoado. Apenas ocorriam esparsos agrupamentos indígenas, quase todos de origem tupi-guarani, dispersos pela área”.

¹ Segundo relatos de JUNQUEIRA, “essas localidades foram despertando a curiosidade de muitos sertanistas que tinham interesse em desvendar os mistérios do Inferno Verde, no interior profundo da antiga Província de São Paulo” (JUNQUEIRA, 1994: p. 19).

Mesmo assim, pesquisando alguns documentos da literatura histórica dessa área, observa-se que

“as terras adjacentes ao rio Paranapanema foram, à época de D. João VI, demarcadas em Sesmarias, regiões que se tornariam, posteriormente, passagem de aventureiros que se demandavam rumo ao sertão, em busca de novas paragens para se estabelecerem” (JUNQUEIRA, 1994: p. 19).

Apesar de encontrar apoio em alguns núcleos urbanos que já se desenvolviam, essa área permaneceu praticamente intocada durante muito tempo até que o final do século XVIII, quando finalmente começou a ser desbravada, para dar seqüência à necessidade de novas terras para a expansão da cultura cafeeira, responsável pela grande transformação espacial pela qual passou o vale do Paranapanema Paulista, onde se inclui o Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos (Figura 4).

Segundo BRAY (1980, p. 57),

“em meados e fins do século XIX, quando os exploradores brancos atingiram a área, esta se encontrava ocupada em vários setores pelos indígenas do grupo Guarani, mais precisamente os Caiuás, Xavantes e Coroados”.

Além das doenças e dos indígenas, muitas surpresas aguardavam os aventureiros que por essas terras penetravam. No estudo de JUNQUEIRA (1994),

“os desbravadores do antigo Sertão do Paranapanema chegaram à região pelos rios ou pelos espigões. Desviavam-se das matas porque o mato fechado impedia-os de uma visão mais clara das regiões conquistadas e porque as matas ofereciam-lhes toda sorte de percalços. Uma das dificuldades era a presença de índios, extremamente hostis à presença do branco. A caminhada pelos espigões fazia menor o perigo: os índios temiam enfrentar os brancos em campo aberto, e somente atacavam quando tinham certeza de sua superioridade numérica. Se a mata fechada, as moscas, o paludismo e as intempéries causavam problemas aos exploradores, o maior deles, no entanto, vinha da presença traiçoeira dos selvagens”.

Os pioneiros que inicialmente se instalaram e tomaram posse da terra provinham em sua quase totalidade do vizinho Estado de Minas Gerais. Eles se aventuravam a vencer os obstáculos que a natureza pudesse lhe atribuir para dominar grandes extensões de terras no Planalto Ocidental Paulista, terras consideradas por eles de grande fertilidade, capaz de lhe proporcionar grandes posses e riquezas, resultado da decadência da mineração no Estado de Minas.

Alguns deles são lembrados ainda hoje com grande admiração pelos seus feitos. Dentre eles, José Theodoro de Souza, que pode ser considerado o grande desbravador do “Sertão do Paranapanema”, que foi por sua natureza um bandeirante, tendo nascido no Estado do Rio de Janeiro, mas que acabou se transferindo para Pouso Alegre, cidade do sul de Minas Gerais, de onde partiu e iniciou suas conquistas em solo paulista.

“Deixando Pouso Alegre, nos meados do século XIX, José Theodoro de Souza veio a aportar-se na Boca do Sertão, de onde partira rumo ao sertão do Paranapanema, seguindo o curso do Rio Turvo. Seu objetivo era tornar-se dono de terras, e o fez enfrentando, com tenacidade, não apenas toda sorte de dificuldades oferecidas pela natureza recoberta de espessa mata, mas sobretudo, a sanha dos índios. Por isso, José Theodoro de Souza, ao lado de ser um desbravador do sertão, foi um sistemático caçador de índios” (JUNQUEIRA, 1994: p. 19).

Ele foi, sem dúvida alguma, um dos responsáveis pelo desbravamento, reconhecimento e povoamento dessa nova fronteira agrícola do Estado de São Paulo. Como se pôde observar, sua fascinação pela captura de índios muitas vezes o colocou diretamente em contato com esses nativos da terra, sua coragem e bandeirismo deixaram suas marcas na organização do espaço do EDR de Ourinhos.

É a ele atribuído a fundação de vilas e povoados que se localizariam dentro de suas posses.

“Para se ter uma idéia da dimensão de suas conquistas territoriais, segundo registro de títulos por ele efetuado junto à Comarca de Botucatu, citada como a cidade mais próspera do Planalto Ocidental Paulista naquela época, sua “gleba” media 60 Km. de largura e 150 Km. de comprimento, que ia da barranca do Rio Paranapanema até o espigão divisor do Rio do Peixe, e do Rio Turvo ao Ribeirão Figueira, cujas nascentes pertencem ao referido espigão e se encontrava em território dos índios Xavantes” (adaptado de BRAY, 1980: p. 58).

No entanto, algumas situações inusitadas perpassaram o caminho desses desbravadores. Segundo ZOCCHI (2002),

“José Teodoro de Souza, para driblar a Lei de Terras de 1850, que rompeu a legislação colonial em vigor até então, que determinava o fim da ocupação das terras públicas (chamadas devolutas), decidiu falsear uma certidão declarando sua presença naquelas redondezas desde 1847. Posseiros instalados antes da lei podiam registrar as terras em seu nome”.

Alguns núcleos urbanos fundados naquele período permanecem ainda hoje como municípios constituídos. É o caso de São Pedro do Turvo (antiga São João e São Pedro) e Campos Novos Paulista (anteriormente São José dos Campos Novos), fundadas pelo próprio José Theodoro de Souza, que permanecem, na atualidade, como municípios predominantemente agrícolas do Vale do Paranapanema. Depois de conquistada e registrada a terra, José Theodoro de Souza retorna ao sul de Minas Gerais para buscar sua família e alguns parentes e anuncia aos amigos a oportunidade que encontrarão ao se aventurarem pelo “sertão paulista”.

Aos poucos, outros mineiros como Joaquim Manoel de Andrade, se aventuram por essa nova fronteira geográfica, em busca de terras devolutas e oportunidades, sendo que destas feitas resultavam, algumas vezes na fundação de novos povoados. A Joaquim Manoel de Andrade é atribuída a fundação do povoado de Santa Cruz do Rio Pardo na segunda metade do século XVIII, sendo que pelo rápido desenvolvimento, alcançou foros de município em 1870.

Este município se desenvolveria rapidamente através de sua grande expansão territorial, permanecendo por várias décadas, como o de maior expressão econômica e política no território que viria a ser o EDR de Ourinhos, quando a partir de 1955, a economia cafeeira do município entra em estagnação, há uma migração muito grande em direção aos demais centros industriais do Estado em busca de melhores oportunidades de emprego, e a população municipal começa a entrar em declínio e este quadro se mantém por muito tempo (conforme será estudado mais adiante).

O município de Santa Cruz do Rio Pardo, considerado um dos maiores municípios do Estado de São Paulo no início do século XX, começa a perder partes de seu território para os novos municípios que vão se formando, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Naquela época, o município de Santa Cruz do Rio Pardo abrangia uma grande extensão de terras, com distritos ou povoados que, hoje, têm vida político-administrativa independente como Chavantes, Bernardino de Campos, Óleo, Ipaussu e São Pedro do Turvo. De pequenos povoados pertencentes a Santa Cruz do Rio Pardo, se elevam à categoria de distritos, e finalmente, conquistam o status de municípios.

Outro importante núcleo urbano a ser destacado como responsável pelo povoamento do Vale do Paranapanema Paulista é Piraju, que segundo CÁCERES (1998, p. 13), “foi elevado à categoria de município em 1881”. Importante município

cafeeiro no EDR de Ourinhos, Piraju também tem seu território desmembrado em vários municípios, tais como Manduri, Timburi, Tejupá, Sarutaiá, Fartura e Taguaí.

Destacar-se-á nessa primeira parte as conquistas geográficas efetuadas pelos pioneiros provenientes do Estado de Minas Gerais que povoaram as terras do Sertão do Paranapanema e os núcleos que tiveram sua origem nesse processo de ocupação do território. Os demais núcleos populacionais são o resultado do desmembramento desses extensos territórios municipais já instalados.

Não se pode esquecer que a origem da população está associada aos mineiros que povoaram com tanto empenho e coragem o Vale do Paranapanema, pois a situação era idêntica no território paulista e no paranaense. Conforme salienta BRAY (1980 : p. 64 – 65),

“outra área do Norte do Paraná, que teve o início de seu povoamento a partir de meados do século XIX, em direção ao Paranapanema, ocorreu no ano de 1860, quando os mineiros cruzaram o médio e alto curso do rio Itararé, tendo como base de penetração a zona paulista de povoamento antigo, à margem das comunicações com os Campos Gerais. Em 1862 iniciava-se o povoamento da Colônia Mineira (atual cidade de Siqueira Campos) cujo nome indicava a procedência dos primeiros povoadores. Os movimentos de penetração através do Itararé em direção ao Paranapanema se repetiram, e foram surgindo os núcleos de São José da Boa Vista (1867), Santo Antônio da Platina (1886), Carlópolis e outros”.

Destaca-se a importância da colonização do Norte Paranaense, pois esta se encontra diretamente ligada à ocupação do “Sertão do Paranapanema”, de onde a partir do território paulista, os colonizadores mineiros rumaram em busca de novas terras e oportunidades no Vale do Paranapanema Paranaense.

1.2. O Processo Histórico da Formação Político-administrativo dos Municípios do EDR de Ourinhos

Dentro deste contexto, contemplar-se-á o estudo sobre a formação e a evolução dos municípios do EDR de Ourinhos, onde Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju mantém estreita relação com a formação dos municípios desta área. A princípio, no entanto, salientar-se-á a importância da cafeicultura e da ferrovia para o desenvolvimento desses municípios.

Conforme relato de ZOCCHI (2002, p. 63),

“as terras do Paranapanema impressionaram Teodoro Sampaio. Numa passagem visionária, ele cita Piraju (na época, São Sebastião do Tijucu Preto). Neste último ponto, principalmente, há uma larga mancha de terra roxa, da melhor espécie, que, sem dúvida, deu lugar ao nascimento da povoação (de Piraju), e será, por muito tempo ainda, a causa principal de sua prosperidade”.

A verdade é que depois de uma economia primitiva baseada na cultura de cana e criação de porcos, a lavoura de café chegou à região, trazendo riqueza e prosperidade, e, nas primeiras três décadas do século XX, o auge de seu poderio econômico e político.

Contudo, outros estudos revelam a importância da cafeicultura no EDR de Ourinhos. JUNQUEIRA (1994, p. 111), ressalta que

“por volta de 1890, existia, de Santa Cruz do Rio Pardo a Campos Novos, apenas uma lavoura de café, com aproximadamente 12.000 pés de café, mas de 1890 até 1902 despontam várias e importantes lavouras na região. Somente na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo contavam-se fazendas com 300 a 400 mil pés de café favorecendo a grande exportação desse produto”.

CÁCERES (1998, p. 41), destaca que em

“Piraju, no ano de 1900, tinha uma previsão de produção de 37.500 sacas; Tejuapá, então chamada de Belo Monte, 15.000 sacas; Timburi, então chamada de Retiro, 15.000 sacas; e Sarutaiá, então chamada de Pinhal, 7.500 sacas, perfazendo o município de Piraju 75.000 sacas. Possuía o município 12 máquinas de benefício de café”.

BRAY (1980, p. 70), enfatiza em seu estudo que

“no setor paulista do Vale do Paranapanema, os cafezais localizaram-se principalmente nas áreas de terra roxa (áreas estas cobertas de matas desde a fase de penetração mineira na região), que se estendiam ao longo do rio Paranapanema, abrangendo Piraju, Ourinhos, Salto Grande e Assis, e atingindo posteriormente, os espigões areníticos da Alta Sorocabana”.

Diante do expressivo crescimento da cafeicultura nos municípios que viriam a constituir o EDR de Ourinhos, há uma expansão da malha ferroviária da Estrada de Ferro Sorocabana em direção ao Vale do Paranapanema. Constituída em 1871, a E.F. Sorocabana conclui o trecho de São Paulo a Sorocaba em 1875, e depois disso

segue para o interior, atrás das plantações, chegando a Botucatu no ano de 1889 (figura 5).

Segundo LEITE (1981, p. 29),

“após permanecerem estacionados desde 1889 na Vila de Botucatu, os trilhos começaram a avançar, atingindo Manduri, em 1906; Ourinhos² em 1908, Salto Grande em 1910; Presidente Prudente em 1917 e Presidente Epitácio em 1922. Duraria, pois, 33 anos a construção da ferrovia entre Botucatu e a margem do rio Paraná, onde pouco tempo depois surgiria o Porto Epitácio, tendo em vista a ativação do movimento de barcas, balsas e pequenos vapores” (...) “bem à frente da estrada de ferro, contudo, os pequenos povoados acolhiam pessoas de toda espécie: comerciantes e especuladores de terras, dezenas de aventureiros e homiziados, foragidos da justiça ou simples ocupantes de terras” (LEITE: 1981, p. 45).

Em Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, cidades que estavam localizadas fora da traçado ferroviário da E.F. Sorocabana, a municipalidade autorizou empréstimos para que fossem construídos ramais ligando essas cidades à linha central, para que servissem de meio de transporte para o café produzido. JUNQUEIRA (1994, p. 92), destaca em seu estudo que

“após reivindicações, pela Lei n.º 57, de 15 de Agosto de 1906, a Câmara Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo autorizou o então presidente da edilidade Dr. Francisco de Paula Abreu Sodré a fazer um contrato para a construção de uma linha férrea, ramal de Bernardino de Campos, numa extensão de 24 quilômetros, que fora festivamente inaugurada no dia 6 de agosto de 1908, totalmente construída com recursos da municipalidade, gerando grande dívida para as finanças do município”.

Com a chegada desse ramal da Sorocabana, houve um acréscimo do plantio de milhões de pés de café, não somente em Santa Cruz do Rio Pardo, mas também em São Pedro do Turvo.

Entretanto, conforme aponta CÁCERES (1998, p. 370)

“o Ramal ferroviário da Sorocabana (Piraju – Manduri) foi inaugurado a 5 de Abril de 1908. Foi criado através de um projeto da Câmara Municipal de 18 de Abril de 1906, que autorizou o intendente a contrair um empréstimo de 50 contos de réis, com juros máximos de 18% ao ano, dando como hipoteca sua usina elétrica para a construção desse ramal”.

² Segundo DEL RIOS (1992), “a estação ferroviária de Ourinhos foi inaugurada em 31 de dezembro de 1908 e a partir deste momento, se prepara para se transformar em um dos entroncamentos ferroviários mais importantes do Estado de São Paulo e do Brasil” (adaptado de DEL RIOS, 1992 : p. 23).

O município de Piraju chegou a possuir uma linha de bondes cortando seu extenso território, ligando o distrito-sede até o então distrito de Sarutaiá, e que fora inaugurado em 1915, sendo que a linha atravessava as principais fazendas e fazia a ligação com a E.F. Sorocabana, servindo para o transporte de passageiros e cargas. Uma das estações ficava na fazenda de Ataliba Leonel³, cafeicultor e principal chefe político de Piraju, de 1900 a 1930. A energia elétrica para o funcionamento do bonde vinha da usina Boa Vista, inaugurada em 1913, em suas terras.

Coclundo, ZOCCHI (2002, p. 65), dada a importância da cafeicultura na área compreendida pelo EDR de Ourinhos, onde

“a riqueza colhida nos cafezais, há cerca de cem anos, ganhou forma na arquitetura de residências e imóveis em Piraju na fase áurea do estilo eclético, surgido em meados do século XIX e baseado na exploração e conciliação de estilos do passado. São as testemunhas de uma Piraju importante econômica e politicamente, rivalizando com Santa Cruz do Rio Pardo e Itapetininga como os grandes centros da região”.

No entanto, o café ainda persiste como uma das principais culturas agrícolas, como será estudado no capítulo 2.

1.2.1 – Municípios originários de Santa Cruz do Rio Pardo

O município de Santa Cruz do Rio Pardo, o mais antigo do EDR de Ourinhos, foi detentor de uma grande extensão territorial no início do século XX, que aos poucos foi se fragmentando e dando origem a vários municípios que integram essa área. No entanto para o entendimento sobre os processos de emancipações político-administrativas, tal como ocorreram, torna-se necessário o conhecimento sobre a formação histórica de Santa Cruz do Rio Pardo e sua evolução.

Em meados de 1870, dois desbravadores de origem mineira, iriam ser os precursores para a fundação do povoado que receberá o nome de Santa Cruz do

³ “Também no campo político se destacou Piraju à figura de Ataliba Leonel, que chegou a ser deputado estadual, e que ao lado de Washington Luís e Júlio Prestes de Albuquerque, atuavam chefes políticos com força localizada somente em seus municípios e vizinhanças. Os mais conhecidos eram os coronéis Albino Garcia, em Bernardino de Campos; Henrique Cunha Bueno, em Ipaussu; José Machado e Cândido Dias de Melo, em Palmital (inimigos mortais, que, em 1922, se enfrentaram à bala dentro da cidade); e Antônio Evangelista da Silva (Tonico Lista), em Santa Cruz do Rio Pardo” (adaptado de CÁCERES: 1998, p. 67).

Rio Pardo, representados por Manoel Francisco Soares e Joaquim Manoel de Andrade.

“Manoel Francisco de Andrade, partindo da antiga capela de São Domingos, freguesia de Lençóis⁴, opta pelos caminhos abertos e mais seguros dos espigões e chega a um ponto paralelo à capela de São João e São Pedro, ao sul do rio Turvo, e ali encontra o rio Pardo, em doce e calma confluência com o ribeirão que logo seria batizado de São Domingos, numa homenagem à paróquia de onde partira. Ali, erguera uma cruz, iluminando-a, à noite, com tochas, e, em torno dela, uma paliçada. Era necessário espantar os temíveis índios coroados e afastar-se da crueldade daqueles selvagens que não aceitavam a presença dos brancos em seus territórios” (JUNQUEIRA: 1994, p. 20).

Da mesma forma, outros mineiros, como Manoel Francisco Soares, se tornaram os responsáveis pela fundação e povoamento de Santa Cruz do Rio Pardo, embora JUNQUEIRA (1994) através de suas pesquisas sobre as origens desse município, encontrasse documentos de batizados realizados no bairro de Santa Cruz, subordinado à paróquia de São Domingos, município de Lençóis (atual Lençóis Paulista), que datam de 1857, reforçando a tese da existência de Santa Cruz do Rio Pardo muito antes de 1870, tida com data oficial de fundação do município. Em 1872, a então capela de Santa Cruz do Rio Pardo é elevada à categoria de freguesia, conforme ato do Governo Imperial ao publicar a Lei Civil n.º 71, de 20 de abril do referido ano.

Com o constante desenvolvimento desse povoado, em poucos anos Santa Cruz do Rio Pardo teve sua elevação de freguesia (subordinada ao município de Lençóis Paulista), à município, que é instalado oficialmente em 20 de janeiro de 1877, através da Lei n.º 6, de 24 de fevereiro de 1876, sancionada pelo Juiz de Direito Sebastião José Pereira, então Presidente da Província de São Paulo, e decretada pela Assembléia Legislativa Provincial, anexando à sua jurisdição a Freguesia de São Pedro do Turvo. A constituição de seu vasto território àquela época, compreendia áreas que atualmente pertencem a vários municípios, tais como Bernardino de Campos, Chavantes, São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo, Salto Grande, Óleo, Santa Cruz do Rio Pardo e Ipaussu⁵ (tabela 4).

⁴ Atualmente se constitui no município de Lençóis Paulista, estado de São Paulo (nota do autor).

⁵ A inclusão do povoado de Ilha Grande (atual município de Ipaussu) ocorre através da Lei n.º 187, publicada em 23 de Agosto de 1893, que até então pertencia ao município de Piraju (nota do autor).

TABELA 4 – DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO A PARTIR DE 1890

Santa Cruz do Rio Pardo (1870)			
MUNICÍPIO	LEI, DECRETO-LEI E DATA DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	LEI, DECRETO-LEI E DATA DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
São Pedro do Turvo	Lei nº 181 de 29 de maio de 1891		
		Ourinhos	Lei nº 1.618 de 13 de dezembro de 1918
Salto Grande	Lei nº 1.294 de 27 de dezembro de 1911		
		Ribeirão do Sul	Lei nº 8.092 de 28 de fevereiro de 1964
Ipaussu	Lei nº 1.465 de 20 de setembro de 1915		
Óleo	Lei nº 1.576 de 14 de dezembro de 1917		
Chavantes	Lei nº 1.885 de 04 de dezembro de 1922	Canitar	Lei nº 7.664 de 30 de dezembro de 1991
Bernardino de Campos	Lei nº 1.929 de 09 de outubro de 1923		
Espírito Santo do Turvo	Lei nº 6.645 de 09 de janeiro de 1990		

Fonte: SEADE (2001) e IBGE (1999)

No entanto, após a emancipação política-administrativa, Santa Cruz do Rio Pardo passou a se integrar à comarca de Botucatu, vindo a pertencer, posteriormente, à comarca de Lençóis Paulista (criada pela Lei n.º 25, de 7 de maio de 1877), sendo que essa situação prevaleceu até o ano de 1884. Entretanto, o constante progresso verificado no município santa-cruzense conduz à população a reivindicar a instalação da comarca. Segundo JUNQUEIRA (1994, p. 69),

“a elevação de Santa Cruz do Rio Pardo à categoria de comarca não foi uma atitude administrativa das mais tranqüilas. Havia quem se opusesse àquela conquista. O então juiz de Lençóis, sede da comarca a que Santa Cruz do Rio Pardo se subordinava, dirige-se às autoridades do Império para tecer reclamações contra o ato da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo que elevava a vila de Santa Cruz do Rio Pardo à condição de comarca (Lei nº 7, de 13 de fevereiro de 1884)”.

Esse município, emancipado político-administrativamente, sede de comarca e possuidor de um invejável território no interior paulista, estava preparado para se desenvolver rapidamente, pois a cultura cafeeira já se encontrava em plena expansão. Com crescimento da cultura cafeeira, a população municipal crescia rapidamente, aumentando o número dos povoados existentes, alguns dos quais foram crescendo rapidamente, atingindo a categoria de distritos e, posteriormente, a condição de municípios, sendo que alguns deles se destacam na produção de cana-de-açúcar para a agroindústria sucroalcooleira do EDR de Ourinhos.

Apesar de cruzar o então vasto território de Santa Cruz do Rio Pardo do início do século XX, foi necessária a construção de um ramal ferroviário (inaugurado em 1908) para que a ferrovia chegasse à sede do município. Eram nove as estações da E.F. Sorocabana que cruzavam o município de Santa Cruz do Rio Pardo: Batista Botelho, Bernardino de Campos, Luiz Pinto, Ipaussu, Chavantes, Fortuna, Ourinhos, Salto Grande e Pau D'alto. Além disso, era uma importante via de transporte de passageiros para a capital e demais regiões do Estado, além da ligação com os municípios vizinhos servidos pela estrada de ferro. Foi um importante fator para manter Santa Cruz do Rio Pardo ligada aos interesses capitalistas da época.

A chegada da E.F. Sorocabana atuou também num sentido negativo, provocando alterações no perfil da então denominada “Média Sorocabana”. Tendo desprezado áreas mais antigas e povoadas, de economia basicamente pastoril, a E.F. Sorocabana serviu para consolidar a cafeicultura nessa área. Segundo JUNQUEIRA (1994, p. 94),

“com o surgimento de novas povoações, em função da ferrovia, esses novos aglomerados entram em processo de competição com os velhos municípios de onde se originam. As pequenas vilas, surgidas sob a égide da ferrovia, acabaram por se desmembrarem de Santa Cruz do Rio Pardo, no período da expansão da Sorocabana. A população santa-cruzeira sofre, nesse momento, um considerável decréscimo”.

Em relação aos desmembramentos territoriais, foram sete os municípios do EDR de Ourinhos formados a partir de Santa Cruz do Rio Pardo: São Pedro do Turvo, cuja emancipação ocorreu em 1891; Salto Grande, que se emancipa político-administrativamente do território santa-cruzeiro em 1911; Ipaussu, elevado à condição de município em 1915; Óleo, que se torna município autônomo em 1917; Chavantes, que consegue sua emancipação de Santa Cruz do Rio Pardo em 1922; Bernardino de Campos, que é elevado à município em 1923; e Espírito Santo do Turvo (ex-Rio Turvo), que após perder sua condição de município em 1934 e ser incorporado ao território de Santa Cruz do Rio Pardo, consegue finalmente sua condição de município em 1990 (tabela 4). No ano de 2002, além do distrito-sede de Santa Cruz do Rio Pardo, existem em seu território os distritos de Caporanga, Sodrélia e Clarínia.

Dentre os municípios desmembrados do território de Santa Cruz do Rio Pardo, Salto Grande foi o que apresentou maior importância quanto à formação de novos territórios municipais. No EDR de Ourinhos, Salto Grande foi responsável pela formação político-administrativa de Ourinhos (será estudado adiante) e Ribeirão do Sul.

A Lei Estadual n.º 1.484, de 13 de dezembro de 1915, cria o distrito de Ourinhos, no município de Salto Grande do Paranapanema (Salto Grande), quando uma nova Lei Estadual n.º 1.618, de 13 de dezembro de 1918, eleva Ourinhos à condição de município, sendo oficialmente instalado em 20 de março de 1919. No caso de Ribeirão do Sul, a elevação à condição de distrito ocorre através da Lei Estadual n.º 2.627, de 14 de janeiro de 1936, com o nome de Ribeirão dos Pintos. No entanto, pela Lei Estadual 8.092 de 28 de fevereiro de 1964, o então distrito de Ribeirão dos Pintos consegue sua emancipação política-administrativa de Santo Grande, passando à denominação de Ribeirão do Sul.

O município de Chavantes, que assim como Salto Grande, também se emancipara no passado de Santa Cruz do Rio Pardo, foi o responsável pela

formação do município de Canitar, que integra assim como os demais, o EDR de Ourinhos. Canitar, que inicialmente se denominava Fortuna, foi elevado à condição de distrito de Chavantes pelo decreto-lei Estadual n.º 14.334, outorgado em 30 de novembro de 1944. Sua emancipação de Chavantes somente seria conquistada bem mais tarde, quando a Lei Estadual n.º 7.664, aprovada em 30 de dezembro de 1991, lhe atribui o status de município.

No período de 1885 a 1923, nada menos que sete novos municípios seriam emancipados do território de Santa Cruz do Rio Pardo, que naquela época era o município mais importante politicamente e economicamente da então “Média Sorocabana”, atual EDR de Ourinhos, onde a maioria deles possuem grandes plantações de cana-de-açúcar em seu território, assim como empreendimentos do setor sucroalcooleiro, influenciando diretamente na evolução de alguns municípios. Como exemplo dessa situação, citar-se-á a emancipação político-administrativa de Espírito Santo do Turvo, que iria ocorrer somente no ano de 1990, face à instalação da Sobar S.A. Álcool e Derivados naquela localidade no ano de 1978. Esse empreendimento trouxe desenvolvimento para a comunidade local, com aumento expressivo da população, que desejava que Espírito Santo do Turvo conquistasse, definitivamente sua condição de município. Após a realização de um plebiscito, a maioria da população optou pela emancipação do distrito que pertencia a Santa Cruz do Rio Pardo, tornando esse sonho uma realidade.

Sem dúvida alguma, Santa Cruz do Rio Pardo foi o município pioneiro na história da formação do EDR de Ourinhos, que contribuiu muito para a elaboração dos recortes municipais da atualidade. No entanto, também o município de Piraju contribuiu com vários desmembramentos territoriais, resultando na formação de cinco municípios que estão integrados ao EDR de Ourinhos e que interessa diretamente ao estudo da canavicultura nesta área.

1.2.2. Municípios Originários de Piraju

Os registros históricos mais antigos da origem de Piraju são anteriores ao ano de 1870, quando existia a antiga Capela de São Sebastião do Tijucu Preto, que era pertencente ao município de São João Batista do Rio Verde, atual município de

Itaporanga. Os dados mais importantes do início do povoamento são registrados somente a partir de 1859, quando ocorre a chegada da família Arruda, que se une às famílias Faustino e Graciano, que já habitavam essa área. Estas famílias doaram o terreno para a criação do distrito de São Sebastião do Tijuco Preto.

Segundo CÁCERES (1998, p. 13),

“em 1866 a Câmara Municipal de Botucatu, prestando contas ao governo provincial de como conduzia as tentativas de relacionamento com os índios, lamentava o fracasso dos aldeamentos, que o maior deles, o de Salto Grande do Paranapanema, estava em total abandono; achando-se os índios entregues a si mesmos sem direção alguma, senão a própria. E pedia ao Governo que desse atenção prioritária ao aldeamento da capela de São Sebastião do Tijuco Preto (Piraju)“.

Pela Lei Estadual n.º 23, de 16 de março de 1871, a Capela de São Sebastião do Tijuco Preto é elevada à categoria de Freguesia. Com o constante desenvolvimento do povoado, não tardou muito e a conquista da emancipação política-administrativa em relação à Itaporanga foi inevitável. Isso ocorreu pela Lei Estadual n.º 111, de 25 de abril de 1880, sendo que o município foi oficialmente instalado em 10 de janeiro de 1881. Até então o município recebia a denominação de São Sebastião do Tijuco Preto, quando o Decreto Estadual n.º 200, de 6 de junho de 1891, altera o nome do município para Piraju, nome que ainda predomina nos tempos atuais. Houve grande desenvolvimento econômico nesse município, principalmente após a expansão da cultura cafeeira em seu vasto território. Pela grande extensão de terras que possuía nessa época, Piraju torna-se um grande centro produtor de café. Seu território englobava os atuais municípios de Manduri, Tejupá, Taguaí, Sarutaiá, Timburi e Fartura (tabela 5).

Mas o rápido crescimento econômico e político do município propiciou novas conquistas e em 20 de agosto de 1892, Piraju conquistou seu status jurídico de comarca. O município passava por um grande surto de desenvolvimento, onde o destaque era a cultura cafeeira. Em 1905, foi inaugurada a primeira rede de água encanada, esgoto e telefone na cidade.

O potencial hidráulico do rio Paranapanema na região de Piraju é muito grande, o que levou empresários do setor a investirem na construção de uma usina hidrelétrica nesse rio, localizada no distrito-sede do município, que deu origem à Companhia Luz e Força Santa Cruz, que atualmente pertence ao grupo Votorantim, que abastece não somente Piraju, mas a maior parte dos municípios circunvizinhos,

TABELA 5 – DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE PIRAJU A PARTIR DE 1890

PIRAJU (1880)			
MUNICÍPIO	LEI, DECRETO-LEI E DATA DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	LEI, DECRETO-LEI E DATA DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
Fartura	Decreto nº 145 de 31 de março de 1891	Taguai	Lei nº 5.285 assinada em 18 de fevereiro de 1959
Manduri	Decreto-lei Estadual nº 14.334 de 30 de novembro de 1944		
Timburi	Lei nº 233 outorgada em 24 de dezembro de 1948		
Sarutaia	Lei nº 5.285 instituída em 18 de fevereiro de 1959		
Tejupá	Lei nº 8.092 concedida em 28 de fevereiro de 1964		

Fonte: SEADE (2001) e IBGE (1999)

além de outros municípios localizados no norte do Estado do Paraná.

A economia pirajuense se desenvolvia e o município se transformava em um dos mais prósperos do Estado, competindo com Santa Cruz do Rio Pardo o posto de pólo de desenvolvimento mais importante da então “Média Sorocabana”. Ao contrário do que vimos com os desmembramentos ocorridos no município de Santa Cruz do Rio Pardo, em Piraju eles predominaram a partir dos idos de 1940.

No entanto, Fartura foi o primeiro distrito a conseguir a emancipação político-administrativa do território de Piraju, pela Lei Provincial n.º 5, de 7 de fevereiro de 1884.

A antiga capela de Nossa Senhora das Dores de Fartura, consegue se elevar à condição de freguesia e, pelo Decreto Estadual n.º 145, de 31 de março de 1891, consegue o status de município. O distrito de Manduri foi o segundo a conseguir sua emancipação político-administrativa em relação a Piraju, através do Decreto-lei Estadual n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, para formar o município de Manduri (este município não será estudado por se encontrar integrado ao EDR de Avaré). Manduri estava localizado junto à E.F. Sorocabana, que lhe atribuiu grande desenvolvimento econômico àquela época. A partir do entroncamento ferroviário de Manduri foi construído um ramal férreo da E.F. Sorocabana até Piraju, que foi inaugurado em 1908.

Em um terceiro momento, o então distrito de Santa Cruz de Palmital também consegue sua ascensão política à condição de município, através da Lei estadual n.º 233, outorgada em 24 de dezembro de 1948, para formar o município de Timburi. O desenvolvimento econômico e político de Piraju nessa época, também propiciava o desenvolvimento de seus distritos, o que na maioria das vezes, gerava condições favoráveis para que os desmembramentos territoriais ocorressem de forma mais intensa.

Em 1959 foi a vez do distrito de Sarutaiá conseguir sua emancipação político-administrativa de Piraju, através da Lei Estadual n.º 5.285, instituída em 18 de fevereiro de 1959. Anos mais tarde, o então distrito de Belo Monte, também se desmembra do território pirajuense pela Lei Estadual n.º 8.092, concedida 28 de fevereiro de 1964, e passa a constituir o município de Tejupá. Assim encontravam-se instituídos os municípios que se emanciparam político-administrativamente de Piraju.

No estudo de CÁCERES (1998, p. 501), os reflexos dos sucessivos desmembramentos territoriais de Piraju podem ser visualizados em alguns dados.

“O número de eleitores que compareceram às eleições municipais em 1947 foi de 6.376 pessoas. Este número só foi ultrapassado 25 anos depois, em 1972, quando 6.673 eleitores compareceram às urnas. Explicação: em 1947 eram distritos de Piraju: Timburi, que se emancipou em 1948; Sarutaiá, que passou a município em 1959; e Tejupá, que foi elevado a município em 1965”.

Em relação ao município de Taguaí, que também pertence ao EDR de Ourinhos, sua formação político-administrativa não deixa de estar ligada ao contexto histórico do município de Piraju. Isso porque Taguaí pertencia ao município de Fartura, que também fora freguesia de Piraju no passado, com a denominação de Nossa Senhora das Dores de Fartura. Taguaí surge historicamente como distrito pela Lei Estadual n.º 1278, de 19 de dezembro de 1911, com sede no povoado de Concórdia, e com o nome de Ribeirópolis, no então município de Fartura. O Decreto-lei Estadual n.º 14.334, publicado em 30 de novembro de 1944, mudou-lhe a denominação para Taguaí. Sua condição de município, porém, só seria alcançada pela Lei Estadual n.º 5285, assinada em 18 de fevereiro de 1959. Por essa lei, o território do novo município abrangeria sua jurisdição distrital e mais território desmembrado do município de Fartura.

Assim como ocorrido no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju também optou pela primazia da agricultura cafeeira. Quando esta entra em decadência produtiva, o desenvolvimento econômico e político destas áreas entram em colapso, não restando outras alternativas econômicas para a continuidade do desenvolvimento econômico, não somente dos municípios em questão, mas do conjunto dos municípios que viriam a formar o Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos.

Piraju permanece como um município paulista de grande expressão na cafeicultura, mesmo com todas as adversidades sofridas. Além dele, os municípios de Tejupá e Sarutaiá são grandes produtores de café a nível estadual (capítulo 2). A maioria dos municípios do EDR de Ourinhos apresenta a agricultura como o sustentáculo de suas economias e a industrialização apresenta um processo muito lento e tímido. Mas, além de Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, ainda existem outros municípios que surgiram de seus antigos distritos, numa fase posterior às suas

emancipações político-administrativas, como é o caso de Salto Grande, que sofreu desmembramentos territoriais, após se emancipar de Santa Cruz do Rio Pardo, e que deu origem, entre outros, ao município de Ourinhos, que posteriormente vai se firmar como pólo de desenvolvimento econômico e político dessa área, principalmente quanto à canavicultura e a agroindústria sucroalcooleira.

1.3. O Desenvolvimento de Ourinhos e sua inserção como cidade-pólo do Escritório de Desenvolvimento Rural

Como já descrito anteriormente, Ourinhos surge como município pela Lei Estadual n.º 1.618, outorgada em 13 de dezembro de 1918, sendo instalado oficialmente em 20 de março de 1919; desmembrando-se do município de Salto Grande do Paranapanema, atual Salto Grande. Conforme citado em CÁCERES (1998, p. 64 – 65), o Correio Paulistano do dia 21 de março de 1919, assim noticiou a instalação do município de Ourinhos:

“Foi instalado hoje com toda solenidade o novo município. Em seguida ao ato de posse da nova Câmara, realizou-se a eleição para os cargos municipais, sendo eleitos: presidente da Câmara, Francisco Onofre; prefeito, Eduardo Salgueiro. Foram muito aclamados os beneméritos desta terra, o Coronel Antônio Evangelista, o Senador Rodrigues Alves, o Deputado Ataliba Leonel, Rodolfo Miranda e outros”.

Pela importância político-econômica que esse município possui dentro do Escritório de Desenvolvimento Rural, e de sua importância para a canavicultura e a indústria sucroalcooleira local, tema principal desse estudo, deve-se situar alguns fatos que o transformaram em um pólo de desenvolvimento, abordando inicialmente sua origem.

“O coronel Jacintho Ferreira e Sá, de naturalidade mineira, fizera um longo percurso até se tornar comerciante em Santa Cruz do Rio Pardo e, finalmente, fazendeiro. Desenlace de uma aventura iniciada quando menino, quando o pai, Manuel Ferreira de Aguiar e Sá, concluiu que não havia mais vantagem na lavra de diamantes num lugar chamado Lagoa Seca, na região de Diamantina, onde Jacintho nasceu a 8 de janeiro de 1876” (DEL RIOS: 1992, p. 18).

Com isso, Jacintho Ferreira e Sá torna-se um grande proprietário de terras nessa área, com a aquisição da Fazenda das Furnas, que daria origem ao núcleo urbano da cidade de Ourinhos.

Essa fazenda foi adquirida de dona Escolástica Melchert da Fonseca, viúva de João Manoel da Fonseca Júnior, que residia em São Paulo, e que outrora fora grande empresário e proprietário de terras em Itu e em São Paulo. Além de fazendeiro, Jacintho Ferreira e Sá também era comerciante, tendo fundado em 1896, com dois de seus irmãos que o acompanharam de Minas Gerais até Santa Cruz do Rio Pardo, a Casa Três Irmãos, de secos e molhados. Como naquele tempo as mercadorias eram transportadas por trem e o trecho mais próximo de Santa Cruz do Rio Pardo era a estação férrea de Cerqueira César, o restante do percurso tinha de ser feito através de tropas de burros, onde Jacintho Ferreira e Sá se responsabilizou por esse transporte, enquanto seus irmãos (Saul e Salathiel) se encarregavam de negócios de seus empreendimentos comerciais.

Segundo DEL RIOS (1992, p. 19),

“as viagens proporcionavam a Jacintho contatos com homens influentes na política estadual, principalmente Ataliba Leonel, chefe absoluto da região da Sorocabana, e João Baptista de Mello Peixoto. Ataliba, com base e residência em Piraju, dividia o poder no Estado com Washington Luís e Júlio Prestes. Mello Peixoto, aliado de Ataliba, senador e por duas vezes secretário estadual (Fazenda e Agricultura), liderava em Chavantes e imediações, o que incluía Ourinhos. Por fim, Jacintho fez amizade com o jovem diplomata José Carlos de Macedo Soares, que seria deputado estadual, interventor em São Paulo e duas vezes ministro (Justiça e Relações Exteriores), um homem em evidência até a metade dos anos de 1950. Macedo Soares foi casado com Matilde, filha de dona Escolástica, a dona da Fazenda das Furnas (...) Esse envolvimento amigável com grandes personalidades da vida pública e política do Estado de São Paulo propiciou condições favoráveis para que Jacintho Ferreira e Sá pudesse realizar seus planos e assim alcançar os seus objetivos. Se Ourinhos nasceu em data incerta do começo do século XX, como pouso de viajantes que se dirigiam ao Paraná ou de lá retornavam, é fundamental o papel de Jacintho Sá (como era popularmente conhecido) como definidor de sua expansão, progresso e modernidade em vários sentidos”.

Entre algumas de suas conquistas estão a criação de uma estação da Estrada de Ferro Sorocabana (1908), dentro de suas terras (Fazendas das Furnas), o loteamento do local próximo à estação, com ruas e avenidas largas, traçado retilíneo, diferenciando Ourinhos do padrão urbano predominante àquela época. Ainda assim, quando Ourinhos consegue sua emancipação político-administrativa em relação à Salto Grande, o coronel Jacintho Ferreira e Sá, torna-se prefeito da

municipalidade ourinhense (1923 a 1925), e administrou tão profundamente seu município, que chegou a contrair moléstias, entre elas, o tifo, um dos males da “Média Sorocabana” àquela época.

Curiosamente como destaca DEL RIOS (1992, p. 20), Jacintho Sá

“faleceu em 1928, no Hospital Matarazzo, em São Paulo, sendo a primeira pessoa a ser enterrada no novo cemitério de Ourinhos, localizado em terreno por ele cedido à municipalidade. O local era distante do centro e foi preciso abrir uma picada. O sepultamento se deu ao entardecer, à luz dos faróis dos automóveis. Jacintho, que iniciara uma empresa rural com 400 mil pés de café, invernada, criação de bois e cavalos, serraria, olaria e uma fábrica de ladrilhos, morreu aos 50 anos. A mesma idade de dona Escolástica quando lhe vendeu a fazenda”.

Com isso, verifica-se a importância que o coronel Jacintho Ferreira e Sá assumiu na formação e desenvolvimento econômico e político para o município de Ourinhos, e sua inserção como pólo de desenvolvimento no EDR de Ourinhos. Um de seus ideais era fazer florescer em suas terras uma cidade que pudesse se distinguir das demais, não somente na “Média Sorocabana”, com Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, se destacando como os municípios de maior porte e importância no início do século vinte, mas também a nível estadual. Sua amizade com importantes políticos paulistas e o dinamismo atribuído ao novo empreendimento, valeram-lhe algumas conquistas de benefícios, retribuídos à cidade de Ourinhos, que se consolidaria como o mais promissor município dessa área a partir de 1950, superando Piraju e Santa Cruz do Rio Pardo.

Dessa forma, o município de Ourinhos segue seu rumo em direção ao progresso. Com a chegada da cafeicultura, surgem grandes e importantes fazendas no território ourinhense. Dentre elas podemos destacar a Fazenda Lageadinho, que se destacou pela alta produtividade cafeeira por pés e por área, e pelos métodos avançados de estocagem e secagem de grãos para a época; a Fazenda Canaã, que além da cafeicultura, se dedicou ao cultivo de trigo e alfafa, além da criação de cavalos; a Fazenda Múrcia, que passou a ser denominada informalmente de Fazenda Chumbeadinho, que se dedicava à cafeicultura e à produção de alfafa, além de possuir em seus limites afloramentos do lençol freático, com água mineral de boa qualidade, que era engarrafada e vendida com o nome de “Fonte da Saúde”; e as Fazendas Boa Esperança e Santa Maria, ambas produtoras de café, o principal produto de exportação brasileiro na época. Deve-se salientar a famosa “Fazenda

das Furnas”, cujo proprietário era o próprio Jacintho Ferreira e Sá, cuja produção cafeeira atingia 400 mil pés e onde também se criavam bovinos e muares. No entanto, ao se averiguar as condições dessas propriedades rurais na atualidade, pode-se perceber a grande transformação econômica por elas sofridas.

Segundo relatos de DEL RIOS (1992),

“a Fazenda Lageadinho, seguindo uma tendência da agricultura paulista, aderiu à cana-de-açúcar, conservando cerca de 300 mil pés do café que fez sua fama e fortuna; e quanto à histórica Fazenda das Furnas, ela ainda existe mas foi dividida em duas partes: Furnas, pertencente à dona Jenny Moraes Ferreira de Sá; e a Furninhas, propriedade de Jacintho Ferreira de Sá, que produzem cana-de-açúcar e criam gado”.

Mas para que Ourinhos realmente se firmasse como pólo de desenvolvimento, superando as centenárias cidades de Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, outrora importantes, novos acontecimentos teriam que se suceder. Ourinhos possui uma situação geográfica mais favorável ao desenvolvimento econômico e político, por estar localizada estrategicamente na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, e dessa forma se tornar um importante entroncamento rodoferroviário nos dias atuais, recebeu investimentos, e experimentou um aumento expressivo de sua população durante várias décadas (figura 5).

“Um milhão de pés de café, plantados em 1910, trariam uma segunda estrada de ferro, mais progresso e até a inesperada visita de dois príncipes ingleses. A conquista do chamado Norte Velho do Paraná passa pela cidade que se tornaria um importante entroncamento ferroviário durante décadas. A aventura foi desencadeada pelo fazendeiro Antônio Barbosa Ferraz Junior, conhecido como Major Barbosa, proprietário da Fazenda Água dos Bugres, em Cambará, e iniciador da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná” (DEL RIOS: 1992, p. 53).

Com esse novo empreendimento ferroviário, Ourinhos torna-se a porta de entrada para o norte do Paraná, onde a cafeicultura se expandia rapidamente para as novas áreas de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, atraindo a população e investimentos para o município que se desenvolvia de forma bastante rápida.

Conforme citado por DEL RIOS (1992, p. 57),

“o entusiasmo pelo empreendimento estava nas solenidades e nos jornais da época. Cada trecho novo da ferrovia era festejado com a celebração de missas, discursos e banquetes”.

Quando a São Paulo – Paraná chegou ao rio Cinza, em abril de 1930, houve solenidade com a presença de conhecidos jornalistas de São Paulo. O escritor Afonso Schmidt representou o jornal O Estado de São Paulo. Schmidt, romancista com tendência para os temas sociais, voltou conquistado pelo que vira e escreveu no seu jornal: “Ourinhos, destinada a ser, em futuro próximo, entroncamento de três estradas de ferro, a São Paulo – Paraná, a Estrada de Ferro Sorocabana e o ramal São Paulo – Rio Grande, cujos trilhos já se encontravam em Jacarezinho, é uma cidade que surge do chão e a gente como que a vê desenvolver-se”. Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju, preocupadas com suas políticas territoriais, acabaram perdendo parte expressiva de seus territórios, pelos inúmeros desmembramentos sofridos, e também o ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, durante os anos de 1960.

Como se pode observar, vários atores e fatores geográficos contribuíram para a formação e o desenvolvimento do EDR de Ourinhos. Não se pode esquecer que ela não é somente um produto histórico-geográfico, mas que sua dimensão econômica e estrutural permanece em contínua transformação, aos sabores das políticas econômicas mundial, nacional, estadual e local, dentro do processo capitalista de produção. As características econômicas são fortemente influenciadas pelos avanços da agricultura brasileira. O EDR de Ourinhos, que congrega dezessete municípios, desempenha um importante papel de desenvolvimento da economia agrícola, fazendo parte de uma cadeia onde se encontram municípios produtores de cana no Estado de São Paulo, participando ativamente da produção de açúcar e álcool, dos quais o Brasil é o maior produtor mundial, contribuindo na participação da produção e reprodução da economia, dentro do processo produtivo capitalista.

1.4. A Evolução Demográfica nos Municípios do EDR de Ourinhos

Ao se estudar os aspectos populacionais do EDR de Ourinhos, dividir-se-á a pesquisa em dois momentos: o primeiro, que abordará a formação da população, destacando a contribuição da população para o desenvolvimento econômico e político desta área, especialmente para a agricultura. Em outro momento, destacar-se-á a evolução demográfica ocorrida durante o século XX, com a utilização de

dados estatísticos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborando um perfil do comportamento demográfico, em uma área onde a monocultura canavieira representa o principal produto agrícola, e onde ocorreram grandes investimentos na agroindústria sucroalcooleira, principalmente a partir de 1975 (PROÁLCOOL).

Em relação à contribuição da população para o desenvolvimento econômico e político, a intrepidez do paulista e o espírito colonizador do mineiro foram os responsáveis pela grande obra de aproveitamento e exploração do Vale do Paranapanema. No início, conforme já estudado, a saga aventureira do mineiro foi a responsável pelo desbravamento do oeste paulista, além de Botucatu, que por muito tempo foi considerada “Boca do Sertão” e seus descendentes representavam as características da população local, que se apresentavam pouco expressivas numericamente.

Segundo o estudo de JUNQUEIRA (1994),

“a população inicial de Santa Cruz do Rio Pardo, era estimada em 3.000 pessoas, sendo acrescida por pouco mais de duas centenas de escravos. Algumas famílias podiam dar-se ao luxo de possuir escravos, mão-de-obra não remunerada no trabalho com a nova terra, no município considerado de maior expressão político-econômica da então “Média Sorocabana”, em fins do século XIX e princípios do século XX”.

Também o advento da cafeicultura e da ferrovia foram imprescindíveis para o aumento do contingente populacional no EDR de Ourinhos. Segundo ZOCCHI (2002, p. 84 – 85),

“como um só movimento, a frente pioneira iniciada em São Paulo em meados do século XIX, foi se expandindo para o oeste e para o sul. A linha férrea trouxe os imigrantes, braços para tirar o sustento da terra. Vieram em grande quantidade brasileiros de Minas e do Nordeste, que se espalharam até o oeste paulista e povoaram o norte paranaense (...) Misturados à formidável leva migratória interna, os trens trouxeram também estrangeiros de tantas nacionalidades quantas conseguiram chegar ao Brasil. Viajando-se por esse rio (Paranapanema) e suas cidades, há cinquenta anos, podiam-se escutar comunidades inteiras falando línguas tão diferentes como italiano, alemão e japonês”.

Diversas foram as contribuições do imigrante, principalmente no desenvolvimento da agricultura (especialmente a cafeicultura), e também em outros setores da economia. Como afirma JUNQUEIRA (1994),

“a comunidade italiana de Santa Cruz do Rio Pardo respondeu, primeiramente, pelo desenvolvimento da lavoura, de modo geral, e, depois, integrou-se na vida urbana através do comércio. Embora ligada à vida agrária, no árduo trabalho com a terra, a comunidade italiana não se desligou de seus interesses comuns e não se esqueceu da condição incômoda provocada pelo processo migratório”.

Em Ourinhos várias foram as contribuições dos italianos. Segundo DEL RIOS (1992, p. 93),

“Ourinhos era uma terra de futuro com famílias italianas progredindo nos negócios. O comércio, a indústria e a agricultura apresentavam grandes oportunidades de empreendimentos. Todas essas famílias imigraram na mesma época. Entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, a Itália viveu um período de crise econômica. As lutas pela unificação do país, envolvendo grupos rivais, pequenos reinados e potências estrangeiras, como a Áustria, só terminaram em 1870. A nação estava exausta, pobre e a emigração foi o reflexo do drama nacional. A primeira leva para o *Brasil* é de 1875, mas as famílias que ajudariam a formar Ourinhos partiram na década de 1910. Traziam só a esperança e o documento de alguma *società d'emigrazione*, organizadora da aventura. Não imaginavam as más condições de vida nos cafezais paulistas. O que salvou a maioria de um destino triste foi o fato de uma tradição industrial, técnica e política que traria a grande recuperação da Itália. Esses italianos sabiam comerciar e tinham habilidades artesanais (marcenaria, fundição) que resultaram em pequenas indústrias. Escaparam do campo para as cidades e trataram de se organizar. Em Ourinhos, que recebeu a contribuição italiana desde seu princípio, havia, já em 1927, uma *Società Italiana Bineficente e Recreativa Vittorio Emmanuelle III*”.

Para o Brasil, que necessitava de numerosa mão-de-obra no trabalho da lavoura cafeeira, a imigração foi a solução encontrada pelos fazendeiros para solucionar o problema resultante da abolição da escravidão. Conforme salienta CÁCERES (1998, p. 45 - 46),

“não poderíamos deixar de lado o sucesso da imigração no período de 1880 a 1930, sucesso esse devido às condições que lhe eram oferecidas: a intervenção estadual, no sentido de subvencionar a vinda dos imigrantes, e a mudança do regime de trabalho na fazenda de café – a substituição da parceria por outro regime de trabalho livre, o colonato. Após a Proclamação da República, em 1889, os cafeicultores obtiveram recursos públicos, também federais, para subvencionar a vinda dos imigrantes. Durante o regime de colonato, ainda lembrado por José Ferreira Filho e Miguel Fávaro, atuais cafeicultores de Piraju, os colonos imigrantes formavam uma sociedade típica, com uma economia fechada, participante e, ao mesmo tempo, autônoma da economia da fazenda, uma vez que tinham seu salário pelo trabalho nos cafezais e nas outras culturas, através de uma área de terra para seu cultivo próprio ou pela parceria (meação). Criavam porcos, galinhas, colhiam ovos, plantavam legumes, não tendo outras despesas senão ir à cidade ou à vila para suprir-se de sal, fumo, açúcar, querosene e outros”.

Além dos italianos, numerosas outras etnias contribuíram para a evolução populacional e o desenvolvimento político e econômico no EDR de Ourinhos. Em Santa Cruz do Rio Pardo, os japoneses, entre outros, representam uma grande colônia. Em Ourinhos, no estudo de DEL RIOS (1992), pode-se verificar como é vasta a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento econômico do município, onde entre outros, os libaneses e japoneses legaram grandes contribuições. No entanto, ao se analisar as estatísticas oficiais, pode-se comparar a realidade da presença do imigrante e sua contribuição no município de Piraju, até o ano de 1930. Segundo CÁCERES (1998), “emigraram para Piraju para trabalharem na lavoura de café, 405 famílias espanholas, 356 famílias italianas, 138 famílias sírias, 119 famílias portuguesas, 84 famílias japonesas e 46 famílias de outras nacionalidades”.

Aos poucos foram se integrando, vencendo o período de adaptação: o isolamento no campo, as grandes distâncias do Brasil, a dureza do solo, o pó vermelho impregnando tudo, o calor, os conflitos com os brasileiros. As tradições, os costumes e os idiomas já não são mais valorizadas pela geração atual, salvo raros casos. Mas a contribuição do imigrante perdurará para sempre na formação populacional e no desenvolvimento econômico e político do EDR de Ourinhos, onde grande parte dessas famílias são proprietários de terras e agricultores.

Quanto à evolução demográfica no EDR de Ourinhos, durante os anos de 1950, a maior parte da população do EDR de Ourinhos se concentrava no meio rural. A cafeicultura foi a atividade econômica responsável pela permanência da população no campo. Conforme aponta CÁCERES (1998) sobre o sistema de colonato e sua importância como fornecedora de mão-de-obra para a cafeicultura, observa-se que o trabalhador rural, já naquela época, possuía um contrato de trabalho com o agricultor.

Na época do café, as relações sociais na agricultura eram estabelecidas entre os colonos e os proprietários de terra. Os colonos tinham contrato para colher e carpir o cafezal, isto é, teriam que cuidar da parte do cafezal que lhes eram confiado e pagos por um salário anteriormente previsto.

“Também fazia parte do contrato de que, parte da propriedade ficava à disposição dos colonos para cultivar nos momentos de folga, entre as safras, e também tinham que praticar o cultivo intercalar entre os cafezais” (BRAY, 1974: p. 20).

Assim sendo, a maioria da população encontrava-se fixada no meio rural, incluindo grande leva de migrantes e estrangeiros.

Esta situação se agrava com a homologação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) (capítulo 5), em 1963, que provocou uma verdadeira revolução nas relações de trabalho. Segundo AVELINO JÚNIOR (1994, p. 25),

“ao invés de beneficiar o trabalhador, o Estatuto provocou uma reação violenta dos fazendeiros que, diante dos novos encargos prescritos por essa legislação, optaram por expulsar o trabalhador das suas terras: aquele trabalhador que ainda residia nas fazendas em regime de colonato ou trabalhador por empreita”.

Historicamente, a população apresentou um significativo crescimento no período de 1920 à 1970, resultando em um aumento de 175%. No entanto, verifica-se que essa população não teve um crescimento contínuo, apresentando períodos onde houve perda populacional. Entre os anos de 1940 e 1950, a população apresentou queda da ordem de 12%, com a perda de 20.378 habitantes. Isso se deve à crise que se evidenciava nos cafezais (tabela 6). Conforme BRAY (1974), “essa fase de declínio cafeeiro, foi acompanhada da diminuição da população, que tomava a direção das áreas novas do Planalto Ocidental Paulista e Norte do Paraná”. No EDR de Ourinhos percebeu-se uma grande tendência à migração para as áreas novas do Norte do Paraná, especialmente pela proximidade geográfica, e para as áreas industrializadas do Estado de São Paulo.

Tabela 6 - Evolução da População no EDR de Ourinhos de 1920 à 1970

Ano	População
1920	111.900
1930	N/D*
1940	171.246
1950	150.868
1960	186.480
1970	195.448

Fonte: SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2000)

***N/D – não disponível**

Além da cidade de São Paulo, surgem outras importantes cidades do interior paulista, aquelas que, de pronto, aceitavam a industrialização, criando mecanismos que facilitassem a vinda de inúmeras indústrias nacionais, e mais tarde, as transnacionais. Conforme relata JUNQUEIRA (1994, p. 173),

“o Professor Carlos Frederico dos Santos Silva, da Cadeira de Geografia do antigo Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira, em sua monografia Santa Cruz do Rio Pardo: possibilidades de industrialização acreditava, naquela época, que Santa Cruz do Rio Pardo poderia oferecer grandes vantagens num processo de industrialização: era servida pela Estrada de Ferro da Sorocabana, possuía ligações com a Alta Paulista e Noroeste através de Bauru, sem contar com suas ligações com os municípios vizinhos. Nem todas as estradas eram asfaltadas, mas isso era um problema que seria resolvido com facilidade”.

Entretanto, os municípios integrantes do EDR de Ourinhos optaram por manterem estreitas suas relações com a agricultura, especialmente a cafeicultura, sem apresentarem alternativas viáveis que pudessem absorver a população migrante que se destinava às outras regiões do Estado em busca de melhores oportunidades de emprego. Novas alternativas econômicas começam a surgir somente muito mais tarde, nos anos de 1970. Entretanto, a geada de 1975, segundo agricultores do município de Piraju, destruiu os cafezais (ZOCCHI, 2002). A partir de então, o que era uma economia calcada em uma única lavoura começou a se diversificar.

Além disso, o EDR de Ourinhos sofreu grande impacto com a modernização da agricultura (capítulo 2), podendo ser observada uma mudança gradativa na forma de organização desse espaço. Com a expulsão do trabalhador rural da terra,

“ele permanecerá à mercê do fazendeiro, pois a cidade não lhe ofereceu condições de trabalho e, ficará à espera dos caminhões que o apanharão e levarão de volta à terra que perdeu. Desta vez, porém, como bóia-fria, em viagens diárias de ida e volta, para trabalhar nas lavouras (...) Ocorre a partir desse momento, um movimento de concentração da propriedade da terra, com redução significativa das pequenas propriedades, que passam a interpor propriedades maiores, possibilitando inclusive a formação de novos latifúndios. Em decorrência, parcela muito significativa de pequenos proprietários se desloca para a cidade, para outras regiões, transformam-se em arrendatários, parceiros, meeiros. Posteriormente, alguns se transformaram em mensalistas e até em bóias-frias” (AVELINO JÚNIOR, 1994: p. 25).

Com isso, a população dos municípios dessa área sofreu um crescente processo de urbanização, referente ao período de 1980 à 2000 (ANEXO 2). Para efeitos de análise da evolução demográfica utilizar-se-ão dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à população total do EDR de Ourinhos (tabela 7).

No censo de 1980 foi registrada uma população de 197.327 habitantes, distribuídos de forma bastante desigual nos dezessete municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos. Nesse período a população urbana era de 135.104 habitantes (68% da população total), enquanto que a população rural era composta de 62.273 pessoas (32% da população total).

Tabela 7 – Evolução Demográfica no EDR de Ourinhos no período de 1980 à 2000

Período	Aspectos Demográficos			Taxa de Urbanização (%)
	População Total	População Urbana	População Rural	
1980	197.327	135.104	62.273	68
1991	230.647	181.600	49.047	79
2000	262.416	227.075	35.341	87

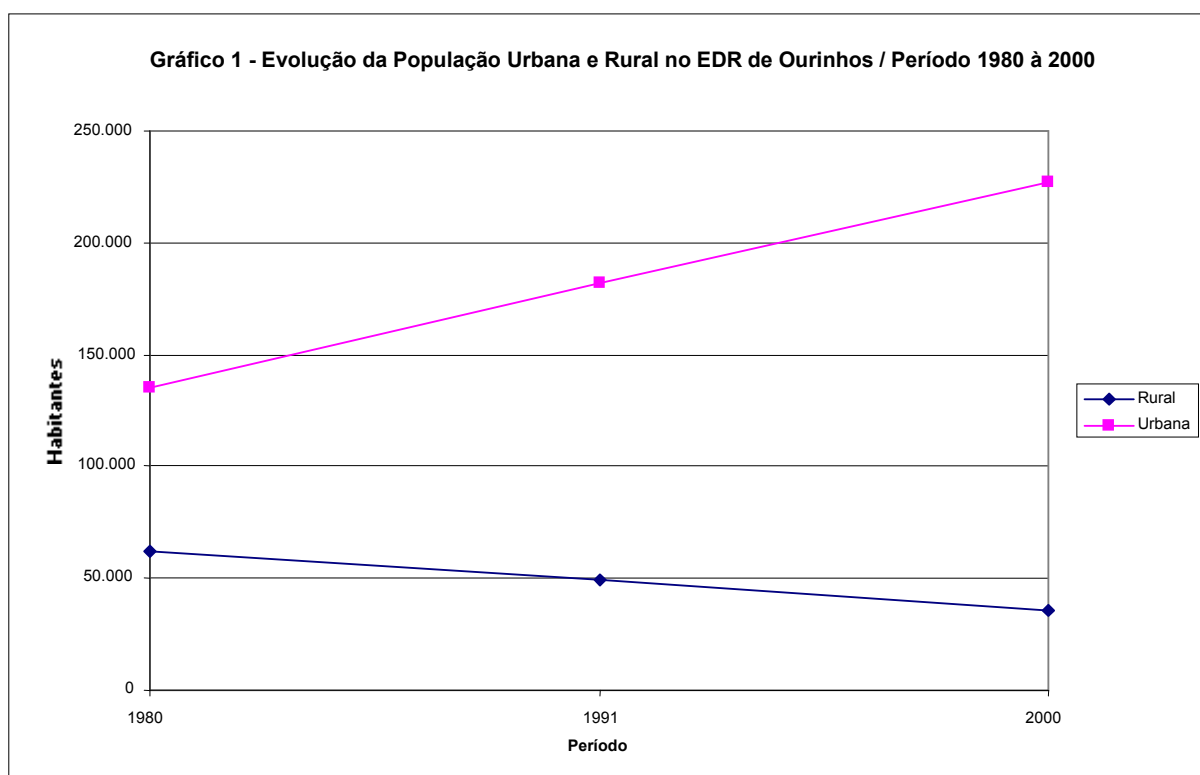
Fonte: Censos Demográficos – 1980, 1991 e 2000
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Para o período de 1991, a população recenseada foi de 230.647 habitantes, um crescimento da ordem de 17% em comparação à população do EDR em 1980 (197.327 habitantes). A população urbana apresenta um crescimento de 34% sobre a população urbana em 1980 (que correspondia a 135.104 pessoas), alcançando uma taxa de urbanização de 79%. Em contrapartida, a população rural registrada em 1991 apresentou uma queda de 21% quando comparada ao censo de 1980, registrando-se 49.047 habitantes para o ano de 1991 e 62.273 pessoas no censo de 1980.

No censo 2000 do IBGE, a população total do EDR de Ourinhos atinge 262.416 habitante, apresentando um crescimento de 14% se comparado ao período de 1991, quando foi registrada uma população de 230.647 pessoas, distribuída de forma bastante heterogênea nos municípios dessa área. A população urbana atinge 87% da população recenseada em 2000, chegando a 227.075 habitantes, 25% maior do que a população urbana registrada em 1991 (181.600 pessoas). Quanto à população rural, verifica-se a tendência de queda populacional, evidenciada no período de 1991. Em 2000, a população rural, que foi representada por 35.341 pessoas, segundo o IBGE, apresenta um declínio de 28% se comparado ao censo de 1991, quando a população residente no meio rural era composta por 49.047 pessoas. Concluindo, a população total no EDR de Ourinhos apresentou um crescimento de 33% no período de 1980 a 2000. No entanto, a população urbana apresentou um crescimento de 68% no mesmo período (1980 a 2000), quando a

taxa de urbanização passa de 68% para 87% nos anos de 1980 e 2000, respectivamente.

Contraditoriamente, a população rural apresentou queda populacional de 43% entre os censos de 1980 e 2000, caindo de 32% para 13% da população total do EDR de Ourinhos (gráfico 1). Vale salientar, no entanto, que este estudo reflete o conjunto dos municípios que integram essa área, sendo bastante distinta a situação em cada município (Anexo 2).



Fonte: IBGE (censos de 1980, 1991 e 2000).

Deste conjunto, o município de Ourinhos apresenta o melhor desempenho quanto ao crescimento demográfico, apresentando uma grande taxa de urbanização e crescimento populacional; sendo que Óleo, Tejupá, Timburi e Sarutaiá apresentam menores taxas de urbanização e quedas populacionais absolutas. Como se pode observar, o processo acelerado de urbanização no EDR de Ourinhos vem demonstrar que está havendo, no campo, uma concentração fundiária da terra, acompanhado de novos métodos e técnicas, resultantes da modernização da agricultura (capítulo 2), que cada vez mais, dispensam a mão-de-obra agrícola.

1.5. As Características Físicas e Geográficas do EDR de Ourinhos

O Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos, composto por dezessete municípios, localizados no alto e médio vale do rio Paranapanema, abrange um território de 5.337 Km², onde estão localizados os municípios de Ourinhos, Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Fartura, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, Piraju, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Taguaí, Tejupá e Timburi (figura 1). A área agrícola está distribuída de forma bastante irregular, sendo o município que possui a maior extensão geográfica Santa Cruz do Rio Pardo, com 1.116 Km², e o menor deles Canitar, com apenas 57 Km² de território municipal (tabela 1).

O EDR de Ourinhos possui terras em duas grandes províncias geológicas do Estado de São Paulo: a província fisiográfica do Planalto Ocidental Paulista e a província fisiográfica da Depressão Periférica Paulista. A província fisiográfica do Planalto Ocidental Paulista abrange os municípios de Chavantes, Canitar, Óleo, Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo, Salto Grande e Ribeirão do Sul, partes dos municípios de Ipaussu, Bernardino de Campos e Piraju. É no domínio fisiográfico do Planalto Ocidental Paulista que se localiza a área canavieira do EDR de Ourinhos.

A partir da margem esquerda do rio Paranapanema se evidencia uma área de transição do domínio do Planalto Ocidental Paulista para a área da Depressão Periférica Paulista. Nesta área podem-se incluir os municípios de Ipaussu, Bernardino de Campos, Piraju, Sarutaiá e Timburi. Ao sul dessa área surge a Serra da Fartura, uma continuidade da Cuesta de Botucatu, que marca o início da área de domínio da Depressão Periférica Paulista, onde estão os municípios de Fartura, Taguaí e Tejupá. Na província fisiográfica da Depressão Periférica Paulista não há produção canavieira significativa.

A área que compreende o domínio açucareiro do EDR de Ourinhos (área do Planalto Ocidental Paulista), está inserida, quanto à estrutura geológica, na bacia sedimentar do Paranapanema, onde os derrames de basalto (formação Serra Geral do jurássico) afloram em grandes áreas à superfície, devido à denudação provocada pelo entalhamento do rio Paranapanema e seus afluentes principais; enquanto o arenito Bauru (cretáceo superior) e o arenito caiué (cretáceo inferior) dominam,

capeando o “trapp” basáltico. O Planalto Ocidental Paulista ocupa quase 50% do território do Estado de São Paulo. Segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT, 1997):

“(...) situa-se essencialmente sobre rochas do Grupo Bauru, que é constituído por diversas formações predominantemente areníticas, em algumas regiões cimentadas por carbonato de cálcio. Basaltos expõem-se nos vales dos principais rios em ocorrências descontínuas, exceto ao longo do Paranapanema e do Pardo, onde afloram extensivamente” (IPT, 1981 apud ROSS & MOROZ, 1997: p. 41 – 42).

O Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos está localizado, em sua grande parte, no Planalto Ocidental Paulista⁶, ocupa a unidade morfoestrutural denominada Planalto Centro Ocidental. Esta unidade é delimitada ao norte pelo Estado de Minas Gerais, a noroeste com o Estado de Mato Grosso do Sul, a sudoeste com o Estado do Paraná e leste com a Depressão Periférica Paulista. Segundo ROSS & MOROZ (1997, p. 42), “predominam formas de relevo denudacionais cujo modelado constitui-se basicamente em colinas amplas e baixas com topos convexos (Dc) e topos aplanados ou tabulares (Dt)”⁷ (figura 6).

⁶ O Planalto Ocidental Paulista se subdivide em seis unidades morfoestruturais, que são a saber: Planalto Centro Ocidental, Patamares Estruturais de Ribeirão Preto, Planaltos Residuais de Franca / Batatais, Planalto Residual de São Carlos, Planalto Residual de Botucatu e Planalto Residual de Marília (ROSS & MOROZ, 1997).

⁷ “O trabalho de codificação ou de batismo das manchas individualizadas pela fotoidentificação obedeceu os códigos representados por conjuntos alfanuméricos representados por duas letras do alfabeto e dois números arábicos, conforme a metodologia (...) Assim sendo, cada padrão de formas semelhantes passou a receber um desses códigos de acordo com os seguintes pressupostos: se o relevo se constitui por padrões de formas ou padrões de dissecação produzidas por processos erosivos relativamente recentes, receberam a letra símbolo em maiúscula – D (Denudação), seguida de uma outra letra minúscula que indica a tipologia ou geometria do topo da forma, tais como c (convexo), t (tabular), a (aguçado), p (superfície plana por erosão ou por influência estrutural), e (escarpa), v (vertente longa). Assim os códigos dos padrões de formas semelhantes de gênese erosiva (Denudacional) constituem-se por conjuntos Da, Dc, Dt, Dp, De, Dv seguidos dos conjuntos numéricos determinados pelo grau de entalhamento médio dos canais e pela densidade dos canais de drenagem que determinam a dimensão interfluvial média. Estes componentes numérico são extraídos da Matriz dos Padrões de Dissecação do Relevo. Para chegar-se aos valores numéricos (dados morfométricos) que acompanham os códigos dos Padrões de Dissecação, efetuou-se medidas com régua escala das dimensões interfluviais médias de cada Padrão de Formas Semelhantes identificadas, enquanto para o entalhamento médio dos canais de drenagem, o procedimento fora extrair dados das cartas topográficas existentes em escalas maiores (1:100.000). Traçou-se linhas auxiliares transversais entre os topos dos divisores de águas e os fundos dos vales, calculando-se a seguir o gradiente topográfico entre o topo e o fundo do vale para cada padrão identificado. A partir deste trabalho as manchas dos Padrões de Formas Semelhantes geradas por erosão pluvio-fluvial receberam os códigos representados por conjuntos alfanuméricos, como por exemplo Dc₁₂, Dt₂₂, Da₃₄, Dv₃₄, Dp (sem números pois são superfícies sem rede de drenagem organizada). Os Padrões de Formas cuja gênese se caracterizam por processos deposicionais ou de Acumulação, ou ainda como também são chamados processos Agradacionais, receberam a letra símbolo maiúscula A (acumulação) seguidas de letras minúsculas que indicam os tipos morfológicos e os processos geradores dessas formas. Assim um código Apf significa: A – Acumulação, p – planície, f – fluvial, ou ainda Apm, A – Acumulação, p – planície, m – marinha, e assim por diante” (ROSS & MOROZ, 1997, p. 22).

A litologia desta unidade morfoescultural é basicamente constituída por arenitos com lentes de siltitos e argilitos com solos dos tipos Latossolo Vermelho-amarelo que ocorrem generalizado e Podzólico Vermelho-amarelo que aparecem com maior frequência nas vertentes mais inclinadas. Tanto um quanto o outro são de textura média à arenosa”.

O Planalto Centro Ocidental (subunidade morfoestrutural do Planalto Ocidental Paulista) apresenta diferentes níveis de Fragilidade Potencial, segundo o Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (USP/IPT/FAPESP, 1997) (figura 6):

- I. Fragilidade Potencial Muito Baixa: formas muito pouco dissecadas a planas, com vales pouco entalhados e baixa densidade de drenagem, possuindo potencial erosivo muito baixo. São representadas por colinas amplas e baixas (Dc_{11} e Dt_{11}), e ocorrem nas áreas que englobam os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Chavantes, Canitar, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande e Espírito Santo do Turvo. Se constitui na principal área canavieira do EDR de Ourinhos;
- II. Fragilidade Potencial Baixa: também apresenta-se com relevo de colinas amplas e baixas. Formas com dissecação baixa, vales pouco entalhados e baixa densidade de drenagem, porém apresentando baixo potencial erosivo. É representado por Dc_{21} , Dc_{22} e Dt_{12} , compreendendo terras dos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, Ipaussu, Bernardino de Campos, Piraju e Óleo e se constitui na segunda maior área com produção canavieira;
- III. Fragilidade Potencial Média: relevo de colinas amplas e baixas, com formas de dissecação média a alta, com vales entalhados e densidade de drenagem média a alta, sendo sujeitas a forte atividade erosiva (Dc_{23} , Dc_{32} , Dc_{33} e Dt_{13}), em áreas distintas do EDR de Ourinhos; uma área que compreende parcela do município de São Pedro do Turvo, estando localizada em um relevo com altitudes até 600 metros, outra que abrange partes dos territórios de Timburi, Piraju, Sarutaiá e Tejupá, que está situada em área de altitude média que pode variar de 500 a 1.000 metros (área de ocorrência de cuesta). Além dessas, existe uma área que se inicia no município de Santa Cruz do Rio Pardo, apresentando altitude variável de 500 a 1.000 metros, que se prolonga no sentido E – NE, até atingir o EDR de Bauru. No conjunto estas áreas não apresentam produções significativas de cana-de-açúcar para industrialização.

No geral, as terras do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos situadas no Planalto Centro Ocidental, subunidade morfoestrutural do Planalto

FIGURA 6: MAPA GEOMORFOLÓGICO DO EDR DE OURINHOS (2002)

Ocidental Paulista, apresentam altitudes variáveis de 300 a 600 metros, apresentando declividades dominantes do relevo de 10 a 20%.

No entanto, uma considerável porção do território que compreende o EDR de Ourinhos, situa-se sobre o domínio morfológico da Depressão Periférica, que está esculpida em sua maioria nos sedimentos Páleo-mesozóicos da bacia, apresentando características de modelado diversos em função da influência tectônica, variação litológica e dos graus de atuação dos processos morfodinâmicos dos mais variados ambientes paleoclimáticos⁸. Esta unidade pode ser assim descrita:

“A Depressão Periférica é recoberta por densa rede de drenagem, salientando-se alguns rios principais como cursos consequentes que, mantendo seu antigo traçado para NW em direção ao eixo da bacia do rio Paraná, a partir de uma superfície de aplainamento antiga (final do Cretáceo e início do Terciário) superimpuseram-se às estruturas paleozóicas e mesozóicas para romper a cuesta basáltica em boqueirões: o Tietê, o Paranapanema, o Moji-Guaçu e o Pardo⁹. Esses rios, como artérias principais de maior capacidade erosiva e provavelmente com interferências tectônicas teriam provocado capturas através de seus afluentes, de primitivos consequentes, que adaptando-se às estruturas, passaram a percorrer as cuestas com nítido desvio em seu traçado, a exemplo do Piracicaba, o Sorocaba, o Capivari, o Itararé, o Apiaí, o Taquari, etc” (PENTEADO, 1976 apud ROSS & MOROZ, 1997, p. 45 – 46).

O EDR de Ourinhos, ocupa território da Depressão do Paranapanema¹⁰, que se constitui em uma subdivisão da Depressão Periférica Paulista, encontra-se delimitada ao norte pela Depressão do Médio Tietê, ao sul pelo Planalto de Guapiara, a leste pelo Planalto de Jundiá e Planalto de Ibiúna, e a oeste limita-se com o Estado do Paraná. Nesta unidade predominam formas de relevo denudacionais cujo modelado constitui-se basicamente por colinas de topos convexos (Dc) e tabulares (Dt).

“A litologia desta unidade morfológica é basicamente constituída por arenitos e arenitos eólicos e os solos são do tipo Areias Quartzosas e Latossolo Vermelho-amarelo. Toda a drenagem, nesta unidade de relevo, é tributária do rio Paranapanema e apresenta um padrão paralelo, sendo que

⁸ “No trecho que compreende o território paulista esta unidade apresenta altitudes que oscilam entre 600 a 750 metros, sendo que as altitudes maiores margeiam as escarpas da frente de Cuesta sustentadas principalmente por derrames basálticos” (ROSS, 1990 apud ROSS & MOROZ, 1997, p. 45).

⁹ O rio Pardo, que se destaca no texto, afluente do rio Grande, localiza-se na porção leste do Estado de São Paulo, não possui nenhuma relação hidrográfica com o rio Pardo, afluente do rio Paranapanema, que percorre os municípios do EDR de Ourinhos (nota do autor).

¹⁰ “A Depressão Periférica Paulista encontra-se subdividida nas seguintes unidades morfológicas: Depressão de Moji-Guaçu, Depressão do Médio Tietê e Depressão do Paranapanema” (ROSS & MOROZ, 1997: p. 46).

a drenagem principal é ressequente, com diáclases orientadas a NE e NW, direções que também se manifestam no traçado dos menores cursos d'água" (adaptado de ALMEIDA apud ROSS & MOROZ, 1997: p. 48).

Na área da Depressão Periférica Paulista, representada no EDR de Ourinhos pela Depressão do Paranapanema, o Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (USP/IPT/FAPESP, 1997), atribui os seguintes níveis de Fragilidade Potencial dos Solos (figura 6):

- I. Fragilidade Potencial Baixa: apresenta relevo de colinas com topos convexos, destacando formas com dissecação baixa, vales pouco entalhados e baixa densidade de drenagem, com baixo potencial erosivo (Dt_{12} e Dt_{22}). Esta área compreende os municípios de Tejupá, Piraju e Taguaí;
- II. Fragilidade Potencial Média: apresenta relevo com colinas de topos convexos (Dc_{13} e Dt_{13}), com formas de dissecação de média a alta, mas apresentando forte atividade erosiva. Engloba parte dos territórios de Fartura e Taguaí;
- III. Fragilidade Potencial Alta: também apresenta relevo de colinas com topos convexos, com formas muito dissecadas, com vales entalhados, associados a vales pouco entalhados, com alta densidade de drenagem. Contudo, sofre processos erosivos agressivos, com probabilidade de ocorrência de movimentos de massa e erosão linear com voçorocas (Da_{34} , Dc_{24} e Dc_{34}). Compreende o extremo sul do território do EDR de Ourinhos, onde estão situados os municípios de Fartura e Taguaí.

No conjunto, as áreas do EDR de Ourinhos que se localizam na Depressão do Paranapanema, possuem altitudes que variam de 600 a 700 metros, e as declividades dominantes são de 10 a 20%, apresentando maiores probabilidades de processos erosivos que as áreas situadas no Planalto Centro Ocidental, e onde as áreas destinadas à cultura canavieira são de pequena proporção.

Conforme estudos realizados sobre os tipos de solos do Estado de São Paulo/"Mapa Pedológico do Estado de São Paulo" (EMBRAPA/IAC, 1999), as principais classes de solos que são predominantes na área do EDR de Ourinhos, podem ser resumidos nas seguintes classes (figura 7):

- Argissolos (PVA): a classe dos Argissolos estabelecido pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SBCS) apresenta maior discrepância em relação aos demais tipos de solos citados neste estudo. No EDR de Ourinhos este tipo de solo é denominado de Solos Podzolizados de Lins e Marília

(variação Lins e variação Marília) e os Podzolizados Vermelho-amarelos (variação Laras¹¹). Os solos podzolizados de Lins e Marília constituem um agrupamento formado por solos arenosos, desenvolvidos a partir do arenito Bauru com cimento calcáreo. Apresentam no geral, dois horizontes bem distintos. O primeiro, superficial, bastante arenoso e solto, com profundidade que varia de poucos centímetros até mais de um metro, bastante exigente quanto às práticas conservacionistas e de adubação. O segundo horizonte já é bem argiloso e compacto. Segundo o Estudo de OLIVEIRA et al. (1999), os solos do EDR de Ourinhos são classificados em PVA2, PVA10, PVA72, PVA79 E PVA82 (tabela 8).

Argissolos Vermelhos (PV): também conhecido por Solos Podzolizados de Lins e Marília (variação Marília), e com características semelhantes aos Argissolos (PVA), distingue-se deste pelo caráter espessoarênico ser bem menos freqüente que o caráter arênico. Em OLIVEIRA et al. (1999), os Argissolos Vermelhos (PV) existentes no EDR de Ourinhos são diferenciados em duas categorias, que são PV5 e PV7 (tabela 8).

- Latossolos Vermelhos (LV): os latossolos podem ser classificados em Roxo¹², Vermelho-escuros, Vermelho-amarelos e os Vermelho-amarelos húmicos. Se constituem em solos formados de materiais provenientes do arenito Bauru sem cimento calcário, apresentando pequena variação textural ao longo do perfil. Segundo OLIVEIRA et al. (1999), os latossolos que ocorrem o EDR de Ourinhos são classificados em LV1, LV4, LV6, LV45, LV47 e LV73 (tabela 8).
- Latossolos Vermelho-amarelos (LVA): os Latossolos Vermelho-amarelos da SBCS correspondem aos anteriormente denominados Latossolos Vermelho-amarelos e Latossolos Vermelho-amarelos húmicos. No EDR de Ourinhos os Latossolos Vermelho-amarelos (LVA) são classificados em LVA13 (tabela 8), compreendendo a parte oriental do município de Tejupá, na área circunvizinha à represa de Jurumirim.

¹¹ “Podzólico Vermelho-amarelo (variação Laras): bastante semelhante ao anterior, porém em grau menos acentuado, devido ao fato de ser originado a partir de arenitos (Glacial e Botucatu - Pirambóia). Esse solo, dependendo da textura e outros fatores, pode ser regular ou não adequado à agricultura, pois apresenta problemas de fertilidade, por vezes muito graves, além de ser propício ao processo erosivo e também possuir limitantes para a mecanização da lavoura” (adaptado de BRAY, 1980).

¹² Do italiano *rosso*, idioma que deu origem ao vocábulo, significa vermelho. Apresenta alta friabilidade ao longo de todo o perfil, muito profundo, argiloso, bem drenado, formado a partir de rochas eruptivas básicas, sendo considerado solo de grande fertilidade para a agricultura (nota do autor).

FIGURA 7: MAPA PEDOLÓGICO DO EDR
DE OURINHOS (2002)

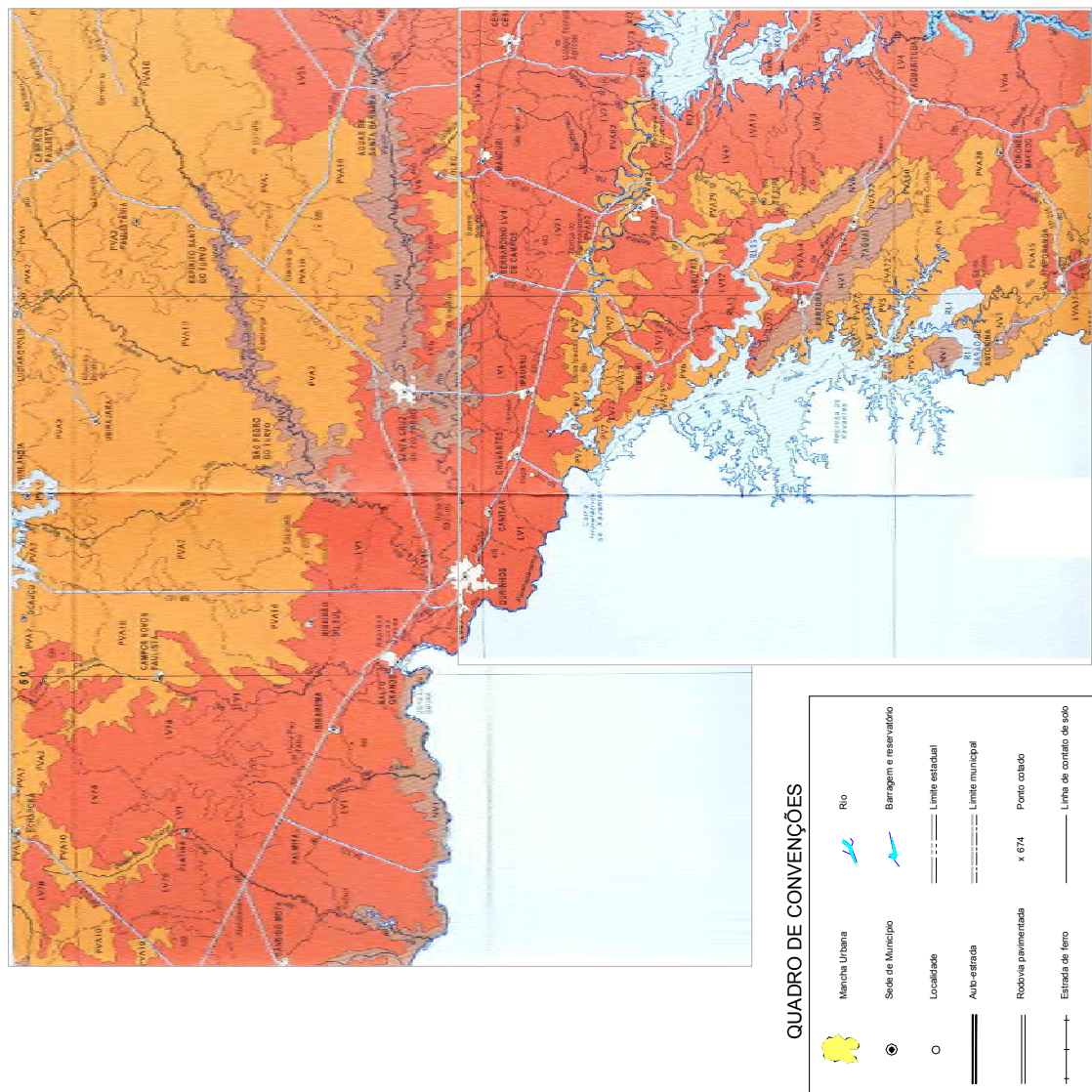


Tabela 8 – As Classes de Solos no EDR de Ourinhos

SOLOS	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
ARGISSOLOS (PVA)	
PVA2	Eutróficos abrupticos A moderado, textura arenosa/média e relevo suave ondulado e ondulado.
PVA10	Eutróficos + Argilosos Vermelhos Distróficos e Eutróficos, ambos textura arenosa/média e média, relevo suave ondulado + Latossolos Vermelhos, Distróficos, textura média, relevo plano, A moderado (todos).
PVA72	Distróficos + Luvisolos Crômicos Órticos, ambos abrupticos ou não, textura média/argilosa e argilosa, relevo suave ondulado e ondulado + Neossolos Litólicos Eutróficos e Distróficos, textura média e argilosa, relevo ondulado e forte ondulado (todos), A moderado.
PVA79	Distróficos abrupticos ou não, textura arenosa/média, relevo suave ondulado + Neossolos Litólicos Distróficos, textura média, relevo forte ondulado (ambos), A moderado + afloramentos de rochas, relevo escarpado.
PVA82	Distróficos textura média/argilosa + Nitossolos Vermelhos Eutroféricos, textura argilosa (ambos), relevo ondulado + Neossolos Litólicos Eutróficos e Distróficos, textura indiscriminada, relevo forte ondulado (todos), A moderado.
LATOSSOLOS VERMELHOS (LV)	
LV1	Eutroféricos e Distroféricos A moderado, textura argilosa, relevo plano e suave ondulado.
LV4	Eutroféricos e Distroféricos + Latossolos Vermelhos Distróficos (ambos), A moderado, textura argilosa, relevo suave ondulado.
LV6	Eutroféricos e Distroféricos, relevo plano e suave ondulado + Nitossolos Vermelhos Eutroféricos, relevo suave ondulado e ondulado (ambos), A moderado e cherozêmico, textura argilosa.
LV45	Distróficos A moderado textura média, relevo plano e suave ondulado
LV47	Distróficos A moderado e proeminente, textura argilosa, relevo suave ondulado e ondulado.
LV73	Distroféricos A moderado + Latossolos Vermelho-Amarelos A húmico + Argissolos Vermelhos (ambos) Distróficos (todos), A moderado, textura argilosa, relevo suave ondulado e ondulado.
NITOSSOLOS VERMELHOS (NV)	
NV1	Eutroféricos + Latossolos Vermelhos Eutroféricos (ambos), A moderado, textura argilosa, relevo suave ondulado e ondulado.
NV6	Eutróficos A Chernozêmico + Argissolos Vermelho-Amarelos Eutróficos e Distróficos, A moderado (ambos), textura argilosa, relevo ondulado e forte ondulado + Neossolos Litólicos Eutróficos e Distróficos A Chernozêmico e moderado, textura média e argilosa, relevo forte ondulado.
ARGISSOLOS VERMELHOS (PV)	
PV5	Distróficos abrupticos, textura média/argilosa, relevo ondulado + Latossolos Vermelhos Distróficos, textura argilosa, relevo suave ondulado (ambos), A moderado.
PV7	Distróficos + Nitossolos Vermelhos Distroféricos (ambos), relevo ondulado + Neossolos Litólicos Distróficos, relevo ondulado e forte ondulado (todos), A moderado, textura argilosa.
NEOSSOLOS LITÓLICOS (RL)	
RL13	Distróficos, textura arenosa + Cambissolos Háplicos Tb Distróficos, textura média e argilosa (ambos), relevo forte ondulado + Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos, textura média/argilosa e arenosa/média, relevo ondulado e forte ondulado.
NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS (RQ)	
RQ3	Órticos + Latossolos Vermelho-Amarelos, textura média (ambos), Distróficos, A moderado, textura média (ambos), Distróficos, relevo suave ondulado e plano.
LATOSSOLOS VERMELHO-AMARELOS (LVA)	
LVA13	Distróficos, textura média + Neossolos Quartzarênicos Órticos Distróficos (ambos), A moderado, relevo suave ondulado e plano.

Fonte: OLIVEIRA et al. (1999)

- Nitossolos Vermelhos (NV): também conhecidos como Terra Roxa Estruturada, os solos aqui mencionados são Nitossolos Vermelhos Eutróficos Chernossólicos, que apresentam maior capacidade de troca de cátions do que os típicos, sendo por isso solos de grande potencial nutricional, assemelhando-se bastante aos Chernossolos, sendo que a declividade do relevo restringe as opções de uso de tais solos. Ele ocorre nos vales dos rios Pardo, Turvo e Paranapanema, além de ser observado em áreas dos municípios de Fartura e Taguaí. Segundo OLIVEIRA et al. (1999), os Nitossolos Vermelhos do EDR de Ourinhos são classificados em NV1 e NV6 (tabela 8).
- Neossolos Litólicos (RL): são solos formados por material mineral ou orgânico com menos de 40 cm. de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Segundo OLIVEIRA et al. (1999, p. 76), “os solos com horizontes A ou O hístico com menos de 40 cm. de espessura assente diretamente sobre rocha ou sobre horizonte C ou Cr ou sobre material com 90% (por volume) ou mais de sua massa constituída por fragmentos de rocha com diâmetro maior que 2 mm. (cascalhos, calhaus e matacões) e que apresentam caráter litóide dentro de 50 cm. da superfície do solo. Admite um horizonte B em início de formação cuja espessura não satisfaz a qualquer tipo de horizonte B diagnóstico”.
No EDR de Ourinhos o Neossolo Litólico é classificado como RL13 (tabela 8), ocorrendo na Depressão do Paranapanema (subunidade da Depressão Periférica Paulista) no município de Fartura em sua porção N, no limite com o município de Sarutaiá, estendendo-se para NW até atingir Timburi, e a E, nas proximidades com o município de Tejupá.
- Neossolos Quartzarênicos (RQ): possui características morfoestruturais semelhantes aos dos Neossolos Litólicos. No entanto, em OLIVEIRA et al. (1999, p. 76), são

“solos com seqüência de horizonte AC, sem caráter litóide dentro de 50 cm. de profundidade, apresentando textura areia ou areia franca os horizontes até, no mínimo, à profundidade de 150 cm. a partir da superfície ou até presença de caráter litóide; essencialmente quartzozas, tendo nas frações areia grossa e areia fina 95% ou mais de quartzo e, praticamente ausência de minerais primários alteráveis (menos resistentes ao intemperismo)”.

No EDR de Ourinhos ocorre a classificação RQ3 (tabela 8) dos Neossolos Quartzarênicos, a porção E do município de Piraju, junto à represa de Jurumirim.

Em relação à hidrografia desta área pode-se citar o rio Paranapanema como o principal curso d'água, onde os demais cursos d'água são seus tributários. Os principais afluentes da margem direita do rio Paranapanema são os rios Pardo e Turvo (que tem como afluentes o rio Alambari e o ribeirão São João) e o rio Novo. Na margem esquerda do rio Paranapanema se constituem em afluentes o rio Itararé (que serve como divisa dos Estados de São Paulo e Paraná) e o ribeirão Fartura. Nesta área encontram-se os lagos das Usinas Hidrelétricas de Chavantes e de Jurumirim (figura 8).

Segundo o estudo de LOMBARDI NETO & DRUGOWICH (1994), os tipos climáticos que abrangem o EDR de Ourinhos são o clima tropical de altitude (Cwa), com inverno seco e verão quente, dominando na maior parte da área do Planalto Ocidental Paulista, e o clima tropical sem estação seca (Cfa), que predomina ao sul do planalto, no vale do rio Paranapanema, na área que compreende a Depressão Periférica Paulista. A área em estudo possui médias de temperaturas anuais variando de 20°C a 22°C, e a média máxima pode atingir 30°, enquanto a média da mínima é de 16°C¹³. As precipitações anuais, sendo que mais de 80% das precipitações ocorrem nos meses de verão, e o restante no período de inverno.

As precipitações pluviais verificadas os últimos trinta anos podem demonstrar que o EDR de Ourinhos possui um índice pluviométrico maior no mês de janeiro, estação do verão, que apresenta maior umidade relativa do ar. Nessa época são bastante significativas as precipitações pluviométricas, sendo geralmente superiores a 100 mm., chegando em algumas situações a superar os 250 mm. neste mês (tabela 9).

¹³ As temperaturas costumam variar dependendo da latitude e da altitude do lugar. Municípios como Bernardino de Campos e Ipaussu podem ser destacados como exemplos. São áreas mais elevadas do relevo, se comparados à outros municípios da área em estudo. Além disso, a localização geográfica no topo da vertente do rio Paranapanema, formando um grande vale favorece a circulação mais rápida e intensa das massas de ar, ocasionando uma redução da temperatura média anual. Inclusive a proximidade com a desembocadura do rio Itararé e a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Chavantes, nas proximidades da junção com o rio Paranapanema resultam em um vento constante que pode ser observado por pessoas que moram ou circulam diariamente pelo local (nota do autor).

FIGURA 8 – PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO EDR DE OURINHOS



Fonte: FAZANO (2003)

Municípios Pertencentes ao EDR de Ourinhos

-  Limites Estaduais
-  Limites Municipais
-  Rios Principais
-  Rios Secundários
-  Reservatório (Represa)
-  Sedes de Município
-  Municípios do EDR de Ourinhos

- 1 – Bernardino de Campos
- 2 – Canitar
- 3 – Chavantes
- 4 – Espírito Santa do Turvo
- 5 – Fartura
- 6 – Ipaussu
- 7 – Óleo
- 8 – Ourinhos
- 9 – Piraju
- 10 – Ribeirão do Sul
- 11 – Salto Grande
- 12 – Santa Cruz do Rio Pardo
- 13 – São Pedro do Turvo
- 14 – Sarutaiá
- 15 – Taguai
- 16 – Tejupá
- 17 – Timburi

ORGAN.: Reinaldo L. Selani
DES.: Franco F. Oliveira

Tabela 9 – Históricos de Precipitações Pluviais no EDR de Ourinhos: mês de janeiro (verão) – Período de 1970 a 2000

Local	Precipitação no mês de janeiro (mm.)			
	1970	1980	1990	2000
Chavantes	214,0	143,4	240,5	78,3
Fartura	246,7	165,5	331,0	110,6
Óleo	114,5	141,3	429,0	192,8
Ribeirão do Sul	114,0	375,1	346,6	97,4
Santa Cruz do Rio Pardo	125,1	163,9	426,2	191,4
Taguaí	197,2	197,6	238,3	127,1

Fonte: DAEE (2004)

Para o mês de julho, estação do inverno, a umidade relativa do ar diminui consideravelmente, apresentando precipitações pluviométricas bem mais modestas, que de um modo geral são inferiores a 100 mm., podendo em algumas situações extremas, apresentar índices pluviométricos inferiores a 10 mm. neste período (tabela 10).

Tabela 10 – Históricos de Precipitações Pluviais no EDR de Ourinhos: mês de julho (inverno) – Período de 1970 a 2000

Local	Precipitação no mês de julho (mm.)			
	1970	1980	1990	2000
Chavantes	19,8	35,1	101,8	30,1
Fartura	12,9	30,6	133,9	55,2
Óleo	8,2	15,4	116,2	42,9
Ribeirão do Sul	33,0	9,8	77,5	37,4
Santa Cruz do Rio Pardo	23,4	19,3	126,9	59,7
Taguaí	10,0	55,1	138,3	23,4

Fonte: DAEE (2004)

De um modo geral, as condições climatológicas são bastante favoráveis às atividades agrícolas no EDR de Ourinhos (tabela 11). Segundo dados do CIIAGRO (2004), as temperaturas médias registradas nesta área no mês de janeiro de 2002, variava entre 23°C e 26°C, nos centros de coletas de dados existentes nos municípios de Ipaussu, Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo. As precipitações pluviométricas registradas nesse período foi bastante significativa, variando de 241 mm (Ourinhos) a 387 mm. (São Pedro do Turvo). Com isso, a evapotranspiração potencial (ETP), apresentou resultados positivos e bastante significativos, sendo que o total registrado os postos de coleta variou de 124 mm., obtidos no posto de coleta de Ipaussu, a 136 mm. no posto de coleta de dados climatológicos de Ourinhos.

Tabela 11 – Resenha da Temperatura Média, Evapotranspiração Potencial (ETP) e Precipitação no EDR de Ourinhos no mês de janeiro de 2002

Local	Temperatura Média Mensal (°C)	Evapotranspiração Potencial (mm.)	Precipitação (mm.)
Ipaussu	23,5	124	318
Ourinhos	25,8	136	241
Santa Cruz do Rio Pardo	25,6	135	384
Santa Cruz do Rio Pardo (Guacho)	23,7	125	297
São Pedro do Turvo	25,5	134	387

Fonte: CIIAGRO (2004)

Segundo BRAY (1980, p. 42),

“como zona tropical limítrofe, e sofrendo as influências das penetrações da massa polar nos meses de inverno, o vale do Paranapanema está sujeito às geadas, e possui no geral características climáticas semelhantes às demais áreas do oeste paulista”.

As ocorrências de geadas na área, atingem mais as baixadas (segundo dados do DAEE de Salto Grande existem 46% de probabilidade de que a temperatura mínima absoluta possa ser menor ou igual a 2°C), devido à maior acumulação noturna de ar frio¹⁴. O EDR de Ourinhos possui condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura,

“possuindo um calendário agrícola definido em relação à existência de um ritmo sazonal alternado em estação quente e chuvosa, e estação com quedas de temperatura e mais seca. Esse ritmo sazonal definido é um dos fatores fundamentais para a cultura canavieira na área, pois, esta necessita de um período quente e úmido (fase do amadurecimento e enriquecimento da sacarose – época da colheita). Mas esse fato não quer dizer que, quando ocorrem geadas mais violentas ou um período úmido mais prolongado, bem como um período seco mais longo, a produção canavieira na área não seja afetada (adaptado de BRAY: 1980, p. 42).

A área que compreende o EDR de Ourinhos pertencia à região da Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifolia), que se caracterizava por apresentar uma vegetação condicionada à dupla estacionalidade climática, onde dominava uma estação tropical bastante úmida, com ocorrências de intensas precipitações, seguida por um período de estiagem acentuada, e outra estação subtropical, sem período seco, mas onde se observava uma seca fisiológica, provocada pelo intenso frio do inverno. Atualmente se encontra representada em

¹⁴ “Este foi o fator responsável na organização das propriedades cafeeiras do Paranapanema, onde o café sempre fugiu das baixadas e se implantou ao longo dos espigões e altas encostas” (BRAY, 1980: p. 42).

pequenas áreas de reservas em algumas propriedades privadas e públicas, pois houve intensa ação antrópica. Compreende áreas dos municípios de Ourinhos, Salto Grande, Ipaussu, Chavantes, Canitar, Ribeirão do Sul e Timburi que apresentam uma distribuição territorial mais significativa dentro deste domínio – área mais próxima do rio Paranapanema. Também domina em partes dos municípios de São Pedro do Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo (municípios de grande extensão territorial dentro da área em estudo).

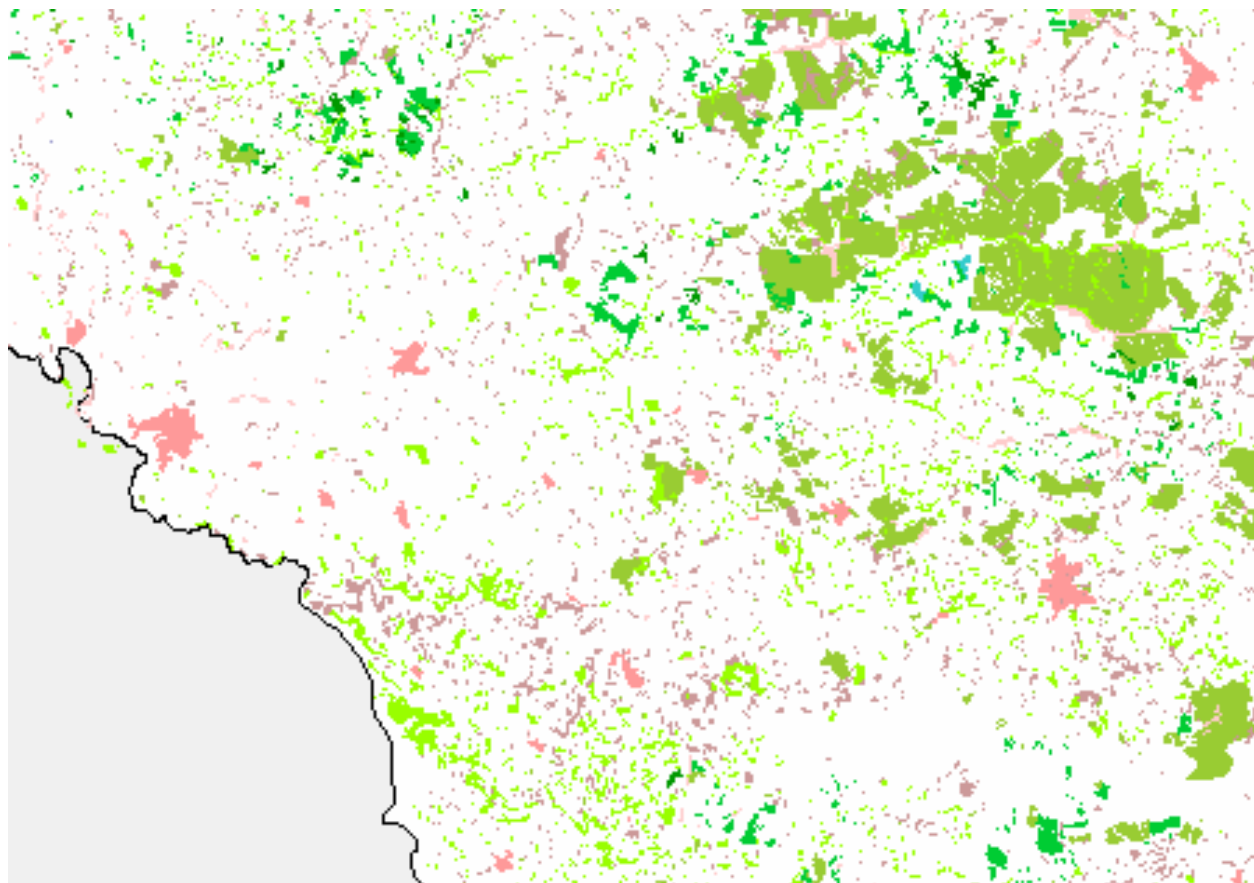
Pode-se destacar ainda outros tipos de vegetações predominantes nessa área, como a savana (cerrado), composto das matas de cerradão e dos campos cerrados nos espigões, planaltos e cuevas dessa área. Segundo BRAY (1980, p. 38),

“as áreas de cerradões e campos cerrados dos espigões da Sorocabana tiveram uma importância muito grande para a penetração mineira na área e para a organização agrária, em relação às áreas dominadas pela mata tropical, que tiveram uma ocupação efetiva após a entrada dos cafezais, criação de gado e outros produtos comerciais (entre eles a cultura canavieira a partir de 1940)”.

Municípios como Espírito Santo do Turvo, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Óleo, Bernardino de Campos, Piraju, Sarutaiá, Tejupá, Taguaí e Fartura apresentavam esse tipo de vegetação em seu território municipal, variando muito a intensidade da ocorrência de um caso para outro, porém houve drástica redução desses domínios decorrentes da ocupação do solo para outras atividades, como a agricultura e a pecuária.

No entanto, na última década do século XX, observou-se um maior aumento das áreas de mata e de reflorestamento, devido à aplicação da legislação ambiental (Código Florestal), através da Lei Federal nº 7.803 / 89. As áreas de várzeas mais significativas aparecem junto aos cursos d'água, principalmente os de maior expressão (figura 9). Quanto à ocupação econômica do solo no período de 2002, pode-se destacar a existência de uma área expressiva de cobertura vegetal próxima ao vale do rio Paranapanema, no domínio do Planalto Ocidental Paulista, que reflete a ocorrência de culturas agrícolas modernas, e entre elas, a cana-de-açúcar, que é o principal produto agrícola do EDR de Ourinhos (figura 10).

FIGURA 9: – TIPOS DE OCUPAÇÃO DO SOLO SEGUNDO A FORMAÇÃO VEGETAL NO EDR DE OURINHOS



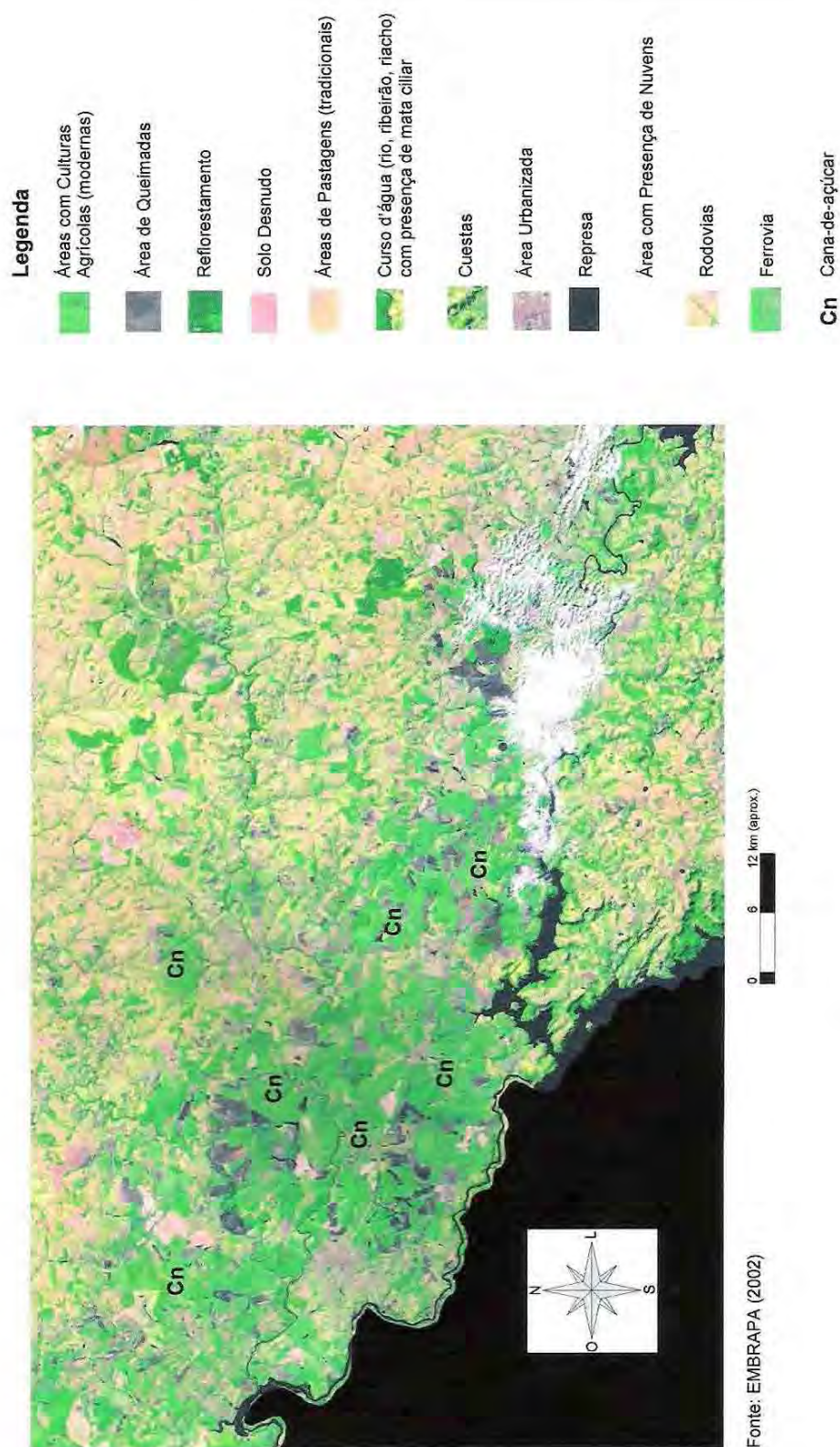
Fonte: Instituto Florestal / SMA (1993)

Legenda

- | | |
|--|---|
| ■ Área Urbanizada | ■ Campo Cerrado |
| ■ Campo Cerrado | ■ Reflorestamento |
| ■ Cerradão | ■ Várzea |
| ■ Cerrado | ■ Vegetação Secundária |

ORGAN.: Reinaldo L. Selani
DES.: Franco F. Oliveira

FIGURA 10: – A OCUPAÇÃO DO SOLO NO EDR DE OURINHOS - PERIODO DE 2002



ORGAN.: Reinaldo L. Selani
DES.: Franco F. Oliveira

Com isso, conclui-se o estudo das condições naturais do EDR de Ourinhos, onde a seguir serão abordadas as principais características agrícolas, e a importância da cultura canavieira para esta área.

2. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS AGRÍCOLAS DO EDR DE OURINHOS

2.1. INTRODUÇÃO

Os municípios localizados no Médio Vale do Paranapanema, mais precisamente no EDR de Ourinhos, sempre se destacaram na produção de produtos agrícolas, desde suas origens. Sem sombra de dúvida, a cafeicultura foi, historicamente, a responsável pelo grande desenvolvimento desses municípios, mas ao seu lado, sobressaíram importantes produtos agrícolas. Isso se aplica a todos os municípios dessa área.

Como visto no capítulo 1, Santa Cruz do Rio Pardo e Piraju se destacaram pela formação de mais de uma dezena de novos municípios (Santa Cruz do Rio Pardo deu origem aos municípios de São Pedro do Turvo, Salto Grande, Ipaussu, Óleo, Chavantes, Bernardino de Campos e Espírito Santo do Turvo; e Piraju foi responsável pela formação de Fartura, Manduri, Sarutaiá, Tejupá e Timburi), que em um determinado momento histórico estiveram integrados geograficamente a seus territórios, e que também faziam parte dos dados estatísticos dos dois pólos agrícolas no início do século XX.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, segundo JUNQUEIRA (1994, p. 41),

“ao lado do café, as culturas que mais movimentaram a vida econômica foram o algodão e a alfafa. Considerado o ouro branco, o algodão serviu de excelente alternativa econômica para Santa Cruz do Rio Pardo, em torno de 1918, quando a grande geada provoca violenta crise no mercado de café. Além dessas, o milho aparece como um importante cultivo, que era utilizado principalmente na alimentação de suínos e bovinos do município”.

Também no que diz respeito à produção agrícola, os habitantes necessitavam de cereais (arroz e feijão principalmente). Os antigos habitantes do município de Santa Cruz do Rio Pardo produziam, além do café, uma variedade de produtos agrícolas para sua manutenção e mesmo para comercializá-los. Como a falta de meios de transportes mais rápidos e eficazes para outros centros era grande, os

produtores locais se responsabilizavam pela produção e suprimento das necessidades locais.

Em Piraju a situação praticamente foi a mesma, com algumas pequenas alterações. Segundo dados apontados por CÁCERES (1998: p. 82), “as maiores culturas agrícolas pirajuenses em meados de 1920 foram o café, o algodão, o milho, o feijão e o arroz”. No caso da produção de milho, a maior parte era utilizada na alimentação de suínos e bovinos, do qual Piraju, assim como Santa Cruz do Rio Pardo, era grande produtor. Um relato bastante interessante para a época destaca a produção de álcool para aguardente nesse município, entre as principais receitas obtidas com o comércio de produtos agrícolas. Também em Piraju buscava-se primordialmente a produção do café e dos produtos de subsistência, estes gêneros de primeira necessidade para a alimentação da população.

Em Ourinhos, em meados de 1920, as grandes fazendas do município se dedicavam ao cultivo do café, do trigo e da alfafa, além de produtos de subsistência. Criavam-se muare, ao lado de suínos e bovinos. Podemos traçar um perfil histórico da agricultura do EDR de Ourinhos nas primeiras décadas do século XX: café, o principal produto e que se destinava à exportação, algodão, alfafa e milho. Ao lado destas, se desenvolvem as culturas do arroz e do feijão, além do trigo em algumas áreas. No que diz respeito à criação de animais, se destacam os suínos, os bovinos e os muare.

No entanto, o café continuou por muito tempo como o principal produto cultivado nesta área, sendo responsável pela articulação e desenvolvimento das comunidades. Foi o responsável pelo advento das ferrovias, principalmente para o escoamento desse produto, além de propiciar o surgimento de novos focos de povoamento, sendo que o desenvolvimento econômico e o surgimento de uma liderança política local conduziu ao caminho da emancipação político-administrativa.

Segundo MONBEIG (1984), nos idos de 1920,

“de todas as regiões de terra roxa, uma só mantém, e brilhantemente, uma produção elevada: a de Chavantes, compreendendo também os municípios de Ipaussu, Óleo, Piraju e Ourinhos, com rendimentos recorde de 102 arrobas (por 1.000 pés)”.

Com a crise econômica de 1929 a produção brasileira de café se debate em momentos de agonia. O EDR de Ourinhos também sentiu os efeitos desse momento.

No Brasil acontecia a superprodução de café, com uma safra de 26 milhões de sacas do produto. O colapso financeiro derruba os preços do café, e os anos de 1929 e 1930 serão extremamente críticos para a vida nacional. As crises e as falências sucederam-se em todos os setores, ligados ou não à cafeicultura.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju, Ourinhos e em todos os municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), a derrubada dos preços do café, além de atingir seriamente os agricultores do setor, levou empresários e comerciantes a suspenderem contratos comerciais, e em alguns casos, a situação de falência se torna inevitável. A partir desse momento, outras culturas começam a se despontar como alternativas de desenvolvimento econômico. A cana-de-açúcar vai substituindo os espaços agrícolas deixados pelos antigos cafezais, preparando espaço para a implantação das agroindústrias sucroalcooleiras no futuro.

A seguir, faz-se mister relatar as principais transformações ocorridas com a agricultura no EDR de Ourinhos, destacando as principais culturas de cada época:

- Na década de 40, as culturas que mais se sobressaíam no contexto agrícola do EDR de Ourinhos, eram o algodão e o café;
- Nos anos de 1960, os principais cultivos agrícolas eram a cana-de-açúcar (que surge como a grande cultura da época), o milho, o feijão, a melancia e o amendoim;
- Na década de 70, além da cana-de-açúcar, ocorre a retomada do plantio do café nos municípios do EDR de Ourinhos, e há a introdução da cultura da soja, e;
- Nos anos de 1980, há uma reorganização no espaço agrário na área, com o café deixando de ser a principal cultura agrícola, dando espaço para a soja, cana-de-açúcar, milho, laranja, mandioca, arroz e feijão, entre outras.

Além desses cultivos, ainda existem no EDR de Ourinhos a produção de legumes e hortaliças em estufas, que tem apresentado grande crescimento nas propriedades rurais.

2.2. A Modernização da Agricultura Brasileira

Durante a década de 30 a agricultura brasileira mantinha vínculos com setores urbano-industriais através do abastecimento do mercado interno e externo com produtos alimentícios e matérias-primas, uma vez que as técnicas de cultivo eram bastante simples, sem necessidade do uso de máquinas, equipamentos, implementos e insumos industriais.

Segundo AVELINO JUNIOR (1994, p. 29),

“a partir de meados da década de 50 o aprofundamento do processo de industrialização – decorrente da progressiva internacionalização da economia – associada à crescente urbanização do país, redundaram na inviabilização do modelo agrícola extensivo, já que a forma tradicional de produzir no campo revelava seus limites, que não eram superados de todo o avanço da fronteira¹⁵”.

Com a implantação de programas especiais, voltados para cada região do país, e de utilização de políticas públicas (crédito, preços mínimos, etc.), o Estado brasileiro se tornou na década de 70 no principal agente do processo de modernização da agricultura¹⁶, que era centrada na transformação da base técnica

¹⁵ “No período 1930 - 1955, o processo de integração do mercado nacional permitiu a consolidação do domínio do mercado nacional de mercadorias pelo capital industrial sediado no pólo, especialmente em São Paulo. A partir de 1962 – 1967, o processo de integração passou a contemplar também a forma mais avançada, a da dominação do processo de acumulação de capital à escala nacional, isto é, as decisões privadas de inversões na periferia, do capital industrial sediado no pólo, seriam tomadas quase que independentemente das decisões da tecnocracia e burguesia regionais” (AVELINO JÚNIOR, 1994: p. 34).

¹⁶ AVELINO JUNIOR (1994), destaca em seu estudo três consequências principais no campo econômico decorrentes da modernização da agricultura: **I. Atividade Industrial:** Houve rápida redução e em muitos casos o total desaparecimento das oficinas, atividades de caráter artesanal e pequenas indústrias características da fase da agricultura tradicional, que produziam grande parte dos equipamentos e instrumentos de trabalho ou beneficiavam a produção agrícola, naquela fase de economia integrada a nível local e regional. Por outro lado, aproveitando a expansão modernizadora, surgiram algumas indústrias de médio e grande porte voltadas à produção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas modernos, sendo que nas últimas décadas estas empresas acabaram se associando aos grupos estrangeiros, através da estratégia utilizada pelas transnacionais; **II. Atividade Comercial:** a modernização da agricultura trouxe grandes transformações na atividade comercial, que se acentuaram principalmente nos últimos trinta anos. Tais mudanças se inserem dentro do contexto global da economia brasileira cada vez mais integrada de modo dependente à economia mundial, de que a modernização da agricultura é apenas um dos aspectos mais próximos e, por isso, mais palpável de toda uma complexa rede de interesses mais amplos e entrelaçados, a nível nacional e mundial. Com o avanço da modernização tendem a desaparecer os pequenos comerciantes das localidades interioranas, bem como os atacadistas instalados nos centros urbanos maiores, que até então compravam e comercializavam a produção agrícola e forneciam aos varejistas e às famílias rurais os artigos de uso comum. Surgem e adquirem expressão os representantes das fábricas de máquinas e insumos agrícolas modernos; e, **III. Setor financeiro:** O crédito fácil e barato foi o principal fator do processo de modernização da agricultura. Volumes crescentes de dinheiro foram sendo postos à disposição dos produtores rurais, à medida que a modernização avançava. Crédito para todas as fases do processo produtivo, bem como para a comercialização e a industrialização da produção agrícola, além da construção de armazéns. A modernização da agricultura foi principalmente movida a crédito. As agências

de produção, através da incorporação de novas tecnologias voltadas para o incremento da produtividade da terra e do trabalho. Conforme ressalta PIQUET & RIBEIRO (1991, p. 73),

“essa mudança na forma de produzir, em que os meios de produção tradicionais – terra e trabalho – tornam-se insuficientes para assegurar uma atividade até então caracterizada pelo seu primitivismo e pelo seu atraso na divisão social do trabalho, torna-se possível pela internalização, ao longo dos anos do milagre, do setor de bens de capital e insumos para a agricultura”.

A agricultura vai se subordinando a um novo modelo de produção, onde a indústria passa a comandar a cadeia produtiva, tanto a montante quanto a jusante. Como consequência,

“a transição do modo de produzir/distribuir na agricultura não pode ser examinado no âmbito restrito da agricultura, nas inter-relações entre esta e os dois segmentos industriais que com ela compõem o Complexo Agroindustrial (CAI). Os dois outros segmentos constitutivos do CAI são a indústria para a agricultura numa ponta e na outra a indústria processadora de alimentos e matérias-primas e de distribuição. Definimos o CAI como a forma capitalista da divisão social do trabalho na agricultura” (PIQUET & RIBEIRO, 1991, p. 74).

Em fins da década de 60 começaram a ocorrer mudanças extraordinárias nos métodos de produção agrícola. Vale salientar que no final da década de 50 e início da de 60, as técnicas de cultivo tradicionais não seriam satisfatórias para o desenvolvimento do crescimento agrícola, necessário para garantir a expansão no setor industrial. Introduz-se, a partir desse momento, um processo de modernização conservadora, que se constitui na combinação de planejamento consciente e progressão natural. As políticas agrícolas implantadas, juntamente com o potencial de receitas de exportação, começaram a favorecer o redirecionamento do fluxo de capital urbano-industrial para o setor agrícola. O Brasil sofreu diretamente com as vantagens da tecnologia agrícola, geradas internacionalmente pela revolução verde.

existentes foram assumindo crescente dinamismo e muitas outras foram sendo criadas à medida que a modernização avançava, entrando no mesmo processo dinâmico. Criaram-se postos avançados do Banco do Brasil, que se transformaram em novas agências com o aumento dos contratos de financiamento e das transações financeiras, e numerosos bancos privados utilizam a mesma tática nos centros urbanos, sobretudo a partir da década de 70. O banco que, antes da modernização, era um ambiente restrito principalmente a comerciantes, industriais e profissionais liberais, passou a ser uma instituição financeira que congregava em seu interior todos os tipos de atividades econômicas, incluindo a agricultura, quer para receber depósitos e aplicações, como para conceder empréstimos e financiamentos (adaptado de AVELINO JUNIOR, 1994: p. 37–40).

Com isso, em muitas áreas, o tradicional sistema de latifúndio/minifúndio tão comum no Brasil foi progressivamente convertido num moderno complexo agroindustrial.

Houve o aumento da produtividade das terras agrícolas devido à introdução de máquinas e implementos agrícolas, tais como tratores, fertilizantes e outros insumos de tecnologia, que se tornaram o novo foco de atenção em alguns setores. Ocorreu uma especialização na agricultura, tanto a voltada à exportação quanto a alguns setores do mercado interno, no final da década de 60 e início da de 70¹⁷, ocasionando aumento nos preços das terras agrícolas. A natureza do trabalho agrário foi drasticamente alterada, sendo que

“os trabalhadores residentes permanentes foram expulsos dos grandes latifúndios (os minifúndios internos foram absorvidos pelos fazendeiros) favorecendo os trabalhadores migrantes sazonais. Cada uma dessas etapas foi projetada para tornar as unidades de agroindústria mais produtivas e eliminar ineficiências e redundâncias inerentes ao velho sistema” (BAER, 2002, p. 378).

Com a difusão dos mecanismos introduzidos pela modernização da agricultura, ocorreram transformações tanto na agricultura de exportação quanto para setores voltados para o mercado interno, havendo grande concentração desses mecanismos no Sudeste e, sobretudo, no Estado de São Paulo¹⁸, onde as pesquisas se intensificaram, assim como os recursos de desenvolvimento agrícola. Somente mais tarde, nas décadas de 70 e 80, a modernização agrícola se expandiu para outras áreas do Sudeste (partes de Minas Gerais), do Sul (Estados do Paraná e Rio Grande do Sul) e do Centro-Oeste (áreas de domínio do cerrado).

A característica marcante do crescimento agrícola, que era representada pela incorporação de novas áreas cultivadas, começa a transformar-se, conduzindo a profundas transformações nas relações sociais de produção, pois

“além da generalização do seu caráter mercantil, afirmado nas décadas de 50 e 60, ainda dentro de um padrão extensivo de crescimento, a agricultura

¹⁷ No início dos anos de 1970, a profunda integração entre o processo de produção agropecuária e os setores fornecedores de máquinas e insumos para a agricultura e processadores de matérias-primas de origem agrícola tornou evidente que um fenômeno novo passava a imprimir novos rumos à modernização da agricultura (nota do autor).

¹⁸ Segundo AVELINO JUNIOR (1994, p. 36), “dois aspectos adicionais marcaram também a evolução recente da agricultura paulista: o aumento do uso improdutivo da terra associado à sua valorização, que possibilitou, pelo menos em grande parte da década de 70, que a compra de terras se tornasse uma atividade lucrativa em si mesma, independente de sua utilização; e um forte processo de crescimento dos setores industriais ligados à agricultura, sejam os que ofertam máquinas e insumos para este setor, sejam os que demandam produtos agrícolas para processamento e transformação”.

passa cada vez mais a depender de compras industriais e de serviços técnicos e financeiros para a produção de suas mercadorias. A elevação da participação do consumo intermediário no total do valor bruto da produção agropecuária passa de menos de 15% em 1949 para quase 40% em 1980. A agricultura deixa de ser um mercado de bens de consumo e torna-se um mercado de meios de produção industriais, como compradora de insumos e vendedora de matérias-primas que serão processadas por outros ramos industriais. E mesmo quando seus produtos não sofrem beneficiamento industrial, passam a ser distribuídos dentro de novos padrões industrializados” (PIQUET & RIBEIRO, 1991, p. 73 - 74).

No estudo de PIQUET & RIBEIRO (1991), são levantadas as principais transformações ocorridas no modo de produção agrário no Brasil, após a constituição do CAI na década de 70, que são:

- I. Estendeu-se por todo o país a pequena produção familiar tecnificada. E mesmo onde o grau de tecnificação ainda é baixo ou mesmo muito baixo, observa-se que o acesso ao crédito bancário tornou-se indispensável para assegurar a reprodução social da pequena produção ou produção familiar. Aqueles produtores rurais, a grande maioria ainda, que não foram associados/integrados a esse processo de modernização, mas que sofrem as suas conseqüências, transformaram-se nos pobres do campo, nos excluídos que já não são produtores, senão força de trabalho que vive à mingua, aguardando que se criem formas possíveis de uma inserção mais estável e promissora no desenvolvimento econômico, e para quem a propriedade ou o acesso à terra já não garante senão um nível de sobrevivência aquém do mínimo e obriga a distintas formas de assalariamento;
- II. Ao inserir crescentemente na nova divisão social do trabalho, o produtor, quem quer que seja ele e sobretudo o produtor familiar ou pequeno produtor, insere-se no circuito de intermediação financeira. Sua terra é um meio de produção, logo uma mercadoria, que lhe abre acesso ao capital dinheiro, sem o qual não há como produzir mais e melhor, como impõe o padrão de mercado cada vez mais segmentado do CAI. Sobreviver da terra já não é possível, como indicam as estatísticas que mostram que os pobres do campo são justamente aqueles produtores/trabalhadores que não conseguiram modernizar-se ou o fizeram de forma insuficiente. Com isso, a terra deixa de ser um valor de uso como o era para a pequena produção de subsistência, para o campesinato que conjugava aí produção e consumo;

III. Com a introdução do progresso técnico e a nova forma de produzir/distribuir na agricultura, a terra deixa de servir à reprodução, bem de consumo. Seu valor de uso hoje é ser valor de troca. Essa mudança no uso da terra e no sentido da propriedade é também determinada por uma nova característica que toma, a de reserva de valor. Além de meio de produção capitalista, a terra tornou-se um ativo financeiro de alta liquidez num mercado de títulos de propriedade bastante instável, valorizando-se de maneira acelerada e em níveis altamente competitivos com o de outros ativos financeiros.

Resumidamente, o capital comanda toda a dinâmica de transformação/integração, regulando todas as atividades nas diferentes cadeias produtivas nos seus distintos níveis e esferas. A agricultura vai se subordinando ao capital industrial e ao capital financeiro, que são os agentes responsáveis pela (re)criação das suas condições naturais.

Com a crise provocada pelo petróleo (a partir de 1973), o setor de produção agrícola para exportação passou a receber atenção especial como instrumento de melhoria da balança comercial em queda. No setor energético,

“a produção de cana-de-açúcar, em especial, começou a se expandir extraordinariamente em 1977 com a criação do PROÁLCOOL, um programa do governo federal destinado a promover a produção de álcool de cana-de-açúcar como substituto do petróleo¹⁹” (BAER, 2002, p. 378).

No entanto, no período de 1978–79, quando aconteceu a segunda crise do petróleo que eleva os juros internacionais, além de condições climáticas desfavoráveis e a redução das áreas cultivadas, foram responsáveis pela grande queda na produção agrícola nesse período. Essa situação despertou a atenção da sociedade para o grande problema da agricultura brasileira, que era a produção insuficiente de alimentos para consumo interno, pois haviam fatores como a falta de crédito, de preços subsidiados e a políticas macroeconômicas que não incentivaram a agricultura voltada para o mercado interno²⁰.

¹⁹ “A internacionalização da economia brasileira, os avanços tecnológicos e a proletarianização da mão-de-obra foram somente algumas das forças geradas pela industrialização que em breve devastariam a natureza feudal/tradicional da agricultura brasileira. O conceito de que a habitual dependência do petróleo importado poderia terminar com a produção de álcool de cana-de-açúcar em larga escala foi apenas um dos resultados dessa era de renovação” (BAER, 2002, p. 373).

²⁰ “O plantio de culturas alimentares vinha crescendo a uma taxa reduzida desde a internacionalização da economia brasileira no início e meados da década de 60. Durante o período de 1966 – 67, a taxa de crescimento médio anual das culturas alimentares nacionais foi de 3,3%, enquanto a de safras exportáveis foi de 20% ao ano. Todos os fatores que coincidiram para estimular a produção em larga escala de culturas para exportação –

Com a crise de 1978–79, houve a sensibilização da parte do governo federal para a urgência de se implantar uma política agrícola que estimulasse o cultivo de alimentos para o mercado interno. O Programa de Prioridade Agrícola surgiu com esse objetivo, pois enfatizava também as culturas de energia, como a cana-de-açúcar e produtos de exportação. Como resultado, o setor agrícola recuperou-se rapidamente, com taxas positivas de crescimento.

Na segunda metade da década de 80 e início da de 90, a produção de alimentos aumentou consideravelmente, devido, dentre outros fatores, da eliminação de políticas discriminatórias, principalmente no caso do arroz (formação de uma moderna área irrigada no Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos anos de 1990, responsável por 40% da produção nacional) e do milho (houve uma rápida expansão de uma moderna área de cultivo nos Estados do Paraná, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina)²¹, sendo que para ambas as situações, a modernização permitiu o desenvolvimento de complexos agroindustriais que afetaram não apenas as operações agrícolas, mas também o processamento e o comércio.

Já a partir da década de 90, ocorreu grande desenvolvimento e difusão de técnicas e equipamentos agrícolas, sendo difícil distinguir a produção agrícola brasileira destinada à exportação e ao consumo interno. Além disso, um produto pode ser incluído num grupo em dado momento e ser mudado para outro alguns anos depois. As safras para exportação foram as primeiras a serem modernizadas e incorporadas aos complexos agroindustriais. Conforme BAER (2002, p. 381), “apesar das desigualdades de distribuição, em termos absolutos o mercado doméstico para produtos alimentícios é bastante amplo”.

Entretanto, a respeito do incentivo à produção agrícola, enquanto na década de 50, havia o programa de garantia de preços mínimos, que foi extinto por não demonstrar resultados positivos, nas décadas de 60 e 70 um dos principais

incluindo preços internacionais favoráveis, política de apoio do governo e amplo uso de avanços na tecnologia agroindustrial – pareceram exercer um impacto negativo sobre o plantio de culturas alimentares. Os recursos e os insumos, incluindo a mão-de-obra, o financiamento e a tecnologia, foram retirados desse setor pelos agroindustriais ora capitalizados, deixando a produção de alimentos para consumo interno nas mãos, em sua maioria, de pequenos e médios fazendeiros, que empregavam técnicas ineficientes e relativamente antiquadas e que eram vítimas de políticas discriminatórias, como a de preços máximos e elevados impostos sobre as vendas” (BAER, 2002: p. 379).

²¹ “O exemplo do milho é especialmente interessante. Ele deixou de ser um item de consumo humano direto para se transformar num importante insumo de vários segmentos da agropecuária, tais como os de criação de aves e suínos e de uma sofisticada indústria de processamento de alimentos” (BAER, 2002: p. 381).

instrumentos de política para estimular a agricultura foi o uso do crédito. Segundo BAER (2002, p. 388–389),

“de 1960 até meados da década de 70 o valor real dos novos empréstimos agrícolas aumentou mais de seis vezes. O crédito agrícola em comparação ao crédito total aumentou de 11% em 1960 para cerca de 25% em 1979, e o crédito agrícola total em comparação ao PIB agrícola oscilou entre 65% e 94% em 1979. A maior parte do crédito destinado à agricultura originou-se no Banco do Brasil, mas várias medidas também foram tomadas para induzir os bancos privados a elevar o número de empréstimos ao setor. A expressiva parcela de empréstimos agrícolas foi feita numa base de concessões, ou seja, a taxa de juros cobrada geralmente se encontrava abaixo da taxa de inflação. Em meados da década de 70, por exemplo, incidiam juros de 7% ao ano sobre os empréstimos destinados à compra de insumos agrícolas, enquanto a taxa de inflação era superior a 35%. O volume de crédito subsidiado representou 2% do PIB agrícola no início da década de 70 atingindo quase 20% em 1980²²”.

A partir dos anos de 1990, o Estado se afasta das atividades econômicas, e entre elas a agricultura, cortando recursos destinados ao crédito subsidiado e a manutenção da garantia de preços mínimos. Com a introdução do Plano Real, os produtores agrícolas se encontraram em uma situação difícil, onde a atualização da correção monetária das dívidas era muito mais elevada do que o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Esse fato influenciou sobremaneira a produção de 1995 – 96, ano do censo agrícola. A partir dessa situação, muitos produtores tornaram-se mais seletivos quanto aos produtos cultivados, especializando-se nas culturas agrícolas sobre os quais tinham maior controle e apoio tecnológico, prejudicando os cultivos tradicionais.

Segundo BAER (2002, p. 393),

“as reformas políticas mais importantes que ocorreram na agricultura brasileira no período de 1987–92, podem ser, resumidamente, classificadas em três grupos:

- I. As reformas referentes à liberalização do comércio exterior de produtos agrícolas: eliminação de restrições de importação e exportação e modernização de procedimentos alfandegários. As tarifas médias sobre importação de produtos agrícolas caiu de 32,2% em meados da década de 80 para 14,2% na de 90. Houve também uma significativa redução das

²² “A transferência de renda à agricultura por intermédio do crédito subsidiado trouxe benefícios discrepantes ao setor. Ao mesmo tempo em que contribuiu para um aumento significativo na mecanização de certas áreas e para a melhoria de técnicas de cultivo, a distribuição do subsídio por meio de taxas de juros reais negativos foi bastante desigual: normalmente os maiores beneficiários desse crédito eram os grandes fazendeiros. Por exemplo, a parcela do total de crédito destinado a safras alocadas para pequenos empréstimos (menos de 5 salários mínimos) foi de 34% em meados da década de 60 e caiu para 11% em meados da de 70; no que se refere a empréstimos destinados à pecuária, a queda foi de 33% para 12%” (BAER, 2002: p. 389).

tarifas de importação de fertilizantes. As tarifas para maquinário agrícola, porém, continuaram altas a fim de proteger a indústria nacional;

- II. As reformas voltadas para a estabilização dos preços domésticos: intervenções do Estado mais coerentes com as forças de mercado do que no passado – estabelecendo preços mínimos para vários produtos agrícolas, compatíveis com os preços praticados nos mercados internacionais. Na década de 90, o governo adotou uma política de preços mínimos que tinha por objetivo um sistema de incentivos compatível com projeções de demanda futura para vários produtos agrícolas. Além disso, o governo instituiu uma política de estoques reguladores que complementou as políticas de preços;
- III. Mudanças institucionais que visavam à eliminação de monopólios agrícolas estatais, especialmente de **açúcar**, **álcool**,²³ café e trigo”.

Como o resultado da diminuição da intervenção do governo e do crédito subsidiado, surgiu um novo modelo de agricultura no Brasil (após 1990),

“no qual o setor agrícola estava integrado a um sistema de distribuição crescentemente influenciado pelas cadeias de supermercados e pela agroindústria. Essas instituições, que também incluíam comerciantes/processadores de commodities e setores de insumos agrícolas, tornaram-se a principal fonte de financiamento, substituindo as fontes de crédito público que desapareciam. O instrumento mais importante foi o rápido aumento de produtividade, com uma moderada queda nas áreas cultivadas e uma redução drástica no emprego de mão-de-obra” (BAER, 2002, p. 393).

Durante o período de 1987 a 1998 ocorreu um crescimento estável da produtividade na agricultura, devido a alguns fatores, tais como a falta de investimentos na infra-estrutura de transportes na década de 80 e início da de 90, obrigando a um aumento na concentração do uso da terra e; do impacto provocado pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), firma do governo especializada em pesquisa agrícola, cuja produção de uma nova variedade de sementes (muitas adaptadas a condições do solo de outras regiões) e novas técnicas de produção foram rapidamente disseminadas aos fazendeiros do país; da transferência de capital humano para regiões remotas, especialmente fazendeiros do Sul que migravam para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil; e, finalmente, da disponibilidade de insumos agrícolas modernos a preços mais baixos, estimulando seu maior uso (através da liberalização do comércio).

Com a mecanização e o aumento de produtividade na agricultura brasileira (décadas de 80 e 90), ocorreu uma significativa queda no emprego e no número de

²³ A política de liberalização do Estado para o açúcar e o álcool (setor sucroalcooleiro) serão contemplados no capítulo 3 (nota do autor).

estabelecimentos agrícolas. Entre os períodos de 1985 e 1996, o emprego na agricultura caiu 23%, enquanto sua produção total aumentou 30%.

“Para solucionar o aumento do desemprego agrícola, o governo acelerou seu programa de reforma agrária em meados da década de 90 e distribuiu terras para mais de 200 mil famílias e criou um crédito especial para mais de 700 mil estabelecimentos agrícolas” (BAER, 2002: p. 395).

Quanto ao uso de máquinas e instrumentos agrícolas (conseqüências da modernização) no EDR de Ourinhos, pode-se analisar o número total de tratores, máquinas e arados, caminhões, camionetas ou utilitários e carregadeira de cana, entre outros, distribuídos de forma bastante irregular nos municípios que o integra.

No caso dos tratores, o número total em 1995 perfazia 3.781 unidades, onde se destacava Santa Cruz do Rio Pardo, com 714 unidades; seguido por Ourinhos, com 390 unidades; Piraju, com 359 tratores; São Pedro do Turvo, com 341 unidades; Fartura, com 272 tratores; Ribeirão do Sul, com 269 unidades; Salto Grande, com 221 unidades de tratores; Bernardino de Campos, que possuía 217 tratores; Tejupá, com 180 unidades; Óleo, que possuía 176 tratores; Taguaí, com 126 unidades de tratores; Ipaussu, com 118 tratores; Chavantes, com 92 unidades de tratores; Sarutaiá, com 91 tratores; Espírito Santo do Turvo, com 81 unidades; Canitar, com 70 tratores; e Timburi, com 64 unidades de tratores (tabela 12). Portanto, os municípios que apresentam maior número de tratores são os que apresentam maior extensão territorial, como Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo, maior desenvolvimento econômico, como Ourinhos, e maior diversificação na produção agrícola, com por exemplo, Piraju; e os municípios que apresentam os menores números de tratores, são municípios com menor extensão territorial, como Canitar e Espírito Santo do Turvo, e menor desenvolvimento econômico, como Sarutaiá e Timburi.

Na situação das máquinas e arados, o número total em 1995 totalizava 1.717 unidades, onde se destacava Santa Cruz do Rio Pardo, com 433 unidades; seguido por Ribeirão do Sul, com 172 unidades; Salto Grande, com 138 unidades; São Pedro do Turvo, com 133 unidades; Fartura, com 122 unidades; Piraju, com 120 unidades; Bernardino de Campos, com 101 unidades; Taguaí, que possuía 101 unidades; Ourinhos, com 93 unidades; Óleo, que possuía 74 unidades; Chavantes, com 63 unidades; Ipaussu, com 43 unidades; Tejupá, com 36 unidades; Sarutaiá, com 30

TABELA 12 – MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS / PERÍODO 1995 - 96

MUNICÍPIOS	TIPO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS			
	Tratores	Máquinas e Arados	Caminhões, camionetas ou utilitários	Carregadeira de Cana
Bernardino de Campos	217	101	28	0
Canitar	70	27	57	9
Chavantes	92	63	316	42
Espirito Santo do Turvo	81	22	130	3
Fartura	272	122	91	2
Ipaussu	118	43	24	4
Óleo	176	74	29	0
Ourinhos	390	93	166	4
Piraju	359	120	211	0
Ribeirão do Sul	269	172	24	4
Salto Grande	221	138	85	0
Santa Cruz do Rio Pardo	714	433	389	11
São Pedro do Turvo	341	133	156	5
Sarutaiá	91	30	32	0
Taguaí	126	101	151	1
Tejupá	180	36	71	2
Timburi	64	9	33	0
TOTAL	3.781	1.717	1.993	87

Fonte: Censo Agropecuário (1998) e IEA / CATI / SAA (2000).

unidades; Canitar, com 27 unidades, Espírito Santo do Turvo, com 22 unidades; e Timburi, com 9 unidades (tabela 12). Resumindo, os municípios que apresentam maior número de máquinas e arados são os que apresentam maior extensão territorial, como Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo, maior diversificação na produção agrícola, com por exemplo, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Fartura e Piraju; e os municípios que apresentam os menores números de máquinas e arados, são municípios com menor extensão territorial, como Canitar e Espírito Santo do Turvo, e menor desenvolvimento econômico, como Sarutaiá, Tejupá e Timburi.

No caso dos caminhões, camionetas ou utilitários, o número total em 1995 perfazia 1.993 unidades, onde se destacava Santa Cruz do Rio Pardo, com 389 unidades; seguido por Chavantes, com 316 unidades; Piraju, com 211 unidades; Ourinhos, com 166 unidades; São Pedro do Turvo, com 156 unidades; Taguaí, com 151 unidades; Espírito Santo do Turvo, com 130 unidades; Fartura, que possuía 91 unidades; Salto Grande, com 85 unidades; Tejupá, que possuía 71 unidades; Canitar, com 57 unidades; Timburi, com 33 unidades; Sarutaiá, com 32 unidades; Óleo, com 29 unidades; Bernardino de Campos, com 28 unidades; Ipaussu, com 24 unidades; e Ribeirão do Sul, também com 24 unidades (tabela 12). Concluindo, os municípios que apresentam maior número de caminhões, camionetas ou utilitários são os que apresentam maior extensão territorial, como Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo, maior desenvolvimento econômico, como Ourinhos, e maior diversificação na produção agrícola, com por exemplo, Piraju; e os municípios que apresentam os menores números de caminhões, camionetas ou utilitários, são municípios com menor extensão territorial, como Bernardino de Campos, Ipaussu e Ribeirão do Sul.

Quanto às carregadeiras de cana, o número total em 1995 totalizava 77 unidades, onde se destacava Chavantes, com 42 unidades; seguido por Santa Cruz do Rio Pardo, com 11 unidades; Canitar, com 9 unidades; São Pedro do Turvo, com 5 unidades; Ipaussu, Ourinhos e Ribeirão do Sul, ambos com 4 unidades cada; Espírito Santo do Turvo, com 3 unidades; Fartura e Tejupá, ambos com 2 unidades cada; e Taguaí, que possuía 1 unidade. Os municípios de Bernardino de Campos, Óleo, Piraju, Salto Grande, Sarutaiá e Timburi não registraram a ocorrência de carregadeira de cana em seus territórios (tabela 12). Resumindo, os municípios que registraram a existência de carregadeira de cana em seus territórios, são grandes fornecedores de cana ou possuem relação com o setor sucroalcooleiro do EDR de

Ourinhos (capítulo 3), como Chavantes, Canitar, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Ipaussu e Ourinhos, entre outros, sendo que aqueles que não registram a existência de carregadeira de cana, como Óleo, Piraju, Sarutaiá e Timburi, são aqueles que apresentam menor relação com a produção de cana-de-açúcar para a agroindústria do setor sucroalcooleiro.

Concluindo este estudo, pode-se verificar uma desigualdade existente entre o número de máquinas e instrumentos agrícolas nos municípios do EDR de Ourinhos, sendo que as posições obtidas no número total de tratores, máquinas e arados, caminhões, camionetas ou utilitários, assim como carregadeira de cana, não mantêm uma uniformidade entre eles, privilegiando-se um item em detrimento de outro, devido a peculiaridades existentes para cada situação. A modernização da agricultura nos municípios destacados, encontra-se associado aos municípios de maior expressão territorial, assim como as áreas onde ocorreram maiores diversificações na produção agrícola. No entanto, ainda se percebe municípios onde a modernização da agricultura está longe de encontrar uma média no desenvolvimento agrícola, representando áreas de estagnação econômica, como os municípios de Sarutaiá e Timburi, que proporcionalmente aos seus territórios, representam municípios onde houve um menor impacto da modernização da agricultura no território que compreende o Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos.

2.3. Os Modos de Utilização da Terra no EDR de Ourinhos

Ao se estudar a utilização da terra no EDR de Ourinhos, serão utilizadas as estatísticas dos Censos de 1980, 1985 e 1995/96 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas (LUPA), entidade subordinada à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), no período de 1995/96, não possuindo dados estatísticos para o ano de 1990, por não ter sido realizado o censo agropecuário nesse período, sendo concluído um novo censo agropecuário pelo IBGE em 1995/96.

Inicialmente, destacar-se-á o número de estabelecimentos rurais no EDR de Ourinhos. Em 1980, o número de propriedades rurais era 5.941 imóveis, alcançando 6.252 propriedades em 1985, um aumento de 5% para este período (311 novas propriedades). Para 1995/96, contudo, há uma retração no número de imóveis rurais de 3%, pois passa de 6.252 para 6.095 propriedades nesta área, ou seja, uma redução de 157 estabelecimentos. Para efeitos de comparação, entre 1980 e 1985 houve uma melhor distribuição da terra no EDR, com o aumento do número de propriedades rurais. Entretanto, esta tendência não é verificada nos anos de 1995/96, quando há uma concentração da terra, diminuindo o número dos estabelecimentos rurais. Com isso, pode-se observar que a terra encontra-se em um processo de concentração nas mãos de poucos empresários rurais, característica esta que pode ser evidenciada na estrutura agrária de nosso país.

A área total utilizada (tabela 13) mostrou um crescimento no período de 1980 à 1995 / 96 que alcançou 1%, passando de 436.967 para 442.009 hectares, um acréscimo de 5.042 hectares ao processo produtivo. No entanto, analisando-se as variações por períodos, observa-se que entre 1980 e 1985 houve uma queda significativa na área agrícola utilizada de 13%, passando de 436.967 hectares para 379.144, onde 57.823 hectares deixaram de pertencer ao processo produtivo agrícola. No período 1995/96, houve um crescimento de 17% na área de produção, atingindo a cifra de 442.009 hectares, contra 379.144 hectares no ano de 1985, e com isso, houve a recuperação da área perdida no período de 1980 à 1985, com o acréscimo de 5.042 hectares na área produtiva. Quanto aos modos de exploração da terra, podem-se classificá-los em seis grupos, de acordo com as classificações do IBGE: culturas permanentes, culturas temporárias, culturas temporárias em descanso, pastagens, matas e florestas e terras produtivas não utilizadas.

A área das culturas permanentes (tabela 13) teve uma significativa redução de 62% no período de 1980 à 1995/96, passando de 39.606 hectares em 1980 para 24.501 hectares em 1995 (perda de 15.105 hectares de culturas permanentes do processo produtivo).

No entanto, ao se comparar os períodos pode-se evidenciar que entre 1980 e 1985, a área produtiva apresentou uma retração de 7%, passando de 39.606 para 36.882 hectares, respectivamente, ou seja, 2.724 hectares deixaram de se destinar às culturas permanentes. Entre 1985 e 1995/96, a área de produção diminuiu ainda mais, sendo que em 1985 a área produtiva era 36.882 hectares, atingindo 24.501

TABELA 13 – COMPARAÇÃO EVOLUTIVA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO EDR DE OURINHOS – PERÍODO DE 1980 À 1995 (EM HECTARES)

Utilização das Terras	1980	N.º Índice (%)	1985	N.º Índice (%)	1995	N.º Índice (%)	Varição no Período (%)
Culturas Permanentes	39.606	100	36.882	-7	24.501	-34	-62
Culturas Temporárias	122.747	100	128.887	5	108.936	-15	-11
Culturas Temporárias em descanso	4.779	100	7.118	49	4.877	-31	2
Pastagens	229.606	100	166.155	-28	272.233	64	19
Matas e Florestas	33.345	100	37.198	12	29.482	-21	-12
Produtivas não utilizadas	6.881	100	2.904	-58	1.980	-32	-71
Área Total Utilizada (EDR)	436.967	100	379.144	-13	442.009	17	1
Estabelecimentos	5.941	100	6.252	5	6.095	-3	3

Fonte: IBGE (1983), IBGE (1991), IBGE (1998) e IEA / CATI / SAA (2000).

hectares em 1995/96, representando uma perda de 34% (ou 12.381 hectares). No EDR de Ourinhos as culturas permanentes mais importantes em área de produção são o café e o citrus, como será abordado adiante.

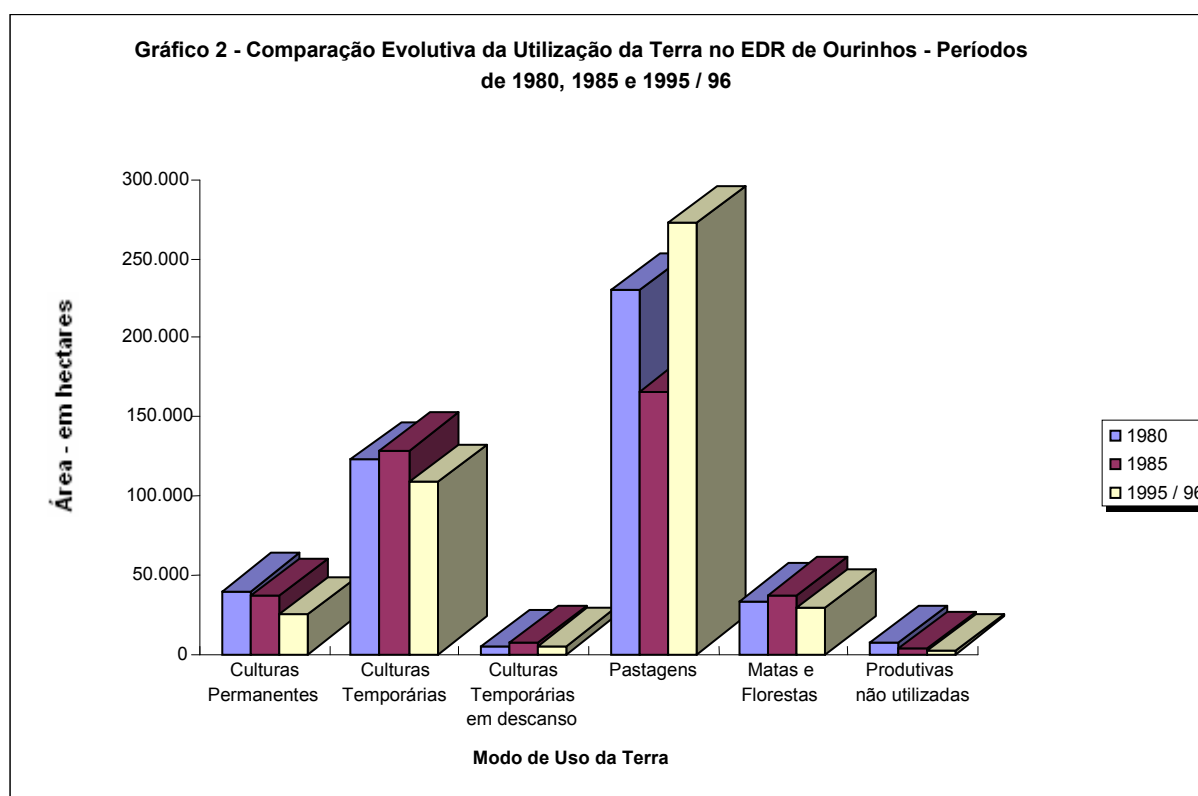
Nas culturas temporárias (tabela 13), a área utilizada declinou de 122.747 hectares em 1980 para 108.936 em 1995/96, perfazendo um total de 13.811 hectares (11% de queda na área produtiva) que deixaram de ser utilizadas. No entanto entre 1980 e 1985, a área ocupada com as culturas temporárias era 122.747 e 128.887 hectares, respectivamente. Isto representa um acréscimo de 5% na área utilizada, significando dizer que 6.140 hectares foram adicionados à área de produção agrícola. Entre 1985 e 1995/96, a área ocupada passou de 128.887 para 108.936 hectares, respectivamente. Houve um decréscimo de 15% na área utilizada neste período, onde 19.951 hectares deixaram de ser cultivados com culturas temporárias. No EDR de Ourinhos as principais culturas temporárias são a cana-de-açúcar, milho, soja, mandioca, feijão e arroz (que serão estudados mais adiante).

Ainda em relação às culturas temporárias, destacou-se a existência de uma área de terras em descanso (tabela 13), segundo dados do IBGE, que correspondia a 4.779 hectares em 1980, alcançando 4.877 hectares em 1995 / 96, representando um aumento de 2%, ou 98 hectares a mais. Em uma comparação do desempenho da área destinada às culturas temporárias, que se encontrava em descanso, obtém-se o resultado de 4.779 e 7.118 hectares, para os anos de 1980 e 1985, respectivamente. Isto indica que houve uma aumento de 2.339 hectares na área em descanso, destinada às culturas temporárias (49% superior ao período de 1980), e finalmente, comparados os dados de 1985 e 1995/96, esta área sofre uma retração de 31%, passando de 7.118 para 4.877 hectares, respectivamente. Há uma perda de 2.241 hectares nas terras das culturas temporárias em descanso.

A área com pastagens (tabela 13) foi a que teve o maior crescimento no período de 1980 à 1995/96, passando de 229.006 para 272.233 hectares, respectivamente. Dessa forma, há um crescimento de 19% da área explorada com esta atividade, o maior entre as formas de utilização da terra no EDR de Ourinhos, significando dizer que houve um acréscimo de 43.227 hectares neste período. No entanto, entre 1980 e 1985, observa-se uma diminuição de 28% na área ocupada com pastagens, passando de 229.606 para 166.155 hectares, respectivamente; e 63.451 hectares de terras deixaram de ser utilizados para pastagens. Para o período compreendido entre 1985 e 1995/96 a área com pastagens apresenta um

crescimento de 64%, quando de 166.155 hectares atinge 272.233, significando que 106.078 hectares foram acrescentados à esta forma de uso da terra (gráfico 2).

As áreas ocupadas com matas e florestas (tabela 13) tiveram uma redução de 12% entre 1980 e 1995 / 96, quando de 33.345 hectares em 1980, atinge 29.482 hectares em 1995 / 96, uma perda de 3.863 hectares ocupados com esta atividade.



Fonte: IBGE – Censos de 1980, 1985 e 1995 / 96

Se comparados os períodos de 1980 e 1985, os dados estatísticos mostram um aumento na área ocupada com matas e florestas (através de reflorestamento) de 12%, quando de 33.345 passa para 37.198 hectares, tendo um acréscimo de 3.853 hectares destinados à esta forma de utilização das terras no EDR de Ourinhos. Entretanto, entre 1985 e 1995/96, ocorre uma retração de 21% na área ocupada com matas e florestas, passando de 37.198 para 29.482 hectares (7.716 hectares a menos do que em 1985).

E para concluir o estudo sobre os modos de utilização das terras na região de Ourinhos, destacar-se-ão as terras produtivas não utilizadas para fins agrícolas, com dados estatísticos levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os períodos de 1980 e 1995/96. A área produtiva não utilizada (tabela

13) vem sofrendo alterações significativas. Entre 1980 e 1995/96 há uma retração desta área de 71%, quando de 6.881 hectares obtidos em 1980, atinge 1.980 hectares no período 1995/96 (uma perda de 4.901 hectares em comparação à 1980). Contudo, analisando-se o período de 1980 e 1985, a área produtiva não utilizada passa de 6.881 para 2.904 hectares, demonstrando uma retração de 58%, onde 3.977 hectares são acrescentados ao processo de produção agrícola. Entre 1985 e 1995/96 observa-se novo declínio das áreas produtivas não utilizadas, passando de 2.904 para 1.980 hectares, respectivamente. Com isso, 924 hectares são acrescentados ao processo produtivo, diminuindo o total das áreas produtivas não utilizadas no EDR de Ourinhos.

2.4. Características da Agricultura no EDR de Ourinhos

Ao se estudar a situação das principais atividades agrícolas no Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos, utilizar-se-á dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Economia Agrícola (IEA), órgão vinculado à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), e da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)²⁴, divulgada anualmente pelo IBGE. De acordo com FERREIRA (1987), em seu trabalho sobre a formação da região canavieira de Araraquara, pode-se verificar que também no EDR de Ourinhos ocorre uma maior valorização de culturas voltadas à exportação ou altamente mecanizadas, onde destacam-se os casos da cana-de-açúcar, citrus, café e soja; e em contrapartida, surgem as culturas tradicionais de subsistência, que são tratadas sem os insumos e os implementos que se fazem necessários, tais como milho, arroz, mandioca e feijão (adaptado de FERREIRA, 1987: p. 71–72).

Além das culturas agrícolas, será destacada a criação de animais no EDR de Ourinhos, levando-se em conta os dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)²⁵, realizado anualmente pelo IBGE, e também dados do Instituto de

²⁴ Dados divulgados anualmente através do site www.sidra.ibge.gov.br

²⁵ Dados divulgados anualmente através do site www.sidra.ibge.gov.br

acesso realizado em 19/06/03

acesso realizado em 19/06/03

Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), no período de 1980 à 2000.

2.4.1. As Principais Culturas Agrícolas no EDR de Ourinhos

As principais culturas agrícolas do EDR de Ourinhos são, em área de produção, a cana-de-açúcar, o milho, a soja, o café, a mandioca, o citrus, o feijão e o arroz (tabela 14). A cana-de-açúcar, principal cultura agrícola do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos, apresentou uma área de cultivo de 24.150 hectares no ano de 1980, distribuídos de forma bastante heterogênea nos municípios do EDR de Ourinhos (capítulo 3). Contudo, vale ressaltar que esta heterogeneidade na distribuição espacial das culturas agrícolas nos dezessete municípios desta área apresentará diferenças não somente na relação de um município para outro (figura 11), mas também nas diferentes épocas analisadas, pois o desenvolvimento de uma cultura dependerá dos estímulos advindos do mercado interno, e também, do externo.

Em 1985, a cultura canavieira apresenta um crescimento de 73% na área cultivada – 41.794 hectares ocupados com a cana-de-açúcar -, em relação ao período de 1980 (24.150 hectares). No entanto, no ano de 1990, a área ocupada com a lavoura da cana no EDR de Ourinhos, apresenta um declínio de 4%, ocupando 40.024 hectares, em comparação a 1985 (41.794 hectares). Mas em 1995, a área ocupada com a cultura canavieira atinge 60.990 hectares, sendo 52% maior do que a área com produção de cana em 1990, que era da ordem de 40.024 hectares. Em 2000, último período analisado, a área ocupada com cana-de-açúcar sofre uma redução de 1% na área de cultivo, passando a ser de 60.640 hectares, em comparação com os 60.990 hectares obtidos na safra de 1995.

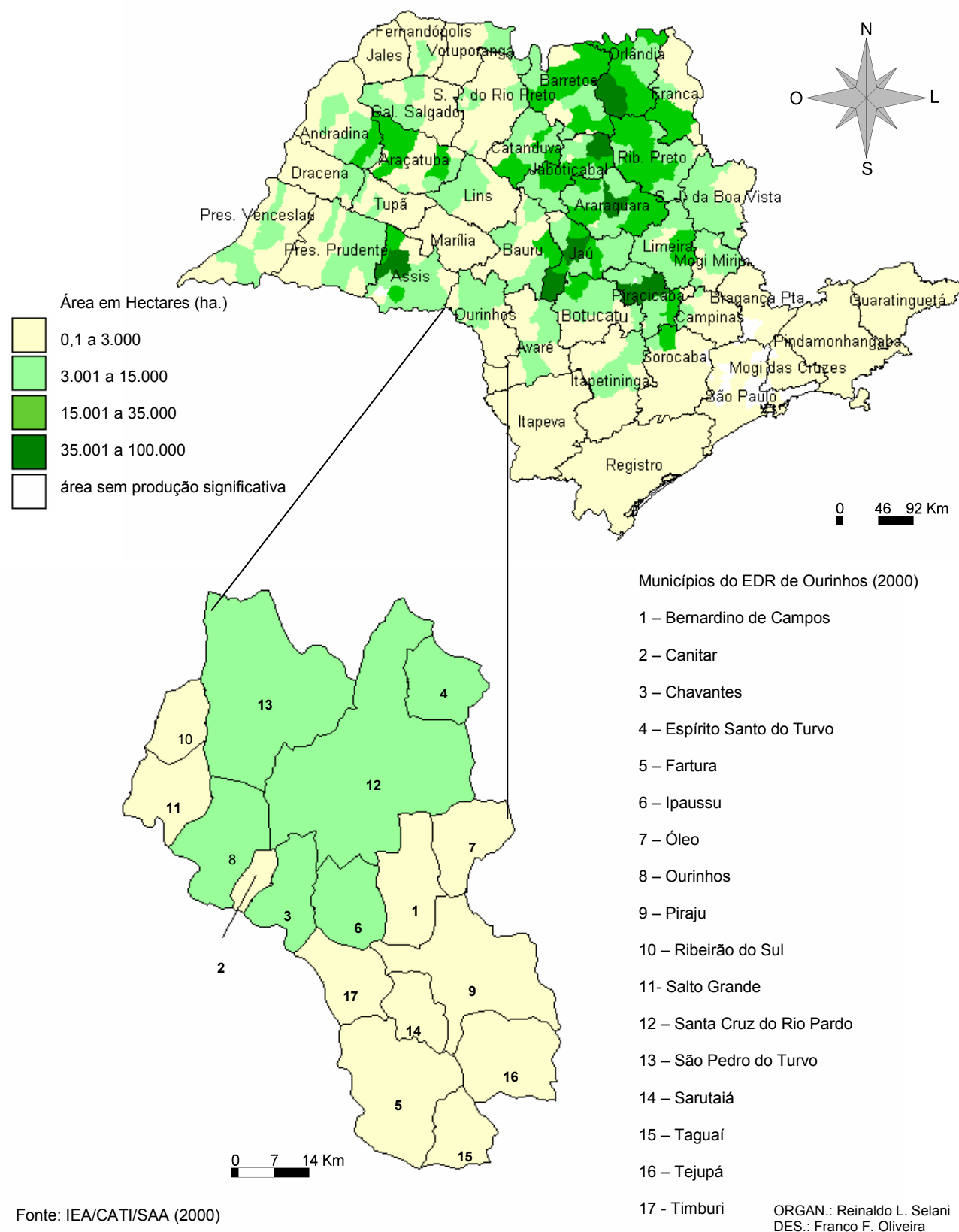
De um modo geral, entre os períodos de 1980 e 2000, a cultura canavieira apresentou 151% de crescimento na área cultivada, representando uma fase de crescimento entre as safras de 1980 e 1985, seguido de um período de manutenção da área cultivada (1985 e 1990), apresentando um pequeno declínio. Nos anos de 1990 e 1995, novamente há um período de crescimento, e os anos de 1995 e 2000, a área com produção de cana-de-açúcar se mantém, com um ligeiro decréscimo no

TABELA 14 – PRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NO EDR DE OURINHOS – PERÍODOS DE 1980, 1985, 1990, 1995 E 2000 (EM HECTARES).

Principais Culturas	1980	N.º Índice (%)	1985	N.º Índice (%)	1990	N.º Índice (%)	1995	N.º Índice (%)	2000	N.º Índice (%)	Varição no Período (%)
Cana-de-Açúcar	24.150	100	41.794	73	40.024	-4	60.990	52	60.640	-1	151
Milho	42.186	100	41.285	-2	32.399	-22	40.228	24	41.657	4	-1
Soja	19.744	100	10.138	-49	14.040	38	18.310	30	17.840	3	-10
Café	26.394	100	29.948	13	32.603	9	21.127	-35	15.038	-29	-43
Mandioca	1.557	100	2.395	53	2.215	-8	5.394	144	6.159	14	296
Citrus	253	100	173	-32	1.330	669	3.661	175	4.894	34	1.834
Feijão	5.789	100	3.959	-32	5.256	33	3.600	-32	4.178	16	-28
Arroz	8.497	100	6.252	-26	4.450	-29	3.780	-15	1.775	-53	-79

Fonte: IBGE (1980), IBGE (1985), PAM / IBGE (1990 / 1995 / 2000) e IEA / CATI / SAA (2000).
Site consultado: www.sidra.ibge.gov.br/ acesso realizado em 06/09/03

FIGURA 11: – A CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS



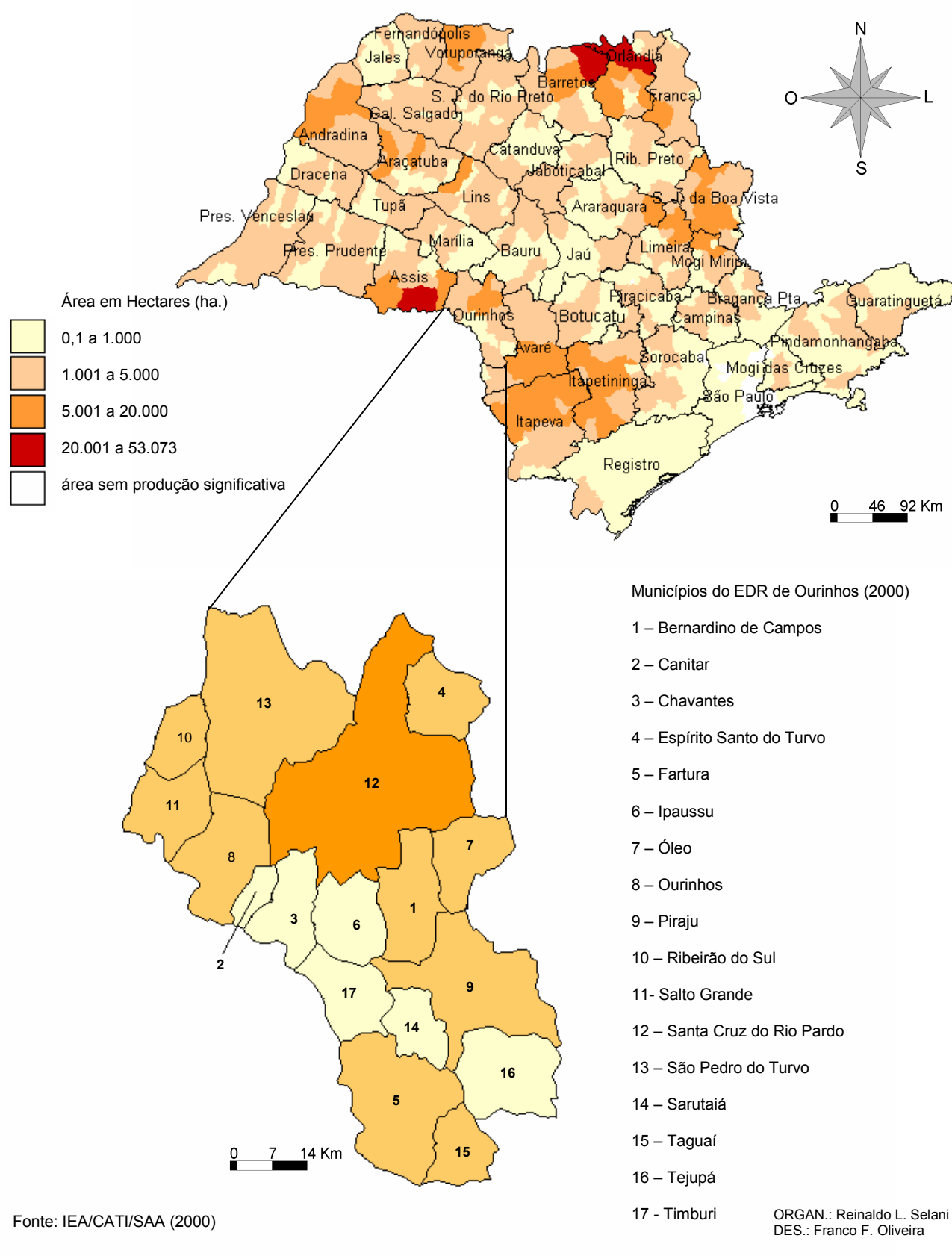
espaço produtivo. Os municípios que apresentam as maiores áreas cultivadas, são pela ordem, Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos, Ipaussu, Chavantes e São Pedro do Turvo (Anexo 3). Em relação à heterogeneidade da área cultivada e da produção canavieira nos municípios do EDR de Ourinhos, estes serão estudados de forma mais aprofundada no capítulo 3. Segundo estudo do SEBRAE–SP (1998),

“na agricultura, o principal cultivo do EDR de Ourinhos é a cultura da cana (que gera a maior parte dos empregos do setor), tendo, portanto, a cana-de-açúcar apresenta grande importância para o desenvolvimento econômico dessa área”.

O cultivo do milho, segunda cultura agrícola do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos em área de produção (tabela 14), obteve, em 1980, um espaço de produção de 42.186 hectares, distribuídos de forma bastante irregular nos municípios do EDR de Ourinhos (figura 12). Em 1985, a cultura do milho obtém uma queda de 2% na área cultivada – chegando a 41.285 hectares ocupados com o cultivo do milho -, em relação ao período de 1980 (42.186 hectares). No entanto, no ano de 1990, a área ocupada com a lavoura do milho no EDR de Ourinhos, apresenta um declínio ainda maior, obtendo 22% de redução no espaço de produção da cultura, ocupando 32.399 hectares, em comparação a 1985 (41.285 hectares). Mas em 1995, a área ocupada inverte a tendência de queda na cultura do milho apresentada nos anos de 1985 e 1990 e atinge 40.228 hectares, sendo 24% maior do que a área com produção de milho em 1990, que era de 32.399 hectares. Em 2000, último período analisado, a área ocupada com milho apresenta crescimento de 4% na área de cultivo, passando a ser de 41.657 hectares, em comparação com os 40.228 hectares obtidos no ano de 1995.

Resumidamente, entre os períodos de 1980 e 2000, a cultura do milho apresentou queda de 1% na área cultivada, representando uma fase de queda contínua da área produtiva em 1985 e 1990. Contudo, nos períodos de 1995 e 2000, ocorre a retomada do período de crescimento, onde mesmo assim, a área com produção de milho no EDR de Ourinhos ainda era um pouco inferior ao registrado em 1980. Os municípios que apresentam as maiores áreas produtivas, são pela ordem, Santa Cruz do Rio Pardo, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Óleo e São Pedro do Turvo (Anexo 3). Quanto à importância da cultura do milho no EDR de Ourinhos, o diretor da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Regional de Ourinhos, Nírio Antônio Berndt, afirma que

FIGURA 12: – A CULTURA DO MILHO NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS



"apesar da cultura da cana-de-açúcar ser a mais representativa da região em termos financeiros, está nas mãos de poucos produtores, fazendo do milho e do café as principais culturas sócio-econômicas" (adaptado da CATI: 2002)²⁶.

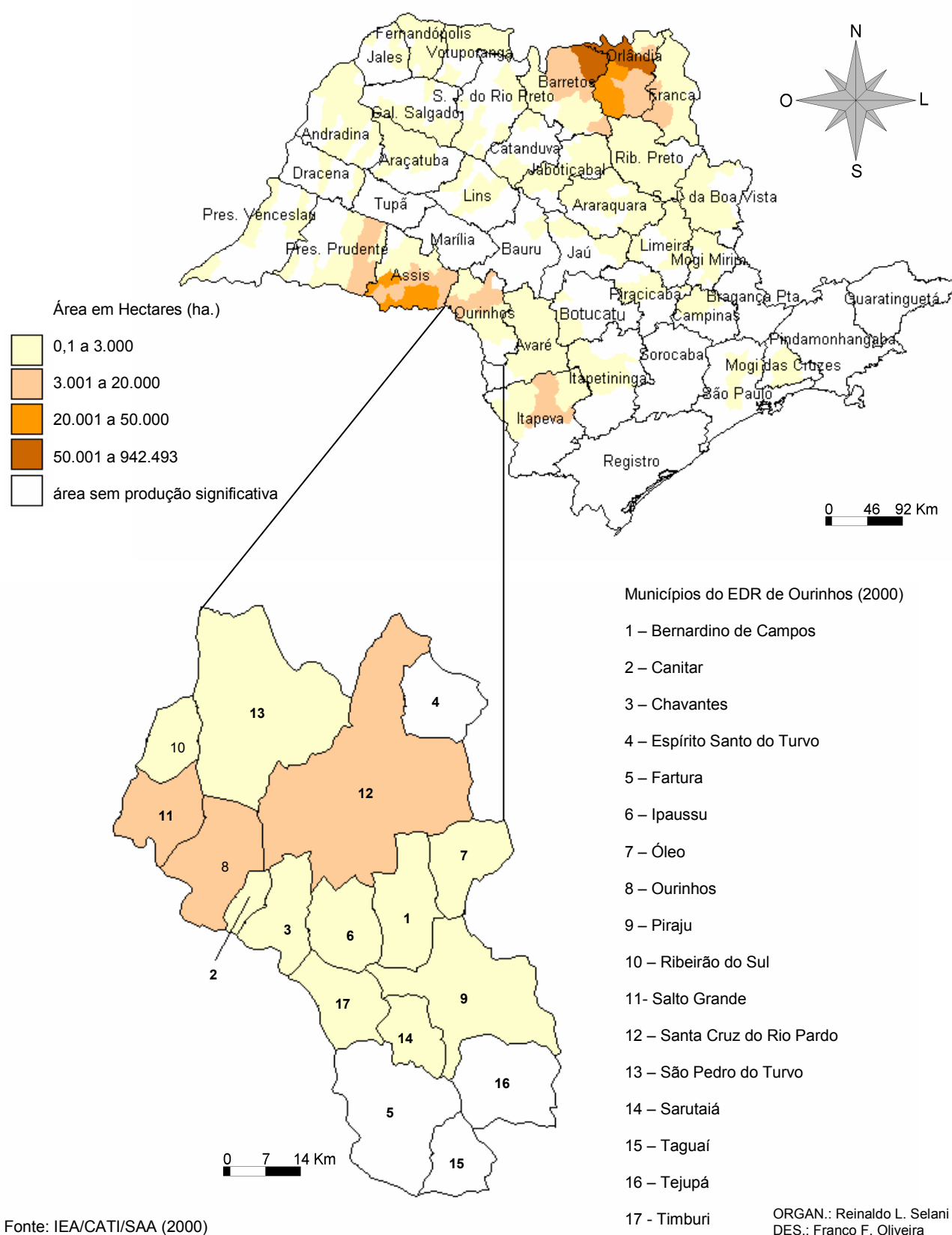
O cultivo da soja, terceira cultura agrícola do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos em área de cultivo (tabela 14), apresentou uma área de cultivo de 24.150 hectares em 1980, com distribuição espacial bastante diferenciada entre os municípios do EDR de Ourinhos (figura 13). Para o ano de 1985, a cultura da soja apresenta uma retração de 49% na área cultivada, obtendo 10.138 hectares ocupados com a soja, se comparado ao período de 1980 (19.744 hectares). Entretanto, no ano de 1990, a área ocupada com a cultura da soja no EDR de Ourinhos, apresentou um crescimento correspondente a 4%, passando a ocupar 14.040 hectares, em relação aos 10.138 hectares registrados em 1985. Em 1995, um novo crescimento da ordem de 30% é obtido, totalizando 18.310 hectares de soja, cultivados nos municípios do EDR de Ourinhos, se comparados aos 14.040 hectares plantados em 1990. Em 2000, último período analisado, a área ocupada com a cultura da soja sofre uma queda de 3% na área cultivada, passando a ser de 17.840 hectares, em comparação aos 18.310 hectares obtidos na safra de 1995.

De uma maneira geral, entre os períodos de 1980 e 2000, a cultura da soja apresentou uma queda de 10% na área cultivada, tendo uma fase de queda nas safras de 1980 e 1985, seguido de um período de crescimento da área cultivada (1990 e 1995). No ano 2000, a área com produção de soja contabiliza nova queda no espaço produtivo. Os municípios que apresentam as maiores áreas cultivadas, são pela ordem, Santa Cruz do Rio Pardo, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Ourinhos e Canitar (Anexo 3).

A cultura do café (cafeicultura), quarto cultivo agrícola em espaço produtivo do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos (tabela 14), obteve uma área de cultivo de 26.394 hectares em 1980, com distribuição espacial bastante diferenciada entre os municípios do EDR de Ourinhos (figura 14). Para o ano de 1985, a cafeicultura apresentou um aumento de 13% na área cultivada, totalizando 29.948 hectares ocupados com a cultura do café, se comparado ao período de 1980 (26.394 hectares). No ano de 1990, o espaço produtivo da cultura cafeeira no EDR

²⁶ Consulta ao Banco de Dados da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral Disponível no site: www.cati.sp.gov.br Acesso realizado em 19/06/03

FIGURA 13: – A CULTURA DA SOJA NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS



de Ourinhos, apresentou um crescimento da ordem de 9%, passando a ocupar 32.603 hectares, em relação aos 29.948 hectares registrados em 1985. A partir do período de 1995, há uma inversão na tendência de crescimento da cafeicultura nos municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural, passando a apresentar índices negativos na evolução da área produtiva. Em 1995, há um recuo significativo de 35% do espaço agrícola ocupado pelo café, totalizando 21.127 hectares, sendo que em 1990 foram contabilizados 32.603 hectares. No último período analisado, que compreende o ano 2000, novamente se observa uma grande perda do espaço de produção da cafeicultura no EDR de Ourinhos, onde foram contabilizados 15.038 hectares contra os 21.127 hectares de café registrados em 1995, resultando em uma queda de 29%.

Em resumo, entre os períodos de 1980 e 2000, a cafeicultura demonstrou dois momentos distintos na evolução da área produtiva. No primeiro momento, os períodos de 1980, 1985 e 1990 apresentaram um crescimento da área de cultivo da cultura cafeeira e; posteriormente, inverte-se a tendência de crescimento positivo daqueles períodos, que são precedidos de períodos com queda acentuada no espaço produtivo da cultura cafeeira, que são os anos de 1995 e 2000, sendo que este último, entre todos os períodos estudados, foi o que apresentou a menor área de cultivo de café. Os municípios que apresentam as maiores áreas de produção, são pela ordem, Tejupá, Piraju, Fartura, Santa Cruz do Rio Pardo e Sarutaiá (Anexo 3). O EDR de Ourinhos é responsável pela quarta maior produção de café do Estado de São Paulo, perdendo em importância apenas para as tradicionais áreas cafeeiras como São João da Boa Vista, Franca e Marília.

A cultura da mandioca, quinto cultivo agrícola do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos em área de produção (tabela 14), obteve, em 1980, um espaço de produção de 1.557 hectares, distribuídos de forma bastante irregular nos municípios do EDR de Ourinhos (figura 15).

Em 1985, a cultura da mandioca obtém um aumento de 53% na área cultivada, totalizando 2.395 hectares, em comparação ao ano de 1980, onde foram cultivados 1.557 hectares. No entanto, no ano de 1990, a área ocupada com a lavoura da mandioca no EDR de Ourinhos, apresenta uma queda de 8% no espaço produtivo da cultura, obtendo 2.215 hectares, se comparado a 1985 (2.395 hectares). Mas em 1995, a área ocupada obtém forte crescimento para a lavoura da mandioca, alcançando 5.394 hectares, sendo 144% maior do que a área com

FIGURA 14: – A CULTURA DO CAFÉ NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS

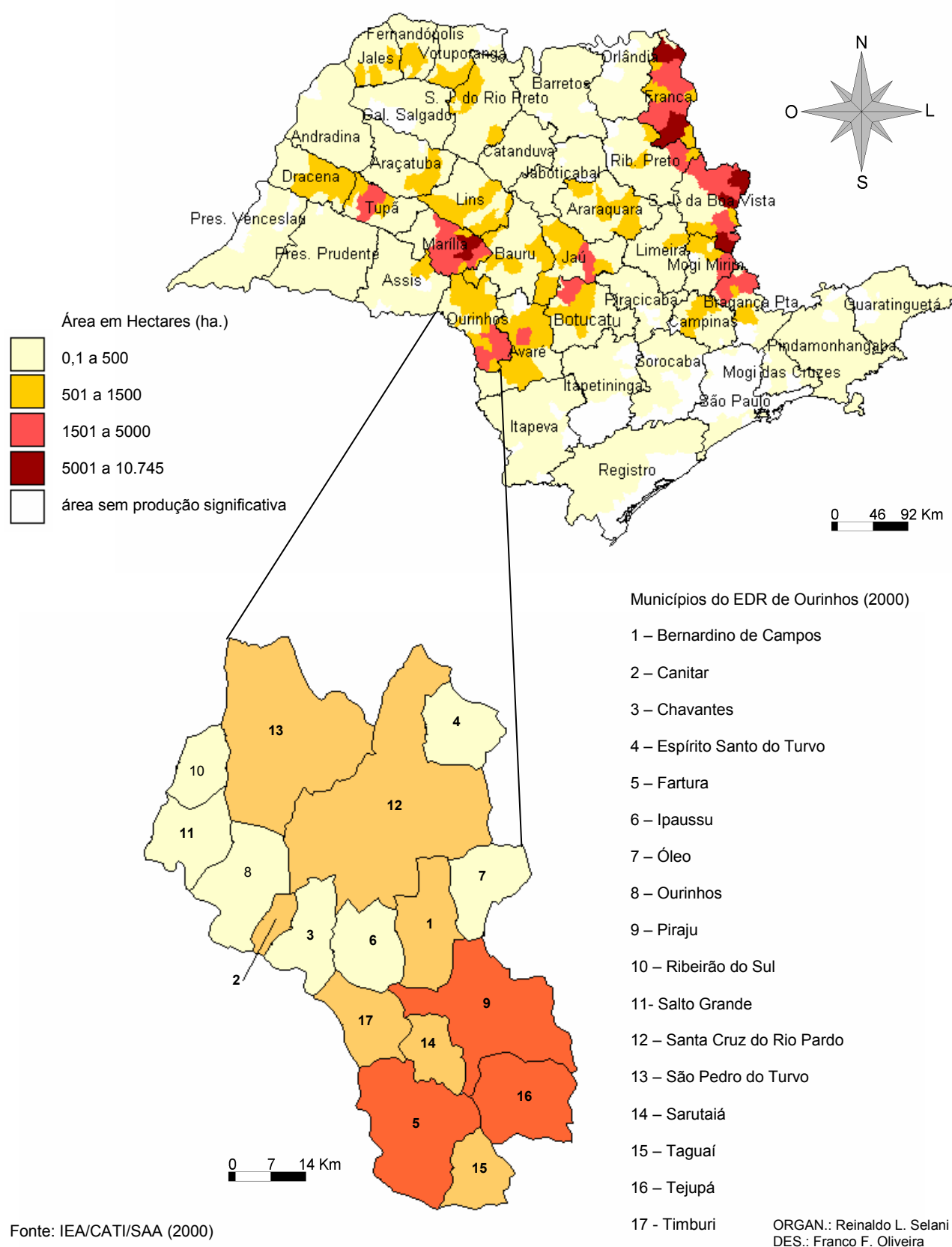
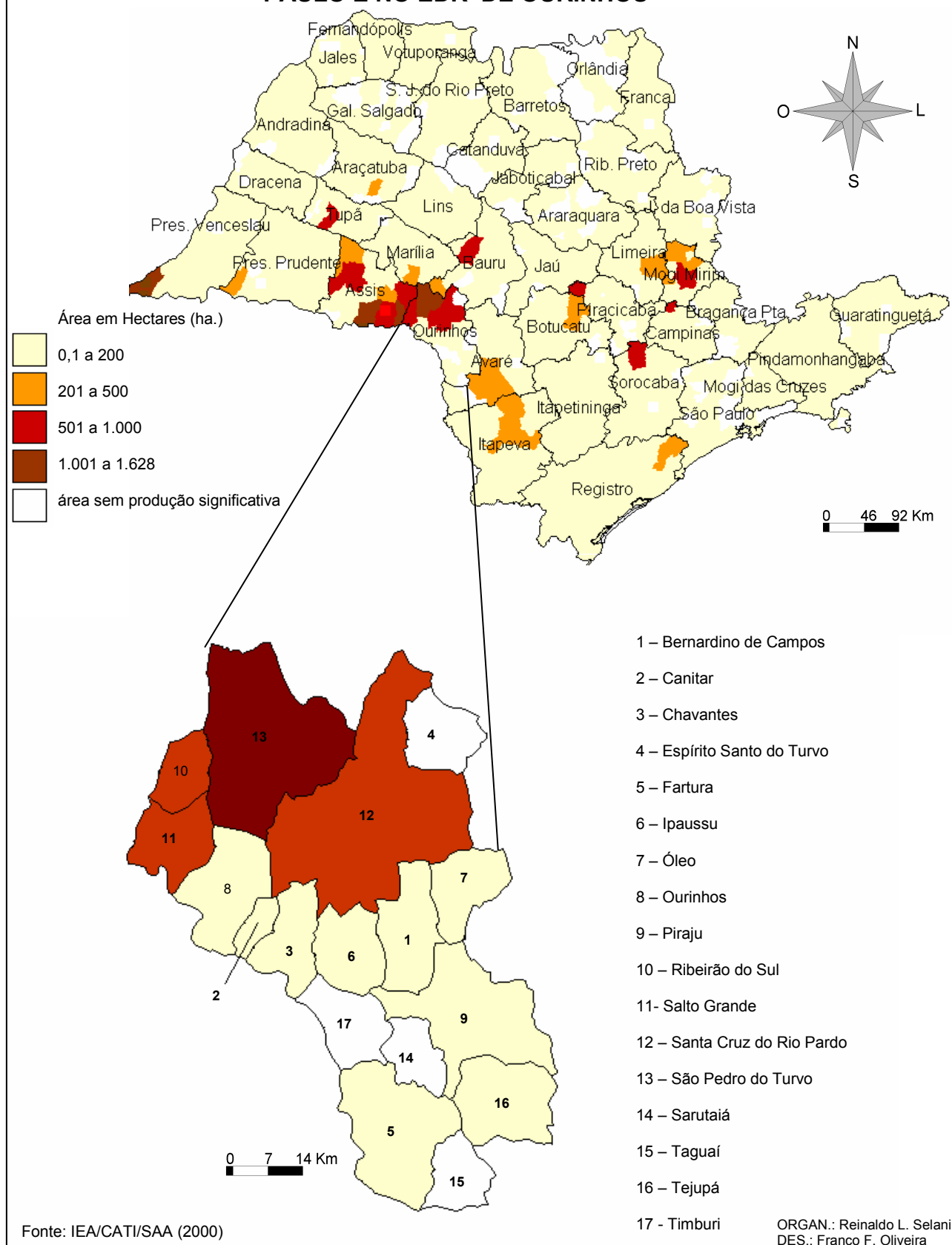


FIGURA 15: – A CULTURA DA MANDIOCA NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS



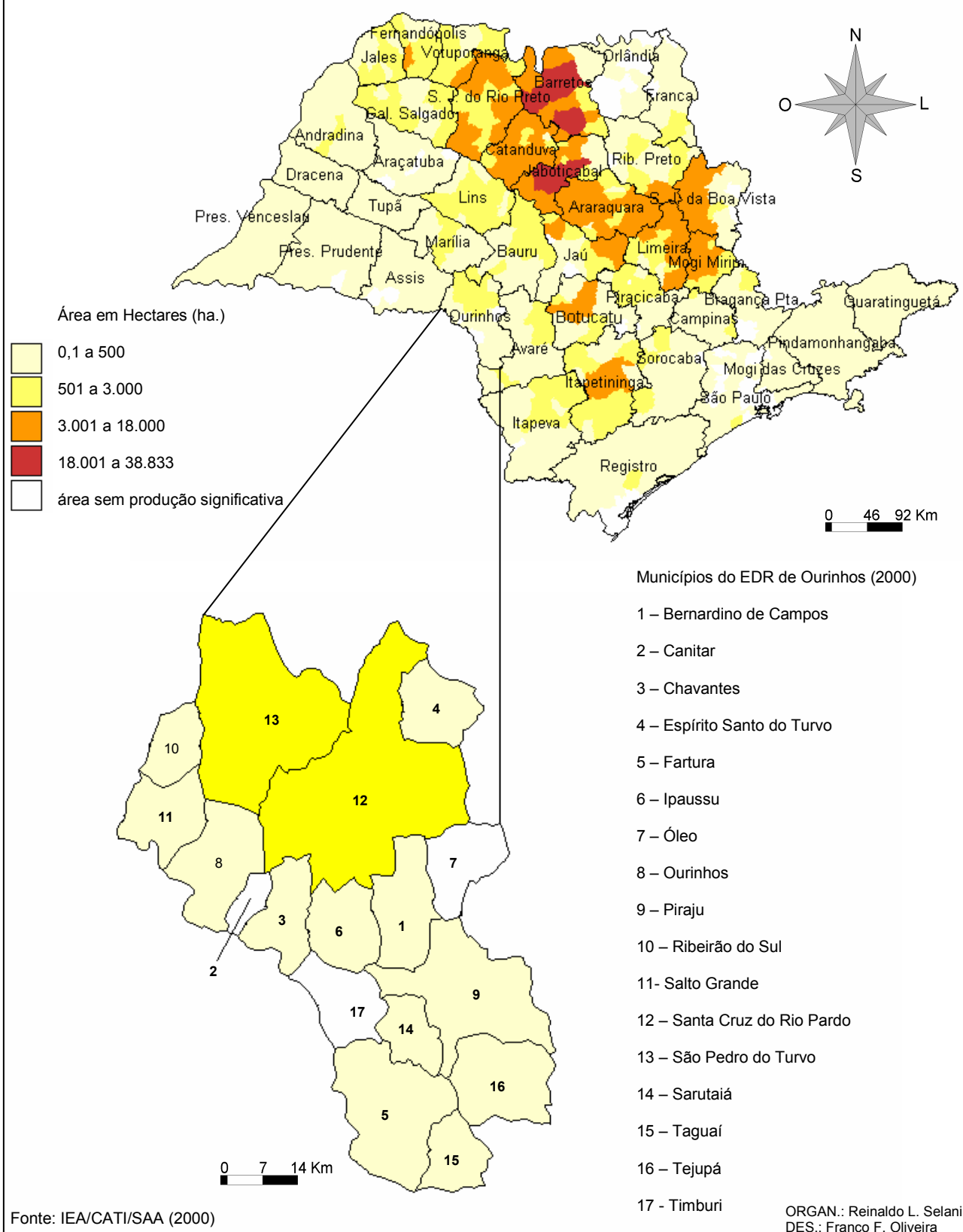
produção da cultura em 1990, que foi de 2.215 hectares. No ano 2000, término do período estudado, a área ocupada com mandioca apresenta aumento de 14% na área de cultivo, totalizando 6.159 hectares, em comparação aos 5.394 hectares obtidos no ano de 1995.

Resumidamente, entre os períodos de 1980 e 2000, a cultura da mandioca apresentou aumento expressivo de 296% na área cultivada, perdendo apenas para a citricultura em termos de crescimento. Houve um crescimento no período de 1985 e 1990, seguido por uma queda na área de cultivo no ano de 1990. Contudo, nos períodos de 1995 e 2000, ocorre a retomada do período de crescimento, apresentando grande desenvolvimento se comparado com os períodos anteriores. Os municípios que apresentam as maiores áreas cultivadas, são pela ordem, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Salto Grande, Ribeirão do Sul e Bernardino de Campos (Anexo 3).

No período que engloba o final da década de 90 e início da primeira década do século XXI, a cultura da mandioca apresentou uma evolução na área de plantio no EDR de Ourinhos, onde se destacou o município de Santa Cruz do Rio Pardo, principalmente pela extensão territorial que possui. Essa produção visava atender ao mercado farinheiro do Vale do Paranapanema, em fábricas de farinha instaladas em Ribeirão do Sul, Salto Grande e São Pedro do Turvo (municípios do EDR de Ourinhos); além de Palmital e Candido Mota, que estão situados no EDR de Assis.

O cultivo de citrus (citricultura), sexta cultura agrícola do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos em espaço produtivo (tabela 14), apresentou uma área de cultivo de 253 hectares em 1980, com distribuição espacial bastante diferenciada entre os municípios do EDR de Ourinhos (figura 16). Para o ano de 1985, a citricultura apresenta uma retração de 32% na área cultivada, obtendo 173 hectares, sendo que no período de 1980 o espaço produtivo era de 253 hectares. Entretanto, no ano de 1990, a área ocupada com citros no EDR de Ourinhos, apresentou um crescimento extraordinário da ordem de 669%, passando a ocupar 1.330 hectares, em relação aos 173 hectares registrados em 1985. Em 1995, um novo crescimento da ordem de 175% é obtido, totalizando 3.661 hectares cultivados com citros nos municípios do EDR de Ourinhos, se comparados aos 1.330 hectares plantados em 1990. Em 2000, último período analisado, a área ocupada com a citricultura apresenta aumento de 34% na área cultivada, passando a ser de 4.894 hectares, em comparação aos 3.661 hectares obtidos na safra de 1995.

FIGURA 16: – A CULTURA DO CITRUS NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS



De um modo geral, entre os períodos de 1980 e 2000, a citricultura foi, proporcionalmente, a cultura agrícola que apresentou o maior crescimento na área cultivada, totalizando 1.834%. Entre 1980 e 1985, há um recuo no espaço com produção de citros no EDR de Ourinhos. A partir do período de 1990 (que apresenta o maior índice de aumento do espaço cultivado), a citricultura passa a contabilizar expressivos aumentos, englobando os períodos de 1995 e 2000, destacando-a entre as oito culturas agrícolas de maior expressão quanto à área cultivada neste Escritório de Desenvolvimento Rural. Os municípios que apresentam as maiores áreas com cultivo de citros, são pela ordem, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Piraju e Fartura (Anexo 3).

Segundo informações do Perfil Econômico Regional/Regiões Seleccionadas do Estado de São Paulo (Região de Ourinhos), realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE – SP),

“(...) não se pode esquecer que há uma grande produção de frutas cítricas (especialmente a laranja) nessa área, cuja média no EDR de Ourinhos é superior à média estadual, demonstrando uma certa especialização na citricultura” (adaptado de SEBRAE – SP, 1998).

A Guacho Agropecuária S.A., pertencente ao Grupo Nova América, que se destaca no setor sucroalcooleiro do EDR de Assis, diversificou sua produção instalando uma indústria de sucos no município de Santa Cruz do Rio Pardo, pertencente ao EDR de Ourinhos. No início dos anos de 1990, a empresa investiu US\$ 3 milhões (três milhões de dólares) no plantio de 300 mil pés de laranja em uma área de 1.000 hectares, sendo que isso representava 20% das terras da Fazenda Guacho neste município, sendo que as variedades plantadas são laranja-pera, natal, valencia, lima, murcote, tangerina e poncã. A área onde está inserida a cultura da laranja, e mesmo o EDR de Ourinhos, representam novas áreas de plantio, sendo pouco conhecida para a citricultura paulista, mas o Grupo Nova América apostou neste cultivo agrícola, acreditando ser o clima favorável ao desenvolvimento dos frutos, demonstrando boa qualidade e aceitação no mercado interno.

O cultivo do feijão, sétima cultura agrícola em área produtiva do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos (tabela 14), apresentou um espaço de cultivo de 5.789 hectares em 1980, com distribuição espacial bastante diferenciada entre os municípios integrantes do EDR de Ourinhos (figura 17). No ano de 1985, a cultura

do feijão apresenta uma queda significativa de 32% na área cultivada, totalizando 3.959 hectares ocupados com esse cultivo, em relação ao período de 1980 (5.789 hectares). No entanto, no ano de 1990, a área ocupada com a cultura do feijão no EDR de Ourinhos, apresentou um crescimento da ordem de 33%, passando a ocupar 5.256 hectares, em comparação aos 3.959 hectares contabilizados em 1985. Em 1995, há um recuo da área produtiva da ordem de 32%, contabilizando 3.600 hectares de feijão, cultivados nos municípios do EDR de Ourinhos, se comparados aos 5.256 hectares plantados em 1990. Em 2000, último período analisado, a área ocupada com a cultura do feijão apresenta crescimento de 16% no espaço cultivado, passando a ser 4.178 hectares, se comparados aos 3.600 hectares obtidos na safra de 1995.

Resumidamente, entre os períodos de 1980 e 2000, a cultura do feijão apresentou uma queda de 28% na área cultivada (sendo uma das culturas que mais perderam área de cultivo no EDR de Ourinhos), destacando-se uma fase de queda nas safras de 1980 e 1985, seguido de um período de crescimento da área cultivada no período de 1990. No ano de 1995, a área com produção de feijão apresenta retração no espaço produtivo, seguido por uma nova fase de crescimento, que, entretanto, demonstrava área produtiva inferior ao período inicial analisado (ano de 1980). Os municípios que apresentam as maiores áreas cultivadas com feijão, são pela ordem, Piraju, Taguaí, Salto Grande, Fartura e Santa Cruz do Rio Pardo (Anexo 3).

O cultivo do arroz (rizicultura), oitavo cultivo agrícola em área produtiva no Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos (tabela 14), teve um espaço produtivo de 8.497 hectares em 1980, com distribuição espacial bastante diferenciada entre os municípios do EDR de Ourinhos (figura 18). No período de 1985, a cultura do arroz apresenta uma queda de 26% na área cultivada, perfazendo 6.252 hectares ocupados, se comparado ao período de 1980 (8.497 hectares). Entretanto, a tendência de retração na área produtiva perdurou nos demais períodos analisados: em 1990, a área com produção de arroz totaliza 4.450 hectares, 29% de queda em relação ao período de 1985 (6.252 hectares); no período de 1995 são contabilizados 3.780 hectares ocupados com arroz, significando queda de 15% comparado ao período anterior (1990), e finalizando, o período do ano 2000, que apresentou um espaço produtivo de 1.775 hectares, uma forte retração de 53% na rizicultura do EDR de Ourinhos, que apresentava uma área

FIGURA 17: – A CULTURA DO FEIJÃO NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS

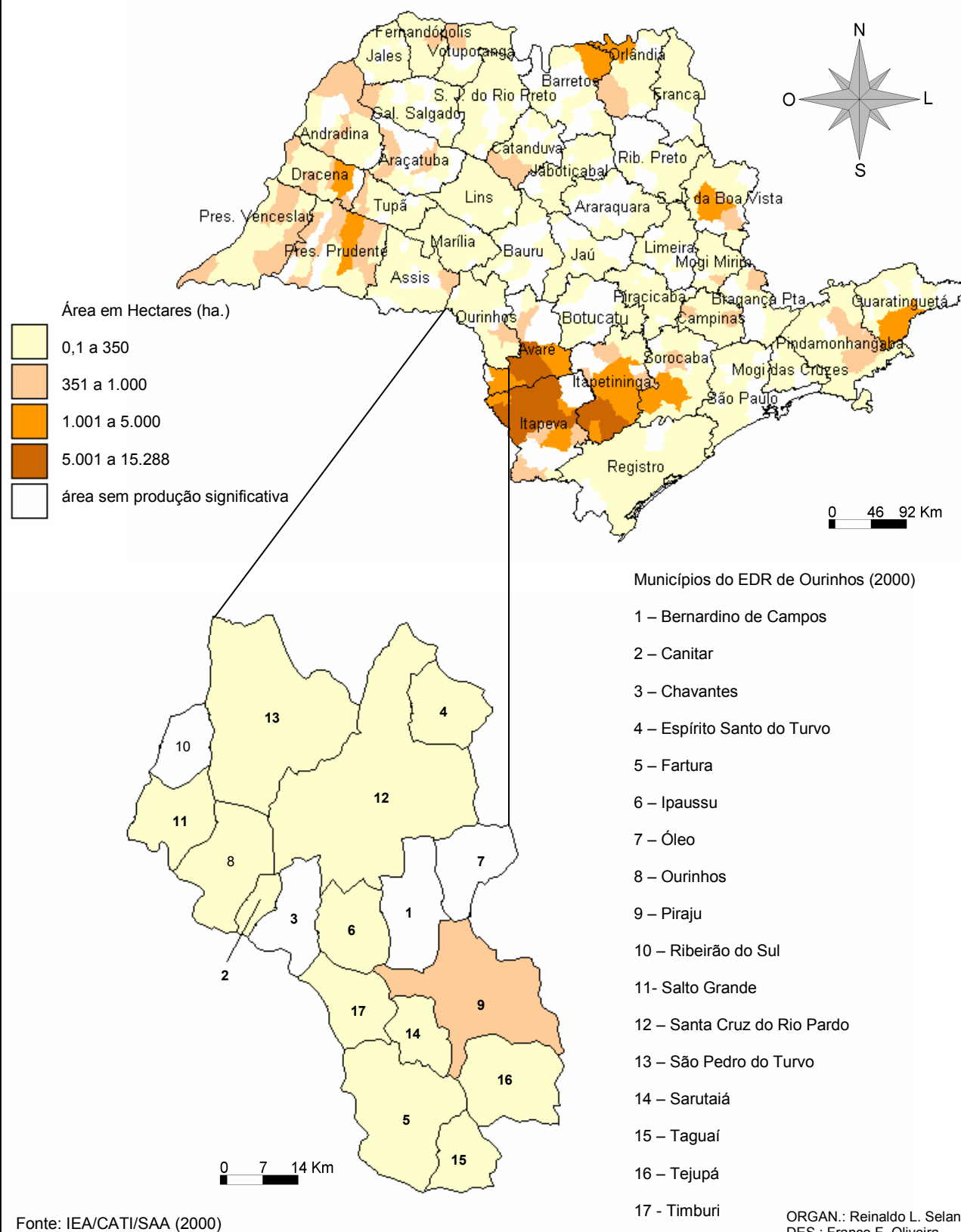
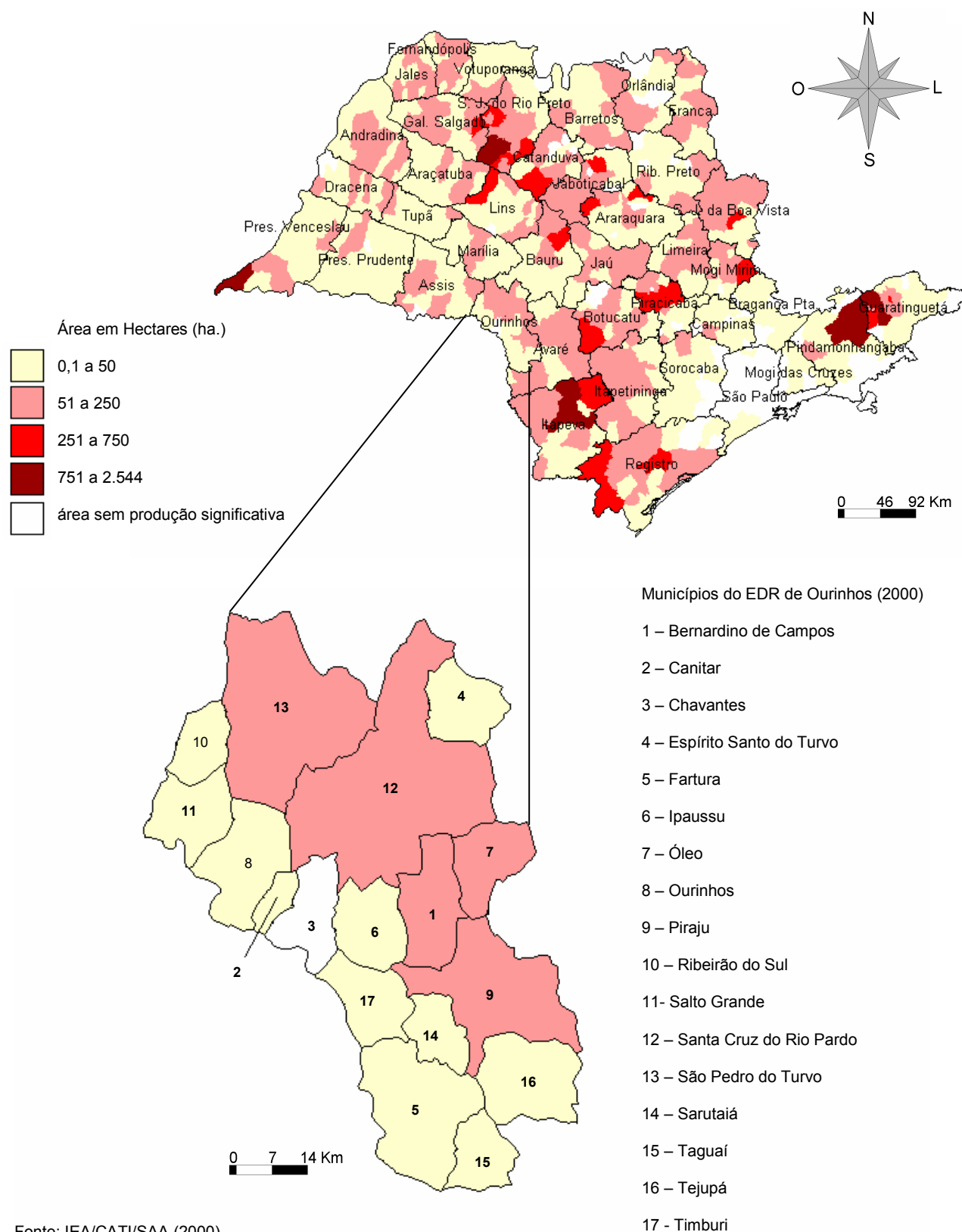


FIGURA 18: – A CULTURA DO ARROZ NOS EDRs DO ESTADO DE SÃO PAULO E NO EDR DE OURINHOS



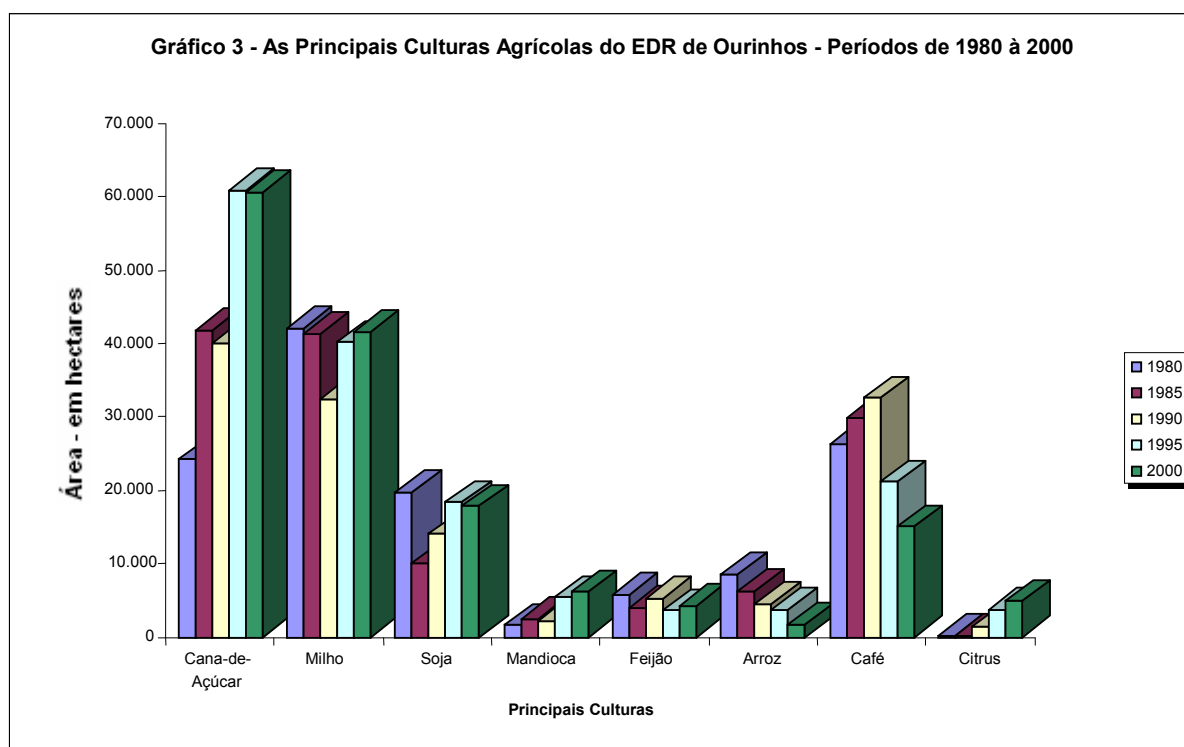
de produção de 3.780 hectares.

De um modo geral, entre os períodos de 1980 e 2000, a cultura do arroz apresentou uma retração de 79% na área cultivada, sendo o cultivo agrícola que apresentou a maior perda de espaço produtivo, destacando uma escala descendente de área de produção, que engloba os períodos de 1980, 1985, 1990, 1995 e 2000, onde neste último período é totalizada a menor área de produção de arroz nos períodos estudados. Os municípios que apresentam as maiores áreas de produção com arroz, são pela ordem, Santa Cruz do Rio Pardo, Salto Grande, Tejuipá, Piraju e São Pedro do Turvo (Anexo 3).

Entretanto, antes de se encerrar este estudo, cabe ressaltar algumas considerações importantes sobre as principais culturas agrícolas do EDR de Ourinhos (gráfico 3). Em primeiro lugar, devem-se destacar as culturas da cana-de-açúcar, do milho, da soja e do café por representarem uma grande área de produção, atingindo um total superior a 15.000 hectares cada uma delas (monoculturas), sendo que no caso da cana-de-açúcar, a área abrangida é superior a 60.000 hectares. Em um segundo momento, deve-se verificar a tendência de organização do espaço agrícola produtivo, onde se destacam a valorização de áreas voltadas à citricultura, à cultura da mandioca e da cana-de-açúcar, por apresentarem crescimento da área de produção superior a 150%, entre os períodos de 1980 e 2000, onde as culturas de citrus atingem o maior exponencial de crescimento, atingindo 1.834%. Por outro lado, as maiores quedas apresentadas quanto à área de produção foram observadas nas culturas do arroz, do café, do feijão, da soja e do milho, onde a rizicultura apresentou 79% de perda de área produtiva para outros tipos de cultivo.

As culturas destinadas às agroindústrias mais expressivas do EDR de Ourinhos tiveram um significativo crescimento na produção, sendo representadas pelos interesses das agroindústrias dos setores sucroalcooleiros, cítricos e do farinheiro. As culturas do milho, do café e da soja estão subordinadas principalmente aos interesses dos mercados interno e externo, sendo que no caso do milho a área de produção praticamente se mantém no período de 1980 e 2000, apresentando uma queda de 1% no total, por estar esta cultura associada à alimentação de animais (ração). As culturas do arroz e do feijão, que representam as culturas de subsistência e são a base da alimentação da população, apresentam queda nas áreas produtivas, sendo o arroz a cultura que apresenta o maior recuo na área

produtiva (79%), sendo necessário a compra de arroz de outras áreas do país para suprir as necessidades do mercado consumidor representado pela população residente nos municípios do EDR de Ourinhos. Sendo assim, pode-se salientar que, o mesmo observado em áreas do Estado onde houve a modernização da agricultura, é evidenciado no EDR de Ourinhos. Privilegia-se a terra para as monoculturas (cana-de-açúcar, soja, milho, laranja, etc) em detrimento de culturas alimentares (tais como o arroz e o feijão), que representam a base alimentar de nossa população, sendo necessária a compra desses produtos de outras áreas do Estado ou país, ou até mesmo a importação, como vem ocorrendo com o arroz, encarecendo ainda mais a cesta básica do trabalhador.



Fonte: Censos do IBGE (1980, 1985) e PAM (1990, 1995 e 2000)

2.4.2. As Principais Criações de Animais no EDR de Ourinhos

Os principais destaques da Pecuária do EDR de Ourinhos em efetivos de animais por cabeça são as aves (principalmente as galináceas), seguido pelos bovinos, suínos, coelhos (com grande evolução no número de animais criados a

partir do final da década de 90) e os eqüinos (tabela 15). No início do século XX, conforme citado em DEL RIOS (1992), a suinocultura (criação de suínos) e a bovinocultura (criação de bovinos) dominavam o cenário econômico, pois o mesmo podia ser evidenciado em todos os municípios. Mas com o desenvolvimento agropecuário dos municípios, surge a necessidade de se introduzir novas criações que pudessem atender aos anseios da população. A partir daí, começa a se diversificar a produção, não mais voltada à subsistência, mas a suprir o mercado consumidor dessa área que crescia e se desenvolvia.

A criação de aves (tabela 15), que segundo o IBGE, inclui as galinhas, os galos, as frangas, os frangos e pintos²⁷, possuem o maior número de animais criados no EDR de Ourinhos. Para efeitos de comparação em 1980, o EDR possuía uma criação de aves de 923.990 animais, passando a 791.321 em 1985, representando um decréscimo de 14% no número de aves neste período. No entanto, se comparado ao período seguinte, 1985 à 1990, há uma grande evolução no número de aves, com um total de 993.563, ou seja um acréscimo de 202.242 aves, representando um aumento de 26% para este período. Entre 1990 e 1995, o incremento na criação de aves foi positivo em comparação ao período anterior, passando de 1.004.946 para 1.057.498 aves, perfazendo um aumento de 6% (um aumento total de 63.935 aves no período). E finalmente temos o período de 1995 à 2000, onde ocorre uma relativa diminuição no número de aves criadas, passando de 1.057.498 para 1.005.698, apresentando uma queda de 5%, ou seja, 51.800 aves a menos. A criação de aves se destaca no município de Ourinhos, onde há granjas e avícolas, para a produção de ovos e matadouros de aves, para a produção e comercialização de carne de frango, bastante aceita no mercado e devido ao menor preço que os carnes bovina e suína.

Outro município que apresenta destaque para a criação de aves é Fartura, que apresenta situação semelhante à de Ourinhos (produção de ovos e carne).

A segunda maior receita da criação de animais no EDR de Ourinhos é proveniente da criação de bovinos (tabela 15). Apresentou um crescimento expressivo no período de 1980 à 1985, passando de 257.635 cabeças para 338.290, representando um incremento de 31% , ou seja, 80.655 bovinos a mais no rebanho.

²⁷ Para efeitos de pesquisa o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística costuma separar os galináceos em dois grupos: as galinhas (poedeiras – para produção de ovos) e galos, frangas, frangos e pintos, que, na maior parte dos casos, se destinarão à produção de carne (nota do autor).

**TABELA 15 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CRIAÇÕES DE ANIMAIS NO EDR DE OURINHOS - PERÍODO DE 1980 À 2000
(EM CABEÇAS)**

Principais Rebanhos	1980	N.º Índice (%)	1985	N.º Índice (%)	1990	N.º Índice (%)	1995	N.º Índice (%)	2000	N.º Índice (%)	Varição no Período (%)
Aves	923.990	100	791.321	-14	993.563	26	1.057.498	6	1.005.698	-5	9
Bovínos	257.635	100	338.290	31	350.943	4	387.699	10	335.007	-14	30
Suínos	68.945	100	60.451	-12	96.752	60	135.466	40	111.264	-18	61
Coelhos	3.104	100	858	-72	873	2	1.021	17	24.422	2.391	687
Equínos	10.075	100	12.399	23	11.852	-4	14.656	24	14.169	-3	41

Fonte: IBGE (1983), IBGE (1991), IBGE (1998) e IEA / CATI / SAA (2000).

Entre 1985 e 1990, o efetivo de bovinos passou de 338.290 para 350.943 animais (um acréscimo de 12.653 bovinos para o período), perfazendo um aumento de 4% no efetivo do rebanho. Para o período de 1990 à 1995, a criação de bovinos, que era de 350.943 no ano de 1990, atinge 387.699, o que representa um acréscimo de 10% no rebanho ou uma soma de 36.756 novos animais, e finalmente, para o período de 1995 à 2000, invertendo esta tendência, ocorreu uma queda de 14% no efetivo do rebanho (52.692 animais a menos), chegando a 335.007 bovinos no ano 2000.

A carne bovina é bastante apreciada no EDR de Ourinhos, que possui matadouro municipal e frigorífico em Santa Cruz do Rio Pardo, onde está localizado o maior rebanho, com mais de 90.000 animais (2000); posição esta que se manteve no período de 1980 à 2000. Também existe a produção de leite para abastecimento do mercado, seja através do produto “in natura” (os leiteiros – ambulantes que distribuem o produto de porta em porta), o leite pasteurizado e envasado, distribuído em estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios (supermercados, mercados, padarias, empórios, entre outros), iogurtes (com destaque para Bernardino de Campos) e couro (para a indústria calçadista em Santa Cruz do Rio Pardo).

A criação de bovinos ocorre em todos os municípios do EDR de Ourinhos, e segundo dados do Perfil Econômico Regional/Regiões Seleccionadas do Estado de São Paulo (Região de Ourinhos), realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE – SP),

“a criação de bovinos aparece com participação relativa regional bem superior às médias deste segmento no Estado de São Paulo, denotando certa especialização regional nesta atividade” (adaptado de SEBRAE – SP, 1998).

A criação de suínos é bastante valorizada entre os criadores de animais do EDR de Ourinhos (tabela 15). Como visto no início deste capítulo, a criação de suínos era praticada em Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju, Ourinhos e nos demais municípios que estavam surgindo no início do século XX. A criação de suínos está intimamente relacionada à produção de milho, que fornece a ração alimentar. Conforme destaca CÁCERES (1998),

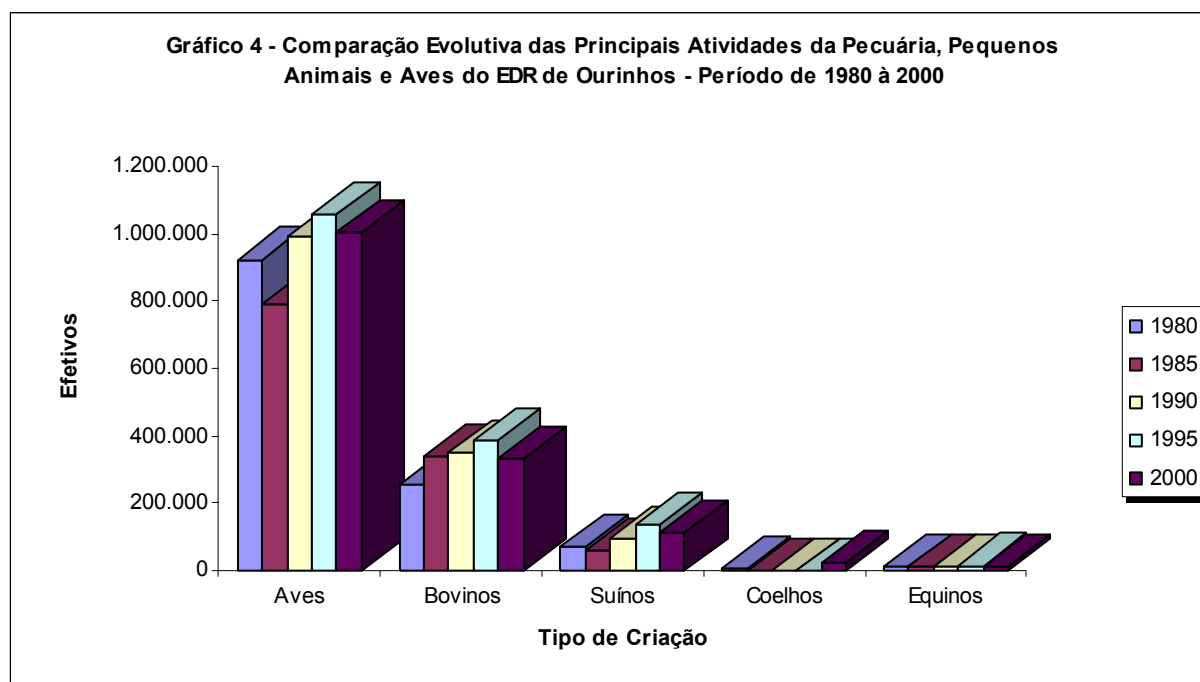
“no início do século XX a maior parte da produção de milho era utilizada na alimentação de suínos e bovinos, do qual Piraju, assim como Santa Cruz do Rio Pardo, eram grandes produtores” (CÁCERES, 1998).

Segundo informações técnicas do EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural/CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – de Ourinhos, “quando o preço do milho aumenta no mercado, a criação de suínos tende a diminuir, pois os custos com a alimentação dos animais aumenta muito, e vice-versa”. Os municípios do EDR de Ourinhos registraram 68.945 suínos em 1980, passando a contar com 60.451 em 1985, o que representava uma redução de 8.494 animais neste período ou 12% a menos no efetivo total. No período de 1985 à 1990 o número de suínos registrados foi de 60.451, em 1985, e 96.752 em 1990 – um acréscimo de 36.301 animais no efetivo, o que representa um crescimento de 60% no efetivo. Para a fase seguinte (1990 à 1995), o total de suínos atinge a cifra de 135.466 animais, um aumento de 40% no rebanho e um número absoluto de 38.714 novos animais, e para finalizar, entre o período de 1995 à 2000, houve uma queda expressiva no número de suínos, passando de 135.466 animais em 1995 para 111.264, uma perda de 24.202 cabeças ou 18% do efetivo de suínos. A carne suína apresenta a terceira maior receita agropecuária do EDR de Ourinhos, sendo Fartura o município com a maior criação de suínos.

A criação de coelhos se intensificou nos últimos anos da década de 1990, mais precisamente no município de Bernardino de Campos, que possuía 22.700 animais no ano 2000 (24.410 coelhos), representando 93% do total. Em 1980 eram 3.104 animais e em 1985 esse número se reduz para 858 cabeças, representando um decréscimo de 72% neste período (perda de 2.246 cabeças). Para a fase posterior, que vai de 1985 à 1990, pode-se observar um aumento de 2% do efetivo de coelhos em relação à 1985, passando de 858 para 873 animais, respectivamente (um aumento de 15 cabeças). Ao se estudar o período de 1990 à 1995 (tabela 15), nota-se que existe a tendência ao crescimento da criação de coelhos no EDR de Ourinhos, pois 148 animais são acrescentados ao total de 1990, quando o número de cabeças passa de 873 para 1.021 (aumento de 17% na criação deste animal). Do ano de 1995 ao 2000, há um acréscimo extraordinário de 2.391%, elevando o número de cabeças de 1.021 para 24.422, respectivamente (23.401 coelhos a mais do que em 1995). Esse aumento gigantesco mostra a valorização que a carne de

coelho tem nos grandes centros urbanos do país, assim como sua pele é valorizada na fabricação de peças de vestuário, além de outras formas de utilização.

Para concluir o estudo sobre a criação de animais no EDR de Ourinhos (gráfico 4), destacar-se-á a importância dos eqüinos. Para o período de 1980 à 1985, o número de eqüinos passa de 10.075 para 12.399, respectivamente (uma soma de 2.324 novos animais). Isto significou um aumento de 23%.



Fonte: Censos do IBGE (1980, 1985) e PPM (1990, 1995 e 2000).

No período de 1985 à 1990, há uma redução no número de eqüinos, de 12.399 para 11.852 animais, respectivamente. Há uma perda de 4% no efetivo desta criação, resultando em uma perda de 547 cabeças. De 1990 à 1995, registra-se um aumento no efetivo de animais, que alcança 14.656 cabeças (aumento de 24% no total), o que representa um aumento absoluto de 2.804 animais, sobre os 11.852 eqüinos existentes em 1990. No período de 1995 à 2000, há uma queda no número de eqüinos criados no EDR de Ourinhos. Em 1995 eram 14.656 animais e em 2000 esse número era de 14.169, perda de 3% no efetivo do rebanho para este período, representando 487 cabeças à menos do que em 1995 (tabela 15). O município de Santa Cruz do Rio Pardo, por ser o mais extenso dessa área e possuir o maior número de propriedades rurais, sendo que algumas se dedicavam à criação de

cavalos (haras), possuía o maior rebanho do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos.

Tem-se, assim, um diagnóstico da criação de animais e seus efetivos, que se destacam em alguns municípios, contando com algumas áreas especializadas em suas criações, como a de aves em Ourinhos e Fartura, a de bovinos, em Santa Cruz do Rio Pardo, e a de Coelhos, a partir de final dos anos de 1990, em Bernardino de Campos.

2.5. As Condições de Emprego e Salários do Trabalhador Rural no EDR de Ourinhos

O número de empregos permanentes no EDR de Ourinhos perfaz um total de 9.650, distribuídos de forma bastante heterogênea entre os municípios que o compõe. O município que apresenta o maior número de postos de emprego é Santa Cruz do Rio Pardo, com 1.852 pessoas ocupadas na agricultura; seguido por Ourinhos, que possui 1.426 pessoas lotadas na agricultura; Piraju, com 946 postos de empregos; Ipaussu, com 837 empregados permanentes; Chavantes que possui 684 pessoas permanentes nas atividades agrícolas; Canitar, que tem 650 pessoas permanentes na agricultura; e Fartura, com 599 postos de empregos permanentes. Juntos, estes sete municípios geram, individualmente, mais de 500 postos de empregos permanentes na agricultura no Escritório de Desenvolvimento Rural (72% do total) (tabela 16).

Os demais municípios empregam 2.656 pessoas nas atividades agrícolas, representando 28% do total de empregos permanentes no EDR de Ourinhos, onde Bernardino de Campos, se destacava com 499 postos permanentes de emprego; seguindo-se, pela ordem, Tejupá, com 486 postos de empregos na agricultura; São Pedro do Turvo, com 484 pessoas permanentes lotadas na agricultura; Salto Grande, com 237 pessoas efetivadas em atividades agrícolas; Taguaí, que tem 187 postos permanentes de emprego; Sarutaiá, que emprega efetivamente 184 pessoas nas atividades agrícolas; Timburi, que possui 176 pessoas ocupadas na agricultura; Ribeirão do Sul, que gera 165 postos de empregos permanentes na agricultura; Óleo, com 161 postos de emprego; e Espírito Santo do Turvo, que soma 77 pessoas

lotadas de forma permanente na agricultura; perfazendo um total de dez municípios (tabela 16).

TABELA 16 – EMPREGADOS RURAIS PERMANENTES POR MUNICÍPIOS NO EDR DE OURINHOS/PERÍODO 1995-96

MUNICÍPIO	NÚMERO DE EMPREGADOS PERMANENTES
Bernardino de Campos	499
Canitar	650
Chavantes	684
Espírito Santo do Turvo	77
Fartura	599
Ipaussu	837
Óleo	161
Ourinhos	1.426
Piraju	946
Ribeirão do Sul	165
Salto Grande	237
Santa Cruz do Rio Pardo	1.852
São Pedro do Turvo	484
Sarutaiá	184
Taguaí	187
Tejupá	486
Timburi	176
TOTAL	9.650

Fonte: Censo Agropecuário (1998) e IEA / CATI / SAA (2000).

No entanto, em relação aos empregos temporários gerados na agricultura no EDR de Ourinhos, estes variaram consideravelmente no período do ano agrícola de 1995 (que compreende os meses de agosto a julho do ano seguinte), decorrentes das diferentes épocas de colheitas agrícolas, como o café e a cana-de-açúcar, entre outras culturas. O número total de empregos temporários gerados também se distribui de forma bastante irregular entre os municípios desse EDR, dependendo da atividade agrícola que desenvolvem e do total de mão-de-obra necessária para a manutenção da cultura e da colheita (tabela 17).

Para o mês de agosto (1995), o número total de postos de empregos temporários nas propriedades rurais do EDR de Ourinhos chegou a ocupar 6.943 pessoas, onde os municípios de Espírito Santo do Turvo e Ipaussu lideraram as contratações, com 2.534 e 1.101 postos de empregos, respectivamente.

No mês de setembro (1995), o total de empregos temporários gerados na agricultura teve como resultado a contratação de 5.912 pessoas, com destaque para os municípios de Espírito Santo do Turvo e Ipaussu, que contrataram 2.368 e 662

TABELA 17 – EMPREGADOS TEMPORÁRIOS POR MESES DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS / PERÍODO 1995 / 96

MUNICÍPIO	PESSOAL TEMPORÁRIO POR MESES DE EMPREGO											
	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.
Bernardino de Campos	71	110	111	91	123	23	12	61	32	77	42	23
Canitar	8	16	14	16	28	10	10	2	5	7	0	19
Chavantes	126	166	198	159	195	148	155	141	89	331	221	199
Espírito Santo do Turvo	2.534	2.368	1.216	321	80	30	76	274	256	807	1.069	1.025
Fartura	47	85	32	22	107	16	23	31	23	68	125	103
Ipaussu	1.101	662	632	1.203	660	42	58	43	45	651	674	738
Óleo	98	96	55	28	20	9	3	4	10	13	29	31
Ourinhos	220	154	246	1.104	240	106	144	171	105	196	235	222
Piraju	492	446	408	324	216	120	120	262	224	480	566	544
Ribeirão do Sul	290	604	272	594	180	231	639	339	286	730	371	637
Salto Grande	165	98	89	91	96	32	71	65	38	69	194	110
Santa Cruz do Rio Pardo	225	263	238	303	163	177	171	187	211	240	241	750
São Pedro do Turvo	408	372	418	433	469	387	383	368	386	407	513	515
Sarutaiá	209	136	63	54	82	90	81	66	58	93	159	192
Taguaí	321	57	37	33	96	46	58	54	229	218	373	336
Tejupá	457	197	121	117	649	207	152	181	211	444	1.022	1.372
Timburi	171	82	59	58	46	42	30	30	52	87	159	191
TOTAL	6.943	5.912	4.209	4.951	3.450	1.716	2.186	2.279	2.260	4.918	5.993	7.007

Fonte: Censo Agropecuário (1998) e IEA / CATI / SAA (2000).

peessoas, respectivamente.

Em outubro (1995), o número de empregos temporários gerados no EDR de Ourinhos atingiu 4.209 pessoas, que foram absorvidas em diferentes setores agrícolas, onde se destacaram os municípios de Espírito Santo do Turvo, com 1.216 contratações, e Ipaussu, com 632 pessoas ocupadas nas atividades do setor agrário.

Para novembro (1995), o número total de postos de empregos temporários nas propriedades rurais do EDR de Ourinhos chegou a ocupar 4.951 pessoas, onde os municípios de Ipaussu e Ourinhos lideraram as contratações, com 1.203 e 1.104 postos de empregos, respectivamente.

No mês de dezembro (1995), o total de empregos temporários gerados na agricultura teve como resultado a contratação de 3.450 pessoas, com destaque para os municípios de Ipaussu e Tejupá, que contrataram 660 e 649 pessoas, respectivamente.

Em janeiro (1996), o número de empregos temporários gerados no EDR de Ourinhos atingiu 1.716 pessoas, o número mais baixo registrado no ano agrícola em estudo (1995–96), sendo absorvidas em diferentes setores agrícolas, onde se destacaram os municípios de São Pedro do Turvo, com 387 contratações, e Ribeirão do Sul, com 231 pessoas ocupadas nas atividades do setor agrário.

Para fevereiro (1996), o número total de postos de empregos temporários nas propriedades rurais do EDR de Ourinhos chegou a ocupar 2.186 pessoas, onde os municípios de Ribeirão do Sul e São Pedro do Turvo lideraram as contratações, com 639 e 383 postos de empregos, respectivamente.

Em março (1996), o número de empregos temporários gerados no EDR de Ourinhos atingiu 2.279 pessoas, que foram absorvidas em diferentes setores agrícolas, onde se destacaram os municípios de São Pedro do Turvo, com 368 contratações, e Ribeirão do Sul, com 339 pessoas ocupadas nas atividades do setor agrário.

Para abril (1996), o número total de postos de empregos temporários nas propriedades rurais do EDR de Ourinhos chegou a ocupar 2.260 pessoas, onde os municípios de São Pedro do Turvo e Ribeirão do Sul lideraram as contratações, com 386 e 286 postos de empregos, respectivamente.

No mês de maio (1996), o número de empregos temporários gerados no EDR de Ourinhos atingiu 4.918 pessoas, que foram absorvidas em diferentes setores agrícolas, onde se destacaram os municípios de Espírito Santo do Turvo, com 807 contratações, e Ribeirão do Sul, com 730 pessoas ocupadas nas atividades do setor agrário.

No mês de junho (1996), o total de empregos temporários gerados na agricultura teve como resultado a contratação de 5.993 pessoas, com destaque para os municípios de Espírito Santo do Turvo e Tejupá, que contrataram 1.069 e 1.022 pessoas, respectivamente.

E, finalmente, em julho de 1996, o número de empregos temporários gerados no EDR de Ourinhos atingiu 7.007 pessoas, o maior número registrado no ano agrícola em estudo (1995–96), sendo absorvidas em diferentes setores agrícolas, onde se destacaram os municípios de Tejupá, com 1.372 contratações, e Espírito Santo do Turvo, com 1.025 pessoas ocupadas nas atividades do setor agrário.

No que diz respeito aos salários rurais pagos pelo empregador no EDR de Ourinhos, os valores recebidos pelos trabalhadores são, em geral, inferiores ao valor médio estadual, decorrentes de fatores como a baixa qualificação profissional do empregado e das condições de trabalho nas propriedades rurais desta área, onde o poder de barganha do trabalhador com o empregador é menor do que em outras áreas mais desenvolvidas do Estado de São Paulo (tabela 18).

O trabalhador diarista, segundo dados do IEA (1998), recebia, em média, pelo dia trabalhado, R\$ 7,28, enquanto o valor médio pago no Estado de São Paulo era R\$ 9,10 (25% maior do que o valor recebido pelo trabalhador diarista no EDR de Ourinhos). No ano de 2002, conforme estatísticas do IEA (2003), o trabalhador diarista passou a receber R\$ 9,81 pelo dia trabalhado, 35% a mais do que o valor recebido no ano de 1997 (R\$ 7,28). No entanto, o valor médio estadual pago ao trabalhador diarista ainda era superior ao valor médio recebido pelo empregado diarista no EDR de Ourinhos, que obteve 29% de reajuste salarial em relação ao ano de 1997 (R\$ 9,10), atingindo R\$ 11,71. No ano 2002, o valor médio pago ao trabalhador diarista no Estado de São Paulo era 19% superior ao valor médio recebido pelo empregado diarista no EDR de Ourinhos.

Com relação ao trabalhador volante, que recebia, em média, pelo dia trabalhado, R\$ 8,59, o valor médio pago no Estado de São Paulo era R\$ 9,53 (11% superior ao valor recebido pelo trabalhador volante no EDR de Ourinhos), segundo

dados do IEA (1998). No ano de 2002, conforme estatísticas do IEA (2003), o trabalhador volante passou a receber R\$ 9,86 pelo dia de trabalho, 15% superior ao valor recebido no ano de 1997 (R\$ 8,59). No entanto, o valor médio estadual pago ao trabalhador volante ainda era superior ao valor médio recebido pelo empregado diarista no EDR de Ourinhos, que obteve 27% de reajuste salarial em relação ao ano de 1997 (R\$ 9,53), atingindo R\$ 12,08. Em 2002, o valor médio pago ao trabalhador volante no Estado de São Paulo era 22,5% superior ao valor médio recebido pelo empregado volante no EDR de Ourinhos (tabela 18).

TABELA 18 – EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS RURAIS (MÉDIOS) POR CATEGORIAS NO EDR DE OURINHOS E NO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO 1997 A 2002

CATEGORIA	SALÁRIOS RURAIS (EM REAIS / R\$)	
	1997	2002
DIARISTA (EDR de Ourinhos)	7,28	9,81
Salário Estadual (médio)	9,10	11,71
VOLANTE (EDR de Ourinhos)	8,59	9,86
Salário Estadual (médio)	9,53	12,08
ADMINISTRADOR (EDR de Ourinhos)	351,88	596,71
Salário Estadual (médio)	397,51	525,72
TRATORISTA (EDR de Ourinhos)	215,86	315,41
Salário Estadual (médio)	255,79	354,74
MENSALISTA (EDR de Ourinhos)	171,67	239,41
Salário Estadual (médio)	185,90	265,66
CAPATAZ (EDR de Ourinhos)	226,42	357,53
Salário Estadual (médio)	277,72	368,02

Fonte: IEA (1998) e IEA/SAA/APTA (2003).

Para o administrador rural, segundo dados do IEA (1998), o salário equivalente ao mês trabalhado, correspondia, em média, a R\$ 351,88, enquanto o valor médio pago no Estado de São Paulo era R\$ 397,51, sendo 13% maior do que o valor recebido pelo administrador rural no EDR de Ourinhos. Em 2002, conforme estatísticas do IEA (2003), o administrador rural passou a receber mensalmente R\$ 596,71, representando um reajuste de 70% sobre o valor recebido em 1997 (R\$ 351,88). O cargo de administrador rural foi a única categoria profissional do EDR de Ourinhos que teve um crescimento maior do que a média estadual, obtendo um índice de 13,5% superior ao valor médio pago no Estado de São Paulo (tabela 18).

Em relação ao trabalhador tratorista, cujo salário (mensal) era, em média, da ordem de R\$ 215,86 em 1997 (dados do IEA/1998), no Estado de São Paulo, o valor médio percebido pelos empregados tratoristas era R\$ 255,79 (18,5% superior

ao valor recebido pelo tratorista no EDR de Ourinhos). Em 2002, conforme estatísticas do IEA (2003), o trabalhador tratorista passou a perceber um salário mensal de R\$ 315,41, ou seja, 46% superior ao valor recebido no ano de 1997 (R\$ 215,86). Entretanto, o valor médio estadual pago ao trabalhador tratorista ainda continuava superior ao valor médio recebido pelo tratorista no EDR de Ourinhos, que obteve 38,5% de reajuste salarial em relação ao ano de 1997 (R\$ 255,79), alcançando R\$ 354,74. Em 2002, o valor médio pago ao tratorista no Estado de São Paulo era 12,5% superior ao valor médio recebido pela mesma categoria no EDR de Ourinhos (tabela 18).

O trabalhador mensalista, segundo dados do IEA (1998), recebia, em média, pelo mês trabalhado, R\$ 171,67, enquanto o valor médio pago no Estado de São Paulo era R\$ 185,90 (8% superior ao valor recebido pelo mensalista no EDR de Ourinhos). No ano de 2002, o trabalhador mensalista passou a receber salário mensal de R\$ 239,41, representando 39,5% a mais do que o valor recebido no ano de 1997 (R\$ 171,67), conforme estatísticas do IEA (2003). No entanto, o valor médio estadual pago ao mensalista permanecia superior ao valor médio recebido pelo empregado mensalista no EDR de Ourinhos, obtendo 43% de reajuste salarial em comparação ao ano de 1997 (R\$ 185,90), perfazendo um salário médio de R\$ 265,66. Em 2002, o valor médio pago ao trabalhador mensalista no Estado de São Paulo era 11% superior ao valor médio recebido pelo mensalista no EDR de Ourinhos (tabela 18).

O trabalhador capataz, recebia, em média, mensalmente, um salário médio mensal de R\$ 226,42 no EDR de Ourinhos, enquanto o valor médio pago no Estado de São Paulo para esta categoria era R\$ 277,72 (22,5% maior do que o valor recebido pelo capataz no EDR de Ourinhos), segundo dados do IEA (1998). No ano de 2002, conforme estatísticas do IEA (2003), o capataz passou a receber um salário médio mensal de R\$ 357,53, um aumento de 58% sobre o valor recebido em 1997, que era R\$ 226,42. No entanto, o valor médio estadual pago ao capataz ainda continuava superior ao valor médio recebido por esta categoria de trabalhador rural no EDR de Ourinhos (apesar do expressivo crescimento apresentado), que recebeu 32,5% de reajuste salarial em relação ao período de 1997 (R\$ 277,72), alcançando R\$ 368,02. Em 2002, o valor médio pago ao capataz no Estado de São Paulo era 3% superior ao valor médio recebido pelo trabalhador capataz no EDR de Ourinhos (tabela 18).

Concluindo, excetuando-se o administrador rural, que apresentava rendimentos superiores à média de rendimentos pagos no Estado de São Paulo, as demais categorias de trabalhadores apresentaram diárias e salários pagos inferiores à média de diárias e salários pagos à estas categorias em outros EDRs do Estado de São Paulo, demonstrando baixa qualificação do trabalhador para desempenhar as atividades (capítulo 5).

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E A FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS DO EDR DE OURINHOS

3.1. INTRODUÇÃO

Em 1889, ano da Proclamação da República, o açúcar era o terceiro produto de exportação brasileiro, atrás do café e da borracha e, em 1910, o sexto, tendo à sua frente o café, algodão, cacau, fumo e mate, e em relação ao álcool, até o ano de 1930, a produção destinava-se preferencialmente ao consumo doméstico e também como matéria-prima para as indústrias químicas e farmacêuticas que existiam no período inicial da industrialização no Brasil.

No entanto, a agroindústria sucroalcooleira no Brasil, começou a receber grandes investimentos a partir da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), quando a indústria europeia do açúcar é duramente atingida, pois o conflito culminou com a devastação da indústria europeia, e entre elas a indústria de açúcar, provocando um aumento do preço do produto no mercado mundial e incentivando a construção de novas usinas no Brasil, especialmente em São Paulo, onde muitos fazendeiros de café desejavam diversificar seu perfil de produção. Impulsionados pelo crescimento da economia paulista, os engenhos de aguardente que existiam foram se transformando em usinas de açúcar, originando os primeiros grupos produtores de açúcar, sendo que muitos se consolidaram no mercado sucroalcooleiro paulista.

Depois do período da Primeira Guerra Mundial e com a reconstrução da indústria açucareira europeia, a produção de açúcar se volta para o mercado consumidor interno, que se urbanizava, e apresentava uma melhoria das condições de vida para uma maior parcela da sociedade brasileira. Devido a esses fatores e com a produção de açúcar em pleno crescimento, aumenta a preocupação entre os usineiros e produtores de cana-de-açúcar na possibilidade de saturação do mercado.

Segundo SALIBE (2002, p. 32),

“a Reunião Açucareira do Recife, convocada pelo governo do Estado em 1928, resultou no surgimento do Plano Geral de Defesa do Açúcar, Aguardente e Álcool. Visava o plano, disciplinar a economia canavieira em bases cooperativistas, com o objetivo de enfrentar os desajustamentos existentes e que vinham se fazendo sentir como fatores de descontrole do mercado”.

No entanto, antes de corrigir as distorções existentes no setor, o resultado apresentado foi um excesso da produção açucareira no mercado, o que levou a uma forte e vertiginosa queda do preço do açúcar. A crise de 1929 atingiu diretamente o setor sucroalcooleiro nacional, causando enorme prejuízo aos usineiros que eles passaram a defender a suspensão da produção açucareira, do que produzir e vender obtendo enorme prejuízo.

Um aspecto muito importante a ser considerado é que, com a crise de 1929, quando o Brasil passou a ter volume menor de divisas para a importação de bens de capital, São Paulo desenvolveu suas indústrias fornecedoras de equipamentos para usinas e destilarias. Em RUAS (1996, p. 12),

“a empresa Dedini, fundada na década de 20, passou a fabricar diversos equipamentos antes importados e, no período de 1929 a 1945, foram fundadas as empresas Codistil e Mause. Portanto, o grande impulso na expansão do setor em território paulista foi principalmente decorrente de medidas tomadas durante a II Grande Guerra, levando São Paulo, nos anos seguintes, à condição de maior estado brasileiro produtor de açúcar”.

Ainda no que diz respeito a equipamentos industriais, o grupo Dedini teve fundamental importância no processo de expansão e modernização da agroindústria canavieira paulista, sobretudo, nas décadas de 30/40/50, consolidando sua posição hegemônica do fornecimento de equipamentos, sendo que a partir dos anos de 1960 há o desenvolvimento de produção da Zanini, em Sertãozinho, no Estado de São Paulo. A partir de então as duas empresas passam a comandar a dinâmica do processo de modernização da indústria de equipamentos ligados à agroindústria sucroalcooleira.

No governo provisório de Getúlio Vargas em 1930, a cultura canavieira encontrava-se profundamente em crise, não restando alternativa do governo federal

para a intervenção²⁸ na economia açucareira, a pedido dos próprios produtores (principalmente do Nordeste), que estavam sendo ameaçados de verem seus empreendimentos sucumbirem, devido ao excesso da produção, à queda dos preços e à desorganização dos mercados internos.

Decorrente da intervenção do Estado no setor sucroalcooleiro nacional, criaram-se mecanismos que visavam garantir a evolução da produção do açúcar no Brasil. No estudo de BRAY *et al.* (2000, p. 12 - 13),

“com o Decreto n.º 20.761, de 07/12/1931, o governo federal criou a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), com o objetivo de dar uma nova orientação para o setor canavieiro, uma vez que necessitava conter a queda dos preços. Para tanto, foram criados alguns dispositivos fundamentais para o setor açucareiro nacional:

- a. O apoio financeiro do Banco do Brasil, através do pagamento de uma taxa sobre o açúcar, que seria arrecadada e distribuída em financiamentos para a produção açucareira;
- b. As atribuições do CDPA foram estruturadas pelo Decreto n.º 21.010, de 01/02/1932, com o objetivo de registrar o equilíbrio entre a oferta e a demanda do açúcar, dentro do princípio da limitação da produção;
- c. Decreto n.º 21.010 autorizava o Ministério da Agricultura a assinar contratos com entidades particulares para a implantação de destilarias de álcool anidro carburante, e a permissão de incentivos fiscais e tarifários”.

Entretanto, novas medidas²⁹ foram sendo tomadas pelo governo federal a fim de incentivar a produção do álcool no Brasil, como mecanismo de controle para a produção de açúcar no país, evitando-se a superprodução açucareira.

Mesmo com todo o incentivo e esforço do governo federal, através da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA) e da Comissão de Estudos sobre o Álcool-Motor, os resultados não foram muito animadores. Mas, conforme demonstra BRAY *et al.* (2000, p. 13), “a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar preparou terreno para o surgimento de uma autarquia com maior força e ação, que foi o Instituto do Açúcar e do Álcool”.

²⁸ “Essa estratégia – a da intervenção estatal – era uma medida prática de interesse público que visava a assegurar o fornecimento contínuo e adequado de certo produto, a preços que o público julga toleráveis e justos. Para o economista norte-americano O. W. Wilcox, autor e defensor da proposta, a intervenção do Estado na economia tinha o propósito de ajudar o setor a resolver os problemas que o afligiam e nada menos que dezesseis países, inclusive os Estados Unidos, já haviam adotado o procedimento” (SALIBE, 2002: p. 33).

²⁹ “Em novembro de 1932, novas medidas foram adotadas através do Decreto n.º 22.152, que criava incentivos para a produção do álcool no país como: a. limitava a produção do açúcar face à superprodução; b. estimulava e amparava a produção do álcool anidro carburante, como medida de salvaguardar a produção açucareira” (BRAY *et al.*, 2000: p. 13).

Com a experiência da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro nacional, houve a necessidade de se unir em um só órgão a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA) e a Comissão de Estudos sobre o Alcool-Motor para fortalecer o setor. Desse modo surge, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

3.2. A Criação do IAA e o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro Nacional

O Decreto do Governo Federal n.º 22.789, de 1º de junho de 1933, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas, criou e regulamentou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), vinculado ao Ministério da Agricultura. O IAA se constituiu inicialmente em uma autarquia do Governo Federal, estando subordinado ao Ministério da Agricultura, sendo transferido posteriormente ao Ministério da Indústria e do Comércio, “com o objetivo de dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool do país” (BRAY *et al.*, 2000: p. 14).

Além disso, deveria assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar, aproveitando as possibilidades, cada vez maiores, condicionadas ao consumo do álcool industrial. Inicialmente, a fabricação de álcool seria incentivada a partir da instalação de destilarias centrais de álcool anidro ou por meio de subsídios aos produtores particulares que desejassem produzir, eles próprios, o álcool anidro.

O IAA surgia, não apenas para consolidar as normas de defesa do açúcar e do álcool, mas para dotar o sistema de intervenção estatal de elementos mais seguros para alcançar seus objetivos. O Instituto do Açúcar e do Alcool era dotado de plenos poderes³⁰, segundo as atribuições que o Estado lhe conferia, para atuar no controle e direcionamento das políticas do setor sucroalcooleiro nacional, na produção de açúcar e álcool (anidro). Com o incentivo do governo federal na

³⁰ “Com o objetivo de incrementar no país, a produção e o consumo do álcool-motor, o Instituto do Açúcar e do Alcool passou a desempenhar as seguintes atribuições: a . instalação de destilarias centrais de grande porte para a produção e desidratação do álcool; b. dar cobertura financeira às cooperativas, sindicatos, empresas e produtores de cana-de-açúcar para a instalação de novas unidades de produção de álcool anidro-carburante; c. instalar e manter as bombas de álcool-motor nos postos de gasolinas” (BRAY *et al.*, 2000: p.15).

instalação de destilarias para a fabricação do álcool anidro, surgem as primeiras destilarias centrais³¹ em Piracicaba, no Estado de São Paulo (em 1933), em Campos, no Rio de Janeiro, em Cabo, em Pernambuco, e em Ponte Nova, em Minas Gerais.

A importância do IAA para o setor sucroalcooleira nacional era cada vez mais evidente e decisiva para a economia. Em BRAY *et al.* (2000, p. 15), encontra-se o relato do poder de fiscalização do IAA, reforçado pelo Decreto n.º 23.664, de 29/12/1933,

“quando passou a ser obrigatório o cadastramento de todas as fábricas de açúcar, álcool e aguardente. O referido decreto, também, disciplinava a produção do açúcar em todo o país e regulamentava o consumo e as misturas do álcool carburante”.

Por outro lado, a Resolução de 30/03/1934, do IAA, foi praticamente um marco do início do planejamento estatal na agroindústria canavieira nacional. Através dessa Resolução firmaram-se os critérios e as normas da organização da economia, onde se destacavam: a limitação das safras, de acordo com a média quinquenal de produção; a capacidade dos maquinismos e o rateio dos excessos dentro dos limites de produção estaduais e a produção extralimite.

Segundo RUAS (1996, p. 45),

“quando da ocorrência de superprodução, o principal instrumento utilizado para controlá-la foi o sistema de cotas. Com a distribuição das cotas, o IAA tentou manter estabilizada a produção açucareira brasileira e manter os privilégios em regiões do Brasil. Um dos fatores que permitiu esta política é que o IAA possuía o monopólio da exportação de açúcar e estipulava as quantidades mensais que cada usina podia comercializar no mercado interno”.

Embora os resultados positivos fossem visíveis³², o setor enfrentou alguns problemas de ordem social, resolvidos através da aprovação do Estatuto da Lavoura

³¹ “A decisão de criar destilarias centrais para incrementar a fabricação do álcool-motor foi uma das recomendações da Seção Técnica do IAA. As destilarias centrais eram instalações próprias destinadas a, em momentos oportunos, realizar a transformação em álcool do açúcar que retirasse do mercado e não houvesse probabilidades econômicas de exportação para o estrangeiro” (SALIBE, 2002: p. 36).

³² Até mesmo o Governo Federal estava animado com os bons resultados que o IAA estava realizando. SALIBE (2002, p. 36), refere-se ao Presidente Getúlio Vargas, que “animado com os benefícios alcançados com a atuação do Instituto e a importância do álcool cada vez maior para a vida nacional, determinou que as companhias de cabotagem recebessem pelo transporte do álcool, uma taxa equivalente à metade do que se cobrava pela gasolina

Canavieira (1941), que atribuíra as usinas a se utilizarem de pelo menos 50% da cana proveniente de fornecedores autônomos. O Estatuto tinha por objetivo “eliminar possíveis focos de tensão social, à medida que fortalecia a pequena e a média propriedade rural” (SALIBE, 2002: p. 36). Na seqüência, apresentam-se os principais atos legislativos do governo federal em relação ao setor sucroalcooleiro, relatados no estudo de BRAY *et al.* (2000):

- I. Lei n.º 178³³ (Lei esta onde o IAA assume o papel de intermediário entre as usinas de açúcar e álcool e os fornecedores de cana): Regulamentada em 9 de janeiro de 1936, com o objetivo de minimizar os conflitos, formando-se comissões em cada Estado, para organizar a pesagem e o pagamento da tonelada da cana fornecida. Ficou estabelecida a garantia do recebimento da cana fornecida para as usinas, e no caso de recusa da agroindústria em receber a cana fornecida em relação à quantidade média do ano anterior, o fornecedor seria indenizado e a usina seria penalizada com a limitação de sua cota.
- II. Lei n.º 519/37: em outubro de 1937, o Congresso votou a Lei n.º 519, com o objetivo de obrigar os usineiros a cumprirem a lei, formando uma comissão com representantes do Ministério da Agricultura, do governo estadual, do Instituto de Açúcar e do Alcool, dos fornecedores e dos usineiros, com a competência de organizar e definir os critérios de pagamento da cana fornecida.
- III. Decreto-Lei n.º 3.855/41 (Estatuto da Lavoura Canavieira): através do Decreto-Lei n.º 3.855, ficou estabelecido o salário mínimo ao trabalhador rural canavieiro. Entretanto, foi através do decreto-lei n.º 6.969, de 1944, que os trabalhadores rurais canavieiros foram legalmente tutelados pelo IAA, através da garantia do direito à estabilidade no emprego, direito à moradia-padrão digna, direito à assistência médico-hospitalar e odontológica gratuita, o direito à uma área de terras gratuita e próxima à moradia para a produção de

importada. A iniciativa privada respondia com entusiasmo ao sucesso da intervenção estatal e se construíram, em várias regiões do país, verdadeiros impérios com a cana-de-açúcar”.

³³ A lei n.º 178 regulamentou os direitos e deveres dos fornecedores de cana em relação aos usineiros. Entretanto essa lei não solucionou os conflitos de interesses entre essas duas categorias de produtores (o autor).

subsistência e a proibição da redução de seus salários na má safra de cana-de-açúcar³⁴.

O Estatuto da Lavoura Canavieira tornou-se uma Lei, que procurou proteger os fornecedores de cana, semelhante à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A estratégia utilizada pelo governo federal no Estado Novo consistia na busca de uma estratégia por uma melhor distribuição de renda no setor sucroalcooleiro, favorecendo os trabalhadores e fornecedores, proporcionando uma maior segurança ao setor e acabando com a sazonalidade da produção da cana-de-açúcar por parte dos fornecedores, pois até 1929, o plantador de cana em São Paulo se estabelecia quando o preço do açúcar, e conseqüentemente da cana, atingia melhores cotações e deixava de produzir quando havia grande queda dos preços do produto no mercado.

Conforme relata QUEDA (1972, p. 126),

“com a estabilização dos preços – decorrência da ação do Estado – começariam a surgir aquelas condições indispensáveis ao crescimento da área plantada com cana. E, assim, enquanto as usinas cuidariam do desenvolvimento do seu setor industrial carreando para ele os recursos disponíveis e necessários, a matéria-prima requerida para essa expansão seria dividida entre plantadores independentes e as próprias usinas”.

O período da Segunda Guerra Mundial também afetou o setor, pois, as dificuldades para importar petróleo, fizeram aumentar a utilização do álcool para mistura carburante. Nesse momento surgem manifestações favoráveis à eliminação da importação da gasolina, proposta considerada pouco prudente pelas diversas implicações que a medida teria sobre as relações político-econômicas do Brasil com outros países, especialmente os Estados Unidos. Com o término do conflito mundial, a mistura carburante (gasolina e álcool anidro) foi gradativamente abandonada e, de

³⁴ “Também foram fixados, através do Estatuto da Lavoura Canavieira várias questões fundamentais, como: a. a obrigatoriedade das usinas receberem pelo menos 40% de sua quota, com a cana de fornecedores (O Decreto-Lei n.º 9.827, de 1946, aumentou a participação da cana dos fornecedores em 50%. A Lei n.º 4.870, de 1965, elevou a participação dos fornecedores para 60%); b. o fomento à disseminação de pequenos fornecedores que trabalham diretamente a terra, sem auxílio de trabalhadores assalariados; o. fornecedor de cana passou a ter identidade jurídica própria, conforme o Estatuto da Lavoura Canavieira, sendo o titular da quota de fornecimento à usina ou destilaria de álcool; d. o IAA passou a controlar e atribuir as quotas de fornecimento de cana; e. o preço da cana-de-açúcar foi fixado em relação ao preço vigente do açúcar ou do álcool” (BRAY *et al.*, 2000: p. 18 – 19).

extremamente valorizada durante o período da guerra, novamente passou a ocupar as prateleiras das farmácias, armazéns e mercearias.

Para se ter uma idéia da importância estratégica que o álcool anidro teve no período correspondente à Segunda Guerra Mundial, no ano de 1939 funcionavam no Brasil 31 destilarias para a produção de álcool anidro carburante, com a capacidade de produzir quase 500.000 litros/dia, sendo que em 1941, esse número aumenta para 44 destilarias, com capacidade para produzir mais de 600.000 litros/dia, e em 1942 a produção do álcool anidro já alcançava quase 800.000 litros/dia, correspondendo a mais de 50% da produção alcooleira nacional. Essas destilarias concentravam-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco (92% do total de destilarias em atividade no Brasil).

Mas no ano de 1942, segundo BRAY *et al.* (2000, p. 20),

“o IAA passou a adotar várias medidas que resultaram num verdadeiro plano de economia de guerra. A produção de açúcar de usina que ultrapassasse o limite de 15.200.000 sacos de 60 kg. deveria ser entregue ao IAA para ser transformada em álcool. Neste contexto, o IAA passou a comercializar todo o tipo de álcool fabricado no país e criou o Plano de Desenvolvimento do Álcool. Esse plano garantia o crescimento da produção do álcool anidro e o abastecimento do álcool hidratado no país”.

Em 1943, a Comissão Executiva do IAA instituiu o Plano de Requisição da Aguardente, através da Resolução n.º 065/43, de 24/08/1943, onde requisitava 75% da aguardente produzida nos Estados para a transformação em etanol destinado a carburante de motores de explosão e a partir do ano de 1944, instituem-se os Planos de Defesa da produção do álcool, independente dos Planos de Defesa da produção açucareira, onde existia a dificuldade do abastecimento do açúcar e álcool para o Centro-Sul, resultado da suspensão do tráfego marítimo devido ao conflito mundial e à falta de uma rede viária organizada na época, acarretando uma reviravolta na política de contenção de quotas do IAA, se comparada à década de 30.

O IAA impedia o crescimento da produção açucareira, apropriando-se de todo o açúcar extralimite ou extraquota. Por outro lado, prevendo uma crise de abastecimento açucareiro do Centro-Sul (que era dependente da produção

nordestina), o Estado autorizou a liberação de quotas e a montagem de novas usinas, através da Portaria n.º 17/42 de 03/11/1942.

Com o aumento da produção de álcool anidro, passou a haver a requisição do açúcar extraquota e a crescente demanda nos principais centros consumidores de açúcar do país, acabaram determinando a expansão do parque açucareiro e da lavoura canavieira em áreas que antes da Segunda Guerra Mundial importavam a maior parte do produto que consumiam de áreas do Nordeste. O crescimento do consumo interno açucareiro e alcooleiro, especialmente na região Centro-Sul, motivou o IAA a tomar medidas de incentivo através da abertura de quotas, para a fundação de novas usinas de açúcar nos setores não tradicionais do Centro-Sul, a partir da década de 40, principalmente através da Portaria n.º 17/42, regulamentada em 03/11/1942.

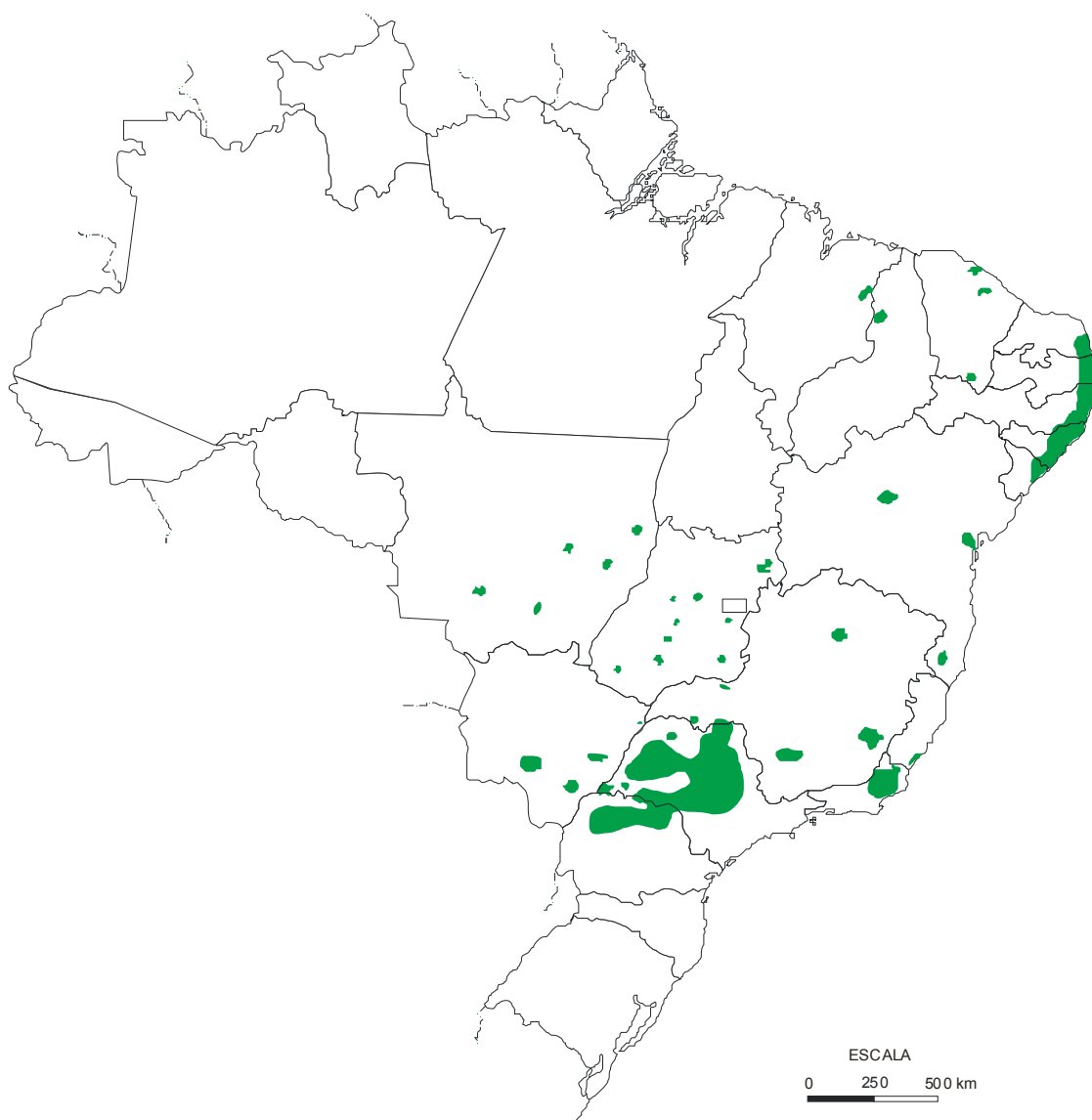
Esse fato marca o início do deslocamento da hegemonia da produção sucroalcooleira nordestina para áreas do Centro-Sul não tradicionais nesta atividade (figura 19), onde BRAY *et al.* (2000, p. 21) relata algumas iniciativas que propiciaram a reorganização do setor:

“I. 1942 – Março – Elevação de 10% nos limites da produção; II. 1942 – Novembro – Liberação do açúcar extraquota dos Estados do Sul para as usinas que executarem o Plano do Álcool; III. 1944 – Abril – elevação de 20% nas quotas de produção; IV. 1944 – Abril – Declaração de liberação de produção pelo período de cinco safras, comprometendo-se o instituto a transformar em álcool ou exportar excessos; V. 1945 – Março – Criação de quotas para novas usinas, no total de 7.000.000 sacos nos Estados importadores. Aumento de 800.000 sacos para as usinas já existentes; total de aumento: 1.500.000 sacos, e; VI. 1945 – Maio – Criação de quotas de açúcar para as destilarias autônomas, estimados em cerca de 200.000 sacos no Estado de São Paulo”.

Finalizando o período da Segunda Guerra e do Estado Novo, há um incentivo para a consolidação e a expansão das agroindústrias de açúcar e álcool, principalmente no Estado de São Paulo. Com a liberalização do Estado Nacional, surge o Decreto-Lei n.º 9.827/46, onde se privilegiava os Estados em função do aumento do consumo interno e pela capacidade de produção das usinas e da própria produção. Como resultado,

“os usineiros paulistas aumentaram as suas quotas e também se expandiram para os Estados vizinhos, como o Paraná, onde fundaram na década de 40 as usinas: Central Paraná, no município de Porecatu; a Bandeirante, no município de Bandeirantes, e a Jacarezinho, no município de Jacarezinho” (BRAY, 1980).

FIGURA 19 - AS ÁREAS CANAVIEIRAS DO BRASIL, PRODUTORAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL EM 1995



Fonte : BRAY et. Al. (2000)
Des. Gilberto Dhenrique

Na década de 50 ocorre um período de crescimento e expansão da agroindústria açucareira-alcooleira do Brasil, pois além do aumento crescente do mercado interno açucareiro-alcooleiro decorrente do processo de industrialização e urbanização do país, há o crescimento da agroindústria sucroalcooleira com o desenvolvimento da capacidade produtiva e do porte das empresas, superando o potencial do mercado consumidor.

O IAA participou no crescimento das usinas de açúcar e álcool, através dos mecanismos de regulamentação, com a Resolução n.º 501, em 1951, que elevou a produção nacional das usinas de 23,2 para 33,4 milhões de sacos de açúcar, abrangendo um período de cinco anos (até a safra de 1956/57), após esse momento, o IAA regulamentou a Resolução n.º 1.284 de 1957, elevando a produção açucareira nacional em 47,7 milhões de sacos. Esse aumento concedido passou a privilegiar as quotas das usinas que mais produziram no quinquênio anterior, favorecendo o crescimento das maiores usinas em detrimento das menores, premiando-se as agroindústrias que mais cresceram e investiram na produção, onde a maioria localizava-se no Centro-Sul açucareiro. Nesse momento, surge a primeira agroindústria do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos, que é a Usina São Luís S.A, localizada no município de Ourinhos, fundada no ano de 1951 pela família Quagliato (capítulo 4).

Na década de 60, o desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira brasileira teve como consequência o crescimento das exportações de açúcar e a ampliação do parque industrial e da cultura canavieira, apoiando-se no rompimento das relações entre Estados Unidos e Cuba, que teve como um de seus principais resultados a exclusão do açúcar cubano no mercado preferencial norte-americano. Nesse caso, a região Centro-Sul, encontrando-se melhor estruturada, passou a participar da exportação do açúcar brasileiro, com preços competitivos. O IAA parte para a conquista de novas vinculações ao mercado mundial durante os anos de 1960.

Segundo BRAY (1980, p. 141),

“a importância dada pelo governo federal ao planejamento em longo prazo, e o desejo de integrar o crescimento da agroindústria canavieira aos demais setores da economia nacional, levou o IAA, a firmar em junho de 1962, um convênio com o Banco do Brasil – visando o amparo financeiro de projetos

destinados a assegurar um melhor aproveitamento da terra nas zonas canavieiras, garantindo um abastecimento regular de matéria prima para a agroindústria açucareira. No ano de 1963, o IAA organizou um Programa Diretivo para a Política Açucareira e Alcooleira e que posteriormente, recebeu o nome de Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, tendo como objetivo ampliar a produção do país para 100.000.000 de sacas até o ano de 1971, do qual 80.000.000 seriam para o mercado interno e os outros 20.000.000 para o mercado externo e para a formação de um estoque regulador”.

Isso foi possível graças às resoluções n.º 1761 e 1762, de 12/12/1963, sancionadas pelo IAA, onde o incremento pretendido para a produção açucareira nacional era de 38.000.000 de sacos de 60 Kg., e a capacidade instalada das usinas do país para a de 62.000.000 de sacos de 60 kg. Cerca de 60% da produção adicional seriam provenientes das usinas já existentes e os 40% restantes das novas usinas que haviam sido previstas pelo Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, como a Usina Santa Rosa de Lima, instalada no município de Ipaussu em 1964 (capítulo 4).

Na década de 70, o IAA continuou a questionar o problema da competitividade do açúcar nacional no exterior, abordando a questão do tamanho e do aproveitamento da capacidade instalada das usinas, o grau de eficiência do sistema produtivo, o sistema de comercialização tanto das atividades agrícolas como das indústrias.

“Apesar de encontrar-se delineada nos anos de 60, a sua prática ocorreu efetivamente a partir da década de 70, com a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) e da lei n.º 5.654³⁵ de 14/05/1971, que implantou o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira – posteriormente denominado Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira através do Decreto-lei n.º 1.266 de 26/03/1973³⁶” (BRAY *et al.*, 2000: p. 44).

³⁵ “A lei n.º 5.654 estabeleceu que o limite global passou a ser o somatório do “SUL” e “NORTE” açucareiro, e não mais o somatório dos contingentes estaduais. Buscava-se, então, possibilitar o crescimento da produção de açúcar dos Estados nas usinas que realmente continham melhores condições, e abrir a possibilidade de reajustamento de quotas oficiais de produção para as usinas, mediante simples atos do Presidente do IAA” (BRAY *et al.*, 2000: p. 44).

³⁶ “Esses programas do IAA visavam a melhoria da qualidade da matéria-prima e a racionalização da produção, cujo objetivo estava ligado a dois programas em desenvolvimento: a. o de financiamento da fusão e da racionalização das empresas agroindustriais canavieiras; b. o da construção de terminais açucareiros – instalações de armazenagem e de embarque a granel, nos principais portos exportadores de açúcar do país: Recife, Maceió e Santos” (BRAY *et al.*, 2000: p. 44).

Além desses, há ainda o Decreto-lei n.º 1.186, regulamentada em 27/08/71, que concedia estímulos financeiros à fusão, incorporação e realocização das unidades açucareiras/alcooleiras.

Através da lei n.º 5.654/71 e do Decreto-lei n.º 1.186/71³⁷, são revogados vários dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, incentivando as concentrações empresariais e de terras com a absorção de quotas das usinas incorporadas e dos fornecedores; assim como a transferência de estabelecimentos industriais para áreas de menor concorrência entre os grupos usineiros e mais favoráveis à expansão desses grupos, como o Vale do Paranapanema.

Essa conjuntura incentivou uma grande expansão territorial do monopólio das agroindústrias sucroalcooleiras paulistas e brasileiras. Inseridos nesse processo estão o PLANALSUCAR e o Programa de racionalização da Agroindústria Açucareira, que demonstraram desempenho favorável diante do crescimento do volume e dos preços das exportações do produto³⁸, resultando nos reflexos positivos sobre o Fundo Especial de Exportação³⁹. Os recursos oriundos desse fundo foram utilizados para a modernização de equipamentos industriais, incorporações de usinas, compras de terras, mecanização, implementos agrícolas e propiciou ao governo um maior investimento na infra-estrutura para a exportação de açúcar.

3.3. O PROÁLCOOL e Suas Fases: A Expansão da Agroindústria Sucroalcooleira no EDR de Ourinhos

³⁷ “Através desse Decreto-lei n.º 1.186 concederam-se estímulos à fusão e incorporação de usinas e foram legalizados os mecanismos que acelerariam os processos de concentração de terras e rendas no setor agroindustrial canavieiro, embora esses processos de concentração já viessem ocorrendo antes da década de 70” (BRAY *et al.*, 2000: p. 46).

³⁸ “As exportações brasileiras atingiram, em 1972, um valor de US\$ 404 milhões, em 1973 US\$ 552.711.000 e US\$ 1.261.630.000 em 1974 (quando os preços do açúcar no mercado atingiram seu ponto culminante). Nesse mesmo ano, o açúcar ultrapassou o café em valor de exportação, pois o mesmo atingiu US\$ 864.313.000” (Anuário Estatístico do Brasil *apud* BRAY *et al.* 2000: p. 47).

³⁹ “Os preços pagos aos produtores pelo IAA (por lei, o único exportador) eram inferiores aos valores por ele recebidos, e o IAA conseguiu formar (graças também à conjuntura favorável das vendas externas) saldos vultosos para o seu Fundo. Com esses saldos o IAA ampliou sua política de modernização da indústria canavieira. Em 1973, através do Decreto-lei n.º 1.266, o IAA procurou dinamizar mais o Fundo, através de empréstimos para as usinas” (BRAY *et al.*, 2000: p. 47).

Em princípios da década de 70 havia um crescimento acelerado da economia mundial e a situação da economia brasileira era considerada favorável, com crescimento do PIB superior a 12% (ao ano), onde o saldo da balança comercial estava equilibrada e a dívida externa líquida não ultrapassava os seis bilhões de dólares. Segundo SALIBE (2002, p. 38),

“a dependência mundial pelo petróleo importado dos países árabes era uma realidade irrefutável, mas o mundo já discutia o esgotamento das reservas, a pesquisa de fontes de energia alternativas e renováveis e a restrição de seu uso apenas como matéria-prima”.

Mas, no final de 1973, os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) elevaram de súbito o preço do barril do petróleo, refletindo negativamente no desempenho das economias nacionais, resultando em uma profunda crise de abastecimento no Brasil, pois o país comprava 60% dos 750.000 barris consumidos por dia e, seguindo o caminho inverso das demais economias, que implantaram medidas de racionamento, prosseguiu importando a preços vultosos, a mesma quantidade do produto. Com isso, o saldo da balança comercial, em apenas dois anos, passou de US\$ 7 milhões positivos para US\$ 4,7 bilhões negativos.

Com o aprofundamento da crise econômica gerada pela constante necessidade da importação de petróleo, leva o presidente Ernesto Geisel a fazer um discurso à Nação no dia 09/10/75, onde anuncia uma série de medidas drásticas com o objetivo de reduzir ao máximo o déficit no balanço de pagamentos, anunciando neste momento o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), instituído pelo Decreto 76.595/75, que fixava as diretrizes do programa. Além disso, fixava a proporção da mistura da gasolina em 20%, ressaltando que a cana-de-açúcar seria usada como matéria-prima industrial e, previa estímulos financeiros (subsídios) para expansão da cultura canavieira, a criação de destilarias anexas e autônomas, e também regulamentava programas que estimulassem a produção de álcool de outras fontes, como a batata-doce e a mandioca.

Segundo BRAY *et al.* (2000, p. 55 – 56),

“o PROÁLCOOL é um programa federal, administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL). O seu objetivo foi o de aumentar a produção de safras agro-energéticas e a capacidade industrial de transformação⁴⁰, visando a obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico”.

A seguir, destacar-se-á as fases do PROÁLCOOL e seu impacto para a Agroindústria Sucroalcooleira nacional, assim como os principais projetos agroindustriais desenvolvidos no EDR de Ourinhos, sendo que no capítulo 4 será abordada mais especificamente as unidades produtoras desta área, assim como os dados do setor.

3.3.1. A Primeira Fase do PROÁLCOOL (1975 a 1979): a Expansão Moderada do Setor Sucroalcooleiro Nacional no EDR de Ourinhos

Nessa fase o álcool, que historicamente no Brasil sempre foi considerado um subproduto do açúcar, passa a receber tratamento diferenciado a partir de 1976, passando a ser produzido diretamente da cana-de-açúcar, decorrente da produção de açúcar (através da redução de quota) pelo IAA e aos estímulos do PROÁLCOOL.

Conforme ressalta BRAY *et al.* (2000, p. 57–58),

“na primeira fase do PROÁLCOOL, as destilarias anexas às usinas dos Estados tradicionais açucareiros como São Paulo, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro (devido à crise do subsetor e da infra-estrutura existente para a produção de álcool) receberam mais investimentos do que as destilarias autônomas dos respectivos Estados⁴¹, conforme a participação

⁴⁰ “Com a criação do PROÁLCOOL, o Estado Nacional veio resolver: 1º) o problema do usineiro – com dívidas via Fundo Especial de Exportação, e; 2º) a questão dos fabricantes de equipamentos industriais do ramo, que tinham se estruturado para fazer frente ao Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira/Alcooleira” (BRAY *et al.*, 2000: p. 56)

⁴¹ “A partir do PROÁLCOOL tivemos a implantação de destilarias autônomas e anexas. As destilarias anexas são as novas unidades industriais montadas junto às tradicionais usinas de açúcar do país. Por outro lado, as destilarias autônomas foram montadas pelos novos usineiros do PROÁLCOOL, independentes das usinas de açúcar existentes, sendo que a maioria desses novos grupos não possuía tradição no ramo açucareiro, com exceção dos pingueiros. Os pingueiros do PROÁLCOOL foram antigos produtores de aguardente que após o PROÁLCOOL passaram a produzir álcool, transformando os seus alambiques em destilarias autônomas de álcool” (BRAY *et al.*, 2000: p. 58).

no número de projetos enquadrados, em função do PROÁLCOOL ter surgido com o objetivo de resolver primeiramente o problema do usineiro nacional, em virtude da crise açucareira. Neste período quase todos os projetos enquadrados receberam financiamentos”.

Em termos de produção alcooleira, o álcool produzido no Estado de São Paulo (anidro ou hidratado) sempre correspondeu às necessidades governamentais. Como exemplo RUAS (1996, p. 101), salienta que

“nas safras compreendidas entre 1971/72 e 1980/81, houve predomínio na produção de álcool anidro, isto decorrente da obrigatoriedade da mistura de álcool anidro à gasolina em todo o território nacional. Na safra 1981/82, a produção de hidratado foi superior à de anidro. Na safra 1982/83, as destilarias paulistas produziram 2,47 bilhões de litros de álcool anidro, correspondendo a quase 65% do total do Estado. A partir da safra 1983 / 84 a produção de álcool hidratado sempre superou o volume de álcool anidro produzido, isto possivelmente decorrente do aumento do número de carros movidos a álcool hidratado no mercado”.

Nessa primeira fase do PROÁLCOOL, o período de 1975 a 1979, foi a época em que ocorreu o primeiro grande aumento do preço do petróleo a nível internacional. Na região canavieira do Vale do Paranapanema há a criação de três destilarias autônomas: Alcídia, município de Teodoro Sampaio (17/12/1975), **Destilaria Sobar S.A. Álcool e Derivados, no então município de Santa Cruz do Rio Pardo (26/06/1978)**⁴², e Destilaria Pau D’alho, município de Ibirarema (1979), conforme demonstra o estudo realizado por FERREIRA em 1988.

O aumento no consumo de álcool hidratado como combustível foi o resultado de um protocolo firmado entre a ANFAVEA⁴³ e o Governo Federal (tabela 19), em setembro de 1979 correspondendo ao início da “Segunda Crise do Petróleo”, duplicando o seu preço em fins de 1978 e sofrendo sucessivos aumentos até atingir o final do ano de 1980. Nesse protocolo, os representantes da indústria automobilística, dentro da Comissão Nacional de Energia (CNE), criada em julho de 1979, tiveram a garantia da criação de um mercado para seu produto, com subsídios governamentais, significando a redução de impostos e o compromisso, por parte do governo, das frotas de automóveis de órgãos públicos serem movidas a álcool.

⁴² O destaque em negrito no texto é do autor.

⁴³ ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

TABELA 19 – A PRODUÇÃO DE VEÍCULOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 1979 A 2001, SEGUNDO DADOS DA ANFAVEA

ANOS	PRODUÇÃO DE VEÍCULOS NO BRASIL (PERÍODO DE 1979 A 2001)		
	ÁLCOOL	ÁLCOOL / GASOLINA / DIESEL	PARTICIPAÇÃO (%) - ÁLCOOL
1979	3.328	912.018	0,36
1980	239.251	933.152	25,64
1981	120.934	585.834	20,64
1982	214.406	672.589	31,88
1983	549.550	748.371	73,43
1984	496.653	679.386	73,10
1985	573.383	759.141	75,53
1986	619.854	815.152	76,04
1987	388.321	683.380	56,82
1988	492.967	782.411	63,01
1989	345.605	730.992	47,28
1990	71.523	663.084	10,79
1991	128.857	705.303	18,27
1992	163.127	815.959	19,99
1993	227.684	1.100.278	20,69
1994	120.177	1.248.773	9,62
1995	32.628	1.297.467	2,51
1996	6.373	1.458.576	0,44
1997	1.075	1.677.858	0,06
1998	1.188	1.254.016	0,09
1999	10.197	1.107.751	0,92
2000	9.548	1.392.611	0,69
2001	15.572	1.527.307	1,02

Fonte: UNICA (2002)

3.3.2. A Segunda Fase do PROÁLCOOL (1980 a 1985): A Expansão Acelerada do Setor Sucroalcooleiro no Brasil e os Projetos Agroindustriais no EDR de Ourinhos

O segundo período do PROÁLCOOL iniciou-se a partir do segundo choque do petróleo, ocorrido durante a primeira metade de 1979. Houve um período de relativa estabilidade no mercado de petróleo (entre os anos de 1976 e 1978), mas contraditoriamente, seguiu-se outro momento de instabilidade, no qual os países membros da OPEP, principalmente a Arábia Saudita, Irã e Iraque, disputavam o controle deste produto no mercado, discordando sobre os preços e os volumes a serem exportados. O aumento brusco do preço do barril de petróleo a partir de 1979 trouxe um impacto negativo muito grande na balança comercial brasileira.

O resultado disso foram os aumentos sucessivos dos preços do petróleo ocorridos no mercado internacional, através do conflito Irã-Iraque (com conseqüente redução de fornecimento do produto), retornando o problema de abastecimento e ficando constatado que, apesar de ter vivenciado uma crise anterior, a matriz energética do país pouco tinha se alterado, continuando vulnerável quanto à dependência de petróleo do mercado exterior.

Este segundo choque do petróleo teve efeitos ainda mais perversos sobre a economia brasileira, levando-a quase à bancarrota, pois além da alta nos preços e escassez do produto e da falta de uma matriz energética mais consistente,

“o Brasil enfrentou a elevação dos juros internacionais, sofreu com a adoção de medidas protecionistas generalizadas em vários países e com a deterioração dos termos de troca de produtos no mercado internacional” (SALIBE, 2002: p. 42).

Neste momento, o PROÁLCOOL rompeu com a ideologia adotada na primeira fase (1975/79), que privilegiava a solução dos problemas dos produtores de álcool devido à crise açucareira e passou a ser um programa efetivamente alternativo, estabelecendo uma nova matriz energética.

Segundo BRAY *et al.* (2000: p. 65),

“a característica do PROÁLCOOL, de estabelecer uma agricultura energética de caráter concentrador, corresponde a dois aspectos que se incluem como fundamentais e que envolvem as políticas do avanço do capitalismo monopolista em relação ao subsetor. O primeiro enfoca o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira – Alcooleira do país, colocado em prática a partir de 1971 – apontando a necessidade de eliminarem-se as pequenas usinas do país, como também uma grande parcela de pequenos fornecedores, considerados marginais do ponto de vista econômico – e que continuou na década de 70 e ampliou-se com a implantação do PROÁLCOOL, privilegiando grupos reduzidos de pessoas através dos 560 projetos enquadrados pela CENAL⁴⁴, até 31 de dezembro de 1985. Muitas unidades industriais tiveram mais do que um projeto enquadrado, chegando a ocorrer até o número de cinco, como a Destilaria Galo Bravo (Ribeirão Preto – SP). Em segundo lugar, o PROÁLCOOL envolve vários ministérios e órgãos federais – autarquias e estatais como o IAA, CENAL e PETROBRÁS – colocando a agricultura energética (através da produção do álcool anidro e hidratado) na órbita da segurança nacional. Essa característica reflete o controle caracterizado pelo Estado através de seus órgãos, tornando-se mais estratégico manter um número maior de grandes empresas do ramo, do que uma quantidade maior de pequenas unidades dispersas pelo território nacional. Prevalecendo essa geopolítica, os pequenos são descartados do subsetor”.

Nessa Segunda Fase do PROÁLCOOL, três destilarias autônomas são implantadas no EDR de Ourinhos. A primeira delas é a Destilaria Coraci Ltda., fundada em 1980 por empresários de São Paulo ligados ao ramo de equipamentos eletrônicos, mas que elaboraram um projeto de produção de álcool a partir da mandioca obtendo aprovação; a segunda agroindústria alcooleira foi a Destilaria Archângelo Ltda., que se instala em São Pedro do Turvo no ano de 1984, cujo proprietário era dono de alambique; e a terceira agroindústria, a empresa Sylvestre Ferraz Igreja (Destilaria Almey), outrora proprietária da Usina Santa Rosa de Lima (1964 – 1973), município de Ipaussu, funda uma destilaria, que após modesta produção é vendida e desativada. Ambas serão abordadas mais especificamente no capítulo 4.

⁴⁴ Dos 560 projetos enquadrados, 154 foram sem recursos do PROÁLCOOL e dos 406 com recursos, 401 tinham sido contratados pelos agentes financeiros (nota do autor).

3.3.3. A Terceira Fase do PROÁLCOOL (1986 a 1990): a Desaceleração e Crise do Setor Sucroalcooleiro no país e os Reflexos para as Usinas e Destilarias do EDR de Ourinhos

A terceira fase do PROÁLCOOL que começou a partir do ano de 1986 é definido pelo controle dos financiamentos e subsídios para a ampliação e instalação de novas destilarias, por parte do governo federal, em virtude das severas críticas sofridas da parte de segmentos da sociedade. Com isso, o conjunto de destilarias em atividade, e também as empresas que surgiram a partir de 1986, tiveram de se adequar às novas condições do mercado alcooleiro e também às novas políticas restritivas no setor sucroalcooleiro impostas pelo governo federal (Nova República). Mesmo assim, o PROÁLCOOL continuou sendo uma matriz energética alternativa, mas apresentando perspectiva duvidosa quanto ao futuro do setor, gerando uma estagnação na produção alcooleira nacional⁴⁵.

BRAY *et al.* (2000, p. 72 – 73) destaca que,

“o que em parte ocorreu com a estagnação da produção de álcool foi o deslocamento da matéria-prima (cana-de-açúcar) para a fabricação de açúcar, apresentando crescimento constante após a safra 1991/92, produção esta destinada principalmente para o mercado externo. As exportações brasileiras passaram de 1.903.900 toneladas na safra 1985/86 para 4.340.200 toneladas na safra 1994/95, tendo também ocorrido deslocamento da região exportadora, pois o Centro-Sul aumentou sua participação de 4,65% das exportações na safra 1985/86 para 61,83% na safra 1994/95”.

Durante a safra de 1987/88, surge a última destilaria a ser implantada no EDR de Ourinhos, a Destilaria Ponte Preta Ltda., que permaneceu em atividade por um breve período. Outra agroindústria do setor sucroalcooleira do EDR de Ourinhos, que experimentou esse período difícil para as pequenas agroindústrias do setor, a Destilaria Archângelo Ltda., em São Pedro do Turvo encerra sua produção na safra

⁴⁵ “O que foi desarticulando o setor alcooleiro nacional é exatamente o Decreto Federal n.º 94.541 – de 1º de Julho de 1987, que propõe: Artigo 3º/Parágrafo 1º - “É assegurada às unidades produtoras de álcool a comercialização em doze meses, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, dos volumes de sua produção autorizada, em cada safra, para fins combustíveis e para matéria-prima da indústria alcoolquímica, bem como para a formação de estoques de segurança no país, a partir do início da safra na região em que estiverem localizadas” (FERREIRA, 1988: p. 157).

1989/90, mas volta a produzir na safra 1992/93 (RUAS, 1996: p. 115), encerrando definitivamente sua produção na safra 2001/02 (capítulo 4).

Para aprofundar ainda mais a crise do setor, além do processo de estagnação da produção alcooleira, o governo federal inicia o processo de liberalização e desestatização da economia, iniciando a extinção de órgãos públicos, como o IAA e o esvaziamento contínuo do principal órgão de pesquisa canavieira do Brasil, o PLANALSUCAR⁴⁶, até a sua extinção no início de 1990. Com isso, o Estado se retira do mercado mundial de açúcar, abrindo espaço para que as próprias usinas ou grupos de usinas passassem a exportar diretamente, sem a intervenção do IAA. Isso veio a privilegiar a Região Centro-Sul, e mais especificamente o Estado de São Paulo, que

“sempre apresentou custos de produção baixos em relação aos custos nacionais, passou a ter vantagens na exportação do açúcar, isto em detrimento da produção do álcool. As exportações somente cresceram após a extinção definitiva do IAA em 1990, superando as exportações da Região Norte-Nordeste já na safra 1993/94” (BRAY *et al.*, 2000: p. 73 - 74).

Ainda de acordo com BRAY *et al.* (2000: p. 78),

“apesar do pequeno crescimento da produção de álcool da Região Centro-Sul na safra 1994/95 em relação à safra 1987/88, o marco do PROÁLCOOL pode ser considerado o ano de 1985, pois neste ano atingiu-se o maior percentual de venda de veículos movidos a álcool, com 92,7% do total de veículos produzidos e comercializados no mercado interno. Este percentual declinou para 12,4% em 1990, decorrente da crise de abastecimento de álcool que ocorreu no ano de 1989, provocando descrédito do mercado quanto ao abastecimento futuro e também por aspectos políticos, dado a posse do Governo Collor e por este ter entrado em atrito com a indústria automobilística, quando afirmou que no Brasil só se produzia carroças. Neste ano o Brasil foi obrigado a importar álcool hidratado para o pleno abastecimento dos postos”.

Com a reforma administrativa do governo Collor, um novo modelo institucional para a política decisória do álcool e do açúcar foi estabelecido, dentro de um

⁴⁶ O Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, dado seu crescimento transformou-se no principal órgão de pesquisa canavieira com abrangência nacional (o autor).

paradigma de liberalização econômica do país como um todo, apoiado na Constituição Federal de 1988⁴⁷.

A produção automobilística brasileira de carros movidos à álcool, que no final de 1982 estava superaquecida, representava 32% da produção total de automóveis. No estudo de SALIBE (2002), salienta-se que os consumidores aderiram efetivamente ao carro a álcool a partir de 1984, sendo o “boom” registrado no período de 1983 a 1989, onde as vendas de veículos a álcool representavam, em média, 90% das vendas de carros totais. A partir de 1989 esta proporção começou a diminuir (provavelmente devido à crise de falta de álcool ocorrida nesta época) e já em 1990 a porcentagem de produção de veículos a álcool representava apenas 11%. Em 1995 esta porcentagem passou a representar somente 2,5% das produção total, sendo que nos dias de hoje (2001) esta proporção corresponde a 1% (de uma frota estimada em 15 milhões de carros no Brasil, apenas 3,8 milhões são movidos a álcool, cuja vida útil estimada se encerra no ano de 2005).

Os efeitos do processo de liberação no setor sucroalcooleiro nacional, que conduziram à desregulamentação do setor, fizeram-se sentir no ambiente institucional e organizacional das empresas sucroalcooleiras; nos sistemas de fixação de preços dos insumos e produtos desta cadeia e nas suas formas de comercialização (incluindo as exportações); por intermédio da intervenção nos controles de produção e Planos de Safra até então emitidos pelo governo; nas políticas de sustentação do álcool combustível e da cana-de-açúcar, no próprio modo de atuação dos diversos agentes envolvidos (incluindo os governos federal e estadual).

⁴⁷ “Conforme a referida Constituição (1988), o papel de interventor do Estado na economia brasileira alterou-se significativamente, já que ela estabeleceu que o planejamento estatal deve ter somente caráter indicativo, o que acabou por enfraquecer a ação governamental, e, no setor sucroalcooleiro, a força do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)” (SALIBE, 2002: p. 51).

3.3.4. O Processo de Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro Nacional (após 1990) e os Reflexos para a Economia do Setor

Durante o governo Fernando Collor de Mello, deu-se o início do período de desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil, onde ocorreu a liberalização e privatização de setores da economia já em princípios da década de 90 (entre os primeiros atos do governo federal estavam a extinção das quotas de comercialização interna de açúcar em 1988 e a eliminação das quotas de produção das agroindústrias – usinas e destilarias – em 1991), com o afastamento do Estado Nacional do setor, fruto de uma crise fiscal enfrentada pelo país desde a década de 80 (considerada pelos economistas brasileiros como a “década perdida”), reduzindo a capacidade de atuação do governo, como agente coordenador ou indutor da atividade econômica. Além disso, a globalização da economia e a abertura de mercados levaram à busca incessante de ganhos de produtividade e competitividade, fortalecendo a necessidade do Estado brasileiro redefinir seu papel como interventor nos diversos setores da economia nacional.

O processo de desregulamentação do setor de combustíveis ocorreu da seguinte forma: I. liberação do preço da gasolina C nos postos de combustíveis em 1996; II. liberação do preço do álcool anidro em 1997; III. liberação do álcool hidratado em 1999, e, para completar o processo; IV. O preço da gasolina A na refinaria deixou de ser fixado pelo governo em 2.002 e as importações de derivados de petróleo passaram a ser permitidas, sendo autorizada, inclusive, a importação de combustíveis líquidos, flexibilizando o monopólio estatal da PETROBRÁS no setor de combustíveis, mas sob intenso controle da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

No setor sucroalcooleiro, os primeiros passos são dados com a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), em março de 1990, que controlava as quotas de produção e os preços do álcool no mercado, inclusive se utilizando de políticas de subsídios ao produtor. Sem a tutela do Estado, principalmente sem as políticas de subsídios do PROÁLCOOL, torna-se necessário a implantação de um novo modelo de gestão, através da atuação de ações públicas e privadas, que possam assegurar a estabilidade dos principais produtos do setor sucroalcooleiro, tais como a cana-de-açúcar, açúcar, álcool hidratado e álcool anidro e, mais recentemente, energia elétrica co-gerada pela queima do bagaço e da palha da cana. Surge a

necessidade de se realizar o planejamento da oferta da cana-de-açúcar no mercado, onde a decisão que é realizada atualmente pelo setor privado, prioriza a produção de álcool anidro, álcool hidratado e açúcar, dependendo dos preços relativos dos produtos no mercado interno e externo e de uma gama de variáveis.

Para a produção de açúcar, o equilíbrio do mercado depende da adequação da oferta à demanda do produto, onde a oferta depende dos preços relativos entre açúcar (mercado interno e externo) e álcool. Ademais, a produção de açúcar no mercado doméstico principalmente, está intimamente ligada à renda da população e do seu crescimento vegetativo, da existência e procura por produtos substitutos (adoçantes naturais e sintéticos) e das políticas protecionistas dos países importadores. Alterações em qualquer uma das variáveis, assim como mudanças nas políticas comerciais tomadas pelos países produtores e/ou importadores de açúcar podem afetar diretamente a produção açucareira, com redirecionamento para outros mercados do setor sucroalcooleiro, como o aumento na produção de álcool, e vice-versa. DIAS *et al.* (2002, p. 43) destaca que o açúcar brasileiro é um produto competitivo no mercado exterior⁴⁸, como demonstra levantamento realizado pela UNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), que, enquanto no Brasil o custo de produção do açúcar situa-se entre US\$ 170 e 210 por tonelada de açúcar, na África do Sul encontra-se em US\$ 250; no México, US\$ 308 por tonelada; nos Estados Unidos, US\$ 525; na Itália, US\$ 770 por tonelada, evidenciando a vocação brasileira a longo prazo.

Entretanto, o mercado internacional de açúcar é altamente prejudicial aos produtores brasileiros pela política protecionista dos países produtores e consumidores desse produto. Além de protegerem as suas produções internas por meio de quotas e tarifas aplicadas sobre o açúcar importado, reduzem a participação no mercado mundial de países mais competitivos na produção açucareira, como é a produção brasileira. Neste caso, cabe salientar a necessidade de uma intervenção do Estado brasileiro a fim de negociar a queda dos subsídios à exportação e maior acesso aos mercados, entre os países importadores e exportadores, e até mesmo recorrer a mecanismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio

⁴⁸ Durante os anos 1990, a participação do açúcar brasileiro no mercado internacional saltou de 8% para 30% do total comercializado. Essa elevação na participação deu-se, mais recentemente, num cenário de queda de preços de açúcar no mercado internacional. A crescente oferta brasileira acabou por afetar, em alguma medida, o quitação externa do açúcar. Esse movimento vem gerando a percepção de que, caso a produção brasileira de açúcar siga crescendo, potencializa-se um processo de instabilidade no mercado internacional (DIAS *et al.*, 2002, p. 47).

(OMC), quando os interesses comerciais de setores da produção nacional se sentirem prejudicados no comércio internacional, como o exemplo do açúcar. Essa situação também se aplica ao mercado internacional do álcool, onde o governo pode intervir de modo a derrubar as barreiras externas e promover o produto externamente. Ademais, existe a concorrência do açúcar da cana com adoçantes derivados de milho e edulcorantes sintéticos, como o aspartame (isoglucose) e o acesulfame K (biotecnologias), que vem conquistando o mercado a partir dos anos de 1970, por uma parcela da população que prefere os produtos dietéticos.

Com relação ao mercado alcooleiro, que está diretamente ligado ao mercado de combustíveis, e por estar atrelado aos mercados de açúcar e da cana, torna-se mais complexo. A demanda pelo álcool hidratado depende do preço do álcool em relação à gasolina, cujo valor é estabelecido nos preços internacionais de petróleo, que além de sofrer com as políticas de preços dos países produtores e associados à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), também sofre com os conflitos que vêm ocorrendo no Oriente Médio (principalmente no Iraque), além da taxa de câmbio prevalente. Ademais, do ponto de vista técnico, exclusivamente, o preço do álcool teria que ser equivalente a 75% do valor da gasolina no mercado, para se estabelecer uma “indiferença técnica” para o consumidor.

Além disso, a produção de álcool é mais complexa, entre outros fatores, por apresentar produção de álcool hidratado e álcool anidro, que também dependem de seus preços relativos. O álcool anidro possui efeito energético proporcional ao da gasolina tipo A (substitui-a na proporção 1:1), e que é usado como oxigenante desse tipo de gasolina, sendo que a mistura de gasolina com álcool anidro é assegurada por lei, na proporção de 20% a 24% para formar a gasolina tipo C, garantindo reserva de mercado para o álcool anidro. Enquanto isso, a demanda por álcool hidratado depende da frota de veículos movida a álcool, que se encontra sucateada e não está se renovando, ocorrendo redução da mesma. O surgimento de outras alternativas de combustíveis, como o gás natural, está pressionando para a queda da demanda e, conseqüentemente, dos preços do álcool hidratado no mercado, redirecionando a produção de álcool hidratado nas usinas para a produção de açúcar ou para a produção de álcool anidro, que possui reserva de mercado. Vale lembrar que também o álcool anidro, devido ao incentivo dado pelo governo federal, se tornará prioridade de produção nas usinas e destilarias, o que poderá

ocasionar excesso de oferta do produto no mercado, propiciando a queda do preço final.

Os consumidores, que estão atentos ao diferencial de preços entre a gasolina e o álcool hidratado, mudam rapidamente de produto, com relevantes impactos sobre a demanda de álcool. Segundo DIAS *et al.* (2002, p. 47 – 48),

“a demanda por álcool é função da relação entre o preço da gasolina e o do álcool. Em outras palavras, existe um ponto na curva determinada pelo preço da gasolina/preço do álcool a partir do qual o consumidor opta por utilizar álcool”.

Preços maiores do álcool hidratado nas bombas são capazes de direcionar a produção alcooleira para a produção de açúcar, algo que vem se evidenciando na maioria das usinas com destilarias anexas, podendo gerar a escassez de álcool combustível no mercado.

Nesse momento, há de se refletir sobre a necessidade da retomada da intervenção do Estado sobre as políticas do setor sucroalcooleiro, de uma forma muito mais branda do que a utilizada pelo governo federal, através do IAA, até o ano de 1990. As três esferas públicas (federal, estadual e municipal) ainda têm papel importante a desempenhar neste setor, pela importância que possuem na economia brasileira. Isso sugere um novo modelo de gestão da cadeia canavieira que deve ser de “intervenção mínima” de forma a não ser criticada pela sociedade como por agentes do próprio setor que se sintam prejudicados por intervenções do Estado em desacordo com a Constituição Federal de 1988.

Até o ano de 1999 a determinação de preços relativos dos combustíveis líquidos feita pelo governo seguia um modelo de sustentação econômica indireta ao álcool, realizado pela conta PPE⁴⁹ (administrada pela Agência Nacional do Petróleo / ANP). Em 2002, foi substituída pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). A CIDE foi instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível; e seus recursos, serão destinados, na forma da lei orçamentária, para:

⁴⁹ PPE (Parcela de Preço Específico): “recursos oriundos de tributos cobrados sobre combustíveis, que eram usados para os incentivos dados pelo governo ao gás natural e seus derivados, aos derivados de petróleo e ao álcool combustível pelo governo (pagamento de subsídios de preço e de transporte)” (MORAES, 2002, p. 31).

- a. O pagamento de subsídios aos preços ou ao transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados;
- b. Financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo ou gás, e;
- c. Financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

Segundo MORAES (2002, p. 36),

“a desregulamentação do setor sucroalcooleiro a partir de fevereiro de 1999, e mais recentemente, a liberação do mercado de combustíveis trazem a questão da responsabilidade sobre a formação e manutenção dos estoques de álcool, que por muito tempo ficou a cargo da PETROBRÁS, com recursos oriundos da PPE. Contudo, a Portaria da ANP nº 301, de 18 de dezembro de 2001, veda os lançamentos pela PETROBRÁS, a débito da conta Petróleo e Álcool, dos custos de despesas de qualquer natureza, gerados a partir de 1º de janeiro de 2002, relativos à manutenção de estoques reguladores de álcool combustível, anidro e hidratado. A PETROBRÁS, portanto, deixa de ser responsável pela manutenção dos estoques reguladores, já que não dispõe mais de recursos para tanto”.

Como visto, a oferta de álcool é função da relação de preços do açúcar e do álcool, assim como o contrário. Esse fator, além da ocorrência de quebras de safras, geram períodos de desequilíbrio no mercado, onde se necessitaria de algum modo de regulação da produção e comercialização, de modo a ajustar a oferta à demanda de álcool, conferindo segurança ao consumidor quanto ao abastecimento interno, que teve uma experiência negativa no passado, onde ocorreu falta de álcool hidratado, que gerou desconfiança do consumidor quanto à estabilidade da oferta.

No ano de 1999 ocorre um excesso de produção alcooleira, gerando um ambiente de inquietação quanto ao futuro do setor sucroalcooleiro nacional. Com isso, não havendo mais a formação de estoques estratégicos de álcool combustível no país, são observadas ações pontuais por parte do governo federal na compra de excedentes de álcool (anos de 1999, 2000 e 2001), objetivando aliviar a crise enfrentada pela agroindústria canavieira, ao invés de uma política de formação de estoques estratégicos de álcool combustível.

No estudo de DIAS *et al.* (2002, p.50 – 51), destaca-se que, caso haja queda do preço do petróleo no mercado internacional, inviabilizando o consumo de álcool hidratado (que não possui mais estoque estratégico e subsídios mantidos pelo governo federal), pode-se adotar três rotas alternativas para absorver a produção e evitar-se uma crise mais profunda com superprodução alcooleira:

- I. A 1ª rota possível, que se encontra em curso, é a que se convencionou denominar de “anidrização”, ou seja a progressiva substituição do consumo de álcool hidratado por anidro a ser adicionado à gasolina;
- II. A 2ª rota possível seria a da exportação de álcool. À medida que nem todo álcool hidratado seria absorvido prontamente na adição de anidro à gasolina, o caminho externo representaria uma possibilidade de escoamento dos excedentes;
- III. A 3ª via possível para solucionar o problema da não-viabilidade do álcool hidratado em condições de livre mercado seria o da concessão de subsídios ao produtor, como feito no passado.

Mesmo em situações favoráveis ao mercado de álcool, isso não significa que os consumidores optarão pelo álcool, pois existe um risco permanente de desabastecimento do mercado exigindo-se um diferencial de preços álcool/gasolina superior ao diferencial técnico de eficiência entre os mesmos, exige-se, também, alguma segurança quanto ao abastecimento. Além disso, tem-se a expectativa de que o petróleo continue a ser a matriz energética por mais trinta anos, sendo que o setor automobilístico encontra-se centrado basicamente neste combustível.

Ainda na década de 90, surgiram algumas restrições novas na atuação das empresas canavieiras, mas que não se relacionam diretamente com o planejamento e produção. Em 1997, o governo do Estado de São Paulo editou um decreto dispondo sobre o uso, conservação e preservação do solo, proibindo a queima total da cana (capítulo 5), e a segunda metade dos anos 90 registrou, talvez, os piores preços para o açúcar no mercado internacional para as três últimas décadas e, no tocante ao álcool, a situação não foi muito diferente, com baixos preços e o desestímulo provocado pela competição com o petróleo em queda, mesmo considerando os problemas políticos gerados pelas crises no Oriente Médio.

Esse quadro setorial e o processo da desregulamentação incentivaram muitas empresas a adotarem novas estratégias competitivas e isso levou à fragmentação do antigo complexo canavieiro em unidade de consenso menores que são denominados “campos organizacionais”, que caracterizam-se pela adoção de condutas semelhantes e centralizada por uma grande empresa, que compartilham atividades diferentes, ao longo da cadeia produtiva. Como exemplo, podem-se destacar as agências certificadoras e os consumidores de produtos orgânicos, que têm relações apenas com as usinas produtoras desse tipo de açúcar (açúcar

mascavo), mas que certificam também produtores de outros alimentos orgânicos, como a Alba USA Melaço Ltda. (capítulo 4), que não se enquadra na categoria de usina, possuindo estrutura mais modesta, com menor potencial tecnológico, que possui o selo de certificação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD).

No estudo de DIAS *et al.* (2002) sobre o mercado sucroalcooleiro paulista, traça-se o novo perfil da agroindústria canavieira a partir dos anos de 1990, onde:

- I. As grandes empresas do setor, que apresentaram taxas menores de crescimento situadas em áreas canavieiras tradicionais (Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba e Jaú), encontram-se em áreas já congestionadas de terras caras, e sofrem grandes pressões para a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, como a mecanização da colheita e a automação industrial, que também melhoram a eficiência produtiva, criando capacitações para o uso comercial de subprodutos. A tendência dessas unidades é a de agregar maior valor a seus produtos por meio de estratégias de diferenciação ou verticalização na comercialização ou distribuição.
- II. Entre as empresas do setor sucroalcooleiro consideradas médias, que apresentaram taxas de crescimento maiores do que as grandes empresas, localizando em áreas canavieiras tradicionais (como Ribeirão Preto, Jaú e Assis) e áreas canavieiras recentes (como Araçatuba e São José do Rio Preto), apresenta alta homogeneidade técnica e possibilidade de crescimento por meio de subprodutos, maior qualidade do produto final, a partir de aumento da produção decorrente da aquisição ou associação com unidades menores e da diferenciação de produtos.
- III. As pequenas empresas, situadas em áreas canavieiras recentes (como Araçatuba e Presidente Prudente), o crescimento deve ser extensivo, ainda com o aproveitamento de novas áreas de regiões de pecuária e a utilização de sistemas de comercialização descentralizados de álcool e açúcar. Algumas unidades pequenas do interior paulista estão aproveitando a desregulamentação da distribuição de combustíveis para comprarem postos e venderem o álcool diretamente ao consumidor final.

Em RAMOS (2002), há o destaque das inovações técnico-produtivas que estão sendo implementadas no setor sucroalcooleiro, diminuindo a heterogeneidade entre as empresas do setor, no contexto de um novo ambiente competitivo, pois não

é mais possível contar com os recursos públicos subsidiados e as normas legais ou regulamentos que sustentavam a sobrevivência de unidades e empresas não eficientes, limitando o crescimento das empresas nos produtos do setor sucroalcooleiro, ou mesmo com a diversificação da produção pela empresa ou grupo.

Como exemplo dessa nova forma de organização empresarial, citar-se-ão o Grupo Nova América e o Grupo Cosan. O grupo Nova América, que busca diversificar sua produção, associada a oportunidades de mercado, à entrada em outros segmentos agroindustriais e à associação com outros negócios na área onde está inserida, atua na produção e distribuição de sucos (capítulo 2), chás e leite, e recentemente lançou uma mistura seca e está investindo na co-geração de energia. Neste caso, o que mantém o sucesso da estratégia é a forte capacitação da empresa na distribuição e negociação no varejo e o fato de possuir uma corretora de exportação para gerenciar seus negócios externos, inclusive prestando serviços a outras empresas. O grupo Cosan, por sua vez, optou pela expansão pela via de fusões e aquisições (F&A), para áreas mecanizáveis e com alto potencial logístico, fugindo das restrições impostas pela topografia da área canavieira de Piracicaba, como é o caso da Usina Ipaussu no EDR de Ourinhos.

Na condição de fusão e aquisição (F&A) de usinas, os Grupos Cosan (grupo canavieiro paulista), J. Pessoa (grupo canavieiro nordestino) e Coinbra/Dreyfus (grupo canavieiro com participação de agentes internacionais) foram os principais condutores deste processo, de modo que o Grupo Cosan firmou-se como o grande produtor de açúcar e álcool do mundo, com capacidade instalada para realizar a moagem de mais de 18 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra e faturamento de US\$ 600 milhões por ano. No entanto, para os grupos nordestinos, as aquisições realizadas proporcionaram maiores índices de produtividade em função da existência de melhores condições edafo-climáticas na região Centro-sul e oportunidades de investimentos em áreas com maiores possibilidades de expansão do que no Norte-Nordeste canavieiro. Com relação aos agentes internacionais, itens como maior controle do destino das exportações e maior participação no elo de produção na agroindústria canavieira, as expectativas de crescimento, a profissionalização da gestão das usinas e a capitalização das empresas constituem os principais benefícios a serem atingidos pelo processo de F&A (fusões & aquisições).

Além disso, esses grupos também estão se destacando no cenário da P&D (pesquisa e desenvolvimento) na agroindústria canavieira, direcionando esforços de pesquisa para o setor sucroalcooleiro, como: melhoramento genético das variedades de cana; desenvolvimento do gerenciamento da produção agrícola via instrumentos como mapas de solo e imagens de satélite para identificação varietal e registro de microclima, declividades, adubação, distância, etc.; avanços do nível de extração, no tratamento do caldo e fermentação, na destilação e na área energética – com o aproveitamento do bagaço da cana -; além da introdução de novos modelos de gestão administrativa, algo que tradicionalmente era realizado somente por algumas instituições, a respeito da COPERSUCAR.

Segundo BELIK & VIAN (2002, p. 83),

“outro fator de interesse que permite mostrar como estão sendo consolidados campos organizacionais no complexo canavieiro é a cooperação entre os agentes na comercialização de álcool e de açúcar. Podem-se identificar cerca de cinco grupos (COPERSUCAR, SCA, SOL, bioagência e ALCOPAR) que estão vendendo álcool em conjunto e pelo menos duas grandes associações de comercialização de açúcar (CRYSTALSEV e COPERSUCAR). Em cada um desses *pool/s* podemos identificar empresas líderes, que foram responsáveis pela estruturação do campo organizacional e que coordenam as ações dos outros membros, mediando conflitos e promovendo o consenso”.

Buscam-se novos parâmetros de qualidade do produto, pois não há mais especificações técnicas estabelecidas pelo Estado. Neste aspecto, as empresas certificadoras (ISO, IBD, *Greenpeace* e IMAFLORA) têm muita importância, pois auxiliam as agroindústrias sucroalcooleiras na determinação de padrões de qualidade e fiscalizam a produção.

Conforme afirmam BELIK & VIAN (2002, p. 87),

“o Estado e as políticas públicas, a cultura organizacional, a estrutura social e a forma de organização dos agentes econômicos e sociais influem de maneira significativa na formulação das estratégias empresariais e em suas mudanças. (...) A política de intervenção estatal no complexo canavieiro nacional foi responsável por uma estrutura atrasada e de baixa competitividade que se manteve nos últimos 70 anos. A mudança da política e do ambiente institucional, por sua vez, obrigou as empresas adotarem estratégias diferenciadas das anteriores, buscando a competitividade nacional e internacional. Deve-se destacar que os agentes tiveram papel ativo nessas mudanças, visto que alguns grupos econômicos discutiram ativamente essa questão com o Estado levando até a propostas de extinção do IAA em meados dos anos 80”.

Em agosto de 1999 ocorre uma grande mobilização realizada pela sociedade, que deu origem ao “Pacto Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo”, que obteve um pacote de benefícios como isenções de tributos (IPI sobre automóveis movidos a álcool, isenção de IPVA para os proprietários desses veículos, transformação do subsídio ao álcool hidratado em crédito presumido do ICMS e outros), tarifas privilegiadas para a compra de energia originária da co-geração, implantação da “frota verde”, implantação de barreiras alfandegárias à entrada de produtos importados e até mesmo o adiamento ou relaxamento da lei das queimadas. Esse período favorável prolongou-se até o ano de 2001, com o agravamento da crise energética decorrente da estiagem, privilegiando um acordo favorável às usinas no sentido de suprir o mercado energético do Centro-Sul com um maior potencial de termoeletricidade.

A cultura canavieira pode apresentar novas formas de utilização e comercialização de produtos e subprodutos pela agroindústria sucroalcooleira. No momento atual (2002) existe ampla aceitação de que a cana-de-açúcar se constitui em matéria-prima de múltiplas utilizações, cujos produtos intermediários e finais são providos de grande versatilidade, e podem ser submetidos a diversos tipos de processamento industrial, dando origem a uma grande variedade de derivados (produtos e subprodutos), cujas possibilidades de uso são numerosas e variadas, como o bagaço (cujas alternativas de uso podem ser externas ao estabelecimento que o produz e que pode ser comercializado como combustível, ração para alimento animal ou como matéria-prima para a fabricação de papel) e o melado (alternativas de utilização na fabricação de rum, álcool residual e produtos químicos e farmacêuticos, como vitaminas e antibióticos, entre outros), que são subprodutos da cana, que podem vir a se tornar seus principais produtos, sobrepujando a produção açucareira e alcooleira. Ademais, existe a possibilidade da obtenção de resinas termoplásticas, derivadas de culturas bacterianas alimentadas com sacarose, formando o plástico biodegradável (poli-hidroxi-butirato/PHB), bastante defendido por movimentos ambientalistas por contribuir efetivamente para a diminuição do acúmulo de lixo plástico convencional na terra.

As transformações que ocorreram depois do período da desregulamentação do setor sucroalcooleiro, eventualmente, têm determinado a evolução de um mercado relativamente mais concentrado, tanto para o açúcar como para o álcool, pelo produtor, sendo que a formação de grupos para a comercialização,

particularmente no caso do álcool, foi estimulada pela desregulamentação do mercado de álcool hidratado em uma situação em que os grandes excedentes tinham sido acumulados no mercado brasileiro, reduzindo os preços no mercado interno. Com isso, foi criada na safra de 1998/99, a Bolsa Brasileira de Álcool, com o objetivo de comercializar, por meio de convênios, o álcool produzido por 181 unidades situadas na região Centro-Sul, englobando 85% do álcool combustível produzido, sendo extinta em abril de 2000 pelos órgãos responsáveis pelo monitoramento do mercado sucroalcooleiro, por ter sido caracterizada como um cartel.

No entanto, um novo modelo surgiu para a comercialização do açúcar, decorrente das dificuldades encontradas dos mercados de produto do setor (inexistência de mecanismos formais para a administração de riscos associados a variações inesperadas de preços), que foi o lançamento em setembro de 1995 do “Contrato Futuro Cambial de Açúcar pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F)”. Segundo BURNQUIST *et al.* (2002, p. 193),

“esse contrato foi concebido com o objetivo de auxiliar produtores, consumidores, distribuidoras, refinadoras e mesmo exportadores de açúcar, a operacionalizarem a comercialização num contexto econômico em que a variabilidade dos preços foi acentuada, ao que geralmente se associa maior volatilidade das receitas”.

Esse contrato passou por diversas adequações desde o seu lançamento, visando tornar o produto brasileiro uma referência no mercado internacional, e em março de 2000 a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) lança o Contrato de Futuros para o álcool anidro, outro importante produto do setor sucroalcooleiro.

3.4. A organização e mobilização dos empresários do setor sucroalcooleiro paulista em entidades representativas

As agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos, produtoras de açúcar e álcool proveniente da cultura canavieira encontram-se inseridas no processo de produção dos setores açucareiro e alcooleiro paulista, em um conjunto mais amplo. No entanto, para salvaguardar os seus interesses quanto a evolução do setor,

tornando-se produtivas e competitivas, estas empresas acabam se associando a entidades que possam representar e defender seus interesses, e que congregam um grande número de agroindústrias sucroalcooleiras que anseiam pelos mesmos ideais. A Usina São Luiz S.A., encontra-se associada a COPERSUCAR e a UNICA, duas entidades de importante atuação no setor, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) está associada à UNICA e a Sobar S.A. Álcool e Derivados (atual AGREST) é uma agroindústria independente, sem representação de entidades superiores da agroindústria sucroalcooleira paulista (figura 20).

No entanto, esta empresa aparece no trabalho de THOMAZ JÚNIOR (1996) e no dados do Anuário Jornal Cana (1998), como afiliada da Associação das Destilarias Autônomas e Anexas (ADA), que congregava as agroindústrias produtoras de álcool de São Paulo e parte das empresas produtoras de álcool do Estado de Goiás. Segundo informações da Assessoria de Comunicação da UNICA⁵⁰, a ADA deixou de existir em 1997, sendo que esta entidade encontrava-se sediada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

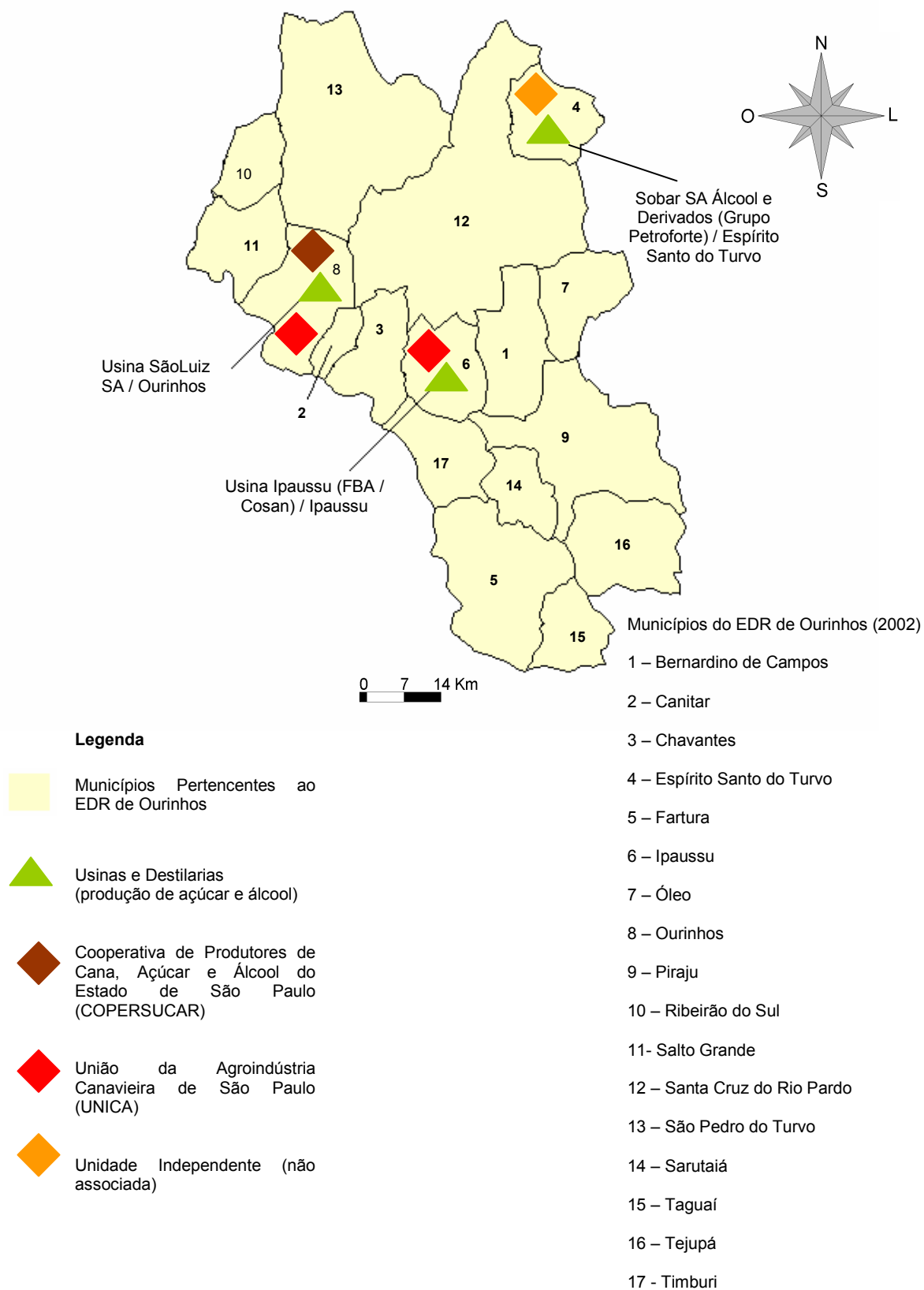
Conforme salienta SHIKIDA *et al.* (2002, p. 129),

“a filiação a alguma entidade – Associação de Produtores, Cooperativas, etc. – é um expediente que muitas usinas brasileiras há muito praticam. Em determinados casos, tal entidade trata-se de uma forma organizacional complementar às ações das usinas, à competição do mercado e ao papel do Estado, e tem como atributo proporcionar novas alternativas para compensar as deficiências observadas nas ações individualizadas das usinas, do próprio mercado e do Estado, visando, em geral, defender ou aumentar a margem de lucro de seus associados. Nesse sentido, as ações coletivas, quando coordenadas, têm sinergismo maior do que cada ação tomada isoladamente, de modo que as organizações podem aumentar a probabilidade de sucesso do grupo”.

A COPERSUCAR caracteriza-se como uma das mais tradicionais cooperativas atuantes na agroindústria canavieira, sendo que seu objetivo é comercializar a produção de açúcar, álcool e demais produtos da cana-de-açúcar e prestar assistência necessária em todos os setores do sistema produtivo de seus oitenta e oito associados, onde estão inseridas agroindústrias localizadas no Estado de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e que atuam na produção de cana, açúcar, álcool e demais produtos e subprodutos da cana-de-açúcar.

⁵⁰ Dados obtidos em 27/01/05, através do site: www.unica.com.br (autor).

FIGURA 20: – AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA NO EDR DE OURINHOS – SAFRA 2002 / 03



Fonte: IEA/CATI/SAA (2000), THOMAZ JR. (1996), Jornal Cana (1997) e usinas e destilarias do EDR de Ourinhos.

ORGAN.: Reinaldo L. Selani
DES.: Franco F. Oliveira

A Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR) foi fundada em 1º de julho de 1959, através da união de dez usinas paulistas e duas entidades cooperadas (Coopira e Coopereste), cujo objetivo primordial consistia em comercializar a produção de açúcar e álcool de suas associadas, sendo que a partir de 1973 assume o controle acionário da Companhia União de Refinadores, aumentando ainda mais sua participação no mercado de comercialização de açúcar, tais como os açúcares de consumo, além dos produtos para fins industriais que já comercializava na forma de cristal e xaropes. A Companhia União de Refinadores é proprietária das marcas Açúcar União, Glaçúcar, Neve, Doçúcar, Açúcar Premium, e mais recentemente, os torrões de açúcar, o União Light e as barras de cereais.

A COPERSUCAR apresenta uma forma peculiar de atuação na cadeia de produção de seus membros, que vai desde o plantio da cana-de-açúcar até sua comercialização. Nesse sentido, comercializa com exclusividade toda a produção de açúcar e álcool de seus associados, o que lhe confere um faturamento bruto anual da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

“As usinas e destilarias associadas à COPERSUCAR processam anualmente um volume superior a 60 milhões de toneladas de açúcar e realizam uma produção de 3,1 milhões de toneladas de açúcar e 3 bilhões de litros de álcool (isso representa uma participação de, aproximadamente, 16% e 23% no mercado brasileiro de açúcar e de álcool, respectivamente)” (SHIKION et al, 2002).

No início, os resultados eram pouco expressivos, mas com o decorrer do tempo, e principalmente após a extinção do IAA em 1990, passou a intensificar sua atuação na exportação de açúcar no mercado internacional, partindo de um volume de 290 mil toneladas de açúcar na safra 1991/92, chegou a atingir 2,2 milhões de toneladas de açúcar na safra 1998/99, tornando-a a maior exportadora privada de açúcar do mundo, e com expansão desse mercado e uma grande visão empreendedora, em 1º de agosto de 2003, a COPERSUCAR inaugura o Terminal Açucareiro COPERSUCAR (TAC), incorporando os mais avançados padrões disponíveis em tecnologia para movimentação, controle e estocagem de produtos, com alta capacidade de embarque e baixos custos operacionais, aumentando a produtividade das suas operações portuárias.

O Centro de Tecnologia COPERSUCAR (CTC) é uma das mais avançadas e conceituadas instituições de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia agrícola e industrial para a agroindústria sucroalcooleira no mundo, possuindo quarenta patentes de processos, equipamentos e sistemas de software (ligados ao setor), além de amplo programa de melhoramento genético da cana-de-açúcar, que visa à manutenção de um elenco de variedades sadias e a busca de espécies mais produtivas e longevas, destacando-se nos setores de desenvolvimento de novas variedades de cana (variedades SP), tecnologia de produção agrícola, tecnologia na industrialização da cana (produção de açúcar e álcool), novos produtos (plástico biodegradável) e pesquisa de desenvolvimento tecnológico em convênio com universidades locais e estrangeiras⁵¹. O CTC ainda conta com estações experimentais nos municípios de Piracicaba, Jaú e Miracatu, situados no Estado de São Paulo, e Camamu, no Estado da Bahia.

A COPERSUCAR estimula as unidades cooperadas a desenvolver programas de assistência social aos seus trabalhadores e dependentes, propiciando investimentos nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento e lazer. Além desses, as associadas possuem programas próprios de treinamento para seus funcionários, que também têm acesso a cursos externos (inclusive pós-graduação), como é o caso da Usina São Luiz S.A. (capítulo 5).

Entre os principais objetivos da COPERSUCAR (2003)⁵², podemos destacar quatro de grande importância para a instituição:

- a) Garantir a satisfação e competitividade dos cooperados.
- b) Comercializar álcool, açúcar e demais produtos correlatos que agreguem valor à COPERSUCAR/UNIÃO, fortalecendo as marcas.
- c) Conquistar a satisfação e a fidelidade dos clientes (mercado).
- d) Desenvolver os mercados e otimizar a distribuição do álcool, do açúcar e de seus produtos correlatos.

A administração da cooperativa é exercida por meio da Assembléia Geral e da Diretoria Executiva, tendo como órgão de fiscalização o Conselho Fiscal, onde o exercício fiscal coincide com o período da safra na região Centro-Sul do país,

⁵¹ Além dessas atividades, a COPERSUCAR possui laboratórios e plantas pilotos, programas de transferência de tecnologia e programas de pesquisas em várias áreas do setor sucroalcooleiro (COPERSUCAR, 2003).

Fonte: www.copersucar.com.br (acesso realizado em 04/01/05).

⁵² Informações obtidas no site www.copersucar.com.br (Acesso realizado em 04/01/05).

compreendido entre 1º de maio e 30 de abril. A ampla participação dos associados no processo de gestão da cooperativa garante representatividade nas decisões.

Outra importante entidade representativa do setor sucroalcooleiro paulista surgiu da necessidade dos empresários do setor de encontrar um órgão que os representasse, ocupando o espaço deixado com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no início de 1990. Os fabricantes de açúcar e álcool do Estado de São Paulo se organizaram em uma associação que tinha por objetivo defender os interesses das agroindústrias do setor sucroalcooleiro paulista. Com isso, surge a Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool (AIAA) e a Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool (SOPRAL) como forma de mobilização dos empresários deste setor, no início da década de 90.

No entanto, a partir de 1997, foi criada a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA), congregando em seu contexto os interesses da AIAA (Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo), que surgiu em 1990, sendo a sucessora da Associação de Usineiros de São Paulo, fundada em 1932, e da SOPRAL (Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool), que se uniram sob a nova entidade, pois segundo NASSAR (2001, p. 161), isto

“possibilitou a unificação do trabalho institucional numa só entidade, fortalecendo a interlocução com o governo e a sociedade. Reconhecido centro nacional de referência, a UNICA reúne a memória estatística da produção brasileira de cana, açúcar e álcool. Mantém-se informada dos avanços obtidos na área do conhecimento tecnológico setorial e luta pela abertura dos mercados externos para o açúcar e o álcool”.

São objetivos da UNICA (2002), União da Agroindústria Canavieira de São Paulo:

- I. Romper barreiras protecionistas, visando ampliar o mercado livre de açúcar e de álcool;
- II. Universalizar a produção e o uso do etanol (álcool) combustível, transformando-o em commodity com valor ambiental, abrindo-lhe mercados como oxigenante da gasolina ou combustível principal em veículos de tecnologia avançada;
- III. Apoiar políticas de expansão do uso da biomassa na matriz de consumo de energia do Brasil;

- IV. Diversificar a atuação dos países produtores de açúcar, incluindo em suas pautas de produção o etanol e a co-geração de energia;
- V. Promover o açúcar e o álcool combustível por suas qualidades no que se refere à melhoria da saúde pública e do meio ambiente;
- VI. Desenvolver políticas que proporcionem competitividade à biomassa, por ser limpa e renovável, e;
- VII. Caracterizar a energia da biomassa como alternativa concreta às fontes fósseis, tendo em vista suas propriedades ambientais, sociais e econômicas: reduz a poluição local (melhora o ar nos grandes centros urbanos) e global (efeito estufa), gera emprego e renda de forma descentralizada, contribuindo para o combate às desigualdades sociais, gera divisas e economiza, além de permitir menor dependência do petróleo, cuja produção concentra-se em regiões marcadas pela instabilidade política.

A UNICA congrega sob sua tutela dois sindicatos da agroindústria canavieira paulista, que são o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo (SIAESP) e o Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo (SIFAESP)⁵³, que são os representantes, perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, dos interesses gerais de sua categoria econômica e dos interesses individuais das unidades produtoras associativas. No EDR de Ourinhos existem duas unidades agroindustriais associadas à UNICA que são a Usina São Luiz S.A., no município de Ourinhos, filiada também à COPERUCAR, e a Usina Ipaussu, que pertence ao grupo FBA/Cosan.

Apesar da UNICA representar um avanço nas relações do empresário do setor sucroalcooleiro com o mercado, sendo “favoráveis ao livre comércio e uma maior independência do setor em relação ao governo” (BELIK & VIAN, 2002, p. 73), havia um outro grupo que era favorável à manutenção da regulamentação e dos subsídios do Estado ao setor. A conciliação destes grupos seria o grande desafio da UNICA, pois ela encontrava-se muito mais próxima da realidade da desregulamentação e do livre comércio no setor sucroalcooleiro.

⁵³ São atribuições do SIAESP e do SIFAESP, segundo a UNICA (2002): a. Celebrar convenções e acordos coletivos de trabalho; b. Eleger e designar os representantes da categoria; c. Colaborar com o Estado, como órgão técnico consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a sua categoria econômica, e; d. Impor contribuições a todos aqueles que se filiarem, nos termos da legislação vigente, e exercer outras atividades que lhe sejam competidas por lei (nota do autor).

Antes da formação da UNICA como entidade representativa da agroindústria canavieira paulista, havia divergências entre as entidades que atualmente são associadas, como a COPERSUCAR (através de suas afiliadas), que preferia valorizar o álcool anidro em função da especialização de suas cooperadas e a proximidade do mercado consumidor, e a SOPRAL, que representava exclusivamente as empresas produtoras de álcool hidratado. Conforme aponta BELIK & VIAN (2002, p. 73), “a SOPRAL demandava um processo de desregulamentação paulatina, com a criação de mecanismos de regulamentação do mercado de álcool combustível, mantendo um papel ativo do Estado com o setor”.

A União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA) ainda não representa a totalidade das usinas e destilarias. Segundo ressalta NASSAR (2001, p. 161), uma parte do setor sucroalcooleiro

“é representado pela UNICA, que é favorável a desregulamentação, embora possa fazer parte da entidade, ainda executa *lobby* tradicional junto ao governo porque sua sobrevivência não está garantida em condições de mercado livre”.

Além disso a UNICA, que compete diretamente com as usinas e destilarias da região Norte-Nordeste, de unidades agroindustriais do setor sucroalcooleiro localizadas na região Centro-Sul não associadas e os órgãos responsáveis pelos espaços de negociação entre as empresas e o governo que ainda estão em formação, necessitam de um maior amadurecimento para se tornarem competentes no setor da auto-regulação (controle dos estoques face à produção canavieira).

Concluindo este pensamento, destaca-se a afirmação de BELIK & VIAN (2002, p. 89), onde

“todos esses elementos permitem-nos reforçar o argumento de que a agroindústria canavieira paulista ainda não alcançou o grau de autonomia ou maturidade necessários para conviver em um ambiente auto-regulado. Nessa conjuntura, não há como deixar de lado a importância do Estado e de suas agências de regulação na determinação dos elementos que interferem diretamente no planejamento das empresas. Paralelamente, pode-se afirmar que a forma de representação de interesses atuais, centralizada em torno da UNICA não reflete a enorme diversidade de estratégias que estão sendo colocadas e nem autoriza essa entidade a falar em nome de todos”.

A partir do momento em que o governo federal principiou a desregulamentação dos preços do setor sucroalcooleiro em todo o território brasileiro, o Estado de São Paulo desenvolveu, através da UNICA e da ORPLANA (capítulo 5), uma iniciativa pioneira e adequada à realidade paulista, que foi o Sistema de Remuneração da Tonelada de Cana pela Qualidade (CONSECANA/SP), sendo o resultado do esforço conjunto de produtores de cana e industriais do setor, seguindo procedimentos acordados entre ambas as partes.

Essa modelo de pagamento da cana-de-açúcar foi realizado por um grupo técnico e econômico, constituído por cinco representantes dos produtores de cana, indicados pela Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo e da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) e cinco representantes do setor industrial sucroalcooleiro, indicados pela União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA).

A União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA), representando os empresários do setor sucroalcooleiro, e a ORPLANA, representando os fornecedores de cana (capítulo 5), formalizaram a instituição do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), em 07 de junho de 1999, na cidade de São Paulo, sendo uma associação civil sem fins lucrativos e regida por um estatuto. Constituem finalidade do CONSECANA-SP (2002):

- I. Zelar pelo relacionamento da cadeia produtiva da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo, conjugando esforços de todos aqueles que desta participarem, desde o plantio da cana até a venda dos produtos finais, objetivando a sua manutenção e prosperidade;
- II. Zelar pelo aprimoramento do sistema de avaliação da qualidade da cana-de-açúcar, efetuando estudos, desenvolvendo pesquisas e promovendo a sistematização e constante atualização dos critérios tecnológicos de avaliação desta qualidade;
- III. Desenvolver e divulgar análises técnicas sobre a qualidade da cana e sua aferição, bem como acerca da estrutura e evolução do mercado da agroindústria canavieira, inclusive no que tange às condições de contratação e negociação no setor;
- IV. Promover a conciliação de conflitos surgidos entre os integrantes do sistema que para tanto vierem a recorrer ao CONSECANA-SP;

V. Encaminhar ao Juízo Arbitral da BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro). Os conflitos são conciliados entre os integrantes do sistema que para tanto vierem a recorrer ao CONSECANA-SP.

Pelo novo modelo estabelecido pelo CONSECANA –SP, o valor da tonelada de cana (VTC), em reais (R\$), é determinado pelo produto de três componentes básicos: a. O teor de Açúcar Total Recuperável (ATR) contido na matéria-prima entregue na unidade de processamento, expresso em quilos por tonelada de cana; b. O valor da unidade do ATR, expresso em unidades monetárias (ou seja, em R\$/Kg. de ATR, representado como VATR); e c. A participação do produtor no volume total de ATR entregue, expresso em valor percentual e determinado de acordo com planilhas de custo de produção, representado como (P%).

A fórmula para a determinação do valor-base da tonelada de cana é dada pelo produto dessas três medidas, podendo ser expressa como:

$$VTC = (ATR) \times (VATR) \times (P\%)^{54}$$

Como visto, este modelo de remuneração da tonelada de cana pela qualidade (CONSECANA – SP) já representa um grande avanço nas relações de produção do setor sucroalcooleiro paulista, abrindo espaço nas articulações dos interesses dos empresários deste setor, desde que haja consenso em se negociar os diferentes contextos dentro do processo de produção agroindustrial, abrangendo fornecedores de cana-de-açúcar de um lado e empresários do setor sucroalcooleiro de outro; assim como encontrar um parâmetro comum entre os empresários do setor, para que se possa encontrar um modelo de auto-regulação que seja favorável para todos (ou a maioria), fortalecendo e favorecendo a agroindústria sucroalcooleira paulista.

⁵⁴ “A metodologia proposta considera que o valor pago pela matéria-prima – a cana – pode ser derivado da remuneração obtida com a venda de seus principais produtos finais. No caso brasileiro, esses produtos englobam o açúcar comercializado no mercado doméstico e no mercado internacional, além do álcool anidro e hidratado, tanto para fins combustíveis como para outros fins. Seguindo-se tal concepção fica patente a necessidade de definir e utilizar um denominador comum para expressar o valor desses produtos. O sistema CONSECANA elegeu a definição do Açúcar Total Recuperável (ATR) da cana para a constituição desse denominador comum. O ATR corresponde a todo o açúcar contido na cana” (BURNQUIST, 2002: p. 196).

3.5. A Participação do EDR de Ourinhos no Setor Sucroalcooleiro Paulista

Neste estudo, utilizar-se-á de dados estatísticos fornecidos pela União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA), sobre a produção de açúcar e álcool (total) nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) paulistas, no período que compreende o intervalo entre as safras de 1994/95 à 2001/02, período concernente à desregulamentação do setor sucroalcooleiro, após a extinção do IAA.

Será focado, neste momento, a variação da produção entre a safra de 1994/95 (período inicial) e a safra 2001/02 (período final), pois o objetivo principal é situar o posicionamento do EDR de Ourinhos em relação à produção de açúcar e álcool entre os demais EDRs paulistas e conhecer a realidade produtiva de açúcar e álcool, não verificando os demais períodos ou safras intermediárias por direcionar o estudo à exaustão de dados quanto ao crescimento ou retração produtiva de acordo com o período para cada EDR, desviando-se do objetivo proposto.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos ocupa a 12ª posição em relação à produção de cana-de-açúcar entre os 40 EDRs do Estado de São Paulo. Coincidentemente, a produção de açúcar e de álcool (total) encontram-se na mesma colocação (12º lugar). A atuação de diversos fatores e atores geográficos transformaram o espaço agrícola desta área, sendo a segunda área de maior produção no contexto do setor sucroalcooleiro do Vale do Paranapanema Paulista, perdendo apenas para o EDR de Assis.

As usinas e destilarias em operação no EDR, canalizam sua produção para o açúcar e o álcool, tendo como matéria-prima a cana-de-açúcar, apesar de existirem duas agroindústrias que produzem álcool nobre de cereal (capítulo 4). Destacam-se na produção de açúcar e álcool a Usina São Luís S.A., em Ourinhos, e a Usina Ipaussu (FBA/Cosan), em Ipaussu; e produzindo somente álcool, a Sobar S.A. Álcool e Derivados Ltda (atual AGREST), em Espírito Santo do Turvo; que são as três agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos que encontravam-se em atividade na safra 2001/02. Nesse período, encerrava suas atividades a Destilaria Archângelo Ltda., em São Pedro do Turvo, que não moeu cana nesta safra. Destacar-se-á, neste momento, a produção de açúcar nos principais EDRs do Estado de São Paulo (tabela 20).

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ribeirão Preto, que apresenta a maior produção açucareira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 31.307.603 sacos de 50 Kg. de açúcar, e para a safra 2001/02 a produção alcançou 45.783.480 sacos de 50 Kg. de açúcar, perfazendo um crescimento de 46%. No entanto, a participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado recuou de 24% para 19%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o EDR de Jaú, que apresenta a segunda maior produção açucareira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 19.859.753 sacos de 50 Kg. de açúcar, e para a safra 2001/02 a produção foi de 27.467.060 sacos de 50 Kg. de açúcar, perfazendo um crescimento de 38%. Entretanto, a participação de produção do EDR comparada a produção total dos EDRs paulistas caiu de 15% para 11%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Barretos, que apresenta a terceira maior produção açucareira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 7.053.877 sacos de 50 Kg. de açúcar, e no resultado final da safra 2001/02 a produção atingiu 21.865.080 sacos de 50 Kg. de açúcar, perfazendo um crescimento de 210%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado cresceu de 5% para 9%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Já o EDR de Piracicaba, que apresenta a quarta maior produção açucareira paulista, apresentou produção de 11.141.027 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção foi de 19.158.060 sacos de 50 Kg de açúcar, totalizando um crescimento de 72%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado se manteve em 8%, nas safras 1994 / 95 e 2001/02, respectivamente.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Catanduva, que apresenta a quinta maior produção açucareira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 6.769.780 sacos de 50 Kg. de açúcar, e para a safra 2001/02 a produção alcançou 17.607.680 sacos de 50 Kg. de açúcar, perfazendo um crescimento de 160%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado aumentou de 5% para 7%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o EDR de Araraquara, que apresenta a sexta maior produção açucareira paulista, apresentou produção de 8.640.217 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção atingiu 17.344.680 sacos de 50 Kg de

Tabela 20 – Produção de Açúcar dos Principais Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) do Estado de São Paulo
Safras 1994 / 95, 1995 / 96, 1996 / 97, 1997 / 98, 1998 / 99, 1999 / 00, 2000 / 01, 2001 / 02.
Áreas Produtoras de Açúcar em volume de produção decrescente, segundo dados da Safra 2001 / 02 (sacos de 50 Kg).

EDR	AÇÚCAR (EM SACOS DE 50 KG.)										
	1994 / 95	1995 / 96	1996 / 97	1997 / 98	1998 / 99	1999 / 00	2000 / 01	2001 / 02			
Ribeirão Preto	31.307.603	35.268.515	39.518.020	38.627.200	51.085.820	53.492.160	36.281.340	45.783.480			
Juá	19.859.753	21.358.534	20.745.320	20.329.240	28.023.920	30.318.480	21.175.780	27.467.060			
Barretos	7.053.877	8.088.901	10.893.980	13.362.040	17.354.480	20.967.400	16.001.820	21.865.080			
Piracicaba	11.141.027	12.219.446	12.986.080	14.692.340	18.803.740	19.070.080	14.964.520	19.158.060			
Catanduva	6.769.780	7.726.573	9.262.280	11.379.280	17.078.800	18.020.640	13.920.480	17.607.680			
Araraquara	8.640.217	11.222.118	12.305.720	12.993.380	17.351.020	19.565.980	14.010.560	17.344.680			
Limeira	11.162.948	10.717.692	10.167.400	11.361.620	15.888.920	17.212.520	14.525.320	16.331.340			
Assis	6.815.334	7.126.667	8.300.320	8.945.740	11.309.540	12.665.620	10.395.360	14.462.240			
Orlândia	6.248.748	6.647.556	7.994.060	10.835.340	14.901.860	17.351.660	12.320.320	13.669.600			
Jaboticabal	7.176.107	6.556.148	8.196.520	8.484.540	13.014.240	13.491.540	10.980.560	13.525.040			
Araçatuba	1.545.078	1.428.700	719.140	1.541.700	3.740.020	4.887.600	3.370.480	6.141.200			
Ourinhos	1.523.740	1.693.570	1.857.260	2.579.720	3.962.380	6.029.440	4.341.980	5.674.140			
São João da Boa Vista	1.235.242	1.236.221	1.753.000	1.988.600	3.075.740	4.228.300	3.711.100	3.831.180			
Campinas	2.447.243	2.309.431	2.423.820	2.401.540	1.698.260	2.666.480	2.416.720	3.027.400			
Votuporanga	1.312.050	1.238.350	1.219.960	2.065.140	3.197.700	3.772.180	2.198.000	2.959.300			
Andradina	528.694	749.739	1.679.920	2.066.140	2.526.460	3.048.720	1.845.460	2.916.960			
Franca	1.101.304	1.523.600	1.566.300	1.796.380	2.323.540	2.542.420	1.728.520	2.395.500			
General Salgado	4.389	223.908	728.840	1.251.960	1.888.900	2.932.260	1.890.300	2.320.380			
Botucatu	1.362.577	1.475.816	1.462.540	1.860.020	2.151.520	2.340.000	1.890.860	2.237.740			
Lins	942.188	807.806	1.138.560	1.351.720	1.592.840	1.913.240	1.595.680	2.133.100			
DEMAIS EDRs ²⁹	2.963.710	3.481.384	3.594.400	4.185.120	4.785.360	5.310.840	3.944.460	6.153.900			
ESTADO	131.141.609	143.100.675	158.513.440	174.098.760	235.755.060	261.827.560	193.509.620	247.005.060			

Fonte: adaptado de UNICA. Informação UNICA – São Paulo: UNICA, ano 5, nº 47 – Maio / Junho de 2002 e usinas do EDR de Ourinhos

²⁹ Os dados relacionados aos demais EDRs na produção açucareira do Estado de São Paulo, incluem os EDRs de Dracena, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Sorocaba e Tupã.

açúcar, perfazendo um crescimento de 101%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado se manteve em 7%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Limeira, que apresenta a sétima maior produção açucareira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 11.162.948 sacos de 50 Kg. de açúcar, e no resultado final da safra 2001/02 a produção atingiu 16.331.340 sacos de 50 Kg. de açúcar, perfazendo um crescimento de 46%. Entretanto, a participação de produção do EDR comparada a produção total dos EDRs paulistas sofreu queda de 9% para 7%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o EDR de Assis, que apresenta a oitava maior produção açucareira paulista, a produção na safra 1994/95 foi de 6.815.334 sacos de 50 Kg. de açúcar, e para a safra 2001/02 a produção alcançou 14.462.240 sacos de 50 Kg. de açúcar, perfazendo um crescimento de 112%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado cresceu de 5% para 6%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Já o EDR de Orlândia, que apresenta a nona maior produção açucareira paulista, produziu 6.248.748 sacos de 50 Kg de açúcar na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção foi de 13.669.600 sacos de 50 Kg. de açúcar, totalizando um crescimento de 119%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado cresceu de 5% para 6%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

No EDR de Jaboticabal, que apresenta a décima maior produção açucareira paulista, apresentou produção de 7.176.107 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção foi de 13.525.040 sacos de 50 Kg de açúcar, perfazendo um crescimento de 88%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado se manteve em 5% nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Araçatuba, que apresenta a décima-primeira colocação entre os EDRs com maior produção açucareira no Estado de São Paulo, produziu 1.545.078 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção alcançou 6.141.200 sacos de 50 Kg de açúcar, perfazendo um crescimento de 297%. A participação de produção do EDR

comparada a produção obtida no Estado cresceu de 1% para 2%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O EDR de Ourinhos, que apresenta a décima-segunda posição entre os EDRs com maior produção açucareira no Estado de São Paulo, e que se constitui no objeto de estudo, teve produção de 1.523.740 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção alcançou 5.674.140 sacos de 50 Kg de açúcar, perfazendo um crescimento de 272%. A participação de produção do EDR de Ourinhos comparada a produção obtida no Estado cresceu de 1% para 2% (valores aproximados), nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o Escritório de Desenvolvimento Rural de São João da Boa Vista, a produção era de 1.235.242 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, passando para 3.831.180 sacos de 50 Kg. na safra 2001/02, perfazendo um crescimento de 210%. No EDR de Campinas, o total da produção safra 1994/95 foi de 2.447.243 sacos de 50 Kg. de açúcar, alcançando 3.027.400 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 2001/02, um crescimento da ordem de 24%. Para o Escritório de Desenvolvimento Rural de Votuporanga, a produção saltou de 1.312.050 sacos de 50 Kg. para 2.959.300 sacos de açúcar de 50 Kg., acusando um aumento de 125% entre os períodos de 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Já no Escritório de Desenvolvimento Rural de Andradina, a produção era de 528.694 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, passando para 2.916.960 sacos de 50 Kg. na safra 2001/02, perfazendo um crescimento de 452%. No EDR de Franca, o total da produção na safra 1994/95 foi de 1.101.304 sacos de 50 Kg. de açúcar, alcançando 2.395.500 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 2001/02, um crescimento da ordem de 118%. Para o Escritório de Desenvolvimento Rural de General Salgado, a produção saltou de 4.389 sacos de 50 Kg. para 2.320.380 sacos de açúcar de 50 Kg. entre os períodos de 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

No Escritório de Desenvolvimento Rural de Botucatu, a produção era de 1.362.577 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 1994/95, passando para 2.237.740 sacos de 50 Kg. na safra 2001/02, totalizando um crescimento de 64% e, para o EDR de Lins, o total da produção safra 1994/95 foi de 942.188 sacos de 50 Kg. de açúcar, alcançando 2.133.100 sacos de 50 Kg. de açúcar na safra 2001/02, um crescimento da ordem de 126%. Juntos a produção dos EDRs de São João da Boa Vista, Campinas, Votuporanga, Andradina, Franca, General Salgado, Botucatu e

Lins, representavam cerca de 8%, aproximadamente, na produção açucareira do Estado de São Paulo na safra 1994/95, passando a ser de 9% na safra de 2001/02.

Os demais EDRs que apresentavam produção de açúcar no território paulista eram Dracena, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Sorocaba e Tupã, que representavam 2% da produção de açúcar nas safras de 1994/95 e 2001/02, respectivamente (gráfico 5). Entretanto, quatorze Escritórios de Desenvolvimento Rural paulistas não apresentaram produção de açúcar nas safras 1994/95 e 2001/02, que foram, a saber, os EDRs. de Avaré, Bauru, Bragança Paulista, Fernandópolis, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jales, Marília, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, Registro, São José do Rio Preto e São Paulo.

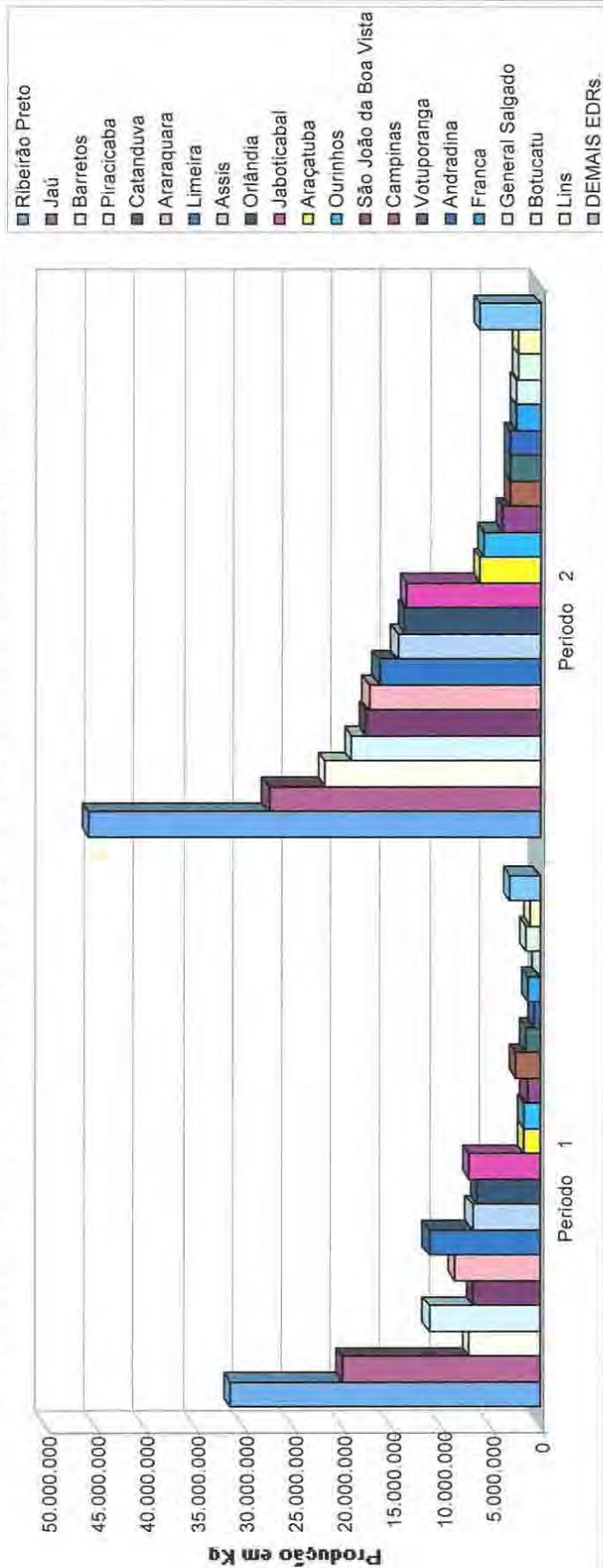
Quanto à produção de álcool (total), o EDR de Ourinhos também apresentou a 12ª posição entre os Escritórios de Desenvolvimento Rural paulistas. Neste total, estão englobados os dados sobre a produção de álcool anidro e álcool hidratado. Na área canavieira de Ourinhos, prevalece a produção de álcool hidratado, utilizado como combustível. Torna-se necessário, neste momento, distinguir qual a origem do álcool hidratado e do álcool anidro.

Conforme salienta MANNARELLI FILHO (2002, p. 57 - 58),

“o álcool hidratado é utilizado basicamente para acionar os veículos movidos 100% com álcool, tem uma especificação técnica, com um teor alcoólico que vai de 92,6°C a 93,6°C; teve seus preços controlados e fixados pelo governo federal, por muitos anos desde a criação do PROALCOOL até fins de 1999. O **álcool anidro** é misturado à gasolina como aditivo para aumentar seu poder de combustão nos automóveis, substituindo outros aditivos, sendo o chumbo tetraetila, o aditivo mais utilizado no mundo, que o álcool anidro substitui. As misturas de álcool anidro com gasolina são simples de serem feitas e tecnicamente viável, basta adicionar fisicamente os dois produtos: gasolina A e álcool anidro, sem qualquer necessidade de outro procedimento técnico. As especificações do álcool anidro atingem quase que a pureza do Etanol ($C_2H_6O_{12}$), chegando a 99,9°C, ou seja, quase que um produto puro, sem água ou qualquer outro elemento, para inclusive permitir a miscibilidade com a gasolina”.

Como visto anteriormente, o álcool anidro possui reserva de mercado assegurado por lei, garantindo a mistura de 20 a 24% com a gasolina tipo A, incentivando a produção deste tipo de álcool, derivado da cana-de-açúcar, por destilarias autônomas e anexas.

Gráfico 5 - Produção de Açúcar nos Principais EDRs Paulistas - Safras 1994/95 (Período 1) e 2001/02 (Período 2)



Fonte: UNICA (2002)

No entanto, vale ressaltar que com a situação do álcool ocorre o inverso do apresentado na produção açucareira, onde houve um grande crescimento na produção entre o período inicial de estudo (safra 1994/95) e o período final (safra 2001/02). Na produção alcooleira dos Escritórios de Desenvolvimento Rural paulistas predominarão as quedas na produção (por fatores já estudados neste capítulo) para as safras de 1994/95 e 2001/02, apresentando situações de pequeno crescimento ou estagnação da produção em algumas áreas (tabela 21).

O EDR de Ourinhos se destaca na produção de álcool hidratado, utilizado para acionar veículos que são 100% a álcool. Sua produção se destaca no cenário estadual, ocupando a oitava posição entre os Escritórios de Desenvolvimento Rural, à frente de áreas canavieiras como Assis, Limeira, Piracicaba e Araçatuba. No entanto, na produção de álcool anidro, verifica-se que o EDR de Ourinhos ocupa a décima-oitava colocação entre os 20 EDRs paulistas maiores produtores, atrás de regiões como Franca, General Salgado, Lins, Andradina, Votuporanga e Dracena; além das áreas tradicionais já estudadas (Ribeirão Preto, Jaú, Barretos, Catanduva, Limeira, Piracicaba, Araraquara, Assis, Orlândia, Jaboticabal e Araçatuba). No que diz respeito à produção de álcool (total), o EDR de Ribeirão Preto ocupa a liderança no Estado de São Paulo, seguido pelos EDRs de Jaú, Barretos, Catanduva, Orlândia, Limeira, Jaboticabal, Assis, Araraquara, Piracicaba, Araçatuba e Ourinhos.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ribeirão Preto, que apresenta a maior produção alcooleira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 1.723.894 m³ de álcool, e para a safra 2001/02 a produção declinou para 1.136.564 m³ de álcool, perfazendo uma queda de 34%. No entanto, a participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado recuou de 20% para 16%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o EDR de Jaú, que apresenta a segunda maior produção alcooleira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 992.670 m³ de álcool, e para a safra 2001/02 a produção foi de 842.030 m³ de álcool, perfazendo um recuo na produção de 15%. Entretanto, a participação de produção do EDR comparada a produção total dos EDRs paulistas passou de 11,5% (valor aproximado) para 12%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Barretos, que apresenta a terceira maior produção alcooleira paulista, produziu na safra 1994/95

Tabela 21 – Produção de Alcool (Total) dos Principais Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) do Estado de São Paulo
Safras 1994 / 95, 1995 / 96, 1996 / 97, 1997 / 98, 1998 / 99, 1999 / 00, 2000 / 01, 2001 / 02.
Áreas produtoras de Alcool em volume de produção decrescente, segundo dados da Safra 2001 / 02 (M³).

EDR	ALCOOL TOTAL (EM M³)										
	1994 / 95	1995 / 96	1996 / 97	1997 / 98	1998 / 99	1999 / 00	2000 / 01	2001 / 02			
Ribeirão Preto	1.723.894	1.545.096	1.592.891	1.688.296	1.529.798	1.353.435	1.066.489	1.136.564			
Jaú	992.670	907.832	1.019.711	1.006.930	968.914	886.127	730.075	842.030			
Barretos	681.132	690.620	835.962	859.424	818.899	842.712	560.503	592.946			
Catanduva	514.434	522.296	545.844	642.430	642.103	562.990	494.447	518.179			
Orlândia	520.058	485.195	618.636	651.689	533.689	535.886	411.918	437.888			
Limeira	655.154	590.388	611.637	633.279	653.061	548.063	401.308	437.323			
Jaboticabal	527.151	453.880	490.172	518.320	503.541	431.949	389.750	416.927			
Assis	408.975	408.566	423.089	464.453	458.613	471.456	340.930	412.100			
Araraquara	451.492	391.872	438.493	412.648	415.065	379.011	328.376	356.596			
Piracicaba	444.872	375.758	436.719	431.246	442.268	371.964	283.734	342.624			
Araçatuba	278.019	273.010	384.949	383.241	348.226	352.799	239.009	235.709			
Ourinhos	168.396	182.234	200.164	203.895	177.525	193.149	150.078	171.896			
Andradina	150.218	151.013	153.714	163.565	174.634	179.979	115.994	171.710			
Franca	42.308	64.003	75.407	80.910	75.778	81.895	112.252	143.339			
General Salgado	124.884	114.203	143.934	196.061	196.560	216.662	128.424	136.359			
Lins	163.840	152.247	165.781	170.228	148.006	168.342	113.146	115.083			
Dracena	85.101	93.604	93.847	136.157	137.008	116.723	89.029	97.894			
Tupã	82.740	90.027	93.379	97.481	96.547	112.238	68.301	78.469			
Votuporanga	78.002	72.886	100.240	115.100	69.766	74.834	62.208	78.144			
Mogi Mirim	57.338	49.390	55.107	78.314	54.654	57.872	49.530	49.488			
DEMAIS EDRs ³⁰	474.451	448.133	496.917	562.861	591.189	507.888	303.612	353.630			
ESTADO	8.625.129	8.062.253	8.976.593	9.496.528	9.035.844	8.445.974	6.439.113	7.124.898			

Fonte: adaptado de UNICA. Informação UNICA – São Paulo: UNICA, ano 5, nº 47 – Maio / Junho de 2002 e usinas do EDR de Ourinhos.

³⁰ Os dados relacionados aos demais EDRs na produção alcooleira do Estado de São Paulo, incluem os EDRs de Bauru, Botucatu, Fernandópolis, Itapetininga, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto e Sorocaba.

um total de 681.132 m³ de álcool, e no resultado final da safra 2001/02 a produção atingiu 592.946 m³ de álcool, perfazendo uma queda de 13% na produção. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado permaneceu em 8%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Já o EDR de Catanduva, que apresenta a quarta maior produção alcooleira paulista, apresentou produção de 514.343 m³ de álcool na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção foi de 518.179 m³ de álcool, totalizando um crescimento de 1% (valor aproximado). A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado passou de 6% para 7%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Orlândia, que apresenta a quinta maior produção alcooleira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 520.058 m³ de álcool, e para a safra 2001/02 a produção recuou para 437.888 m³ de álcool, perfazendo uma queda de 16%. Apesar disso, a participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado se manteve em 6%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o EDR de Limeira, que apresenta a sexta maior produção alcooleira paulista, apresentou produção de 655.154 m³ de álcool na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção recuou para 437.323 m³ de álcool, perfazendo uma queda na produção de 33%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado recuou de 8% na safra 1994/95 para 6% na safra 2001/02.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jaboticabal, que apresenta a sétima maior produção alcooleira paulista, produziu na safra 1994/95 um total de 527.151 m³ de álcool, e no resultado final da safra 2001/02 a produção atingiu 416.927 m³ de álcool, perfazendo um recuo de 21% na produção. A participação de produção do EDR comparada a produção total dos EDRs paulistas se manteve em 6%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o EDR de Assis, que apresenta a oitava maior produção alcooleira paulista, a produção na safra 1994/95 foi de 408.975 m³ de álcool, e para a safra 2001/02 a produção alcançou 412.100 m³ de álcool, perfazendo um crescimento de aproximadamente 1%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado cresceu de 5% para 6%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Já o EDR de Araraquara, que apresenta a nona maior produção alcooleira paulista, produziu 451.492 m³ de álcool na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção foi de 356.596 m³ de álcool, totalizando uma queda de 21% na produção. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado permaneceu em 5% nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

No EDR de Piracicaba, que apresenta a décima maior produção alcooleira paulista, apresentou produção de 444.872 m³ de álcool na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção foi de 342.624 m³ de álcool, totalizando um recuo de 23%. Contudo, a participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado se manteve em 5%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Araçatuba, que apresenta a décima-primeira colocação entre os EDRs com maior produção alcooleira no Estado de São Paulo, produziu 278.019 m³ de álcool na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção caiu para 235.709 m³ de álcool, totalizando uma queda de 15%. A participação de produção do EDR comparada a produção obtida no Estado se manteve em 3%, nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

O EDR de Ourinhos, que apresenta a décima-segunda posição entre os EDRs com maior produção alcooleira no Estado de São Paulo, e que se constitui no objeto de estudo, teve produção de 168.396 m³ de álcool na safra 1994/95, e para a safra 2001/02 a produção alcançou 171.896 m³ de álcool, perfazendo um crescimento de 2%. A participação de produção do EDR de Ourinhos comparada a produção obtida no Estado cresceu de 2% para 2,5% (valor aproximado), nas safras 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Para o Escritório de Desenvolvimento Rural de Andradina, a produção era de 150.218 m³ de álcool na safra 1994/95, passando para 171.710 m³ de álcool na safra 2001/02, totalizando um crescimento de 14%. No EDR de Franca, o total da produção safra 1994/95 foi de 42.308 m³ de álcool, alcançando 143.339 m³ de álcool na safra 2001/02, um crescimento da ordem de 239%. Para o Escritório de Desenvolvimento Rural de General Salgado, a produção saltou de 124.884 m³ de álcool para 136.359 m³ de álcool, acusando um aumento de 9% entre os períodos de 1994/95 e 2001/02, respectivamente.

Já no Escritório de Desenvolvimento Rural de Lins, a produção era de 163.840 m³ de álcool na safra 1994/95, caindo para 115.083 m³ de álcool na safra 2001/02, totalizando uma queda de 30%. No EDR de Dracena, o total da produção

na safra 1994/95 foi de 85.101 m³ de álcool, alcançando 97.894 m³ de álcool na safra 2001/02, um crescimento da ordem de 15%. Para o Escritório de Desenvolvimento Rural de Tupã, a produção de álcool total foi de 82.740 m³ de álcool na safra 1994/95, caindo para 78.469 m³ de álcool na safra 2001/02, representando uma queda de 5%.

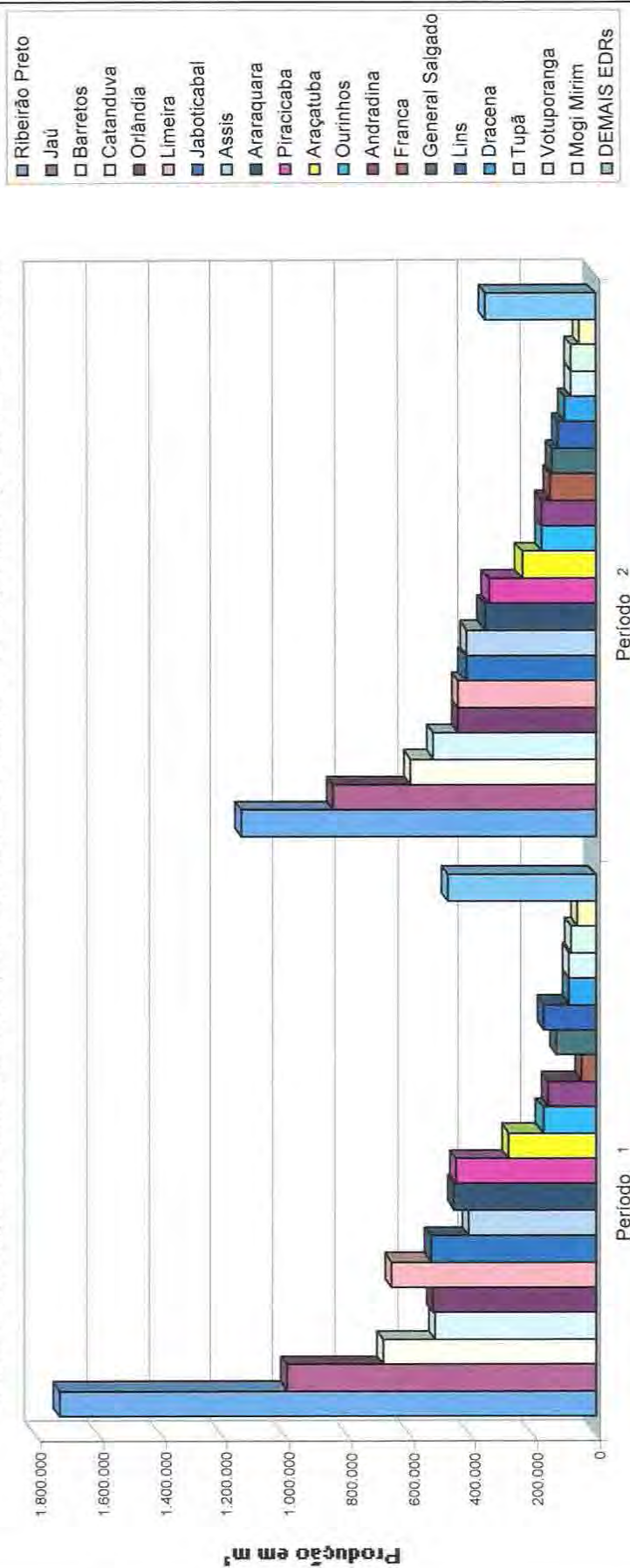
No Escritório de Desenvolvimento Rural de Votuporanga, a produção era de 78.002 m³ de álcool na safra 1994/95, passando para 78.144 m³ de álcool na safra 2001/02, permanecendo estável entre esses períodos, e para o EDR de Mogi Mirim, o total da produção safra 1994/95 foi de 57.338 m³ de álcool, apresentando queda para 49.488 m³ de álcool de açúcar na safra 2001/02, um recuo da ordem de 14% na produção. Juntos a produção dos EDRs de Andradina, Franca, General Salgado, Lins, Dracena, Tupã, Votuporanga e Mogi Mirim representavam cerca de 9%, aproximadamente, na produção alcooleira do Estado de São Paulo na safra 1994/95, passando a ser de 12,5% (valor aproximado) na safra de 2001/02.

Os demais EDRs⁵⁵ que apresentavam produção de álcool no território paulista eram Avaré, Bauru, Botucatu, Itapetininga, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto e Sorocaba, que representavam 5,5% (valor aproximado) da produção de álcool na safra de 1994/95 e 5% no período 2001/02 (gráfico 6). Entretanto, dez Escritórios de Desenvolvimento Rural paulistas não apresentaram produção de álcool nas safras 1994/95 e 2001/02, que foram, a saber, os Escritórios de Desenvolvimento Rural de Bragança Paulista, Campinas, Guaratinguetá, Itapeva, Jales, Marília, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, Registro e São Paulo.

Para se concluir este estudo, pode-se verificar que existem distorções nas posições entre os Escritórios de Desenvolvimento Rural, quanto à produção de açúcar e álcool, sendo que alguns desses EDRs, por motivos de incentivos ou políticas de estímulos locais ou públicas, passam a se destacar mais em produzir açúcar (onde as situações mais evidentes são os EDRs de Piracicaba e Araraquara), ou álcool (onde se destacam os EDRs de Catanduva, Orlândia e Jaboticabal). Isso se refere não somente nos dados de produção que cada área totaliza, mas na posição que ela assume em comparação com os demais EDRs do

⁵⁵ O EDR de Campinas não apresentou produção nas safras de 1994/95 e 2001/02. Porém, ao consultar os dados de produção de álcool nas safras de 1996/97, 1997/98, 1998/99 e 1999/00, que foram 1.688, 4.299, 8.817 e 6.449 M³ de álcool para as respectivas safras (nota do autor).

Gráfico 6 - Produção de Álcool nos Principais EDRs Paulistas - Safras 1994/95 (Período 1) e 2001/02 (Período 2)



Fonte: UNICA (2002)

Estado na produção sucroalcooleira.

Existem, no entanto, alguns EDRs, que mantêm a mesma posição, tanto na produção de açúcar quanto na produção de álcool, como ocorre nos Escritórios de Desenvolvimento Rural de Ribeirão Preto, Jaú, Barretos, Assis, Araçatuba e Ourinhos. No caso específico de Ourinhos, os dados da produção de cana-de-açúcar (tabela 2) projetam a área do EDR como a 12ª área em volume de produção, coincidindo com a produção de açúcar e álcool (como visto). Cumpre conhecer mais intimamente como está distribuída a produção canavieira nos municípios do EDR de Ourinhos, para posteriormente se privilegiar as agroindústrias sucroalcooleiras locais (capítulo 4), que são as responsáveis pela inserção deste EDR na produção sucroalcooleira paulista.

Contudo, ao se inteirar sobre as políticas públicas adotadas no Brasil para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro e seus impactos para a o EDR de Ourinhos, será de fundamental importância destacar a existência de um centro de coleta e distribuição de álcool e combustíveis, que se constitui no município de Ourinhos (figura 21).

Segundo BRAY (1985) *apud* FERREIRA (1987, p. 3), para a delimitação da Região Canavieira de Catanduva, foi fundamental a existência de um posto de armazenamento de álcool, com capacidade de 10.000 m³, no município de Santa Adélia, para onde converge todo o álcool produzido pelas usinas e destilarias da região.

Em seu trabalho, FERREIRA (1987, p. 7), destaca a importância de Ourinhos, ao citar que

“os depósitos de álcool estão interligados ao sistema rodo-ferroviário do Estado, ora ficando mais próximo da área produtora, como Pradópolis e Ourinhos, ora junto a importantes outras regionais, como São José do Rio Preto e Bauru, condicionados ao abastecimento de gasolina, diesel e diesel carburante” .

O Interesse das distribuidoras de combustíveis por Ourinhos é a localização estratégica. Situado na divisa com o Estado do Paraná, apresenta interligação ferroviária da América Latina Logística do Brasil S.A. (ALL) com as regiões Sul (especialmente no denominado “Corredor do MERCOSUL”, que compreende o percurso São Paulo/Porto Alegre) e Central do país (figura 22) e a interligação das rodovias Orlando Quagliato (SP–327), Raposo Tavares (SP–270) e Transbrasiliana

(BR-153), integrando-a a todas as regiões brasileiras e, em especial, ao grande mercado consumidor do Sudeste do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro (figura 23).

A América Latina Logística do Brasil S.A. (ALL), denominada anteriormente de Ferrovia Sul Atlântico S.A., obteve a concessão da Malha Sul pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., no leilão realizado em 13/12/96, com uma malha ferroviária de 6.586 Km. de extensão. A outorga desta concessão foi efetivada por Decreto Presidencial de 21/02/97, publicado no Diário Oficial da União em 24/02/97. A empresa iniciou a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas em 1º de março de 1997.

A concessão ferroviária compreendia as áreas abrangidas pelas Superintendências Regionais de Curitiba e Porto Alegre da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que se estendem pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Superintendência Regional – 5 é a sucessora da Rede Viação Paraná/Santa Catarina (RVPSC) e a Superintendência Regional SR – 6 sucede a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), incorporadas pela RFFSA, em 1957 e 1959, respectivamente, constituindo-se, inicialmente em duas unidades operacionais, mantendo suas identidades. A malha ferroviária possui conexão com outras importantes ferrovias, sendo que elas estão em Pinhalzinho (PR) com a FERROBAN (Ferrovias Bandeirantes S.A.) e Ourinhos (SP), com o trecho paulista administrado pela ALL (a malha ferroviária da FEPASA foi administrada pela FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A. a partir de 1999, concedendo jurisdição para a ALL no trecho entre Rubião Júnior, em Botucatu até Presidente Epitácio).

A Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), criada pelo governo do Estado de São Paulo em 1971, sendo uma fusão e centralização administrativa, numa única instituição, das cinco ferrovias estatais sob o seu controle, que eram a Estrada de Ferro Araraquara, a Estrada de Ferro São Paulo–Minas, a Estrada de Ferro Sorocabana, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que transportavam cargas e passageiros. Apesar de vultosos investimentos na qualificação de seus funcionários e da ótima qualidade de suas vias e de seu material rodante, a empresa não se tornou competitiva, perdendo espaço no transporte de cargas e de passageiros para o modal rodoviário (incentivado pelas políticas públicas que privilegiavam o sistema de transportes

FIGURA 21 - CAPACIDADE DE TANCAGEM DE ÁLCOOL ANIDRO E HIDRATADO DAS DISTRIBUIDORAS DE PETRÓLEO DO ESTADO DE SÃO PAULO

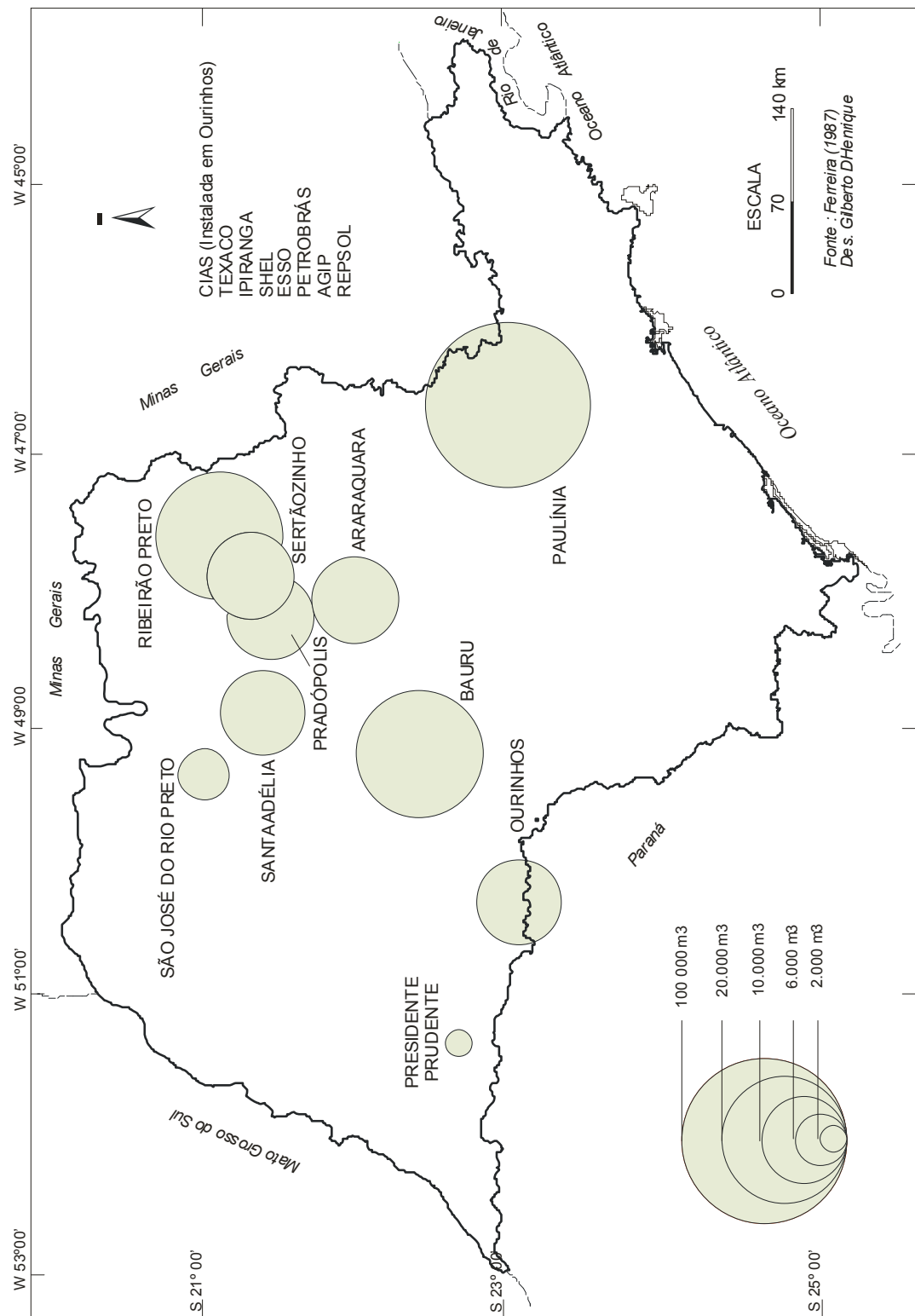
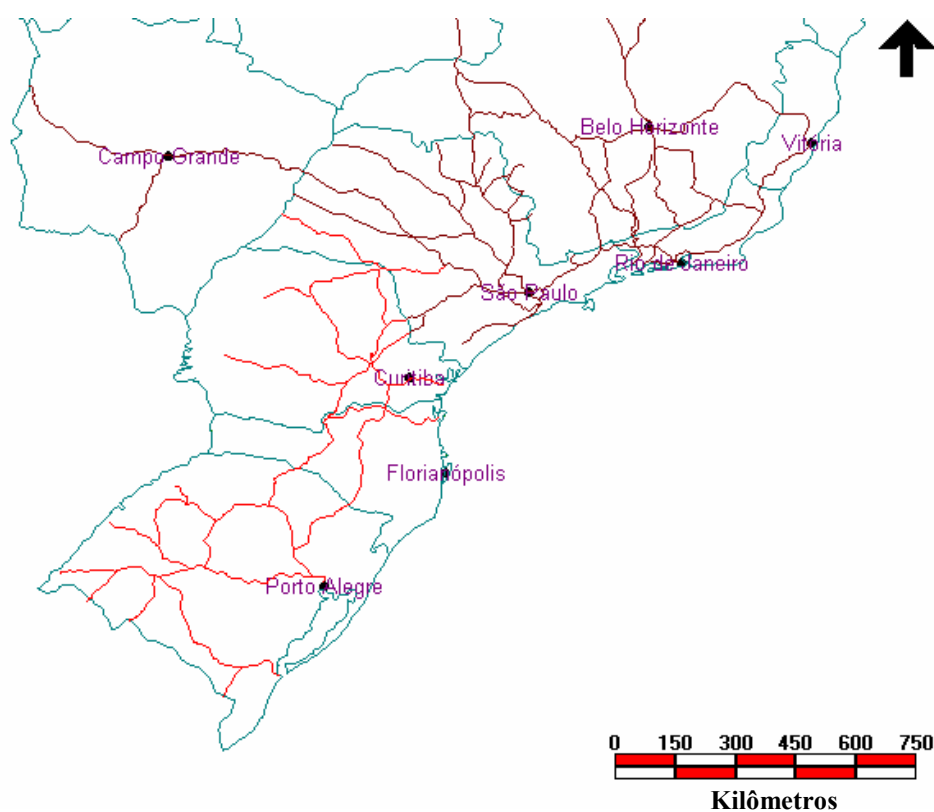


FIGURA 22: – MALHA FERROVIÁRIA DA ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA – NA REGIÃO SUL E SUDESTE DO BRASIL

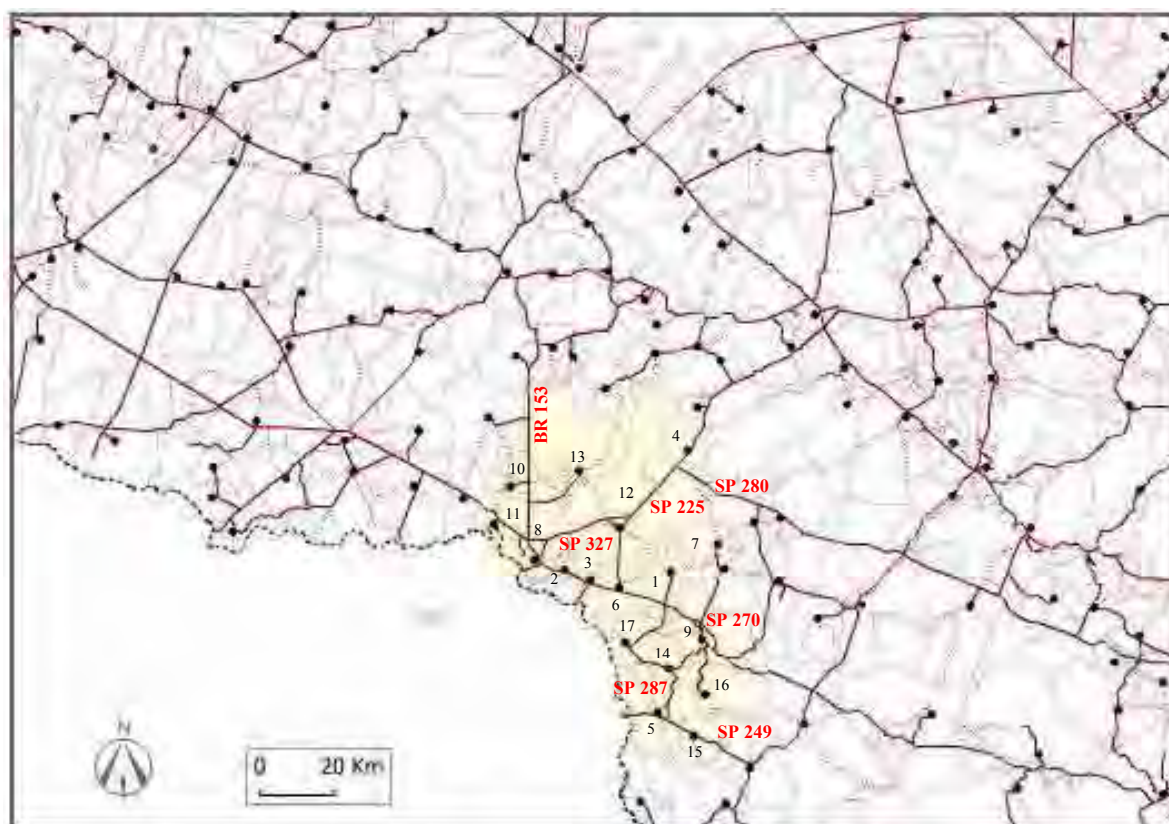


Fonte: GISMAPS (2003)

Legenda

- Malha Ferroviária da América Latina Logística (ALL)
- Demais Malhas Ferroviárias
- Limites Estaduais

ORGAN.: Reinaldo L. Selani
DES.: Franco F. Oliveira

FIGURA 23 – PRINCIPAIS RODOVIAS DO EDR DE OURINHOS

Fonte: FAZANO (2003)

- Limites Estaduais
- Limites Municipais
- Rodovias Principais
- Rodovias Secundárias
- Sedes de Município
- Municípios do EDR de Ourinhos

Principais Rodovias

BR 153 – Rodovia Transbrasiliana
 SP 270 – Rodovia Raposo Tavares
 SP 280 – Rodovia Pres. Castello Branco
 SP 225 – Rodovia Eng.º João Baptista Cabral Rennó
 SP 327 – Rodovia Orlando Quagliato
 SP 287 – Rodovia Eng.º Thomaz Magalhães
 SP 249 – Rodovia Alfredo de Oliveira Carvalho

Municípios Pertencentes ao EDR de Ourinhos

- 1 – Bernardino de Campos
- 2 – Canitar
- 3 – Chavantes
- 4 – Espírito Santa do Turvo
- 5 – Fartura
- 6 – Ipaussu
- 7 – Óleo
- 8 – Ourinhos
- 9 – Piraju
- 10 – Ribeirão do Sul
- 11 – Salto Grande
- 12 – Santa Cruz do Rio Pardo
- 13 – São Pedro do Turvo
- 14 – Sarutaiá
- 15 – Taguaí
- 16 – Tejupá
- 17 – Timburi

ORGAN.: Reinaldo L. Selani
 DES.: Franco F. Oliveira

rodoviários), podendo se atribuir a esse fato gestões inadequadas de recursos e potencialidades.

Em 1998, visando à redução do déficit do Estado, o governo paulista transfere a FEPASA para o governo federal, que acaba sendo incorporada à RFFSA, passando a se denominar Malha Paulista, sendo incluída no Plano de Desestatização, onde a exploração desta malha ferroviária é transferida à FERROBAN⁵⁶, que em 1º de janeiro de 1999 assume a gestão e exploração comercial das linhas e remanescentes da antiga Ferrovia Paulista S.A. A partir desta data a Malha Paulista passa a apresentar circulação de trens de carga (cargueiros) das concessionárias FERRONORTE (entre Santa Fé do Sul e Santos) e da ALL, que opera, sobretudo, a linha-tronco da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, onde estão localizados alguns municípios (tendo sua origem e desenvolvimento ligados à ferrovia) do EDR de Ourinhos (figura 5).

Segundo informações da América Latina Logística do Brasil S.A. (ALL), existem em Ourinhos dois centros coletores de combustíveis. Um é de Propriedade da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A., que possui capacidade de tancagem de 20.000 m³ (composta de quatro tanques com capacidade de 5.000 m³ cada), e que possui uma logística de distribuição para abastecer a região Sul do Brasil (figura 30). Segundo CUNHA (2003), a empresa Petrobrás Distribuidora S.A comercializa 22,6% da produção de álcool anidro e 18,8% da produção de álcool hidratado no mercado interno de álcool brasileiro.

A PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. possui em sua infra-estrutura de distribuição de álcool (logística) oito centros coletores, que são, a saber, Brasília (no Distrito Federal), Sertãozinho, Araraquara, Santa Adélia, Paulínia, Bauru e Ourinhos (no Estado de São Paulo), e Londrina (no Estado do Paraná). Os centros coletores são instalações localizadas próximo às unidades produtoras, recebendo o álcool pelo modal rodoviário e expedindo-o pelo modal ferroviário para o terminal ferroviário de Paulínia ou para as bases de distribuição, podendo atingir os portos de Paranaguá, no Estado do Paraná, e Santos, no Estado de São Paulo.

No trabalho de CUNHA (2003) há o destaque do transporte de combustíveis por transferência ferroviária, cujo exemplo dado é o transporte de álcool entre

⁵⁶ Em 4 de março de 2002 foi anunciada a criação de uma nova empresa ferroviária: a BRASIL FERROVIAS S.A., com o objetivo principal de promover a integração de três concessões ferroviárias: a FERRONORTE, a FERROBAN e a NOVOESTE (BRASIL FERROVIAS, 2005).

Ourinhos e o sul do Brasil (figura 24), sendo que o álcool a partir das unidades produtoras (usinas e destilarias) é realizado através da coleta rodoviária até o centro coletor, que atualmente concorre com o transporte ferroviário devido ao valor do frete praticado. A partir do centro coletor, o álcool é transportado por transferências ferroviárias (dependendo da distância e da localização da base distribuidora em relação ao centro coletor de origem), e nesse momento, ocorre a distribuição do álcool no mercado revendedor, através dos postos de combustíveis, por entrega rodoviária.

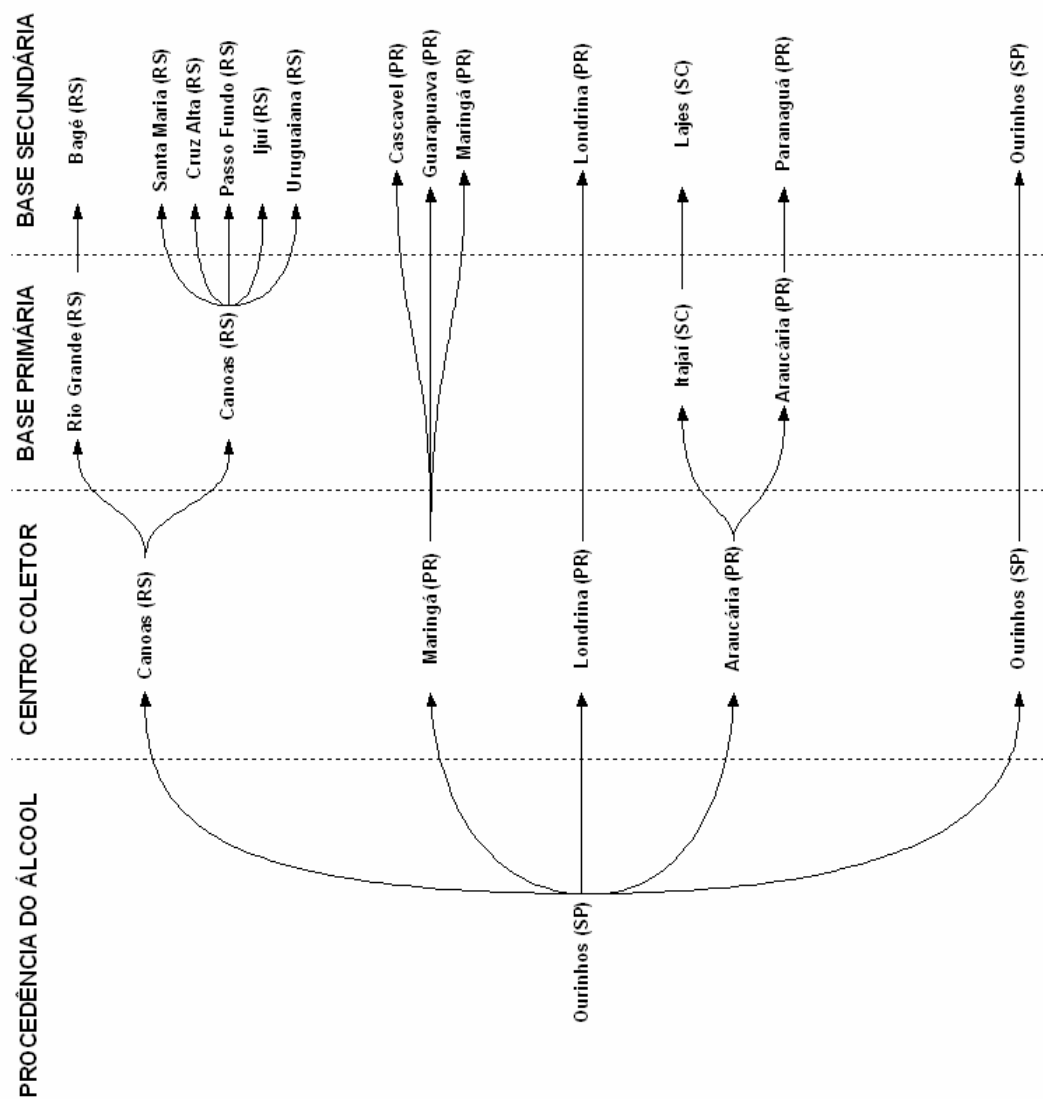
A base da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. em Ourinhos compra álcool de destilarias do Mato Grosso do Sul (distante 1.000 Km.) e de destilarias do Estado de São Paulo. Esse álcool é transportado para Ourinhos e distribuído (base distribuidora) depois para a Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e São Paulo (Jornal Debate, n. 753, p. 5, 13 ago. 1995).

O outro centro coletor, que se constitui na Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga (DPPI), é de propriedade da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (CBPI). Segundo informações da empresa, a base coletora foi fundada em 1954 e a capacidade de tancagem é de 10.000 m³, chegando a movimentar de 95.000.000 a 100.000.000 litros de combustíveis por mês.

As empresas - SHELL, IPIRANGA, ESSO, TEXACO, REPSOL, AGIP E PETROBRÁS - compram álcool de destilarias do EDR de Ourinhos, além de destilarias localizadas nos Estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse álcool é transportado até o centro coletor da Ipiranga em Ourinhos através de caminhões. Ocorre o armazenamento em tanques para posteriormente ser transportado pela ferrovia. A PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A., apesar de possuir um centro coletor próprio, também utiliza a base da Ipiranga como ponto de apoio na distribuição de combustível no EDR (postos de combustíveis).

A distribuição de combustíveis através da malha ferroviária tem como ponto estratégico as bases de distribuição localizadas na cidade de Ourinhos, pois segundo a ALL e a DPPI – Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, todo o combustível que se destina à região Sul do Brasil, tem que passar obrigatoriamente por esta cidade, que é beneficiada com a arrecadação do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e outros Serviços). Este imposto foi recolhido nas bases distribuidoras até 1995, quando o governo estadual decidiu regulamentar lei que estabeleceu que o ICMS seria retido na refinaria de Paulínia (tática da PETROBRÁS

FIGURA 24 - A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DE ÁLCOOL E DERIVADOS DO PETRÓLEO DA PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. POR TRÁNSFERÊNCIA FERROVIÁRIA, A PARTIR DE OURINHOS (SP).



Fonte: THOMAZ JUNIOR, (1996)
CUNHA, Fernando. A logística Atual das Distribuidoras e a Infra-Estrutura para a Exportação de Álcool. Petrobrás Distribuidora, 2003.

para agregar valor ao álcool produzido nas unidades produtoras, através do valor de compra e venda do produto no mercado revendedor), levando ao recuo da arrecadação proveniente da distribuição do álcool⁵⁷.

A desregulamentação dos combustíveis, a partir de 1996, acarretou perda de transporte desse produto para os modais rodoviários, que apresentam fretes mais baratos, além de construção de polidutos pela PETROBRÁS. Para tanto, o volume de produção transportada será definida pela competitividade da ferrovia, que por sua vez, depende do valor da tarifa praticada.

Como exemplo, ilustra-se outro importante produto do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos, o açúcar. A ALL também transportava açúcar (pelo terminal de cargas de Ourinhos), chegando a ocupar trinta vagões do produto por dia, até o final de 2003. Em 2004, não houve acordo com relação ao valor do frete sobre a carga transportada, e o açúcar deixou de ser transportado através da ferrovia.

3.6. A Produção de Cana-de-Açúcar nos Municípios do EDR de Ourinhos no período 1990/91 a 2002/03

O EDR de Ourinhos possui produção de cana-de-açúcar bastante diferenciada para cada município, sendo que, neste momento, torna-se necessário um diagnóstico sobre a produção canavieira para se conhecer os municípios que mais se destacam nessa cultura (tabela 22).

Tomando-se por base o EDR de Ourinhos, a área plantada com cana-de-açúcar foi de 40.024 hectares na safra de 1990/91, obtendo uma produção de 3.031.640 toneladas, totalizando um rendimento de 76 toneladas por hectare.

Os municípios que apresentaram as maiores produções em toneladas na safra 1990/91 foram Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes, Ourinhos, Ipaussu e São Pedro do Turvo. Quanto ao rendimento, expresso em toneladas por hectares, os municípios de Bernardino de Campos e Taguaí, apresentaram 81 toneladas por

⁵⁷ Em 1994, o município de Ourinhos estava entre os 35 municípios paulistas com a maior arrecadação de ICMS, sendo superior a de municípios como Marília, que possui o dobro da população e um parque industrial muito mais expressivo. Isso porque, até 1995, todo o álcool proveniente das unidades produtoras do EDR de Ourinhos, de outras áreas produtoras do Estado e até de outros Estados (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná) eram faturados em Ourinhos e não no município de origem da produção do álcool. (informações obtidas em consultas ao Jornal Debate. Jornal Debate, n. 753, p. 5, 13 ago. 1995/Jornal Debate, n. 838, p. 5, 4 mai. 1997/Jornal Debate, n. 897, p. 5, 21 jun. 1998).

Tabela 22 – Produção de Cana-de-Açúcar nos Municípios do EDR de Ourinhos – Safras 1990 / 91 a 2002 / 03 (em hectares)

Município	PRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR POR PERÍODOS (SAFRAS)					
	1990 / 91			1995 / 96		
	Área (hectares)	Produção (toneladas)	Rendimento (toneladas / hectares)	Área (hectares)	Produção (toneladas)	Rendimento (toneladas / hectares)
Bernardino de Campos	1.400	113.400	81	2.950	236.000	80
Canitar	—	—	—	2.100	168.000	80
Chavantes	7.000	560.000	80	7.000	560.000	80
Espírito Santo do Turvo	—	—	—	3.800	228.000	60
Fartura	30	1.950	65	60	3.900	65
Ipaussu	7.200	504.000	70	9.400	658.000	70
Óleo	60	4.800	80	160	13.600	85
Ourinhos	6.600	528.000	80	9.000	810.000	90
Piraju	100	7.900	79	320	22.400	70
Ribeirão do Sul	394	31.520	80	330	26.400	80
Salto Grande	950	57.000	60	1.300	130.000	100
Santa Cruz do Rio Pardo	12.100	968.000	80	18.000	1.360.000	76
São Pedro do Turvo	4.000	240.000	60	6.000	360.000	60
Sarutalá	100	7.900	79	250	15.000	60
Taguaí	30	2.430	81	50	3.000	60
Tejupá	60	4.740	79	70	4.300	61
Timburi	0	0	0	200	16.000	80
TOTAL	40.024	3.031.640	76	60.990	4.614.600	76
				57.650	4.597.840	80

Fonte: IBGE (Censos de 1980 e 1985) / Produção Agrícola Municipal (PAM), Período de 1990 à 2000.

Site consultado: www.sidra.ibge.gov.br (acesso realizado em 06 / 03 / 04)

hectare; e Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul e Santa Cruz do Rio Pardo obtiveram rendimento de 80 toneladas por hectare (tabela 22).

Na safra 1995/96, a área cultivada com a cana-de-açúcar no EDR se elevou para 60.990 hectares, representando um aumento de 52% sobre a safra 1990/91 (40.024 hectares), decorrendo na produção de 4.614.600 toneladas de cana (também apresentando 52% de aumento na produção em relação à safra 1990/91), mantendo com isso o rendimento da cultura canavieira em 76 toneladas de cana-de-açúcar por hectare em comparação com o período 1990/91.

Os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos, Ipaussu, Chavantes e São Pedro do Turvo se destacaram na produção de cana-de-açúcar (expresso em toneladas) na safra 1995/96. Quanto ao rendimento, o município de Salto Grande obteve 100 toneladas por hectare de cana-de-açúcar (o maior rendimento obtido no período estudado, que compreende as safras 1990/91, 1995/96 e 2002/03), seguido por Ourinhos, com rendimento de 90 toneladas por hectare, Óleo, com 85 toneladas por hectare; e Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes e Ribeirão do Sul, que apresentaram rendimentos na cultura canavieira de 80 toneladas por hectare (tabela 22).

No período 2002/03, a área ocupada com cana-de-açúcar no EDR de Ourinhos apresentou queda de 5,5%, passando de 60.990 para 57.650 hectares, nos períodos de 1995/96 e 2002/03, respectivamente. Entretanto, houve crescimento do rendimento na cultura canavieira na safra 2002/03, passando de 76 toneladas, obtidas nas safras de 1990/91 e 1995/96, para 80 toneladas de cana-de-açúcar por hectare (crescimento de 5%), perfazendo um total de 4.597.840 toneladas de cana.

Os municípios que apresentaram as maiores produções canavieiras (expresso em toneladas) na safra 2002/03 foram Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos, Ipaussu, Chavantes e São Pedro do Turvo. No que diz respeito ao rendimento da cultura da cana-de-açúcar, o município de Espírito Santo do Turvo; seguido por Santa Cruz do Rio Pardo, com 90 toneladas por hectare; Ourinhos, com rendimento de 85 toneladas por hectare; Óleo, com 81 toneladas por hectare; e Bernardino de Campos, Salto Grande e Timburi, ambos com 80 toneladas de cana-de-açúcar por hectare (tabela 22).

O EDR de Ourinhos apresentou um período de crescimento na área cultivada e na produção entre as safras de 1990/91 e 1995/96, mantendo o mesmo

rendimento na cultura canavieira nos dois períodos estudados. Porém, na safra 2002/03, há uma retração na área cultivada com cana, mas há um crescimento do rendimento da cana-de-açúcar, o que pode significar ganhos de produtividade por parte de um melhor investimento de recursos em tecnologia e insumos para o desenvolvimento desta cultura, fator este que vem acompanhando as tendências das principais áreas canavieiras do Estado de São Paulo e do Centro-Sul do Brasil.

Utilizando-se da classificação proposta por FERREIRA (1988, p. 156–157), que enquadra os municípios por área de cultivo, encontrar-se-á a seguinte situação por safras (figura 25):

- I. SAFRA 1990/91: destacava-se apenas um município com produção superior a 10.000 hectares de produção canavieira, que era Santa Cruz do Rio Pardo (12.100 hectares). Entre o intervalo de 5.001 a 10.000 hectares, situavam-se três municípios que eram, pela ordem, Ipaussu (7.200 hectares), seguido por Chavantes (7.000 hectares) e Ourinhos (6.600 hectares). Entre 1.001 e 5.000 hectares, encontravam-se dois municípios, que eram representados por São Pedro do Turvo (4.000 hectares) e por Bernardino de Campos (1.400 hectares). Com área inferior a 1.000 hectares, existiam oito municípios, que eram, a saber, Salto Grande (950 hectares), Ribeirão do Sul (394 hectares), Piraju e Sarutaiá (ambos com 100 hectares cada um), Óleo e Tejupá (cada município apresenta 60 hectares de área cultivada com cana-de-açúcar) e Fartura e Taguaí (com 30 hectares de cana-de-açúcar cultivada em cada município). O município de Timburi não apresentou produção de cana-de-açúcar para o período 1990/91. Durante este momento, os municípios de Canitar e Espírito Santo do Turvo apresentam dados de produção inseridos aos municípios dos quais se desmembraram, que são Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo, respectivamente.
- II. SAFRA 1995/96: existia apenas um município com produção superior a 10.000 hectares de produção canavieira, que era Santa Cruz do Rio Pardo (18.000 hectares). Entre o intervalo de 5.001 a 10.000 hectares, encontravam-se quatro municípios que eram, pela ordem, Ipaussu (9.400 hectares), seguido por Ourinhos (9.000 hectares), Chavantes (7.000 hectares) e São Pedro do Turvo (6.000 hectares). Entre 1.001 e 5.000 hectares, encontravam-se quatro municípios, que eram representados por Espírito Santo do Turvo (3.800 hectares), Bernardino de Campos (2.950 hectares),

Canitar (2.100 hectares) e Salto Grande (1.300 hectares). Com área cultivada com cana-de-açúcar inferior a 1.000 hectares, destacavam-se oito municípios, que eram Ribeirão do Sul (330 hectares), Piraju (320 hectares), Sarutaiá (250 hectares), Timburi (com 200 hectares), Óleo (160 hectares), Tejupá (70 hectares), Fartura (com 60 hectares) e Taguaí (50 hectares).

- III. SAFRA 2002/03: destacava-se apenas um município com produção superior a 10.000 hectares de produção canavieira, que continuava a ser Santa Cruz do Rio Pardo (12.500 hectares). Entre o intervalo de 5.001 a 10.000 hectares, situavam-se quatro municípios que eram, pela ordem, Ourinhos (10.000 hectares), seguido por Ipaussu (9.400 hectares), Chavantes (7.500 hectares) e São Pedro do Turvo (6.000 hectares). Entre 1.001 e 5.000 hectares, encontravam-se cinco municípios, que eram representados por Bernardino de Campos (4.800 hectares), Canitar (2.000 hectares), Ribeirão do Sul (1.650 hectares), Salto Grande (1.400 hectares) e por Espírito Santo do Turvo (1.200 hectares). Com área inferior a 1.000 hectares, existiam seis municípios, que eram, a saber, Timburi e Piraju (que apresentavam 330 hectares de área cultivada com cana-de-açúcar cada um), Sarutaiá (190 hectares), Óleo (160 hectares), Tejupá (140 hectares de área cultivada com cana-de-açúcar) e Taguaí (com 50 hectares). O município de Fartura não apresentou produção de cana-de-açúcar para o período 2002/03.

Resumidamente, pode-se observar uma expansão dos municípios produtores de cana-de-açúcar no EDR de Ourinhos, pois na safra de 1990/91 existiam seis municípios com área plantada superior a 1.000 hectares (Santa Cruz do Rio Pardo, Ipaussu, Chavantes, Ourinhos, São Pedro do Turvo e Bernardino de Campos), passando para nove municípios na safra de 1995/96 (Santa Cruz do Rio Pardo, Ipaussu, Ourinhos, Chavantes, São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo, Bernardino de Campos, Canitar e Salto Grande) e dez municípios na safra de 2002/03 (Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos, Ipaussu, Chavantes, São Pedro do Turvo, Bernardino de Campos, Canitar, Ribeirão do Sul, Salto Grande e Espírito Santo do Turvo) (gráfico 7).

O desenvolvimento da cultura canavieira no EDR de Ourinhos, dependeu de uma série de fatores já existentes, como os solos de boa fertilidade, o clima, a proximidade do mercado consumidor, entre outros, mas sobretudo, das políticas de estímulos e incentivos realizadas pelos governos federal e estadual, principalmente

FIGURA 25: – A EVOLUÇÃO DA CULTURA CANAVIEIRA NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS – PERÍODO DE 1990 / 91

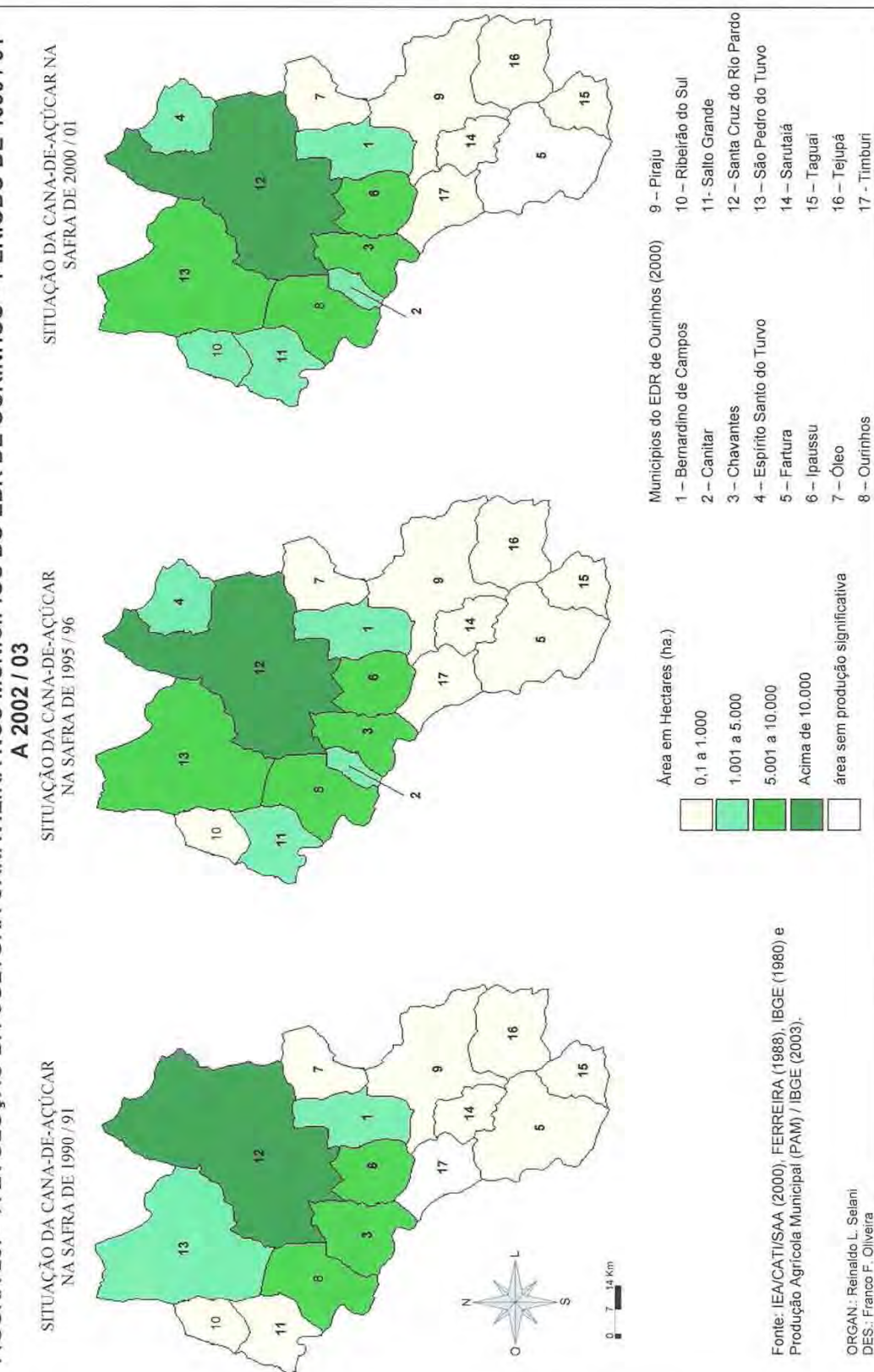
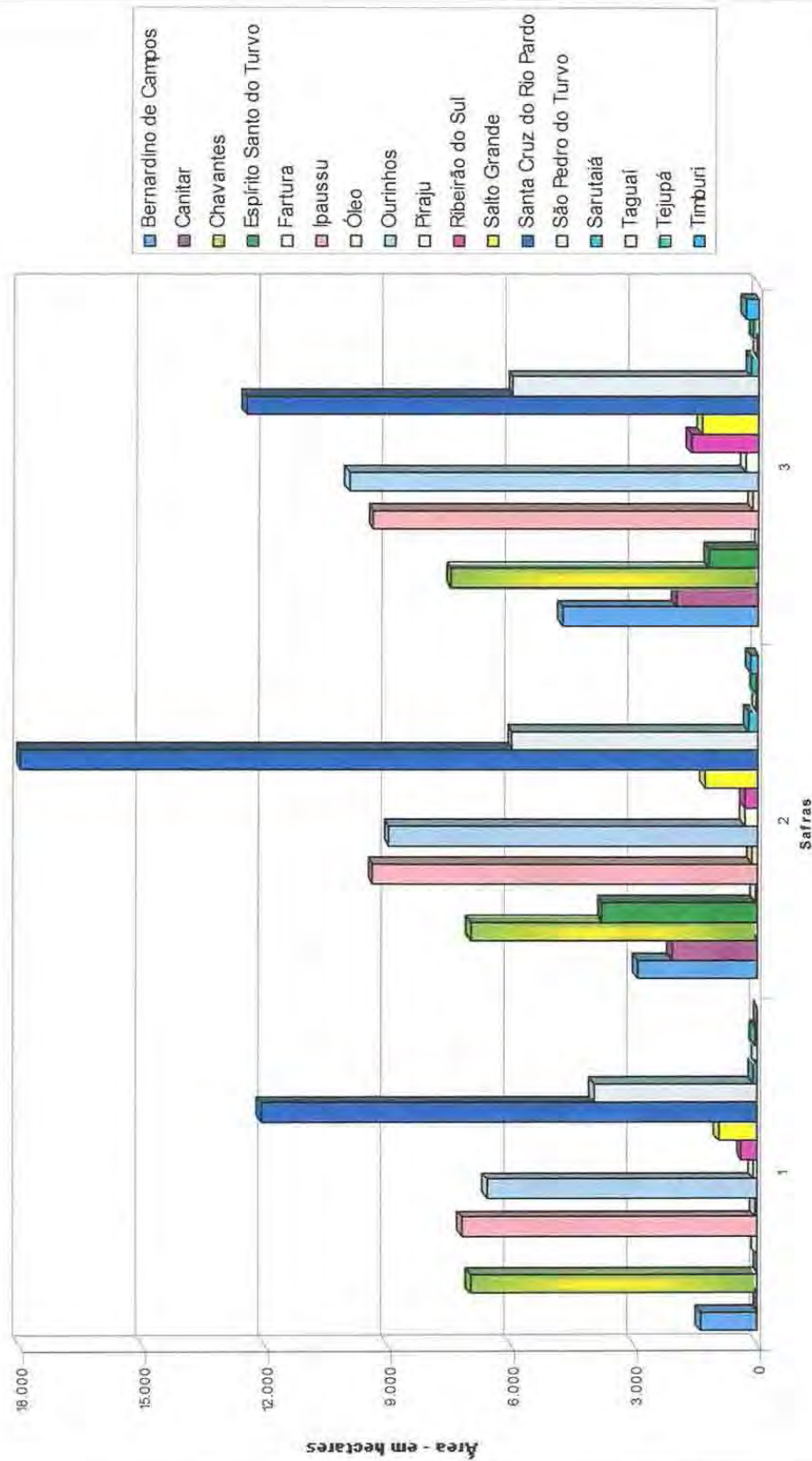


Gráfico 7 - Evolução da Área cultivada com Cana-de-Açúcar no EDR de Ourinhos - Safras 1990 / 91 (1), 1995 / 96 (2) e 2002 / 03 (3).



FONTE: Produção Agrícola Municipal (PAM) / IBGE (2003)

na época do PROÁLCOOL, privilegiando a sociedade agroindustrial em seus interesses de expandir a produção de açúcar e álcool de suas agroindústrias para suprir a necessidade do mercado consumidor brasileiro, mas também a conquista de uma importante fatia do mercado externo na comercialização desses produtos.

Conforme salienta BRAY *et al.* (2000, p. 101),

“na busca contínua da eficiência para reduzir os custos de produção, os usineiros inovam tecnologias tanto na produção da cana-de-açúcar quanto na mecanização do plantio e do corte. Na unidade industrial o processo de automação busca continuamente não só o aumento da produtividade como também uma melhor qualidade no produto final e com isso cada vez mais amplia-se a integração das áreas agrícola, industrial e comercial através de mudanças a montante e jusante da cadeia produtiva. Nesse sentido o aumento da produtividade na cadeia produtiva do setor tem levado à redução da área de cana-de-açúcar e conseqüentemente à diminuição de pequenos e médios produtores”.

Nesse sentido, os empresários do setor sucroalcooleiro local, buscando cada vez mais se adaptar aos novos rumos da economia, inovam com novas técnicas e tecnologias que causam impacto junto à cadeia de produção do açúcar e do álcool, absorvendo menor quantidade de mão-de-obra no processo e melhorando a qualidade final do produto e diversificando a produção. Estão surgindo novas tecnologias no processo industrial, controlando a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, desde sua origem no campo até sua industrialização; assim como uma nova forma de administrar a agroindústria valorizando as relações entre o empresário e o trabalhador. É evidente que tudo isso tem um custo que pesa sobre a figura do trabalhador, que devido a esses fatores, deve estar apto a participar de cursos e treinamentos, intra e extra ambiente empresarial, pois somente assim estará qualificado para se manter inserido no processo produtivo da agroindústria do setor sucroalcooleiro.

Com a globalização da economia, as áreas produtoras de cana-de-açúcar passam a se integrar cada vez mais às necessidades do modo de produção capitalista, tendo que se (re)organizarem constantemente (expansão ou retração da área cultivada dependendo da demanda do mercado e das políticas governamentais de incentivos para determinadas culturas) e o EDR de Ourinhos está integrado a este processo capitalista. Assim, os tradicionais recortes geográficos das áreas produtoras de cana-de-açúcar poderá sofrer novas alterações na área de plantio, com o possibilidade de expansão de novas áreas produtoras, abandono de outras,

segundo os interesses do capital, redesenhando um novo recorte espacial para a cultura canavieira.

4. A ORIGEM, A EVOLUÇÃO E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO PRODUTIVO DAS AGROINDÚSTRIAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO DO EDR DE OURINHOS

4.1. INTRODUÇÃO

A organização espacial a partir do interesse do setor sucroalcooleiro, também dos diferentes atores sociais que fazem parte deste processo, e o desenvolvimento de políticas que beneficiaram este setor, influenciaram de forma significativa a formação de uma área produtora de cana-de-açúcar no EDR de Ourinhos, visando o fornecimento de matéria-prima para a agroindústria local, seja para a produção de açúcar e álcool, assim como para a produção de aguardente, a fim de abastecer o mercado consumidor ou para suprir a necessidade de engarrafadoras de aguardente do EDR ou de outras áreas do Estado.

Os primórdios da produção de cana-de-açúcar para a agroindústria sucroalcooleira no EDR de Ourinhos teve início em princípios do século XX. A introdução do cultivo em grande escala ocorreu a partir da conquista e desbravamento da área compreendida pelos municípios que fazem parte do EDR, relatando-se a produção e comercialização de aguardente no município de Piraju (capítulo 2) e, mais tarde, a produção em maior escala para a fabricação de aguardente em alambiques, como o da família Pegorer, que será estudada adiante.

Vale salientar que a existência e proliferação dos alambiques em alguns municípios do EDR de Ourinhos, anteriores ao surgimento de agroindústrias sucroalcooleiras, produtoras de açúcar e álcool, ainda no início do século XX, foram as responsáveis pelo surgimento de usinas e destilarias, como o caso da família Quagliato, que inicialmente se dedicaram à produção de aguardente em um alambique, e depois conseguindo cotas para a produção de açúcar, desativaram-no e implantaram uma usina no local.

Segundo BRAY (1980, p. 280),

“no estudo do processo de formação de um domínio canavieiro recente, como o do Vale do Paranapanema (onde está inserida geograficamente o EDR de Ourinhos), além da existência de condições naturais favoráveis,

maior proximidade do mercado consumidor, ainda a existência de grandes propriedades, que deram origem às agroindústrias de açúcar e álcool (várias delas já possuíam alambiques e engenhocas). Todos esses fatores reunidos não teriam sido suficientes para o surgimento das agroindústrias canavieiras, se não tivesse ocorrido uma política de estímulos e incentivos, do Instituto do Açúcar e do Alcool, através do PROÁLCOOL (1975) e esses não tivessem sido respondidos pelas condições existentes e interessados”.

Antes, porém, de se analisar as origens dos principais empreendimentos do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos (usinas e destilarias), a evolução da produção sucroalcooleira e as principais inovações tecnológicas, torna-se necessário destacar a existência de atores geográficos que influenciaram na formação do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, como os alambiques, as fábricas de aguardente e a existência de uma agroindústria produtora de açúcar mascavo (que apresenta um produto certificado pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural/IBD), que se utilizam da cana-de-açúcar como matéria-prima para sua produção.

4.2. As Produções Aguardenteira e de Açúcar Mascavo no EDR de Ourinhos

BRAY (1980, p. 48) destaca a existência de um setor alambiqueiro em Palmital, na área que compreende o Vale do Paranapanema. Perante pesquisa realizada nesta área, observa-se que existe mais de uma dezena de alambiques situados no EDR de Ourinhos, sendo bastante dispersos por este território. A atividade ocorre dentro da informalidade, baseado nas tradições dos antepassados.

Segundo dados do Sistema Agroindustrial Integrado (SAI)/SEBRAE (2004), são quinze as agroindústrias de aguardente (que utiliza a cana-de-açúcar como matéria prima) neste EDR que se encontram em produção, mas treze encontram-se na informalidade segundo a legislação do setor. Os alambiques ou engenhocas de cachaça estão 100% localizadas na área rural e compõem renda familiar juntamente com leite, estufa e lavoura (milho e café, principalmente). Produzem juntas, o equivalente a 18.000 litros/mês de aguardente (correspondendo a 15% da produção de aguardente nos alambiques do EDR de Ourinhos, que é de 120.000 litros/mês), onde a safra compreende o período de abril a dezembro.

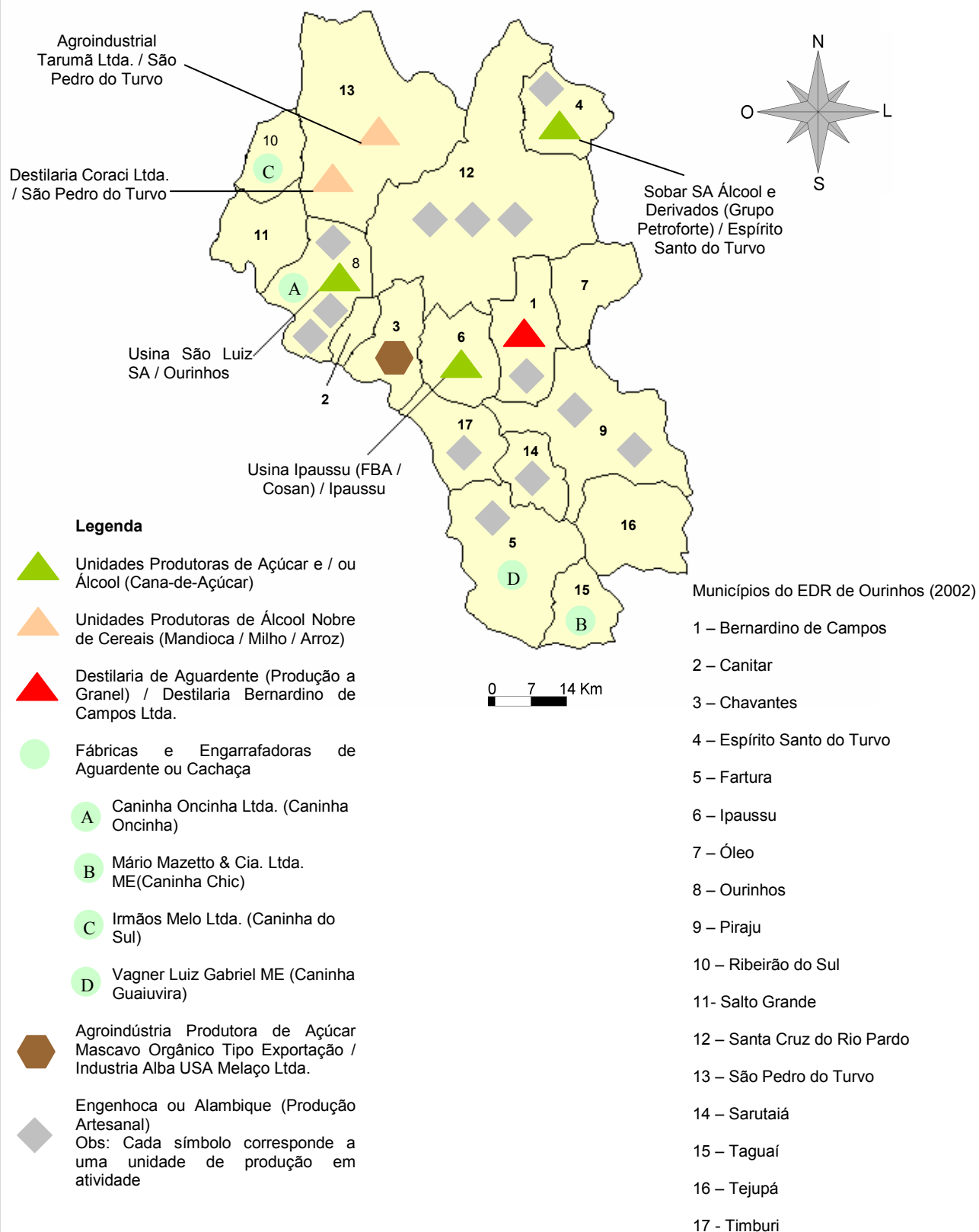
De um modo geral, torna-se difícil quantificar o número absoluto de pequenos alambiques de origem familiar existentes no EDR de Ourinhos, assim como em qualquer outra área geográfica, pois a produção de aguardente de cana-de-açúcar é uma prática bastante comum, sendo fabricada por um número expressivo de pequenos e médios proprietários rurais, em uma indústria em que as condições técnicas e higiênicas de trabalho quase sempre deixam a desejar, onde destacam-se o mau dimensionamento das instalações, a falta de uma orientação técnica, o desconhecimento das normas do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e a clandestinidade, sendo que muitos agricultores fabricam o aguardente visando o consumo próprio e não a comercialização (no máximo comercializada para pessoas conhecidas e vizinhas do produtor).

No entanto entre os mais expressivos e conhecidos alambiques produtores de aguardente, destacam-se três alambiques em Santa Cruz do Rio Pardo, três em Ourinhos, um em Fartura, dois em Piraju, um em Bernardino de Campos, um em Tejupá, um em Espírito Santo do Turvo e um em Timburi, que ainda produzem aguardente de modo não-oficial. Além destes, existem dois alambiques ou fábricas de aguardente que estão legalizados, sendo tradicionais na região (figura 26). A produção legal de aguardente gera IPI (imposto sobre produtos industrializados), ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e outros impostos, além de divulgar a indústria de aguardente no EDR de Ourinhos, ao passo que a não-oficial contribui bastante para a economia informal.

No estudo de PERONDI & KIYOTA (2002), a agroindústria rural, em nosso caso os alambiques, constituem-se, de modo geral, com base em dois fundamentos comuns, que são o aproveitamento de excedentes que o produtor não consegue disponibilizar no mercado, seja por não atender aos padrões de comercialização ou por problemas de qualidade mais sérios, aos quais o produtor imagina poder dar destino econômico; e como estratégia de agregação de valor aos produtos agrícolas.

Em Taguaí fica a empresa Mário Mazetto & Cia. Ltda. ME (microempresa), produtora e engarrafadora da “Caninha Chic”, que começou a produzir caninha artesanalmente em 1910, e em 1941, regularizou a situação da empresa.

FIGURA 26: – OS EMPREENDIMENTOS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO DO EDR DE OURINHOS / ANO – BASE: 2002



Segundo informações do proprietário, o destino da produção inclui dez municípios situados nos EDRs de Ourinhos e Avaré. Em Fartura destaca-se a “Caninha Guaiuvira”, que iniciou sua produção em 1994, ano de fundação da agroindústria, produzida e engarrafada pelo alambique Vagner Luiz Gabriel ME (microempresa). Segundo informações do proprietário, Vagner Luiz Gabriel, “a comercialização da caninha atinge treze municípios da área onde a empresa está instalada”. Juntas, a “Caninha Chic” e a “Caninha Guaiuvira” representam 85% do total da produção de aguardente (102.000 litros/mês) do EDR de Ourinhos, que é de 120.000 litros/mês. Essas empresas encontram-se legalizadas e atendem as especificidades da legislação vigente.

Segundo CARDOSO (2001, p. 156),

“o Decreto Federal nº 2.314 do MAAb (Ministério da Agricultura e do Abastecimento), instituído em 04 de setembro de 1997, no seu artigo 91, estabelece os valores dos padrões de qualidade da análise de aguardente. O teor alcoólico deve ser de 38 – 54% v/v (volume volátil), à temperatura de 20°C como padrão de leitura do grau alcoólico; a soma dos componentes voláteis (aldeídos, ácidos, ésteres, furfural e álcoois superiores) não pode ser inferior a 200 mg/100 ml. de álcool anidro”.

As especificações máximas (teores) estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), compreende os componentes e a qualidade da água utilizada para a industrialização do aguardente (tabela 23), sendo que a “Caninha Chic” (produzida e engarrafada por Mário Mazetto & Cia. Ltda. M.E.) e a “Caninha Guaiuvira” (produzida e engarrafada por Vagner Luiz Gabriel M.E.), apresentam 42,7° v/v e 40° v/v, respectivamente, e estão de acordo com os padrões regulamentados pela legislação vigente. A deterioração da cana e perdas de álcool no decorrer da fermentação influem diretamente no rendimento do processo, todavia, não prejudica o teor alcoólico final do destilado.

Segundo ressalta CARDOSO (2001, p. 157–158),

“muitos pequenos produtores controlam sua produção pelo volume final do destilado alcoólico, sem que haja verificação do teor alcoólico por meio de alcoômetro, então, sim, aqueles dois fatores poderiam influir, indiretamente, no referido teor alcoólico, visto que, trabalhando com vinhos com diferentes teores de álcool e seu volume final de aguardente sempre igual, ocorrerá aquela variação na riqueza em álcool da bebida. A geometria (modelo) do alambique e respectivo *modus operandi* (maneira de operar), assim como adição de água, *a posteori* (posteriormente) à bebida são, de fato, fatores responsáveis pela cachaça de baixos teores alcoólicos”.

Resultado disso, pode-se averiguar entre os alambiques do EDR de Ourinhos que ainda não se encontram legalizados e não seguem as normas do Decreto Federal nº 2.314/1997 do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), no artigo 91, que estabelece os valores dos padrões de qualidade da análise de aguardente, pois os valores da graduação alcoólica encontrados variaram de 32,9° v/v a 46,1° v/v, sendo que o valor mínimo estabelecido foi de 38° v/v, estando a produção de alguns alambiques com baixos teores alcoólicos, desvalorizando, assim, o aguardente.

TABELA 23 – TEORES MÁXIMOS PERMITIDOS DOS COMPONENTES E QUALIDADE DA ÁGUA RECOMENDADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (MAAB) NA INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGUARDENTE (DECRETO FEDERAL Nº 2.314, ARTIGO 10, DE 04 DE SETEMBRO DE 1997).

Teores Máximos Permitidos para os componentes da aguardente	Acidez volátil em ácido acético (mg/100 ml álcool anidro)	150,0
	Ésteres em acetato de etila (mg/100 ml álcool anidro)	200,0
	Aldeídos em aldeído acético (mg/100 ml álcool anidro)	30,0
	Furfural (m /100 ml álcool anidro)	5,0
	Álcoois superiores (mg/100 ml álcool anidro)	300,0
	Metanol (mg/100 ml álcool anidro)	200,0
	Cobre (mg/100 ml álcool anidro)	5,0
Qualidade da água utilizada na fabricação da aguardente	Teor máximo de Ferro	0,3 mg / l
	Teor máximo de Manganês	0,1 mg / l
	Dureza total máxima (em carbonato de cálcio)	100,0 mg / l
	Oxigênio dissolvido	2,0 mg / l

Fonte: CARDOSO (2001, p. 157)

Além destas, encontra-se em Ribeirão do Sul a Fábrica de Aguardente “Caninha do Sul”, pertencente aos Irmãos Melo Ltda., que foi fundada na década de 1940, e comercializa sua produção em municípios dos EDRs de Ourinhos e Assis.

No entanto, existem duas grandes unidades industriais de aguardente no EDR de Ourinhos, sendo que a Caninha Oncinha Ltda., no município de Ourinhos, é a empresa pioneira na fabricação de aguardente em larga escala para comercialização não somente nos estabelecimentos comerciais dos municípios desta área, mas abrangendo uma escala estadual e até mesmo nacional, e a Destilaria Bernardino de Campos Ltda., no município de Bernardino de Campos, que

produz aguardente a granel desde o início da década de 80, para ser engarrafado por outras empresas do EDR de Ourinhos e de outras áreas do Estado de São Paulo.

A empresa que apresenta a maior expressão no EDR de Ourinhos na produção de aguardente é a Caninha Oncinha Ltda., localizada em Ourinhos. A empresa está presente no ramo de aguardente desde 1918 e faz parte do processo de industrialização do Estado de São Paulo e do país. Antes da produção de aguardente a família Ferrari, proprietária da empresa, já trabalhava no ramo de bebidas. Em 1915, Ítalo Ferrari chegou da Itália e se instalou em Ourinhos. Dois anos depois, começou a trabalhar com bebidas e abriu a fábrica de refrigerantes Ivoran, no mesmo local onde funciona a Caninha Oncinha Ltda.

Segundo BRAY (1980, p. 237),

“o alambique Irmãos Maciel, do município de Ibirarema, outrora um dos maiores produtores de aguardente do Vale do Paranapanema, fora vendido para os engarrafadores do grupo Oncinha, no ano de 1979”.

Metade da produção da Caninha Oncinha Ltda. é própria e 50% está sendo adquirida de alambiques de Palmital, Platina, Promissão e Taquarituba, e mais recentemente, de empresas do EDR de Ourinhos, como a Destilaria Bernardino de Campos Ltda. Os produtos também variaram bastante, desde cachaça, conhaque até as caninhas aromatizadas, destacando-se nas pesquisas das tendências do mercado de aguardentes.

A Destilaria Bernardino de Campos Ltda., sediada no município de Bernardino de Campos, também produz aguardente. Inaugurada em 1982, esta destilaria cresceu significativamente, devido à renovação do plantio e à expansão da lavoura, aumentando sua capacidade de produção. No entanto, a empresa vende toda a produção a granel para engarrafadoras, mantendo relações comerciais com empresas situadas no EDR de Ourinhos, como a Caninha Oncinha Ltda. (Ourinhos), e de áreas tradicionais na produção de aguardente no Estado de São Paulo, como Pirassununga, onde está instalada a Caninha 51.

Além das fábricas de aguardente, ainda existe nesta área uma empresa especializada na produção de açúcar mascavo, produto de origem orgânica com certificado expedido pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), que garante a qualidade do mesmo. Esta empresa, a Alba USA Melaço Ltda., localizada

na Fazenda Santa Paula, zona rural do município de Chavantes, tem como proprietário o Sr. Paulo de Souza Mello, que iniciou as atividades da empresa no ano de 1990, e hoje conta com a produção de 25 toneladas diárias de açúcar mascavo, sendo considerado um empreendimento de porte médio com perspectivas de crescimento, com a produção de aguardente (e posteriormente o álcool) prevista para os próximos anos. Exporta sua produção para países como a Alemanha e o Japão, por ser um produto orgânico natural, sendo bastante apreciado e valorizado nestes países. Anteriormente, seu proprietário era agricultor e cultivava culturas variadas, como a soja e o milho.

O período previsto para a safra na Alba USA Melaço Ltda. corresponde ao período de abril a meados de dezembro, e além desta agroindústria existiam apenas mais duas empresas certificadas pelo IBD no ano de 2002, que são a Natuceres, instalada no município de Conselheiro Mairink, e a Bom na Mesa – Indústria e Comércio de Alimentos, do município de Planalto, ambos no Estado do Paraná.

Apesar de todo o desenvolvimento tecnológico de produção das grandes agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos (como será visto adiante), o pequeno empresário e o produtor rural ainda podem encontrar uma fonte segura de receita em pequenas unidades de industrialização da cana-de-açúcar destinadas à produção de melado, rapadura e açúcar mascavo. No mercado interno brasileiro, para se obter espaço dos produtos naturais ou orgânicos, torna-se necessário seguir alguns padrões definidos pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural⁵⁸ (IBD), para avaliação, monitoramento e certificação do processo produtivo.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 26),

“para a obtenção do selo Demeter ou do selo orgânico, conferido pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), os sistemas de produção devem fazer uso limitado de minerais para complementar a adubação da cana-de-açúcar, sendo vetadas as fontes solúveis, em razão de considerarem esses produtos um risco ambiental para o sistema de produção. Incentiva-se, porém, a reciclagem dos restos agroindustriais da unidade, como tortas, vinhaça, entre outros, como compostagem (bagaço,

⁵⁸ Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) – Faz certificação adaptada às condições brasileiras e latino-americanas em sistemas de produção agrícola, buscando verificar a conformidade dos produtos orgânicos e biodinâmicos com as normas nacionais e internacionais (Norma 2.092/91 do Mercado Comum Europeu e Diretrizes IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements). A certificação e a consequente concessão de um selo de qualidade comprovam a procedência dos produtos orgânicos ou biodinâmicos, indicando que uma propriedade ou indústria satisfaz as diretrizes de produção e processamento estipuladas pelo Instituto” (SILVA *et al*, 2003: p. 155).

fezes e urina de animal, soro de leite). Esses materiais só devem ser utilizados se for constatada sua necessidade por meio de análise de solo ou da planta, e com autorização prévia do IBD (órgão certificador), sendo permitido o uso de calcário dolomítico, preferencialmente, fosfato de rocha pobre em metais pesados, termofosfato, sulfato de potássio e/ou magnésio, micronutrientes em uso restrito, como o ácido bórico, carbonatos como fonte de micronutrientes, e guano”.

A certificação do IBD, além do padrão de avaliação da produção, tende a envolver também a questão social, pois nenhum projeto pode receber o selo IBD sem antes atender a todas as exigências legais, incluindo-se a legislação trabalhista, exigindo maiores benefícios ao funcionário (benefícios extras, como bonificações por produtividade, cursos de alfabetização, cursos profissionalizantes, auxílio-alimentação, etc), considerando que um projeto orgânico deve ser saudável também socialmente.

Conforme afirma SILVA *et al* (2003, p. 97),

“o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), por sua vez, atua na certificação da produção de produtos orgânicos, que deve ser submetida à inspeção de instituições de controle credenciadas internacionalmente, pela International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) e pelo Deutsches Akkreditierungssystem Prüfwesen – DAR (que, em uma analogia, seria como o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – Inmetro – alemão), que estaria concedendo a certificação de ISO 65 – utilizado em laboratórios e certificadoras”.

O programa de conversão de áreas de agricultura tradicional para a orgânica adotada pelo IBD, devem estar de acordo com os critérios definidos pela IFOAM, que pode ser definida como uma agricultura ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justa. De acordo com SILVA *et al* (2003, p. 97-99),

“para ser reconhecido como orgânica, uma unidade agroindustrial de cana deve ter como meta não apenas a satisfação de objetivos econômicos, mas responder a necessidades da sociedade em pelo menos três pontos:

- a) A oferta de produtos sadios.
- b) O cuidado com a terra (meio ambiente).
- c) Que o próprio trabalho na empresa represente oportunidade de desenvolvimento humano a todos os envolvidos”.

Por se tratar de um produto diferenciado a partir da cana-de-açúcar, o açúcar mascavo orgânico produzido pela Alba USA Melaço Ltda. terá o seu preço no mercado definido não apenas por seu valor intrínseco, mas como o resultado de

tecnologia limpa, ou seja, de tecnologia sem uso de adubos solúveis em água, de agrotóxicos ou outros insumos agrícolas ou industriais que possam causar prejuízo ambiental ou contaminar o produto final (o que agrega valor ao produto final), tendo ainda a preferência de uma pequena parcela da população, por ser um produto final mais caro que o açúcar cristal comumente produzido pelas usinas.

4.3. O Processo Histórico de Implantação das Usinas e Destilarias Sucroalcooleiras no EDR de Ourinhos

A Produção de cana-de-açúcar para a agroindústria sucroalcooleira no EDR de Ourinhos teve início no início do século XX. Porém, a introdução do cultivo em grande escala ocorreu a partir da conquista e desbravamento da área, em meados de 1920, onde a família Pegorer, residente no município de Santa Cruz do Rio Pardo, é mencionada como uma das principais responsáveis pela origem canavieira nesta área. No ano de 1922, a família Pegorer inicia o plantio de cana-de-açúcar em sua propriedade, em uma área recém-desmatada.

Em 1928 é fundado pelo Sr. Francisco Pegorer um alambique que produzia a “Caninha Verdinha”, no bairro Água das Pedras, município de Santa Cruz do Rio Pardo. O alambique começou a produzir a aguardente em grande escala a partir da década de 40⁵⁹. Na década de 50 a “Caninha Verdinha” começou a ser engarrafada na própria fazenda; nesse período as instalações já eram maiores e mais modernas para a época. A produção diária variava entre 4.000 a 5.000 litros.

Em 1959 foram adquiridos novos equipamentos que aumentaram a produção da aguardente para 1.000 litros por hora (24.000 litros/dia). As vendas se expandiram para o Norte do Paraná e o Mato Grosso. A família Pegorer plantava cana-de-açúcar em uma área de 50 alqueires na própria fazenda, e não era raro recorrer à produção de vizinhos para dar conta do aumento das vendas, pois a caninha era bem aceita no mercado.

⁵⁹ “Em 1940, foi oferecido ao Sr. Pegorer pelo IAA quotas para a instalação de uma usina de açúcar no lugar da fábrica de aguardente, mas o mesmo não concordou”. (BRAY, 1980).

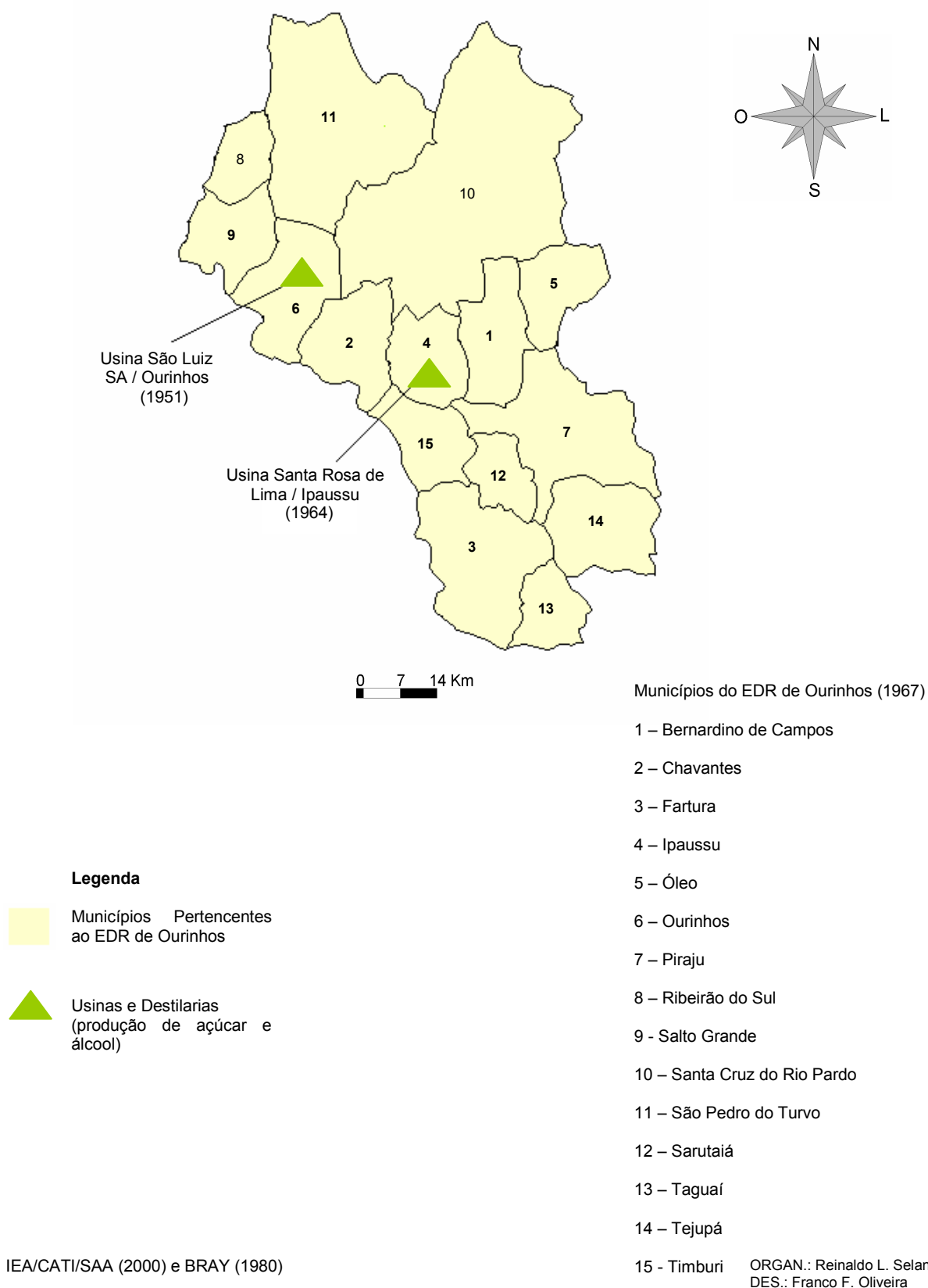
No entanto, em 1968 os filhos do Sr. Francisco Pegorer decidiram encerrar as atividades da empresa, pois acreditavam que a agroindústria não mais representava um bom negócio. Então decidiram dividir as propriedades e passaram a se constituir fornecedores de cana-de-açúcar para a Usina São Luís S.A., no município de Ourinhos. Os investimentos no setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos, com a implantação de usinas e destilarias, começou a ocorrer a partir da década de 50. Os investimentos e a origem financeira do capital sofreu grande alteração, transformando as características do empresariado nesta área.

A Usina São Luiz S.A., de propriedade da família Quagliato, foi a empresa que permaneceu durante toda a sua trajetória, sob a direção do mesmo grupo que a originou. A empresa sofreu grandes transformações, sua capacidade de produção vêm aumentando continuamente, tanto de açúcar como de álcool (como será estudado). No entanto, antes de se analisar os dados de produção, destacar-se-á a origem desta importante usina, como a mais tradicional empresa do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, e das demais agroindústrias, principalmente as que surgiram após o período do PROÁLCOOL.

A família Quagliato, proveniente de Jaú, Estado de São Paulo, se destaca em importância pela implantação do mais tradicional empreendimento do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, a Usina São Luiz S.A., e que ainda em 2002 apresenta-se como uma das mais modernas e produtivas empresas do setor sucroalcooleiro paulista. No entanto, para que isso ocorresse, a família Quagliato teria de adquirir um engenho de aguardente em Capivari, Estado de São Paulo, onde industrializaram a aguardente “Caninha Leão”. Em 1947 o alambique é transferido para o município de Santa Cruz do Rio Pardo, onde os Srs. Orlando e Luiz Quagliato haviam adquirido em 1946 uma propriedade de 500 alqueires (Fazenda São Luiz), próximo a divisa com o município de Ourinhos.

Adquirindo do IAA cotas para a produção de açúcar, desativaram o engenho de aguardente e instalaram no local a Usina São Luiz S.A., no dia 23 de setembro de 1951 (inaugurada pelo então governador Lucas Nogueira Garcez), em uma área de 400 alqueires, para a produção inicial de 13.375 sacos de 60 Kg. de açúcar (figura 27).

FIGURA 27: – AS USINAS E DESTILARIAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO EDR DE OURINHOS – SAFRA 1967 / 68



No início não haviam estradas e a cana-de-açúcar era puxada em carroças e alguns caminhões Chevrolet 1946 e a energia para a agroindústria era fornecida por um gerador diesel Deutz. Decorridos cinco anos da fundação da agroindústria, o Sr. Luiz Quagliato vendeu sua parte da empresa para o Sr. Orlando Quagliato, que se tornou o único proprietário da Usina São Luiz S.A., sendo que atualmente (2002), os seus filhos permanecem na direção, e os demais cargos da administração estão distribuídos entre filhos e genros destes.

Segundo BRAY (1980), esta mudança de área geográfica do empreendimento sucroalcooleiro da família Quagliato foi destaque na imprensa dedicada ao setor (Revista Brasil Açucareiro⁶⁰), salientando uma nova forma de expansão da produção paulista, com o crescimento das agroindústrias, bastando, para isso, a mudança de habitat de zona restrita para zona ampla.

No princípio, o Sr. Orlando Quagliato investiu muito na compra de propriedades rurais próximas da empresa para o plantio de cana-de-açúcar, sendo que a agroindústria produz quase que a totalidade da cana que necessita para a industrialização, e também é a única empresa do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos a manter 1.300 casas nas fazendas de sua propriedade, destinadas aos trabalhadores, que se isentam de aluguel e ainda recebem manutenção elétrica e hidráulica.

A Usina São Luiz S.A. é uma das oitenta e oito cooperadas do grupo COPERSUCAR, que representa um das maiores cooperativas do setor sucroalcooleiro nacional, e a Cooperativa dos Produtores da Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. (COPERSUCAR), configura-se como uma das mais tradicionais cooperativas atuantes na agroindústria canavieira (capítulo 3).

Para continuar a se desenvolver e sobreviver no concorrido mercado sucroalcooleiro globalizado, a Usina São Luiz S.A. vem implantando novas tecnologias (como a automação industrial) e processos modernos na busca da qualidade e eficiência na produção, tanto industrial quanto no campo (como será estudado). A partir do ano 2000, a empresa obteve o primeiro lugar em atendimento aos requisitos do check-list da COPERSUCAR, com 100% de atendimento nos requisitos álcool e 99,88% nos requisitos açúcar. Apresenta as certificações do ISO 9002 (2000), e certificação em APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de

⁶⁰ Revista BRASIL AÇUCAREIRO, 1951, n.º 2, p. 68

Controle), da qual a usina foi pioneira no Brasil a obtê-la (Informativo São Luiz, 2004).

Além disso, possui os seus diversos setores interligados através de uma rede de 10 Km. de fibra óptica com 130 terminais. Possui softwares de gestão agrícola e industrial COPERSUCAR, bem como nas áreas contábil, de suprimentos, de folha de pagamento, de ponto eletrônico, de segurança do trabalho e de treinamento, entre outros.

Além do açúcar e do álcool, a empresa produz e comercializa a Levedura Seca. Segundo CARDOSO (2001, p. 146–147),

“a levedura usada para a industrialização da cana é a *Saccharomyces cerevisiae* que quando em forma de resíduo do processo, constitui uma fonte de proteína, portanto, de interesse na alimentação animal. A composição química desse material pode variar em função do substrato utilizado nos processos de fermentação, espécie da levedura, método de fermentação, idade das células e processo de obtenção (limpeza das dornas) (...) Uma outra opção seria usar a levedura como fertilizante nos canaviais ou outra cultura, uma vez que se trata de um produto rico em minerais (7,3%)” (tabela 24).

Tabela 24 – Composição da levedura seca resultante da fermentação alcoólica

COMPONENTES	TEORES (%)
Matéria seca	90,0
Proteína bruta	28,7
Minerais	5,18
Cálcio	0,61
Fósforo	0,57

Fonte: CARDOSO (2001, p. 147)

A maior parte da produção da safra 2003/2004 foi comercializada com o Vietnã e a Tailândia, tradicionais produtores e exportadores de camarão. “Além desses países, a Alemanha, a Itália e a Indonésia já estão adquirindo a levedura seca São Luiz” (Informativo São Luiz, 2004).

Além da Usina São Luiz S.A., o Grupo Irmãos Quagliato atua em outros setores, como o investimento em propriedades rurais para pecuária, consolidando a empresa Agropecuária Quagliato. Mantém fazendas em São Paulo, Paraná, Goiás e Pará, sendo que neste último desenvolve um dos maiores projetos pecuários do Brasil.

Outra importante empresa a se instalar no EDR de Ourinhos foi a Usina Santa Rosa de Lima, sendo fundada em 1964 no município de Ipaussu, pelo grupo empresarial local Ferraz Egreja. A sua primeira produção ocorreu na safra de 1965/66, sendo a 2ª agroindústria sucroalcooleira a se implantar neste EDR (figura 27).

Em 1974, a Usina Santa Rosa de Lima foi vendida para a Usina Santa Lina, do município de Quatá, que levou para sua sede as quotas de produção e as moendas. A propriedade, no entanto, foi adquirida pelo grupo de engarrafadoras de aguardente Tatuzinho/Três Fazendas, transformada no Alambique São Pedro, filial da Agropecuária São Pedro Ltda. (município de São Pedro), pertencente à este grupo, que transformou a ex-usina de açúcar e álcool no maior alambique do Vale do Paranapanema⁶¹ (figura 28).

Em 1982, o alambique é vendido e constitui-se a Ipaussu – Indústria e Comércio Ltda., que tinha como objetivo principal a transformação do alambique em destilaria de álcool.

Segundo FERREIRA (1988),

“o curioso é a sua forma estrutural, representando quatro grupos canavieiros da região de Piracicaba, correspondendo em partes iguais de 25%”.

Pelos menos, neste momento, 50% da empresa já se encontrava sob controle de unidades que representariam o Grupo Cosan, atual proprietário da empresa (figura 29).

“A nova empresa era composta por Raul Coury (Usina Bom Jesus – Rio das Pedras), Achilles Forte (Usina Bom Retiro – Capivari), Osório Furlan (Usina Santa Helena – Rio das Pedras) e Davi Augusto Barrichelo (Usina São Francisco – Rio das Pedras). Em 1984 o alambique é transformado em Destilaria, a Destilaria Ipaussu, possuindo capacidade de 150.000 l./dia, com o compromisso de, na safra 1984/85 produzir 50% de álcool e 50% de aguardente e, gradativamente, ampliar a produção alcooleira até chegar a 100% na safra 1987/88” (FERREIRA, 1988, p. 151).

⁶¹ “A instalação desse alambique, por engarrafadores da área canavieira de Piracicaba, está ligada a vários fatores: 1. o valor de terras boas (roxas) mais barata que na área de Piracicaba; 2. mão-de-obra mais abundante para serviços na área rural; 3. as boas condições atuais do mercado de aguardente, e; 4. com a criação da Cooperativa dos Produtores de Aguardente do Estado de São Paulo, passou a ocorrer uma maior moralização dos preços do produto no mercado (anteriormente controlados pelos engarrafadores)” (BRAY, 1990, p. 232–237).

FIGURA 28: – AS USINAS E DESTILARIAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO EDR DE OURINHOS – SAFRA 1977 / 78

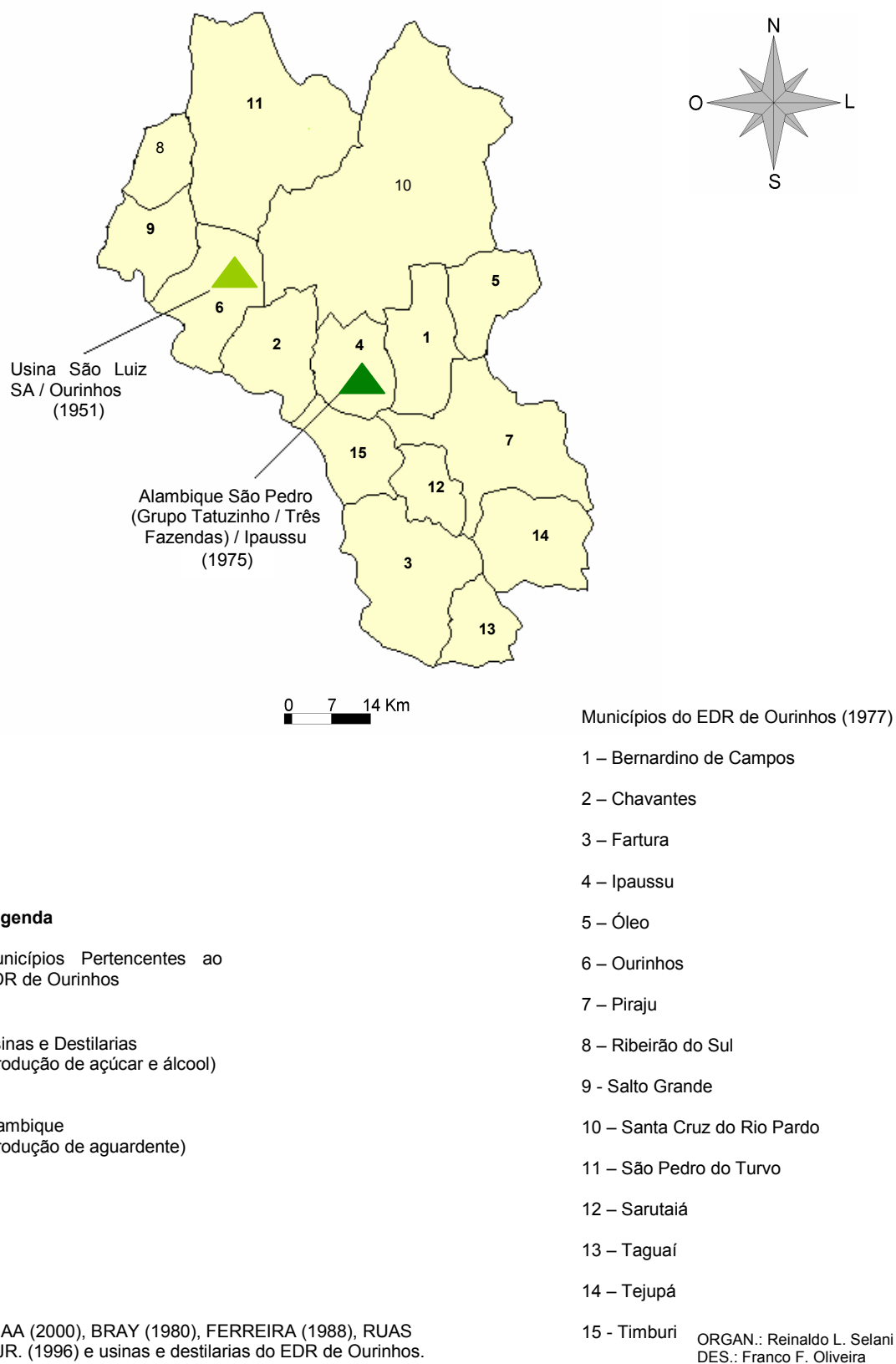
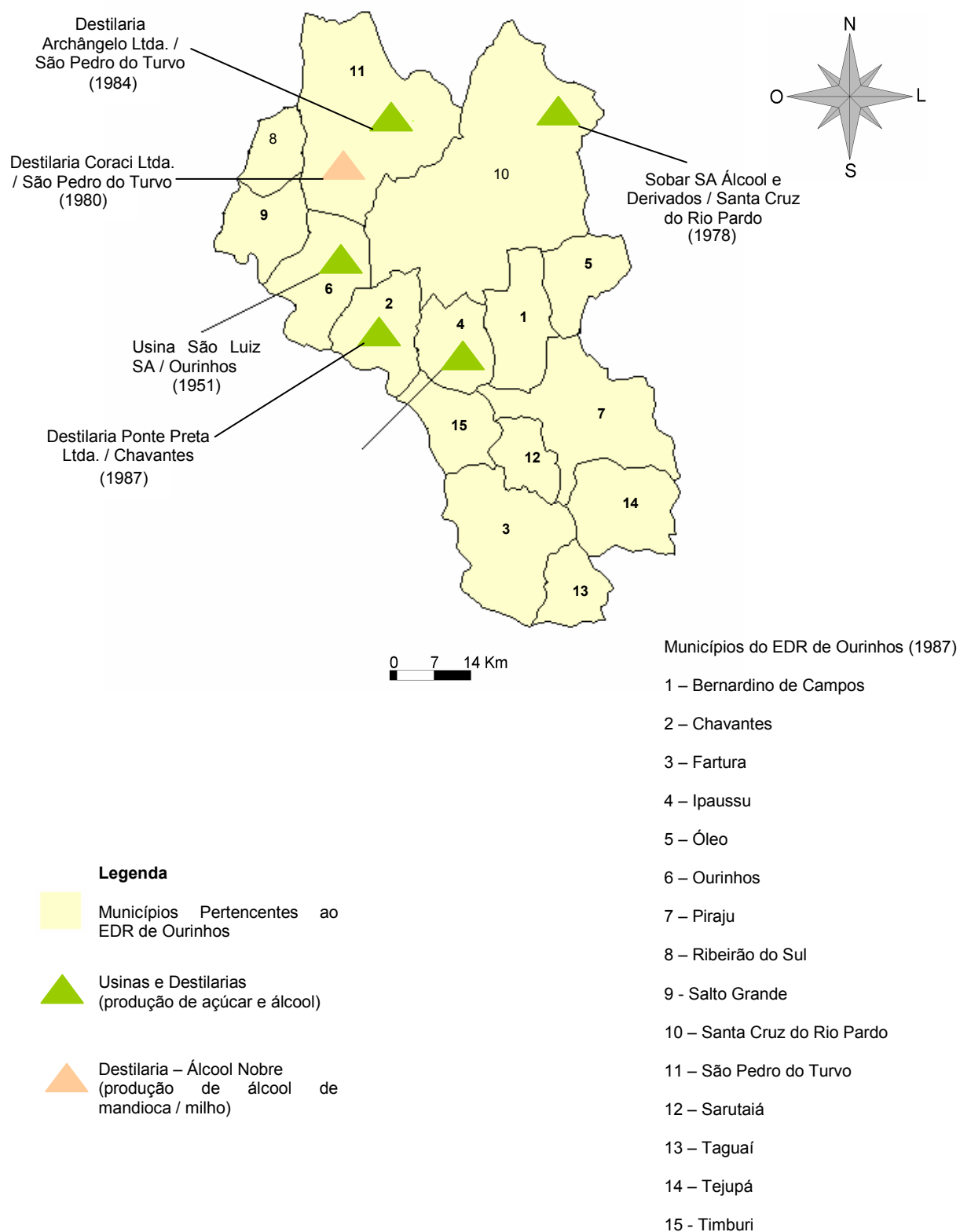


FIGURA 29: – AS USINAS E DESTILARIAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO EDR DE OURINHOS – SAFRA 1987 / 88



Fonte: IEA/CATI/SAA (2000), BRAY (1980), FERREIRA (1988), RUAS (1996), THOMAZ JR. (1996) e usinas e destilarias do EDR de Ourinhos.

ORGAN.: Reinaldo L. Selani
DES.: Franco F. Oliveira

Após grandes transformações, em 1995, a Destilaria Ipaussu que produzia apenas álcool, passa a produzir também açúcar e é transformada em usina pelo grupo Cosan, proprietário da empresa. A Usina Ipaussu iniciou um processo de expansão e transformou-se em uma grande unidade produtora de açúcar, com a duplicação da área de plantio e o aumento da produção, voltada prioritariamente ao mercado externo (Anexo 4).

Em 2000, o Grupo Cosan se associou a investimentos franceses num negócio de US\$ 39 milhões que tornou a Usina Ipaussu independente das demais empresas do grupo. Foi criada uma nova empresa, a Franco Brasileira de Açúcar e Álcool (FBA). A cooperativa francesa Union SDA assumiu 47,5% e a trading Sucden 5%. Os investidores internacionais juntos compraram 52,5%, mas o grupo Cosan ainda detém 47,5% de participação no empreendimento. A FBA é administrada em conjunto por um consórcio franco-brasileiro, e a entrada dos franceses no setor sucroalcooleiro brasileiro significa a possibilidade de ampliar o acesso ao mercado mundial (Jornal DEBATE, n. 1.025, p. 6, 26 nov. 2000) (figura 30).

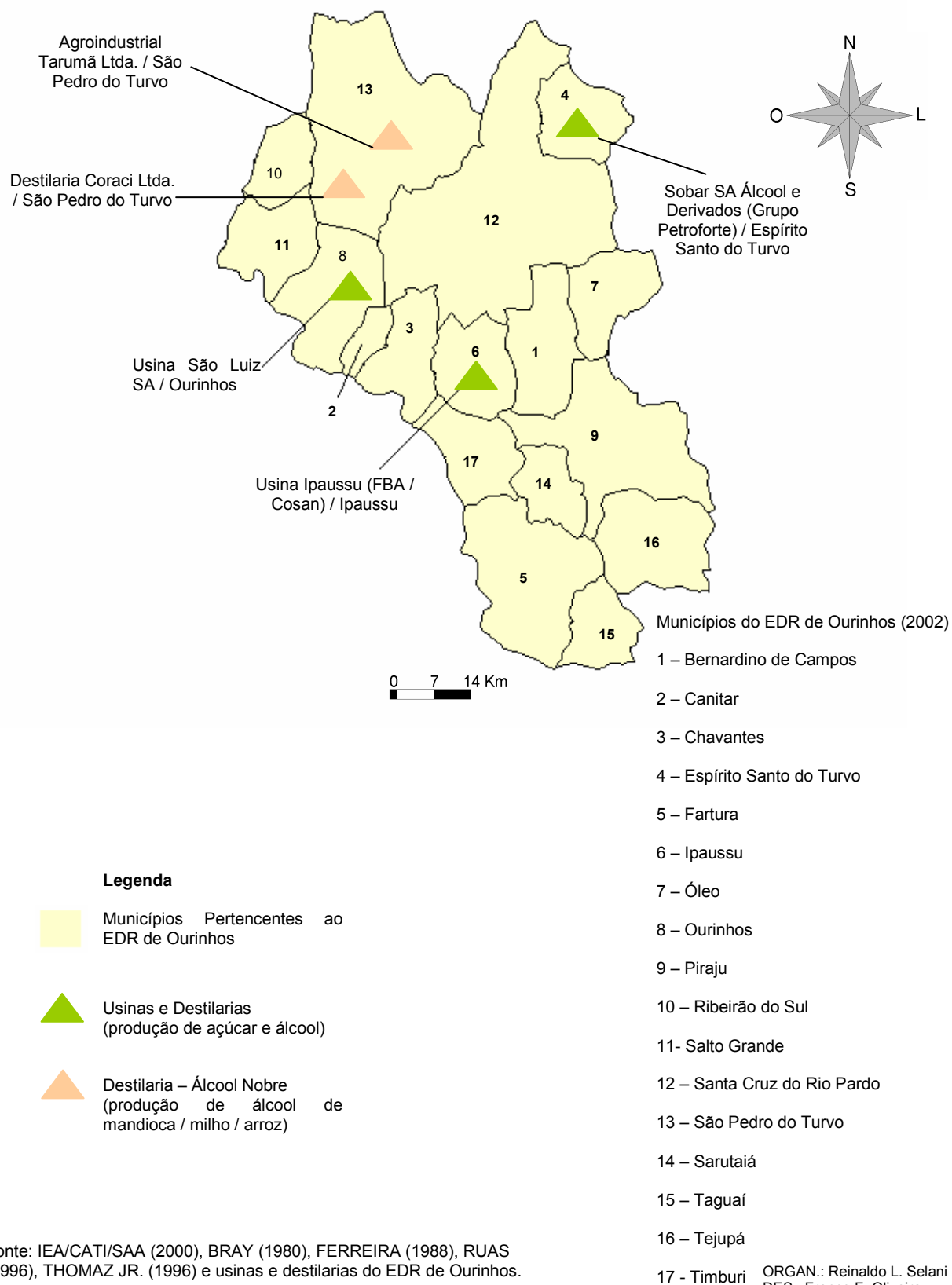
A capacidade instalada da Usina Ipaussu é para moer 11 (onze) mil toneladas diárias de cana, resultando em 2.000.000 toneladas durante a safra, e com relação à produção, a capacidade instalada é de 25 (vinte e cinco) mil sacas de açúcar diárias, obtendo 4.450.000 sacas no período da safra, e para o álcool, a produção diária é de 280.000 litros, e 50.000.000 na época da safra.

Segundo informações do Grupo Cosan (2003),

“a Cosan S/A Indústria e Comércio é um dos maiores produtores mundiais de açúcar, álcool e derivados. Sua base de produção é constituída pela participação em doze unidades produtoras no Estado de São Paulo além de um terminal de granéis no Porto de Santos. As unidades Costa Pinto, Santa Helena, São Francisco, Diamante, Ibaté, Rafard, Junqueira, Da Barra, Dois Córregos, Ipaussu, Univalem e Gasa⁶² apresentam, somadas, capacidade industrial instalada para moer 29 milhões de toneladas de cana, produzir 2,5 milhões de toneladas de açúcar e 1,2 bilhão de litros de álcool. A Cosan tem em seu quadro cerca de 20 (vinte) mil funcionários. Com a incorporação da Unidade da Barra, a COSAN completa sua linha de produtos e consolida sua presença em todos os segmentos de mercado de produtos sucroalcooleiros. A COSAN mantém, ainda, sociedade com o grupo inglês TATE & LYLE na Cosan Operadora Portuária de Granéis S/A. O terminal portuário foi fundado em 1993, e está localizado em Santos, Estado de São Paulo. Sua capacidade diária de embarque é de 30 (trinta) mil toneladas de açúcar, chegando a armazenar 160 (cento e sessenta) mil toneladas do produto. O terminal portuário é responsável pelo embarque do açúcar de

⁶² A Franco Brasileira de Açúcar e Álcool S.A. (FBA) controlava, em 2002, 100% das unidades COSAN de Ipaussu, Univalem e Gasa (COSAN, 2003) (o grifo no texto é do autor).

FIGURA 30: – AS USINAS E DESTILARIAS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO EDR DE OURINHOS – SAFRA 2002 / 03



exportação do Grupo, além de ser um prestador de serviços para outros exportadores de açúcar no país” (COSAN, 2003).

Segundo BELIK & VIAN (2002, p. 86),

“o Grupo Cosan optou pela expansão, via fusões e aquisições (F&A), para áreas mecanizáveis e com alto potencial logístico, fugindo das restrições impostas pela topografia da região de Piracicaba. Entre os grandes grupos participantes podemos encontrar o Banco Bradesco, que participou da operação de compra da Usina da Serra, em Ibaté (SP), pela qual recebeu debêntures conversíveis em ações com possibilidade de transformar em ações da nova empresa”.

Quanto aos produtos, o Grupo COSAN apresenta 3 (três) categorias distintas: produtos para exportação, onde se destacam o açúcar a granel, açúcar refinado granulado, açúcar cristal, açúcar orgânico, álcool hidratado refinado e álcool hidratado neutro; produtos para o mercado industrial, tais como o açúcar demerara, açúcar cristal, açúcar refinado granulado, açúcar refinado amorfo, açúcar líquido, açúcar líquido invertido, melaço e álcool; e produtos para o mercado de varejo, como açúcar refinado amorfo, açúcar refinado granulado, açúcar demerara, açúcar cristal, achocolatado, álcool em gel.

Outro grande investimento do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, aconteceu com a implantação de uma destilaria autônoma para a produção de álcool, o primeiro grande investimento dos tempos do PROÁLCOL nesta área, e realizada por investidores da área canavieira de Piracicaba, importante pólo do setor sucroalcooleiro paulista. No entanto, é a empresa que apresenta a maior turbulência em sua trajetória, desde sua origem, apresentando períodos de graves crises financeiras e administrativas, e alteração do grupo proprietário que a administra. No entanto, todos são originários de outras áreas do Estado ou do país.

A Sobar S.A. Álcool e Derivados pertencia inicialmente ao grupo SOBAR (Sociedade Bandeirantes de Reflorestamento e Máquinas Ltda). Constitui-se em um grupo que iniciou suas atividades em 1958 na cidade de Piracicaba (SP), com a finalidade de executar reflorestamento em larga escala e atividades que envolvam planejamento agrícola, adquirindo uma vasta experiência em assistência aos grupos usineiros.

O grupo era composto por dois engenheiros agrônomos, Nelson Lourenço Camolesi e Guy Alberto Retz, que aproveitando o momento favorável dos recursos disponibilizados pelo PROÁLCOL, fundaram em 1978 a Sobar S.A. Álcool e

Derivados, no então distrito de Espírito Santo do Turvo, município de Santa Cruz do Rio Pardo (figura 29).

Segundo FERREIRA (1988, p. 152),

“a localização da destilaria, segundo um de seus diretores (na época), foi muito bem escolhida nas proximidades da rodovia Castelo Branco, em terreno barato na época, pois o solo era considerado de baixa fertilidade. O grupo possuía duas grandes propriedades em Agudos (fazendas Suinã e Globo), possuindo, tanto gado de corte como leiteiro; produzindo leite tipo B – leite Globo comercializado em Bauru”.

A empresa foi marcada por períodos de crise econômica que resultaram em greves, demissões em massa e paralisação da produção (Anexo 5). Em 1998, a empresa paralisou a produção e dispensou em massa cortadores de cana e todo o pessoal do setor de produção. Isso trouxe um impacto negativo para o setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, pois a agroindústria contratava mão-de-obra de diversos municípios. No entanto, o município mais atingido foi aquele onde está situado a sede da empresa, Espírito Santo do Turvo, onde além de causar desemprego em massa, também resultou na queda da receita de ICMS que foi provocada com a redução de produção no índice de participação do município. Os antigos proprietários da empresa, Guy Alberto Retz e família não estavam conseguindo administrar a dívida da empresa, que chegou a ser incluída na dívida ativa do Estado, decorrentes dos sérios problemas financeiros.

Em 2 de maio de 1999 é realizada a venda da destilaria Sobar S.A. Álcool e Derivados ao Sr. Ari Natalino da Silva, dono do Grupo PETROFORTE – Brasileiro Petróleo Ltda., de São Paulo (figura 30). De imediato, retomam-se a produção e a empresa assume novo fôlego. No entanto, os problemas econômicos persistiriam ainda por um bom tempo, acrescentados às denúncias de corrupção da parte do proprietário⁶³.

Em 2001, o antigo dono da empresa, Guy Alberto Retz, ingressa na justiça para a reintegração de posse da destilaria Sobar S.A. Álcool e Derivados, alegando o não cumprimento do acordo de compra e venda, principalmente no que diz respeito ao pagamento das parcelas tratadas. O comprador teria cumprido somente o “sinal” do acordo e o princípio do pagamento, mas não saldou o restante do valor.

⁶³ Segundo informações do Jornal Debate, o Grupo PETROFORTE e seus dirigentes haviam sido acusados por sonegação fiscal, irregularidades trabalhistas e receptação de caminhões roubados por uma grande revista de circulação nacional (Veja). (Jornal Debate, n. 1.054, p. 6, 17 jun. 2001).

Além disso, em agosto de 2000, a empresa realiza um arrendamento mercantil junto ao “Banco Rural Leasing Arrendamento Mercantil Ltda.”, que tem sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, acumulando dívida superior a R\$ 24 milhões junto à esta instituição financeira.

“Após não cumprir os pagamentos referentes ao acordo, o Banco Rural pede a reintegração de posse da destilaria, sendo que um novo acordo é realizado em maio de 2002, onde a destilaria Sobar S.A. Álcool e Derivados havia se comprometido a pagar a dívida em 41 parcelas mensais até 2009. O acordo foi homologado por sentença judicial e previa que, em caso de descumprimento, o Banco Rural Leasing Arrendamento Mercantil Ltda. tomaria posse dos bens móveis e imóveis da destilaria Sobar, oferecidos como garantia” (DEBATE, n. 1148, 6 abr. 2003).

Em agosto de 2002, a empresa sofre nova intervenção judicial (Ministério Público) decorrente do não cumprimento de normas trabalhistas, como o depósito do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) e o pagamento de salários dos funcionários em atividade e de outros que já haviam deixado a agroindústria.

Finalmente, em abril de 2003, o “Banco Rural Leasing Arrendamento Mercantil Ltda.” assume a Sobar S.A. Álcool e Derivados, através de uma determinação judicial, deixando de pertencer ao Grupo PETROFORTE, e em junho do mesmo ano é constituída a Agroindustrial Espírito Santo do Turvo Ltda. (razão social), popularmente conhecida por AGREST, passando a ser administrada por um fundo de investidores, sendo totalmente profissionalizada. Porém, todas as edificações existentes são de patrimônio do “Banco Rural”, o qual adquiriu em juízo os referidos bens e a os arrendou ao fundo de investidores. Este fundo de investidores entendeu que o segmento sucroalcooleiro é rentável e promissor sob uma ótica globalizada, razão pela qual acreditou em seu potencial.

No entanto, outras destilarias autônomas são implantadas no EDR de Ourinhos, decorrentes dos incentivos gerados pelo PROÁLCOOL, prioritariamente a partir dos anos de 1980, tais como a Destilaria Archângelo Ltda., a Destilaria Sylvestre Igreja (Almey) e a Destilaria Ponte Preta Ltda. Outras duas unidades agroindustriais produtoras de álcool surgem nesta área, que são a Destilaria Coraci Ltda. e a Agroindustrial Tarumã Ltda., que produzem álcool nobre ou de cereais. Vale ressaltar, contudo, que a matéria-prima que utilizam (milho, arroz ou mandioca), não estão contemplados neste estudo, pois destaca-se prioritariamente a produção de álcool e açúcar a partir da cana-de-açúcar.

Em 1983 surge o projeto de instalação da Destilaria Archângelo Ltda., apresentado pelas Indústrias Reunidas Archângelo, no município de São Pedro do Turvo (figura 29). O referido projeto foi aprovado em 3 de maio de 1984, pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL). O proprietário da destilaria, o Sr. Edgar Archângelo, natural de Conchal, Estado de São Paulo, implantou atividades ligadas ao ramo industrial de produtos de mandioca e de aguardente.

Segundo BRAY (1980),

“o Alambique Archângelo, fundado em 1964 no município de São Pedro do Turvo, produzia e engarrafava a aguardente Turvinha, na época em que não havia controle do mercado aguardenteiro e a imposição dos preços era feita pelas engarrafadoras. Quando surgiu a Cooperativa dos Produtores de Aguardente do Estado de São Paulo, a empresa deixou de engarrafar aguardente e passou a ser produtor associado da cooperativa”.

No entanto, com a política de estímulos à produção de álcool dadas pelo PROÁLCOOL (capítulo 3), o Sr. Edgar Archângelo investe na implantação de uma destilaria autônoma, cujas características são nitidamente familiares, onde a capacidade instalada de produção de álcool é de 60.000 litros por dia.

A agroindústria entra em atividade e a sua produção inicial de álcool ocorre durante a safra 1984/85. Continua a produzir álcool nas safras de 1985/86, 1986/87, 1987/88 e 1988/89. Durante as safras de 1989/90, 1990/91 e 1991/92, a empresa paralisou suas atividades devido a sérias dificuldades financeiras, que coincidentemente, ocorre na época em que o PROÁLCOOL estava em crise e o Instituto do Açúcar e Alcool é extinto (capítulo 3).

No entanto, a partir da safra 1992/93, a agroindústria entra novamente em atividade, produzindo álcool até a safra 2000/01, quando passa por novas dificuldades financeiras, que resultam no fechamento da empresa, através de processo de falência. Os familiares do antigo proprietário da agroindústria ainda residem no EDR de Ourinhos (mais especificamente no município de Ourinhos).

A Destilaria Sylvestre Ferraz Egreja (também conhecida como Destilaria Almey), que teve um breve período em atividade, que se instalou no município de Ipaussu, teve seu projeto aprovado pela Comissão Executiva do Alcool (CENAL) em 11 de junho de 1984, tendo por interessados Sylvestre Ferraz Egreja e Estela Viana Egreja e Alves Lima.

Conforme aponta FERREIRA (1988), a empresa Sylvestre Ferraz Egreja, outrora proprietária da Usina Santa Rosa de Lima (1964–1973), município de Ipaussu, ressurgiu no ramo como destilaria autônoma em 1984. O projeto inicial de produção era de 30.000 litros/dia, e após produção modesta na safra de 1986/87, resolveu vender a destilaria para pessoas não ligadas ao setor canavieiro, sendo assim, a destilaria foi desativada.

Em 1983 surge um novo projeto para a instalação de uma destilaria autônoma para a produção de álcool no EDR de Ourinhos. Trata-se da Destilaria Ponte Preta Ltda. Através de autorização favorável da Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), expedida em 23 de julho de 1984, onde o Sr. Jorge Luiz Ligeiro, natural do município de Chavantes, implanta a nova destilaria no então distrito de Canitar, município de Chavantes (figura 29).

Segundo RUAS (1996), a empresa operou durante apenas quatro safras; no período de 1987/88, 1988/89, 1989/90, 1990/91, sendo esta sua última safra em operação. Devido aos sérios problemas financeiros sofridos pela agroindústria, esta paralisou a produção de álcool, não mais operando nas safras seguintes, encerrando assim sua participação na produção de álcool no EDR de Ourinhos. Citar-se-á, a seguir, as duas unidades agroindustriais do EDR de Ourinhos que são produtoras de álcool de cereais, sendo que a Destilaria Coraci Ltda. é ressaltada nos trabalhos de FERREIRA (1988) e RUAS (1996).

A Destilaria Coraci Ltda., foi fundada em 1980 por empresários da cidade de São Paulo, Hovanes Zanen Emin e Mauro Fardelli Colombo, que se dedicavam ao ramo de equipamentos eletrônicos, que elaboraram um projeto de produção de álcool a partir da mandioca⁶⁴. Após aprovação da Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), foi realizado um minucioso estudo para a escolha de uma área para implantar definitivamente o projeto, sendo que

“foi escolhida a região de Assis/Cândido Mota, por ser a principal produtora de mandioca do Estado e o município de São Pedro do Turvo, devido às terras serem mais baratas do que na região de terra roxa do Vale do Paranapanema” (FERREIRA, 1988: p. 152).

⁶⁴ “No Brasil foram montadas mais seis destilarias que tinham a mandioca com matéria-prima, a saber: Laguna e Agrolândia (SC) – 60.000 litros/dia cada, Carazinho (RS) – 10.000 litros/dia, Paranavaí (PR) – 5.000 litros/dia, Sinop (MT) – 150.000 litros/dia e Camarajibi (BA) – 120.000 litros/dia. Todos estão replanejando seus projetos para saírem da dependência da mandioca” (FERREIRA, 1988: p. 152).

Atualmente (2002) o proprietário da empresa é o Sr. Hovanes Zanen Emin, que mantém um escritório central da empresa na capital de São Paulo, onde são realizadas a administração da empresa e as vendas de produtos (figuras 29 e 30).

No entanto a produção de álcool a partir da mandioca apresenta uma situação bastante conflituosa. Segundo FERREIRA (1988, p. 153),

“a opção pela mandioca é aparentemente mais rentável, visto que são extraídos 170 litros de álcool por tonelada contra os 80 litros de álcool por tonelada de cana. Porém, a situação torna-se problemática, quando o preço da tonelada da mandioca é aproximadamente quatro vezes mais caro do que a tonelada da cana⁶⁵”.

A solução encontrada pela empresa foi o início da produção de álcool de milho (álcool nobre) a partir de 1987, sendo que, o preço do produto era mais valorizado e o milho não precisa ser de primeira qualidade, podendo ser até milho deteriorado.

A empresa trabalha durante o ano todo, sem realizar parada para entressafra, e está preparada para atender pedidos de todos os portes, entregando o produto em todo o país. O álcool de cereal produzido pela Destilaria Coraci Ltda. é vendido da seguinte forma:

- a) Álcool hidratado de cereais, vendido a granel, em tambores de 200 litros, em caixas com 4 bombas de 5 litros ou em caixas com 12 frascos de 1 litro.
- b) Álcool gel para limpeza e uso geral, vendido em caixas com 12 frascos de 500 ml, com gatilho de aplicação ou em forma de refil.

Apesar de se encontrar em atividade na atualidade (2002), a Destilaria Coraci Ltda. apresenta-se em um momento desconfortável, no que diz respeito a sua situação econômica.

O mais recente investimento na produção de álcool de cereais é a Agroindustrial Tarumã Ltda., cujos proprietários e capital são originários do próprio EDR de Ourinhos. A agroindústria localizada em São Pedro do Turvo, foi fundada em setembro de 1994, iniciando sua produção em março de 1996, onde o projeto da empresa foi idealizado pelos próprios proprietários, utilizando-se da mais alta

⁶⁵ Dados comparativos referentes ao ano de 1988: tonelada de cana-de-açúcar = Cz\$ 1.200,00/tonelada de mandioca = Cz\$ 5.000,00 (FERREIRA, 1988).

tecnologia na produção de álcool de cereais que é o processo conhecido como *Dry Milling*⁶⁶ (figura 30).

A empresa se dedica a produção de álcool de cereais, sendo proprietária da marca “CEREALCOOL”, muito utilizado na fabricação de bebidas, perfumaria e cosméticos bem como na indústria farmacêutica e de extratos vegetais, distribuindo sua produção para todo o país. Os proprietários da Agroindustrial Tarumã Ltda. são empresários oriundos do município de São Pedro do Turvo, representados por Adamo Crivelli, Mário Plínio Crivelli, Jonas Arantes Vieira e Ednei José Mendes.

A matéria-prima utilizada é composta por resíduos de milho (milho deteriorado) em função do preço do produto no mercado, e eventualmente, o arroz. As matérias-primas são selecionadas, analisadas e armazenadas de forma a manter a sua qualidade. Segundo informações de um dos proprietários da empresa, Ednei José Mendes, “a Agroindustrial Tarumã Ltda. utiliza na sua produção exclusivamente cereais, e não possui em suas instalações, equipamentos de preparo e moagem de cana-de-açúcar”. Além de ser uma das melhores fontes conhecidas de carboidratos, o milho é um produto abundante e barato, podendo ser utilizado na fabricação de amido, do qual são derivados diversos produtos, sendo interessante para a fabricação de diversos produtos, como os adoçantes e o álcool. O milho e o amido são facilmente armazenáveis e transportáveis a grandes distâncias e não depende da sazonalidade da produção, como a cana-de-açúcar, apresentando maior período de colheita.

A Agroindústria comercializa a marca “CEREALCOOL” a granel e também através de bombas de 5, 20, 50 ou 200 litros e *containers* de 1.000 litros. Para isso, utiliza caminhões-tanque e caminhões-baú. O mercado de atuação atinge todo país, com clientes em toda as regiões. Ainda segundo Ednei José Mendes, “a empresa não fornece dados estatísticos de produção, alegando se tratar de informações confidenciais de interesse estratégico”. Após o estudo sobre a origem das empresas e as principais transformações ocorridas durante suas trajetórias, dar-se-á o estudo sobre os dados de produção destas agroindústrias, assim como a evolução produtiva das mesmas.

⁶⁶ “Este processo utiliza enzimas de microorganismos selecionados e leveduras na conversão do amido em açúcares e posteriormente em álcool” (www.cerealcool.com.br). Acesso realizado em 15/07/03.

4.4. A Evolução da Produção Açucareira no EDR de Ourinhos

A produção de açúcar no EDR de Ourinhos vem ocorrendo desde 1951/52, onde desponta-se a importância da Usina São Luiz S.A., como uma grande unidade produtora, e por muito tempo, a única empresa na produção açucareira. No entanto, o cenário sucroalcooleiro vem vislumbrando novos acontecimentos e uma reorganização neste setor, com grandes investimentos na produção de açúcar em outras unidades, como a Usina Ipaussu, do Grupo FBA/Cosan (conforme já estudado).

Para facilitar o estudo, a produção açucareira será dividida em duas fases, destacando desde as origens até o período que compreende a safra 1980/81 (fase histórica), e de 1981/82 até a safra 2002/03. Isso devido à utilização de medidas distintas de comparação, pelos diferentes órgãos consultados e bibliografia disponível.

Até a safra de 1980/81, a medida-padrão adotada são sacos de 60 Kg., a partir deste período em diante, o padrão adotado passa a ser sacos de 50 Kg., sendo que a partir da extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) (capítulo 3), a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA) passa a ter grande importância na divulgação de dados estatísticos do setor sucroalcooleiro paulista, e também nacional.

Dar-se-á, a partir deste momento, as principais características da produção açucareira das agroindústrias do EDR de Ourinhos em seu período inicial, para posteriormente se destacar as principais transformações decorrentes do período de 1981/82 até 2002/03.

4.4.1. Histórico da Produção Açucareira: Safras 1951/52 à Safra 1980/81

Desde os seus primórdios na década de 50, a produção açucareira no EDR de Ourinhos vem apresentando um processo de crescimento contínuo, onde a Usina São Luiz S.A., desde que iniciou suas atividades, apresentou uma grande

importância, mesmo porque foi a unidade que respondeu pela totalidade da produção a maior parte do período estudado (1951/52 a 1980/81).

A primeira produção de açúcar desta usina ocorreu na safra 1951/52, onde produziu 13.375 sacos de 60 Kg. de açúcar. Para a safra 1955/56, há um grande salto na produção, passando para 54.420 sacos de 60 Kg. do produto (307% superior a produção de 1951/52).

Em 1960/61, a produção passa a ser de 268.030 sacos de 60 Kg., o que significa um acréscimo de 393% em relação ao período anterior (1955/56). Em 1965/66, a Usina São Luiz S.A. conseguiu produzir 546.632 sacos de 60 Kg. de açúcar, resultando em um aumento de 104% em comparação à safra de 1960/61.

Porém, na safra de 1970/71, o total produzido – 588.688 sacos de 60 Kg. - representou um crescimento de 7% sobre os 546.632 sacos produzidos na safra de 1965/66. No entanto, temos uma grande recuperação da produção na safra de 1975/76, resultando em uma produção total de 724.433 sacos de 60 Kg., perfazendo um percentual de 23% em relação ao período anterior estudado (1970/71).

Em 1980/81, a Usina São Luiz S.A. conseguiu chegar à produção de 1.260.550 sacos de 60 Kg. de açúcar, representando um aumento de 74% em relação à safra de 1975/76. Isso vem demonstrar a importância que esta empresa apresenta no contexto da produção açucareira no EDR de Ourinhos. Além disso, a agroindústria representou 100% na produção açucareira para os períodos estudados de 1951/52, 1955/56, 1960/61, 1975/76 e 1980/81 neste EDR, sendo que nas safras de 1965 / 66, a participação da empresa na produção total de açúcar foi de 94%, e no período 1970/71, a participação na produção de açúcar recuou para 75% da produção. Isto ocorreu devido à instalação da Usina Santa Rosa de Lima, que produziu açúcar durante um breve período, apresentando produção somente em duas safras (tabela 25).

Durante a safra de 1965/66, a Usina Santa Rosa de Lima produziu 30.028 sacos de 60 Kg. de açúcar, em uma de suas primeiras safras em atividade. Em 1970/71, a produção de açúcar desta empresa passou a 200.000 sacos de 60 Kg., o que representou um crescimento de 566%, perfazendo cerca de 25% da produção açucareira no EDR de Ourinhos. Mas, em 1974, essa agroindústria é vendida (conforme já estudado no início do capítulo) e encerra suas atividades, voltando a ser a Usina São Luiz S.A., cooperada da COPERSUCAR, a única unidade produtora de açúcar no EDR de Ourinhos. Apesar do início do PROÁLCOOL em 1975, a

produção de açúcar ainda persiste, tendo grande impulso a partir do final dos anos de 1990, como será abordado a seguir.

Tabela 25 – Evolução da Produção de Açúcar no EDR de Ourinhos: Período (safras) de 1951/52 a 1980/81 (em sacos de 60 Kg.)

Período (Safrá)	Usina São Luiz S. A.	Usina Santa Rosa de Lima S.A.	Produção Total de Açúcar no EDR de Ourinhos
1951/52	13.375		13.375
1955/56	54.420		54.420
1960/61	268.030		268.030
1965/66	516.604	30.028	546.632
1970/71	588.688	200.000	788.688
1975/76	724.433		724.433
1980/81	1.260.550		1.260.550

Fonte: BRAY (1980) & IAA/PLANALSUCAR (1981)

4.4.2. A Produção Açucareira no EDR de Ourinhos a partir da safra 1984/85 e as transformações ocorridas durante os anos de 1990

Durante os anos de 1980, a Usina São Luiz S.A. continuou a ser a única empresa a produzir açúcar no EDR de Ourinhos, representando 100% da produção, sendo que esta situação prevaleceu até a safra de 1996/97, quando este cenário começa a se transformar, com a instalação de mais uma unidade produtora de açúcar, que é a Usina Ipaussu, do Grupo FBA/Cosan. No entanto, como será abordado, entre as safras de 1984/85 a 1992/93, o crescimento da produção apresentou cifras negativas, intercaladas com taxas de pequeno aumento na produção. Esta fase representou um aumento expressivo na produção de álcool pelas agroindústrias instaladas no EDR (a ser estudado).

Em 1984/85, a produção de açúcar pela Usina São Luiz S.A. (COPERSUCAR), foi equivalente a 1.289.620 sacos de 50 Kg. Logo em seguida, na safra de 1986/87, a produção se reduziu para 1.145.140 sacos de 50 Kg. de açúcar, representando um declínio de 11% na produção açucareira que compreende esses períodos. Na safra 1988/89, a produção declinou ainda mais, atingindo 1.111.720 sacos de 50 Kg. de açúcar. Isto representou uma redução de 3% na produção de açúcar no EDR de Ourinhos. A prioridade era a produção alcooleira, sendo que somente entre as safras de 1984/85 a 1988/89, o decréscimo da produção

açucareira representou 16% do volume total. Contudo, a partir de 1990, começa a se notar uma tendência para uma maior produção de açúcar, registrando-se 1.230.300 sacos de 50 Kg., que significaram um acréscimo de 7% na produção açucareira. Ainda assim, os dados observados ainda são inferiores aos registrados durante a safra de 1984/85, quando se registraram 1.289.620 sacos de 50 Kg. de açúcar.

Deste período em diante, contempla-se um grande aumento na produção de açúcar (tabela 26), coincidindo com a crise do PROÁLCOOL e a extinção do IAA pelo governo federal, onde a produção de açúcar pelas usinas passa a ser priorizada, como uma saída para a crise da produção alcooleira. Na safra 1994/95, a produção de açúcar saltou para 1.523.740 sacos de 50 Kg., o que representou um acréscimo de 24% (em relação a safra 1992/93) na produção açucareira do EDR de Ourinhos. Em 1996/97, o total produzido chega a 1.857.260 Kg. de 50 sacos de açúcar, um acréscimo de 22% se comparados aos 1.523.740 sacos de 50 Kg. de açúcar registrados na safra de 1994/95.

Tabela 26 – Evolução da Produção de Açúcar no EDR de Ourinhos: Período (safra) de 1984/85 a 2001/02 (em sacos de 50 Kg.).

Período (Safra)	Usina São Luiz S.A.	Usina Ipaussu (FBA/Cosan)	Produção Total de Açúcar no EDR de Ourinhos
1984/85	1.289.620		1.289.620
1986/87	1.145.140		1.145.140
1988/89	1.111.720		1.111.720
1990/91	1.149.780		1.149.780
1992/93	1.230.300		1.230.300
1994/95	1.523.740		1.523.740
1996/97	1.857.260		1.857.260
1998/99	2.170.180	1.792.200	3.962.380
2000/01	2.380.000	1.961.980	4.341.980
2002/03	2.631.400	3.245.280	5.876.680

Fonte: IAA/PLANALSUCAR (1985, 1987 e 1989) , Anuário da Cana (Safra de 1995/96 a 2002/03), UNICA (2002) e usinas do EDR de Ourinhos.

A partir de 1996, a Usina Ipaussu recebe investimentos de US\$ 20 milhões do Grupo Cosan/Bom Jesus, proprietária da empresa, que tinha por finalidade transformar a destilaria de álcool em uma usina de produção de açúcar, cuja produção a projetaria entre as maiores empresas produtoras do país (Jornal DEBATE, n. 802, p. 5, 25 ago. 1996). Com isso, entra em operação uma nova usina de produção de açúcar no EDR de Ourinhos.

Esses investimentos se refletem nos resultados da produção açucareira da safra 1998/99, quando a Usina Ipaussu registra 1.792.200 sacos de 50 Kg. de açúcar. A Usina São Luiz S.A. produz 2.170.180 sacos de 50 Kg. de açúcar, totalizando a produção açucareira em 3.962.380 sacos de 50 Kg. A produção desta última usina representava até a safra 1996/97, 100% da produção do EDR, enquanto na safra de 1998/99, sua participação se reduz para 55%. A Usina Ipaussu, que obteve 45% da produção açucareira nesta área, registra um acréscimo de 113% entre as safras de 1996/97 e 1998/99.

Com os dados de produção açucareira na safra de 2000/01 atingindo 4.341.980 sacos de 50 Kg. de açúcar, há um crescimento da produção da ordem de 10% em relação à safra de 1998/99. A Usina São Luiz S.A. produz 2.380.000 sacos de 50 Kg. de açúcar, o equivalente a 55% da produção, enquanto a Usina Ipaussu (FBA/Cosan), participa com 45% da produção, o mesmo índice registrado durante a safra de 1998/99.

No entanto, na safra de 2002/03, a Usina Ipaussu passa a liderar a produção açucareira no EDR de Ourinhos, confirmando os investimentos aplicados a partir da safra 1996/97. A produção de açúcar da Usina Ipaussu neste período saltou para 3.245.280 sacos de 50 Kg., significando um aumento de 65% na produção desta usina se comparada com a produção da safra de 2000/01. A Usina São Luiz S.A., até então líder da produção açucareira (desde sua fundação em 1951 pela família Quagliato), pela primeira vez tem sua posição ultrapassada por uma outra empresa localizada no mesmo EDR, onde a participação da Usina Ipaussu passa ser 55% e a da Usina São Luiz chega a 45% na produção açucareira, invertendo a tendência das duas safras estudadas anteriormente.

Contudo, apesar dos novos acontecimentos, é conveniente estar atento aos novos investimentos realizados por estas empresas que certamente resultarão no aumento da produção açucareira do EDR de Ourinhos. A Usina São Luiz S.A., a empresa pioneira do setor sucroalcooleiro desta área, apresenta condições favoráveis de investimentos em sua agroindústria, o que pôde ser constatado durante visita à empresa, enquanto a Usina Ipaussu, pertencente ao grupo FBA/Cosan, tem investido muito em suas unidades, principalmente na produção de açúcar para suprir o mercado externo.

4.5. A Evolução da Produção Alcooleira no EDR de Ourinhos

A produção alcooleira no EDR de Ourinhos inicia-se na safra de 1952/53, na Usina São Luiz S.A. (Ourinhos), um ano após o início de suas atividades e da primeira produção de açúcar. Durante quase trinta anos, foi a unidade que se destacou na produção alcooleira, mesmo porque não haviam outras unidades produtoras, a não ser a Usina Santa Rosa de Lima S.A., que operou durante um breve período de tempo. Mas a partir do ano de 1975, com a política federal do PROÁLCOOL, esta área começou a receber novos investimentos para a instalação de destilarias autônomas, cuja finalidade era produzir o álcool hidratado e, em alguns momentos, o álcool anidro, utilizados como combustível.

Também existem no EDR de Ourinhos duas empresas que produzem álcool de cereais. Ambas serão mencionadas, pois se enquadram como unidades produtoras de álcool, apesar do álcool de cereais ser produzido com outros fins, que não o combustível (conforme já estudado). Para se realizar este estudo, dar-se-á uma divisão em dois momentos (como ocorreu com o açúcar). O primeiro contemplará um histórico da produção alcooleira até a safra de 1980/81, constando sua evolução produtiva. No segundo momento, serão destacadas as principais transformações ocorridas no setor de produção alcooleira no EDR a partir dos anos de 1980, e a reorganização deste setor com a extinção do IAA e do PROÁLCOOL, e posteriormente, com a desregulamentação ocorrida durante os anos de 1990.

4.5.1. Histórico da Produção Alcooleira: Safras de 1952/53 a 1980/81

A partir da safra de 1952/53, a Usina São Luiz S.A. inicia a produção de álcool, sendo a primeira empresa no EDR de Ourinhos a industrializar o produto. No início, sua produção foi bastante modesta, semelhante ao que se sucedeu com o açúcar, sendo que nesta safra, a agroindústria produziu 116.000 litros de álcool, respondendo por 100% da produção alcooleira.

Na safra de 1955/56, a produção de álcool atingiu 476.000 litros do produto. Isto representou um acréscimo de 310% sobre o total registrado em 1952/53. Para a safra de 1960/61, o total produzido chega a 2.911.000 litros, perfazendo um aumento de 511% em relação ao período anterior (1955/56). A evolução da produção de álcool não parava de crescer (tabela 27).

Para a safra de 1965/66, a produção alcança o patamar de 4.997.000 litros, representando um crescimento da ordem de 72% sobre o obtido em 1960/61 (2.911.000 litros). Até este momento a produção de álcool pela Usina São Luiz S.A. representa 100% do total produzido no EDR de Ourinhos.

Na safra de 1970/71, temos o registro da produção de álcool pela Usina Santa Rosa de Lima S.A., que produziu 468.000 litros de álcool, e da Usina São Luiz S.A., que obteve 5.803.000 litros do produto, totalizando 6.271.000 litros de álcool produzidos. Com isso a participação da Usina São Luiz S.A. neste EDR (Ourinhos) quanto à produção de álcool foi de 93% do total, ficando a Usina Santa Rosa de Lima com 7% da produção total.

Tabela 27 – Evolução da Produção de Álcool nas Destilarias Autônomas e Anexas do EDR de Ourinhos – Período (Safras) de 1952/53 a 1980/81 (produção em milhares de litros)

Período (Saфра)	Usina São Luiz S.A.	Usina Santa Rosa de Lima S.A.	Produção Total de Álcool no EDR de Ourinhos
1952/53	116		116
1955/56	476		476
1960/61	2.911		2.911
1965/66	4.997		4.997
1970/71	5.803	468	6.271
1975/76	6.480		6.480
1980/81	30.078		30.078

Fonte: BRAY (1980) & IAA/PLANALSUCAR (1981).

Na safra de 1975/76, a produção alcooleira foi de 6.480.000 litros, representando um acréscimo de 3% sobre o registrado na safra de 1970/71, o menor crescimento registrado no período estudado (safras 1952/53 a 1980/81). Neste momento, a Usina São Luiz S.A. volta a representar 100% da produção alcooleira.

Em relação aos dados da safra 1980/81, pode-se perceber quão importante foram os resultados que o PROÁLCOOL produziu em termos de produção de álcool.

Somente no EDR de Ourinhos, onde o destaque da produção sucroalcooleira concentrava-se na Usina São Luiz S.A., a produção saltou para 30.078.000 litros de álcool, o que representou um crescimento de 364% comparado ao da safra 1975/76 (6.480.000 litros).

Deste período em diante, a produção alcooleira passa por um processo de transformação, pois surgem novas empresas - as destilarias autônomas – que passam a produzir álcool incentivadas pelo PROÁLCOOL (capítulo 3). Vale ressaltar que o processo de formação destas empresas apresentam uma realidade diferente da estudada até agora, pois a influência da política federal para o setor sucroalcooleiro, assim como a instabilidade econômica do país e a extinção do IAA (1990), que autorizava empréstimos para as agroindústrias, atingem mais diretamente as empresas que possuem pouco capital de investimento, levando-as a uma luta constante pela sobrevivência, onde muitas vezes, os resultados podem resultar na venda da agroindústria para outro grupo, ou mesmo a falência, com encerramento das atividades.

4.5.2. A Produção Alcooleira do EDR de Ourinhos a partir da safra 1982/83 e as transformações ocorridas durante os anos de 1990

Conforme se pôde verificar até a safra 1980/81 (tabela 27), existia apenas uma usina produtora de álcool no EDR de Ourinhos, que respondia por 100% da produção alcooleira (Usina São Luiz S.A.). Durante este período, a produção de álcool da agroindústria foi de 30.078.000 litros. No entanto, diferentemente do que ocorreu com a produção de açúcar, houve uma grande expansão de destilarias autônomas neste EDR, impulsionadas pelo Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), para a produção de álcool combustível.

A Usina São Luiz S.A. (COPERSUCAR) apresentou uma produção de 34.217.000 litros de álcool na safra 1982/83. Este valor saltaria para 48.630.000 litros na safra 1984/85, o que equivale a um aumento proporcional da ordem de 42% na produção de álcool (tabela 28). Contudo, no período de 1986/87, a produção de álcool por esta unidade agroindustrial apresenta retração de 15%, sendo produção

total de 41.402.000 litros. Convém ressaltar que a produção de álcool varia conforme o momento econômico pelo qual está passando a empresa, a produtividade da safra e a valorização do produto no mercado, e não somente da política imperativa do PROÁLCOOL.

Na safra 1988/89, há uma grande recuperação da produção de álcool pela Usina São Luiz S.A., que manteve uma fase de crescimento da produção alcooleira até a safra de 1996/97, quando ocorre uma superprodução de álcool nas agroindústrias sucroalcooleiras. Em 1988/89, a produção de álcool atinge 63.210.000 litros, representando um aumento de 53% sobre a safra 1986/87 (41.402.000 litros).

O resultado final da safra 1990/91 foi a produção de 68.586.000 litros, apontando um crescimento de 8,5% sobre os 63.210.000 litros produzidos na safra 1988/89. Na tendência da evolução da produção alcooleira, mesmo após a extinção do IAA em 1990, a Usina São Luiz S.A. continua a apresentar resultados positivos: no período de 1992/93 a produção alcooleira apresentou crescimento de apenas 1,5% sobre aquela registrada na safra 1990/91, ou seja, 69.700.000 litros (1992/93) contra os 68.586.000 litros produzidos (1990/91).

No entanto, na safra 1994/95 a produção de álcool pela Usina São Luiz S.A. atinge 74.538.000 litros, o que representou um crescimento de 7% em relação à safra de 1992/93 (69.700.000 litros de álcool produzidos). Na safra 1996/97, a produção de álcool pela agroindústria é uma das maiores registradas em toda sua história, produzindo 84.538.000 litros em comparação aos 74.538.000 litros de álcool produzidos no período de 1994/95, resultando em um aumento de 14% na produção de álcool (tabela 28). Com a grande oferta de álcool no mercado, a queda na venda de automóveis movidos à álcool, devido a pouca credibilidade do consumidor, a produção de álcool inicia um ciclo descendente na evolução produtiva.

Em 1998/99 há uma queda de 20,5% na produção de álcool pela Usina São Luiz S.A., que registra nesta safra 67.545.000 litros produzidos, contra os 84.979.000 litros de álcool produzidos na safra 1996/97. Na safra 2000/01 ocorre uma breve recuperação da produção alcooleira pela empresa, que obtém uma produção de 71.712.000 litros de álcool, representando um crescimento de 6% sobre a safra 1998/99 (67.545.000 litros de álcool). A produção alcooleira, registrada para o período de 2002/03 pela Usina São Luiz S.A. sofre uma forte queda, registrando 61.761.000 litros produzidos.

Tabela 28 – Evolução da Produção de Alcool nas Destilarias Autônomas¹ e Anexas do EDR de Ourinhos – Período (Safrá) de 1982 / 83 a 2002 / 03 (produção em milhares de litros)

Período (Safrá)	Usina São Luiz S.A.	Sobar S.A. – Alcool e Derivados	Destilaria Archângelo Ltda.	Usina Ipaussu (FBA/COSAN)	Destilaria Ponte Preta Ltda.	Destilaria Coraci Ltda.	Agroindustrial Tarumã Ltda.	Produção Total de Alcool no EDR de Ourinhos
1982/83	34.217	59.175						93.394
1984/85	48.630	73.934	1.559	12.373				136.496
1986/87	41.402	59.307	9.897	18.884				129.490
1988/89	63.210	66.809	7.504	22.474	7.600	724		168.321
1990/91	68.586	65.655		28.257	2.827	1.114		166.439
1992/93	69.700	58.070	3.172	36.003		813		167.758
1994/95	74.538	47.983	8.942	35.591		1.342		168.396
1996/97	84.979	44.238	6.312	62.845		1.233	557	200.164
1998/99	67.545	56.363	4.089	48.943		279	306	177.525
2000/01	71.712	47.684	1.551	28.311		820	N/D	150.078
2002/03	61.761	35.987		43.356		2.126	N/D	143.230

Fonte: IAA / PLANALSUCAR (1985, 1987 e 1989), Anuário da Cana (Safras de 1995/96 a 2002 / 03), UNICA (2002) e usinas do EDR de Ourinhos.

¹ A Destilaria Sylvestre Egreja (Almey) não é mencionada por não apresentar dados estatísticos concretos de sua produção (IAA / PLANALSUCAR). Produziu álcool em apenas uma safra (1985/86), sendo desativada posteriormente. Outrossim, destacamos a capacidade instalada de produção de álcool, que era de 30.000 litros / dia (FERREIRA, 1988).

Esse valor representa 14% a menos do que a produção de álcool obtida pela empresa na safra de 2000/01, quando foram produzidos 71.712.000 litros de álcool.

De um modo geral, a evolução na produção de álcool pela Usina São Luiz S.A. (COPERSUCAR), se comparadas as safras inicial (1982 / 83) e final (2002/03), que compreendem vinte anos de estudo, obteve um crescimento de 80% na produção de álcool, apresenta momentos distintos: o que compreende as safras de 1982/83 e 1984/85, que apresenta crescimento da produção alcooleira pela empresa, seguido de uma queda da produção na safra 1986/87, seguido de uma fase de recuperação e crescimento contínuo, que abrangeu o período das safras 1988/89, 1990/91, 1992/93, 1994/95 e 1996/97 e, enfim, uma terceira parte englobando as safras de 1998/99, 2000/01 e 2002/03, que apresenta tendência de declínio da produção alcooleira, até atingir uma estabilização na produção de álcool. No caso da Usina São Luiz S.A., na safra de 2000/01 houve um crescimento da produção se comparado ao período de 1998/99, mas que foi seguido por um novo período de forte declínio na produção alcooleira na safra 2002/03.

A Sobar S.A. Álcool e Derivados teve uma produção de 59.176.000 litros de álcool na safra 1982/83. Este valor chegaria a 73.934.000 litros na safra 1984/85, o que representa um aumento de 25% na produção de álcool (tabela 28). Para período de 1986/87, a produção de álcool por esta destilaria apresenta decréscimo de 20%, sendo produzidos 59.307.000 litros. Vale lembrar, como já ressaltado anteriormente, que a produção de álcool varia conforme o momento econômico pelo qual está passando a destilaria, a produtividade da safra e a valorização do produto no mercado, e não somente da política do PROÁLCOOL. Na safra 1988/89, ocorre uma recuperação da produção de álcool pela Sobar S.A. Álcool e Derivados, atingindo 66.809.000 litros, representando um aumento de 13% sobre a safra 1986/87 (59.307.000 litros). Após esta a safra 1988/89 a Sobar S.A. Álcool e Derivados apresentou tendência para diminuição da produção alcooleira para as próximas safras, prevalecendo até o período de 1996/97, demonstrando a crise econômica pelo qual passa esta destilaria, e também neste intervalo ocorre a extinção do IAA, que ocorreu no ano de 1990.

No período da safra 1990/91 foram produzidos 65.655.000 litros, demonstrando um declínio de 2% sobre os 66.809.000 litros produzidos na safra 1988/89. Na Sobar S.A. Álcool e Derivados continuam a prevalecer resultados negativos na produção alcooleira, sendo que no período de 1992/93 a produção

alcooleira apresentou uma diminuição de 11,5% sobre aquela registrada na safra 1990/91, ou seja, 58.070.000 litros na safra 1992/93 contra os 58.070.000 litros produzidos no período 1990/91.

Para a safra 1994/95 a produção de álcool pela Sobar S.A. Álcool e Derivados atinge 47.983.000, o que representou um declínio na produção de 17,5% em relação à safra de 1992/93 (58.070.000 litros de álcool produzidos). Na safra 1996/97, a produção de álcool pela empresa chega a 44.238.000 litros em comparação aos 47.983.000 litros de álcool produzidos no período de 1994/95, o que equivale ao declínio de 8% na produção de álcool.

Entretanto, na safra 1998/99 há uma retomada do crescimento na produção de álcool pela Sobar S.A. Álcool e Derivados, que registra nesta safra 56.363.000 litros produzidos, contra os 44.238.000 litros de álcool produzidos na safra 1996/97, significando um crescimento da ordem de 27,5%. Contudo, essa tendência não seria mantida nas safras seguintes. Já no período 2000/01 ocorre uma nova queda da produção alcooleira pela empresa, que obtém uma produção de 47.684.000 litros de álcool, representando um decréscimo de 15,5% sobre a safra 1998/99 (56.363.000 litros de álcool). A produção alcooleira, registrada para o período de 2002/03 pela Sobar S.A. Álcool e Derivados foi a menor do período estudado (compreendendo as safras 1982/83 até 2002/03), chegando a 35.987.000 litros produzidos. Esse valor representa 24,5% a menos do que a produção de álcool obtida pela empresa na safra de 2000/01, quando foram produzidos 47.684.000 litros de álcool.

De um modo geral, a evolução na produção de álcool pela Sobar S.A. Álcool e Derivados, se comparadas as safras inicial (1982/83) e final (2002/03), que compreendem vinte anos de estudo, obteve um decréscimo de 40% na produção de álcool, resultado dos períodos de crise financeira sofridos pela destilaria. Apresenta momentos distintos: a que compreende as safras de 1982/83 e 1984/85, que apresentou um crescimento na produção de álcool pela empresa, seguida de um momento de forte queda na produção (safra 1986/87), recuperado em parte na safra 1988/89. A partir desse momento, foram registrados declínios constantes no total da produção alcooleira da destilaria, que abrangeu o período das safras 1988/89, 1990/91, 1992/93, 1994/95 e 1996/97. Na safra 1998/99 ocorre uma recuperação na produção de álcool da empresa, algo que não será mantido nas safras 2000/01 e 2002/03, que apresenta tendência de declínio da produção alcooleira, até atingir uma estabilização na produção de álcool. No caso da Sobar S.A. Álcool e Derivados

este fator é agravado pelas condições econômicas pelas quais passa a empresa, incluindo a mudança de direção e de proprietários.

Outra importante agroindústria produtora de álcool no EDR de Ourinhos, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) apresentou uma produção de 12.373.000 litros de álcool na safra 1984/85. Este se elevaria a 18.884.000 litros na safra 1986/87, significando um aumento de 15% na produção de álcool (tabela 28). No período de 1988/89, a produção de álcool pela agroindústria apresenta crescimento de 19%, sendo produzidos 22.474.000 litros sobre os 18.884.000 litros de álcool produzidos na safra 1986/87. Na safra 1990/91, observa-se um novo crescimento da produção alcooleira, que atinge 28.257.000 litros produzidos, demonstrando um crescimento de 26% sobre a safra 1988/89 (22.474.000 litros). Na safra 1992/93, ocorre uma expansão de 27,5% na produção de álcool na Usina Ipaussu (FBA/Cosan), que atinge 36.003.000 litros produzidos, em comparação aos 28.257.000 litros da safra 1990/91.

No período da safra 1994/95 foram produzidos 35.591.000 litros de álcool pela empresa, apresentando um decréscimo na produção de 1% sobre os 36.003.000 litros produzidos na safra 1992/93. Entretanto, na safra 1996/97 foi registrada uma grande produção de álcool na Usina Ipaussu (FBA/Cosan), que obteve 62.845.000 litros de álcool, uma das maiores de sua história. Isso representou um crescimento significativo de 76,5% sobre a safra 1994/95, quando foram registrados 35.591.000 litros produzidos. Contudo, neste instante há uma grande disponibilidade de álcool no mercado interno, devido à superprodução observada. Isso acarretou uma grande retração na produção de álcool pelas agroindústrias nacionais, o que não foi diferente na Usina Ipaussu (FBA/Cosan).

Na safra 1998/99 é observada uma forte queda na produção de álcool pela Usina Ipaussu (FBA/Cosan), que produz nesta safra 48.943.000 litros, em comparação aos 62.845.000 litros de álcool produzidos na safra 1996/97, significando um decréscimo de 22% na produção alcooleira da empresa. No período 2000/01 ocorre uma nova queda da produção de álcool na Usina Ipaussu (FBA/Cosan), que produz 47.684.000 litros, demonstrando um declínio de 42% sobre a safra 1998/99 (48.943.000 litros de álcool). Contudo, na safra 2002/03 há uma grande recuperação na produção de álcool pela Usina Ipaussu (FBA/Cosan), se comparada ao período 2000/01, caracterizando um aumento de 53%, sendo que a

produção de álcool chega a 43.356.000 litros produzidos em comparação aos 28.311.000 litros da safra 2000/01.

De uma maneira geral, a evolução na produção de álcool pela Usina Ipaussu (FBA/Cosan), se comparadas as safras inicial (1984/85) e final (2002/03), que compreendem dezoito anos de estudo, caracterizou um crescimento de 250% na produção de álcool, demonstrando um dos maiores índices de crescimento da produção alcooleira nas agroindústrias do EDR de Ourinhos. No entanto, como as demais empresas estudadas, apresenta momentos distintos na evolução da produção alcooleira. O primeiro momento abrange as safras de 1984/85, 1986/87, 1988/89, 1990/01 e 1992/93 que demonstraram crescimento na produção de álcool da empresa, seguida de um momento de pequena queda na produção (safra 1994/95). Depois disso, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) atinge uma grande produção alcooleira na safra 1996/97, considerada uma das maiores de sua história. A partir da safra 1998/99, evidencia-se o decréscimo da produção em duas safras consecutivas – safras de 1998/99 e 2000/01. Na safra de 2002/03 ocorre uma retomada do crescimento na produção de álcool por esta empresa, mesmo assim, a um nível inferior ao observado no período 1998/99.

A Destilaria Archângelo Ltda. iniciou a produção alcooleira na safra 1984/85, quando produziu 1.559.000 litros de álcool (tabela 28). Esta atingiria 9.897.000 litros na safra 1986/87, significando um crescimento extraordinário de 535% na produção de álcool. Na safra 1988/89, a produção de álcool pela empresa demonstrou declínio de 24%, sendo produzidos 7.504.000 litros em comparação aos 9.897.000 litros de álcool produzidos na safra 1986/87. Durante a safra 1990/91 a Destilaria Archângelo Ltda. não operou em decorrência de sérios problemas econômicos, coincidindo com a época de extinção do IAA Mas a partir da safra 1992/93 a empresa volta novamente à produção de álcool.

Nesta safra foram produzidos 3.172.000 litros de álcool pela Destilaria Archângelo Ltda., uma produção modesta se comparada aos 7.504.000 litros produzidos na safra 1988/89. Entretanto, na safra 1994/96 foi registrada uma grande produção de álcool na empresa, que produziu 8.942.000 litros de álcool, uma das maiores de sua história. Isso representou um crescimento de 182% sobre a safra 1992/93, quando foram registrados 3.172.000 litros produzidos. No período de 1996/97, se inicia uma fase de declínio na produção alcooleira desta empresa, que apresenta sérios problemas econômicos que vão se agravando até o encerramento

das atividades da empresa (processo de falência), na safra 2001/02. Para o período 1996/97 ocorreu a produção de 6.312.000 litros de álcool, sendo 29,5% inferior à produção obtida na safra 1994/95 (8.942.000 litros de álcool). Na safra 1998/99 houve uma produção de 4.089.000 litros de álcool em relação aos 6.312.000 litros produzidos no período 1996/97, representando uma redução de 35% na produção alcooleira, e para finalizar, a safra 2000/01 teve uma produção de 1.551.000 litros de álcool, o que equivale a uma produção de álcool 62% menor do que a registrada no período de 1998/99 (4.089.000 litros de álcool).

De um modo geral, a evolução na produção de álcool pela Destilaria Archângelo Ltda., se comparadas as safras inicial (1984/85) e final (2000/01), que compreendem dezesseis anos de estudo, apresentou um resultado pouco satisfatório. Em primeiro lugar, a empresa não apresentou atividade de industrialização de álcool correspondente à safra 1990/91. Em um segundo instante, a empresa é marcada por dois ciclos, que são delimitados pela suspensão das atividades na safra 1990/91. O primeiro ciclo se inicia com a produção de álcool na safra 1984/85, atinge o ponto máximo na produção de álcool na safra 1986/87, seguido de um período de declínio na safra 1988/89, resultante da crise econômica pela qual a destilaria estava passando, sendo que por precaução o seu proprietário decidiu suspender as atividades na safra 1990/91. O segundo ciclo se inicia com a retomada das atividades a partir da safra 1992/93, tendo seu ápice na safra 1994/95. A partir deste momento, a agroindústria começa a apresentar declínio constante na produção de álcool por safras seguidas, até atingir o auge de sua crise na safra 2000/01, com um dos mais baixos níveis de produção já contabilizados pela empresa. Não conseguindo saldar seus compromissos, a Destilaria Archângelo Ltda. entra em processo de falência durante a safra 2001/02, encerrando suas atividades na produção alcooleira do EDR de Ourinhos.

Outro empreendimento do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, a Destilaria Ponte Preta Ltda., que teve uma breve participação na produção alcooleira desta área, começou a produção de álcool na safra 1988/89, quando produziu 7.600.000 litros, sendo beneficiária do PROÁLCOOL (tabela 28). Na safra 1990/91, a produção teve um grande declínio chegando a 2.827.000 litros de álcool, representando um decréscimo de 63% na produção total de álcool. Esta safra coincide com a extinção do PROÁLCOOL, e a destilaria estava em uma situação econômica nada favorável à manutenção da produção de álcool para as safras

seguintes. Sendo assim, o proprietário decidiu encerrar as atividades da empresa, não participando mais na produção alcooleira do EDR de Ourinhos.

É caracterizada como uma empresa que pouco participou da produção de álcool, sendo que a produção entre as safras de 1988/89 e 1990/91 apresentou um declínio produtivo, entrando em uma crise que culminou com o encerramento de sua atividade, pois necessitava de maiores investimentos para sobreviver no concorrido mercado sucroalcooleiro, algo que foi dificultado após a extinção do IAA e do PROALCOOL.

Além destas cinco empresas estudadas (Usina São Luiz S.A., Sobar S.A. Álcool e Derivados, Usina Ipaussu - FBA/Cosan, Destilaria Archângelo Ltda. e Destilaria Ponte Preta Ltda.), ligadas diretamente à produção sucroalcooleira, tendo como matéria-prima a cana-de-açúcar, encontram-se instaladas no EDR de Ourinhos duas agroindústrias que produzem álcool a partir de cereais, que são a Destilaria Coraci Ltda. e a Agroindustrial Tarumã Ltda., ambas localizadas no município de São Pedro do Turvo. Como a Destilaria Coraci Ltda. é mencionada nos trabalhos de FERREIRA (1988) e RUAS (1996), e por estar incluída no PROÁLCOOL e das políticas do setor sucroalcooleiras imperativas do IAA, far-se-á um estudo sobre a evolução na produção de álcool nobre ou de cereais (que utiliza como matéria-prima o milho e o arroz principalmente, podendo ser deteriorado), apesar de salvaguarda a respeito de informações por parte de proprietários e diretores das empresas.

A Destilaria Coraci Ltda. iniciou a produção alcooleira na safra 1988/89, quando produziu 724.000 litros de álcool nobre (tabela 28). A produção subiu para 1.114.000 litros na safra 1990/91, traduzindo em um crescimento de 54% na produção de álcool. Na safra 1992/93, a produção de álcool nobre pela empresa evidenciou declínio de 27%, sendo produzidos 813.000 litros em comparação aos 1.114.000 litros de álcool nobre produzidos na safra 1990/91. Durante a safra 1994/95 a Destilaria Coraci Ltda. produziu 1.342.000 litros de álcool, representando um aumento de 65% sobre a produção de álcool nobre obtido na safra 1992/93, que foi de 813.000 litros.

No período de 1996/97 foram produzidos 1.233.000 litros de álcool nobre pela Destilaria Coraci Ltda., uma produção 8% menor do que a alcançada na safra 1994/95 (1.342.000 litros). Entretanto, na safra 1998/99 a empresa registra um grande declínio em sua produção, uma das menores de sua história, com 279.000

litros de álcool nobre produzidos. Isso significou um decréscimo na produção de 77% sobre a safra 1996/97, quando foram registrados 1.233.000 litros produzidos.

No período de 2000/01, se iniciou uma fase de recuperação na produção alcooleira na Destilaria Coraci Ltda., que apresentou uma produção de 820.000 litros de álcool nobre em referência aos 279.000 litros produzidos na safra 1998/99, ou seja, um crescimento de 194%. Para a safra 2002/03 ocorreu a produção de 2.126.000 litros de álcool nobre, sendo 159% superior à produção alcançada na safra 2000/01 (820.000 litros de álcool nobre).

De uma maneira geral, a evolução na produção de álcool nobre pela Destilaria Coraci Ltda., se comparadas as safras inicial (1988/89) e final (2002/03), que compreendem quatorze anos de estudo, apresentou uma situação bastante interessante, ocorrendo uma variação muito grande no total de álcool nobre produzido. Entre as safras 1988/89 e 1990/91 houve um crescimento na produção de álcool nobre, seguidas pela safra de 1992/93, onde ocorreu uma retração da produção de álcool da empresa. Na safra 1994/95 houve uma recuperação no valor da produção alcooleira, chegando a uma das maiores safras da história da empresa. No entanto, o intervalo que compreende as safras de 1994/95 a 1998/99 apresentou uma situação de quedas constantes no nível de produção da destilaria, até atingir a mais baixa produção de álcool nobre da história da empresa, fato que ocorreu na safra 1998/99, evidenciando um período de crise econômica pelo qual passava a empresa. Entretanto, nas safras seguintes – 2000/01 e 2002/03 deu-se o início de um período de crescimento na produção de álcool nobre pela Destilaria Coraci Ltda., quando atinge sua maior produção na safra de 2002/03, demonstrando um período de crescimento positivo para esta agroindústria.

A última agroindústria do setor sucroalcooleiro a se instalar no EDR de Ourinhos foi a Agroindustrial Tarumã Ltda., que principiou a produção de álcool nobre na safra 1996/97, quando produziu 557.000 litros do produto (tabela 28). Para a safra seguinte (1998/99), a empresa apresentaria um declínio na produção alcooleira de 45% comparada com a safra 1996/97, produzindo 306.000 litros de álcool nobre.

Nas safras de 2000/01 e 2002/03, os dirigentes da Agroindustrial Tarumã Ltda. não divulgaram os dados, sendo considerados informações confidenciais da empresa, e consultadas outras fontes de informação como a UNICA, também não constam informações estatísticas da produção da agroindústria. As estatísticas

referentes à produção de álcool total no EDR de Ourinhos, a partir da safra 2000/01, não dispõem de informações da Agroindustrial Tarumã Ltda., sendo considerada a produção de álcool desta área como a somatória da produção das demais unidades produtoras que colaboraram com a pesquisa.

Antes de se finalizar o estudo sobre a evolução da produção de álcool (total) nas agroindústrias sucroalcoleiras do EDR de Ourinhos, no período de 1982/83 a 2002/03, torna-se necessário uma reflexão sobre os resultados obtidos no EDR, que se constitui no décimo-segundo Escritório de Desenvolvimento Rural em quantidade de álcool total produzido no Estado de São Paulo, estando inserido nas políticas públicas e privadas que envolvem os contextos estadual e nacional.

O EDR de Ourinhos, após o advento do PROÁLCOOL, apresentou a instalação de diversas destilarias em sua área (conforme estudado). Na safra de 1982/83, a produção de álcool (total) pelas unidades agroindustriais totalizou 93.394.000 litros produzidos. Esse valor chegaria a 136.496.000 litros na safra de 1984/85, representando um acréscimo de 46% sobre a produção obtida na safra 1982/83.

No período de 1986/87, a produção de álcool no EDR apresenta declínio de 5%, sendo a produção total de 129.490.000 litros em relação aos 136.496.000 litros de álcool produzidos na safra 1984/85. Na safra 1988/89, há uma grande recuperação da produção de álcool no EDR de Ourinhos, registrando uma produção de 168.321.000 litros, um crescimento de 30% em comparação à safra 1986/87 (129.490.000 litros de álcool).

O resultado final da safra 1990/91 foi a produção de 166.439.000 litros, apontando um declínio na produção de 1% sobre os 168.321.000 litros produzidos na safra 1988/89. Após este período, a produção de álcool no EDR de Ourinhos apresentou índices positivos de crescimento, que se mantiveram mesmo após a extinção do IAA em 1990, perdurando até a safra de 1996/97. Na safra 1992/93 a produção de álcool atingiu 167.758.000 litros, um crescimento de cerca de 1% sobre a safra 1990/91 (166.439.000 litros de álcool), e no período 1996 / 97, a produção alcooleira do EDR alcançou 200.164.000 litros, uma das maiores já registradas, representando um aumento de 19% em comparação à safra 1994/95 (168.396.000 litros de álcool).

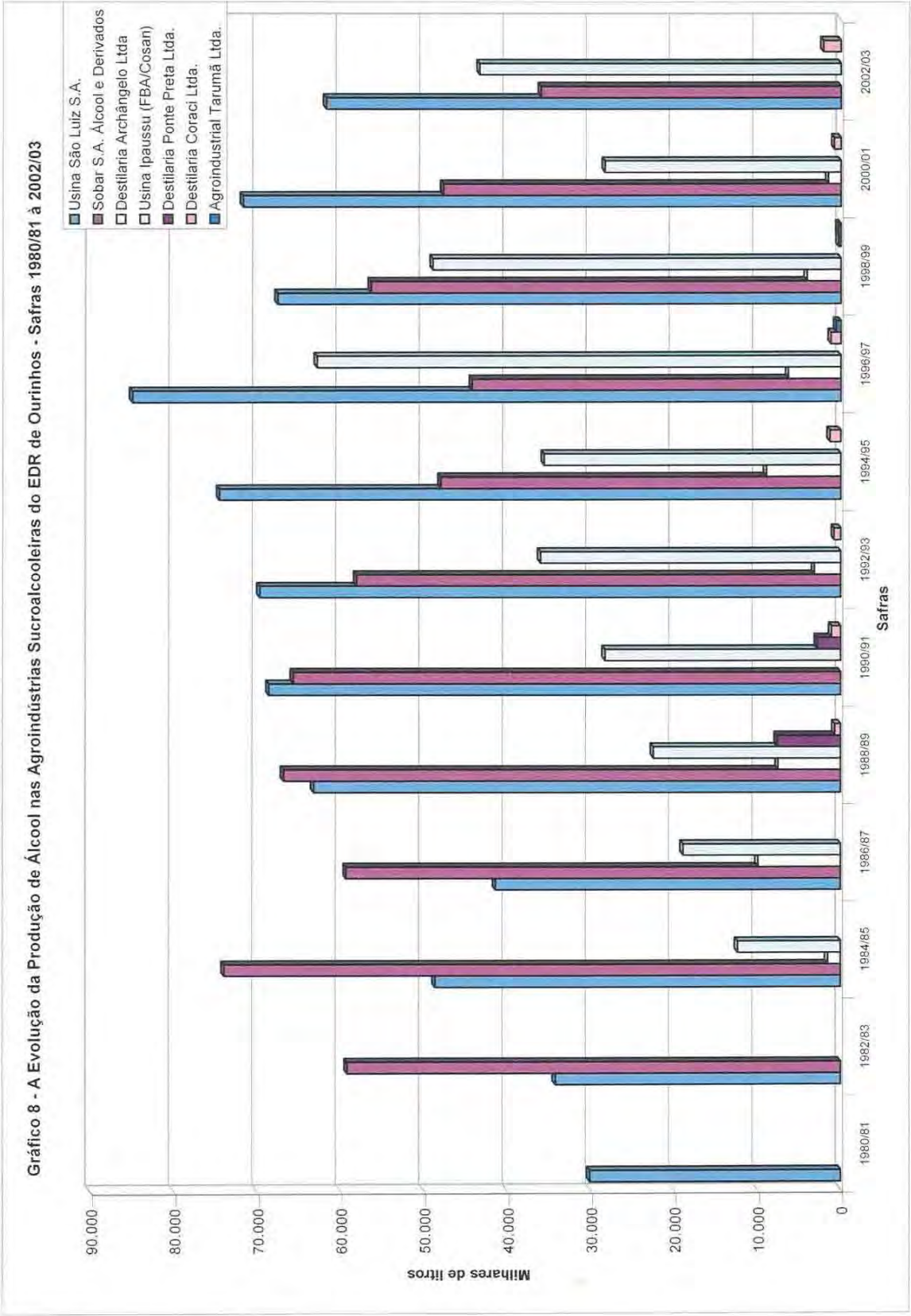
No entanto, a partir da safra 1998/99 a produção de álcool do EDR de Ourinhos, passa a apresentar queda na produção alcooleira, decorrente da crise de

superprodução de álcool no período de 1996/97. Na safra 1998/99 a produção de álcool chegou a 177.525.000 litros, o que significou um declínio de 11,5% em relação à safra de 1996/97 (200.164.000 litros de álcool produzidos). No período seguinte (safra 2000/01), a produção de álcool deste EDR alcançou 150.078.000 litros em comparação aos 177.525.000 litros de álcool produzidos no período de 1998/99, resultando em um decréscimo de 15,5% na produção de álcool. Em 2002/03 há uma queda de 4,5% na produção de álcool no EDR de Ourinhos, que obteve nesta safra 143.230.000 litros produzidos, contra os 150.078.000 litros de álcool produzidos na safra 2000/01.

De um modo geral, a evolução na produção de álcool no EDR de Ourinhos, se comparadas as safras inicial (1982/83) e final (2002/03), que compreendem vinte anos de estudo (gráfico 8), obteve um crescimento de 53,5% na produção de álcool, apresenta momentos distintos: as safras 1982/83 e 1984/85 apresentaram crescimento na produção alcooleira, seguidas por uma safra que apresentou declínio na produção de álcool (total) no EDR (safra 1986/87). Uma fase posterior, apresenta um crescimento expressivo na safra 1988/89, sucedendo-se a safra de 1990/91 que apresentou pequena queda na produção de álcool (total). As safras 1992/93, 1994/95 e 1996/97 apresentaram crescimento produtivo de álcool, sendo que esta última safra registrou um dos maiores valores de produção alcooleira já registrado nessa área. Desta ocasião em diante, que envolve as safras 1998/99, 2000/01 e 2002/03, os índices de produção passam a demonstrar constante declínio na produção de álcool do EDR de Ourinhos, relativa à reorganização do setor sucroalcooleiro nacional (gráfico 8).

Após o estudo dos dados de produção das usinas e destilarias do EDR de Ourinhos (gráfico 8), far-se-á algumas considerações sobre as transformações do setor sucroalcooleiro que causaram grande impacto na produção de açúcar e álcool nas agroindústrias instaladas nessa área.

No final dos anos de 1980, após décadas de tutela do governo federal, teve início o período de desregulamentação do setor sucroalcooleiro (capítulo 3). A extinção do IAA foi um duro golpe para as usinas e destilarias que estavam amparadas às políticas favoráveis aos investimentos no setor. Além da extinção do IAA e do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOL), os baixos preços do petróleo no período contribuíram para que as montadoras optassem pela produção de



Fonte: IAA/PLANALSUCAR (1987, 1989 e 1995), Anuário da Cana (safras de 1995/96 à 2002/03), UNICA (2002) e usinas do EDR de Ourinhos

automóveis à gasolina, pois os modelos à álcool atendiam somente às necessidades do mercado consumidor brasileiro. Com isso a demanda por álcool hidratado vem diminuindo, e no final dos anos de 1980, a Destilaria Archângelo Ltda. passando por dificuldades financeiras, paralisou sua produção, retomando-a na safra 1992/93, além da Destilaria Ponte Preta Ltda., que vivenciando a mesma problemática econômica, não mais opera a partir da safra 1991/92, desativando sua unidade produtiva.

Durante os anos de 1990, o poder de intervenção do governo federal passa para o Congresso, que atua na criação de *lobbies* e a defesa de interesses regionais sobre os do conjunto do setor. A partir deste momento, a região Centro-Sul passa a apresentar uma tendência de aumento na produção de açúcar, assim como uma diferenciação do produto quanto à tipo e qualidade (açúcar líquido e açúcar invertido, entre outros), para os mercados interno e externo. Verifica-se uma maior tendência à valorização da produção de açúcar no EDR de Ourinhos, embora até a safra de 1996/97 esta área apresentar apenas uma unidade produtora a Usina São Luiz S.A., cooperada da COPERSUCAR, que é a responsável pela comercialização da produção.

A partir de maio de 1997, o governo liberou os preços do açúcar e do álcool anidro, e em fevereiro de 1999, ocorre a liberação dos preços da cana-de-açúcar e do álcool hidratado. Quebra-se, dessa forma, o monopólio de distribuição do álcool que era realizado pela PETROBRÁS. Algumas usinas e destilarias quebraram os contratos de distribuição com as grandes distribuidoras de combustíveis e passaram a fornecer o álcool carburante a pequenos distribuidores, que começaram a repassar o álcool a preço mais baixo aos postos de serviço (capítulo 3).

Com a retirada gradativa do Estado do controle e distribuição do álcool combustível, o sistema tem se aproximado cada vez mais da realidade em termos de custos e preços praticados⁶⁷ (SILVA: 1999, p. 6). No entanto, algumas destilarias de pequeno porte não suportaram a queda acentuada no preço do álcool e enfrentaram graves crises financeiras, também decorrentes da superprodução alcooleira durante as safras de 1996/97, onde o mercado não consegue absorver o excesso da produção. Essa superprodução de álcool também pôde ser observada no EDR de

⁶⁷“Estima-se que um barril equivalente de álcool (em equivalente de energia) custe para o produtor, no Brasil, em torno de US\$ (US\$ 0,32/litro), mas, o custo médio das 133 usinas paulistas é de apenas US\$ 31, com uma amplitude de variação que vai de US\$ 20 a US\$ 40 entre elas” (Silva, 1999: p. 6).

Ourinhos (tabela 28). A Sobar S.A. Álcool e Derivados passou por grave crise financeira e administrativa; a Usina Ipaussu, devido aos vultosos investimentos realizados pelo Grupo FBA/Cosan, passa a priorizar a produção de açúcar para atender ao mercado externo.

A Destilaria Archângelo Ltda., com uma produção alcooleira inferior, não consegue enfrentar a crise resultante dos baixos preços do combustível no mercado, e encerra suas atividades na safra 2001/02 (falência da empresa). A Usina São Luiz S.A, assim como aconteceu com a Usina Ipaussu (FBA/Cosan), passa a dar prioridade à produção de açúcar, para abastecimento do mercado interno e externo, através da COPERSUCAR.

SILVA (1999), realizando estudo sobre a situação das usinas e destilarias após o período de desregulamentação no setor sucroalcooleiro paulista, propôs a classificação dessas empresas em quatro grupos, onde podem ser inseridas as agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, conforme cada situação:

1º Grupo - é formado pelas empresas que já faliram ou estão transferindo seus capitais para outros setores da economia, ou ainda transferiram a agroindústria para outras áreas. Neste grupo estão inseridas duas destilarias autônomas do EDR de Ourinhos que são a Destilaria Ponte Preta Ltda., que encerrou suas atividades na safra 1991/92, e a Destilaria Archângelo, que desativou sua produção no período de 2001/02, com a falência da empresa.

2º Grupo – É composto pelas unidades agroindustriais que se encontram em situação pré-falimentar, que independente do Estado retomar ou não o PROÁLCOOL e injetar recursos para salvar o setor sucroalcooleiro, este grupo não tem condições de se tornar competitivo em relação ao 3º Grupo, e, menos ainda em comparação as empresas do 4º Grupo. Segundo SILVA (1999, p. 15),

“o volume das dívidas acumuladas, a defasagem tecnológica, ou a região onde essas empresas operam, tornaram-nas sem salvação. Estão na chamada UTI, em estado terminal”.

Neste grupo pode-se inserir a Sobar S.A. Álcool e Derivados, em sua época de crise mais profunda (década de 90), quando ainda era administrada pela família de Guy Alberto Retz, fundador da empresa. No ano de 1998, a empresa paralisou sua produção e dispensou a maior parte de seus funcionários, houve intervenção

judicial e os sindicatos também intervieram a favor do direito dos trabalhadores, que não estavam sendo cumpridos de acordo com a legislação judicial. Essa situação prevalece até o início de 1999, quando a empresa é vendida para o Grupo PETROFORTE.

3º Grupo – Constituído por agroindústrias que se encontram em situação crítica, porém ainda poderão se salvar se uma política específica para o setor sucroalcooleiro venha a ser implementada. Segundo SILVA (1999, p. 15 - 16),

“estas empresas ainda não entraram em situação pré-falimentar, como as do grupo anterior, mas estão no limite de suas capacidades de sobrevivência. O equilíbrio de suas contas está quase impraticável com as atuais taxas de juros operadas no mercado. A situação destas empresas fica mais crítica, à medida em que novos pacotes de medidas para salvar o Real são postos em prática e redundam em aperto creditício, elevação das taxas de juros e manutenção da política cambial vigente”.

Neste grupo pode se enquadrar a situação da Sobar S.A. Álcool e Derivados no ano de 2002, sob a administração do Grupo PETROFORTE, que passou por momentos econômicos difíceis, sendo que o ministério público entrevistou na empresa por várias vezes, assim como os sindicatos do EDR de Ourinhos, por não cumprir as obrigações trabalhistas previstas por lei (capítulo 5).

De acordo com SILVA (1999, p. 16),

“para este grupo, é condição fundamental o aporte de recursos novos, com prazos e juros em condições diferentes daqueles em operação no mercado. Apenas com novas linhas de financiamento poderão superar a desigualdade tecnológica existente, podendo, no futuro, operar em igualdade de condições com as unidades de produção do último grupo”.

Como a Sobar S.A. Álcool e Derivados é adquirida em abril de 2003 pelo Banco Rural Leasing Arrendamento Mercantil Ltda., com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e passa a ser administrada por um fundo de investidores, a empresa, que passa a denominar-se Agroindustrial Espírito Santo do Turvo Ltda. (AGREST), poderá apresentar maiores volumes de capital para saldar seus compromissos, assim como o investimento em novas tecnologias, tornando-a competitiva.

4º Grupo – São as agroindústrias do setor sucroalcooleiro que mesmo em período de crises causadas pelo Real e pelas indefinições da política energética do governo federal, continuam a se desenvolver, investindo em novas tecnologias,

conseguindo redução de custos, aumento da produtividade e vantagens comparativas elevadas com a desregulamentação e o afastamento do Estado do setor sucroalcooleiro.

Nesta situação encontram-se a Usina São Luiz S.A. (COPERSUCAR), que vem investindo maciçamente em novas tecnologias, tornando seus produtos competitivos e investindo em pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos, como a levedura seca, comercializada no mercado exterior, além da Usina Ipaussu (FBA/Cosan), que vem recebendo vultosos investimentos da Franco Brasileira de Açúcar e Álcool em sua unidade, priorizando a produção de açúcar para exportação (resultado F&A pelo grupo Cosan/Bom Jesus que possuíam condições de investir em tecnologia, mecanização e variedade de produtos nesta unidade). Ambas as empresas adquiriram um novo perfil de ambiente empresarial, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros (capítulo 5).

Conforme ressalta SILVA (1999, p. 18),

“a partir do grupo 4, está em curso um vigoroso processo de concentração e centralização. Este processo aponta para uma atuação mais coordenada – por uma empresa ou sociedade formada por várias usinas – com o surgimento de fusões com participação de capitais, ou de uniões e parcerias. Neste momento especula-se também, como decorrência desse processo de centralização, a possibilidade de vir a surgir apenas quatro ou cinco blocos de empresas atuando no setor. Estes blocos seriam formados pelas empresas mais fortes e com elevada tradição no setor, sendo produtores históricos de açúcar e álcool, com capitais aplicados em outros setores de atividade, mas ainda com interesse em cristalizar as posições alcançadas no setor sucroalcooleiro”.

O EDR de Ourinhos não possui nenhum grupo do setor sucroalcooleiro que ocupe esta posição, sendo que as áreas que mais se destacam nestas novas formas de organização espacial no setor sucroalcooleiro paulista são as áreas canavieiras de Ribeirão Preto e de Piracicaba. No setor sucroalcooleiro do EDR estão ocorrendo investimentos provenientes de outras áreas canavieiras do Estado, como a área canavieira de Piracicaba, através do Grupo FBA/Cosan, que administra a Usina Ipaussu, e a partir de 2003, os investimentos oriundos de um fundo de investidores, através da atuação do Banco Rural Leasing Arrendamento Mercantil Ltda., que se torna proprietário da Agroindustrial Espírito Santo do Turvo Ltda. (ex-Sobar S.A. Álcool e Derivados).

Estas empresas representam geração de empregos e recursos financeiros para a economia do EDR de Ourinhos, e com o aumento na produção e

investimentos no setor sucroalcooleiro, com certeza serão bem recebidos pela sociedade, pois representarão oportunidades de desenvolvimento e trabalho para a população dos municípios situados nessa área.

4.6. Origem da Cana-de-Açúcar Esmagada nas Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos

O período de safra das agroindústrias do setor sucroalcooleiras produtoras de açúcar e álcool, sediadas no EDR de Ourinhos, costuma variar bastante de uma empresa para outra, mas que podem ser assim distribuídas: a Usina São Luiz S.A. e a Usina Ipaussu (Grupo FBA/Cosan), as duas maiores unidades industriais dessa área, têm seus períodos de safras, geralmente, entre os meses de abril e dezembro; a Sobar S.A. Álcool e Derivados, apresenta um período diferenciado que engloba a época entre os meses de julho a janeiro do ano seguinte, e a Destilaria Archângelo Ltda., que não mais opera na industrialização de álcool, possuía período de safra que compreendia o intervalo de maio a outubro (tabela 29). No entanto, o início da safra pode ser antecipado ou o fim da safra pode ser estendido para um período um pouco maior, dependendo da realidade de cada agroindústria em questão e das circunstâncias do meio no qual estão inseridas.

Tabela 29 – Período de Safra nas Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos

Unidade Agroindustrial	Período de Safra (colheita da cana-de-açúcar)											
	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.
Usina São Luiz S.A.												
Usina Ipaussu (FBA/Cosan)												
Sobar S.A. Álcool e Derivados												
Destilaria Archângelo												

Fonte: Anuário da Cana (Safras de 1995/96 a 2002/03) e usinas/destilarias do EDR de Ourinhos.

A Usina São Luiz S.A. (COPERSUCAR) consumiu 1.042.768.000 toneladas de cana-de-açúcar no processo de industrialização durante a safra de 1980 / 81, para a produção de açúcar e álcool (tabela 30). Desse total, 74.216.000 toneladas

foram cana provenientes de propriedades da empresa (cana própria), perfazendo 7% do total e a cana oriunda de acionistas foi 785.370.000 toneladas, o que representou 75% do total da cana esmagada, e os fornecedores contribuíram com 183.182.000 toneladas de cana, o equivalente a 18% do total. No entanto, vale ressaltar que no caso específico da Usina São Luiz S.A., a empresa possui um empreendimento formado pelos Irmãos Quagliato, proprietários da empresa, que formam o Condomínio Fernando Luiz Quagliato e Outros, fornecendo cana para a indústria, mas que não são classificados como fornecedores e sim como acionistas. Essa situação é evidenciada nas safras 1980/81, 1989/90 e 1995/96. Na safra 1980/81, a contribuição de cana produzida pela empresa (cana própria) e dos acionistas (composta pelos próprios empresários) da Usina São Luiz S.A. perfaz um total de 82% do total da cana esmagada pela empresa (859.586.000 toneladas de cana-de-açúcar).

Na safra 1985/86 a Usina São Luiz S.A. esmagou 1.313.078.000 toneladas de cana-de-açúcar, representando 26% a mais do que as 1.042.768.000 toneladas de cana esmagadas na safra 1980/81. A produção de cana nas propriedades da empresa (cana própria) para a indústria foi 1.151.682.000 toneladas, o que representou 88% do total de cana esmagada pela empresa, e os fornecedores contribuíram com 161.396.000 toneladas, 12% do total de cana-de-açúcar industrializada pela Usina São Luiz S.A.

No período de 1989/90, a agroindústria esmagou 1.471.682.000 toneladas de cana-de-açúcar, o que acarretou um crescimento de 12% em relação à safra de 1985/86, que foi de 1.313.078.000 toneladas de cana utilizadas na industrialização. Neste caso, repete-se o ocorrido na safra de 1980/81, onde a cana produzida pela própria empresa (cana própria) foi 73.842.000 toneladas (5% do total) e os acionistas (composto pelos proprietários da agroindústria) contribuíram com 1.263.248.000 toneladas de cana-de-açúcar (86% do total); juntos produziram 91% da cana-de-açúcar industrializada pela Usina São Luiz S.A. (1.337.090.000 toneladas). Os fornecedores produziram 134.592.000 toneladas de cana que foram industrializadas pela agroindústria, representando 9% do total.

No final da safra 1995/96 a Usina São Luiz S.A. industrializou 1.732.734.000 toneladas de cana-de-açúcar, acusando um aumento de 18% sobre o total de cana esmagada na safra 1989/90, que foi de 1.471.682.000 toneladas de cana.

Novamente surge a contribuição do acionista, que neste caso são os proprietários da empresa (Condomínio Fernando Luiz Quagliato e Outros).

Tabela 30 – Origem da Cana-de-Açúcar para a Agroindústria Sucroalcooleira do EDR de Ourinhos

Safr / Unidade Produtora Safr 1980/81	Cana Moída (em toneladas)				
	Própria	Acionista	Fornecedor	Outras	Total
Usina São Luiz S.A.	74.216	785.370	183.182	0	1.042.768
Sobar S.A. Álcool e Derivados	0	0	0	0	0
Usina Ipaussu (FBA/Cosan)	0	0	0	0	0
Destilaria Archângelo Ltda.	0	0	0	0	0
Destilaria Ponte Preta Ltda.	0	0	0	0	0
Total do EDR	74.216	785.370	183.182	0	1.042.768
Safr / Unidade Produtora Safr 1985/86	Cana Moída (em toneladas)				
	Própria	Acionista	Fornecedor	Outras	Total
Usina São Luiz S.A.	1.151.682	0	161.396	0	1.313.078
Sobar S.A. Álcool e Derivados	905.314	0	289.299	0	1.194.613
Usina Ipaussu (FBA/Cosan)	185.904	0	169.303	0	355.207
Destilaria Archângelo Ltda.	78.824	0	39.650	0	118.474
Destilaria Ponte Preta Ltda.	0	0	0	0	0
Total do EDR	2.321.724	0	659.648	0	2.981.372
Safr / Unidade Produtora Safr 1989/90	Cana Moída (em toneladas)				
	Própria	Acionista	Fornecedor	Outras	Total
Usina São Luiz S.A.	73.842	1.263.248	134.592	0	1.471.682
Sobar S.A. Álcool e Derivados	0	747.352	0	168.210	915.562
Usina Ipaussu (FBA/Cosan)	209.310	3.254	183.243	0	395.807
Destilaria Archângelo Ltda.	0	0	0	0	0
Destilaria Ponte Preta Ltda.	0	60.782	32.889	0	93.671
Total do EDR	283.152	2.074.636	350.724	168.210	2.876.722
Safr / Unidade Produtora Safr 1995/96	Cana Moída (em toneladas)				
	Própria	Acionista	Fornecedor	Outras	Total
Usina São Luiz S.A.	100.857	1.429.977	201.900	0	1.732.734
Sobar S.A. Álcool e Derivados	529.260	0	18.591	0	547.851
Usina Ipaussu (FBA/Cosan)	315.352	0	332.679	0	648.031
Destilaria Archângelo Ltda.	52.721	0	57.791	0	110.512
Destilaria Ponte Preta Ltda.	0	0	0	0	0
Total do EDR	998.190	1.429.977	610.961	0	3.039.128
Safr / Unidade Produtora Safr 1998/99	Cana Moída (em toneladas)				
	Própria	Acionista	Fornecedor	Outras	Total
Usina São Luiz S.A.	1.616.259	0	277.995	0	1.894.254
Sobar S.A. Álcool e Derivados	161.696	0	496.385	0	658.081
Usina Ipaussu (FBA/Cosan)	392.762	0	1.018.703	0	1.411.465
Destilaria Archângelo Ltda.	16.683	0	38.773	0	55.456
Destilaria Ponte Preta Ltda.	0	0	0	0	0
Total do EDR	2.187.400	0	1.831.856	0	4.019.256

Fonte: IAA/PLANALSUCAR (1981, 1986 e 1990) & Anuário da Cana (Safras de 1995/96 a 2002/03).

A cana-de-açúcar produzida nas propriedades da agroindústria (cana própria) foi 100.857.000 toneladas, representando 6% do total, e os acionistas contribuíram com 1.429.977.000 toneladas, perfazendo um total de 82% , sendo que, somadas a

cana produzida pela empresa (cana própria) e a cana proveniente de acionistas (proprietários da agroindústria), o total de cana industrializada chega a 88% do total (1.530.834.000 toneladas). Os fornecedores da Usina São Luiz S.A. produziram 201.900.000, o que equivale a 12% do total da cana esmagada nessa safra.

Na safra 1998/99, o total de cana-de-açúcar industrializada pela empresa foi 1.894.254.000 toneladas, sendo 9% superior ao produzido na safra 1995/96, que foi 1.732.734.000 toneladas de cana esmagadas. Nesse período a produção de cana nas propriedades da Usina São Luiz S.A. (cana própria) foi 1.616.259.000 toneladas, representando 85% da cana-de-açúcar industrializada. Os fornecedores contribuíram com 277.995.000 toneladas de cana, produzindo 15% da cana-de-açúcar esmagada pela agroindústria.

Para efeito de análise quanto ao total de cana utilizada para industrialização na Usina São Luiz S.A. (COPERSUCAR), utiliza-se o período compreendido entre as safras de 1980/81 e 1998/99 (safras 1980/81, 1985/86, 1989/90, 1995/96 e 1998/99) (tabela 30). Conforme já explicado, a cana-de-açúcar produzida pela empresa e a cana proveniente dos acionistas, para o efeito do estudo da produção para a industrialização foi considerada como a somatória destes nas safras 1980/81, 1989/90 e 1995/96. A participação que envolve a produção de cana própria (produzida pela empresa) e a cana originária de acionistas variou de 82% (safra 1980/81) a 91% (safra 1989/90). No início (safra 1980/81), a participação na produção cresceu continuamente até atingir a safra 1989/90, quando a contribuição na produção de cana a ser utilizada na indústria começou a declinar, passando de 91% na safra 1989/90 para 85% na safra 1998/99.

Os fornecedores, ao contrário, viram sua participação na produção de cana-de-açúcar diminuir da safra 1980/81, quando forneciam 18% da cana esmagada pela empresa, até atingir 9% na safra de 1989/90. A partir desta safra a contribuição dos fornecedores começou a aumentar até atingir 15%, na safra 1998/99. Em relação à evolução da cana utilizada na indústria, na safra de 1980/81, o total de cana utilizada na industrialização foi 1.042.768.000 toneladas, enquanto na safra 1998/99, alcançou 1.894.254.000 toneladas de cana, resultando em um crescimento de 82% no período (1980/81), sempre apresentando crescimento positivo.

Outra importante agroindústria do EDR de Ourinhos, a Sobar S.A. Álcool e Derivados utilizou 1.194.613 toneladas de cana-de-açúcar no processo de industrialização durante a safra de 1985/86, para a produção de álcool (tabela 30).

Do total, 905.314.000 toneladas foram cana proveniente de propriedades da empresa (cana própria), totalizando 76% do total e a cana oriunda de fornecedores foi 289.299.000 toneladas de cana, o equivalente a 24% do total.

Na safra 1989/90 a Sobar S.A. Álcool e Derivados esmagou 915.000.000 toneladas de cana-de-açúcar, representando um declínio de 23% no total de cana esmagadas na safra 1985/86 (1.194.613.000 toneladas de cana). A produção de cana nas propriedades da empresa (cana própria) não existiu nesse período, assim como a cana-de-açúcar proveniente de fornecedores. Os acionistas da empresa responderam pela produção de 747.352.000 toneladas de cana, significando 82% do total de cana industrializada, e os 18% restantes foram provenientes de terceiros, pessoas que não eram ligadas diretamente ao fornecimento de cana para a empresa, que contribuíram com 168.210.000 toneladas de cana.

No período de 1995/96, a agroindústria esmagou 547.851.000 toneladas de cana-de-açúcar, representando um decréscimo de 40% em relação à safra de 1989/90, que foi de 915.562.000 toneladas de cana utilizadas na industrialização. A cana produzida pela agroindústria (cana própria) foi 529.260.000 toneladas e os fornecedores produziram 18.591.000 toneladas de cana que foram industrializadas pela agroindústria, representando 3% do total.

No final da safra 1998/99 a Sobar S.A. Álcool e Derivados industrializou 658.081.000 toneladas de cana-de-açúcar, acusando um aumento de 20% sobre o total de cana esmagada na safra 1995/96, que foi de 547.851.000 toneladas de cana. A cana-de-açúcar produzida nas propriedades da agroindústria (cana própria) foi 161.696.000 toneladas, representando 25% do total e os fornecedores da Sobar S.A. Álcool e Derivados contribuíram com 496.385.000, o que equivale a 75% do total da cana esmagada nessa safra.

Para efeito de análise quanto ao total de cana utilizada para industrialização na Sobar S.A. Álcool e Derivados, utiliza-se o período compreendido entre as safras de 1985/86 e 1998/99 (safras 1985/86, 1989/90, 1995/96 e 1998/99) (tabela 30). A participação que envolve a produção de cana própria (produzida pela empresa) variou de 25% (safra 1998/99) a 97% (safra 1995/96). No início (safra 1985/86), a participação na produção apresentou declínios sucessivos entre as safras 1985/86 e 1995/96. Já na safra 1998/99 há uma recuperação na industrialização de cana pela empresa, apresentando crescimento positivo.

A participação de fornecedores na produção de cana-de-açúcar demonstrou uma grande oscilação, partindo de 24% na safra 1985/86, obtendo 3% no período 1995/96 até chegar à safra 1998/99, quando forneceram 75% da cana esmagada pela empresa. Contudo, vale salientar que na safra 1989/90, a Sobar S.A. Álcool e Derivados apresentou a participação de terceiros (pessoas não ligadas ao processo produtivo da empresa) no fornecimento de cana para industrialização nesse período, que chegou a 18% do total de cana utilizada pela agroindústria.

A Usina Ipaussu (FBA/Cosan) consumiu 355.207.000 toneladas de cana-de-açúcar no processo de industrialização durante a safra de 1985/86, para a produção de álcool (tabela 30). Do total, 185.904.000 toneladas foram cana proveniente de propriedades da empresa (cana própria), totalizando 52% do total e a cana proveniente de fornecedores foi 169.303.000 toneladas de cana, o equivalente a 48% do total.

Na safra 1989/90 a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) industrializou 395.807.000 toneladas de cana-de-açúcar, representando um crescimento de 11% no total de cana esmagadas na safra 1985/86 (355.207.000 toneladas de cana). A produção de cana nas propriedades da empresa (cana própria) foi de 209.310.000 toneladas, perfazendo uma participação de 53% do total. Os fornecedores da empresa responderam pela produção de 183.243.000 toneladas de cana, significando 46% do total de cana industrializada. Além destes, houve a participação na produção de cana-de-açúcar de acionistas da agroindústria, que contribuíram com 3.254.000 toneladas, representando 1% do total de cana industrializada pela Usina Ipaussu (FBA/Cosan).

No período de 1995/96, a empresa esmagou 648.031.000 toneladas de cana-de-açúcar, representando um crescimento de 64% em relação à safra de 1989/90, que foi de 395.807.000 toneladas de cana utilizadas na industrialização. A cana produzida pela agroindústria (cana própria) foi 315.352.000 toneladas e os fornecedores produziram 332.679.000 toneladas de cana que foram industrializadas pela agroindústria, representando 51% do total.

No final da safra 1998/99 a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) industrializou 1.411.465 toneladas de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool, acusando um aumento de 118% sobre o total de cana esmagada na safra 1995/96, que foi de 648.031.000 toneladas de cana. A cana-de-açúcar produzida nas propriedades da agroindústria (cana própria) foi 392.762.000 toneladas,

representando 28% do total e os fornecedores da Usina Ipaussu (FBA/Cosan) contribuíram com 1.018.703, o que equivale a 72% do total da cana esmagada nessa safra.

Para efeito de análise quanto ao total de cana-de-açúcar utilizada para industrialização na Usina Ipaussu (FBA/Cosan), utiliza-se o período compreendido entre as safras de 1985/86 e 1998/99 (safras 1985/86, 1989/90, 1995/96 e 1998/99) (tabela 30). A participação que envolve a produção de cana própria (produzida pela empresa) variou de 28% (safra 1998/99) a 53% (safra 1989/90). Desde o início do estudo, a empresa apresentou sucessivos períodos de crescimento na industrialização da cana-de-açúcar (safras 1985/86, 1989/90, 1995/96 e 1998/99), sendo a agroindústria que apresentou as maiores taxas de crescimento do EDR de Ourinhos, decorrentes dos investimentos realizados pelo Grupo FBA/Cosan nos últimos períodos, principalmente entre as safras 1995/96 e 1998/99, quando se dá o início da produção de açúcar por esta unidade. A participação de fornecedores na produção de cana-de-açúcar apresentou declínio entre as safras 1985/86 e 1989/90. Entretanto, entre as safras 1995/96 e 1998/99 essa participação começa a se elevar, chegando a 72% no final do período 1998/99.

Uma importante destilaria do EDR de Ourinhos, a Destilaria Archângelo Ltda. utilizou 118.474.000 toneladas de cana-de-açúcar no processo de industrialização durante a safra de 1985/86, para a produção de álcool (tabela 30). Do total, 185.904.000 toneladas foram cana proveniente de propriedades da empresa (cana própria), perfazendo 67% do total, e a cana proveniente de fornecedores atingiu 39.650.000 toneladas, o equivalente a 33% do total. Na safra 1989/90 a Destilaria Archângelo Ltda. não apresentou produção devido aos problemas econômicos enfrentados pela empresa.

No período de 1995/96, a agroindústria moeu 110.512.000 toneladas de cana-de-açúcar. A cana produzida pela Destilaria Archângelo Ltda. (cana própria) foi 52.721.000 toneladas e os fornecedores contribuíram com 57.791.000 toneladas de cana que foram industrializadas pela agroindústria, representando 52% do total.

No final da safra 1998/99 a Destilaria Archângelo Ltda. industrializou 55.456.000 toneladas de cana-de-açúcar, acusando um declínio de 50% sobre o total de cana esmagada na safra 1995/96, que foi de 110.512.000 toneladas de cana. A cana-de-açúcar produzida nas propriedades da agroindústria (cana própria) foi 16.683.000 toneladas, representando 30% do total e os fornecedores

contribuíram com 38.773.000 toneladas, o que equivale a 72% do total da cana esmagada nessa safra.

Para efeito de análise quanto ao total de cana utilizada para industrialização na Destilaria Archângelo Ltda., utiliza-se o período compreendido entre as safras de 1985/86 e 1998/99 (safras 1985/86, 1995/96 e 1998/99), embora na safra de 1989/90 a empresa não tenha apresentado produção. A participação que envolve a produção de cana própria (produzida pela empresa) variou de 30% (safra 1998/99) a 67% (safra 1985/86). Esta agroindústria passou por sérias dificuldades financeiras, inclusive com a suspensão das atividades, incluindo o período de 1989/90, e mesmo após a retomada da produção os índices obtidos eram negativos, chegando a uma queda de 50% na quantidade de cana-de-açúcar esmagada entre as safras 1995/96 e 1998/99.

A participação de fornecedores na Destilaria Archângelo Ltda. na produção de cana-de-açúcar apresentou crescimento nas safras 1985/86, 1995/96 e 1998/99, quando chegou a 70% do total de cana industrializada pela empresa. Na safra 2001/02 a empresa entra em processo de falência, encerrando definitivamente sua participação no setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.

A Destilaria Ponte Preta Ltda., que apresentou um período de curta existência no EDR de Ourinhos, contribui com apenas um período para este estudo, que é a safra 1989/90, quando consome 93.671.000 toneladas de cana-de-açúcar no processo de industrialização, para a produção de álcool (tabela 30). Desse montante, 60.782.000 toneladas foram cana proveniente de acionistas da empresa, perfazendo 65% do total e a cana oriunda de fornecedores foi 32.889.000 toneladas, o equivalente a 35% do total. Nas demais safras estudadas a empresa não apresenta produção, visto que ela paralisa suas atividades, também devido à crise financeira vivenciada pela unidade, não apresentando moagem de cana-de-açúcar em nenhuma outra safra, encerrando sua participação no setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.

Para encerrar este estudo, torna-se necessário refletir sobre a evolução na industrialização de cana-de-açúcar no conjunto das agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos (Usina São Luiz S.A., Sobar S.A. Álcool e Derivados, Usina Ipaussu - FBA/Cosan, Destilaria Archângelo Ltda. e Destilaria Ponte Preta Ltda.), assim como suas origens (tabela 30).

As agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos, que utilizam a cana-de-açúcar como matéria-prima na produção de açúcar e álcool, consumiram 1.042.768.000 toneladas de cana-de-açúcar no processo de industrialização durante a safra de 1980/81, destacando-se apenas uma unidade produtora, que se constitui na Usina São Luiz S.A. Desse total, 74.216.000 toneladas foram cana proveniente de propriedades da empresa (cana própria), perfazendo 7% do total e a cana oriunda de acionistas foi 785.370.000 toneladas, o que representou 75% do total da cana esmagada, e os fornecedores contribuíram com 183.182.000 toneladas de cana, o equivalente a 18% do total.

Na safra 1985/86 as agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, produtoras de açúcar e álcool esmagaram, em conjunto, 2.981.372.000 toneladas de cana-de-açúcar, significando um crescimento 186% sobre a safra 1980/81, que foi de 1.042.768 toneladas. A produção de cana nas propriedades da empresa (cana própria) para a indústria foi 2.321.724.000 toneladas, o que representou 78% do total de cana esmagada pela empresa, e os fornecedores contribuíram com 659.648.000 toneladas, 22% do total de cana-de-açúcar industrializada no EDR de Ourinhos, sendo que neste período não ocorreu a participação de acionistas das empresas no fornecimento de cana. Nesta safra encontravam-se em atividade a Usina São Luiz S.A., a Sobar S.A. Álcool e Derivados, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e a Destilaria Archângelo Ltda.

No período de 1989/90 as agroindústrias do setor sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos esmagaram 2.876.722.000 toneladas de cana-de-açúcar, o que acarretou um declínio de 4% em relação à safra de 1985/86, que foi de 2.981.372.000 toneladas de cana utilizadas na industrialização. Neste período, há grande participação dos acionistas (composto pelos proprietários da agroindústria), que contribuíram com 2.074.636.000 toneladas de cana-de-açúcar (72% do total); a produção de cana-de-açúcar nas propriedades das agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos (cana própria) foi 283.152.000 toneladas, 10% do total utilizado na agroindústria. Os fornecedores produziram 350.724.000 toneladas de cana que foram industrializadas pela agroindústria, representando 12% do total, e nesta safra, ocorre a participação de fornecedores não integrados ao processo produtivo da empresa, que neste caso, é representado pela Sobar S.A. Álcool e Derivados. Estavam em atividade nesta safra a Usina São Luiz S.A., a Sobar S.A. Álcool e Derivados, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e a Destilaria Ponte Preta Ltda.

No final da safra 1995/96 agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos industrializaram toneladas de cana-de-açúcar, acusando um aumento de 6% sobre o total de cana esmagada na safra 1989/90, que foi de 2.876.722.000 toneladas de cana. Novamente surge a contribuição de acionistas, identificados unicamente na Usina São Luiz S.A., que são os proprietários da empresa (Condomínio Fernando Luiz Quagliato e Outros). A cana-de-açúcar produzida nas propriedades das agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos (cana própria) foi 998.190.000 toneladas, representando 33% do total, e os acionistas contribuíram com 1.429.977.000 toneladas, perfazendo um total de 47%, e os fornecedores das agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos produziram 610.961.000, o que equivale a 20% do total da cana esmagada nessa safra. Encontravam-se em operação nesta safra a Usina São Luiz S.A., a Sobar S.A. Álcool e Derivados, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e a Destilaria Archângelo Ltda.

Na safra 1998/99, o total de cana-de-açúcar industrializada pelas empresas do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos foi 4.019.256.000 toneladas, sendo 32% superior ao produzido na safra 1995/96, que foi 3.039.128.000 toneladas de cana esmagadas. Nesse período a produção de cana nas propriedades das agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos (cana própria) foi 2.187.400.000 toneladas, representando 54% da cana-de-açúcar industrializada. Os fornecedores contribuíram com 1.831.856.000 toneladas de cana, produzindo 46% da cana-de-açúcar esmagada pelas empresas. Nesta safra não ocorre a participação de acionistas em nenhuma agroindústria em operação, que eram a Usina São Luiz S.A., a Sobar S.A. Álcool e Derivados, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e a Destilaria Archângelo Ltda.

Para efeito de análise quanto ao total de cana utilizada para industrialização nas empresas do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, utiliza-se o período compreendido entre as safras de 1980/81 e 1998/99 (safras 1980/81, 1985/86, 1989/90, 1995/96 e 1998/99) (tabela 30). A participação que envolve a produção de cana própria (produzida pelas empresas) variou, em média no EDR, entre 7% (safra 1980/81) a 78% (safra 1985/86). A cana originária de acionistas, na média do EDR, variou de 47% (safra 1995/96) a 75% (1980/81). Entre as safras de 1980/81 e 1985/86 houve uma fase de crescimento na moagem de cana-de-açúcar nas empresas do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos. Em contrapartida, na safra 1989/90 ocorreu um período de declínio no total de cana esmagada pelas empresas,

apresentando decréscimo na produção alcooleira na Sobar S.A. Álcool e Derivados e paralisação da industrialização de cana-de-açúcar na Destilaria Archângelo Ltda. Entre as safras 1995/96 e 1998/99 o total de cana-de-açúcar esmagada apresentou um considerável crescimento de 32% nas agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos.

Os fornecedores variaram sua participação na produção de cana-de-açúcar entre 12% (safra 1989/90) e 46% (safra 1998/99), onde a Usina São Luiz S.A. apresentou a menor contribuição (9% na safra 1989/90) e a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e a Sobar S.A. Álcool e Derivados, que tiveram 72 e 75%, respectivamente, são as empresas que mais dependeram da cana-de-açúcar proveniente de fornecedores no processo de industrialização.

4.7. Variedades de Cana-de-Açúcar cultivadas para a Agroindústria Sucroalcooleira no EDR de Ourinhos

Para o manejo agrícola da cultura canavieira, as variedades se agrupam segundo uma série de características agrotecnológicas (como exigência de fertilidade do solo, suscetibilidade às pragas e doenças, florescimento, chochamento ou isoporização, brotação de soqueira, riqueza em açúcar, período útil de industrialização, época de colheita) (Apêndice 1). A cultura da cana-de-açúcar encontra-se fundamentada atualmente em variedades obtidas por cuidadoso e criterioso trabalho de cruzamento e seleção, realizado nas estações experimentais de grandes instituições de pesquisa. As variedades que mais se destacam são as que recebem a sigla IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), SP (COPERSUCAR – São Paulo), RB (República do Brasil – CCA/UFSCar) e CB (Campos Brasil), entre outras.

BRAY (1980), realiza o primeiro trabalho sobre a situação da área canavieira do Vale do Paranapanema, destacando entre outros fatores, as principais variedades de cana-de-açúcar cultivadas nesta área. A partir desse estudo, destacar-se-á as principais variedades de cana atualmente (2002) cultivadas nos canaviais do EDR de Ourinhos.

Segundo BRAY (1980, p. 179), existiam muitas variedades cultivadas no Vale do Paranapanema, tais como: NA 56/79, NA 56/62, CB 41/76, IAC 52/150 e Co 740 (mais importantes variedades cultivadas no Vale do Paranapanema, incluindo o EDR de Ourinhos). As letras significam a proveniência da variedade de cana; por exemplo, CB – Campos, Brasil (Estação Experimental de Campos, Estado do Rio de Janeiro), e os números iniciais significam o ano da liberação comercial da variedade, como 41/76 (ano de 1941), NA – Norte Argentina, IAC – Instituto Agrônomo de Campinas, Co – Coimbatore, Estação Experimental da Índia.

Todavia, como ocorre em todo o mundo,

“entre a liberação de uma nova variedade de cana-de-açúcar se leva de 5 a 8 anos, ao qual se soma os 12 a 15 anos necessários para o desenvolvimento da variedade, ou seja, vinte anos decorrem entre o início do desenvolvimento da nova tecnologia e a sua adoção consolidada” (PMGCA, 1995: p. 3).

Conforme as principais características detalhadas (tabela 31), as variedades de cana-de-açúcar cultivadas no Vale do Paranapanema até meados dos anos de 1980, possuíam algumas singularidades. A variedade NA 56/62 destacava-se pelo alto teor de sacarose aparente (POL), além de ser interessante para os fornecedores e proprietários das usinas e destilarias por apresentar uma boa capacidade de brotação e rápido desenvolvimento dos canaviais, sendo bastante valorizada.

A NA 56/79 detinha tolerância à deteriorização pelo frio, nas áreas mais propícias à ocorrência de geadas, além de apresentar um Período Útil de Industrialização (PUI) longo. No entanto, a CB 41/76, foi a variedade que dominou a maioria das propriedades fornecedoras e usineiras do Vale do Paranapanema, incluindo os canaviais ao redor da Usina São Luiz S.A., por apresentar uma alta relação caldo/cana. A partir de 1976 passou a ser erradicada devido o aparecimento do carvão.

A variedade IAC 52/150, do Instituto Agrônomo de Campinas, assim como a CB 41/76, foi cultivada na maioria das propriedades canavieiras do Vale do Paranapanema, pois apresenta pouca exigência de umidade e boa brotação das soqueiras, fato que é muito importante para a renovação dos canaviais. A cana-de-açúcar Co 740, de origem indiana, detinha boa produtividade agrícola, dispunha de bons índices de relação caldo/cana, além de ser tolerante à deteriorização pelo frio, assim como a NA 56/79.

Contudo, cumpre ressaltar que o estudo de BRAY (1980), apresentava uma área de estudo muito mais abrangente atingindo a área canavieira do Vale do Paranapanema (paulista e paranaense), de acordo com a classificação do IAA/PLANALSUCAR (tabela 31).

Tabela 31 – Variedades de cana-de-açúcar predominantes nos canaviais do Vale do Paranapanema e no EDR de Ourinhos no final dos anos de 1970.

Variedade	Procedência	Principais Características
NA 56/62	Norte Argentina/Argentina	É uma variedade medianamente exigente em água e fertilidade, mas com boa capacidade de brotação nas socas e rápido desenvolvimento, sendo por isso adotada na área como cana de ano. Também é possuidora de um alto teor de sacarose, inigualada por qualquer outra variedade comercial.
NA 56/79	Norte Argentina/Argentina	É uma variedade precoce (cana de ano), que é plantada de agosto a setembro, ou de janeiro a março. Quando plantada de janeiro a março, ela é colhida de maio a junho. Há necessidade de cuidados especiais em relação ao carvão, mosaico e escaldura, embora essas doenças não sejam limitantes ao seu cultivo.
CB 41/76	Estação Experimental de Campos (Campos dos Goytacazes, RJ)	É de maturação média para tardia (cana de ano e meio), com alta relação caldo-cana. Apresenta relativa exigência em água e fertilidade, e tem apresentado suscetibilidade ao frio com queda de produção na época de geada. É suscetível à broca menor e às podridões do colmo. Dominou nos canaviais do Vale do Paranapanema.
IAC 52/150	Instituto Agrônomo de Campinas (Campinas, SP)	É uma variedade precoce para média, sendo plantada de janeiro a março e colhida normalmente em junho e julho. Sendo pouco exigente em relação à falta de umidade e é plantada nos espigões. Apresenta boa brotação das soqueiras, mas é suscetível à mancha ocular, às podridões do colmo e à broca, sendo medianamente suscetível ao mosaico.
Co 740	Coimbatore (Estação Experimental da Índia)	É uma variedade de maturação média (cana de ano e meio), de boa produtividade agrícola e regular brotação nas socas, sendo muito exigente em umidade e fertilidade. Apresenta bons índices de relação caldo/cana. É suscetível ao mosaico e é sensível à mancha ocular e à broca menor. É tolerante à deterioração pelo frio (com geadas).

Fonte: BRAY (1980).

Não obstante as doenças da cana-de-açúcar já terem causado vultosas perdas nos canaviais brasileiros, em períodos anteriores (como o mosaico⁶⁸), na atualidade (2002) as pesquisas desenvolvidas nas Estações Experimentais (para a obtenção de novas variedades resistentes às principais doenças, através do desenvolvimento do controle técnico, químico e físico) têm reduzido enormemente as perdas.

Além disso, as usinas e as destilarias localizadas no EDR de Ourinhos também possuem área de viveiros, onde são realizados experimentos para se

⁶⁸ “A mudança do domínio açucareiro teve como um dos fatores o mosaico, uma doença que atingiu e devastou os canaviais brasileiros nas décadas de 1920 e 1930, e obrigou o país a importar as variedades de cana javanesas, as POJ, para substituir as canas tradicionais” (BRAY *et alii*, 2000, p. 8).

escolher a variedade de cana-de-açúcar que são mais produtivas em relação às condições locais. Segundo o INFORMATIVO SÃO LUIZ (2004), em decorrência da importância que tem a escolha da variedade de cana a ser cultivada, a Usina São Luiz S.A., em parceria com a COPERSUCAR, conta com experimentações locais, visando obter informações que se adaptem a realidade e situação da empresa, tais como: tipo de solo, ambiente de produção, clima regional, sazonalidade pluviométrica, etc.

Apesar de toda tecnologia desenvolvida através de constantes pesquisas para o melhoramento genético da cana-de-açúcar, as doenças e as pragas ainda continuam a atingir os canaviais do Vale do Paranapanema, especialmente a área onde está localizado o EDR de Ourinhos, contribuindo para diminuir a produtividade dos canaviais.

No entanto, a agroindústria sucroalcooleira vem adotando o modelo de paradigma tecnológico como modelo de sobrevivência setorial concentram-se nas áreas: agrônômica (novas variedades de cana-de-açúcar e métodos de plantio, cultivo e colheita); industrial (modernas tecnologias industriais de produção de açúcar e álcool, moto-mecanização); e Recursos Humanos (RH). Os vultosos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é um indicador que comprovação da importância do paradigma tecnológico como forma de definir o que é relevante para uma situação mais concorrencial.

Neste cenário destaca-se a Cooperativa de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR). Conforme afirma SHIKIDA *et al* (2002, p. 134),

“embora a COPERSUCAR ainda tenha expressão no cenário nacional da P&D na agroindústria canavieira, os grandes grupos responsáveis pelas recentes Fusões e Aquisições (F&A) também estão direcionando esforços de pesquisa para o setor, como: melhoramento genético das variedades de cana; desenvolvimento do gerenciamento da produção agrícola via instrumentos como mapas do solo e imagens de satélite para identificação varietal e registro de microclima, declividades, adubação, distância, etc.; avanços no nível de extração, no tratamento do caldo e fermentação, na destilação e na área energética – com o aproveitamento do bagaço da cana -; além da introdução de novos modelos de gestão administrativa”.

As usinas e destilarias do EDR de Ourinhos utilizam-se de algumas das variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas pela COPERSUCAR, que mais se adaptam às condições geográficas da área. As variedades que mais se destacam na produção canavieira deste EDR são a SP 70-1143, a SP 70-1284, a SP 71-6163, a

SP 79-1011, a SP 80-1816, a SP 80-1842 e a SP 81-3250, cujas características principais (ponto alto), época de colheita e as restrições de cultivo serão contempladas a seguir (tabela 32).

Tabela 32 - Variedades de Cana SP desenvolvidas pela COPERSUCAR e cultivadas nos canaviais do EDR de Ourinhos (Período de 1980 a 2002)

Variedade	Ponto Alto	Época de Colheita								Restrições
		abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
SP 70-1143	Alta produtividade									Florescimento e maturação de média para tardia e é suscetível à escaldadura.
SP 70-1284	Rica em sacarose e é colhida durante toda a safra									Limitações em solos de baixa fertilidade e pouca umidade. Suscetível à escaldadura, estria vermelha e mancha amarela.
SP 71-6163	Alta produtividade de colmos e açúcar e longo período de colheita.									Moderadamente suscetível à mancha parda. Altamente suscetível à estria vermelha.
SP 79-1011	Ótima Soqueira									Fecha mal na entrelinha, é suscetível à ferrugem e à broca. Pode quebrar ponteiros com ventos fortes.
SP 80-1816	Ótima Soqueira									É muito exigente em solos, quebra facilmente os ponteiros com ventos e é muito suscetível à cigarrinha. É rala na cana-planta.
SP 80-1842	Soqueira Boa									Fecha mal na entrelinha, é suscetível à cigarrinha, tomba muito e dá brotos chupões. Sob palha, afina e reduz perfilhagem.
SP 81-3250	Rica em sacarose e Produtiva									Em terra fraca e colheita mecanizada tem redução de produtividade e longevidade. Suscetível à cigarrinha.

Fonte: COPERSUCAR (1983, 1991, 1993, 1995 e 1997).

As variedades de cana SP desenvolvidas pela COPERSUCAR têm grande preferência pelos fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros no EDR de Ourinhos, onde cada variedade apresenta características diferenciadas, que se adaptam melhor dependendo do local onde será cultivada.

A SP 70-1143, uma das variedades preferidas para o plantio na região, é o resultado do cruzamento genético da IAC 48/65 X ?, e que tem estreita ligação com as canas javanesas POJ, além de cruzamentos genéticos com outras variedades (Kassoer, US 1964, CP 726 e CP 27-108).

É cultivada pelas Usinas São Luiz S.A. e Ipaussu (FBA/Cosan) e a Destilaria Archângelo Ltda. Segundo a COPERSUCAR (1983), esta é, reconhecidamente, a

variedade que produz os melhores resultados em toneladas de colmo por hectare entre os clones da série SP 70, superando neste aspecto qualquer das variedades atualmente em cultivo comercial. Tem se constituído na variedade SP mais multiplicada, principalmente em solos de baixa fertilidade natural, onde sua rusticidade a destaca das demais variedades. As excelentes brotações de soqueiras propiciam uma maior longevidade aos canaviais plantados com SP 70-1143. Além disso, é altamente resistente ao carvão e mosaico, resistente à podridão vermelha e suscetível à escaldadura. É considerada como a variedade mais resistente aos nematóides das galhas, o que reforça sua recomendação para solos arenosos, onde este problema é mais agravante.

Outra variedade bastante cultivada no EDR de Ourinhos, por propriedades fornecedoras e usineiros, é a SP 70-1284, que se constitui no cruzamento da CB 41-76 X ?, cujos progenitores são das variedades POJ (Canas javanesas), EK2 e Kassoer. Esta variedade é a mais rica em sacarose entre os clones SP da série 70. Segundo a COPERSUCAR (1983), esta variedade tem se mostrado mais exigente em fertilidade e umidade do solo, sendo recomendável somente para solos argilosos e férteis ou com adubações orgânicas no plantio e soqueiras, como área de aplicação de torta de filtro e vinhaça. Nestas condições a sua rentabilidade econômica é superior à da NA 56/79, como estudado anteriormente.

A variedade SP 71-6163 é cultivada principalmente pela Usina São Luiz S.A. e seus fornecedores. Sua origem genealógica está associada a NA 56/79 (tabela 31), mas está associada aos cruzamentos envolvendo as canas javanesas POJ, a Kassoer, a EK2, a M2 e as variedades Co 221 e 290. Seu destaque está associado à superioridade de produtividade de colmos e de açúcar, se comparada à NA 56/79, incentivando-se, inclusive, a substituição dos canaviais cultivados com esta variedade pela SP 71-6163, dando-se preferência para área com solos de melhor fertilidade, devido à sua maior exigência nutricional. Conforme informações técnicas da COPERSUCAR (1983), uma das qualidades desta variedade é a excelente capacidade de brotação da soqueira, apresentando alto índice de perfilhamento, mesmo quando cortada sob condições adversas para a vegetação. É resistente à doenças (carvão, mosaico, mancha amarela, podridão vermelha e mancha parda), exceto à estria vermelha, à qual é altamente suscetível.

A SP 79-1011, como ocorre com a variedade SP 71-6163, é cultivada nos canaviais da Usina São Luiz S.A. e de seus fornecedores, lembrando que esta

unidade agroindustrial do setor sucroalcooleiro é associada à COPERSUCAR. Esta variedade se constitui no cruzamento das variedades NA 56/79 X Co 775, bastante conhecidas. Sua produtividade é semelhante à da SP 70-1143 e bem superior à da SP 71-6163, quando colocadas nas mesmas condições de cultivo. Apresenta boa brotação das soqueiras, com bom perfilhamento e fechamento, sem tombamento e ausência de florescimento ou isoporização. Segundo a COPERSUCAR (1991), foi classificada como resistente à ferrugem, mosaico e escaldadura; no entanto é suscetível ao carvão e à broca. Sua cultura necessita de cuidados especiais quanto às doenças, mas devido ao seu alto potencial econômico, tornou-se recomendável seu plantio.

A variedade SP 80-1816, cultivada pela Usina São Luiz S.A. e fornecedores, é um híbrido resultante do cruzamento genético das variedades de cana SP 71-1088 X H 57-5028. Suas qualidades principais são a produtividade agrícola, a brotação de soqueira, o rápido desenvolvimento vegetativo e o porte ereto. O perfilhamento é excelente, assim como o fechamento de intrelinhas. Não floresce e não isoporiza. Segundo dados técnicos da COPERSUCAR (1997), o teor de fibra é alto, não apresenta tombamento e a exigência em fertilidade do solo é de média para baixa. Possui sensibilidade média a herbicidas. Possui resistência às doenças do mosaico, ferrugem, carvão, escaldadura e broca.

A SP 80-1842, cultivadas nos canaviais das Usinas São Luiz S.A. e Ipaussu (FBA/Cosan) e fornecedores, é o resultado do cruzamento genético da variedade SP 71-1088 e da variedade H 57-5028. Ela se destaca em relação à cana-soca. Conforme relatos da COPERSUCAR (1993), como normalmente a área da cana-soca é quatro vezes maior do que a de cana-planta, a SP 80-1842 deverá ser rapidamente ampliada entre as unidades produtoras cooperadas, como é o caso da Usina São Luiz S.A. Também aparece como a única variedade precoce com alto teor de fibra, além de ser resistente a doenças como o carvão, ferrugem e mosaico.

A variedade SP 81-3250, cultivada pelos fornecedores e propriedades da Usina São Luiz S.A., é o híbrido das variedades CP 70-1547 X SP 71-1279. Apresenta alta produtividade (tonelada de cana/hectare), mesmo em solos de média para baixa fertilidade. Tem perfilhamento e fechamento de entrelinhas muito bons e ótima brotação de soqueira, com pouco tombamento. Não tem apresentado sensibilidade a herbicidas. Segundo informações técnicas da COPERSUCAR (1995), nos testes de reação às doenças e em observações de campo, a SP 81-

3250 tem apresentado suscetibilidade à escaldadura e ao carvão, exigindo cuidados na produção de mudas para manter essas doenças sob controle. É resistente à ferrugem e ao mosaico, não apresentando até o momento sintomas típicos da síndrome do amarelecimento, sendo também resistente à broca dos colmos *Diatraea saccharalis*, mas suscetível à cigarrinha.

Além das variedades SP desenvolvidas pela COPERSUCAR e cultivadas nos canaviais do EDR de Ourinhos, encontramos também as variedades de cana-de-açúcar RB (República do Brasil), desenvolvidas pela Rede Interinstitucional do Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (RIDESA), que constituem as antigas unidades do PLANALSUCAR, do qual fazem parte sete universidades federais, entre elas a UFSCar, UFAL e UFPR. Já foram lançadas pelo grupo 27 cultivares e, atualmente, mais de 50% da área cultivada de cana-de-açúcar em São Paulo (Convênio UDOP/UFSCar, 2002) e 75% no Paraná.

No Estado de São Paulo, o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos (CCA/UFSCar), localizado no município de Araras,

“através do Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar (PMGCA), que resultou desse mesmo programa do ex-PLANALSUCAR, tendo em vista, entretanto, que não se via possível tal programa ter continuidade se dependendo exclusivamente do Estado, a equipe de melhoristas do CCA/UFSCar passou a buscar uma forma de se estabelecer parceria com o setor privado. Idealizou-se então uma alternativa que, proposta e aceita por um pequeno grupo inicial de empresas já há muito tempo colaboradoras do PMGCA, teve início em 1992. Providencialmente àquela época a UFSCar vinha ultimando a criação da sua Fundação, único meio de poder gerenciar tal tipo de parceria. E, providencialmente também, ela foi formalmente instituída em 1992, tornando possível a concretização da idéia. Mas, em razão de todas as dificuldades na instalação e operação de uma nova instituição, somente no ano de 1995 é que conseguiu a formalização legal dessas parcerias, via convênio com a FAI – Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UFSCar” (PMGCA, 1995: p. 2).

Ainda segundo o relatório técnico de 1995 sobre o Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar do CCA/UFSCar, em setembro de 1992 o PMGCA liberou para os produtores cinco novas variedades RB de alto potencial produtivo. Elas, juntamente com a três anteriormente liberadas pelo ex-PLANALSUCAR, em 1988, estão se tornando variedades de expressiva adoção pelos produtores em toda a região Centro-Sul do país, conforme têm registrado os últimos censos varietais.

No EDR de Ourinhos, as variedades de cana RB estão sendo bastante difundidas. As variedades mais plantadas são a RB 72454, a RB 825336, a RB 835089, a RB 835486, a RB 845257 e a RB 855536. As principais características (ponto alto), a época da colheita e as restrições serão destacados a seguir (tabela 33).

Tabela 33 - Variedades de Cana RB (República do Brasil) desenvolvidas pela UFSCar e cultivadas nos canaviais do EDR de Ourinhos (Período de 1980 a 2002)

Variedade	Ponto Alto	Época de Colheita								Restrições
		abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
RB 72454	Adaptabilidade									Não suporta colheita na seca e nem palha.
RB 825336	Adaptabilidade e resistência à seca									Incidência de cigarrinha na raiz e inadequada para espaçamento reduzido.
RB 835089	Alta produtividade									Apresenta sensibilidade a herbicidas e baixo rendimento de corte manual.
RB 835486	Altíssima riqueza e qualidade industrial									É exigente em solos e tomba na cana-planta. É suscetível à ferrugem.
RB 845257	Alto teor de sacarose									Exigência em disponibilidade de água no solo e suscetibilidade a podridões e afinamento do colmo.
RB 855536	Alta produtividade agrícola e industrial									Ambientes com deficiência hídrica e espaçamento reduzido e suscetível à cigarrinha.

Fonte: GHELLER, Antonio Carlos A. et all. Características Agronômicas Variedades RB. Araras: UFSCar/CCA/DBV, 2003.

A variedade RB 72454, juntamente com a variedade SP 70-1143, são as preferidas para o plantio nos canaviais do EDR de Ourinhos, sendo que a RB 72454 é cultivada nas áreas de domínio canavieiro das Usinas São Luiz S.A. e Ipaussu (FBA/Cosan), Sobar S.A. Álcool e Derivados e a Destilaria Archângelo Ltda. Possui, entre outras, o cruzamento genético com a CP 53-76, considerada de boa qualidade. Possui alto teor de açúcar, é resistente à seca e detém alta produtividade. Segundo as características agronômicas das variedades RB (2002), esta variedade é resistente às doenças como carvão, escaldadura, ferrugem, mosaico, entre outras, mas é suscetível à estrias vermelhas, nematóides e podridão do abacaxi. No entanto, o maior destaque da RB 72454 constitui em ser esta uma das melhores opções para ambientes de baixo potencial de produção, especialmente quando em solos de textura arenosa.

Outra variedade que se destaca em área plantada no EDR de Ourinhos é a RB 825336, que possui entre os cruzamentos genéticos, a variedade H 53-3989. É resistente a doenças e pragas, sendo suscetível ao complexo broca-podridão. Entre os seus destaques principais estão a resistência à seca, a excelente brotação da soca, a sustentação da produtividade ao longo dos cortes e a adaptação a ambientes de baixo potencial de produção. Esta variedade está presente nos canaviais sob o domínio da Sobar S.A. Álcool e Derivados, incluindo os fornecedores.

A RB 835089 é o híbrido do cruzamento genético das variedades RB 72454 e da NA 56/79, duas variedades que apresentam qualidades de destaque. Esta variedade possui alta produtividade agrícola e longevidade, adaptação a regiões com outono-inverno de temperaturas mínimas mais rigorosas (que propicia melhor maturação) e boa brotação das socas em colheita mecanizada. Para o manejo da cultura, apresenta sensibilidade a herbicidas, baixa densidade de carga, principalmente em cana-planta e colheita manual (baixo rendimento). Esta variedade surge nos canaviais da Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e da Sobar S.A. Álcool e Derivados e de seus fornecedores.

A variedade RB 835486, que possui entre os cruzamentos genéticos a variedade L 60-14, apresenta excelente resposta a maturadores, boa brotação das socas, mesmo na seca, tanto em colheita manual como mecanizada. Além disso, apresenta altíssima riqueza e qualidade industrial, longevidade de cortes e retorno econômico superior às demais quando corretamente manejada. De acordo com as características agronômicas das variedades RB (2002), em empresas que possuem baixo percentual de solos férteis recomenda-se plantá-la naquele de média fertilidade, reservando os melhores solos para variedades mais exigentes e evitar locais favoráveis à ferrugem. Apresenta boa resistência às doenças e pragas, mas é suscetível aos nematóides. É cultivada nos canaviais da Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e da Sobar S.A. Álcool e Derivados, assim como nas propriedades dos fornecedores de cana das empresas.

Outra variedade plantada nos canaviais da Sobar S.A. Álcool e Derivados e de fornecedores da empresa, é a RB 845257, que se constitui no cruzamento genético das variedades RB 72454 e SP 70-1143, que apresentam excelentes qualidades. De acordo com as características agronômicas das variedades RB (2002), os destaques para a RB 845257 são as boas respostas nas aplicações de

produtos maturadores, o porte ereto e colmos pesados proporciona alta densidade de carga, o que torna vantajosos seu plantio em distâncias maiores da fábrica e o alto teor de sacarose. Apresenta resistência à pragas e doenças, sendo suscetível ao complexo broca-podridão. Quanto ao manejo, recomenda-se realizar seu plantio nos melhores ambientes de produção, apresenta alta exigência em disponibilidade de água no solo e ocorrem perdas de produtividade ao longo dos cortes.

Para concluir o estudo das variedades de cana-de-açúcar cultivadas no EDR de Ourinhos, destacamos a RB 855536. Ela é o resultado do cruzamento genético entre as variedades SP 70-1143 e da RB 72454, sendo cultivada nos canaviais sob o domínio da Usina São Luiz S.A. e Sobar S.A. Álcool e Derivados, incluindo os fornecedores. Segundo as características agrônômicas das variedades RB (2002), os destaques desta variedade são a alta produtividade agrícola e industrial em ambientes de produção favoráveis, a ótima brotação de soqueira, mesmo em colheita mecanizada e sob palha e excelente resposta a maturadores. É resistente a doenças e pragas, sendo suscetível a nematóides. Para o manejo desta variedade, alguns cuidados devem ser recomendados, tais como a utilização em ambientes sem deficiência hídrica pronunciada no outono/inverno e evitar-se o espaçamento reduzido.

Desta forma estão encerrados o estudo sobre as variedades de cana-de-açúcar cultivadas no EDR de Ourinhos. No entanto, vale salientar que o plantio de variedades pode sofrer alterações de uma safra para outra, dependendo das condições naturais encontradas no meio, em uma determinada safra.

4.8. As Inovações Tecnológicas das Agroindústrias do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos

Contemplar-se-á, neste momento, as principais formas de adequação das agroindústrias sucroalcooleiras ao sistema empresarial, com a mudança de paradigmas decorridos nas últimas décadas do século XX. As principais agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos estão preocupadas em se adequar às novas formas impostas pelo atual modelo de desenvolvimento

capitalista. Assim observa-se uma nova forma de organização empresarial pautada em modernas técnicas de empreendedorismo.

Novas formas de administração estão sendo implementadas nas agroindústrias canavieiras desta área por meio de ferramentas como o Programa 5 “S” (melhoria contínua), “Boas Práticas de Fabricação”, Sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, além de programas sociais como o Programa de Participação nos Resultados (PPR), entre outros (capítulo 5).

A teoria dos 5 “S” foi implantada na Usina São Luiz S.A., seguindo os princípios da organização, limpeza, saúde, arrumação, padronização e disciplina. O Programa de 5 “S” também foi implantado na FBA/Cosan, representada no EDR de Ourinhos pela Usina Ipaussu, ampliando seus benefícios para as comunidades locais.

“Aliados à filosofia de responsabilidade social, os conceitos de utilização, organização, limpeza, conservação e autodisciplina, estipulados pelo Programa de 5 S, foram exercidos pela família dos funcionários da empresa. Para a empresa o termo qualidade não se refere apenas à qualidade de fabricação e distribuição de seus produtos, mas principalmente, às ações que estimulam funcionários a trabalhar num ambiente mais harmônico, com qualidade de vida e conceitos elevados de cidadania” (Jornal COSAN/FBA, ano 6, n. 27, jan./fev. 2004).

Este nome surgiu no Japão e veio para o Brasil com os conceitos para a Qualidade. Isso não significa que foram os japoneses que inventaram o 5 “S”, que se empreende em uma teorização que facilita ensinar e praticar conceitos que qualquer ser vivo tem em sua natureza. Compreende os seguintes princípios:

- a. Seiri – Senso de utilização
- b. Seiton – Senso de ordenação
- c. Seisou – Senso de limpeza
- d. Seiketsu – Senso de saúde
- e. Shitsuke – Senso de autodisciplina

(Informativo São Luiz, 2004).

Outros programas foram implementados na constante busca das empresas do setor sucroalcooleiro nacional para atender à qualidade de seus produtos junto ao mercado consumidor. No EDR de Ourinhos, a Usina São Luiz e a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) existem programas voltadas à qualidade da produção, segurança do trabalho, entre outros.

Hoje, para que as empresas possam sobreviver no mercado, é necessário readaptar as estruturas operacionais, prediais e profissionais, principalmente quando se trata de empresas do setor alimentício, pois a exigência dos clientes vai de encontro aos processos de qualidade implantados na empresa, especialmente, na área de produção.

“A COSAN/FBA, enquanto empresa produtora de alimentos (açúcar e álcool), com a intenção de expandir sua participação no mercado, busca constantemente o realinhamento dos seus processos para garantir a qualidade e a confiabilidade de seus produtos” (Jornal COSAN/FBA, ano 5, n. 26, nov./dez. 2003).

Outro programa em andamento se constitui nas “Boas Práticas de Fabricação”, implantando pelo Grupo FBA/Cosan, em sua unidade no EDR de Ourinhos, a Usina Ipaussu, e são formadas por um conjunto de princípios e regras definidas pela vigilância sanitária para empresas que produzem alimentos. O objetivo é fabricar, comercializar e distribuir produtos seguros, saudáveis e de qualidade, sem risco de contaminação, de forma a garantir a segurança total do consumidor. Quanto à aplicação, as práticas estabelecidas são bem simples: fundamentam-se basicamente nos hábitos de higiene pessoal, ambiental e operacional, bastante conhecidos nossos e que fazem parte do cotidiano de todos, seja em casa ou no ambiente de trabalho. Os hábitos e atitudes de todos os que trabalham, diretamente, com a fabricação dos alimentos devem ser seguros e saudáveis, pois os riscos para a contaminação dos alimentos são bastante elevados. Além disso, o ambiente de trabalho deve estar sempre limpo e em boas condições⁶⁹.

Outro requisito básico para as empresas é a aplicação do sistema de “Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle” (APPCC), que tem por objetivo apontar e controlar os perigos existentes no processo de produção.

“Para o desenvolvimento desse sistema, devem ser adotados alguns princípios essenciais, como identificar os pontos de periculosidade, traçar medidas preventivas e avaliar necessidades de mudanças no processo. Para isso, é necessário estabelecer limites, desmarcar as zonas de perigo e estabelecer equipes de monitoramento, verificação e, se necessário, ações corretivas para garantir a segurança de todos. Se todos esses métodos

⁶⁹ “Para o sucesso das “Boas Práticas de Fabricação”, alguns procedimentos devem ser respeitados: cuidados com a higiene pessoal; colocar o lixo em coletores apropriados e protegê-lo sempre com uma tampa; todos os ambientes da empresa devem estar sempre limpos e organizados” (Jornal COSAN/FBA, ano 5, n. 26, nov./dez. 2003).

forem bem utilizados nas empresas, os riscos de acidentes e de contaminação dos alimentos são reduzidos significativamente e a empresa garante a confiabilidade de seus clientes” (Jornal COSAN/FBA, ano 5, n. 26, nov./dez. 2003).

A Usina São Luiz também adota o Sistema APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), que vem lhe garantindo bons resultados perante a comunidade do setor sucroalcooleiro, como a conquista da norma ISO 9002 (2000), e certificação em APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), vem aprimorando o Sistema de Gestão implementado, sendo comprovada a eficácia do sistema através das auditorias periódicas para manter as certificações obtidas.

Outra forma de inovação nas usinas e destilarias do setor sucroalcooleiro paulista, em especial no EDR de Ourinhos, diz respeito a co-geração de energia elétrica obtida a partir da combustão do bagaço de cana-de-açúcar, principalmente a partir dos anos de 1990. Segundo o Decreto nº 2.003, em seu artigo 2º, promulgado em 10 de setembro de 1996, há a utilização de co-geradores denominados Autoprodutores (AP), sendo caracterizado como pessoa física, jurídica ou consórcio detentor de uma de uma concessão ou autorização para produzir energia elétrica para consumo próprio, estando nessa categoria as usinas sucroalcooleiras produtoras de energia elétrica destinada ao consumo da planta industrial.

Conforme ressalta SOUZA (2002, p. 218),

“cada tonelada de cana-de-açúcar moída produz aproximadamente 260 quilos de bagaço da cana-de-açúcar, considerando um teor de fibra médio de 13% e cerca de 50% de umidade média (...) Esse bagaço tem como principal aproveitamento econômico sua utilização na área energética, onde cada quilo de fibra seca produz cinco quilos de vapor queimado. O vapor movimenta geradores que, produzem, assim, eletricidade. Além da termoeletricidade – emprego do bagaço para a geração de eletricidade –, o bagaço da cana-de-açúcar é empregado também para a geração de vapor ao processo produtivo sucroalcooleiro, caracterizando o conceito de co-geração⁷⁰”.

No EDR de Ourinhos existem duas empresas que possuem geradores de eletricidade a partir do bagaço da cana, que são a Usina São Luiz S.A. e a Sobar S.A. Álcool e Derivados. A Usina São Luiz S.A. possui capacidade instalada de 12,8 MW, sendo que deste total são consumidos efetivamente 7,0 MW de energia produzida, e a Sobar S.A. Álcool e Derivados detêm potencial instalado de 3,8 MW.

⁷⁰ “As usinas de açúcar e álcool no Brasil, assim como em muitas outras regiões, apresentam consumos de vapor na ordem de 500Kg.de vapor por tonelada processada” (SOUZA 2002: p. 218).

de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar, mas são produzidos 3,1 MW. para consumo próprio.

Ao contrário do que ocorre em outras unidades sucroalcooleiras do Estado de São Paulo, a produção em ambos os casos se limita ao consumo próprio, não sendo comercializadas em distribuidoras locais de energia elétrica, como a Companhia Luz e Força Santa Cruz Ltda. (Grupo Votorantim), que abastece de energia elétrica a maioria dos municípios do EDR de Ourinhos, e a *Duke Energy Internacional* Geração Paranapanema S.A., concessionária de energia elétrica que substituiu a Companhia Energética de São Paulo (CESP) na usina hidrelétrica de Chavantes.

Contudo, vale lembrar que este procedimento se limita ao período de safra das agroindústrias do setor sucroalcooleiro, pois como destaca SOUZA (2002, p. 220),

“após longos períodos de estocagem, o bagaço apresenta deterioração causada pela fermentação da matéria orgânica e dos açúcares residuais. Esse fato, aliado à necessidade de atendimento ao consumo próprio requerido para operação das usinas no período de safra e à indispensável manutenção do equipamento de geração no período de entressafra, condiciona a geração de energia elétrica por período não superior ao da safra do setor sucroalcooleiro (efetivamente dos meses de maio a dezembro, na região Centro-Sul)”.

Além das inovações na forma de administrar as agroindústrias do setor sucroalcooleiro e do investimento em co-geração de energia para movimentar a planta industrial, outros tipos de investimentos ocorreram no processo produtivo das usinas e destilarias do EDR de Ourinhos, e que foram mencionados no Anuário da Cana (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003), que são a saber: adaptação do sistema de recepção de cana colhida com colheitadeiras, tubo gerador de caldeira, conjunto de moenda 26/48, captação de água e vinhaça, instalação de turbo-bomba água para fabricação de açúcar, instalação de quádruplo efeito, plano diretor de informática, separadoras de fermento 90 m³/h, ampliação da capacidade de caldeiras V2/5F, automação de aparelhos de destilação, modificação da fermentação de contínua para batelada, investimentos na área agrícola (plantio), decantador SRI de 500 m³/h, filtro prensa, torre de resfriamento, lavadoras de gases para caldeira, turbo gerador de 8 MW, fábrica de levedura seca, entre outros. Como pode-se observar, as empresas do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos realizam investimentos contínuos no processo de produção, para que possam

aumentar a produtividade e rentabilidade da agroindústria, e além disso, conquistar espaço e tornar seus produtos mais competitivos no concorrido mercado sucroalcooleiro nacional.

A respeito da mecanização da cultura canavieira no EDR de Ourinhos, esta foi abordada juntamente com as demais culturas agrícolas dessa área no capítulo 2, pois houve dificuldades em se conseguir dados concretos de máquinas e implementos agrícolas (tabela 12) para cada agroindústria sucroalcooleira, por se tratar de informações confidenciais das empresas.

5. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES NO SETOR SUCROALCOOLEIRO DO EDR DE OURINHOS

5.1. INTRODUÇÃO

Antes de explicitar a existência de sindicatos e associações que congregam os trabalhadores no setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, tanto os que trabalham nas dependências das usinas e destilarias quanto os que estão inseridos diretamente na cultura canavieira, torna-se importante esclarecer a relação existente entre o trabalhador e o capitalista, como ela ocorre.

O capitalismo é um regime de produção que se baseia em antagonismos (contradições). Segundo THOMAZ JÚNIOR (1996, p. 237),

“capital e trabalho, coabitantes de um mesmo processo contraditório, mas enraizado em esferas diferentes do processo social da produção, um, ao se expressar no outro – elo fundamental de sustentação da contradição – se materializam sobre bases qualitativamente diferentes. O capital, de um lado, hegemoniza o processo, conformando assim, sob seu controle, a totalidade produtiva. O trabalho, por outro lado, ao inserir-se nesse processo, entra submetido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas”.

Em MONTEIRO (1992, p. 50),

“a expansão do capitalismo se dá basicamente pela transformação dos trabalhadores em trabalhadores livres, libertos de toda propriedade, exceto das forças de trabalho, da sua capacidade de produzir. Uma vez nestas condições, sem a propriedade dos meios de produção que são as matérias-primas e os instrumentos de produção, necessários ao seu trabalho, a única opção que resta ao trabalhador é vender a sua força de trabalho ao capitalista”.

É a expropriação dos meios de produção que tornam o trabalhador livre para vender a sua força de trabalho ao capitalista que dela necessita para produzir, o proprietário dos meios de produção. Perante a lei, trabalhadores e capitalistas mantêm relações igualitárias, na medida em que a relação de compra e venda só pode se realizar desta forma, o que possibilita que o contrato assumido entre ambos possa ser desfeito por qualquer uma das partes quando assim o quiser.

Esta é uma contradição própria do sistema de produção capitalista, onde cada um tem que ser individualizado, livre e igual a todos os demais, e ao mesmo tempo, a existência de cada um depende das outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Cada pessoa se cria na pessoa do outro.

Para que isto ocorra, é necessária ao trabalhador a alienação do processo de produção. Esta alienação significa dizer que não só o trabalho se materializa em objeto (existência externa ao trabalhador), mas existe de modo independente, “e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna força hostil e antagônica” (MARX, 1989: p. 160). Eis alguns fatores que exploram a alienação do trabalhador:

- a. Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador: não pertence ao seu ser (à sua natureza), ele se contradiz (negando-se a si mesmo), pois o trabalho ao invés de edificar-lhe suas energias físicas e mentais, esgota-lhe fisicamente e arruína seu estado de espírito. Encarado como algo que não lhe é voluntário, mas algo que é imposto para sua sobrevivência e assim garantir a sua reprodução; não se constitui em satisfação de necessidade, mas conforme salientado, resulta em um meio de satisfazer suas necessidades;
- b. Em segundo lugar, o próprio trabalhador reconhece que a exterioridade do seu trabalho, portanto não lhe pertence, e sim ao empresário capitalista. Idealizado como algo que não é espontâneo (atua no indivíduo independentemente dele), é concebido como coisa estranha que não lhe pertence, dirigida contra ele, e;
- c. Finalmente, na medida em que o trabalho extrai do homem o objeto de sua produção, furta-lhe a vida genérica e sua objetividade real, transformando em desvantagem a sua vantagem sobre os demais seres. Sendo despojado de sua atividade autônoma, é submetido ao trabalho no processo capitalista de produção, transforma a vida genérica do homem em meio de existência física. Visto sob a óptica capitalista e reforçando os antagonismos resultantes deste modo de produção, o que importa ao trabalhador não é trabalho que realiza, mas o salário que dele pode resultar, necessário para garantir sua sobrevivência.

Para o capitalista, não importa quem são seus trabalhadores e o tipo de atividade que desempenham, mas a extração da mais-valia e sua transubstanciação em lucro.

Vale ressaltar que, segundo THOMAZ JUNIOR (1996, p. 242),

“o processo de proletarização aliena completamente o trabalhador da necessidade ou não de produzir esse ou aquele tipo de produto, já que sua sobrevivência será mediada, no plano do mercado, pela via geral da circulação da moeda proveniente do salário”.

Neste momento, surge a figura do Estado, que buscando o movimento geral da reprodução social, faz-se legislador em benefício do capital. Segundo MOREIRA (1985, p. 67),

“ao enraizar sua imagem no espaço do mercado, o Estado forja a dissolução das práticas e valores diferenciados de classe, fixando-se no terreno das práticas e valores do dominante (o capital), tornando ideologia dominante a ideologia do dominante. Com isso, subverte as diferenciações de um mesmo espaço (ideologizado) de práticas, qual seja, o espaço do mercado capitalista”.

Não se deve ocultar, no entanto, a importância que o mercado possui nas mediações sociais, inclusive o movimento sindical. O Estado desloca as contradições existentes no interior da sociedade civil para dentro dele, devolvendo-as à mesma sociedade através de regulações mercantis, reduzindo as relações do capital e do trabalho às regulações contratualistas, levando à primazia hegemônica do capital.

Surge, neste instante, o papel do sindicato. Neste particular, encontramos o trabalhador, ao qual lhe cabe parte ínfima da riqueza socialmente produzida na forma de salário, onde o trabalho, fragmentado a partir da divisão social e técnica,

“manifesta-se geralmente enquanto luta organizada sindicalmente que apresenta no plano do mercado a sua base de assentamento, ou seja, apesar do trabalho apresentar como raiz o lócus da produção, suas ações se dão fundamentalmente na esfera da circulação, isto é, o sindicato atua no terreno da repartição da riqueza social, em particular, as lutas salariais” (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 243).

O capital realiza o processo social de produção no circuito $D - M - D'$, enquanto o trabalho o faz pela via da circulação – D' – no plano de gestão de mercado (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 243). Com isso, enquanto a força de trabalho

se fragmenta na gestão política, o capital se encontra unificado no processo produtivo, apresentando divisões no plano da circulação, onde ocorre a disputa de mercado, entre outros fatores.

Contudo, a cada retomada de ações do movimento sindical (representante entre o capitalista e o trabalhador) da agroindústria sucroalcooleira paulista, principalmente a partir da Greve de Guariba (1984), que será visto adiante, onde coloca em discussão

“a questão da superexploração do trabalho e os projetos do capital, forjando, assim, a necessidade de um redimensionamento político da estrutura, organização e ação sindical, apontando claramente rumo ao controle do processo de produção, que teve como resposta do capital, a intensificação do processo de tecnificação (assenhoreando-se da hegemonia, jogando no fracionamento do trabalho a partir da mecanização do corte de cana e dos sistemas de controle do processo de trabalho agroindustrial), aumentando ainda mais a escala dos desafios para o movimento sindical” (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 243-244).

Na seqüência, abordar-se-à, a transformação da imagem do usineiro em empresário do setor sucroalcooleiro e os projetos sociais desenvolvidos junto aos seus empregados, para posteriormente destacar a formação do Movimento Sindical do Trabalhador Rural (MSTR), desde seus primórdios, até os dias atuais (2002), e dentro deste, as principais entidades sindicais e associações a que estão congregados os trabalhadores e fornecedores de cana-de-açúcar do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos (ANEXO 6).

5.2. A Mudança de Imagem de Usineiro para Empresário do Setor Sucroalcooleiro, a ideologia da qualificação e da competitividade das empresas e as relações capitalistas de produção

Ao consultar a literatura sobre a cana-de-açúcar no Brasil e as agroindústrias, desde os tempos em que o Brasil era colônia de Portugal, pode-se observar a importância que assumiam os “senhores de engenho”, tido atualmente como “usineiros”. Em SALIBE (2002), que estudou a imagem do usineiro pela mídia na região de Araçatuba, Estado de São Paulo, pôde-se constatar um relato do que

estes empresários⁷¹ do setor sucroalcooleiro representam junto à população. Durante muito tempo configuravam-se como “Senhores de Engenho”, tido como poderosos, proprietários de terras e de escravos, exploradores do trabalho infantil e beneficiários das políticas do setor público federal⁷² (como visto no capítulo 3), principalmente durante o PROALCOOL, são alguns exemplos dos conceitos de usineiro que foram obtidos nesta pesquisa.

No EDR de Ourinhos, também existe este mito do “usineiro” como exploradores, maus patrões e coronéis⁷³, divulgados pela mídia impressa, que perdura há tempos. Pode-se perceber a imagem negativo do “usineiro” neste EDR, através principalmente da ideologia política existente na população dos municípios que o compõe, publicado no JORNAL DEBATE (n. 601, p.4, 25 out. 1992):

“Na Regional Agrícola (EDR) de Ourinhos sempre ocorreram casos de apoio de usineiros para os candidatos a prefeito municipal. Em 1992, pela primeira vez, cinco cidades da região – Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Ipaussu, Chavantes e Canitar – elegeram prefeitos que tinham a simpatia e o apoio dos empresários do setor sucroalcooleiro. As plantações de cana-de-açúcar e as terras das agroindústrias se estendem por vários municípios desta área, e é importante ter prefeitos identificados com os interesses dos usineiros. Em Ourinhos, por exemplo, as plantações de cana chegam a invadir o perímetro urbano, embora há dispositivo na Lei Orgânica municipal que proíbe plantações fazendo divisas com bairros. Nas camadas mais populares, principalmente de bóias-frias, os usineiros eram vistos como exploradores e maus patrões. Qualquer apoio deles a candidatos a prefeito tinha de ser sigiloso”.

Assim como este artigo, existem outros exemplos da imagem negativa que o usineiro possui no EDR de Ourinhos divulgados na imprensa local, mas este não é o objetivo deste estudo, que está situada no desenvolvimento das agroindústrias canavieiras e sua relação com o trabalhador no contexto do setor sucroalcooleiro.

⁷¹ Grifo do autor.

⁷² “É necessário lembrar que o setor sucroalcooleiro (principalmente durante o PROÁLCOOL), por atuar em área estratégica, foi muito prejudicado pelas incertezas dos governos, que optaram por construir o desenvolvimento atrelado ao ouro negro, em detrimento dos benefícios que o ouro verde – a cana-de-açúcar – poderiam proporcionar. Essa realidade dificilmente viria à tona pois a mídia, parece preferir o lado negativo dos fatos e, nesse sentido, não poupou esforços nem espaços para criticar o setor que, como se comenta tomava dinheiro do governo e não saldava seus compromissos. Não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que muitos não teriam se beneficiado dos subsídios e vantagens oferecidos pelo governo, mas, há que se considerar que a maioria, genericamente tida e havida como caloteira, não teve condições de saldar seus compromissos – se endividando por causa da própria política do governo” (SALIBE, 2002).

⁷³ Grifo do autor.

No entanto, ainda em referência ao trabalho de SALIBE (2002), constatou-se que esta imagem negativa começou a mudar perante a opinião pública. O usineiro, que desde o fim das políticas protecionistas do governo federal, após a extinção do IAA em 1990, e principalmente depois da desregulamentação do setor sucroalcooleiro nacional, mudou o seu jeito de pensar e administrar seus negócios, tornou-se um empresário⁷⁴.

E como empresário constituído que é, visa melhorar sua imagem perante a sociedade, busca parceiros, inova em tecnologia no processo de produção, investe na melhoria da qualidade do produto e diversifica a produção, aposta em novos mercados (capítulo 4). Como empresários modernos, “são preocupados com a saúde da comunidade e do meio ambiente, grandes parceiros em iniciativas que visam a promover e a aprimorar programas assistenciais, educacionais, profissionalizantes e outros” (SALIBE, 2002, p. 136).

Como exemplo desta realidade, destaca-se a importância dada à Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (que será estudada mais adiante) pelo Grupo Quagliato, proprietário da Usina São Luiz S.A. Esta entidade presta diversos serviços aos funcionários da lavoura, bem como aos seus familiares, registrados no Grupo Quagliato, onde todos os serviços são gratuitos, graças à atuação de mantenedores, dos quais o Grupo Quagliato responde por cerca de 80% da receita desta instituição.

SALIBE (2002, p. 137), destaca em seu estudo que as empresas do setor sucroalcooleiro deveriam investir mais para melhorar a imagem do empresário do setor sucroalcooleiro, sendo que uma etapa para se conseguir tal objetivo seria “a divulgação do avanço e da qualidade das questões sociais pelas usinas e destilarias”.

Em referência à esta situação, as agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos estão investindo na divulgação de seus projetos e eventos através da mídia impressa (jornais), distribuídos gratuitamente para a população das comunidades onde estão inseridas. A Usina São Luiz S.A., no município de Ourinhos, distribui anualmente, a partir do ano de 2002, uma tiragem do “Informativo São Luiz”, onde se destacam os principais projetos desenvolvidos na agroindústria,

⁷⁴ “Ao entrar uma geração mais nova, as coisas melhoraram. As usinas eram coronelismo puro. Hoje, são empresas” / Antônio Vitor – diretor da força sindical de Ribeirão Preto (SALIBE, 2002: p. 136).

assim como nos setores de Recursos Humanos, de Gestão e Qualidade, e no de Serviço Social, entre outros.

A Usina Ipaussu, pertencente ao Grupo FBA/Cosan, também recebe o “Jornal Cosan/FBA”, que é distribuído gratuitamente para a comunidade onde estão inseridas as doze unidades agroindustriais pertencentes a este grupo. Ao contrário do “Informativo São Luiz”, que é anual, o “Jornal Cosan/FBA” é mensal, onde são divulgados os principais eventos e projetos desenvolvidos, nas unidades agroindustriais. O Grupo FBA/Cosan investe na valorização de seus funcionários. Isto pode ser verificado no formato do suplemento produzido e que destaca relatos de investimentos nas áreas de educação e cidadania, saúde e bem-estar, qualidade, investimento e tecnologia e ciência e meio ambiente, entre outros.

A Sobar S.A. Álcool e Derivados, atualmente AGREST – Agroindustrial Espírito Santo do Turvo Ltda. – não possui um material próprio para a divulgação de seus eventos e projetos, sendo que para averiguar a existência deles nos mais diversos setores da empresa, necessitou-se uma investigação mais profunda junto à diretoria da agroindústria, e especialmente à Ordalice Fátima Souza Piasentine, assistente social no setor de Recursos Humanos da empresa. Os resultados desta pesquisa serão apresentados mais adiante.

As agroindústrias do setor sucroalcooleiro buscam integrar o trabalhador ao seu ambiente de trabalho, acreditando que investindo no trabalhador e sua família, o resultado será positivo para a empresa, pois através de assistência, estímulos e valorização, a produtividade da empresa tende a crescer. Destacar-se-á, a seguir, alguns exemplos da filosofia das três agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos no ano de 2003. Preocupada em manter a qualidade de vida e integridade física dos funcionários e seus familiares, a Usina São Luiz S.A. investe continuamente na área social, disponibilizando recursos e atendimentos contínuos, na área de saúde e lazer da comunidade interna.

A Usina Ipaussu, unidade agroindustrial pertencente ao Grupo FBA/Cosan, leva adiante alguns programas voltados à realidade do trabalhador, também acreditando no aumento da produtividade com investimentos para o setor social e de recursos humanos da empresa.

O comprometimento com a sociedade e com o futuro levam a COSAN a promover ações sociais, propagando valores de extrema importância para o

desenvolvimento do indivíduo em sociedade. Estas ações têm como principal objetivo educar para a cidadania.

“Através do estabelecimento de importantes relações com a vida das comunidades em que está presente, a COSAN respeita e é respeitada. A implementação de ações corporativas de responsabilidade social provam sua determinação para continuar a gerar valores, expandir-se, internacionalizar-se e explorar cada vez mais sua capacidade empreendedora. Seu compromisso social está atrelado à promoção da melhoria contínua nos padrões de gestão e desempenho das unidades produtoras, englobando valores imprescindíveis como ética, respeito e seriedade” (COSAN, 2003).

Outro exemplo de preocupação da empresa com os seus funcionários é da Sobar S.A. Álcool e Derivados (atual AGREST). Segundo seus atuais proprietários, “os Departamentos de Serviço Social e RH muito farão pelos funcionários, incentivando-os, e com o respaldo da direção da agroindústria temos condições de valorizar o trabalhador através de estímulos e motivação, porque o funcionário sendo valorizado, tem condições de produzir mais com qualidade. Esta motivação nos faz acreditar cada vez mais no ser humano, na sua capacidade, no seu discernimento e na busca constante de uma melhor qualidade de vida e crescimento da empresa” (informações obtidas junto à agroindústria).

Destacar-se-á, neste momento, alguns Programas Sociais Desenvolvidos pelas Usinas São Luiz S.A.(Ourinhos) e Usina Ipaussu (Ipaussu), além da Sobar S.A. Álcool e Derivados (Espírito Santo do Turvo), visando o bem-estar do trabalhador e de seus familiares e aumentando a produtividade da empresa (tabela 34).

A Usina São Luiz S.A. apresenta uma variedade de programas sociais voltados ao trabalhador e familiares. Existem programas voltados à área de saúde pública, tais como atendimento médico e odontológico, serviço social (oferecendo orientações e serviços diversos), farmacêutico, campanhas de vacinação (crianças, adultos e idosos) e de diversos temas (voltados à área de prevenção). Além desses, a empresa ainda oferece convênios com a UNIMED, farmácias, laboratórios, funerárias, clínicas médicas e odontológicas. O Programa Leite e Enxoval, distribui enxovais a todos os recém-nascidos filhos de funcionários da usina, assim como a distribuição de leite para crianças de três meses a um ano de idade. Além disso, a agroindústria oferece aos funcionários que mais se destacaram durante a safra, uma viagem à cidade de Aparecida, com tudo custeado pela empresa.

Tabela 34 – Programas Sociais Desenvolvidos pelas Usinas e Destilarias em operação no EDR de Ourinhos/ano-base de 2003.

Unidade Agroindustrial	Programas Sociais Desenvolvidos
Usina São Luiz S.A. (Grupo Irmãos Quagliato)	♦ Atendimento Médico – Atendimento de funcionários e familiares. ♦ Serviço Social – Oferece orientações e serviços diversos (internações hospitalares, cirurgias, aposentadorias, encaminhamento médico, convênios da empresa, atestados médicos, auxílio-doença, segurança do trabalho, realização de exames, agendamento de ambulância, encaminhamento para hospitais, acompanhamento de pacientes). ♦ Farmácia Interna – Completo estoque de medicamentos, atendendo o funcionário e familiares. ♦ Leite e Enxoval – O enxoval é fornecido a todo recém-nascido, filho de funcionário, gratuitamente; assim como o leite, para crianças de três meses a um ano. ♦ Atendimento Odontológico – Atendimento odontológico diário. ♦ Convênios – Convênios com diversas farmácias, laboratórios, UNIMED, funerárias, clínicas médicas e odontológicas. ♦ Campanhas – vacinação infantil para crianças de 0 a 5 anos de idade, idosos e todos os funcionários, realizadas duas vezes ao ano, ou conforme calendário nacional. Além dessas, destacam-se as campanhas de engajamento da população na luta pela preservação ambiental, com plantio de mudas de árvores frutíferas na vicinal que passa pela usina. ♦ Palestras – Palestras com diversos assuntos, com destaque para drogas, alcoolismo, tabagismo, hipertensão arterial, diabetes, doenças sexualmente transmissíveis (DST / AIDS), higiene pessoal, qualidade de vida, saúde bucal e prevenção do câncer de boca, violência contra a mulher, entre outras. ♦ Premiação – todo ano a usina patrocina uma viagem para a cidade de Aparecida, na semana santa, durante três dias, aos funcionários que mais se destacaram.
Usina Ipaussu (Grupo FBA / Cosan)	♦ Atendimento Médico e Odontológico – A todos os funcionários e familiares. ♦ Serviço Social – Orientações e serviços diversos (internações, cirurgias, segurança do trabalho, realização de exames, etc.). ♦ Convênios – Diversos tipos (médico, farmacêutico, laboratoriais, clínicas médicas, entre outras). ♦ Projetos de Reflorestamento – a água utilizada no processo é tratada e devolvida ao solo, assim como os resíduos da produção são reciclados e utilizados na recomposição das propriedades do solo.
Sobar S.A. Álcool e Derivados (atual AGREST)	♦ Serviço Social e Departamento de Recursos Humanos (RH) – Atuam nos diversos problemas sócio-econômicos, como os acompanhamentos de casos de auxílio-doença e acidentes de trabalho, até o retorno do funcionário ao seu posto na empresa, com visitas domiciliares e hospitalares, quando necessárias. Também realiza atendimento médico e ambulatorial, psicológico e segurança e medicina do trabalho. ♦ Eventos Sociais – Promovem programas de orientação aos funcionários, calendário promocional, administração de benefícios, treinamentos a funcionários, entre outros. ♦ Projetos de Responsabilidade Social – Doações seguidas de acompanhamento a instituições carentes do município de Espírito Santo do Turvo. ♦ Projetos voltados ao Meio Ambiente – Está sendo implementado em parceria com a Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo.

Fonte: Informativo São Luiz (2004), FBA/Cosan (2003) e usinas/destilarias do EDR de Ourinhos (2003).

“Outro projeto que vem tendo grande destaque nos últimos anos diz respeito à conservação do meio ambiente. Uma das marcas da usina é o exemplo de conservação do meio ambiente, tendo todos os seus açudes em perfeito estado sem nenhuma contaminação, já que seus resíduos industriais são passados por tratamento de resfriamento e são reaproveitados” (Informativo São Luiz, 2004).

A Usina Ipaussu, pertencente ao Grupo FBA/Cosan, também possui projetos voltados aos seus funcionários e familiares. Os serviços de atendimento médico e odontológico, de orientações e serviços diversos (realizados pelo Serviço Social) e convênios (médico, farmacêutico, laboratoriais, clínicas médicas, entre outras), são algumas das modalidades de programas sociais oferecidos. Além disso, a empresa também valoriza muito os projetos ambientais, onde a água utilizada no processo agroindustrial é tratada e devolvida ao solo, assim como os resíduos da produção são reciclados e utilizados na recomposição das propriedades do solo.

A Sobar S.A. Alcool e Derivados acredita no potencial de seus funcionários e desenvolve vários projetos de valorização do indivíduo. A agroindústria oferece programas de atendimento médico, com o envolvimento dos Departamentos de Serviço Social e de Recursos Humanos (RH); eventos sociais (programas de orientação aos funcionários, calendário promocional, administração de benefícios, treinamentos, etc.); projetos de responsabilidade social, que consiste em doações seguidas de acompanhamento a instituições carentes do município de Espírito Santo do Turvo, e que de certa forma, estão envolvidas com familiares de funcionários da empresa; além de projetos ambientais a serem implementados com a parceria da prefeitura municipal de Espírito Santo do Turvo.

Nesse sentido, vale frisar que as inovações oriundas da melhor capacitação dos recursos humanos (como será visto no final deste capítulo) têm trazido impactos positivos para as usinas via implementação de algumas inovações de produtos e processos pontuais (SHIKIDA *et al.* 2002).

5.3. As Origens da Organização Sindical e a Mobilização dos Trabalhadores do Setor Sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos

Antes de se averiguar a origem e evolução dos sindicatos dos trabalhadores e associações de plantadores e fornecedores do setor sucroalcooleiro no Brasil, no Estado de São Paulo, e mais especificamente no EDR de Ourinhos, deve-se atentar ao conceito de associação e sindicato, como órgãos representativos de classes.

Segundo Silvia Vianna, da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA), que congrega as associações de plantadores e fornecedores de cana em todo o país, pode-se definir associação como um “agrupamento permanente de pessoas com objetivos que não sejam especificamente de ordem patrimonial, grupo de indivíduos que se unem para uma finalidade específica e se mantêm coesos graças a procedimentos, rotinas e também sanções que aceitam e aprovam de forma consciente e racional; entidade que congrega pessoas que têm interesses comuns”.

Neste caso, as associações dos plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar, que se integram ao setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos (apesar de não participarem do processo industrial), se unem para fortalecer a defesa de seus interesses. Conforme destaca THOMAZ JUNIOR (1996, p. 128),

“essas entidades reúnem o conjunto de produtores agropecuários, tais como os fornecedores de cana, considerando-se os ligados às empresas sucroalcooleiras (...), os independentes e as companhias agrícolas coligadas às empresas sucroalcooleiras, que se configuram, em muitos casos, como os maiores fornecedores de cana do Estado e, portanto, são os maiores empregadores rurais”.

No EDR de Ourinhos existe a Associação dos Produtores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO), que se encontra vinculada, desde sua origem, aos interesses da Usina São Luiz S.A. (Grupo Quagliato), no município de Ourinhos, em que o Condomínio Fernando Luiz Quagliato e Outros, constituem-se nos maiores fornecedores de cana da agroindústria (capítulo 4), participando como associados desta entidade. Também existem duas associações que congregam os produtores e fornecedores independentes, que são a Associação dos Plantadores de Cana do

Paraná - CANAPAR e a Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana CANAUSSU, que defendem o interesse dos associados que não estão inseridos no processo de produção industrial.

Ainda de acordo com Silvia Vianna (FEPLANA), os sindicatos podem ser definidos como “associação, para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos e/ou profissionais, de todos os que (na qualidade de empregados, empregadores, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais) exerçam a mesma atividade ou atividades similares ou conexas”.

Enquanto as associações podem representar os interesses dos plantadores e fornecedores de cana, e ao mesmo tempo, mascarar o interesse dos acionistas das agroindústrias através da criação das companhias agrícolas, que neste momento passam a se configurar como fornecedores de cana (THOMAZ JUNIOR, 1989), os sindicatos representam o interesse dos trabalhadores que estão inseridos no processo produtivo do setor sucroalcooleiro, nas mais diversas categorias e áreas de atuação, que são classificados por diversos sindicatos, através da diferenciação das atividades dentro do contexto da agroindústria sucroalcooleira.

Vale lembrar que também existem os sindicatos representativos de classes que envolvem os proprietários rurais (inseridos na produção canavieira) e os empresários do setor sucroalcooleiro, tais como os Sindicatos Rurais (proprietários rurais), que são entidades sindicais importantes nas negociações coletivas entre os trabalhadores rurais (através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e do Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados do EDR de Ourinhos) e as Agroindústrias (como será estudado adiante) e o Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado de São Paulo (SIFAESP) e o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo (SIAESP), congregados à União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA) (Capítulo 3).

5.3.1. Histórico da Origem dos Sindicatos que englobam os Trabalhadores do Setor Sucroalcooleiro de Ourinhos

As entidades sindicais e associações existentes no Brasil, tanto os originários do meio urbano quanto os do meio rural, são o resultado de um processo de mobilização dos trabalhadores. No meio rural, a situação foi ainda mais grave do que no meio urbano, pela própria legislação brasileira não reconhecer a existência dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Para se ter uma idéia, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), regulamentada em 1943 para reger as relações trabalhistas, deixavam bem claro em seu artigo 7º⁷⁵, nos preceitos de acordos, que ela não se aplicaria aos trabalhadores rurais, isto só ocorreria se o contrato de trabalho estipulasse.

Mesmo assim, a partir de 1945, diversas associações foram registradas em cartório nos termos do Código Civil como “Ligas Camponesas”, principalmente a partir da década de 1950, e a existência do contexto político de predomínio do populismo no controle do Estado, tanto os empregadores quanto os trabalhadores rurais encontraram espaço para sua organização e mobilização frente ao movimento de sindicalização, culminando com o surgimento de uma organização sindical legalmente reconhecida.

Essa entidade, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), surgiu do I Congresso de Trabalhadores Rurais, que teve repercussão nacional, realizado em 1954, onde os trabalhadores rurais puderam reivindicar seus

⁷⁵ **Art. 7º** - Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

- a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas;
- b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais;
- c) aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios e aos respectivos extranumerários em serviço nas próprias repartições;
- d) aos servidores de autarquias paraestatais, desde que sujeitos a regime próprio de proteção ao trabalho que lhes assegure situação análoga à dos funcionários públicos;
- e) aos empregados das empresas de propriedade da União Federal, quando por esta ou pelos Estados administradas, salvo em se tratando daquelas cuja propriedade ou administração resultem de circunstâncias transitórias.

Parágrafo único. Aos trabalhadores ao serviço de empresas industriais da União, dos Estados e dos Municípios, salvo aqueles classificados como funcionários públicos, aplicam-se os preceitos da presente Consolidação.

Fonte: CLT, 1989.

direitos à sindicalização, organização e à previdência social, como os demais trabalhadores do meio urbano.

“O movimento de sindicalização rural desenvolvido pela ULTAB ganha expressão principalmente nas áreas onde predominavam os assalariados agrícolas (áreas canavieiras). Até o início de 1960, apesar da legislação recusar aos trabalhadores rurais o direito à associação, a ULTAB conseguiu registrar cinquenta e dois sindicatos rurais através de processos na justiça” (MONTEIRO, 1992, p. 88-89).

Como se vê, a ULTAB conquista força no campo brasileiro. O ano de 1962 marca o início de conquistas para o sindicalismo rural brasileiro, onde o direito à sindicalização do trabalhador rural é reconhecido e os sindicatos existentes, enquadrados como entidades livres, obtêm a carta sindical, onde deveriam se adequar às normas legais e ao estatuto padrão determinado pelo Ministério do Trabalho.

No período que compreende as décadas de 60 e 70, o Movimento Sindical começa a despontar nos municípios do EDR de Ourinhos (conforme será visto adiante), onde a articulação dos trabalhadores e dos proprietários de terra levam a formação dos primeiros sindicatos. O sindicato rural patronal surge no EDR de Ourinhos a partir do ano de 1965 (Sindicato Rural de Ourinhos) e o sindicato dos trabalhadores rurais surge em meados da década de 70, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo.

Em relação às associações que atualmente (2002) envolvem trabalhadores e fornecedores do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos, a intermediação entre os interesses e reivindicações dos proprietários, fornecedores, arrendatários e parceiros e da agroindústria sucroalcooleira, conduzem à formação da Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO) em 06 de janeiro de 1959, se constituindo na mais antiga associação do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos (como será estudado mais adiante).

“O sindicato concebido pelo Estado deveria então, ser o órgão mediador entre capital e trabalho; entre o trabalho e o Estado; cabendo a ele administrar estas relações entre vendedores de força de trabalho e donos dos meios de produção. Ele deveria representar as categorias profissionais junto ao governo e administrar a assistência social” (MONTEIRO, 1992, p. 90).

Em 1963 há a organização do movimento dos trabalhadores rurais, com a união das federações estaduais de trabalhadores rurais (que congregam os sindicatos de cada Estado) na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada com o objetivo de levar adiante o projeto de reforma agrária, controlada pelos trabalhadores rurais.

No entanto, a CONTAG, durante o governo militar sofre intervenção federal de 1965 a 1967, acabando por se estender até os anos de 1990, sob a administração de um interventor designado pelo Estado. Nesse período, seus objetivos principais, que eram a questão da terra e da reforma agrária, defendidas ardentemente sob ótica socialista e por um instrumento legal já existente, o Estatuto da Terra⁷⁶, foram se distanciando cada vez mais do discurso da entidade, passando a trabalhar na “defesa do trabalhador rural”, ignorando a dura realidade deste trabalhador brasileiro, face à concentração fundiária no país.

Dessa forma, deu-se continuidade a “defesa” de um trabalhador rural genérico, abstrato, ignorando o novo quadro emergente com as alterações na base produtiva da agricultura, com sérios desdobramentos para os trabalhadores, atingindo a todos a um só tempo: a perda do acesso a terra por segmentos de

⁷⁶ **Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964)** – Os objetivos finais dessa lei eram a execução da reforma agrária e a promoção da política agrícola. Os principais pontos do Estatuto da Terra consistiam em classificar os estabelecimentos rurais por sua função social.

Parágrafo 1º - A propriedade da terra desempenha integralmente:

- a. Favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b. Mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c. Assegura a conservação dos recursos naturais;
- d. Observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e os que ma cultivam.

Foram considerados os seguintes tipos de estabelecimentos rurais:

- I. Imóvel rural – área que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, seja pela iniciativa privada ou pública.
- II. Propriedade familiar – o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família e que lhe garanta trabalho, subsistência, com área máxima estabelecida por região.
- III. Minifúndio – o imóvel rural de área e possibilidades inferiores à propriedade familiar.
- IV. Latifúndio:
 - a. Por dimensão – propriedades com área superior a seiscentas vezes o módulo rural fixado para a região onde se localiza.
 - b. Por exploração – propriedades que tenham área menor do que o estabelecido, mas que esteja sendo mantida inexplorada ou deficientemente explorada para fins especulativos, não podendo ser considerada uma empresa agrária.
- V. Empresa rural – é o imóvel rural explorado econômica e racionalmente por pessoa física, jurídica, pública e privada. Entre as atividades realizadas no estabelecimento estão as áreas e cultura, reflorestamento, matas naturais, pastagens e benfeitorias. Possui de 1 a 600 módulos rurais de área.
- VI. Módulo rural – é o modelo ou padrão que deve corresponder à propriedade familiar. A área do módulo rural vai depender das características ecológicas e econômicas de onde está localizado. É claro que as dimensões do módulo rural em áreas de pecuária extensiva vão ser bem maiores do que em áreas de policultura comercial (texto adaptado de ALMEIDA & RIGOLIN, 2002: p. 407).

pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, tendo em vista a política agrícola seletiva e discriminatória do governo e de projetos como o PROÁLCOOL que intensificaram, ainda mais o processo concentracionista da propriedade da terra. De olhos virados às profundas modificações ocorridas no mercado de trabalho, nas formas de contratação, arregimentação e da conseqüente fragmentação da força-de-trabalho, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) colocou para “escanteio” os assalariados rurais, sob as vestes da velha bandeira da reforma agrária e da luta pela terra (que também não emplacou), fiel escudeiro da CONTAG que acabou por ter seu conteúdo completamente desfigurado.

A tentativa de articulação entre a luta dos trabalhadores rurais com a luta pela posse da terra, embasada no aparato jurídico da Lei de Sítio, levou ao entendimento que o acesso à terra tornara-se um direito trabalhista como outro qualquer, pelo menos em teoria. Além disso, as reivindicações salariais, dar-se-iam a partir da CONTAG, sucedendo-se às federações estaduais dos trabalhadores rurais até atingir as bases territoriais dos sindicatos respeitando-se, contudo, os limites da lei de greve 4.330/64, objetivando a mobilização sindical nos seus interstícios. Além disso, dada a diversidade advinda da heterogeneidade das ações sindicais frente à pluralidade das formas de mediação e pagamento no setor sucroalcooleiro, objetivava-se a unidade dos trabalhadores rurais neste setor, a construção de campanhas salariais unificadas.

No ano de 1963, começa a vigorar o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que assegurava ao assalariado rural o direito à posse de carteira profissional em regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a regularização da jornada de trabalho, direito ao salário mínimo, repouso semanal e férias remuneradas e direito à sindicalização, entre outros, direitos idênticos aos que os trabalhadores urbanos haviam conquistado anteriormente.

Segundo MONTEIRO (1992, p.90), “o ETR deve ser entendido como uma conquista do trabalhador rural, fruto de suas lutas, não como dádiva do Estado”. Além disso, vem aprimorar o controle dos sindicatos pelo Estado, legitimar sua existência, controlar as verbas destinadas às entidades até sua ação prática. Também instituiu o Fundo de Assistência e Previdência Rural (FUNRURAL), criando condições para que o atendimento previdenciário se fizesse a partir dos sindicatos.

No lado do trabalhador, deve-se destacar que no setor sucroalcooleiro existe o período da entressafra, onde eles se dispersam trabalhando em outras

propriedades, perdendo a relação de identidade enquanto categoria (assalariado rural), durante este período. Esta perda da “identidade” propicia o enfraquecimento no processo de luta desta categoria de trabalhadores rurais.

Conforme destaca MONTEIRO (1992, p. 97),

“é no processo de luta que os trabalhadores passam a se identificar como trabalhadores e tomam ciência da exploração a que estão submetidos enquanto classe. Isto significa que a capacidade de luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é, em geral, resultado da consciência que os trabalhadores adquirem da exploração, é, também, ato potenciador da tomada de consciência de classe. Neste sentido, a classe para si e a consciência de classe são sempre resultado do processo de luta e não o início como pode parecer”.

5.3.2. O Estado Nacional e a Legislação Sindical (Sindicato) e Associativa (Associação)

O Estado ao desenvolver ações para amortizar o confronto do capital X trabalho, em que os interesses do primeiro prevalece, utiliza de mecanismos, onde “produz uma resultante territorial alienada do trabalho” (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p. 247). Entre eles, pode-se observar três momentos, onde a estrutura sindical, imposta pelo Estado, divide os trabalhadores em categorias, compartimento-os, e assim, enfraquecendo as lutas de classe e as reivindicações da classe trabalhadora, conforme destacado por THOMAZ JUNIOR (1996, p. 247):

- I. Impõe o sindicato enquanto produto do fracionamento do trabalhador em categorias profissionais⁷⁷, primeiro elo da determinação do aparato mediador (jurídico-político-ideológico);
- II. Circunscreve-o à esfera de abrangência das fronteiras impostas pelo Estado, o município, conformando-se no segundo elo das determinações, que aprofunda ainda mais o distanciamento do sindicato da totalidade da relação econômica que se completa, por sua vez, com,

⁷⁷ Base de representação dos sindicatos de trabalhadores. A categoria profissional constitui um grupo de profissões similares ou conexas que, para fins de organização de sindicatos, são previamente definidas na CLT (IBGE, 2002, p. 210).

- III. A determinação da identificação do trabalhador (da mesma categoria), para este ou aquele sindicato, a partir da localização da empresa (o município em que se encontra).

Como resultado disto, o trabalhador se aliena do produto e enquanto vendedor da força de trabalho, pois já não possui identidade com o semelhante, não se identificando como proletário, mas como cortador de cana, técnico, agrônomo, entre outros profissionais. O sindicato, por sua vez, ao encontrar-se delimitado por uma base territorial⁷⁸ determinada pelo Estado, pode encontrar situações que delimitem seu poder de atuação na luta pelos trabalhadores. É o caso de trabalhadores rurais que residem em um município e trabalham em outro, onde as bases sindicais podem não ser as mesmas.

No EDR de Ourinhos, citam-se os exemplos de trabalhadores cortadores de cana, que durante a safra, saem de seus municípios pela manhã e retornam ao final da tarde, trabalhando no corte da cana-de-açúcar em municípios que estão inseridos em outra base sindical, que não aquela dos municípios onde residem.

Além disso, os capitalistas do setor sucroalcooleiro, em especial no EDR de Ourinhos, possuem propriedades rurais espalhadas por diversos municípios, como Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos, Chavantes, Ipaussu, entre outros, que ao longo do período da safra canavieira, perpassam a extensão territorial de vários sindicatos, de mesma categoria, sendo que estes permanecem fixados nos limites da base territorial.

Felizmente, nesta área, pôde-se observar através de pesquisas de campo, que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais buscam manter-se unidos nas negociações com os empresários do setor sucroalcooleiro, onde as reivindicações, e principalmente as conquistas obtidas possam se estender aos demais STRs do EDR, como será visto mais adiante.

Mesmo dentro do setor sucroalcooleiro pode-se verificar a existência de divisões em categorias de trabalhadores nas entidades sindicais, por determinação do Estado. Existe no EDR de Ourinhos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que representam a categoria dos trabalhadores na lavoura canavieira e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Químicas e Farmacêuticas

⁷⁸ Área territorial em que o sindicato está credenciado a representar determinada categoria econômica ou profissional. A base territorial pode ser municipal, intermunicipal, estadual, interestadual e nacional (IBGE, 2002, p. 209).

de Ipaussu e Região, que representam os interesses dos empregados nas usinas e destilarias desta área, destacando-se, em especial, a Usina Ipaussu (FBA/Cosan).

Por último, pode-se determinar o enquadramento sindical do trabalhador a partir da localização da empresa. Com isso, se um trabalhador no corte da cana reside no município de Santa Cruz do Rio Pardo, que se encontra na base sindical do STR de Santa Cruz do Rio Pardo, e vai trabalhar no município de Ipaussu, ele se encontrará na área sob jurisdição do STR de Chavantes, onde este município está inserido. Enquanto o Estado propicia ao capital do setor sucroalcooleiro a primazia da organização do fato econômico, ao trabalhador é destinado a fragmentação em órgãos sindicais provocada pela divisão técnica do trabalho, legitimada pela atuação estatal.

Essa fragmentação dissolve o poder de reivindicação do trabalhador do setor sucroalcooleiro no conjunto, pois existe a divisão entre atividades rurais e atividades urbanas, entre sindicatos que representam esta ou aquela categoria e a delimitação das bases territoriais dos sindicatos, que são determinadas pelo Estado e compreendidos como mecanismos de legitimação jurídico-político do processo produtivo capitalista.

Após a aprovação da Constituição de 1988, as entidades sindicais e associativas, que surgem a partir de 1930, e que após 1964 contavam com a regulamentação legal, perdem este direito pois ocorre a extinção da Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho.

Contudo,

“os preceitos fundamentais do novo corporativismo, conforma-se sobre o enquadramento *oficial* (artigo 570⁷⁹ da CLT), com referência no quadro de atividades e profissões (artigo 577⁸⁰ da CLT), em um novo corporativismo societal excludente, parcializador e que preserva e, mesmo intensifica, o caráter fragmentário e heterogêneo da classe trabalhadora” (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 250).

⁷⁹ “**Art. 570** - Os Sindicatos constituir-se-ão, normalmente, por categorias econômicas ou profissionais específicas, na conformidade da discriminação do Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o Art.577, ou segundo as subdivisões que, sob proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, de que trata o Art. .576, forem criadas pelo Ministro do Trabalho e da Administração.

Parágrafo único. Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas, entendendo-se como tais as que se acham compreendidas nos limites de cada grupo constante do Quadro de Atividades e Profissões” (CLT, 1989).

⁸⁰ “**Art. 577** - O Quadro de Atividades e Profissões em vigor fixará o plano básico do enquadramento sindical” (CLT, 1989).

Pelo novo modelo, o Estado procura evitar a fragmentação dos sindicatos e associações existentes, sendo único por categoria numa mesma unidade territorial (o município), tratado como unidade sindical. Contraditoriamente, como afirma THOMAZ JÚNIOR (1996, p. 250), existem no Brasil “mais de 19.000 sindicatos e 5 centrais sindicais, ou seja, convivem com uma pluralidade sindical às avessas e com uma unidade prescrita em lei”.

O modelo de estrutura sindical imposta pelo Estado, obedece uma hierarquia verticalizada, onde observa-se na base os sindicatos e entidades de grau superior, em uma posição intermediária as federações⁸¹ (O modelo orgânico da estruturação vertical dá-se nos moldes da legislação específica – artigo 534⁸² da CLT), quando é facultativo aos sindicatos em número não inferior a cinco, desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou de profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em Federações) e as confederações⁸³ (como determina o artigo 535⁸⁴ da CLT, para a constituição das Confederações torna-se necessário o

⁸¹ “Associação de grau superior dos sindicatos na estrutura oficial da organização sindical brasileira estabelecida pela CLT. Entidade integrante do sistema sindical unitário existente no país, a federação, para se constituir, deve possuir um mínimo de cinco sindicatos, de uma mesma categoria ou de categorias afins, a ela filiados. A base territorial mínima de representação da federação é a unidade da federação, podendo, eventualmente, abranger mais de uma unidade da federação ou até mesmo todo território nacional se para isso for autorizado pelo MTE. Sua estrutura é determinada por lei e pelo estatuto social” (IBGE, 2002, p. 211).

⁸² “**Art. 534** - É facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação.

§ 1º - Se já existir federação no grupo de atividades ou profissões em que deva ser constituída nova entidade, a criação desta não poderá reduzir a menos de 5 (cinco) o número de Sindicatos que àquela devam continuar filiados.

§ 2º - As federações serão constituídas por Estados, podendo a Comissão Nacional de Sindicalização, autorizar a constituição de federações interestaduais ou nacionais.

§ 3º - É permitida a qualquer federação, para o fim de lhes coordenar os interesses, agrupar os Sindicatos de determinado município ou região a ela filiados, mas a união não terá direito de representação das atividades ou profissões agrupadas” (CLT, 1989).

⁸³ “Associação de grau superior dos sindicatos na estrutura oficial da organização sindical brasileira estabelecida pela CLT. Entidade integrante do sistema sindical unitário existente no país, a confederação, para se constituir, deve possuir um mínimo de três federações a ela filiadas. Tem como principal função a negociação em âmbito nacional das questões mais amplas dos interesses dos trabalhadores ou das empresas. As confederações de sindicatos de empregadores e de trabalhadores estão previstas na CLT e agrupam os sindicatos conforme as categorias econômicas ou profissionais que se encontram previamente estabelecidas nesta mesma legislação. Sua estrutura é determinada por lei e pelo estatuto social” (IBGE, 2002, p. 210).

⁸⁴ “**Art. 535** - As Confederações organizar-se-ão com o mínimo de 3 (três) federações e terão sede na Capital da República.

§ 1º - As confederações formadas por federações de Sindicatos de empregadores denominar-se-ão: Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional de Transportes Terrestres, Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional das Empresas de Crédito e Confederação Nacional de Educação e Cultura.

§ 2º - As confederações formadas por federações de Sindicatos de empregados terão denominação de: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores

mínimo de três Federações, a Confederação estabelecida terá que estar sediada na capital da república e os nomes respectivos são previamente estabelecidos e modelados).

Para as Confederações, o Estado, através do artigo 535 da CLT, determina as normas para composição das diretorias, atribuições, competência de gestão e administração, conforme os artigos 522⁸⁵, 523⁸⁶ e 537⁸⁷ da CLT.

O Estado, ao cumprir os dispostos na legislação, através da CLT, onde os mecanismos da hierarquia da estrutura sindical verticalizada, determina a dependência na base sindical, que se encontra subordinada às federações, cumpre o papel de descaracterizar e intimidar a organização dos trabalhadores através de suas lutas e reivindicações trabalhistas. No caso específico dos trabalhadores rurais cortadores de cana, observa-se a grande importância das federações e confederações, especialmente nos Estados do Norte / Nordeste e do Centro-Sul do Brasil.

Pela Legislação de 1988, manteve-se o modelo do sindicalismo e associativismo assistencialista através do imposto sindical, bem como o assistencial. Como citado em THOMAZ JUNIOR (1996, p. 252-253),

“enquanto que para o primeiro, o desconto é compulsório e fixado à base de um dia de trabalho, recolhido de uma só vez no mês de março de cada ano (artigos 580⁸⁸ e

em Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

§ 3º - Denominar-se-á Confederação Nacional das Profissões Liberais a reunião das respectivas federações.

§ 4º - As associações sindicais de grau superior da Agricultura e Pecuária serão organizadas na conformidade do que dispuser a lei que regular a sindicalização dessas atividades ou profissões” (CLT, 1989).

⁸⁵ “**Art. 522** - A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato” (CLT, 1989).

⁸⁶ “**Art. 523** - Os Delegados Sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida no § 2º do Art.517 serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia” (CLT, 1989).

⁸⁷ “**Art. 537** - O pedido de reconhecimento de uma federação será dirigido ao Ministro do Trabalho acompanhado de um exemplar dos respectivos estatutos e das cópias autenticadas das atas da Assembléia de cada Sindicato ou federação que autorizar a filiação.

§ 1º - A organização das federações e confederações obedecerá às exigências contidas nas alíneas b, c do Art. 515.

§ 2º - A carta de reconhecimento das federações será expedida pelo Ministro do Trabalho, na qual será especificada a coordenação econômica ou profissional conferida e mencionada a base territorial outorgada.

§ 3º - O reconhecimento das confederações será feito por decreto do Presidente da República” (CLT, 1989).

⁸⁸ “**Art. 580** - A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá:

I - Na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração;

582⁸⁹ da CLT e também prescrito no artigo 8º, inciso IV da Constituição), o segundo se dá à base de um percentual fixado em assembléia no mês da data-base, ou da assinatura de acordo ou convenções coletivas de trabalho e são devidos apenas pelos empregados e não são repassados pelos sindicatos às demais entidades de grau superior, admitindo, no entanto, a recusa de desconto por parte do contribuinte”.

A regulamentação do imposto sindical ocorre conforme os dispositivos estabelecidos no artigo 589⁹⁰ da CLT, onde se disciplina o repasse de verbas seguindo-se a mesma estrutura verticalizada imposta pelo Estado, cabendo ao sindicato 60% dos recursos obtidos, 15% para as federações estaduais e 5% para a confederação. Além disso, o artigo 590 da CLT estabelece, que os 20% restantes

II - para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância correspondente a 30% (trinta por cento) do maior valor-de-referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à época em que é devida a contribuição sindical, arredondada para Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente;

III - para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme tabela progressiva.

§ 1º - A contribuição sindical prevista na tabela constante do item III deste artigo corresponderá à soma da aplicação das alíquotas sobre a porção do capital distribuído em cada classe, observados os respectivos limites.

§ 2º - Para efeito do cálculo de que trata a tabela progressiva inserta no item III deste artigo, considerar-se-á o valor de referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à data de competência da contribuição, arredondando-se para Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente.

§ 3º - É fixado em 60% (sessenta por cento) do maior valor-de-referência, a que alude o parágrafo anterior, a contribuição mínima devida pelos empregadores, independentemente do capital social da firma ou empresa, ficando, do mesmo modo, estabelecido o capital equivalente a 800.000 (oitocentas mil) vezes o maior valor-de-referência para efeito do cálculo da contribuição máxima, respeitada a tabela progressiva.

§ 4º - Os agentes ou trabalhadores autônomos e os profissionais liberais, organizados em firma ou empresa, com capital social registrado, recolherão a contribuição sindical de acordo com a tabela progressiva.

§ 5º - As entidades ou instituições que não estejam obrigadas ao registro de capital social, consideração, como capital, para efeito do cálculo de que trata a tabela progressiva constante do item III deste artigo, o valor resultante da aplicação do percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o movimento econômico registrado no exercício imediatamente anterior, do que darão conhecimento à respectiva entidade sindical ou à Delegacia Regional do Trabalho, observados os limites estabelecidos no §3º deste artigo.

§ 6º - Excluem-se da regra do § 5º as entidades ou instituições que comprovarem, através de requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho, que não exercem atividade econômica com fins lucrativos” (CLT, 1989).

⁸⁹ “Art. 582 - Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos sindicatos.

§ 1º - Considera-se um dia de trabalho, para efeito de determinação da importância a que alude o item I do art. 580, o equivalente:

a) a uma jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por unidade de tempo;

b) a 1/30 (um trinta avos) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão.

§ 2º - Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba, habitualmente, gorjetas, a contribuição sindical corresponderá a 1/30 (um trinta avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado à Previdência Social” (CLT, 1989).

⁹⁰ “Art. 590 - Inexistindo confederação, o percentual previsto no item I do artigo anterior caberá à federação representativa do grupo.

§ 1º - Na falta de federação, o percentual a ela destinado caberá à confederação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

§ 2º - Na falta de entidades sindicais de grau superior, o percentual que àquelas caberia será destinado à "Conta Especial Emprego e Salário".

§ 3º - Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à Conta Especial Emprego e Salário" (CLT, 1989).

sejam destinados para uma Conta Especial de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, determinando que, como prescreve o artigo 590:

“inexistindo Confederação, o percentual a ela previsto caberá à Federação; parágrafo 1º - na falta de Federação o percentual a ela destinado caberá à Confederação; parágrafo 2º - na falta de entidades sindicais de grau superior, o percentual que àquelas caberia será destinado à Conta Especial de Emprego e Salário; parágrafo 3º - não havendo sindicato, nem entidade de grau superior, a contribuição sindical será creditada integralmente à Conta Especial Emprego e Salário e; no artigo correspondente à mesma categoria (...) profissional” (adaptado de THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 253).

A Constituição de 1988 estabelece ainda, como previsto no artigo 8º, inciso IV⁹¹, o imposto confederativo, cujo valor a ser descontado em folha de pagamento do trabalhador, seja determinado pelas assembléias (dos sindicatos), “donde também deliberará o percentual de repasse às federações e confederações respectivas, independentemente do imposto sindical previsto em lei, todavia, podendo ser recusado pela assembléia” (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 252-253). Segundo alguns estudiosos do sindicalismo brasileiro, espera-se, que num futuro próximo, este imposto possa ser o substituto do imposto sindical.

Segundo afirmação de THOMAZ JUNIOR (1996, p. 254),

“os trabalhadores, ao se organizarem em sindicatos, têm de fazê-lo com base no código de registro dos imperativos legais e, são governados, portanto, por esta política burocrática controlista, referência e lastro da relação trabalhista-sindical. Nessas condições, o Estado cria o sindicato encimado por categorias de trabalhadores (definidas pelo processo de produção, tendo por base, portanto, a divisão técnica do trabalho definidora do enquadramento sindical) que, nos limites da ordenação territorial do Estado tem que ser único, tanto em relação à base territorial, quanto em relação à categoria (unicidade sindical). Isto se sustenta segundo uma padronização vertical, que se decompõe numa tríade sindical, organizada hierarquicamente, consoante à escalaridade territorial oficial do Estado, fundamentada pelos esquemas compulsórios e contributivos de sustentação financeira, as contribuições sindicais⁹². Não obstante, os sindicatos não vão além das questões diretamente ligadas ao momento da produção (o espaço da realização econômica do trabalho alienado), negligenciando os componentes básicos da reprodução do trabalhador, como habitação, educação, saneamento básico, etc”.

⁹¹ “**Art. 8º** - É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(...) § 4º - A assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontado em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei (...)” (Constituição Federal, 1988).

⁹² Contribuição anual devida compulsoriamente por todos os integrantes de determinada categoria, instituída por lei (IBGE, 2002, p. 211).

O sindicalismo e associativismo atrelado ao Estado é capaz de garantir os interesses dos capitalistas do setor sucroalcooleiro, compartimentando os trabalhadores em categorias e impondo fronteiras às bases territoriais sindicais e associativas, capaz de garantir a reprodução dos meios de produção capitalistas em detrimento das condições de reprodução do trabalhador, alienando-o do processo de produção capitalista.

Como exemplo, torna-se necessário destacar a forma da organização sindical dos trabalhadores em usinas e destilarias no EDR de Ourinhos. Segundo informações obtidas junto aos sindicatos que representam estas categorias, e que abrange as Usinas São Luiz S.A., a Usina Ipaussu (FBA/Cosan) e a Sobar S.A. Álcool e Derivados (atual AGREST), existe uma estrutura de contribuições destas empresas para alguns sindicatos representativos de classe, que tem como base territorial a maioria dos municípios do EDR de Ourinhos, onde estão instaladas estas agroindústrias.

Trata-se do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Cruz do Rio Pardo, Bernardino de Campos e Chavantes; do Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos (SER); do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Marília/Subsede de Ourinhos; do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Álcool, Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu e Região; e do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos, que compreendem categorias diferenciadas dentro da usina ou destilaria, e que realizam negociações intermediadas por estes sindicatos com as empresas, estabelecendo a convenção coletiva, que segundo o IBGE (2002, p. 211),

“pode ser definida como um “instrumento de negociação coletiva, de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas (empregadores) e profissionais (empregados) estipulam condições/relações de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas bases de representação⁹³”.

Quanto às associações, podem-se destacar a Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO), a Associação dos Plantadores de Cana CANAPAR e a Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana

⁹³ "A convenção coletiva também pode ser realizada pelas federações e confederações das categorias profissionais" IBGE (2002, p. 211).

CANAUSSU, representando os interesses dos trabalhadores e fornecedores de cana-de-açúcar do EDR de Ourinhos.

No EDR de Ourinhos, como será destacado mais adiante, prevalece o modelo assistencialista dos sindicatos dos trabalhadores que estão inseridos no setor sucroalcooleiro, destacando maior ou menor atuação, dependendo do sindicato e da classe trabalhadora que congrega e de suas fronteiras territoriais.

5.4. A Organização Sindical dos Trabalhadores e Empregados Rurais e as Mudanças de Paradigmas

A partir da intervenção federal (período que compreende de 1965 a 1967 e posteriormente até meados de 1990), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) passaram a atuar como órgãos assistenciais, deixando de participar como órgãos de reivindicação entre os interesses dos assalariados rurais e os donos dos meios de produção. Com isso, surge em 1971, o Pró-Rural, que destina aos sindicatos à assistência dada aos trabalhadores, incluindo a previdência social rural, que se beneficia da estrutura montada pela organização sindical.

Com a implantação do caráter assistencialista pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), o número destes sindicatos aumentou consideravelmente, assim como a ampliação do número de associados nas entidades já existentes. Contudo, através do controle dos sindicatos pelo Estado, são intimidadas as manifestações políticas dos trabalhadores rurais, quase desaparecendo o caráter sindical da entidade.

“O enquadramento sindical permite participar do STR pequenos proprietários que detalham até um módulo rural (unidade de medida variável de região para região, que permite a reprodução em níveis adequados de uma família), ou aqueles que detenham até três módulos rurais, desde que não empreguem trabalhadores permanentes. Isto significa que a legislação não leva em consideração, para o enquadramento sindical, o emprego de trabalhadores eventuais, volantes e bóias-frias. A legislação só observa o emprego de trabalhadores permanentes e o tamanho da propriedade, que é o que, em última instância, interessa para a isenção de imposto territorial, que o pequeno proprietário goza, ao ser enquadrado como trabalhador rural” (ALVES, 1989, p. 8).

Destacam-se no interior dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) três tipos diferentes de lutas e reivindicações, que são a destacar, a luta pelo direito à posse da terra, o acesso ao crédito para os proprietários rurais e/ou trabalhadores que mesmo não possuindo o título de propriedade da terra, têm acesso à ela e propiciam melhores salários e condições de vida para os trabalhadores assalariados. Outra característica marcante dos STRs é a disputa de poder existente na estrutura sindical. Exalta-se muito a figura do diretor-presidente ofuscando a existência da diretoria, resultando em prejuízos para o desenvolvimento desta entidade.

No entanto, deve-se salientar que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) dependem da contribuição sindical. Essa contribuição é que faz com que as entidades sindicais sobrevivam e desempenhem suas funções de organização em suas bases. Como os recursos são escassos, o trabalho desempenhado por eles (sindicatos) não obtêm os resultados esperados na mobilização dos trabalhadores na luta por melhores condições de emprego e por uma vida mais digna como cidadãos.

Segundo THOMAZ JUNIOR (1996, p. 283), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que em 1996 representavam 124 entidades sindicais no Estado de São Paulo,

“englobam no seu interior a luta dos trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro paulista. Mas além dos trabalhadores envolvidos com a cana-de-açúcar, os STRs também estavam ligados a um conjunto articulado de mediações, tais como os trabalhadores rurais com as lavouras da laranja e do café, a silvicultura, os pequenos produtores de leite, as lavouras brancas, entre outras, apesar de no conjunto dos STRs, os trabalhadores assalariados que trabalham na lavoura canavieira serem a maioria enquanto base representada (expressão utilizada no movimento sindical que significa o número de trabalhadores de determinada categoria, ou no caso, sub-corporação sindical)”.

A constante demonstração da capacidade de mobilização e luta dos trabalhadores rurais, especialmente os do setor sucroalcooleiro, conduziu à necessidade de se criar novos sindicatos da categoria (STR) em locais onde não existiam, assim como o desmembramento da base, atraindo para sua esfera municípios até então inorganizados, de modo que dirigentes sindicais mais dinâmicos pudessem fortalecer o movimento sindical. Esse fracionamento da categoria serviu para que os empresários do setor sucroalcooleiro paulista (principalmente Ribeirão Preto e Araraquara) pudessem tirar proveito da situação,

onde nas novas movimentações reivindicatórias acompanhadas de greves prolongadas e muitas reivindicações descabidas, intensificando a mecanização do corte da cana-de-açúcar, adotando novos procedimentos gerenciais e de controle da força de trabalho e aumentando a escala e a dimensão dos desafios para os trabalhadores e suas entidades sindicais na condução das lutas.

No entanto, as lutas dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo adquiriram força após a greve de Guariba, em 1984. Após essa greve, a sociedade paulista, e também, a brasileira, perceberam as duras condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, que produziam a riqueza da agricultura paulista.

Segundo ALVES (1993, p. 134-135), a greve de Guariba (1984) teve quatro grandes consequências:

- I. Tornaram-se visíveis para a sociedade as condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais;
- II. Ficaram visíveis para os próprios trabalhadores assalariados as suas duras condições de vida e de trabalho, bem como o fato de que estas condições não se devam a um bom ou a um mau patrão, mas sim que eram gerais, características e próprias desta relação de trabalho. Por conta disto, houve, pós-Guariba, um pipocar de greves por vários municípios do Estado, estendendo-se, através da imprensa, para outros Estados, como sul de Minas Gerais e norte do Estado do Rio de Janeiro, regiões de grande concentração de trabalhadores assalariados da cana;
- III. Com a eclosão da greve de Guariba e a extensão desta para outros municípios onde nem sequer havia sindicatos constituídos, o Movimento Sindical foi obrigado a por-se em movimento e passar a ter uma preocupação maior com a organização e com as reivindicações dos trabalhadores assalariados rurais;
- IV. Depois da greve de Guariba, houve um rico processo de criação de novos sindicatos, em municípios onde não havia, assim como o surgimento de novas direções sindicais comprometidas com a luta dos trabalhadores assalariados rurais.

A partir da greve de Guariba, o movimento grevista se estende na agricultura brasileira, incluindo outras culturas (laranja, café, algodão, etc.). Na cultura canavieira, a greve de 1984 e as seguintes, tiveram como apontamentos não apenas

questões salariais, mas também reivindicações que se identificavam com o controle do processo de trabalho pelos trabalhadores, como:

- a) A volta do corte de cana para cinco ruas, ao invés do de sete, implantado em 1983;
- b) Pagamento por metro linear de cana (garantindo o controle da produção, e portanto, do trabalho e do recebimento);
- c) Fornecimento de ferramentas, roupas e equipamentos de proteção individual;
- d) Melhoria das condições de transporte para o trabalho;
- e) Pagamento das horas de transporte e dos dias não trabalhados por motivos alheios aos trabalhadores, como a falta de cana para cortar, chuvas, etc.;
- f) Contratação dos trabalhadores o ano inteiro – e não apenas na época da safra – e diretamente pelas usinas, sem a intermediação do “gato” (empreiteiro de mão-de-obra).

Algumas destas reivindicações foram conquistadas, outras ainda continuam em negociações com os empresários do setor sucroalcooleiro. Em algumas áreas e municípios canavieiros, as conquistas trabalhistas foram maiores do que em outras, devido principalmente do grau de organização e luta dos trabalhadores.

Esse momento propiciou o surgimento de novos sindicatos, congregando os ideais de luta dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. No Estado de São Paulo, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) passa a dividir o espaço com a criação de dois sindicatos: o Sindicato de Empregados Rurais, que substituem os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (principalmente na área canavieira de Ribeirão Preto) e os Sindicatos dos Empregados Rurais, que passaram a conviver juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em alguns municípios.

No entanto, para congregar estes novos sindicatos, surge a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), que passou a atuar no mesmo espaço da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), filiada à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que congrega os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Estes novos sindicatos, que já são admitidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela CONTAG, surgem como resultado de um expressivo contingente de trabalhadores que possuem reivindicações e identidades próprias

como trabalhadores assalariados, aproximando-os mais dos trabalhadores urbanos industriais do que dos demais trabalhadores rurais com algum acesso à terra e, também, como o resultado de divergências de lutas existentes entre os STRs e a FETAESP.

O que se discute, no momento, constitui no fato de que no Estado de São Paulo existam duas federações – FETAESP e FERAESP – que congregam os trabalhadores rurais, quando a legislação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) deixa claro que deve existir apenas uma entidade que represente determinada categoria de trabalhadores, como visto anteriormente.

As disputas entre a FETAESP e a FERAESP no campo da política sindical tem se acentuado. Para se ter uma idéia, em uma greve dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro (cortadores de cana), ocorrida em 1993, em que mais de 50.000 trabalhadores assalariados da canavieira teriam paralisado o trabalho, teve o apoio da FERAESP. No entanto, as rivalidades entre as duas federações e os sindicatos que elas representam vão muito além. O que se encontra em jogo é algo muito mais complexo, envolvendo as relações trabalhistas. Com a modernização da agricultura⁹⁴, os trabalhadores mais tecnificados, como aqueles que sabem manejar um trator, uma máquina agrícola, começam a se destacar em relação aos trabalhadores braçais.

Conforme aponta ALVES (1993, p. 137),

“com a mecanização do corte de cana e com a sua tendência a generalizar-se, devido aos custos diferenciais apresentados, os operadores de máquinas agrícolas, junto com os motoristas de caminhão, passam a deter o poder de barganha frente ao complexo agroindustrial, que antes pertencia aos cortadores de cana. Parando os operadores ou os motoristas, pára todo o complexo, uma vez que sem matéria-prima básica não há produção”.

A FERAESP e os Sindicatos de Empregados Rurais têm buscado a inserção e a representação destes profissionais no segmento de trabalhadores rurais, apresentando pautas para todos os trabalhadores da parte agrícola das usinas e destilarias. Já o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) passou a perceber que a agricultura moderna, na qual está inserido o setor sucroalcooleiro, faz parte de uma enorme cadeia produtiva, “interligada à indústria tanto à montante

⁹⁴ “A intensificação da mecanização do corte de cana teve quatro principais consequências: a. aumento do poder de barganha dos produtores de cana e dos usineiros, b. redução dos custos do corte de cana, c. redução do número de trabalhadores empregados no corte de cana e de aumento da importância dos demais trabalhadores rurais do complexo agroindustrial” (ALVES, 1993, p. 137).

quanto à jusante do processo produtivo, como vulnerável às mudanças que se dão no mercado consumidor” (ALVES, 1993, p. 137).

Esta percepção por parte dos sindicatos e federações abre espaço para o encaminhamento de lutas conjuntas dos trabalhadores do complexo sucroalcooleiro, independentemente dos sindicatos de base a que cada segmento de trabalhadores seja afiliado.

5.4.1. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) do EDR de Ourinhos

O EDR de Ourinhos compreende em sua área de jurisdição cinco sindicatos dos trabalhadores rurais, que são os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Chavantes, de Bernardino de Campos, de Fartura, de Piraju e de Santa Cruz do Rio Pardo, que congregam os interesses dos trabalhadores rurais na agricultura, e entre eles, os trabalhadores rurais da lavoura canavieira (figura 31).

São afiliados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), que por sua vez encontra-se subordinada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), constituindo-se em entidades jurídicas sem fins lucrativos e regidas por um Estatuto (figura 32). São administrados por uma diretoria, onde destacam-se à suas frentes, as figuras dos diretores-presidentes. Os sindicatos dos trabalhadores rurais sobrevivem com os recursos financeiros oriundos das contribuições sindicais de seus associados (tabela 35).

Os trabalhadores rurais englobam, no EDR de Ourinhos, os capatazes, os domadores, os retireiros, os colhedores de laranja, os cortadores de cana⁹⁵, entre outras categorias. Também os pequenos proprietários rurais, que possuem propriedades rurais de até três módulos rurais, desde que não possuam empregados assalariados, são enquadrados como trabalhadores rurais e representados legalmente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chavantes possui 2.500 trabalhadores associados. Sua base territorial compreende os municípios de

⁹⁵ Segundo informações do STR de Santa Cruz do Rio Pardo, o salário do trabalhador rural na área de base deste sindicato era R\$ 310,00 em dezembro de 2004. Em contrapartida, o salário para os trabalhadores da lavoura canavieira era R\$ 308,00 no mesmo período (dez./2004). A tonelada da cana cortada paga ao trabalhador rural era R\$ 2,25, enquanto a cana crua equivalia a R\$ 2,59 (dados referentes a dezembro de 2004).

Chavantes, Ipaussu e Canitar. O STR de Chavantes, por se localizar em uma posição geográfica privilegiada no EDR de Ourinhos, e estar próximo de uma unidade agroindustrial (Usina Ipaussu – Grupo FBA/Cosan) do setor sucroalcooleiro, tem conseguido significativos avanços nas negociações entre os usineiros e os trabalhadores, contribuindo sensivelmente para a melhoria da qualidade no trabalho.

Entre as principais conquistas estão:

- Cesta básica para os trabalhadores nas unidades agroindustriais sucroalcooleiras, estendendo este benefício para os trabalhadores dos demais Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do EDR de Ourinhos (STRs de Santa Cruz do Rio Pardo e Bernardino de Campos) e Sindicato dos Empregados Rurais de Ourinhos (direitos garantidos até 2005);
- Seguro de vida para o trabalhador na lavoura canavieira, no valor de R\$ 5.000,00⁹⁶, pago pelo empregador;
- Auxílio funeral no valor de R\$ 1.728,00, também pago pelo empregador.

Além destes, o STR de Chavantes mantém um canal de negociações constante entre os empresários e os trabalhadores. Em relação às agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos, o sindicato possui poder de negociação com a Usina Ipaussu (FBA/COSAN), onde houve a conquista de mais um benefício para os trabalhadores desta unidade, com um seguro de vida no valor de R\$ 17.500,00, onde o trabalhador contribui com 50% deste valor e a agroindústria com os outros 50%, e a contratação de Técnicos de Segurança do Trabalho, através da Comissão Interna da Prevenção de Acidentes (CIPA).

Segundo informações do diretor-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chavantes, Sr. Inocêncio dos Santos Costa, “durante a época da safra canavieira, o número de trabalhadores rurais, provenientes de outras regiões do país (Estados de Minas Gerais e Bahia, principalmente) aumenta consideravelmente, chegando a ser de 580 pessoas lotadas apenas na Usina Ipaussu”.

Esses trabalhadores, mesmo sem serem afiliados aos sindicatos do EDR de Ourinhos, têm o apoio do STR de Chavantes, que negocia com as empresas para a concessão de cestas básicas, benefício este estendido aos trabalhadores que se encontram em idêntica situação nas bases territoriais dos Sindicatos dos

⁹⁶ Valores referentes a dezembro de 2002.

FIGURA 31: – OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS (STRs.) E O SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS (SER) NO EDR DE OURINHOS (ANO – BASE: 2002)

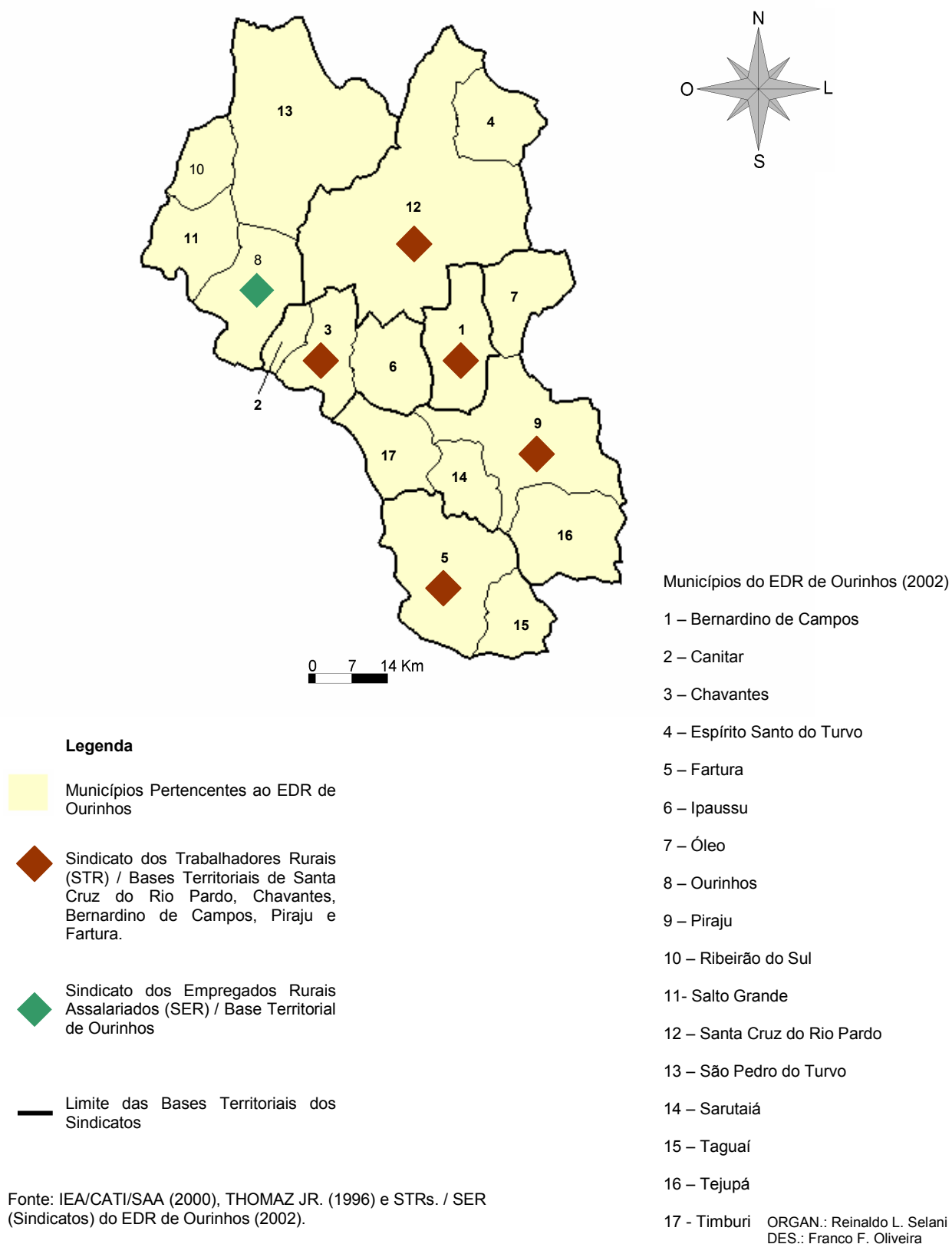
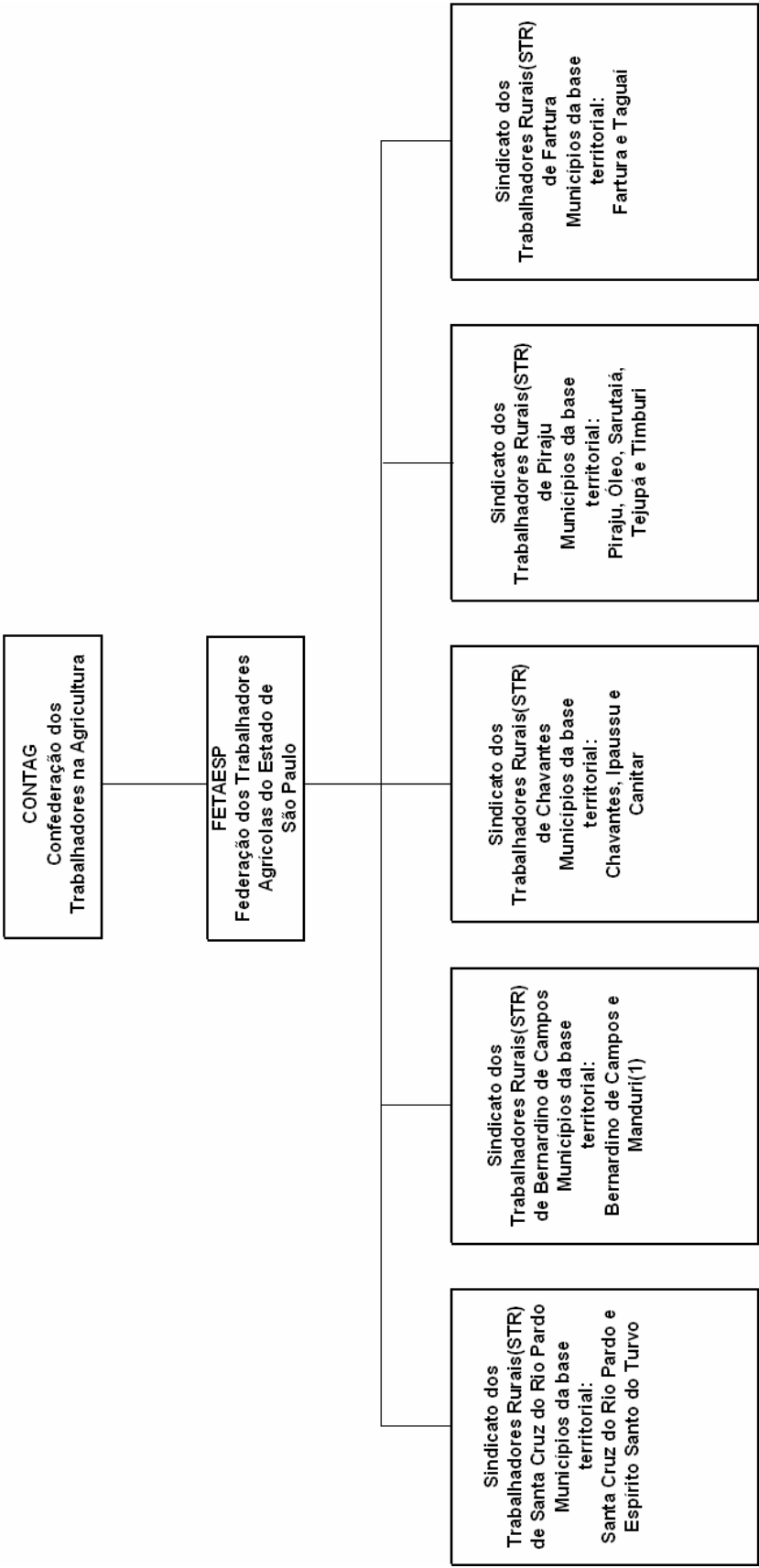


Figura 32 - A Estrutura Hierárquica dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) do EDR de Ourinhos e os Municípios da Base Territorial.



FONTE: FETAESP (2004) e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do EDR de Ourinhos (2002)

Observação: (1) O município de Manduri Pertence ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Avaré.

Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo e Bernardino de Campos e ao Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos (SER).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Cruz do Rio Pardo, fundado em 26 de setembro de 1971, possui atualmente 2.500 associados, compreendendo uma base territorial composta pelos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Espírito Santo do Turvo.

Os benefícios oferecidos pelo STR de Santa Cruz do Rio Pardo compreendem assistência médica e odontológica, serviços jurídicos e negociações salariais entre o trabalhador e seu patrão, que na safra canavieira ocorre sempre na data-base, ou seja, no dia 1º de maio.

Segundo informações do Sr. Anésio Redondo, diretor-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo, “nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Espírito Santo do Turvo existem na entressafra 700 trabalhadores rurais volantes, e no período da safra canavieira este número ultrapassa os 2.000 trabalhadores, a maioria proveniente de outros municípios ou de outros Estados”.

Tabela 35 – Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) do EDR de Ourinhos, número de associados e suas Bases Territoriais

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	Número de Associados	Municípios pertencentes ao STR – base territorial
<i>STR de Santa Cruz do Rio Pardo</i>	2.500	Santa Cruz do Rio Pardo e Espírito Santo do Turvo
<i>STR de Chavantes</i>	2.500	Chavantes, Ipaussu e Canitar
<i>STR de Bernardino de Campos</i>	120	Bernardino de Campos e Manduri ⁹⁷
<i>STR de Piraju</i>	1.300	Piraju, Sarutaiá, Óleo, Tejupá e Timburi
<i>STR de Fartura</i>	150	Fartura e Taguaí

Fonte: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do EDR de Ourinhos (2002)

Outro importante sindicato dos trabalhadores rurais no EDR de Ourinhos, o STR de Bernardino de Campos, possuía 120 associados no ano de 2002, compreendendo uma base territorial composta pelos municípios de Bernardino de

⁹⁷ O município de Manduri pertence ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Avaré.

Campos e Manduri, sendo que este município encontra-se integrado ao EDR de Avaré.

Os benefícios oferecidos pelo STR de Bernardino de Campos, a respeito do que ocorre com os demais STRs do EDR de Ourinhos, compreendem assistência médica e odontológica, serviços jurídicos e negociações salariais entre o trabalhador e seu patrão, que na safra canavieira ocorre sempre na data-base, ou seja, no dia 1º de maio. Ao contrário dos STRs de Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo, o número de trabalhadores na canavieira é nitidamente menor, apesar de se encontrar em expansão nos últimos anos, devido a presença de uma agroindústria do setor sucroalcooleiro, a Destilaria Bernardino de Campos Ltda., que produz aguardente a granel.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Piraju e Fartura, pertencentes ao EDR de Ourinhos, não apresentam produção canavieira significativa, conforme visto no capítulo 2. Como resultado, não apresentam associados que trabalhem exclusivamente com a cultura da cana-de-açúcar nos municípios que pertencem às suas bases territoriais, apesar de em alguns casos, existirem alambiques e fábricas de aguardente (capítulo 4).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piraju possui 1.300 associados, em uma base territorial que compreende os municípios de Piraju, Sarutaiá, Óleo, Tejupá e Timburi, que se dedicam ao trabalho em outras culturas, como café, arroz, feijão, entre outras, sendo que a cultura da cana-de-açúcar, neste caso, possui menor importância.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fartura, com 150 associados, que integra em sua base territorial os municípios de Fartura e Taguaí, possui situação idêntica ao Sindicato dos trabalhadores Rurais de Piraju, onde os trabalhadores se dedicam a culturas como o café. Além disso, existem trabalhadores nas propriedades rurais desta área que se dedicam à pecuária e a criação de suínos (capítulo 2). A atividade na lavoura canavieira é de pequena expressão, apesar de encontrarmos nos municípios de Fartura e Taguaí fábricas de aguardente.

Os benefícios oferecidos pelos STRs de Piraju e Fartura compreendem assistência médica e odontológica, serviços jurídicos e negociações salariais entre o trabalhador e seu patrão, seguindo a data-base da categoria.

5.4.2. O Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos (SER)

O Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos foi fundado em 03 de junho de 1979, com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourinhos, sendo posteriormente transformado em Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos, e finalmente Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Ourinhos, em outubro de 2003. Possui uma Diretoria e encontra-se filiado à FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), que possui sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, sendo a primeira entidade no EDR de Ourinhos a representar esta categoria. O número de funcionários e diretores participantes é composto de 8 pessoas e número de associados está aumentando consideravelmente a cada ano (aumento estimado de 120 a 150 novos sócios a cada ano). Sua base territorial abrange os municípios de Ourinhos, São Pedro do Turvo, Ribeirão do Sul e Salto Grande (figura 31).

O Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SER) surgiu de contradições e divergências em relação aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), quanto à ideologia dominante dentro do sindicato, mas também de fatores como a organização, prática sindical e condução política, e que eram aprovados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP). Um conjunto de trabalhadores rurais assalariados, não satisfeitos com esta realidade, propôs um novo modelo de sindicalismo, onde o trabalhador rural assalariado tivesse uma nova estrutura e política sindical voltadas ao cerne de suas lutas e reivindicações trabalhistas.

O Sindicato dos Empregados Rurais assalariados englobam os capatazes, os domadores, os retireiros, os colhedores de laranja, os cortadores de cana⁹⁸, entre outras categorias, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além desses, outras categorias são enquadradas, tais como tratoristas, operadores de máquinas agrícolas e motoristas de caminhão. Os pequenos proprietários rurais não são enquadrados no Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados, ao contrário do

⁹⁸ O salário do cortador de cana, incluindo o da lavoura, era R\$ 288,00, de acordo com informações do sindicato em dez. de 2002, e a diária, R\$ 9,60. A tonelada de cana saía por R\$ 2,13, sendo que a cana crua era mais valorizada, sendo pago R\$ 2,45 por tonelada de cana (dados do SER de Ourinhos/dez. 2002).

que ocorre no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Neste tipo de sindicato prevalece os interesses dos trabalhadores rurais assalariados, onde não está contemplada a categoria dos pequenos produtores rurais, como contempla os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Além disso,

“esse refracionamento dos trabalhadores rurais nos Sindicatos dos Empregados Rurais Assalariados (SERs), tendo como instância vertical de nível superior a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), não se restringe apenas à delimitação entre categoria/profissão mas, sobretudo enquanto proposta política, quanto à estrutura e organização sindical (assalariados rurais), os cortadores de cana, tratoristas e operadores de máquinas” (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 300).

Os debates e propostas para a criação do Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SERs) ocorre durante vários encontros, no período de 1988 e 1989, organizado pelo STR de Araraquara e realizado em Sertãozinho, que com o apoio da ONG FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), selou o compromisso de criar no ano de 1989 uma nova estrutura que pudesse responder ao novo cenário entre o capital e o trabalho, que apresentassem caminhos alternativos aos propostos pela FETAESP. Assim surge a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

A forma que o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SER) de Ourinhos encontra para a divulgação dos benefícios que a entidade oferece ao associado é indo de encontro às necessidades deste ou através de informativos que são repassados aos empregadores, convidando os trabalhadores a se tornarem associados. O sindicato se mantém através de contribuições dos associados, oferecendo alguns benefícios sociais, tais como assistência médica e odontológica, encaminhamento a oftalmologistas, cortes de cabelo, fornecimento de material escolar, cestas de Natal, entre outros.

As negociações com os empresários do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos, ocorrem sempre entre os meses de março e abril, antes da data-base da categoria, que ocorre em 1º de maio, onde ocorrem encontros entre o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SER) de Ourinhos, que representa os interesses dos trabalhadores assalariados do setor sucroalcooleiro, juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) do EDR de Ourinhos (STR de Chavantes e STR de Santa Cruz do Rio Pardo, principalmente) , e o Sindicato Rural

(SR) de Ourinhos, representando a categoria dos proprietários de terras, que congregam em seu interior os plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar.

O número de trabalhadores na canavicultura na base territorial do Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SER) de Ourinhos no ano de 2002 foi de 902 pessoas, sendo que na entressafra este número se reduziu para 760.

5.5. Sindicatos Representativos de Categorias Profissionais no processo produtivo das Agroindústrias Sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos

Os sindicatos representativos de trabalhadores que envolvem categorias diferenciadas que compõem o processo produtivo da agroindústria sucroalcooleira no EDR de Ourinhos são três: o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu e Região (sindicato de base cutista) e o Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM)/Subsede de Ourinhos, que apesar de não possuir associados nas empresas do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, algumas empresas são obrigadas a recolher a contribuição confederativa, “que tem por finalidade a manutenção do sistema confederativo de representação sindical, geralmente fixada pela assembléia geral” (IBGE, 2003, p. 210). A categoria profissional é formada por um grupo de profissões similares ou conexas que, com a finalidade da organização sindical, estão previamente determinadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

5.5.1. Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos surgiu em 3 de março de 1989, com sede na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo, sendo uma entidade civil sem fins lucrativos, obtendo recursos

financeiros através da contribuição assistencial dos trabalhadores associados. Está vinculada à Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo (FETTRESP), que congrega cinquenta e oito entidades sindicais no Estado de São Paulo, sob várias denominações⁹⁹, e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), que foi fundada em 08 de setembro de 1952, no Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de três federações e posteriormente reconhecida pelo decreto nº 32.340, de 27 de fevereiro de 1953 e que atualmente possui sede e foro em Brasília, no Distrito Federal.

A contribuição assistencial ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos equivale ao desconto de 2% sobre o salário base, que é descontado do salário dos empregados, associados ou não, instituídos por Assembléia Geral e realizado através de guias próprias, fornecidas pela entidade sindical, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao dos descontos. Nos

⁹⁹ Conforme informações do FETTRESP (2004), os sindicatos abrangidos pela Federação recebem várias denominações e abrangem diversas categorias, tais como: sindicatos em transportes rodoviários urbanos; sindicatos dos empregados administrativos e trabalhadores em escritórios de empresas de transportes rodoviários terrestres; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários; sindicatos dos trabalhadores em transportes rodoviários; sindicatos dos trabalhadores nas empresas de transportes rodoviários; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores em transportes urbanos de passageiros e cargas secas e molhadas; sindicatos dos trabalhadores rodoviários em empresas de transportes de passageiros municipais e intermunicipais, turismo e fretamento, cargas secas e líquidas em geral, comércio e trabalhadores em empresas sem representação; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores nas empresas de transportes urbanos, passageiros, fretamento, cargas secas e molhadas, guincheiros, operadores de máquinas, tratoristas de usinas de açúcar, destilarias de álcool, fazendas, carro forte, indústria e comércio, intermunicipais; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores urbanos de passageiros; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores em empresas de transportes rodoviários; sindicatos dos trabalhadores em transportes rodoviários de passageiros urbanos e interurbanos, cargas secas e molhadas e transportes em geral; sindicatos dos trabalhadores em transportes rodoviários e urbanos; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores em transportes de cargas em geral e urbanos de passageiros; sindicatos dos trabalhadores em transportes rodoviários urbanos, rurais e das indústrias de cana-de-açúcar; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários, urbanos, de passageiros e transportes de cargas; sindicatos dos trabalhadores em empresas de transportes rodoviários e anexos, ônibus urbano, turismo e fretamento, cargas líquidas, super pesadas, entregadores de gás, entregadores de mercadorias, diferenciados e cargas secas e molhadas em geral; sindicatos dos empregados em fiscalização, inspeção e controle operacional nas empresas de transportes de passageiros e trabalhadores no sistema de veículos leves sobre canaletas e pneus no Estado de São Paulo (SINDFICOT); sindicatos dos empregados em escritórios de empresas de transportes rodoviários, no setor administrativo de cargas secas e molhadas, rodoviários, urbanos de passageiros, intermunicipais, interestaduais, turismo e fretamento; sindicatos dos trabalhadores no setor de transportes rodoviários das usinas e agropecuárias ligadas; sindicatos dos empregados em empresas de transportes de passageiros por fretamento; sindicatos dos trabalhadores em depósitos de distribuição de bebidas; sindicatos dos condutores em transportes de cargas próprias; sindicatos dos trabalhadores nas empresas de ônibus rodoviários internacionais, interestaduais, intermunicipais e setor diferenciado; sindicatos dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores nas empresas de transportes urbanos, passageiros e fretamento, intermunicipais, interestaduais e cargas; sindicatos dos empregados em escritórios de empresas de transportes rodoviários no setor administrativo de cargas secas e molhadas rodoviários urbano de passageiros, intermunicipais, interestaduais, suburbanos, turismo e fretamentos; sindicatos dos motoristas, tratoristas e operadores de máquinas agrícolas das usinas de açúcar, destilarias de álcool, fazendas e sítios e sindicatos dos trabalhadores em cooperativas e associações do ramo de transportes em ônibus urbanos alternativos. Fonte: www.cnttt.org.br (2004) & IBGE (2002).

meses de junho e novembro, e somente nestes dois meses, o desconto realizado chega a 4%.

Entre os principais itens negociados entre o sindicato e as usinas e destilarias do EDR de Ourinhos, destaca-se a instituição do Acordo Coletivo de Trabalho, onde podem-se citar alguns itens reivindicados pelas categorias abrangidas:

- I. Piso salarial por categoria e classe;
- II. Reajuste salarial na data-base da categoria, que ocorre em 1º de maio;
- III. A formalização da remuneração das horas-extras trabalhadas e adicional noturno, quando for o caso;
- IV. Garantia do repouso semanal e dos feriados (remunerados);
- V. Registro em Carteira de Trabalho, com a realização dos depósitos regulares no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) trabalhado;
- VI. Fornecimento de Equipamentos de Segurança e utilização no ambiente de trabalho pelas empresas.

O que define a condição do trabalhador e seu enquadramento sindical é a diferenciação das atividades dentro do contexto da agroindústria sucroalcooleira, onde ele se encontra inserido. Segundo Noemi Silva Pova, advogada do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Bauru e Região, subsele de Ourinhos, “os motoristas, tratoristas, operadores de máquinas agrícolas e ajudantes formam uma categoria diferenciada dentro da usina (ou destilaria) e negociam diretamente com o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos, através da Convenção Coletiva” (ANEXO 7).

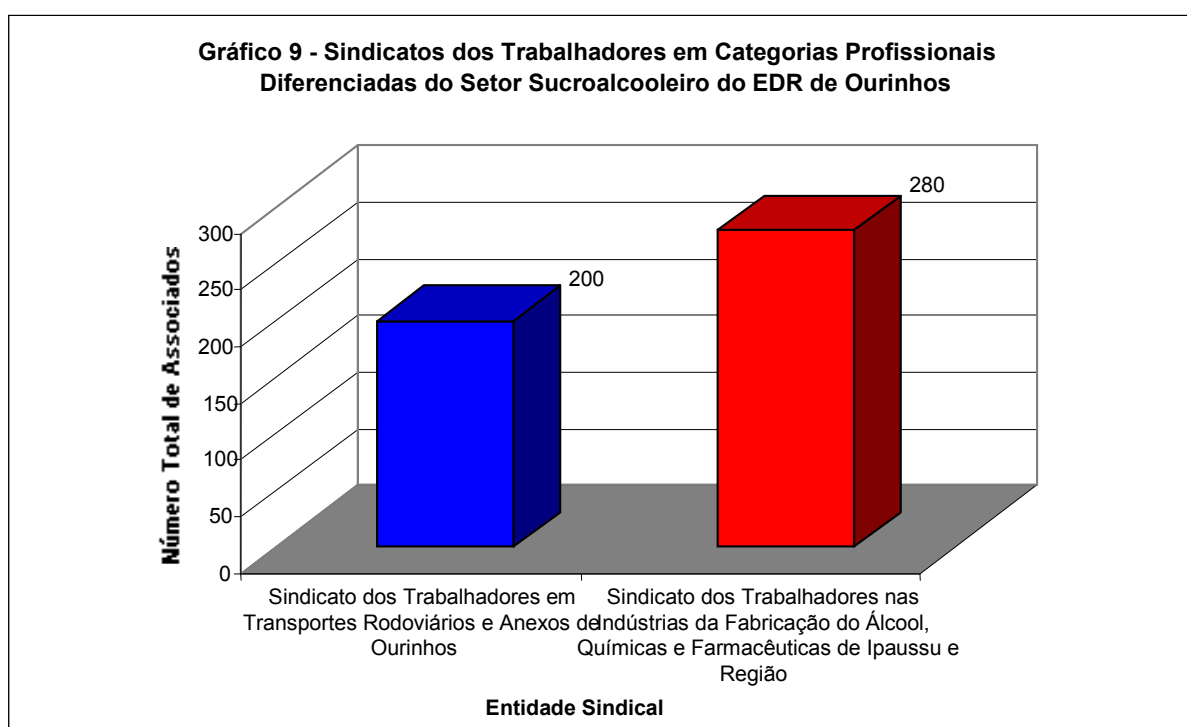
A base territorial abrange os municípios de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju, Bernardino de Campos, Ipaussu, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Canitar, São Pedro do Turvo, Ribeirão do Sul, Salto Grande e Ibirarema¹⁰⁰, municípios onde estão localizadas as agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos, possuindo um total de 200 associados que destinam suas contribuições assistenciais para esta entidade (gráfico 9).

Conforme THOMAZ JUNIOR (1996, p. 259),

¹⁰⁰ O município de Ibirarema pertence ao EDR de Assis, não se encontrando contemplado em nosso estudo.

é importante notar que os trabalhadores ligados à atividade canvieira são minoria nas direções e/ou nas composições das entidades sindicais dos condutores. A maior parte dos casos em que são hegemônicos nas direções se dá nos sindicatos criados a partir dos anos de 1980, principalmente na segunda metade da década de 1990. Isso resulta do fato de ter sido a categoria profissional com maior emergência a partir da intensificação do processo de mecanização da lavoura e do aumento da capacidade de moagem e das reformulações gerenciais nas empresas agroindustriais sucroalcooleiras”.

Antes desse período os condutores que trabalhavam na agroindústria sucroalcooleira destinavam sua contribuição assistencial e faziam se representar pelo sindicato dos condutores, diretamente pela Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo (FETTRESP), pelos sindicatos dos trabalhadores nas indústrias de alimentação e por sindicatos dos trabalhadores rurais.



Fonte: dados obtidos dos sindicatos (2002)

Também vale lembrar que devido a fragmentação dos trabalhadores em transportes rodoviários em várias categorias, os trabalhadores nas agroindústrias sucroalcooleiras representam a minoria, e somente alguns sindicatos abrangem de uma forma mais ampla os operários deste setor em sua luta sindical, de um modo

geral onde a canavicultura é mais forte, não sendo o caso específico do EDR de Ourinhos.

Como exemplo, destacam-se o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores nas Empresas de Transportes Urbanos, Passageiros, Fretamento, Cargas Secas e Molhadas, Guincheiros, Operadores de Máquinas, Tratoristas de Usinas de Açúcar, Destilarias de Álcool, Fazendas, Carro Forte, Indústria e Comércio Intermunicipal de Ribeirão Preto; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Urbanos, Rurais e das Indústrias de Cana-de-açúcar de Araraquara e Região; Sindicato dos Trabalhadores no setor de Transportes Rodoviários das Usinas e Agropecuárias Ligadas de Araras; Sindicato dos Motoristas, Tratoristas e Operadores de Máquinas Agrícolas das Usinas de Açúcar, Destilarias de Álcool, Fazendas e Sítios de Guariba e Sindicato dos Motoristas, Tratoristas e Operadores de Máquinas Agrícolas das Usinas de Açúcar, Destilarias de Álcool, Fazendas e Sítios de Sertãozinho, todos afiliados à Federação dos Trabalhadores Rodoviários do Estado de São Paulo (FETTRESP) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT).

5.5.2. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Álcool, Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu e Região

Dentro das entidades sindicais ocorrem disputas quanto ao enquadramento das categorias de trabalhadores em determinados sindicatos. Como exemplo, pode-se citar o caso da disputa entre o Sindicato da Alimentação e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêutica ou Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Química, Farmacêutica e Fabricação do Álcool, que reivindicavam a representação dos trabalhadores nas agroindústrias do setor sucroalcooleiro.

De acordo com José Carlos de Paula, diretor-presidente do sindicato, a entidade abrange os funcionários de toda a parte operacional das usinas e destilarias, que se constitui no parque industrial, onde encontram-se as categorias de trabalhadores nas caldeiras e moendas, entre outras; além de englobar os funcionários do laboratório (técnicos), e da parte administrativa da empresa.

Um acordo informal entre as federações que representam ambos os sindicatos, estabeleceu que os trabalhadores das destilarias anexas permaneceriam com os Sindicatos da Alimentação, ressaltando que o açúcar era o produto preponderante, em referência ao artigo 581 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), parágrafo 2º que diz: “entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades converjam, exclusivamente, em regime de conexão funcional” (CLT, 1989, p. 139). Então, os trabalhadores das destilarias autônomas ficariam com os Sindicatos dos Químicos e com os recém-criados Sindicatos do Alcool.

Com o PROÁLCOOL, a partir de 1975, o álcool ganha importância e passa a predominar no sistema produtivo do setor sucroalcooleiro. A partir desse momento, o Sindicato da Alimentação passa a utilizar de seu poder político, personificados em entidades sindicais que se baseiam em direitos adquiridos,¹⁰¹ alegando que as destilarias anexas já se encontravam sob seu comando.

Segundo THOMAZ JUNIOR (1996, p. 267-268),

“o operariado da planta fabril foi, portanto, curiosamente unificado (ignorando-se a divisão técnica do trabalho na planta fabril) em nome da manutenção do poder político das instâncias e estruturas sindicais, de olho nas contribuições sindicais, já que tal processo não se traduziu em práticas unificadoras, isto é, no (re)dimensionamento e (re)organização dos trabalhadores, tendo em vista que a referência da estrutura oficial é seguida à risca¹⁰²”.

No EDR de Ourinhos existe o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu e Região, que foi

¹⁰¹ “No entanto, procedeu-se um intenso processo de desmembramento da base territorial (desde meados dos anos de 1970, até meados da década de 1980) incentivado e motivado pelo crescimento físico da capacidade de produção e do aumento da massa operária na maior parte das empresas sucroalcooleiras do Estado a partir do PROÁLCOOL e, sob essa base material, originaram-se um número muito maior de entidades sindicais por vias e mecanismos diferenciados” (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 274).

¹⁰² “O contingenciamento político desse peculiar (re)fracionamento é visto pelos trabalhadores em dois momentos distintos: a. no momento em que se tem somente o caldo da cana há uma unificação virtual e num segundo momento, nos leva a pensar que no caldo da cana, na planta fabril, haveria uma unidade virtual entre os trabalhadores e, b. daí para frente, quando se direciona parte para o açúcar e a outra parte para o álcool, passam a se entender diferenciadamente, apenas com base na razão social do capital. Nas destilarias anexas, essa ruptura é escamoteada em nome do produto preponderante (o açúcar), sendo que, todos os operários da usina e da destilaria são considerados trabalhadores da alimentação e a esses sindicatos estão ligados. Nas destilarias autônomas, se o caldo verde apenas para a produção do álcool, os trabalhadores são considerados químicos e/ou do álcool e a esses sindicatos estão enraizados. Disso conclui-se que não é a partir do produto final (álcool) que se estabelece o fracionamento dos trabalhadores em sindicatos para ambas as corporações sindicais” (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 268).

constituído em setembro de 1989, onde quem administra é uma diretoria executiva, estando filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁰³, e à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, sendo uma entidade representativa da categoria de trabalhadores do setor sucroalcooleiro de cunho social, sem fins lucrativos. Segundo informações de José Carlos de Paula, diretor-presidente do sindicato, “a escolha pela implantação da entidade na cidade de Ipaussu fez-se necessária pela presença de uma grande agroindústria do setor sucroalcooleiro neste município e por possuir uma localização estratégica frente às demais agroindústrias” (figura 33).

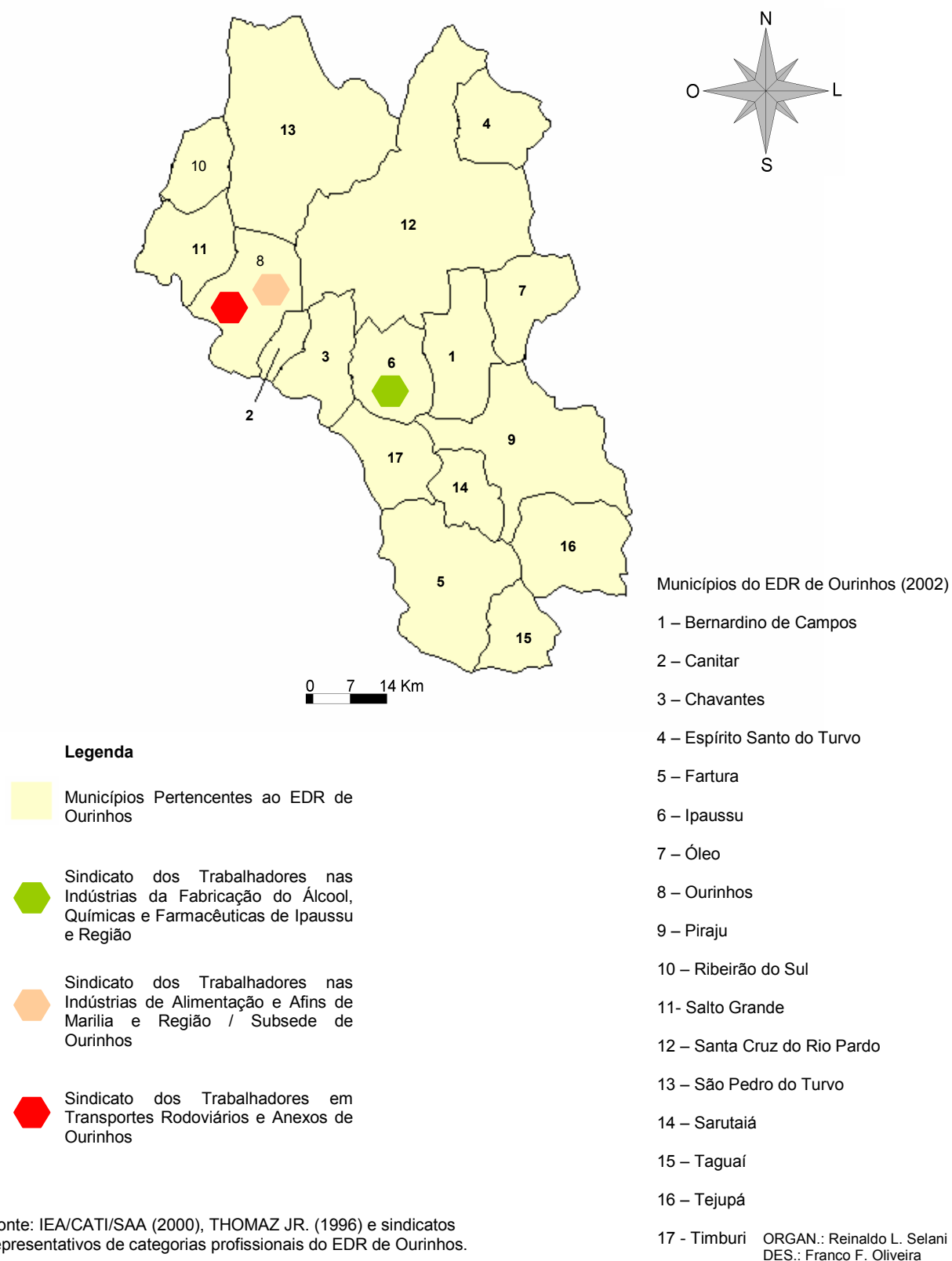
Coincidentemente, o coordenador da subsede da CUT de Ourinhos é José Carlos de Paula, que está na luta pela implantação de um sindicato que represente diretamente a categoria dos trabalhadores da indústria do álcool dentro desta entidade. O EDR de Ourinhos não possui nenhum outro sindicato que congregue os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, seja ele os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos, entre outros, que seja afiliado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A base territorial do sindicato abrange os municípios de Águas de Santa Bárbara, Bernardino de Campos, Campos Novos Paulista, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Fartura, Ipaussu, Itaí, Manduri, Óleo, Ourinhos, Pirajú, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Taguaí, Tejupá e Timburi; sendo que este território ultrapassa os limites do EDR de Ourinhos (figura 33).

No ano de 2002, o sindicato possuía cerca de 280 associados (gráfico 9), e as perspectivas para os próximos anos é de um aumento bastante expressivo, em

¹⁰³ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, adepta da liberdade de organização e de expressão e guiada por preceitos de solidariedade, tanto no âmbito nacional, como internacional. A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, a cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Entre seus objetivos estão a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo. Organizar, representar sindicalmente e dirigir numa perspectiva classista a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, do setor público e privado, dos ativos e dos inativos. A CUT / SP foi a primeira estadual fundada no país, em 29 de abril de 1984. No decorrer desses anos, as mobilizações foram intensas e sempre se pautaram pelos princípios da autonomia e independência em relação ao governo, partidos políticos e patrões, defendendo de forma intransigente os direitos da classe trabalhadora, sendo que a Central Estadual tem dezessete subseções e trezentos e seis sindicatos filiados ligados aos setores público e privado, possui 973 mil associados, e representa 3,5 milhões de trabalhadores em todo o Estado. Fonte: www.cutsp.org.br (acesso realizado em 28/03/05).

FIGURA 33: – OS SINDICATOS REPRESENTATIVOS DE CATEGORIAS PROFISSIONAIS NO PROCESSO PRODUTIVO DAS AGROINDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS DO EDR DE OURINHOS / ANO – BASE: 2002



virtude do trabalho de conscientização sobre a importância do sindicato nas negociações do setor sucroalcooleiro entre o empresário e o trabalhador, e também da reforma sindical que está para acontecer.

Entre os benefícios oferecidos por esta entidade podemos destacar:

- I. Assembléias nas datas-base;
- II. Assistência Jurídica aos associados;
- III. Campanhas de Conscientização sobre Acidentes no Trabalho;
- IV. Campanhas sobre drogas, DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e AIDS;
- V. Seminários sobre Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador;
- VI. Cursos Profissionalizantes (corte de cabelo);
- VII. Programas Sociais (salão de festas, sauna, campo de futebol e colônia de férias).

Além disso, o sindicato possui boletins informativos junto à categoria, para informar sobre as principais ações desenvolvidas por este sindicato e as negociações realizadas com as empresas.

Segundo informações do diretor-presidente do Sindicato, José Carlos de Paula, “as negociações com as empresas representadas pela entidade abrangem duas datas-base, sendo uma em 1º de maio, para as agroindústrias do setor sucroalcooleiro, e outra em 1º de novembro, para os trabalhadores do setor químico”.

Entre as principais conquistas do sindicato no EDR de Ourinhos estão 20% de reajuste nos salários da data-base de 1º de maio (2002), refeição à baixo custo, cesta básica para os trabalhadores nas usinas e destilarias e reajuste no piso salarial.

No entanto, a entidade mostrou sua força ao negociar com a Sobar S.A. Álcool e Derivados durante o período de crise que esta agroindústria sofreu, inclusive durante o período de intervenção judicial, conquistando o direito à estabilidade para os trabalhadores desta destilaria até 31/12/03, assim como colocação dos pagamentos em dia e realização dos depósitos atrasados do INSS e do FGTS do trabalhador (ANEXO 5).

“Depois de um período de estagnação do setor sucroalcooleiro, as perspectivas são boas, provavelmente pela reativação da fabricação de carros

movidos à álcool, e da conscientização em torno da utilização de um combustível menos poluente”, afirma José Carlos de Paula, diretor-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Álcool, Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu e Região e coordenador da CUT/Subsede de Ourinhos.

5.5.3. Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM)/Subsede de Ourinhos

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM) surge em 3 de fevereiro de 1953, na cidade de Marília, Estado de São Paulo como “Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias do Arroz, Açúcar, Torrefação e Moagem de Café, Refinação de Sal, Panificação e Confeitaria, Cacau e Balas, Laticínios e Produtos Derivados, Massas Alimentícias e Biscoitos, Cervejas e Bebidas em Geral, Azeite e Alimentícios, Carnes e Derivados de Marília”, de acordo com a Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT). Em 1962, a associação é transformada em sindicato, estando afiliada à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado de São Paulo (FETIASP), a nível estadual, e à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), em instância federal.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Marília e Região possui uma extensão de base sindical na cidade de Ourinhos (gráfico 9), implantada em setembro de 1993. Antes deste período, existiam alguns trabalhadores associados nas agroindústrias do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos. No entanto, com o passar do tempo e a falta de representatividade da entidade nas usinas e destilarias, e com um acordo realizado entre as empresas e os trabalhadores, que resultou no pedido de desvinculação destes empregados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Marília e Região, em 2002, durante a realização da pesquisa, não existia nenhum afiliado deste sindicato no setor sucroalcooleiro deste EDR.

Mas apesar do sindicato não possuir nenhum associado nas agroindústrias sucroalcooleiras do EDR de Ourinhos, empresas como a Usina São Luiz S.A. (Ourinhos), a Caninha Oncinha Ltda. (Ourinhos) e a fábrica de aguardente Irmãos

Melo Ltda. (Ribeirão do Sul) contribuem com o imposto confederativo que é obrigatório e assegurado por lei.

5.6. A origem dos Sindicatos Rurais (Patronais) e sua importância nas relações capitalistas do setor canavieiro de produção no EDR de Ourinhos

O sindicato rural patronal inicia sua trajetória de vida a partir dos idos de 1940, a despeito do que também ocorre com a organização sindical dos trabalhadores agrícolas no Brasil. Os primeiros encontros ocorrem nas propriedades dos líderes dos agricultores e pecuaristas das áreas que compreendem Mogi-Mirim, Barretos e Franca, levando à formação da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FAESP).

Esta federação “foi reconhecida pelo Ministério da Agricultura em 8 de fevereiro de 1946, pela Portaria nº 100, como órgão de defesa e representação da classe produtora agrícola paulista, sendo registrada sob nº 2, Série FAR, na seção de Pesquisas Econômicas e Sociais do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura” (FAESP, 2004)¹⁰⁴.

Com fundamento no artigo 141 da Lei Federal nº 4.214, de 2 de março de 1963, que institui o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), os dirigentes da FAESP requerem ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) a sua investidura nas funções e prerrogativas de Federação de Sindicatos Rurais dos Empregadores Rurais na Lavoura, Pecuária e Similares e Produção Extrativa Rural do Estado de São Paulo. Com a carta sindical aprovada pelo MTPS nº 125.062 / 64, é reconhecida a representação dos empregadores sob a denominação de Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), entidade de grau superior coordenadora das categorias dos empregadores rurais previstas e discriminadas pela portaria nº 71, de 2 de fevereiro de 1965, que tem como base territorial o Estado de São Paulo.

Nesta época, a FAESP tinha uma abrangência de 110 associações que vieram a ser transformados em Sindicatos Rurais (SRs.). Em 2002, a Federação da

¹⁰⁴ Informações obtidas no site www.faespsenar.com.br (acesso realizado em 12/10/2004).

Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) abrangia 233 Sindicatos Rurais, que, com suas extensões de base, compreendiam um total de 543 municípios paulistas.

O EDR de Ourinhos conta com cinco Sindicatos Rurais (Patronais), que são os Sindicatos Rurais (SRs.) de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Bernardino de Campos, Piraju e Fartura (figura 34). Dentre deles, os que apresentam maior representação no setor sucroalcooleiro são os SRs. de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo e Bernardino de Campos, sendo que nas áreas de base dos Sindicatos Rurais de Piraju e Fartura, devido à maior importância dada a outros tipos de atividades agropecuárias, a cana-de-açúcar divide espaço com estas atividades, não sendo possível identificar propriedades que cultivam exclusivamente a monocultura canavieira.

Os Sindicatos Rurais (SRs) de Bernardino de Campos, Fartura, Ourinhos, Piraju e Santa Cruz do Rio Pardo representam os interesses de classe dos produtores rurais de suas bases territoriais, congregando em seus interiores os plantadores e fornecedores de cana para as agroindústrias do EDR de Ourinhos. A estrutura dos Sindicatos Rurais (SRs), via de regra, compreende a seguinte hierarquia: presidente, vice-presidente (1º e 2º) e secretário (1º e 2º), entre outros, que constituem a diretoria do sindicato. Constituem-se em entidades jurídicas, sem fins lucrativos, estando afiliados à Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), e esta por sua vez, encontra-se subordinada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (figura 35).

O Sindicato Rural de Ourinhos, o mais antigo do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos e que foi constituído para atender às necessidades e representar os produtores rurais de Ourinhos e municípios adjacentes, surge com a carta sindical de 30 de novembro de 1965, sendo registrado no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e foi reconhecido como entidade de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Ourinhos em 09 de maio de 1972.

O Sindicato Rural de Ourinhos, que se constitui em uma entidade representativa de classe, sem fins lucrativos, constituída juridicamente com direitos e deveres e que é regida por um Estatuto Social, compreende em sua extensão de base os municípios de Ourinhos, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Ribeirão do Sul, Salto Grande e São Pedro do Turvo.

FIGURA 34: – OS SINDICATOS RURAIS (SRs.) / PATRONAIS NO EDR DE OURINHOS (ANO – BASE: 2002)

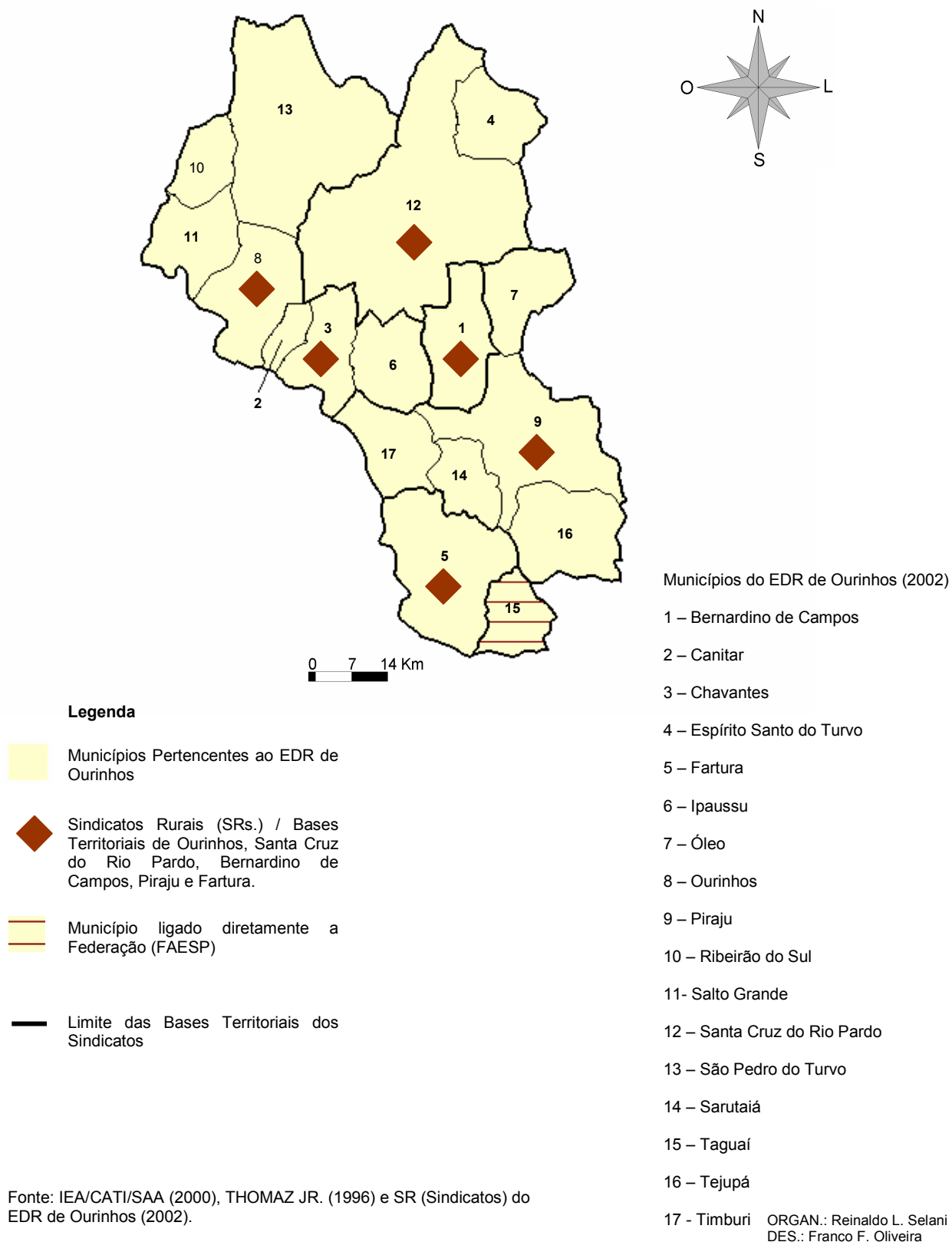
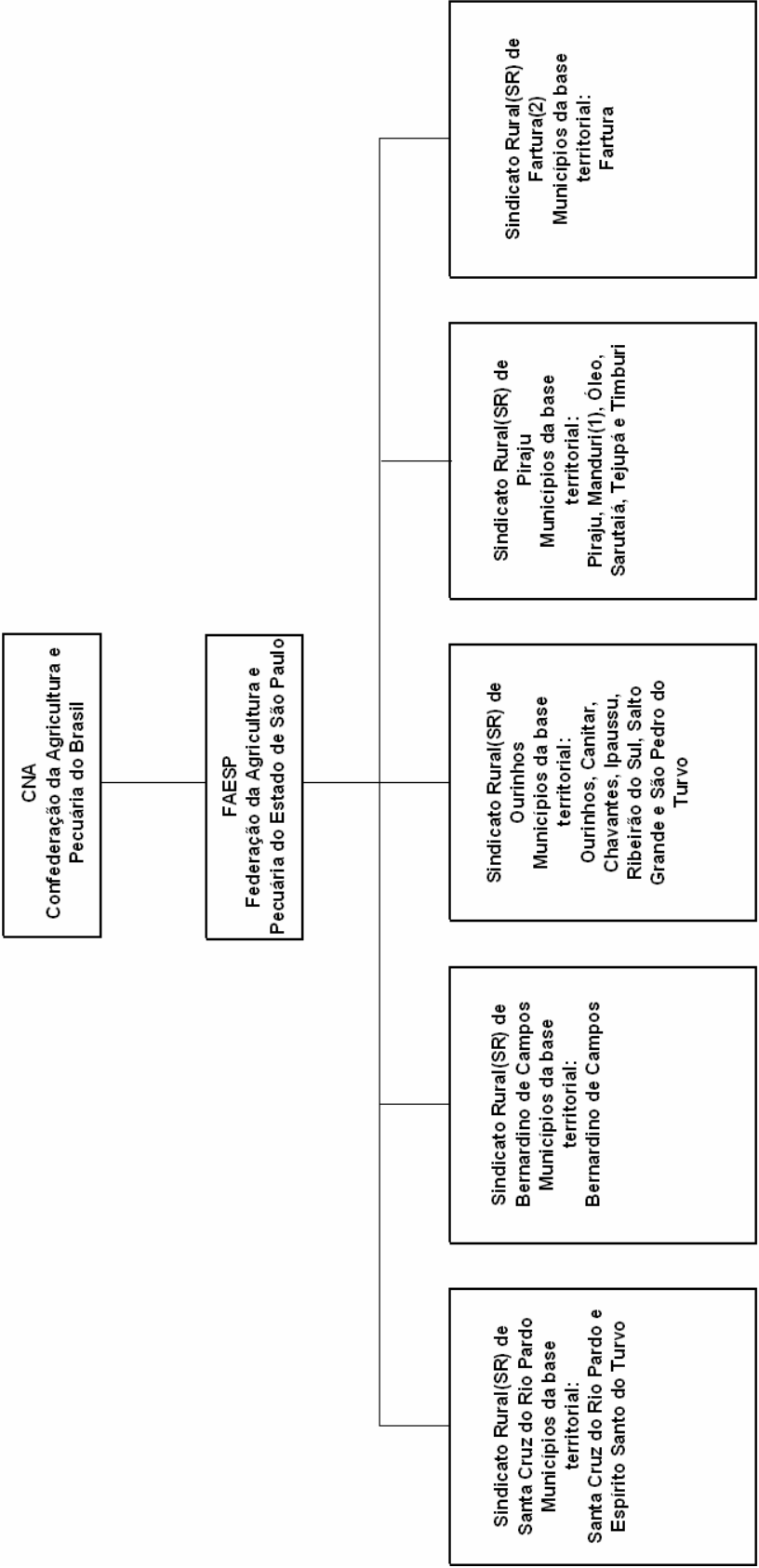


Figura 35 - A Estrutura Hierárquica dos Sindicatos Rurais (Patronais) do EDR de Ourinhos e os Municípios da Base Territorial.



FONTE: FAESP (2004) e Sindicatos Rurais do EDR de Ourinhos (2002)

Observação: (1) O município de Manduri Pertence ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Avaré.
(2) O município de Taguai não pertence ao Sindicato Rural de Fartura e a nenhum outro.

O sindicato oferece diversos serviços aos seus associados, já que conta com um Departamento Pessoal, Departamento Fiscal, Despachante e Assessoria Jurídica, além dos convênios com médicos, dentistas e estabelecimentos que oferecem descontos especiais. Segundo informações de Andréia Silva de Medeiros, secretária da entidade, “o Sindicato Rural de Ourinhos possui 380 associados ativos, onde 16 associados cediam suas terras às usinas e destilarias, através de contrato de parceria para plantação de cana¹⁰⁵”.

Recentemente, através de uma listagem da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a entidade enviou cartas aos produtores rurais da extensão de base que ainda não são associados, divulgando os serviços prestados pelo sindicato, para aumentar o número de agricultores associados em seu quadro. No entanto, muitas vezes, essa forma de divulgação da entidade para aumentar o número de associados não tem surtido o efeito esperado. O que eventualmente tem ocorrido é a busca de informações por produtores não sindicalizados, e que conhecendo a realidade da entidade e o que ela pode lhes proporcionar, acabam se associando.

Quanto à sua integração aos interesses do mercado de trabalho referente ao setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, o Sindicato Rural de Ourinhos, anualmente se reúne, juntamente com os Sindicatos Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo e Bernardino de Campos, com a Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO), e de outro lado, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Chavantes, Santa Cruz do Rio Pardo e Bernardino de Campos e o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SER) de Ourinhos, para uma discussão com o objetivo de firmarem a Convenção Coletiva de Trabalho (que tem vigência no período de um ano), composta por diversas cláusulas, inclusive sociais, e que abrangem os municípios que compõem as extensões de base de todos os acordantes. As reuniões para discussão normalmente ocorrem na sede do Sindicato Rural de Ourinhos, e para se chegar a um acordo o número de reuniões pode apresentar a necessidade que varia de um a oito encontros, dependendo da pauta de negociações entre o trabalhador e o produtor ou empresário que está envolvido com a realidade do setor sucroalcooleiro, contando com a participação das usinas e destilarias do EDR de Ourinhos. Quanto a benefícios aos trabalhadores, o Sindicato Rural de Ourinhos em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

¹⁰⁵ As informações são referentes à agosto de 2004.

(SENAR), tem atuado nos municípios de sua extensão de base, promovendo cursos profissionalizantes em diversas áreas e também atividades de promoção social que visam a integração e a melhoria de condições de trabalho e de vida do homem do campo.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos termos do artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde prevê sua criação nos moldes do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

É uma instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e dirigida por um Conselho Deliberativo de composição tripartite e paritária, por ser composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora, com igual número de conselheiros (SENAR, 2004)¹⁰⁶.

Com sede em Brasília, e presente nas 26 unidades da federação, através de administrações regionais, executa ações de formação profissional rural e promoção social, descentralizados e vinculados às respectivas federações de agricultura dos Estados membros.

O SENAR no Estado de São Paulo foi implantado em 21 de maio de 1993, com sede própria junto à da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP). O SENAR, cujas ações estão apoiados em princípios e diretrizes estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas políticas do CINTEFOR (Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional), nas políticas do Ministério do Trabalho e da Agricultura e nas diretrizes emanadas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e suas federações vinculadas, objetiva atender as necessidades básicas do homem do campo e de seus familiares, buscando a evolução cultural da sociedade.

Segundo Andréia Silva de Medeiros, do Sindicato Rural de Ourinhos, “um levantamento feito no mês de março (2004), para informar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que está desenvolvendo um programa profissionalizante voltado para o setor sucroalcooleiro, chamado Cana Limpa, a

¹⁰⁶ “A Administração Central do SENAR é constituída por um Conselho Deliberativo que exerce a direção superior e a normatização das atividades, no que se refere ao planejamento, estabelecimento de diretrizes, organização, controle e avaliação e por um Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização de toda a parte financeira e orçamentária da instituição” (SENAR, 2004 in www.faespsenar.com.br).

quantidade de pessoas empregadas no corte de cana-de-açúcar na área de base deste sindicato, é de 1680 trabalhadores permanentes e 960 volantes. Esses números foram fornecidos pelas empresas que empregam mão-de-obra e terceirizados”.

O Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo surge com a carta sindical de 02 de abril de 1986. Ele nasce do anseio da classe produtora do município de Santa Cruz do Rio Pardo, que era representada pelo Sindicato Rural de Ourinhos e que não estava satisfeita com o atendimento que recebia. Os produtores rurais organizaram-se e conseguiram a autorização ou carta sindical de criação do Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo, fornecida pelo Ministério do Trabalho. Sua base territorial compreende os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Espírito Santo do Turvo, representando os interesses de classe dos produtores rurais desses municípios.

A finalidade da entidade é a prestação de serviços ao produtor rural para garantir seus interesses. Desenvolve ações sociais quando oferece cursos de capacitação na área de formação profissional e social, para defendê-lo de ações ou situações que afetam o seu patrimônio e sua condição de cidadão.

O número de associados era de 510 pessoas em 2002, incluindo produtores rurais, proprietários, arrendatários e parceiros, sendo que a entidade estima o aumento deste número em até 10% para os próximos anos.

Os benefícios oferecidos pelo Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo aos seus associados são, entre outros, os seguintes:

- a. Defesa dos direitos dos produtor rural;
- b. Negociação da convenção coletiva das diversas categorias (trabalhadores na cana-de-açúcar, laranja, lavoura branca, tratoristas, etc.) com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato dos Empregados Rurais, quando for o caso);
- c. Defesa da Política Agrícola;
- d. Orientação fiscal, pessoal, despachantes;
- e. Declaração de Imposto de Renda e ITR e contratos trabalhistas;
- f. Convênios: médicos, dentistas e hospitalar;
- g. Orientação sobre crédito rural;
- h. Treinamento para produtor, trabalhador e familiares.

O Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo também divulga sua atuação através de entrevistas em meios de comunicação, como emissoras de rádio, imprensa (jornais do município e do EDR de Ourinhos), além de outros eventos. O que tem levado os produtores rurais a se associarem é a divulgação da qualidade dos serviços prestados pelos próprios produtores associados, busca de informações e resoluções de problemas, como os serviços contábeis.

Os empresários agroindustriais do setor sucroalcooleiro são parceiros do Sindicato Rural patronal. A negociação ocorre entre o Sindicato Rural (SR), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (SER), constando de uma pauta apresentada por estes, onde são contemplados itens como o salário, benefícios e aspectos sociais da categoria de trabalhadores do setor sucroalcooleiro, visando garantir a manutenção da atividade produtiva, leva em consideração o respeito aos direitos do trabalhador, como o direito ao registro em carteira de trabalho.

Em relação ao Sindicato Rural de Bernardino de Campos, sua base de extensão abrange apenas o município ao qual está inserido, ou seja, Bernardino de Campos. Segundo dados da entidade ela apresenta 81 associados, sendo que destes apenas um se dedica exclusivamente ao setor sucroalcooleiro, e que se constitui no proprietário da Destilaria Bernardino de Campos Ltda., que produz aguardente a granel, conforme estudado no capítulo 4.

Assim como ocorre nos Sindicatos Rurais de Ourinhos e de Santa Cruz do Rio Pardo, a entidade oferece diversos serviços aos seus associados, contando com um Departamento Pessoal, Departamento Fiscal, Despachante e Assessoria Jurídica, além dos convênios com médicos, dentistas e cursos profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Os Sindicatos Rurais de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo e Bernardino de Campos, são as entidades patronais mais representativas do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos (tabela 36).

Os Sindicatos Rurais de Piraju e de Fartura, que juntos somam 489 associados, são bastante representativos em sua extensão de base, congregando conjuntamente oito municípios. No entanto, ao verificar a situação de cada sindicato, pode-se perceber que o Sindicato Rural de Piraju polariza sob sua extensão seis

municípios, incluindo o município de Manduri, que pertence ao EDR de Avaré, enquanto o Sindicato Rural de Fartura, engloba somente o município de Fartura. Taguaí é o único município do EDR de Ourinhos que não se encontra representado por um Sindicato Rural (figura 34). O que ocorre, segundo informações do Sindicato Rural de Fartura, refere-se ao fato de alguns proprietários rurais de Taguaí buscarem se filiar ao Sindicato Rural de Fartura.

Tabela 36– Os Sindicatos Rurais (Patronais) do EDR de Ourinhos, número de associados e suas Bases Territoriais

Sindicato Rural (Patronal)	Número de Associados	Municípios pertencentes ao STR – base territorial
<i>SR de Santa Cruz do Rio Pardo</i>	510	Santa Cruz do Rio Pardo e Espírito Santo do Turvo
<i>SR de Ourinhos</i>	380	Ourinhos, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Ribeirão do Sul, Salto Grande e São Pedro do Turvo
<i>SR de Bernardino de Campos</i>	81	Bernardino de Campos
<i>SR de Piraju</i>	339	Piraju, Manduri ¹⁰⁷ , Óleo, Sarutaiá, Tejupá e Timburi
<i>SR de Fartura</i>	150	Fartura

Fonte: Sindicatos Rurais do EDR de Ourinhos (2002).

A respeito dos demais sindicatos aqui estudados, estas entidades oferecem diversos serviços aos seus associados, contando com um Departamento Pessoal, Departamento Fiscal, Despachante e Assessoria Jurídica, além dos convênios médico-hospitalar e cursos profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Contudo, quando se analisa o setor sucroalcooleiro nos Sindicatos Rurais de Piraju e de Fartura, deve-se levar em conta que a produção de cana-de-açúcar divide espaço com outras atividades agropecuárias, sendo que em nenhum destes sindicatos encontram-se propriedades que produzem exclusivamente cana-de-açúcar para as agroindústrias sucroalcooleiras, mesmo sabendo da existência de fábricas de aguardente em alguns municípios abrangidos pelas respectivas extensões de bases (capítulo 4). Nesses municípios a lavoura

¹⁰⁷ O município de Manduri pertence ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Avaré.

cafeeira destaca-se em importância, dividindo espaço com a criação de bovinos e suínos, sendo que a suinocultura se destaca no município de Fartura.

5.7. As Associações dos Plantadores e Fornecedores de Cana-de-Açúcar no EDR de Ourinhos

Os plantadores de cana-de-açúcar do EDR de Ourinhos possuem uma importância de destaque na agroindústria do setor sucroalcooleiro, pois são os fornecedores de matéria-prima para essas empresas.

Como parte estratégica para a sobrevivência das agroindústrias, existem no EDR de Ourinhos exemplos de empresários do setor sucroalcooleiro que também são fornecedores de cana-de-açúcar para suas usinas e destilarias. Um exemplo clássico desta situação é o do Condomínio Fernando Luiz Quagliato e Outros, que são proprietários da Usina São Luiz S.A., no município de Ourinhos.

No entanto, esta situação não é particular de nossa realidade de estudo, tanto a nível de Estado, quanto estendida a todo território nacional. Além desta situação, destacam-se os proprietários rurais que não são empresários de usinas e destilarias no EDR de Ourinhos, mas se constituem em fornecedores de cana para estas agroindústrias.

Assim como os empresários do setor sucroalcooleiro se mobilizaram, formando associações e sindicatos, aqui também os plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar se uniram na busca da reivindicação de suas lutas e direitos. E esta luta já é bastante antiga. Ela remonta aos idos de 1940, com a criação de sua federação.

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA) foi fundada oficialmente em 12 de agosto de 1941, constituindo-se em uma entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, e que apóiam a causa dos plantadores de cana, ou seja, dos fornecedores de cana estendendo sua base territorial para todos os estados brasileiros, que compõem o Centro-Sul e o Norte/Nordeste canavieiro, estando sua sede localizada em Brasília, Distrito Federal, e atualmente (2002) possui quarenta associações afiliadas espalhadas pelo território nacional.

Segundo Silvia Vianna (FEPLANA), o Estatuto da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA), dispõe que “a Federação congrega associações de plantadores de cana-de-açúcar, destinada a usinas de açúcar e destilarias de álcool, como órgão nacional de representação, coordenação e defesa da categoria econômica”.

A expressão da agroindústria sucroalcooleira paulista também se organiza, formando uma nova entidade associativa. Com isso, surge em 18 de agosto de 1976, na cidade paulista de Piracicaba, a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), tratando-se de uma associação civil, sem fins econômicos ou lucrativos. Segundo o Sr. Enio Roque de Oliveira, assessor-técnico da ORPLANA, entidade na qual encontram-se congregadas duas das três associações dos plantadores e fornecedores de cana do EDR de Ourinhos (como será visto adiante), possui os seguintes objetivos:

- a. Representar as Associações de Plantadores de Cana dos Estados da Região Centro-Sul do Brasil, que lhe são filiadas, em todas as questões que lhes digam respeito, junto a órgãos públicos e privados, inclusive perante o Poder Judiciário, nas questões de interesse geral da classe, representando-as em juízo ou fora dele, na forma do artigo 5º, incisos XXI e LXX¹⁰⁸, da Constituição Federal;
- b. Defender os direitos e interesses dos fornecedores e plantadores de cana visando o contínuo aprimoramento da atividade, nos termos do Estatuto da Lavoura Canavieira e legislação complementar e de toda a matéria referente ao setor canavieiro;
- c. Estudar as questões concernentes à atividade canavieira, promovendo medidas capazes de favorecer sua defesa, expansão e aprimoramento;
- d. Manter o mais amplo relacionamento com os organismos públicos ou privados que, direta ou indiretamente se liguem à atividade de produção e industrialização de cana;

¹⁰⁸ “**Art 5º** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) § 21º - As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

(...) § 120º - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a. partido político com representação no Congresso Nacional;
- b. organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados (...)" (Constituição Federal, 1988).

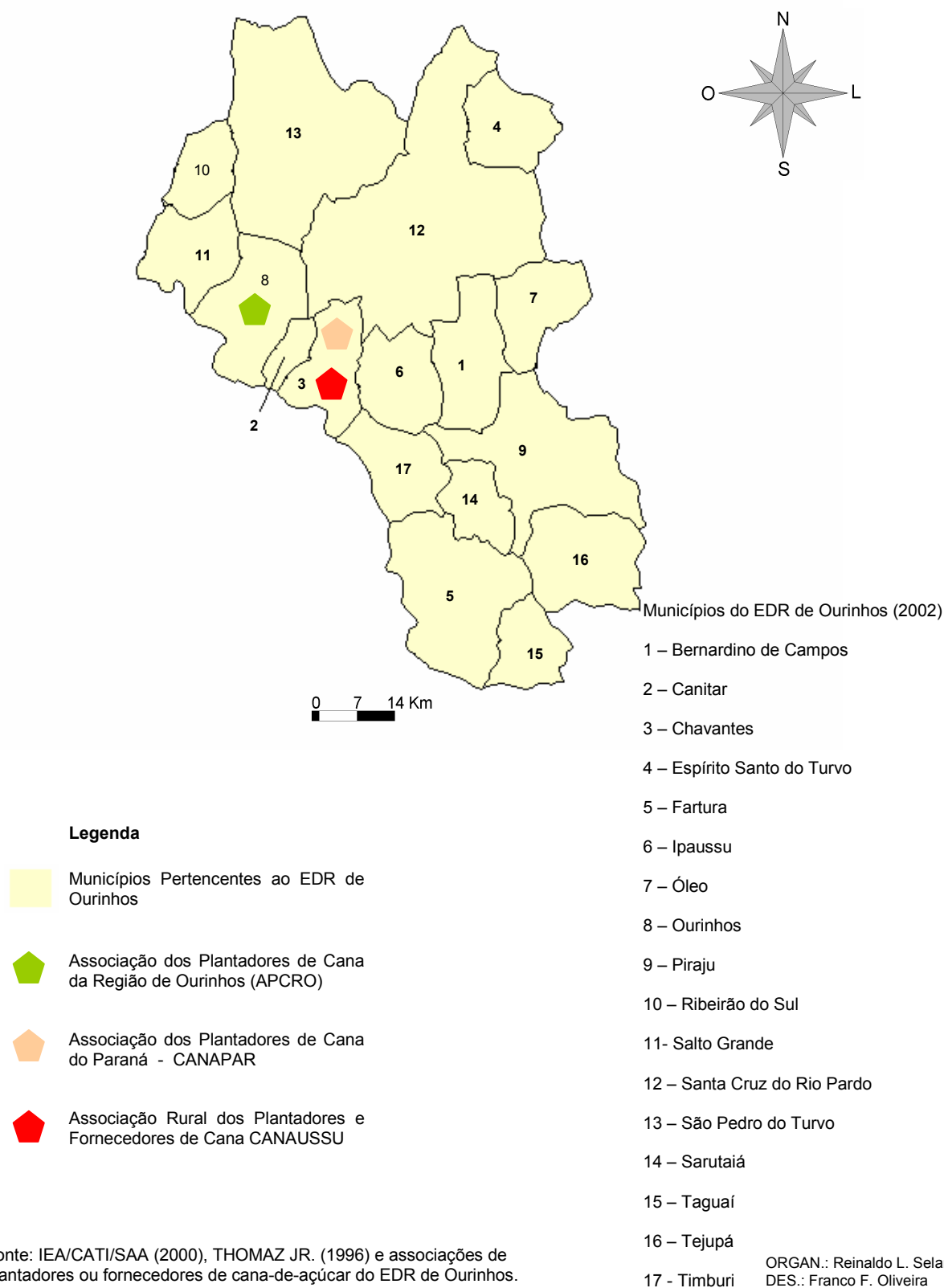
- e. Facilitar às suas associadas a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelos poderes públicos, através de departamentos criados para tal fim, na forma que estabelecer este Estatuto;
- f. Promover entre as suas associadas, relações de cooperação e articulação, convocando-as para reuniões visando dirimir questões eventualmente conflitantes;
- g. Criar e manter departamento(s) técnico(s) e/ou escritórios regionais para assessorar suas filiadas;
- h. Integrar o quadro social de outras pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, com finalidades conexas à sua.

Além disso, formou com a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), onde elaboraram, em conjunto, o Sistema de Remuneração da Tonelada de Cana pela Qualidade para o Estado de São Paulo, sendo uma experiência inédita no setor sucroalcooleiro nacional (capítulo 3).

No EDR de Ourinhos existem três associações de plantadores ou fornecedores de cana-de-açúcar, que são a Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO), a Associação dos Plantadores de Cana do Paraná - CANAPAR e a Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana CANAUSSU (figura 36). Segundo Silvia Vianna, da FEPLANA, “a Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO), a mais antiga delas, está filiada à ORPLANA e à FEPLANA, e a Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana CANAUSSU encontra-se associada somente à ORPLANA”. No entanto, a Associação dos Plantadores de Cana do Paraná - CANAPAR está associada diretamente à FEPLANA, sem se encontrar vinculada à ORPLANA, por ser aquela entidade representativa dos fornecedores de cana-de-açúcar no Estado do Paraná.

A CANAUSSU e a CANAPAR estão estabelecidas na cidade de Chavantes, enquanto a APCRO está sediada em Ourinhos. Segundo informações obtidas, a CANAUSSU e a CANAPAR apresentam uma situação desconfortável. A CANAUSSU alega que ela é a verdadeira representante dos fornecedores de cana dentro do EDR de Ourinhos, por entender que a CANAPAR é uma associação de fornecedores de cana-de-açúcar que possui sede em Jacarezinho, norte pioneiro do Estado do Paraná, estando, portanto, fora de sua área de atuação, por ultrapassar o

FIGURA 36: – AS ASSOCIAÇÕES DE PLANTADORES OU FORNECEDORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DO EDR DE OURINHOS / ANO – BASE: 2002



limite político do Estado onde ela está sediada. No entanto, os fornecedores associados à CANAPAR estão satisfeitos com os benefícios obtidos, resistindo à desvinculação desta entidade para se associarem à CANAUSSU.

5.7.1. Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO)

A Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos (APCRO), foi criada no dia 06 de janeiro de 1959, e é a mais tradicional associação voltada aos proprietários, fornecedores, arrendatários e parceiros que fornecem cana-de-açúcar para as agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos. No âmbito nacional a associação está filiada à FEPLANA (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil), com sede em Brasília, no Distrito Federal), e à nível estadual encontra-se vinculado à ORPLANA (Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil), com sede na cidade de Piracicaba. É administrada por uma diretoria eleita por dois anos, composta do presidente, vice-presidente, um secretário e seu suplente, um tesoureiro e seu suplente, um diretor sem pasta, e do conselho fiscal, composto por três membros efetivos e seus suplentes.

Não existe qualquer finalidade lucrativa: seus diretores não recebem remuneração a qualquer título; sua finalidade é congregar os plantadores de cana, dar suporte para isso e dar assistência social gratuita a todos os seus funcionários. Vale destacar também que a escolha da localização para a implantação da associação fez-se pela necessidade de mediação entre a produção e a agroindústria sucroalcooleira localizada neste município (Usina São Luiz S.A.) e para mediar os interesses conflitantes de ambos os lados.

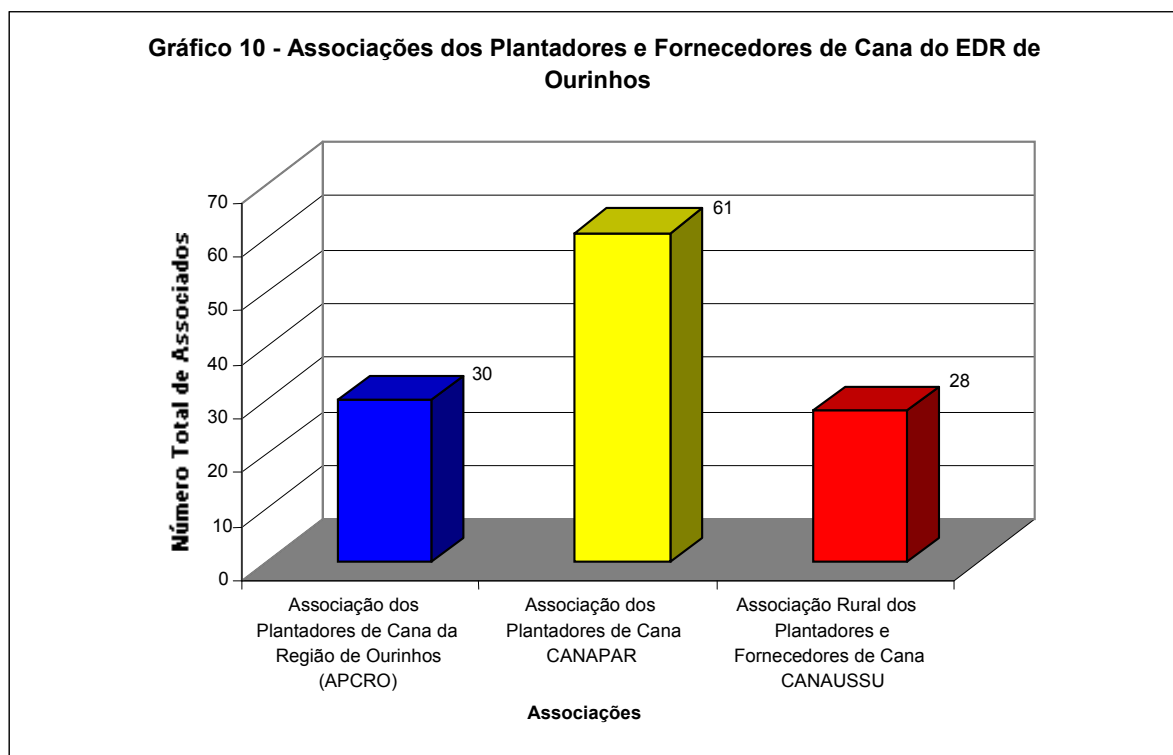
Sua base territorial de atuação compreende os municípios de Ourinhos, Canitar, Chavantes, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo. Os fornecedores, os proprietários, arrendatários e parceiros de áreas agrícolas, cultivada com cana-de-açúcar e que fornecem essa matéria-prima para as agroindústrias do EDR de Ourinhos regularmente todos os anos, com algumas variações, se constituem no total de 30 associados (gráfico 10). São esses que mantêm a associação, destinando um percentual de sua produção, que é

descontado pelas próprias usinas e destilarias e repassados para a entidade, que aplica grande parte na assistência social de seus empregados.

Os Trabalhadores atendidos são os cortadores de cana-de-açúcar, os transportadores, e todos aqueles que participam na produção da cana. Na base territorial da APCRO são em torno de 3.000 trabalhadores, que se contados com seus dependentes, chegam a total aproximado de 10.000 pessoas. Quanto ao número de fornecedores associados para os próximos anos e seus funcionários, acreditamos que não haverá mudanças significativas, permanecendo o quadro praticamente inalterado.

Por associado entendemos os fornecedores, que são aqueles que detêm a posse da terra e produzem a cana-de-açúcar. Esses recebem assistência técnica, assistência jurídica, orientação, enfim o suporte que necessitam e que todas as associações dão a eles. Aos seus funcionários, a associação oferece inúmeros benefícios, tais como: assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, programas de pré-natal para as gestantes, assistência escolar e assistência esportiva. Eis alguns desses benefícios:

- I. Assistência Médica: mantém um ambulatório médico na cidade de Ourinhos, onde é feita a triagem por um clínico geral e pediatra que atende cerca de 25 pacientes por dia, e convênio com toda a área médica para onde são enviados os pacientes. Convênio com laboratórios onde são feitos todos os exames, enfim com toda a área médica;
- II. Assistência Odontológica: mantém um profissional em seu ambulatório, atendendo 10 pacientes por dia, executando todo o atendimento, próteses, etc.;
- III. Atendimento Farmacêutico: possui em seu ambulatório uma farmácia, que fornece gratuitamente todos os medicamentos necessários, com mais de 1.000 atendimentos por mês;
- IV. Atendimento Escolar: fornece no início do ano letivo e no início do segundo semestre do ano letivo, material escolar gratuito para os filhos dos empregados;
- V. Atendimento Esportivo: fornece material esportivo para as entidades ligadas à produção de cana-de-açúcar.



Fonte: dados obtidos das associações (2002)

Segundo informações do gerente-administrativo da associação, Getúlio Gimenez,

“todos esses benefícios são gratuitos aos trabalhadores e coberto exclusivamente pelos fornecedores de cana. Desde que forneça cana-de-açúcar para as indústrias, automaticamente o agricultor (fornecedor) já está participando das obrigações de contribuir com a associação, e seus funcionários com o direito de receber todos esses benefícios. Além disso, a indústria em que a associação atua, está se modernizando dia-a-dia, está fornecendo melhores condições de vida aos seus funcionários, já por conquistas os trabalhadores recebem todo o equipamento de proteção ao trabalho, a legislação que proíbe o trabalho da criança e do adolescente é cumprida integralmente, existe o programa do primeiro emprego, as condições do transporte dos trabalhadores foi melhorada, os salários são diferenciados, o fornecedor é tratado com respeito, a apuração da qualidade da cana é feita com critério, enfim existe grande avanço no relacionamento entre os empregados, o fornecedor, a associação e a indústria, que se tornam parceiros na busca de melhores condições de vida e de produção. Acreditamos que com a reativação da produção de novos veículos movidos a álcool e de veículos que possam usar os vários combustíveis, a situação econômica do setor sucroalcooleiro de nosso país melhorará”.

5.7.2. Associação dos Plantadores de Cana do Paraná - CANAPAR

A Associação dos Plantadores de Cana do Paraná - CANAPAR, fundada em 18 de julho de 1963, com sede no município de Jacarezinho, Estado do Paraná, inaugurou um pólo regional na cidade de Chavantes, Estado de São Paulo, no ano de 1997, centralizando o atendimento aos municípios canavieiros do EDR de Ourinhos. Está vinculada à FEPLANA (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil), sendo administrada por uma diretoria, possuindo no pólo de Chavantes um comitê de desenvolvimento, que auxilia a diretoria nas decisões. É constituída basicamente por fornecedores de cana-de-açúcar do EDR de Ourinhos, sendo o número oficial de 61 associados (gráfico 10) no ano de 2002, não possuindo nenhuma finalidade lucrativa, somente social. Sua base territorial abrange os municípios de Chavantes, Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Ipaussu, Bernardino de Campos, São Pedro do Turvo, Salto Grande, Timburi, Sarutaiá, Piraju e Canitar. Além destes, podemos incluir Manduri, que está integrado ao EDR de Avaré.

Os benefícios oferecidos aos associados são divididos em dois departamentos:

- I. Departamento Técnico: representados pelos fiscais de pagamentos de cana por teor de sacarose, fiscais de balança e assistência técnica abrangendo toda a cultura da cana;
- II. Departamento de Assistência Social: apresentando assistência médica, odontológica, farmacêutica, hospitalar e laboratorial.

Além destes serviços, a entidade possui um informativo – INFORME CANAPAR (panfleto impresso) - para informar seus associados sobre alguns outros benefícios que eles podem usufruir, além de informes do setor sucroalcooleiro que interessam ao cotidiano do fornecedor de cana.

A associação mantém negociações com os empresários do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos, a fim de melhorar os preços da cana-de-açúcar para os fornecedores associados que fazem parte da CANAPAR, de um modo geral. Segundo informações desta entidade, há uma perspectiva no aumento da produção sucroalcooleira para os próximos anos na área abrangida por sua base territorial.

5.7.3. Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana - CANAUSSU

A Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana CANAUSSU iniciou suas atividades no EDR de Ourinhos em 24 de junho de 2000, na cidade de Chavantes. Segundo informações desta associação, a escolha de Chavantes para a implantação da entidade está relacionada a ser uma localização estratégica, localizada no centro que compreende os municípios agregados. É constituída por uma diretoria, representando seus associados, sendo uma associação civil sem fins lucrativo. No ano 2000, eram 20 os associados desta associação (gráfico 10), passando a ser 28 em 2002. Está vinculada à ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo), possuindo base territorial que compreende os municípios de Chavantes, Ipaussu, Santa Cruz do Rio Pardo, Espírito Santo do Turvo, Bernardino de Campos, Piraju, Canitar, Ourinhos e São Pedro do Turvo. Os serviços oferecidos aos seus associados, que compreendem fornecedores e trabalhadores, são assistência técnica agrícola e serviço social.

Ocorre, também, a apresentação de relatórios, prestação de contas, reunião mensal, entre outros eventos, de interesse dos associados. Segundo informações da CANAUSSU, a entidade não possui contato direto com os empresários do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos para melhorar a qualidade de trabalho nos canaviais e nas agroindústrias, pois entende que esta é uma função dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) e sindicato dos empregados rurais assalariados (SER) localizados nessa área.

5.8. As Transformações do Mercado de Trabalho no setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos

Os trabalhadores rurais volantes, desprovidos de qualquer assistência sindical e direitos trabalhistas, os popularmente denominados “bóias-frias”¹⁰⁹, representam

¹⁰⁹ A expressão “bóia-fria” é imprópria e nada definidora para os trabalhadores diaristas não residentes nas propriedades rurais, e acredita-se ter sido o termo “bóia-fria” uma designação pejorativa, cunhada fora do meio rural e que em si mesmo denota desconhecimento da realidade agrícola. Rodrigues e Silva colocam o assunto da

um potencial significativo na contratação de mão-de-obra para trabalhar nos canaviais situados em propriedades rurais do EDR de Ourinhos. Grande parte do contingente é originário dos municípios do próprio EDR, e que integram a força de trabalho na safra de cana-de-açúcar. Homens, mulheres, adolescentes e crianças participam com o seu trabalho nos canaviais para aumentar o rendimento salarial da família, chegando a superar 3.500 pessoas na época da safra¹¹⁰.

Além disso, recorrem aos canaviais do EDR de Ourinhos, uma população migrante composta de homens, que são provenientes de outras áreas do Estado ou do país, com destaque para o Estado de Minas Gerais, buscando melhores oportunidades financeiras¹¹¹ (ANEXO 8).

“Atribui-se aos mineiros uma força de trabalho superior à paulista, embora os trabalhadores da área de Ipaussu estejam reagindo, treinando e recebendo assistência técnica patrocinada pelas usinas e destilarias. Enquanto um mineiro consegue cortar entre 13 e 15 toneladas de cana-de-açúcar por dia, o paulista mantém uma média de 9 toneladas. Contudo, a mão-de-obra local, disponível em Ipaussu, é constituída também de mulheres e jovens até 17 anos, ao passo que a mineira tem somente homens. Contratados por temporada, os mineiros alojam-se nos próprios dormitórios da usina ou em residências alugadas em cidades do EDR. O mesmo ocorre nas demais agroindústrias da Regional Agrícola de Ourinhos, ou nos municípios fornecedores de cana para essas empresas” (adaptado do Jornal Debate, n. 838, p. 5, 25 mai. 1997).

Conforme salienta GONÇALVES (2002, p. 96),

“nas regiões onde predominam trabalhadores de outros Estados, podemos considerar duas realidades conflitantes. Por outro lado, o trabalhador migrante é mais produtivo do que os locais, além de faltar menos ao trabalho e não criar atrito com as usinas via sindicato. Por outro, o trabalhador local representa menor custo com transporte, é cidadão da região e eleitor local. Quem será contratado, o trabalhador migrante ou o local, depende dos interesses políticos internos e externos de cada usina”.

seguinte maneira: “Na verdade, a maior parte dos trabalhadores da roça se alimenta com bóia-fria, e não apenas os que, morando na periferia da cidade, exercem o seu trabalho no campo. A não ser quando estão trabalhando perto de suas casas (quando então recebe no eito o almoço e às vezes o café da tarde, por intermédio da esposa e dos filhos, o rurícola leva sempre a comida para o local onde vai passar o dia. Assim, embora seja o mensalista ou empreiteiro registrado ou não, costuma comer também a sua refeição fria... eis porque a expressão bóia-fria nada distingue” (BRAY, 1980: p. 260 – 261).

¹¹⁰ Segundo informações obtidas juntas aos sindicatos e associações do EDR de Ourinhos, existe uma estimativa de 3.482 a 3.680 pessoas contratadas como trabalhadores rurais volantes na época da safra da cana-de-açúcar. Na entressafra, esse número se reduz para aproximadamente 1.500 pessoas na lavoura canavieira. Fonte: dados dos STRs, SRs, APCRO, CANAPAR e CANAUSSU (2002).

¹¹¹ “Desde a 1ª safra que participei, tive uma boa melhora financeira. (...) continuo com um ganho muito melhor do que ganhava na minha cidade, em Minas” – depoimento de Delmiro Cordeiro Santana (Informativo Só Cana Pura, ano 1, n. 3, p. 3, jun./jul. 2004).

Devido à clandestinidade deste tipo de trabalho, faltam dados concretos sobre o número total de trabalhadores temporários sem representação sindical e sem registro de carteira de trabalho no EDR de Ourinhos, sendo que os trabalhadores migrantes retornam às suas áreas de origens tão logo termine o período da safra da cana-de-açúcar.

5.8.1 – A Regulamentação das Queimadas na lavoura canavieira e o impacto no Mercado de Trabalho do Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos

No entanto nas últimas décadas vêm ganhando forças, devido à pressão da sociedade, o movimento de regulamentação das queimadas, como resultado do incomodo visível causado às comunidades urbanas pela fuligem provocada pelas queimadas nos canaviais.

Segundo GONÇALVES (2002, p. 13),

“o uso do fogo como prática agrícola nos canaviais há muito tempo já vinha sendo condenado por especialistas de diversas áreas, como engenheiros, biólogos, cientistas e médicos, apesar da contestação veemente de técnicos do setor, que alegavam que tal prática facilitava o processo de colheita, gerava empregos, trazia segurança ao trabalhador rural e não interferia negativamente no meio ambiente, por se tratar de um processo rápido, localizado e controlado”.

No EDR de Ourinhos,

“os profissionais relacionados ao setor agrícola e os próprios diretores das usinas, defendem as queimadas, tanto do ponto de vista social quanto econômico. Embora reconheçam que a queimada da palha da cana-de-açúcar possa prejudicar o solo, a queimada significa uma limpeza rápida da área em que está cultivada a cana-de-açúcar, o que aumenta o rendimento do trabalho dos diaristas volantes, oferecendo, ainda, uma maior segurança aos trabalhadores (risco de acidentes de trabalho por picadas de cobras, aranhas, escorpiões, etc.)” (Jornal Debate, n. 644, 22 ago. 1993).

Apesar disso, continuava a ocorrer pressões de órgãos públicos e da sociedade em geral para coibir as práticas de queimadas nos canaviais, como pedido de liminar pela Promotoria Pública da Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo em 1994, para suspender imediatamente toda e qualquer queimada realizada no

EDR de Ourinhos pelas agroindústrias do setor sucroalcooleiro, como pena proposta pelos promotores, no caso de reincidência, estipulada em 1.000 (mil) salários mínimos por hectare queimado (ANEXO 9).

Simultaneamente a estes acontecimentos, ocorriam manifestações dos trabalhadores rurais que trabalhavam nos canaviais das usinas e destilarias a favor da manutenção das queimadas para garantirem seus empregos. A mais importante manifestação ocorrida no EDR de Ourinhos deu-se em 22 de novembro de 1995, onde o plenário da Câmara Municipal de Ourinhos foi ocupado por cerca de 900 trabalhadores rurais de usinas e destilarias, que protestavam “que a queimada da cana-de-açúcar é feita para a segurança do trabalhador e para manter um rendimento de produção melhor, e há acordos trabalhistas no Estado de São Paulo que exigem a cana queimada” (adaptado do Jornal Debate, n. 763, 26 nov. 1995).

Contudo, o processo de regulamentação da proibição das queimadas na lavoura canavieira, já se encontrava em andamento no Estado de São Paulo desde o final da década de 1980, onde o Decreto Estadual nº 28.848, de 1988, proibiu a queima da cana-de-açúcar como método de despalha em um raio de um quilômetro da área urbanizada, liberando-o nas demais áreas.

Conforme afirma GONÇALVES (2002, p. 13),

“em 6 de agosto de 1997, o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou o Decreto Estadual nº 42.056, que tratava da proibição das queimadas nos canaviais paulistas, regulamentando o Plano de Eliminação de Queimadas, prevendo sua eliminação de forma gradual em 8 anos nas áreas mecanizáveis e em 15 anos nas não mecanizáveis, incluindo, nesta última categoria, as pequenas propriedades, com área inferior a 125 ha.”.

Esta regulamentação pretendia que as usinas e destilarias do Estado de São Paulo se adequassem aos novos processos tecnológicos, impondo a mecanização à cultura canavieira, mesmo prevendo que este processo iria causar um imenso problema de ordem social, pois o corte manual da cana-de-açúcar era a atividade que mais empregava trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, sendo que parte dos compromissos firmados na ocasião não se concretizaram¹¹².

¹¹² “Em linhas gerais, os industriais se comprometeram em garantir o abastecimento do mercado, respeitar o meio ambiente, investir em tecnologia, manter os empregos e os direitos dos trabalhadores e limitar a mecanização apenas às áreas de cana crua. Os fornecedores, por sua vez, comprometeram-se em, garantir o fornecimento, investir em pesquisa, respeitar e recuperar o meio ambiente, e também manter os empregos e os direitos dos trabalhadores. É curioso observar que tanto empresas quanto fornecedores se comprometeram em contratar trabalhadores somente da região onde se encontra instalada a propriedade, resultado de longa batalha travada pelos sindicatos contra a contratação de migrantes no Estado. Por sua vez, as federações de trabalhadores

Uma das consequências da substituição do corte manual pela mecanização é a dispensa de muitos trabalhadores. No trabalho de GONÇALVES (2002, p. 81), onde se destacou como um dos exemplos a área canavieira de Assis, o avanço da mecanização na lavoura da cana-de-açúcar, motivada pela proibição das queimadas na cultura, teve como consequência altas taxas de desemprego na cidade e nos municípios adjacentes, preferindo-se os trabalhadores rurais volantes oriundos dos municípios desta área.

Outra grande investida do governo estadual foi a Lei nº 11.241/02, que foi regulamentada pelo Decreto nº 47.700/03, onde

“não é autorizada a queima da cana-de-açúcar a menos de um quilômetro do perímetro urbano, a cem metros de subestações de energia elétrica, próxima a áreas de conservação, próximo de estações de telecomunicações, perto de linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, próxima de ferrovias, rodovias e aeroportos” (adaptado de Jornal Debate, n. 1.162, p. 8, 13 jul. 2003).

Fechava-se ainda mais o cerco às empresas do setor sucroalcooleiro paulista, onde está incluído o EDR de Ourinhos, para se evitar as queimadas, nos canaviais, e com isso diminuía a contratação de trabalhadores manuais para realizarem o corte manual da cana-de-açúcar, incluindo órgãos públicos do governo estadual e a própria população para fiscalizarem as queimadas de cana que estivessem ocorrendo de forma irregular.

O Jornal Debate (n. 1.162, 8, 13 jul. 2003) destaca a importância da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) e da população no controle das queimadas de cana-de-açúcar realizadas pelos fornecedores e empresários do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos:

“A companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), de Marília, órgão ao qual está subordinada o EDR de Ourinhos na fiscalização da queimada da cana-de-açúcar, possui seis técnicos para fiscalizar sessenta municípios. Antes do início do ano, os plantadores e as usinas que recebem a cana são obrigados a informar ao Departamento Estadual de

se comprometeram em elaborar, em parceria com o governo, produtores e industriais, um programa específico de requalificação profissional para os trabalhadores. As montadoras de veículos e distribuidoras de combustível ficaram responsáveis pelos veículos a álcool, enquanto os governos federal, estadual e municipal se encarregaram de políticas para a manutenção do setor, como a proibição do aditivo metil terc-butil éter (MTBE), que concorria com o álcool anidro, a promoção de facilidades na venda de carros a álcool e a criação de uma frota verde de veículos públicos. No entanto, a frota verde sucumbiu diante dos longos prazos de entrega e da escassez de modelos oferecidos pelas montadoras, a mecanização continuou a avançar em áreas de cana queimada, as turmas de trabalhadores migrantes continuaram a trabalhar nos canaviais paulistas e o programa específico de requalificação não foi criado” (GONÇALVES, 2002, p. 28).

Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN) sobre todas as plantações, dias e locais passíveis de haver a queima. Quando essa comunicação não é feita a CETESB pode vistoriar a plantação e, se constatar a queima irregular, a empresa que recebe a cana é autuada. Devido à falta de funcionários, a CETESB trabalha com as denúncias da população e acompanha as comunicações das queimas feitas pelos plantadores. Quando é constatado queima irregular, a empresa responsável pode ser autuada com advertência ou multa, que varia de 5.001 a 10.000 UFESP (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo) (...).

Pode-se contemplar o desemprego na lavoura canavieira sob três momentos distintos, onde o primeiro deles seria a exclusão do trabalhador sem qualificação do processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar; em segundo lugar, a tecnologia pode ser vista como uma forma onde o trabalho pesado no corte manual da cana queimada não seria mais necessário; e a visão ambientalista sobrepujando os interesses do trabalhador rural na cultura canavieira e preservando as condições mínimas para sua sobrevivência.

Contudo, ao entender o agravante social que a mecanização da lavoura canavieira e a regulamentação da proibição das queimadas de cana-de-açúcar iriam causar, o artigo 10º da Lei nº 11.241/02 reza “que o Poder Executivo das cidades, onde há agroindústrias canavieiras, devem criar programas de requalificação profissional e colaborar no desenvolvimento de equipamentos que não impliquem na dispensa de trabalhadores” (adaptado de Jornal Debate, n. 1.162, p. 8, 13 jul. 2003).

Ao estabelecer esta legislação pertinente à regulamentação da proibição das queimadas da cana-de-açúcar (Decreto Estadual nº 42.056 e Lei nº 11.241/02, regulamentada pelo Decreto nº 47.700 / 03), o governo estadual não especificou qual o tipo de assistência teriam as dezenas de milhares de desempregados que trabalhavam no corte manual da cana queimada.

Nem mesmo o mecanismo sindical está conseguindo mobilizar os trabalhadores temporários na lavoura canavieira para pressionarem os empresários do setor sucroalcooleiro por melhores condições de trabalho. Segundo GONÇALVES (2002, p. 96), “a situação atual é muito diferente do tempo em que se lutava por melhores salários, pois se tinha mobilização, e com isso se conseguia negociar. Hoje a luta é pelo emprego, e nem mesmo as assembléias de trabalhadores têm conseguido quorum para discutir alguma coisa”.

Os sindicatos, em contrapartida, vêm-se mobilizando no sentido de que as usinas e destilarias dêem preferência na contratação de trabalhadores provenientes dos municípios localizados em suas vizinhanças. Os empresários do setor

sucroalcooleiro e os fornecedores de cana-de-açúcar também preferem empregar trabalhadores da área onde estão inseridos, pois os custos com transportes são menores.

5.8.2 – Programas de Qualificação Profissional do Trabalhador no Setor Sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos

Em relação aos cursos de qualificação e requalificação profissional destinada aos trabalhadores rurais que hoje encontram dificuldades em se inserir no mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro, destaca-se uma iniciativa do poder público estadual e federal, que investiu na realização de cursos para a população em geral. Um convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), órgão público federal, utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituíram o “Programa de Qualificação e Requalificação Profissional do Estado de São Paulo”.

No EDR de Ourinhos, o programa foi realizado em convênio com algumas instituições públicas, ligadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), onde a Escola Técnica Agrícola (ETE) “Orlando Quagliato”, em Santa Cruz do Rio Pardo, funcionou como um pólo de realização dos cursos de qualificação e requalificação profissional nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2002. Esta iniciativa foi bastante positiva, pois os cursos foram realizados no período de crise em que se encontrava a Sobar S.A. Álcool e Derivados, em Espírito Santo do Turvo.

A maioria dos participantes dos cursos eram provenientes dos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Espírito Santo do Turvo, sendo que neste último a população que participou dos cursos estavam diretamente ou indiretamente ligada à destilaria, pois esta era a única grande empresa geradora de recursos e empregos para Espírito Santo do Turvo. Pôde-se verificar em questionários preenchidos pelos participantes destes cursos, que existiam casos de participantes que haviam sido funcionários da empresa, tais como fiscais de turma (bóias-frias), trabalhadores na lavoura canavieira e no corte da cana.

Os participantes dos cursos, uma grande parte composta de desempregados e pessoas que nunca trabalharam (principalmente jovens), apontaram os seguintes motivos que os levaram a realizar alguns cursos, que são:

- a. Encaixar em uma vaga de emprego;
- b. Ter uma profissão (ocupação);
- c. Ter uma nova profissão (ocupação);
- d. Aperfeiçoar seus conhecimentos na profissão, e;
- e. Aumentar a renda familiar.

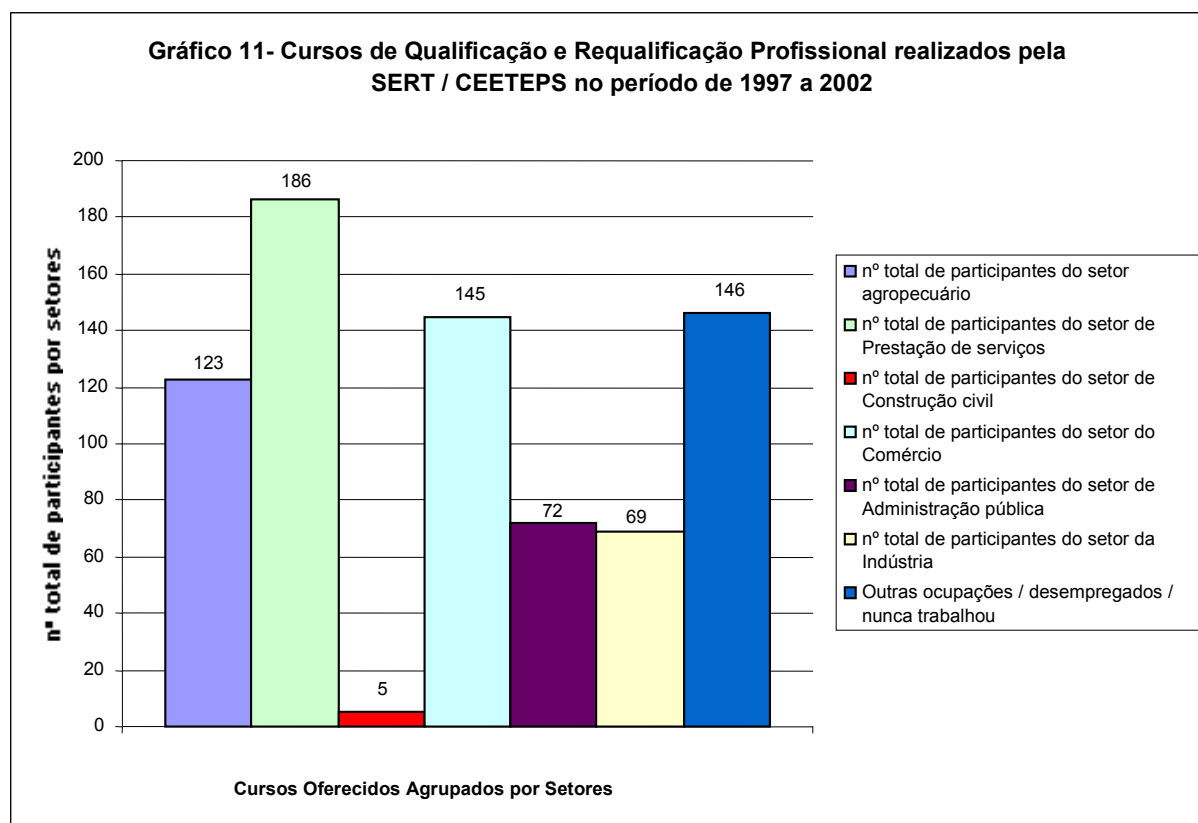
Os cursos realizados variaram bastante suas áreas de atuação, envolvendo atividades relacionadas a outros setores de atividade, e não somente ao setor agropecuário¹¹³. Foram realizadas 746 inscrições para os cursos, sendo que ocorreram casos em que uma mesma pessoa participou de mais de um curso, sendo que deste total, 123 pessoas participaram dos cursos destinados prioritariamente para atividades do setor agropecuário. No entanto, o setor de prestação de serviços teve 186 inscritos, o setor do comércio 145 inscritos, o de administração pública 72 participantes e o setor industrial 69 participações. As pessoas inscritas que estavam desempregadas ou que nunca trabalharam, representavam, no conjunto, 146 inscrições (gráfico 11).

Este foi sem dúvida alguma, um programa de qualificação e requalificação profissional de grande importância, pois serviu para capacitar os trabalhadores dos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Espírito Santo do Turvo, inseridos ou não no setor sucroalcooleiro, mas que também serviu para aliviar a situação de tensão em que se encontravam os trabalhadores de Espírito Santo do Turvo, cujo cerne econômico do município centrava-se nas atividades agroindustriais realizadas pela Sobar S.A. Álcool e Derivados.

No EDR de Ourinhos não existe um órgão ou entidade que seja responsável pela capacitação e requalificação da mão-de-obra destinada ao trabalho na área agrícola durante as épocas de safra da cana-de-açúcar, que proporcionem ao

¹¹³ Os cursos realizados pelo SERT/CEETEPS na Escola Técnica Estadual “Orlando Quagliato”, de Santa Cruz do Rio Pardo, durante os anos de 1997, 1998, 1999 e 2002, foram, a saber: Administração Rural/Agronegócios, Inglês Básico, Auxiliar de Vendas, Abate e Corte de Carne de Suínos, Horticultor, Formação de Vacinadores, Processamento de Produtos de Origem Vegetal, Processamento de Leite e Derivados, Congelamento de Alimentos, Auxiliar de Recursos Humanos/RH, Cultivo Protegido de Hortaliças/Estufa, Piscicultura, Fabricação de Produtos de Limpeza, Merenda Escolar, Processamento de Chocolate, Processamento de Frutas, Panificação e Confeitaria Artesanal, Inseminação Artificial em Suínos, Salgados para Festas, Microinformática, Cortador/Chanfrador de Calçados, Internet, Informática Básica, Informática Avançada, Qualidade de Atendimento ao Cliente e Reciclagem em Geral.

trabalhador se inserir no mercado de trabalho durante as próximas safras, levando em conta as novas exigências do mercado sucroalcooleiro nacional. Geralmente, os treinamentos são feitos pela própria agroindústria, durante a época de trabalho na lavoura canavieira, onde centenas ou milhares de trabalhadores são contratados para o corte manual da cana.



Fonte: Questionários de Avaliação dos Cursos SERT/CEETEPS (1997, 1998, 1999 e 2002).

A Usina Ipaussu, do Grupo FBA/Cosan, realiza o “Programa Só Cana Pura”, que foi implantado em 2002, para a obtenção da matéria-prima com reduzidos teores de impurezas vegetais (palhas/folhas) e minerais (terra). O trabalhador recebe o treinamento no campo, ou seja, em seu próprio ambiente de trabalho, onde “o foco do programa está na sensibilização e no treinamento de todos os envolvidos, capacitando-os a desenvolverem com habilidades as operações de forma a assegurar a produção de uma matéria-prima com reduzidos teores de impurezas” (COSAN, 2004)¹¹⁴.

¹¹⁴ Dados obtidos a partir de consulta ao site www.cosan.com.br em 05/12/2004.

Segundo depoimento de Jailson Aparecido Jesus Santos, trabalhador rural da Usina Ipaussu, “embora a empresa dê treinamentos e equipamentos, ainda está um pouco complicado, mas é tudo questão da gente aprender. É a primeira vez que trabalho com isso e acho o programa bom, mas tenho que aprender muito mais” (Informativo Só Cana Pura, Cosan/FBA, ano 1, n. 2, p. 3, set./out. 2003).

O Grupo FBA/Cosan direciona suas atenções para a seletividade e qualificação do trabalhador que faz parte de seu quadro de funcionários, e inova com novas técnicas de seleção e averiguação do progresso do trabalhador em suas unidades agroindustriais.

Desde 1996, o setor de Desenvolvimento de Pessoal do Grupo COSAN/FBA, acompanha a evolução no processo seletivo com intervenções e implantação de novas ferramentas, certificando-se da evolução da qualificação dos funcionários, intervindo na introdução de novas técnicas no processo de seleção e treinamento dos gestores.

Além desse procedimento, o grupo realiza o PPR – Programa de Participação nos Resultados da empresa, adotado atualmente pelas grandes instituições empresariais em nosso país, além de outras empresas de vários setores, o que estimula o desempenho do trabalhador em suas atividades, e que é pago aos funcionários de todas as unidades agroindustriais do grupo ao final de cada safra.

Geralmente o valor é pago em duas parcelas, em dezembro, quando os dados são encerrados até o final de outubro, e junho (ano seguinte), valorizando-se a venda dos produtos e a diminuição das despesas da unidade agroindustrial. Na parcela de junho o PPR é encerrado no mês de abril, onde indicadores como acidentes, relatórios, absenteísmo e 5 “S” contam ponto, podendo aumentar ou diminuir a parcela a ser paga (Jornal COSAN/FBA, ano 6, n. 27, jan./fev., 2004).

Observa-se que o trabalhador está sendo levado a adquirir novos conhecimentos e a aperfeiçoar os seus estudos. A escolaridade do trabalhador rural inserido na lavoura canavieira é, geralmente, baixa. As empresas requerem trabalhadores cada vez mais preparados para enfrentarem e apontarem soluções para os novos desafios do setor sucroalcooleiro, através do desenvolvimento de capacidades, habilidades e competências, que são indispensáveis diante das perspectivas do mercado globalizado. Prova disto é que a Cosan/FBA, vem

acompanhando desde 1996 a evolução da qualificação dos funcionários safristas, através do setor de Desenvolvimento de Pessoal (tabela 37).

Tabela 37 – Comparativo do Resultado de Avaliação de Safristas do Grupo Cosan/FBA – Safras 2001/2002 e 2002/2003

Grupo Cosan/FBA	SAFRA 2001/2002	%	SAFRA 2002/2003	%
Aprovados / Efetivados	2.949	67	5.460	83
Reprovados	1.463	33	1.226	18
Avaliados	4.412	100	6.686	100

Fonte: Jornal Cosan/FBA, ano 6, n. 26, p. 18, nov./dez. 2003.

Como se pode ver, o número de trabalhadores safristas aprovados ou efetivados passou de 2.949, representando 67% dos 4.412 trabalhadores avaliados na safra 2001/02, para 5.460 aprovados ou efetivados na safra 2002/03, perfazendo 83% de um total de 6.686 trabalhadores safristas avaliados. O contingente de trabalhadores safristas reprovados declinou de 1.463, representando 33% dos 4.412 trabalhadores avaliados na safra 2001/02, para 1.226 reprovados, perfazendo 18% do total dos 6.686 trabalhadores safristas avaliados na safra 2002/03.

Concluindo, a busca pela Qualidade Total e a obtenção de certificados, como a série ISO, tem levado este grupo (FBA/Cosan) a realizar processo seletivo com as intervenções e implementações de novas ferramentas, traduzindo em uma considerável melhora nos resultados, consequência de novas técnicas no processo de seleção e treinamento dos gestores que proporcionam resultados positivos para a empresa.

A Usina São Luiz S.A., por sua vez, através do Departamento de Recursos Humanos (RH), vem oferecendo cursos e treinamentos, desde janeiro de 2001, fazendo parte da implantação do Sistema de Gestão e Qualidade da empresa. De janeiro de 2001 até dezembro de 2003 foram realizados 2.800 eventos de treinamentos, com a

“preocupação em desenvolver as capacidades, competências e habilidades pessoais e profissionais dos funcionários do Grupo Quagliato, realizando treinamentos comportamentais, obrigatórios para a manutenção do padrão do Sistema de Gestão da Qualidade e treinamentos, aperfeiçoamento, atualização e complementação de conhecimentos técnicos” (Informativo São Luiz, ano 2, nº 2, p. 11, jan. 2004).

O Departamento de Recursos Humanos também é responsável pelo processo de seleção dos trabalhadores rurais, para o corte da cana-de-açúcar e para o plantio, visando com isso melhorar a qualidade e a qualificação dos funcionários que farão parte da empresa, além de propiciar treinamentos e prepará-los para o programa de certificação da empresa (série ISO 9001: 2000) para as divisões agrícolas e automotiva, através do Departamento de Treinamento e Desenvolvimento.

As agroindústrias do setor sucroalcooleiro estão preocupadas com o nível de escolaridade de seus funcionários. O Departamento de Recursos Humanos (RH) da Usina São Luiz S.A., tem

“a preocupação em melhorar o nível de escolaridade dos funcionários da empresa e, para isso, o RH realiza pesquisas para conhecimento da escolaridade dos funcionários, além de ações efetivas para a erradicação do analfabetismo, contando com a criação de salas para alfabetização de adultos, incentivo ao estudo nos treinamentos realizados e nas exigências de escolaridade mínima para determinados cargos e áreas” (Informativo São Luiz, ano 2, nº 2, p. 11, jan. 2004).

Em SILVA (1999), sugerem-se políticas de reorganização dos trabalhadores visando à recuperação do emprego e ao aumento da renda, com a realocação dos trabalhadores demitidos em outras atividades da agroindústria sucroalcooleira (sem o ônus da multa por demissão, via acordos coletivos homologados pela Justiça do Trabalho), criação de cursos de reciclagem e qualificação dos trabalhadores safristas (como vem ocorrendo nas agroindústrias do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos), por meio de um programa de renda mínima e seguro desemprego, voltados a suprir necessidades de trabalhadores qualificados que vêm surgindo no meio rural, como Administração Rural/Agronegócios, Auxiliar de Vendas, Abate e Corte de Carne de Suínos, Horticultor, Formação de Vacinadores, Processamento de Produtos de Origem Vegetal, Processamento de Leite e Derivados, Congelamento de Alimentos, Auxiliar de Recursos Humanos/RH, Cultivo Protegido de Hortaliças/Estufa, Piscicultura, Processamento de Chocolate, Processamento de Frutas, Panificação e Confeitaria Artesanal, Inseminação Artificial em Suínos, entre outros, oferecidos por entidades públicas do EDR de Ourinhos, em áreas carentes, a fim de recolocá-los no concorrido mercado de trabalho.

Segundo diretores das Agroindústrias situadas no EDR de Ourinhos, a área necessita de mão-de-obra qualificada em todos os níveis. Necessário se faz, um

maciço investimento das instituições públicas, para implantar um programa de qualificação profissional, senão, serão obrigados a importar mão-de-obra, o que, a princípio, não é o nosso propósito.

No entanto, isso só se tornará realidade quando o poder público e as agroindústrias sucroalcooleiras tomarem consciência de que o trabalhador necessita de um mínimo possível de dignidade em seu ambiente familiar, tendo o direito a programas de qualificação e requalificação profissional, programas de assistência médica e hospitalar de qualidade estendida a toda a sua família, direito à uma alimentação digna e a uma educação de qualidade para os seus filhos, entre outros. Torna-se, evidente, desta forma, a necessidade de dar aos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, como em qualquer outra situação, a condição de cidadão para que este possa se sentir valorizado, e buscar se aprimorar na profissão que lhe garante o sustento e a garantir, assim, a produção e a reprodução do sistema capitalista, dentro do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a retratar uma nova forma de organização espacial constituída pelo poder público estadual paulista, que foi a implantação dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs), em fins da década de 90. Com a extinção do IAA e do PLANALSUCAR no ano de 1990, os dados estatísticos sobre o setor passaram a ser realizados por entidades, como a União da Agroindústria Canaveira de São Paulo (UNICA) e a Usinas e Destilarias do Oeste Paulista (UDOP), que surgiram para suprir o espaço deixado por aqueles órgãos.

Com o surgimento dos Escritórios de Desenvolvimento Rural, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e o Instituto de Economia Agrícola (IEA), entre outros, passaram a adotar modelos estatísticos a partir da realidade vivenciada em cada EDR, substituindo as antigas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) e Delegacias Agrícolas (DAs).

Diante dessa nova realidade, o EDR de Ourinhos se destaca na produção de cana-de-açúcar para a agroindústria sucroalcooleira. Desde o início do século XX, essa área apresentava produção de cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente. Tanto que, foi a partir da instalação de alambiques e engenhocas que a implantação da agroindústria alcooleira se torna realidade.

A Família Quagliato representa o momento de transformação de produção de aguardente para produção sucroalcooleira no EDR de Ourinhos, quando funda em 1951, a Usina São Luiz S.A. no município de Ourinhos, empresa tradicional no setor. Além da Família Quagliato, merecem ser destacadas as famílias Igreja, que possuíram empreendimentos do setor sucroalcooleiro do EDR de Ourinhos (como a Usina Santa Rosa de Lima e Destilaria Silvestre Igreja/Almey), e Pegorer, como produtores de aguardente e, posteriormente, como fornecedores de cana para a agroindústria.

No entanto, a partir da década de 70, e mais especificamente com a implantação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) em 1975, grupos do setor sucroalcooleiro proveniente de outras áreas (regiões canavieiras) do Estado de São Paulo, como a região canaveira de Piracicaba, com aquisição do Alambique

São Pedro (produção de aguardente), em Ipaussu, e a Sobar S.A. Álcool e Derivados (produção de álcool), em Espírito Santo do Turvo (na época distrito de Santa Cruz do Rio Pardo). Durante a década de 80, novos empreendimentos do setor sucroalcooleiro surgem no EDR de Ourinhos, com a implantação de destilarias autônomas para a produção de álcool hidratado (automóveis), como a Destilaria Archângelo Ltda. (São Pedro do Turvo) e a Destilaria Coraci Ltda. (São Pedro do Turvo), além da Destilaria Ponte Preta Ltda. (Canitar, que na época se constituía em distrito de Chavantes).

Com a extinção do IAA e do PLANALSUCAR no início dos anos de 1990, ocorre o processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro nacional, que trouxe reflexos negativos para as agroindústrias desse setor no EDR de Ourinhos, entre elas a Sobar S.A. Álcool e Derivados, que enfrentou grave crise econômica, a Destilaria Ponte Preta Ltda., que encerrou suas atividades em princípio da década de 90, e a Destilaria Archângelo Ltda., que enfrentou problemas econômicos até o encerramento das atividades no início de 2001. Vale ressaltar, que houve instabilidade na produção sucroalcooleira destas empresas, inclusive com suspensão temporária da produção, como foi o caso da Destilaria Archângelo Ltda., e a interferência do poder público e a atuação do sindicato na estrutura da Sobar S.A. Álcool e Derivados.

No entanto, a Usina São Luiz S.A., do grupo Irmãos Quagliato apresentava uma posição bem mais tranqüila em relação ao desempenho produtivo e econômico, assim como a Destilaria Ipaussu, que pertencia ao grupo COSAN/Bom Jesus, da área canavieira de Piracicaba, e estava recebendo grandes investimentos para se transformar em uma unidade produtora de açúcar para exportação. Em 2000 os franceses entram como sócios da COSAN em algumas unidades agroindustriais, como a Usina Ipaussu, ao fundar a Franco Brasileira de Açúcar e Álcool (FBA), representando grande desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no EDR de Ourinhos a partir deste momento.

O capital concentrou-se nas mãos dos grupos detentores dos maiores empreendimentos do setor sucroalcooleiro, em detrimento das destilarias autônomas produtoras de álcool, que subsistiam às custas de programas oriundos do PROÁLCOOL na década de 80. Os anos de 1990 também representaram modernização das empresas, diversificação de produtos, adoção de uma nova postura empresarial e conquistas de novos mercados. Além disso, o EDR de

Ourinhos contemplou o surgimento de novos empreendimentos do setor sucroalcooleiro, como a Alba USA Melaço Ltda., em Chavantes, que passou a produzir açúcar mascavo para exportação, através da obtenção do certificado de qualidade do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), e a Agroindustrial Tarumã Ltda., que produz álcool nobre a partir de cereais, como arroz, milho e mandioca.

Em 2004 passou-se a investir no reconhecimento de um setor aguardenteiro no EDR de Ourinhos, onde políticas públicas do SAI/SEBRAE foram direcionadas aos produtores dessa área, com a preocupação em capacitá-los para a produção de um produto adequado aos padrões legais para o mercado consumidor, retirando os produtores de aguardente da clandestinidade.

Em contrapartida, a relação do capitalista do setor sucroalcooleiro (usineiro) com o trabalhador também mudou drasticamente a partir dos anos de 1980. À exceção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que já existiam em alguns municípios do EDR de Ourinhos e que são anteriores à década de 80, a grande maioria dos sindicatos que englobam os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, nessa área surgem após a década de 80, entre eles o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Ourinhos (1989) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Química e Farmacêuticas de Ipaussu e Região (1989), que passam a representar diferentes categorias do setor produtivo alcooleiro.

Não se pode negar a importância deste último sindicato (“Sindicato do Alcool de Ipaussu”) na intermediação entre os proprietários da Sobar S.A. Alcool e Derivados nos seus momentos de crise econômica mais profunda, onde os trabalhadores chegavam a ficar meses sem receberem os seus salários, que iam se acumulando, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que não estava regularizado. Houve um crescimento das negociações entre as agroindústrias e os sindicatos do EDR de Ourinhos na década de 90, com uma maior aproximação entre os sindicatos de uma mesma categoria de trabalhadores, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), que passaram a reivindicar benefícios que fossem estendidos às demais bases territoriais dentro dessa área. Também os fornecedores de cana-de-açúcar para a agroindústria sucroalcooleira do EDR de Ourinhos observaram um aumento no número de associações de fornecedores de cana. Após a existência da Associação dos Plantadores de Cana da Região de Ourinhos

(APCRO) por um longo período (desde 1959), representando o interesse dos fornecedores de cana em relação à Usina São Luiz S.A., surge a Associação dos Plantadores de Cana do Paraná - CANAPAR em 1997 e a Associação Rural dos Plantadores e Fornecedores de Cana CANAUSSU no ano de 2000, ambas na cidade de Chavantes. Assim, desloca-se o eixo dos interesses dos plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar do município de Ourinhos para o município de Chavantes.

Retornando à problemática da relação do trabalhador no setor sucroalcooleiro, evidencia cada vez mais a necessidade de maior qualificação profissional, onde a participação em cursos, maior grau de instrução fazem a diferença. A capacidade, a habilidade e a competência do trabalhador podem garantir o acesso ao mercado de trabalho, assim como melhores postos de emprego. Ao contrário do que ocorria nos anos 1970 e 1980, o trabalhador volante encontra dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, pois encontra a mecanização da lavoura canavieira em seu caminho. E nem mesmo representa o cerne das questões trabalhistas de negociação com o empresário do setor sucroalcooleiro, pois encontra à sua frente e em situações melhores o tratorista, o motorista e outras categorias que garantem a matéria-prima para a agroindústria na época da safra.

O EDR de Ourinhos, representa apenas uma pequena parcela do setor canavieiro do Estado de São Paulo, mas neste estudo pôde-se observar que essa área apresentou, praticamente, todas as transformações ocorridas nos demais EDRs paulistas. Com o PROÁLCOOL houve uma grande expansão das agroindústrias do setor sucroalcooleiro, com a extinção do IAA ocorreu uma reorganização do capital, que se concentrou nas mãos dos grandes empresários, e a empresa que dependia das políticas públicas do IAA, através do PROÁLCOOL, sofreram crises econômicas severas, sendo que a maioria delas sucumbiu economicamente.

Com a desregulamentação do setor sucroalcooleiro pelo governo federal passa a dominar um cenário concorrencial onde as empresas, obrigando-as a se modernizarem para sobreviver. Do outro lado, o trabalhador, que vende sua força de trabalho para sobreviver, é a peça mais frágil dentro do processo de produção. Para ele as condições mínimas exigidas para vender sua força de trabalho para o empresário do setor vêm aumentando proporcionalmente à medida que a

agroindústria de moderniza, sendo que nem mesmo os sindicatos e associações do setor sucroalcooleiro conseguem intervir plenamente a favor dos trabalhadores associados, obtendo resultados positivos nas negociações salariais e reivindicações por melhoria no ambiente de trabalho. Aos trabalhadores não associados à nenhum sindicato, resta apenas a marginalidade e a sazonalidade do mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro.

Diante de tal situação e de perspectivas futuras para o setor sucroalcooleiro, resta ao poder público a elaboração de políticas públicas voltadas ao incentivo do álcool carburante enquanto combustível renovável e menos agressivo ao meio ambiente, e ao mesmo tempo priorizar a geração de empregos, fim da sazonalidade do trabalho, assim como melhores salários e oportunidades de requalificação nas regiões produtoras de cana; situação indispensável para o desenvolvimento econômico do EDR de Ourinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO viabiliza arrendamento da Usina Sobar para uma nova Empresa. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.157, p. 8, 8 jun. 2003.

AGRICULTURA: um negócio de R\$ 142 milhões. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, 15 jul. 2004 Revista D Mais, p. 10.

A JOVEM Usina São Luiz S/A comemora 50 anos. **Revista STAB: Açúcar, Alcool e Subprodutos**. Piracicaba, v. 20, n. 1, p. 4 – 8, set./out. 2001.

ALAMBIQUES na Zona Rural produzem pinga artesanal. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 738, 11 jun. 1995. Caderno D, p. 4.

ALMEIDA, L. M. A de & RIGOLIN, T. B. **Geografia: Série Novo Ensino Médio**. São Paulo: Ática, 2002.

ALVES, F. J. da C. Greve nos Canaviais e Agricultura Modernizada: Novos Desafios. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 7, n. 3, p. 133 – 37, jul./set. 1993.

_____. Diagnóstico e Propostas de Políticas Públicas para o Complexo Agroindustrial Canavieiro na Macrorregião de Ribeirão Preto. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 327–353.

ANDRADE, M. C. de. **Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora EDUNESP, 1994. 250 p.

ANUÁRIO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DA AGRICULTURA: 1995-1999. São Paulo: IEA, 1996-2000.

ARIZONO, H. et al. **Guia das Principais Variedades de cana-de-açúcar RB 2000**. Araras: UFSCar/CCA/DBV, 2000. 16 p.

ARRECADAÇÃO de ICMS de Ourinhos cai 14%. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 753, p. 5, 13 ago. 1995.

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE AÇÚCAR E DE ÁLCOOL. **Produção de açúcar: safras 89/90 a 92/93**. São Paulo, 1993. 2p.

_____. **Produção de álcool: safras 89/90 a 92/93**. São Paulo, 1993. 4p.

AVELINO JUNIOR, F. J. **A Modernização da Agricultura e (Re)Organização do Espaço Agrário na Região de Governo de Lins: a produção de cana-de-açúcar para combustível.** 1994. 133 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

BAER, W. **A Economia Brasileira.** Tradução de Edite Sciulli. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509 p.

BELIK, W.; VIAN, C. E. de F. Desregulamentação Estatal e Novas Estratégias Competitivas da Agroindústria Canavieira em São Paulo. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios.** São Paulo: Atlas, 2002. p. 69–92.

BERNARDINO amplia 20% do canavial em 2 anos. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 834, 6 abr. 1997. Debate Rural, p. 2.

BERTOLINI, D. et. al. Classificação Técnica. In: LOMBARDI NETO, F.; DRUGOWICH, M. I. (Coord.). **Manual Técnico de Manejo e Conservação de Solo e Água: potencialidades agrícolas das terras do Estado de São Paulo.** Campinas: CATI, 1994. p. 121-156 (Manual Técnico nº 39).

BEZZI, M. L. **Região: uma (Re)visão Historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.** 1996. 377 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro.

BÓIAS-FRIAS: trabalho de menores gera debate. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 629, p. 6, 9 mai. 1993.

BRASIL. Leis, Decretos, etc. **CLT: legislação complementar e textos revistos e atualizados.** 78ª ed. São Paulo, Atlas, 1989.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1988.

BRAY, S. C. **A Utilização da Terra em Bebedouro e o Papel Atual da Cultura da Laranja.** 1974. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **A Cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema: um estudo de Geografia Agrária.** 1980. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As Políticas da Agroindústria Canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil.** Marília: UNESP Publicações, 2000. 104 p.

BURNQUIST, H. L. et al. Análise da Comercialização dos Produtos do Setor Sucroalcooleiro Brasileiro: Evolução, Contexto Institucional e Desempenho. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 182–198.

CÁCERES, M. F. S. **Piraju: memórias políticas e outras memórias**. São Paulo: Pró-Texto Comunicação, 1998. 511 p.

CAI arrecadação de ICMS na região. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 838, p. 5, 4 mai. 1997.

CANITAR já sonha com a independência. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 518, p. 16, 5 abr. 1991.

CARDOSO, M. das G. **Produção de Aguardente de Cana-de-Açúcar**. Lavras: Editora UFLA, 2001. 264 p.

CARVALHO, C. P. de O. Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional: O Caso do Setor Sucroalcooleiro em Alagoas – 1990/2001. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 263 – 288.

CENTRO DE INFORMAÇÕES SUCROALCOOLEIRAS. **Anuário da Cana: Safra 1995/96 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 1996.

_____. **Anuário da Cana: Safra 1996/97 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 1997.

_____. **Anuário da Cana: Safra 1997/98 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 1998.

_____. **Anuário da Cana: Safra 1998/99 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 1999.

_____. **Anuário da Cana: Safra 1999/00 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 2000.

_____. **Anuário da Cana: Safra 2000/01 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 2001.

_____. **Anuário da Cana: Safra 2001/02 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 2002.

_____. **Anuário da Cana: Safra 2002/03 - Volume Centro-Sul**. Ribeirão Preto: Apoio & Vendas Comunicações, 2003.

CONSELHO DOS PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Instruções**: Edição CONSECANA-SP. Piracicaba: CONSECANA, 2002. 117 p.

COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO LTDA. Novas Variedades COPERSUCAR . **Boletim Técnico COPERSUCAR**, Piracicaba, 1991. Edição Especial.

_____. Novas Variedades COPERSUCAR. **Boletim Técnico COPERSUCAR**, Piracicaba, 1983. Edição Especial.

_____. Quarta Geração de Variedades de Cana-de-Açúcar. **Boletim Técnico COPERSUCAR**, Piracicaba, 1993. Edição Especial.

_____. Quinta Geração de Variedades de Cana-de-Açúcar. **Boletim Técnico COPERSUCAR**, Piracicaba, 1995. Edição Especial.

_____. Sexta Geração de Variedades de Cana-de-Açúcar. **Boletim Técnico COPERSUCAR**, Piracicaba, 1997. Edição Especial.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1990. 93 p. (Série Princípios).

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993. 96 p. (Série Princípios).

COSAN. **Apresentação COSAN**. Piracicaba: Cosan, 2003. Informativo da Empresa.

COSTA, L. A. M. **O ideário paulista na virada do século – o Engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)**. São Carlos; RIMA, Fapesp, 2003. 404 p.

CUNHA, F. **A Logística Atual de Transporte das Distribuidoras e a Infra-Estrutura para a Exportação de Álcool**. Rio de Janeiro: PETROBRÁS Distribuidora S.A, 2003. 17 f. Seminário.

DAMACENO, E. Banco Rural assume bens da Usina Sobar. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.148, p. 6, 6 abr. 2003.

DEL RIOS, J. **Ourinhos**: memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: Prefeitura Municipal, 1992. 255 p.

DIAS, G. L. da S. et al. Modelo de Intervenção Mínima para o Setor Canavieiro. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. p. 43–68.

DISTRIBUIDORA de Combustível instala Depósito em Ourinhos. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 728, p. 9, 2 abr. 1995.

DONADELLI, A. et al. Atividade agropecuária no estado de São Paulo: distribuição e valor da produção por Escritório de Desenvolvimento Rural, 1995/96 e 1996/97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 27, n. 12, p. 21-31, dez. 1997.

_____. Valor da produção agropecuária do estado de São Paulo, 1996/97 e 1997/98. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 7-16, fev. 2000.

_____. Valor da produção agropecuária do estado de São Paulo, 1997/98 e 1998/99. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 51-59, jan. 2001.

EMPRESA: A Jovem Usina São Luiz S.A. comemora 50 anos. **STAB – Açúcar, Alcool e Subprodutos**, Piracicaba, 20, n. 1, p. 4-8, set./out. 2001.

EMPRESAS & Negócios. Oncinha já bate Empresas antigas na venda de pinga. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 609, p. 8, 20 dez. 1992.

EX-TRABALHADORES invadem usina Sobar. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 773, p. 4, 4 fev. 1996.

FAZANO, P. B. (Coord.) **Educação Ambiental – Médio Paranapanema**. Assis: CBH-MP/NREA-MP/CIVAP/FLORA VALE, 2003. 1 CD-Rom (Projeto Água Viva).

FERREIRA, E. R. **A Implantação do Proálcool e o Aceleração do Processo de Concentração da Terra no Espaço Agrário Paulista**. 1986. 38 f. Monografia (Exame de Qualificação) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1986.

_____. **A Formação da Região Canavieira de Araraquara: O Papel do Estado e das Agroindústrias do Açúcar e do Alcool no Processo de Organização do Espaço**. 1987. 163 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1987.

_____. A Expansão da Canavicultura no Vale do Paranapanema. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1988, **Anais** do IX Encontro Nacional de Geografia Agrária, Florianópolis, UFSC; SESU, 1988. p. 143–160.

FISCALIZAÇÃO da queima da cana é precária. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.162, p. 8, 13 jul. 2003.

FULIGEM das queimadas já irrita moradores de Santa Cruz. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 644, p. 9, 22 ago. 1993.

FUNCIONÁRIOS da Sobar protestam atraso de três meses no pagamento. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.037, p. 6, 18 fev. 2001.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS. **Ontem, Vila de São Vicente – Hoje, Estado de São Paulo: 500 anos de Divisão Territorial e 100 anos de Estatísticas Demográficas Municipais**. São Paulo: SEADE, 2001. 1 CD-Rom.

FUTURO da Sobar ainda está indefinido. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.153, p. 6, 11 mai. 2003.

GARCIA, J. C. D. Negociação Coletiva de Trabalho: do fordismo ao toyotismo. **São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE**, São Paulo, vol. 12, n. 1, p. 85-95, jan./mar. 1998.

GEBARA, J. J.; BACCARIN, J. G. **PROÁLCOOL**: ocupação do solo, emprego agrícola e estrutura agrária na região de Ribeirão Preto (SP). Jaboticabal: UNESP, 1987.

GENEROSO, G. P.; MAISTRO, V. P. **Memórias de Ipaussu**. 2ª ed. Londrina: Estúdio Gráfico, 2003. 305 p.

_____. **O Cometa / Documento Ipaussu 2001**. Ipaussu: O Cometa - Produções e Promoções Artísticas e Jornalísticas, 2000. 108 p.

GHELLER, A. C. A. et al. **Características Agronômicas Variedades RB**. Araras: UFSCar/CCA/DBV, 2003. 23 p.

GISMAPS 1.5. Gismaps Sistemas Ltda, Piracicaba, 2004. (CD-Rom).

GONÇALVES, D. B. **A Regulamentação das Queimadas e As Mudanças nos Canaviais Paulistas**. São Carlos: RIMA, 2002. 127 p.

GREVE pára usina Sobar por atraso de salário. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 905, p. 6, 16 ago. 1998.

GREVE paralisa usina Sobar por cinco dias. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 777, p. 4, 3 mar. 1996.

GRUPO francês é o novo sócio da usina de Ipaussu. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.025, p. 6, 26 nov. 2000.

GUACHO investe US\$ 3 mi em plantação de laranja. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 589, p. 4, 30 ago. 1992.

HOFFMANN, R. Distribuição da Renda e Pobreza na Agricultura Paulista. **São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE**. São Paulo, vol. 7, n. 3, p. 107-115, jul./set. 1993.

INFORMATIVO SÓ CANA PURA. Piracicaba, COSAN, 1, nº 2, set./out. 2003.

IPAUSSU terá Megausina de Açúcar. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 802, p. 5, 25 ago. 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: Dados Distritais**, Rio de Janeiro, 1983/84, v. 1, n. 17, t. 3, 1982.

_____. **Censo Agropecuário**: Rio de Janeiro, 1983/84, n. 19, v. 2, t. 3, 1983/84.

_____. **Censo Agropecuário**: Censos Econômicos de 1985, Rio de Janeiro, n. 21, 1993.

- _____. **Censo Demográfico:** 1991, Rio de Janeiro, n. 21, 1993.
- _____. **Estatísticas Básicas** - Produção Agrícola Municipal 1975–1994. Rio de Janeiro, 1997. 726 p. (Séries Retrospectivas, n. 7).
- _____. **Censo Agropecuário:** São Paulo 1995-1996. Rio de Janeiro, n. 19, 1998. Número 19 383 p.
- _____. **Malha Municipal Digital do Brasil:** Situação em 1997. Rio de Janeiro, 1999. 1 CD-Rom.
- _____. **Perfil dos Municípios Brasileiros:** Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999. Rio de Janeiro, 2001. 1 CD-Rom.
- _____. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **Sindicatos: Indicadores Sociais 2001.** Rio de Janeiro, 2003. 257 p.
- _____. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 1995-2002. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. Acesso em: 14 de maio de 2004.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 1995.** São Paulo: IEA, 1996.
- _____. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 1996.** São Paulo: IEA, 1997.
- _____. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 1997.** São Paulo: IEA, 1998.
- _____. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 1998.** São Paulo: IEA, 1999.
- _____. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 1999.** São Paulo: IEA, 2000.
- _____. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 2000.** São Paulo: IEA, 2001.
- _____. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 2001.** São Paulo: IEA, 2002. (Série Técnica Apta).
- _____. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 2002.** São Paulo: IEA, 2003. (Série Técnica Apta).
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Superintendência Regional de São Paulo. Divisão de Controle da Produção. **Boletim VIII:** posição final. Safra 79/80. São Paulo, 1980. 22p.

_____. Superintendência Regional de São Paulo. Divisão de Controle da Produção. **Boletim VIII:** posição final. Safra 80/81. São Paulo, 1981. 30p.

_____. Superintendência Regional de São Paulo. Divisão de Controle da Produção. **Boletim VIII:** posição final. Safra 81/82. São Paulo, 1982. 32p.

_____. Superintendência Regional de São Paulo. Divisão de Controle da Produção. **Boletim VIII:** posição final. Safra 82/83. São Paulo, 1983. 40p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Resultado final das safras de 1948/49 a 1983/84:** produção de açúcar por tipo. Rio de Janeiro, 1983. 36p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de açúcar:** por regiões, unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra 1983/84. Rio de Janeiro, 1984. 14p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de álcool:** por regiões, unidades da federação e destilarias segundo os diferentes tipos, safra de 1983/84. Rio de Janeiro, 1984. 17p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de açúcar:** por regiões e unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra 1984/85. Rio de Janeiro, 1985. 14p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de álcool:** por regiões, unidades da federação e destilarias, segundo os diferentes tipos, safra de 1984/85. Rio de Janeiro, 1985. 17p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de açúcar:** por regiões, unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra de 1985/86. Rio de Janeiro, 1986. 9p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de álcool:** por regiões, unidades da federação e destilarias, segundo os diferentes tipos, safra de 1985/86. Rio de Janeiro, 1986. 10p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de açúcar:** por regiões, unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra de 1986/87. Rio de Janeiro, 1987. 13p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de álcool:** por regiões, unidades da federação e destilarias, segundo os diferentes tipos, safra de 1986/87. Rio de Janeiro, 1987. 17p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de açúcar:** por regiões, unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra de 1987/88. Rio de Janeiro, 1988. 11p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de álcool:** por regiões, unidades da federação e destilarias, segundo os diferentes tipos, safra de 1987/88. Rio de Janeiro, 1988. 12p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de açúcar:** por regiões, unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra de 1988/89. Rio de Janeiro, 1989. 12p.

_____. Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento. Divisão de Estatística. **Produção de álcool:** por regiões, unidades da federação e destilarias, segundo os diferentes tipos, safra de 1988/89. Rio de Janeiro, 1989. 13p.

JORNAL COSAN / FBA. Piracicaba: COSAN, ed. 26, ano 5, nov./dez. 2003.

_____. Piracicaba: COSAN, ed. 27, ano 6, jan./fev. 2004.

JUIZ manda jornal cumprir sentença. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 757, p. 4, 22 out. 1995.

JUNQUEIRA, M. F. **Santa Cruz do Rio Pardo** – Memórias/Subsídios para a História de uma Cidade Paulista. Santa Cruz do Rio Pardo: The Document Company/XEROX, 1994. 342 p.

KRONKA, F. J. N. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente (SMA)/Instituto Florestal, 1993. 199 p.

KUCINSKI, B. (Coord.). Álcool: o Combustível do novo Milênio? In: **Cadernos Cidadania**, São Paulo: Instituto Cidadania, v. 1, n. 1, jul. 2000.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema.** 1981. 256 f. Tese (Livre Docente) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1981.

LE VEN, M. M. Dirigentes Sindicais: produtores da história e contadores de histórias. **São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação SEADE.** São Paulo: SEADE, v. 12, n. 1, p. 96 – 103, jan./mar. 1998.

LOMBARDI NETO, F.; DRUGOWICH, M. I. (Coord.). **Manual Técnico de Manejo e Conservação de Solo e Água:** potencialidades agrícolas das terras do Estado de São Paulo. Campinas: CATI, p. 70 - 120, 1994. (Manual Técnico n. 39).

MANNARELLI FILHO, T. **Análise da Expansão Açucareira na Região Oeste do Estado de São Paulo.** 2002. 260 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade da Extremadura (Espanha), Badajoz, 2002.

MARTIN, N. B. Regionalização da Agricultura Paulista. **São Paulo em Perspectiva/O Agrário Paulista.** São Paulo: SEADE, v. 7, n. 3, p. 51 - 59, jul. /set. 1993.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1989.

MEJIA, A. M. Cana avança na região. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 834, p. 1-2, 6 abr. 1997. (Debate Rural).

MELLO, M. H. de A.; PEDRO JÚNIOR, M. J.; LOMBARDI NETO, F. Hidrologia, Climatologia e Agrometeorologia. In: LOMBARDI NETO, F.; DRUGOWICH, M. I. (Coord.). **Manual Técnico de Manejo e Conservação de Solo e Água: potencialidades agrícolas das terras do Estado de São Paulo**. Campinas: CATI, p. 1–69, 1994. (Manual Técnico, n. 39).

MIRANDA, E. E. de et al. **Coleção Brasil Visto do Espaço/São Paulo**. Campinas: EMBRAPA Monitoramento por Satélite, 2004. 1 CD-Rom.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MONTEIRO, A. V. V. M. **O Processo de Reprodução Capitalista na Agricultura da Alta Sorocabana: A Implantação de Destilaria e a Mudança das Relações de Trabalho**. 1992. 113 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1992.

MONTEIRO, A. V. V. M.; PANZUTTI, N. da P. M.; BAPTISTELLA, C. da S. L. O Sindicalismo de Trabalhadores Rurais na Região de Nova Alta Paulista. In: **Informações Econômicas**. São Paulo: IEA, v. 26, n. 6, p. 9-27, jun. 1996.

MONTEIRO, A. V. V. M. et al. Classificação de Municípios por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) e Divisão Regional Agrícola (DIRA): Comparação das Divisões Administrativas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Informações Estatísticas da Agricultura**. São Paulo: IEA, v. 11, n. 1, p. 215-228, 2000.

MORAES, M. A. F. D. de. Desregulamentação da Agroindústria Canavieira: Novas formas de Atuação do Estado e Desafios do Setor Privado. In: MORAES, M. A. F. D. de & SHIKIDA, P. F. A. (orgs.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios**. São Paulo: Atlas, p. 21–42, 2002. 367 p.

NASSAR, A.M. **Eficiência das Associações de Interesse Privado nos Agronegócios Brasileiros**. 2001. Dissertação (Mestrado), ESALQ - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

NEGRI NETO, A. Divisão Regional Agrícola e Região Administrativa do Estado de São Paulo: Histórico, Semelhança, Diferença. **Informações Econômicas**. São Paulo: IEA, v. 23, n. 6, p. 19-44, jun. 1993.

NOGUEIRA, L. **Plano de Ação para Agroindústrias – Região de Ourinhos**. Ourinhos: SEBRAE/SAI, 2004 (Documento inédito).

O HOMEM do Rádio. In: **Revista D Mais**. Jornal Debate: Santa Cruz do Rio Pardo, v. 1, n. 1, p. 6-9, dez. 2003 (encarte do n. 1.185 do Jornal Debate).

OLIVEIRA, O. L. de; TARTAGLIA, J. C. A Dinâmica Municipal da Agricultura Paulista. **São Paulo em Perspectiva/O Agrário Paulista**. São Paulo, SEADE, v. 7, n. 3, p. 60-71, jul./set. 1993.

OLIVEIRA, J. B. de. **Solos do Estado de São Paulo**: descrição das classes registradas no mapa pedológico. Campinas: instituto Agrônomo de Campinas (IAC), 1999. 112 p. (Boletim Científico, n. 45).

OLIVEIRA, J. B. de et al. **Mapa Pedológico do Estado de São Paulo**: legenda expandida. Campinas: IAC; Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 1999. 64 p. (mapa).

OLIVETTE, M. P. A. et al. O valor da produção das atividades agropecuárias nas regiões do estado de São Paulo, 1995. **Informações Econômicas**. São Paulo: IEA, v. 26, n. 6, p. 39-68, jun. 1996.

_____. Comportamento Regional da Área e da Produtividade Agrícola no Estado de São Paulo, 1983-2002. **Informações Econômicas**. São Paulo: IEA, v. 33, n. 6, p. 85-103, jun. 2003.

ONCINHA está entre as melhores cachaças. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.169, p. 6, 31 ago. 2003.

ONCINHA já bate empresas antigas na venda de pinga. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 609, p. 8, 20 dez. 1992.

OURINHOS perde receita de ICMS de combustível. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 897, p. 5, 21 jun. 1998.

OURINHOS: Usina São Luiz S.A. Informativo São Luiz, Ourinhos, v. 2, n. 2, jan. 2004. 28 p.

OURINHOS: vereador quer fim das queimadas. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 751, p. 8, 10 set. 1995.

OTANI, M. N. et al. A Importância do Café na Agricultura no Município de Piraju, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo: IEA, v. 31, n. 9, p. 19-30, set. 2001.

PACELLI, E. **As Transformações Técnicas na Agricultura Canavieira**: um estudo do setor canavieiro de araras. 2005 106 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

PARISSE, L.M. **O Desenvolvimento do Município Paulista de Santa Gertrudes**: notas para uma pesquisa. Rio Claro: UNESP, 1991.

PERONDI, M. Â.; KIYOTA, N. Gestão na Agroindústria Familiar de Pequeno Porte de Cana-de-Açúcar. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. p. 354–367.

PETRONE, M. T. S. **A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765–1891)**. São Paulo: Difel, 1968. 241 p.

PETTI, R. H. V. et al. Evolução da Estrutura Regional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Atual Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 31, n. 12, p. 23–47, dez. 2001.

PINO, F. A. et al. (Org.). **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo, 1995-96**: edição revista e ampliada. São Paulo: IEA/CATI/SAA, 2000. 1 CD-Rom.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Brasil, Território da Desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. 181 p.

PLANTIO de mandioca dobra em Santa Cruz. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.033, p. 4, 21 jan. 2001.

POCHMANN, M. Sindicalismo Patronal Brasileiro: auge e declínio. **São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação SEADE**. São Paulo: SEADE, v. 12, n. 1, p. 104 - 117, jan./mar. 1998.

PRIVATIZAÇÃO piora ferrovia na região. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.070, p. 5, 7 out. 2001.

PROMOTORES querem o fim da fuligem negra. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 692, p. 4, 24 jul. 1994.

QUEDA, O. **A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista**. Piracicaba, 1972. 173 f. Tese (Doutorado), ESALQ - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1972.

QUEIMADAS na região ficam sem fiscalização. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 961, p. 7, 12 set. 1999.

RAMOS, P. **Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira no Estado de São Paulo (1930 – 1982)**. 1983. 258 f. Tese (Mestrado), EAESP - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1983.

_____. Situação Atual, Problemas e Perspectivas da Agroindústria Canavieira de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo, IEA, v. 29, n. 10, p. 9–24, out. 1999.

_____. Heterogeneidade e Integração Produtiva na Evolução Recente da Agroindústria Canavieira do Centro-Sul (1985 – 2000). In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 241-262.

REFORMA extingue delegacia de agricultura de Santa Cruz. Ipaussu terá Megausina de Açúcar. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 832, p. 5, 23 mar. 1997.

RENNER, C. O. Poder Sindical e Negociações Coletivas. **São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação SEADE**. São Paulo, SEADE, v. 12, n. 1, p. 70 – 76, jan./mar. 1998.

RESENDE, M. et al. **Pedologia**: base para distinção de ambientes 3ª ed. Viçosa: NEPUT/UFV, 1999. .338 p.

RIOS, J. R. **Coronel Tonico Lista**: o perfil de uma época. Santa Cruz do Rio Pardo: DEBATE, 2004. 167 p.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. 215 p.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP/IPT/FAPESP, 1997. 64 p. Volume 1

_____. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**: escala 1:500.000. São Paulo: FFCH-USP/IPT, 1997. (mapa) Volume 2

RUAS, D. G. G. **O Processo da Concentração das Unidades Sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1970–1992**. 1996. 230 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

SALIBE, A.C. **O Usineiro é Senhor de Engenho? A Influência das Mídias na Formação da Imagem do Empresário de Açúcar e Álcool na Região de Araçatuba/SP**. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Paulista, São Paulo, 2002.

SÃO Domingos de Tupá, a Cidade que desapareceu na turbulência da História. **Revista D Mais**. Jornal Debate: Santa Cruz do Rio Pardo, v. 1, n. 1, p. 8 - 11, fev. 2004. (encarte do n. 1.195 do Jornal Debate).

SECRETARIA DOS TRANSPORTES. **Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo**. São Paulo: Diretoria de Planejamento/Departamento de Estradas de Rodagem (DER), 2004.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO (SEBRAE-SP). **Perfil Econômico Regional**: Regiões Selecionadas do Estado de São Paulo. São Paulo: SEBRAE-SP, 1998. 66 f. (relatório de pesquisa).

SHIKIDA, P. F. A. et al. Notas sobre Dinâmica Tecnológica e Agroindústria Canaveira no Brasil. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria Canaveira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. p. 120-138.

SILVA, F. C. da; CESAR, M. A. A.; SILVA, C. A. B. da. **Pequenas Indústrias Rurais de Cana-de-Açúcar: melado, rapadura e açúcar mascavo**. Brasília: EMBRAPA, 2003. 155 p.

SILVA, I. P. da. **A Inserção do Trabalhador Rural na Cultura Canavieira do Município de Araras**. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

SILVA, J. G. da. A Industrialização e a Urbanização da Agricultura. **São Paulo em Perspectiva/O Agrário Paulista**. São Paulo, SEADE, v. 7, n. 3, p. 2 – 10, jul./set. 1993.

SILVA, J. G. da (Coord.). **Política para o Setor Sucroalcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa para o Estado de São Paulo**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999. 31 f. (seminário).

SILVA, M. A. M. Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: a condição humana negada. **São Paulo em Perspectiva/O Agrário Paulista**. São Paulo, SEADE, v. 7, n. 3, p. 116-124, jul./set. 1993.

SILVEIRA, J. M. F. J. da; OLALDE, A. R. Agroindústria, Indústria de Alimentos e suas Transformações Recentes. **São Paulo em Perspectiva/O Agrário Paulista**, São Paulo, SEADE, v. 7, n. 3, p. 30 - 38, jul./set. 1993.

SINDICATO pressiona e a usina Sobar paga salários atrasados. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.026, p. 6, 3 dez. 2000.

SOBAR e banco assinam trégua de 30 dias. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.054, p. 6, 13 abr. 2003.

SOBAR é disputada na justiça por ex-donos. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 918, p. 10, 17 jun. 2001.

SOBAR enfrenta greve de trabalhadores. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.050, p. 6, 20 mai. 2001.

SOBAR paralisa produção e demite em massa. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 918, p. 10, 15 nov. 1998.

SOUZA, Z. J. de. Evolução e Considerações sobre Co-geração de Energia no Setor Sucroalcooleiro. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 214-240.

SZMRECSÁNYI, T. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1939–1975)**. 1979. 496 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 1979.

_____. Efeitos e Desafios das Novas Tecnologias na Agroindústria Canavieira. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 93-119.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos Canaviais, os (nós) da Cana: uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital X Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista**. 1996. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

TOLEDO, L. R. Combustível para a Cana: automóveis com motor flexível e interesse internacional pelo álcool aditivam a cultura. In: **Revista Globo Rural**. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 214, p. 36-44, ago. 2003.

TONICO Lista. **Revista D Mais**. Jornal Debate: Santa Cruz do Rio Pardo, ano I, nº 1, p. 10-17, dez. 2003. (encarte do n. 1.185 do Jornal Debate).

TRABALHADORES invadem destilaria Sobar. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.093, p. 6, 17 mar. 2002.

TSUNECHIRO, A. et al. Valor da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, por Escritório de Desenvolvimento Rural e Região Administrativa, 1995-2000. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 31, n. 7, p. 17-41, jul. 2001.

_____. Valor da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo em 2001. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 32, n. 5, p. 55-65, mai. 2002.

_____. Valor da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo em 2002. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 33, nº 8, p. 7-17, ago. 2003.

UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE SÃO PAULO – UNICA. **Dados de Produção: evolução de produção de cana, açúcar e álcool do Estado de São Paulo por EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural)/EDR de Ourinhos**. São Paulo: UNICA, 2003. (Documento inédito).

UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE SÃO PAULO (UNICA) A Busca de Integração do Setor Sucroalcooleiro. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 4, n. 38, p. 8, nov./dez. 2000.

_____. Ranking: confira a produção de cana, açúcar e álcool da safra 00/01 nas usinas e destilarias do Centro-Sul. **Informação UNICA**, São Paulo: UNICA, v. 4, n. 39, p. 6-7, jan./fev. 2001.

_____. Especial: Retrato da Safra 00/01 - confira a produção de cana, açúcar e álcool das diversas regiões do Estado de São Paulo. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 4, n. 40, p. 4-8, mar./abr. 2001.

_____. Safra: Evolução da Produção Brasileira. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 4, n. 41, p. 4-5, mai./jun. 2001.

_____. Protocolo de Kyoto – Reunião de Bonn/Decisões favorecem a produção de energia de biomassa. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 4, n. 42, p. 4-5, jul./ago. 2002.

_____. Safra 2001/2002: Maior Produtividade e Estabilidade de Preços. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 5, n. 45, p. 8, jan./fev. 2002.

_____. Ranking: confira a produção de cana, açúcar e álcool da safra 01/02 nas usinas e destilarias do Centro-Sul. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 5, n. 46, p. 4-5, mar./abr. 2002.

_____. Empresas: Usinas investem em capacitação profissional. **Informação UNICA**, São Paulo: UNICA, v. 5, n. 46, p. 6, mar./abr. 2002.

_____. Especial: Retrato da Safra 2001/02. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 5, n. 47, p. 4-8, mai./jun. 2002.

_____. Safra: Evolução da Produção Brasileira. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 5, n. 48, p. 3-5, jul./ago. 2002.

_____. Safra: Evolução da Produção Brasileira. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 6, n. 52, p. 4-5, mar./abr. 2003.

_____. Ranking: confira a produção de cana, açúcar e álcool da safra 02/03 nas usinas e destilarias do Centro-Sul. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 6, n. 52, p. 6, mar./abr. 2003.

_____. Álcool Hidratado: Promulgada Lei que reduz o ICMS. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 7, n. 56, p. 1, nov./dez. 2003.

_____. Especial: Retrato da Safra 2003/04. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 7, n. 57, p. 4-5, jan./fev. 2004.

_____. Ranking: Evolução da Produção Brasileira. **Informação UNICA**, São Paulo, UNICA, v. 7, n. 58, p. 4-5, mar./abr. 2004.

_____. **Aspectos Sociais, Econômicos e Tecnológicos da Produção de Açúcar e Álcool no Estado de São Paulo – 2001/2002**. São Paulo: UNICA, 2002. (Documento Especial).

USINA de Ipaussu antecipa a safra de cana. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.152, p. 7, 4 mai. 2003.

USINA de Ipaussu importa bóia-fria de Minas. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 838, p. 5, 25 mai. 1997.

USINA faz pressão para manter queimada. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 752, p. 5, 17 set. 1995.

USINA São Luiz: meio século adoçando a vida do brasileiro. Ourinhos: **Jornal da Divisa**, v. 34, n. 8.346, 22/23 set. 2001. (Encarte especial).

USINA Sobar sofre intervenção judicial. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.116, p. 6, 25 ago. 2002.

USINAS aumentam projetos de produtividade. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 711, p. 7, 4 dez. 1994.

USINEIRO e prefeito de Santa Cruz indicados para Comitê de Bacia. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 939, p. 5, 11 abr. 1999.

USINEIRO nega pedido de acerto financeiro. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.068, p. 6, 23 set. 2001.

USINEIROS fazem festa para os seus prefeitos. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 602, p. 4, 1º nov. 1992.

USINEIROS promovem reunião pró-queimada. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 763, p. 7, 26 nov. 1995.

VEIGA, J. E. R.; YOSHII, R. J. Açúcar: Subsídios, até quando? **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 20, n. 1, p. 17–24, jan. 1990.

VEIGA FILHO, A. et al. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 24, n. 10, p. 43-58, out. 1994.

VEIGA FILHO, A. Fatores explicativos da mecanização do corte na lavoura canavieira paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 28, n. 11, p. 7-33, nov. 1998.

VELLOSO, L. **Legislação Açucareira e Alcooleira: 1931 a 1942**. Rio de Janeiro: Duarte, Neves, 1943. 659 p.

VERDINHA foi a cachaça mais famosa da cidade. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 738, p. 4, 11 jun. 1995. (Caderno D).

VIAN, C. E. de F. et al. Estratégias de Crescimento em Destilarias de Alcool e Usinas Açucareiras: Estudos de Casos em nove empresas paulistas. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 27, n. 9, p. 7-25, set. 1997.

VIANA, L. W. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 288 p. (Estudos Brasileiros, Vol. 12).

VICENTE, M. C. M. et al. Aspectos sobre a Atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Paulistas. **Agricultura em São Paulo/O Agrário Paulista**, São Paulo, IEA, v. 40, n. 2, p. 181–202, 1993.

ZOCCHI, P. **Paranapanema: da nascente à foz**. São Paulo: Audichromo, 2002. 132 p.

Homepages Consultadas

Agroindustrial Tarumã Ltda. (CEREÁLCOOL)

www.cerealcool.com.br

Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (ALCOPAR/SIAPAR/SIALPAR)

www.alcopar.org.br

Atlas SinBiota (BIOTA/FAPESP)

www.sinbiota.cria.org.br/atlas/

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

www.cati.sp.gov.br

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT/SP)

www.cutsp.org.br

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP)

www.cepea.esalq.usp.br

Centro de informações Sucroalcooleiras (PROCANA)

www.procana.com.br

Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas (CIIAGRO)/Instituto Agrônômico de Campinas (IAC)

www.iac.sp.gov.br/Ciiagro

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT)

www.cnttt.org.br

COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda.

www.copersucar.com.br

GRUPO COSAN//Franco Brasileira de Açúcar e Álcool S.A (FBA)

www.cosan.com.br

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)

www.dieese.org.br

Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)

www.faespsenar.com.br

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)

www.seade.gov.br

Instituto Agronômico de Campinas (IAC)

www.iac.sp.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

www.ibge.gov.br

Instituto de Economia Agrícola

www.iea.sp.gov.br

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

www.agricultura.gov.br

Ministério do Trabalho e do Emprego

www.mte.gov.br

Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
(ORPLANA)

www.orplana.com.br

Secretaria da Agricultura e Abastecimento

www.agricultura.sp.gov.br

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

www.faespsenar.com.br

Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)

www.sidra.ibge.gov.br

Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de São Paulo
(SIGRH)

www.sigrh.sp.gov.br

União da Agroindústria Canaveieira de São Paulo (ÚNICA)

www.unica.com.br

Usinas e Destilarias do Oeste Paulista (UDOP)

www.udop.com.br

APÊNDICE HUM

Autor: Reinaldo Luiz Selani

Noções Importantes sobre o Desenvolvimento da Cultura Canavieira

Segundo CARDOSO (2001, p. 19), “a cana-de-açúcar é uma planta pertencente à classe das Monocotiledôneas, família *Poaceae* (*Gramineae*), gênero *Saccharum* e espécie *Saccharum spp.* O nome atual da espécie está relacionado ao fato de que todas as variedades de cana atualmente cultivadas em todo o mundo, seja para produção de açúcar, álcool, aguardente ou forragem, são híbridas, resultantes de cruzamentos entre diferentes espécies de cana-de-açúcar (atualmente, conhecidas e catalogadas, são trinta as espécies conhecidas e que têm sua origem na Oceania - Nova Guiné - e Ásia - Índia e China)”.

Desde 1532 a cultura canavieira faz parte da história brasileira, quando Martim Afonso de Souza introduziu a cana-de-açúcar na capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo) e tem propiciado grandes contribuições econômicas e sociais. Dada a proporção econômica da cultura da cana-de-açúcar no Brasil, tem-se nos séculos XVI e XVII o ciclo da cana-de-açúcar, o segundo grande ciclo econômico da história do Brasil.

Ainda hoje (2002), segundo ressalta CARDOSO (2001, p.20),

“do ponto de vista econômico, a cana-de-açúcar é utilizada para produzir:

1. Açúcar: a produção brasileira de açúcar gira em torno de 16,0 milhões de toneladas/ano, sendo 9,5 milhões de toneladas para o mercado interno (produto energético de baixo custo à população) e 6,5 milhões de toneladas destinam-se à exportação, gerando divisas para o país;
2. Álcool: a produção nacional de álcool é de aproximadamente 15,0 bilhões de litros/ano, sendo 9,5 bilhões de litros de álcool hidratado (empregado como combustível automotor) e 5,5 bilhões de litros de álcool anidro (utilizado em mistura com a gasolina), com tendências de diminuição da produção de álcool hidratado e aumento da produção de álcool anidro. O PROÁLCOOL, Programa Nacional do Álcool, criado na década de 70, reduziu significativamente a dependência em relação ao petróleo e a mistura à gasolina é menos poluente que outros aditivos;
3. Aguardente: a produção brasileira de aguardente (oficial) é de aproximadamente 1,6 bilhão de litros por ano, sendo 90% de aguardente industrial e 10% de aguardente artesanal. Dados oficiosos, porém, estimam que a produção real seria, pelo menos, o dobro da oficial, ou seja, 3,0 bilhões de litros/ano. A produção oficial de aguardente gera IPI (imposto sobre produtos industrializados), ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e outros impostos, ao passo que a não-oficial contribui bastante para a economia não-formal. A exportação brasileira de aguardente é ainda muito pequena, cerca de 10,0 milhões de litros / ano;
4. Forragem: a cana se constitui numa das mais importantes plantas forrageiras (sem contar o uso de subprodutos da indústria sucroalcooleira

na alimentação animal), contribuindo para reduções significativas nos custos de produção de carne e/ou leite. Apresenta um alto potencial de produção, com cerca de 100 ton./ha. de massa verde e 30 ton./ha de matéria seca (média de quatro cortes);

5. Subprodutos: pontas de cana (alimentação animal), bagaço (queima em caldeiras, alimentação animal, produção de celulose ou composto), melaço (alimentação animal), torta de filtro (adubação de plantio ou soqueira), vinhaça (adubação de soqueira), leveduras (alimentação animal), constituem-se exemplos de subprodutos da industrialização da cana-de-açúcar, que têm grande importância econômica”.

A planta se desenvolve melhor em áreas de alta intensidade luminosa, com baixo risco de geadas, pouca incidência de ventos (evitar a exposição do canavial a ventos fortes, que tombam a cana, tornando sua colheita mais difícil, além de dilacerar as folhas e aumentar a transpiração da planta, aumentando também sua necessidade em água), evitando-se, sobretudo, terrenos mais baixos (próximo a rios e lagoas).

“A cana, por causa de sua rusticidade, desenvolve-se bem em praticamente todos os tipos de solos. Apenas devem ser evitados, quando possível, os seguintes tipos de solos: a. com profundidade efetiva menor que 1,0 m.; b. com lençol freático alto; c. excessivamente argilosos, com má drenagem; d. excessivamente arenosos, e; e. excessivamente declivosos, lembrando que declives superiores a 15% são limitantes para tratores de pneus e carregadeiras de cana” (CARDOSO, 2001: p. 24-25).

Nos canaviais industriais, o espaçamento tem variado entre 1,30 a 1,50 m. (comumente o mais utilizado é 1,40 m.), por se adequar de forma apropriada à mecanização, tais como a sulcação, tratos culturais mecanizados, transporte de cana por caminhões e colheitadeira mecânica.

Os tratos culturais da cana-planta são atribuídos aos cuidados que devem ser destinados à cultura após o plantio e compreende o período que vai até o primeiro corte do canavial, e os tratos culturais da cana-soca se referem aos cuidados que devem ser dedicados à cultura canavieira, após cada corte que é realizado no canavial, para manter bons rendimentos na colheita.

Na cana-planta, torna-se indispensável o controle de plantas daninhas, onde o mato não controlado pode causar perdas significativas no rendimento da cultura (principalmente nos primeiros cem dias de pós-plantio, que é considerado o período crítico de competição com as plantas daninhas), e na cana-soca o cuidado com as plantas daninhas, através do controle do mato, corresponde aos primeiros sessenta dias após o corte (período crítico).

De um modo geral o controle do mato e do desenvolvimento das plantas daninhas podem ser realizados através de três maneiras, dependendo do grau de mecanização e da mão-de-obra disponível, que são a saber:

- Capina Manual: por meio de enxadas, só é viável para pequenas áreas (em média são necessários 15 homens/dia/ha. para uma capina), e dependendo do grau de infestação, podem ser necessárias até três capinas.

- Capina Mecânica: realizada por meio de cultivadores de tração animal ou trator (2 ha/h. em média), onde as enxadinhas do cultivador têm ação superficial e não afetam as raízes da cana. Uma só operação não é suficiente, sendo recomendadas até três vezes no período crítico.

Segundo CARDOSO (2001, p. 32),

“as limitações desse método são o controle do mato somente na entrelinha (na linha, às vezes, precisa capinar manualmente) e eficiência apenas na fase inicial de desenvolvimento da planta daninha”.

- Capina Química (aplicação de herbicidas): é o método de controle mais utilizado em grandes áreas, sendo que os herbicidas mais recomendados são aqueles de ação pré-emergente, ou seja, aquele que é aplicado em área total logo após o plantio da cana, antes dela brotar e antes do mato aparecer.

Segundo CARDOSO (2001, p. 32),

“normalmente, se faz uma única aplicação, sendo o pulverizador mais usual o de barra, tracionado por trator, com rendimento médio de 2,5 ha./hora. Existem vários herbicidas no mercado, devendo ser escolhido aquele que controle bem os tipos de plantas daninhas presentes na área”.

Tanto na cana-planta como na cana-soca, o combate às formigas deve ser muito bem feito e com bastante rigor, recorrendo às pessoas treinadas para aplicação dos formicidas (pó, isca ou gás), na fase inicial de desenvolvimento (cana-planta) e na fase inicial da rebrota (cana-soca).

Devem ser realizadas amostragens do solo antes de se iniciar o plantio da cana-de-açúcar, variando de 0–20 cm. (utilizada para cálculos das necessidades de calagem e das adubações com P e K) e de 20–40 cm. (utilizada no cálculo da dose de gesso agrícola).

A gessagem consiste na aplicação de gesso agrícola e depende da análise de solo da camada de 20 – 40 cm. de profundidade, e deve ocorrer quando os teores

de Ca^{+2} forem inferiores a 0,4 cmol/dm³ e/ou saturação de alumínio maior que 40%. Segundo CARDOSO (2001, p. 37),

“as quantidades a serem aplicadas dependem da textura do solo e podem ser calculadas de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Kg./ha. de gesso} = \text{teor de argila (\%)} \times 60$$

O uso de gesso agrícola possui efeito residual, principalmente na camada sub-superficial (20–40 cm.), não havendo necessidade de reaplicação anual. O gesso deve ser aplicado junto com o calcário, antes da aração profunda ou gradagem pesada”.

Existem três tipos de adubação:

- Adubação nitrogenada: para a cana-planta a aplicação é dispensável, tendo necessidade utilizá-la (60 Kg. de N/ha., em cobertura, aos sessenta dias pós-plantio) apenas nos seguintes casos: solos que irão ser cultivados pela primeira vez com cana-de-açúcar; áreas de cultivo mínimo; solos de alto potencial de produção; área de colheita de cana crua; e, solos com baixos teores de matéria orgânica. Para a cana-soca, deve-se aplicar o equivalente a 80 Kg. de N/ha colocado em ambos os lados da linha de remanescente de cana. No caso de presença de palha na área, a adubação pode ser feita na palhada (na área de aplicação de vinhaça complementada com N não é necessário aplicar nitrogênio nas soqueiras).
- Adubação fosfatada: na cana-planta aplica-se o fósforo de uma só vez, no fundo do sulco de plantio, com base na análise do solo e da produtividade esperada, e na cana-soca, adubação fosfatada também deve ser aplicada de uma só vez, após o corte do canavial, em ambos os lados das linhas remanescentes de cana, na profundidade de 20 cm. (cultivador de soqueira) ou em cobertura, com posterior passagem do cultivador simples, objetivando a sua incorporação no solo. Aplica-se o equivalente a 40 Kg. de P_2O_5 /ha. quando o teor de fósforo no solo, detectado pela análise, for baixo; quando os teores de fósforo forem médios ou altos, a adubação fosfatada da soqueira pode ser dispensável.
- Adubação potássica: a recomendação de adubação potássica é feita de acordo com a análise de solo e a produtividade esperada. Não se deve aplicar potássio (K_2O) em solos que apresentarem teores superiores a 150 mg./dm³ de K. Em solos arenosos ou de textura média, deve-se aplicar no

máximo 90 Kg./ha. de K_2O no sulco de plantio, acrescentando o restante em cobertura, aos 60 dias pós-plantio aproximadamente, com boa umidade no solo. Não aplicar adubo mineral contendo potássio nem vinhaça nos solos que apresentarem teores superiores a 150 mg./dm³ de K. A adubação potássica também deverá ser dispensada nas áreas de aplicação de vinhaça.

O emprego de adubação orgânica na cultura canavieira tem demonstrado resultados bastante eficazes, principalmente se aplicados no sulco de plantio. Comumente se utiliza a torta de filtro (produzida e utilizada nas unidades produtoras de açúcar e/ou álcool) à base de 20 ton./ha., considerando-se teor de umidade ao redor de 50% e substituindo-se aproximadamente a metade da adubação mineral. Destaca-se, sobretudo, que a maior dificuldade na utilização desses resíduos refere-se à forma de distribuição, exigindo implementos especializados, a exemplo de carretas dotadas de esteiras, as quais são utilizadas pelas unidades sucroalcooleiras. Ademais, não é recomendável a passagem de carretas com pneus comuns dentro do sulco de plantio para distribuição, por causa de compactação do fundo do sulco, e que dificulta o desenvolvimento das raízes.

A vinhaça ou vinhoto, utilizado como fertilizante, apresentará maior ou menor eficiência dependendo do tipo de solo a ser aplicado. Tornou-se uma prática comum a aplicação da vinhaça na própria lavoura canavieira que a originou, devido, sobretudo, à proximidade com a agroindústria sucroalcooleira. Contudo, a composição da vinhaça pode sofrer alterações na composição no transcorrer de uma mesma safra, em diferentes períodos, sendo necessária a análise periódica.

Segundo CARDOSO (2001, p. 142–143),

“a vinhaça retornada ao solo para adubo, na dosagem de 40 a 100 m³/ha., pode contribuir para elevar o pH, o teor de matéria orgânica, a disponibilidade de potássio, cálcio e magnésio e o poder de retenção de água. Assim, o uso da vinhaça pode contribuir para o aumento do rendimento de cana produzida por hectare. A dosagem por hectare depende de um estudo mais amplo das necessidades da cultura e do tipo de solo, é comum a aplicação de 700 a 1.000 m³/ha. Para a cana, pode ocorrer desequilíbrio do potássio em função da aplicação de vinhaça em excesso. Para capineira, esse poderá ser até um fator positivo, equilibrando-se o fósforo e o nitrogênio”.

Dentre as características determinantes de qualidade da cana-de-açúcar destacam-se as análises de Brix (porcentagem de sólidos solúveis), POL (porcentagem de sacarose aparente), açúcares redutores, índice de pH, acidez e

cálculo da pureza. Embora o rendimento (quilo de sacarose/hectare) não seja propriamente uma característica de qualidade, se constitui em um atributo importante no sistema de produção.

Os solos indicados para o cultivo da cana-de-açúcar devem ser profundos, pesados (argilosos), bem estruturados, férteis e com boa capacidade de retenção de água. Segundo SILVA *et al* (2003, p. 24),

“por ser uma cultura de grande rusticidade, a cana-de-açúcar se desenvolve economicamente em solos arenosos e menos férteis, como aqueles sob vegetação de cerrado. Entretanto, solos muito rasos, com camada impermeável superficial ou mal drenados, não são indicados para essa cultura”.

Além disso, o terreno utilizado para plantio deve ter uma declividade que seja compatível com a capacidade de uso do solo. O pH ideal para o bom desenvolvimento da cultura canavieira situa-se entre 5,5 e 6,5. Abaixo desses valores, é preciso fazer a calagem (adição de calcário dolomítico), para neutralizar a acidez do solo e tornar o fósforo disponível para as plantas, servindo também como fonte de cálcio e de magnésio.

A calagem consiste na aplicação de calcário dolomítico (que contém cálcio e magnésio) ao solo e incorporado por meio de aração e gradagem antes do plantio. A quantidade a ser aplicada é determinada pela análise química do solo, e deve ser suficiente para elevar a saturação por bases a 50% ou 60%.

“Em área de reforma do canavial, a época indicada para sua aplicação vai do último corte da cana, quando se inicia sua reforma, até antes da última gradagem. De 60 a 90 dias após a incorporação do calcário, faz-se nova gradagem para eliminar as ervas daninhas e, em seguida, o sulcamento para o plantio” (SILVA *et al*, 2003: p. 24).

No que diz respeito ao uso de fertilizantes na cultura da cana-de-açúcar, existem dois momentos a se considerar no sistema convencional de produção: a adubação da cana-planta e da soqueira. Nas duas situações, a quantidade a ser aplicada vai depender da análise do solo, que indica as quantidades de fósforo e de potássio a serem utilizadas.

Na primeira situação (cana-planta), a formulação mais comum é a 5-20-20 (N,P,K), devendo ser aplicada no fundo do sulco, e quando o plantio é realizado com adubos fosfatados, é necessário fazer cobertura com nitrogênio e potássio. Quando

se inicia a formação das touceiras (por volta de 50 dias após o plantio), faz-se a adubação nitrogenada em cobertura, incorporando-se de 60 a 80 Kg./ha. de nitrogênio.

No plantio de cana de ano e meio, a adubação deve ser realizada somente depois do início das chuvas (em setembro), para bom emprego do nitrogênio, elemento volátil, principalmente na forma de uréia, sendo preciso aplicá-lo em solo úmido (incorporando-o em seguida), para evitar perdas significativas por volatilização.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 25),

“as quantidades de fósforo e potássio a serem aplicadas dependem dos teores de PK nas amostras de solo (muito baixo, baixo, médio ou alto) e da produtividade esperada para o canavial (< 100, 100 a 150 ou > 150 toneladas de cana por hectare)”.

No segundo momento (soqueira), a adubação deve ser realizada durante os primeiros tratos culturais, a aproximadamente 20 cm de um lado da linha de cana, e incorporando ao solo, à profundidade aproximada de 15 cm, quando aplicada superficialmente. Em geral, aplicam-se de 60 a 80 Kg/ha de N, de 0 a 30 Kg/ha de P, de 80 a 100 Kg/ha de K e de 4 a 5 Kg/ha de Zn e Cu, no caso de haver insuficiência desses elementos.

A utilização do sulfato de amônio (fontes químicas de N), é uma alternativa interessante porque, além de fornecer N à planta, também fornece S. Além desse, outros adubos nitrogenados também podem ser empregados, como a uréia, nitrocálcio e nitrato de amônio, estes últimos mesmo em solo seco, pois não se volatilizam.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 25),

“para determinar a quantidade de adubo nitrogenado a ser aplicada por hectare, basta usar uma regra de três: se o adubo possui 20% de N e se deseja aplicar 50 Kg de N por hectare, a quantidade de adubo será:

$$X = 50 \times 100/20 = 250 \text{ Kg de adubo/ha}”$$

O espaçamento recomendado no plantio de cana varia de 0,90 a 1,50 m., e deve ser escolhido em função da disponibilidade de equipamentos, na propriedade agrícola, e do tipo de solo. O espaçamento mais adensado de 0,9 a 1,0 m. é indicado para solos de fertilidade mais baixa, sendo que o espaçamento mais largo

tem sido empregado em solos mais férteis. A profundidade do sulco de plantio tem variado de 0,20 a 0,30 m.

A cana-de-açúcar, planta de clima tropical e semi-tropical, necessita de calor e umidade durante o período de crescimento.

“O desenvolvimento da cana é satisfatório quando a temperatura média é superior a 21 °C e a precipitação, nessa fase, atinge ou supera 1.200 mm. Em regiões onde a temperatura média, na fase de desenvolvimento, oscila entre 21 °C e 31°C, a cana tem bom desenvolvimento. Na fase de maturação, porém, é necessário que haja deficiência hídrica, térmica, ou ambas para que ocorra a acumulação de sacarose” (SILVA *et al*, 2003: p. 27).

O plantio da cana-de-açúcar na Região Centro-Sul do Brasil pode ser feita em duas épocas diferentes. Contudo, o período de janeiro a abril (últimos meses do período chuvoso) é o mais indicado, reservando o período de setembro a novembro (primeiros meses do período chuvoso) apenas em caso de necessidade urgente de matéria-prima, decorrente de problemas climáticos e/ou da ampliação da capacidade produtiva da agroindústria.

Em relação à colheita, esta deve ser realizada em um prazo mínimo de dez meses após o plantio, sendo que o plantio da cana de ano e meio ocorre nos últimos quatro meses do período chuvoso ou enquanto houver umidade no solo e temperatura suficiente para a brotação das gemas. A cana de ano e meio passa por dois períodos de crescimento vegetativo: o primeiro compreende desde a brotação até que as condições se tornem adversas ao desenvolvimento da planta; o segundo período tem início com as primeiras chuvas e prolonga-se até o final desse ciclo. A partir daí acelera-se o acúmulo de sacarose, quando tem início a fase de maturação.

Na Região Sudeste, onde encontra-se situado o EDR de Ourinhos, o acúmulo máximo de sacarose normalmente ocorre entre a segunda quinzena de julho e setembro. No início do período das chuvas incide uma diminuição na porcentagem de açúcar em consequência, sobretudo, do efeito de diluição e da retomada do crescimento vegetativo, que consome as reservas de açúcares.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 28),

“a cana de ano e meio é colhida ao redor de 16 meses de idade. Após a colheita, ocorre a brotação das gemas dos rizomas, formando soqueiras. Os rizomas são formados por gomos remanescentes diferenciados que se encontram no sulco de plantio, recobertos pelo solo. O corte da cana deve ser feito rente ao solo para que as soqueiras se formem somente dos

rizomas e nunca dos pedaços de colmos aéreos, que dão origem a touceiras instáveis, facilmente tombadas pelo vento. As soqueiras normalmente são colhidas com 10 meses de idade ou mais”.

O número de cortes no mesmo canavial depende da fertilidade do solo e dos tratos culturais, devendo ser superior a quatro, com a finalidade de reduzir os custos de implantação; e para que as soqueiras brotem bem e tenham uniformidade, os veículos de transporte, tratores, etc. devem evitar transitar pelo local, pois podem passar com as rodas sobre a linha de cana, causando uma redução de produtividade na área em mais de 20%.

Composição morfológica e anatômica

A cana-de-açúcar é composta da parte subterrânea, que inclui as raízes e os rizomas¹, e da parte aérea, que compreende os colmos, as folhas e as inflorescências. A propagação da cana, que ocorre de maneira assexuada, é realizada pela brotação das gemas dos colmos-semente, que dão origem aos colmos primários, dos quais surgem os secundários, depois os terciários, até a formação da touceira. O número de colmos industriais por metro linear varia de 8 a 20, dependendo da variedade, da fertilidade do solo, do clima e dos tratos culturais. O sistema radicular da planta é composto pelas raízes do tolete e pelas raízes dos colmos.

Contudo, as raízes do tolete perdem sua função e morrem logo que as raízes do colmo se desenvolvem. As raízes da cana são do tipo fasciculado e sua maior densidade ocorre nos primeiros 50 cm. de profundidade do solo. Todavia, já foram localizadas raízes de cana a 4 m. de profundidade.

A folha da cana é composta de duas partes: a bainha e o limbo, sendo sua distribuição no colmo alternada. O limbo da folha pode ter um comprimento de 60 a 150 cm e uma largura de 2,5 a 10 cm. Pelas folhas a planta (cana-de-açúcar, no caso) realiza suas funções vitais de transpiração, respiração e fotossíntese.

¹ “Os rizomas se assemelham a colmos subterrâneos, com entrenós bastante reduzidos. Após a colheita da cana, as gemas dos rizomas brotam, dando origem a uma nova touceira” (SILVA *et al*, 2003: p. 29).

Existem variedades de difícil despalha (bainha agarrada, que não se desprende facilmente do gomo).

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 29),

“mesmo que se utilize a prática da queima, elimina-se apenas o limbo, deixando a bainha, o que resulta maior teor de fibra e maior quantidade de bagaço, exigindo melhor controle da unidade de moagem em termos de regulação e embebição, para que a extração de açúcar seja eficiente”.

A inflorescência se constitui em uma panícula de tamanho e conformação variável em razão da variedade, comumente apresentando forma piramidal e coloração ligeiramente canela-prateada, onde a inflorescência apresenta um tecido seco geralmente isento de caldo que, ao ser moído com o colmo, absorve caldo e se enriquece de açúcar, gerando maior quantidade de bagaço e elevando as perdas de açúcar nesse material.

Certas variedades, após ou mesmo antes da emissão da panícula, apresentam gomos industrializáveis que, em parte, já têm tecido seco, como se fosse um isopor (isoporização), tornam a cana-de-açúcar mais fibrosa e menos densa, resultando em menor produtividade por unidade de área e em menor quantidade por veículo, encarecendo o frete.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 30),

“o florescimento² da cana-de-açúcar ocorre sob condições especiais de fotoperíodo curto, seguido de período escuro (comprimento de 11 horas e 30 minutos a 12 horas e 30 minutos diários) por 30 dias, de fevereiro a março, de temperatura e umidade. Temperaturas mínimas noturnas maiores que 18°C e diurnas menores que 31°C induzem o florescimento. Entretanto, o fotoperíodo é o fator prevalecente para as lavouras industriais na Região Sudeste. Como consequência, cessa o crescimento do colmo e a flor amadurece, estimulando a brotação das gemas laterais com consumo de açúcar”.

Tecnologicamente, a parte que apresenta maior interesse constitui-se no colmo, sendo formado por gomos constituídos de nós e entrenós. O nó é a região mais dura do colmo, por ser fibrosa, sendo constituído pela cicatriz foliar e pela zona radicular (possui as proto-raízes que desenvolvem para fixar os colmos-semente ao

² “A flor da cana é hermafrodita. Por muito tempo pensou-se que a cana não produzisse sementes. Mas em 1855, SOLTWEDEL conseguiu propagar a espécie *Saccharum spontaneum* por semente. Desde então, os geneticistas têm-se utilizado dessa característica para efetuar cruzamentos e seleção com o objetivo de obter novas variedades que ofereçam maior produtividade, rusticidade e resistência às doenças e pragas” (SILVA *et al*, 2003: p. 30).

solo), onde se localiza a gema. Através do meristema intercalar (região onde as células são capazes de se dividir), pode ocorrer o alongamento do gomo. O entrenó, também chamado de internódio, compreende o intervalo de um nó a outro. Quando se realiza um corte transversal no entrenó, pode-se observar uma parte mais externa, o córtex³, é formada por várias camadas de células lignificadas de paredes grossas.

De um modo geral, as funções do colmo, segundo aponta SILVA *et al* (2003, p. 31) em seu estudo, são as seguintes:

- a. Suportar as folhas e as partes florais;
- b. Conduzir água e nutrientes do solo até as folhas, onde os alimentos da planta são sintetizados;
- c. Translocar os alimentos manufaturados das folhas para outras partes da planta;
- d. Armazenar açúcar e outras substâncias.

Sob a ótica da agroindústria sucroalcooleira, pode-se afirmar que o colmo padrão é composto de 25% de partes duras e de 75% de partes moles, em virtude de sua resistência físico-mecânica. O teor de fibra das partes duras encontra-se em torno de 75% e a porcentagem de caldo corresponde a 25%, o que equivale a 20% do caldo total do colmo. Nas partes moles, com 8% de fibra e 92% de caldo, localizam-se os 80% restantes do caldo total.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 32),

“a importância prática da separação do caldo do tecido de origem está relacionada com a resistência física das partes duras e moles do colmo. Disso resulta que o caldo das partes moles é mais fácil de extrair e apresenta maior pureza quando comparado ao caldo retido pelas partes

³ “Essa capa dá resistência ao colmo, como também serve de proteção aos tecidos interiores, que são formados pelos feixes vasculares e pelo tecido fundamental ou parenquimatoso. A cor do colmo é dada por pigmentos, que se localizam nas células mais externas da epiderme. O tecido fundamental é composto de células frouxas e curtas, praticamente iguais em todos os sentidos, por serem células isodiamétricas. Os feixes fibrovasculares estão distribuídos no tecido fundamental ou parenquimatoso. A maior concentração desses vasos está na periferia do colmo, encontrando-se no centro os vasos de maior diâmetro. Esses vasos são os responsáveis pelo transporte de seiva no interior da cana. Os que transportam seiva bruta são chamados de xilema, e os que transportam seiva elaborada, floema. No internódio, os feixes fibrovasculares são paralelos, mas nos nós eles se ramificam, dirigindo-se para o gomo seguinte, para as folhas, gemas e raízes primordiais, apresentando maior concentração de fibra, o que lhe confere maior dureza e também um maior poder calorífico. Os vasos vasculares estão rodeados pelo parênquima, formado por células de armazenamento. As células próximas aos vasos são esclerenquimatosas, tendo as que rodeiam o floema paredes mais grossas do que as do xilema. As células do parênquima são as de maior valor para a indústria açucareira, pois elas contêm a maior parte do caldo do qual se extrai o açúcar” (SILVA *et al*, 2003: p. 31).

duras. Esse fato é particularmente importante para a pequena agroindústria, que possui poucos recursos para a extração do caldo, o que pode acarretar uma redução na eficiência de extração de 15% a 20%" (tabela I).

Para o manejo agrícola da cultura canavieira, as variedades se agrupam segundo uma série de características agrotecnológicas (como exigência de fertilidade do solo, suscetibilidade às pragas e doenças, florescimento, chochamento ou isoporização, brotação de soqueira, riqueza em açúcar, período útil de industrialização, época de colheita). A cultura da cana-de-açúcar encontra-se fundamentada atualmente em variedades obtidas por cuidadoso e criterioso trabalho de cruzamento e seleção, realizado nas estações experimentais de grandes instituições de pesquisa.

Tabela I - Composição do caldo de variedades de cana-de-açúcar

COMPONENTES	VARIAÇÃO NA CANA
Umidade, %	69 – 72
Brix, %	15 – 20
Sacarose (POL), %	13 – 18
Açúcares redutores, %	0,2 – 1,0
Fibra, %	11 – 13
N, mg.Kg ⁻¹	200 – 600
P - P ₂ O ₅ , mg.Kg ⁻¹	60 – 300
K - K ₂ O, mg.Kg ⁻¹	1200 – 2500
Ca - CaO, mg.Kg ⁻¹	100 – 350
Mg - MgO, mg.Kg ⁻¹	44 – 200
S - SO ₃ , mg.Kg ⁻¹	120 – 300
Gomas e pectinas, mg.Kg ⁻¹	150 – 250
Ceras e gorduras, mg.Kg ⁻¹	150 – 350
Amido, mg.Kg ⁻¹	50 – 600
Ácidos orgânicos, mg.Kg ⁻¹	200 – 550

Fonte: SILVA *et al* (2003).

A fertilidade do solo constitui-se no elemento preponderante na escolha da variedade a ser plantada, existindo variedades exigentes em solos de elevada fertilidade para produzirem satisfatoriamente, sendo que outras apresentam pouca exigência, de modo que o conhecimento dessa característica é necessário para a escolha da variedade.

A cultura canavieira é suscetível a uma série de doenças causadas por vírus, bactérias e fungos. As doenças mais comuns são o mosaico, a ferrugem, o carvão, a escaldadura, o raquitismo-da-soqueira, a podridão-abacaxi e o amarelinho.

As pragas de maior importância são a broca, a cigarrinha, o cupim, o besouro *migdolus*, o complexo broca-podridões, os nematóides, o elasmó e o gorgulho-rajado. No estudo de SILVA *et al* (2003), há o destaque para os cuidados fitossanitários a serem utilizados, e que podem assim ser resumidos:

- a. Desinfecção do podão, na fase de produção de mudas, com solução de creolina a 10% por meia hora, a fim de evitar a propagação da escaldadura e do raquitismo;
- b. Vigilância sanitária e *roguing* ou eliminação de touceiras com sintoma fitopatológico, nos viveiros ou no campo;
- c. Rotação de culturas durante a reforma do canavial, quando o terreno permanece ocioso, ou de variedade.

“O florescimento em si não causa maiores problemas de qualidade em determinadas variedades. As variedades que florescem têm uma redução de aproximadamente 7% em seu peso potencial ao longo da safra, quando comparadas com as que não florescem e que são colhidas no final da safra. Entretanto, existem variedades que, após o florescimento, chocham ou isoporizam com maior ou menor intensidade, perdendo peso e causando problemas na extração. Essa cana possui menor quantidade de caldo que, ao ser extraído, contém muita fibrila em suspensão, prejudicando o produto final” (SILVA *et al*, 2003: p. 36).

Maturação e controle

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 44),

“existem várias formas de controle e julgamento da maturação da cana. O julgamento da maturação pelo aspecto do canavial baseia-se em indícios externos mais ou menos característicos da maturação, como estado de desenvolvimento da cana, colmos descobertos, três quartas partes de folhas secas, amareladas e caídas. Costuma-se associar a essas observações outros fatores, como tipo de solo, exposição do terreno, histórico do plantio, idade do canavial, etc.” (SILVA *et al*, 2003: p. 44).

Quando se observa o canavial pela idade, cumpre salientar que as variedades de cana apresentam épocas de maturação distintas, variando conforme suas características.

A cana-planta de ano e meio e as primeiras soqueiras da colheita da safra anterior, via de regra, amadurecem mais cedo. A cana-planta de ano certamente irá

atingir a maturação ideal a partir de setembro, daí a utilização da idade do canavial como orientação de maturação. Para que a cana seja utilizada pela indústria, é necessário que ela tenha no mínimo 10 meses; caso contrário, haverá redução muito grande na produção agrícola e na riqueza em açúcar.

O procedimento correto para identificar o grau de maturação é o uso da porcentagem de sólidos solúveis (Brix), de sacarose aparente (POL), dos açúcares redutores e da pureza aparente (relação porcentual da POL no Brix)⁴. A amostragem da cana-de-açúcar deve ser feita em cada área a ser colhida, após observação do talhão quanto a seu aspecto e uniformidade.

“A coleta de amostra para análise de Brix areométrico deve ser feita em um trecho que represente o talhão, e o número de colmos colhidos deve ser de dez em linha corrida distribuídos em dois ou três pontos ao acaso, dentro do talhão, e o caldo para análise deve ser extraído na moenda. Entretanto, com o uso do refratômetro de campo, as amostras são sempre coletadas em dez colmos, ao acaso, dentro do talhão de cana” (SILVA *et al*, 2003: p. 46).

Deteriorações Microbiológicas

Dentre as deteriorações microbiológicas, citam-se o desenvolvimento de microrganismos e o aparecimento de composto de transformação que são os responsáveis pelas alterações ocorridas nos colmos. Com a exsudação do caldo dos colmos após a queima, essa solução açucarada envolvente torna-se um meio de cultura adequado ao desenvolvimento de microrganismos, como fungos, leveduras e bactérias, o que ocorre desde a fase de corte. Entretanto, independente da exsudação, a contaminação microbiana ainda ocorre na região exposta dos cortes, transformando os açúcares em substâncias desagradáveis à industrialização, como ácidos e gomas, onde o microorganismo mais conhecido é o *Leuconostoc*

⁴ “A possibilidade de uso do Brix na identificação da maturação decorre da estreita correlação com a POL, quando a cana amadurece. Quando se usa o areômetro de Brix, o valor mínimo de Brix no caldo deve ser de 18°, para se considerar que a cana tenha entrado em maturação. Quando se utiliza o refratômetro, deve-se retirar uma pequena amostra de caldo do terceiro gomo a partir do solo e do primeiro gomo descoberto abaixo do palmito. A coleta de caldo é feita com uma pequena sonda, furadores ou outros acessórios, introduzidos no colmo, de onde são retiradas algumas gotas, sem a necessidade de colher a cana. Feitas as determinações do Brix refratométrico dos colmos da cana-de-açúcar, calcula-se a relação entre as leituras da ponta e do pé, o índice de maturação. Segundo essa relação, as canas (índice de maturação – IM) classificam-se quanto à maturação em: 0,85 – 1,00 (madura); 0,70 – 0,85 (maturação média); 0,60 – 0,70 (maturação baixa); e abaixo de 0,60 (verde)” (SILVA *et al*, 2003: p. 44).

mesenteroides, facilmente identificado por produzir uma matéria gelatinosa, a dextrana, que se aglutina formando a canjica.

“Valsechi & Oliveira (1964) relataram que o processo de deterioração microbiológica pode ser acelerado se as condições de armazenamento não forem boas, e as condições climáticas também não forem favoráveis. O referido processo pode se agravar mais ainda a ponto de o caldo fermentar no próprio colmo. A consequência mais visível desse processo é o aumento da acidez total, da acidez volátil e do índice pH. O teor de gomas também tende a aumentar” (SILVA *et al*, 2003: p. 50).

Existem bactérias heterofermentativas que produzem no caldo vários ácidos orgânicos e algumas gomas, sendo que a velocidade de deterioração depende de diversos fatores, tais como o sistema de corte (o manual apresenta menor superfície de exposição dos tecidos de cana), o clima da região, a umidade relativa do ar, a temperatura, a qualidade da queima e o carregamento.

Sempre que a cana estiver verde ou passada e, especialmente, brotada ou tiver sofrido um acidente climático (geada, excesso de chuvas, queda pelos ventos, etc.), o teor de açúcares redutores do caldo tende a aumentar em detrimento da porcentagem de sacarose.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 50),

- “para reduzir os prejuízos da deterioração microbiológica, recomenda-se:
- Dar preferência ao corte manual em áreas muito distantes da unidade produtora;
 - Reduzir o tempo entre corte e processamento da matéria-prima;
 - Evitar o rastelamento da cana no campo”.

Outra praga que pode atingir os canaviais com cana nova, a boca-do-colmo produz o secamento dos ponteiros, conhecido como “coração morto” (*dead heart*)⁵.

⁵ “Estudos do PLANALSUCAR constataram que até 10% de colmos mortos na linha não afetaram a produção da cana, uma vez que o perfilhamento natural das variedades testadas compensou essa falha” (SILVA *et al*, 2003: p. 50).

Deteriorações tecnológicas

A matéria-prima ideal para a agroindústria sucroalcooleira se constitui na cana-de-açúcar composta somente de colmos recém-cortados e maduros, isentos de pragas, doenças, carga microbiana e matéria estranha, que é a principal causa de deterioração tecnológica, sendo esta influenciada por fatores como o sistema de corte empregado, a altura de desponte do colmo, o uso de cana semi-integral e o carregamento da matéria-prima e também causada por fatores adversos à cana, como geada, queima, seca, terra, etc. Como exemplo, menciona-se o caso da geada, que em condições de temperatura e umidade baixas, não provoca grandes transformações na cana. Mas, se ocorrer chuva e a temperatura se elevar, propiciando desenvolvimento de microorganismos, a deterioração será acelerada (com a morte do ponteiro apical propiciará o brotamento lateral das gemas, com conseqüentes perdas de açúcar). Outro importante fator de deterioração, a seca está relacionada ao baixo nível de água no solo, insuficiente para satisfazer as necessidades da planta reduzindo-se a umidade do colmo, que entra em deterioração por estresse hídrico.

Segundo SILVA *et al* (2003, p. 51),

“a prática do não desponte dos colmos ocasiona um aumento na quantidade de POL, por hectare, bem como o aumento no teor de fibra na cana-de-açúcar. Mas o maior problema para a produção de açúcar mascavo e de rapadura de qualidade é a maior dificuldade de cristalização da sacarose e o escurecimento do produto final”.

Dimensionamento do canavial e dos recursos

Para a realização das etapas da produção é importante analisar o planejamento do canavial, pois a base dessa organização é que a cana a ser produzida deve abastecer a unidade industrial em perfeita sincronia, isto é, não deve sobrar e nem faltar cana na indústria. Ao se calcular a área total (AT) que será destinada à produção de cana-de-açúcar (TC), torna-se necessário estimar a quantidade de matéria-prima a ser industrializada durante a safra e a expectativa da

produtividade média por unidade de área em função do número de cortes do canavial.

Conforme estudo de SILVA *et al* (2003, p. 51),

“para se conhecer a área total (AT) destinada à produção da cana-de-açúcar, deve-se levar em consideração os seguintes parâmetros:

- Capacidade de moagem diária em toneladas de cana ($C = TCD$).
- Dias efetivos de moagem na safra (d).
- Produtividade média de quatro ou cinco cortes do canavial⁶ ($P = TC / ha$), expressa em toneladas de cana por hectare.
- Área de reforma do canavial, em razão do número de cortes, no caso, de 20% a 25% da área total.
- Área de carregadores, com 5 m de largura (7,5%), destinada ao transporte da cana”.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, M. das G. **Produção de Aguardente de Cana-de-Açúcar**. Lavras: Editora UFLA, 2001. 264 p.

SILVA, F. C. da; CESAR, M. A. A.; SILVA, C. A. B. da. **Pequenas Indústrias Rurais de Cana-de-Açúcar: melado, rapadura e açúcar mascavo**. Brasília: EMBRAPA, 2003. 155 p.

⁶ “O número de cortes num canavial pode ser superior ao estabelecido, dependendo da variedade e da fertilidade do solo, variando assim o tamanho da área de reforma” (SILVA *et al*, 2003: p. 52).

ANEXO HUM

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO POR ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EDRs.)

<i>Res. SAA, de 03/01/1997 e de 14/05/1997</i>
EDR 01 – ANDRADINA (13 municípios) Bento de Abreu – Valparaíso – Andradina – Castilho – Guaraçaí – Lavínia – Mirandópolis – Muritinga do Sul – Nova Independência – Ilha Solteira – Itapura – Pereira Barreto – Suzanópolis
EDR 02 – ARAÇATUBA (18 municípios) Araçatuba – Guararapes – Rubiácea – Bilac – Birigui – Brejo Alegre – Clementina – Coroados – Gabriel Monteiro – Piacatu – Santópolis de Aguapeí – Alto Alegre – Avanhandava – Barbosa – Braúna – Glicério – Luisiânia – Penápolis
EDR 03 – ARARAQUARA (16 municípios) Américo Brasiliense – Araraquara – Boa Esperança do Sul – Gavião Peixoto – Matão – Motuca – Nova Europa – Trabiju – Rincão – Santa Lúcia – Tabatinga – Descalvado – Dourado – Ibaté – Ribeirão Bonito – São Carlos
EDR 04 – ASSIS (16 municípios) Echaporã – Assis – Campos Novos Paulista – Cândido Mota – Florínea – Ibirarema – Palmital – Platina – Tarumã – Borá – Cruzália – Lutécia – Maracaí – Paraguaçu Paulista – Pedrinhas Paulista – Quatá
EDR 05 – AVARÉ (12 municípios) Águas de Santa Bárbara – Arandu – Avaré – Cerqueira César – Coronel Macedo – Iaras – Itaí – Paranapanema – Taquarituba – Barão de Antonina – Itaporanga – Manduri
EDR 06 – BARRETOS (18 municípios) Barretos – Colina – Colômbia – Guaíra – Jaborandi – Bebedouro – Monte Azul Paulista – Pirangi – Pitangueiras – Taquaral – Terra Roxa – Viradouro – Altair – Cajobi – Embaúba – Guaraci – Olímpia – Severínia
EDR 07 – BAURU (15 municípios) Presidente Alves – Reginópolis – Arealva – Avaí – Bauru – Cabrália Paulista – Duarte – Jacanga – Lucianópolis – Piratininga – Ubirajara – Agudos – Borebi – Paulistânia – Pederneiras
EDR 08 – BOTUCATU (11 municípios) Itatinga – Anhembi – Bofete – Botucatu – Conchas – Laranjal Paulista – Pardinho – Pereiras – Areiópolis – Pratânia – São Manuel
EDR 09 – BRAGANÇA PAULISTA (17 municípios) Águas de Lindóia – Amparo – Lindóia – Monte Alegre do Sul – Pedreira – Serra Negra – Socorro – Atibaia – Bom Jesus dos Perdões – Bragança Paulista – Joanópolis – Nazaré Paulista – Pedra Bela – Pinhalzinho – Piracaia – Tuiuti – Vargem
EDR 10 – CAMPINAS (17 municípios) Campinas – Elias Fausto – Hortolândia – Indaiatuba – Monte-Mor – Paulínea – Sumaré – Valinhos – Vinhedo – Campo Limpo – Itatiba – Itupeva – Jarinu – Jundiaí – Louveira – Morungaba – Várzea Paulista

(continua)

Res. SAA, de 03/01/1997 e de 14/05/1997
EDR 11 – CATANDUVA (18 municípios) Ariranha – Catanduva – Catiguá – Elisiário – Ibirá – Novaes – Palmares Paulista – Paraíso – Pindorama – Santa Adélia – Tabapuã – Uchoa – Irapuã – Itajobi – Marapoama – Novo Horizonte – Sales – Urupês
EDR 12 – DRACENA (16 municípios) Adamantina – Flora Rica – Flórida Paulista – Irapuru – Mariápolis – Pacaembu – Dracena – Junqueirópolis – Monte Castelo – Nova Guataporanga – Ouro Verde – Panorama – Paulicéia – Santa Mercedes – São João do Pau D'Alho – Tupi Paulista
EDR 13 – FERNANDÓPOLIS (12 municípios) Fernandópolis – Guarani D'Oeste – Indaporã – Macedônia – Meridiano – Mira Estrela – Ouroeste – Pedranópolis – Estrela D'Oeste – Populina – São João das Duas Pontes – Turmalina
EDR 14 – FRANCA (13 municípios) Altinópolis – Santo Antonio da Alegria – Cristais Paulista – Franca – Itirapuã – Jeriquara – Patrocínio Paulista – Pedregulho – Restinga – Ribeirão Corrente – Rifaina – São José da Bela Vista – Batatais
EDR 15 – GENERAL SALGADO (21 municípios) Nhandeara – Planalto – União Paulista – Zacarias – Macaubal – Monções – Sebastianópolis do Sul – Nova Lusiânia – Santo Antonio do Aracanguá – Buritama – Lourdes – Turiúba – Auriflâma – Floreal – Gastão Vidigal – General Salgado – Magda – Nova Castilho – São João de Iracema – Guzolândia – Sud Mennucci
EDR 16 – GUARATINGUETÁ (18 municípios) Aparecida – Arapeí – Areias – Bananal – Cachoeira Paulista – Canas – Cruzeiro – Cunha – Guaratinguetá – Lavrinhas – Lorena – Piquete – Potim – Queluz – Roseira – São José do Barreiro – Silveiras – Lagoinha
EDR 17 – ITAPETININGA (14 municípios) Capão Bonito – Ribeirão Grande – Alambari – Angatuba – Campina do Monte Alegre – Guareí – Itapetininga – São Miguel Arcanjo – Sarapuí – Cesário Lange – Porangaba – Quadra – Tatuí – Torre de Pedra
EDR 18 – ITAPEVA (15 municípios) Apiaí – Barra do Chapéu – Guapiara – Itaóca – Itapirapuã Paulista – Ribeira – Ribeirão Branco – Buri – Bom Sucesso de Itararé – Itaberá – Itapeva – Itararé – Nova Campina – Ribeirão Vermelho do Sul – Taquarivaí
EDR 19 – JABOTICABAL (14 municípios) Guariba – Jaboticabal – Monte Alto – Taiaçu – Taiuva – Vista Alegre do Alto – Dobrada – Borborema – Cândido Rodrigues – Fernando Prestes – Ibitinga – Itápolis – Santa Ernestina – Taquaritinga
EDR 20 – JALES (22 municípios) Aspásia – Dirce Reis – Jales – Marinópolis – Mesópolis – Palmeira D'Oeste – Paranapuã – Pontalinda – Santa Albertina – Santa Salete – São Francisco – Urânia – Vitória Brasil – Aparecida D'Oeste – Nova Canaã Paulista – Rubinéia – Sant'Anna da Ponte Pensa – Santa Clara D'Oeste – Santa Fé do Sul – Santa Rita D'Oeste – Três Fronteiras – Dolcinópolis

(continua)

Res. SAA, de 03/01/1997 e de 14/05/1997	
EDR 21 – JAÚ (14 municípios)	Brotas – Torrinha – Bariri – Barra Bonita – Bocaina – Boracéia – Dois Córregos – Itaju – Itapuí – Jaú – Mineiros do Tietê – Igarçu do Tietê – Lençóis Paulista – Macatuba
EDR 22 – LIMEIRA (14 municípios)	Araras – Itacemópolis – Leme – Limeira – Pirassununga – Santa Cruz da Conceição – Analândia – Cordeirópolis – Corumbataí – Ipeúna – Itirapina – Rio Claro – Santa Gertrudes – Porto Ferreira
EDR 23 – LINS (13 municípios)	Cafelândia – Getulina – Guaíçara – Guaimbê – Júlio de Mesquita – Lins – Promissão – Sabino – Balbinos – Guarantã – Pirajuí – Pongaí - Uru
EDR 24 – MARÍLIA (13 municípios)	Álvaro de Carvalho – Alvinlândia – Fernão – Gália – Garça – Lupércio – Ocaçu – Marília – Oriente – Oscar Bressane – Vera Cruz – Pompéia - Quintana
EDR 25 – MOJI DAS CRUZES (12 municípios)	Arujá – Biritiba-Mirim – Ferraz de Vasconcelos – Guararema – Itaquaquecetuba – Moji das Cruzes – Poá – Ribeirão Pires – Rio Grande da Serra – Salesópolis – Santa Isabel - Suzano
EDR 26 – MOGI MIRIM (11 municípios)	Cosmópolis – Arthur Nogueira – Conchal – Engenheiro Coelho – Estiva Gerbi – Holambra – Itapira – Jaguariúna – Mogi Guaçu – Mogi Mirim – Santo Antonio da Posse
EDR 27 – ORLÂNDIA (12 municípios)	Aramina – Buritizal – Guará – Igarapava – Ituverava – Miguelópolis – Ipuã – Morro Agudo – Nuporanga – Orlândia – Sales Oliveira – São Joaquim da Barra
EDR 28 – OURINHOS (17 municípios)	Bernardino de Campos – Espírito Santo do Turvo – Piraju – Óleo – Santa Cruz do Rio Pardo – São Pedro do Turvo – Canitar – Chavantes – Fartura – Ipaussu – Ourinhos – Ribeirão do Sul – Salto Grande – Sarutaiá – Taguaí – Tejuapá – Timburi
EDR 29 – PINDAMONHANGABA (21 municípios)	Caçapava – Igaratá – Jacareí – Jambéiro – Monteiro Lobato – Paraibuna – Santa Branca – São José dos Campos – Campos do Jordão – Natividade da Serra – Pindamonhangaba – Redenção da Serra – Santo Antonio do Pinhal – São Bento do Sapucaí – São Luiz do Paraitinga – Taubaté – Tremembé – Caraguatatuba – Ilhabela – São Sebastião - Ubatuba
EDR 30 – PIRACICABA (16 municípios)	Cerquillo – Jumirim – Tietê – Águas de São Pedro – Americana – Capivari – Charqueada – Mombuca – Nova Odessa – Piracicaba – Rafard – Rio das Pedras – Saltinho – Santa Bárbara D'Oeste – Santa Maria da Serra – São Pedro

(continua)

Res. SAA, de 03/01/1997 e de 14/05/1997

EDR 31 – PRESIDENTE PRUDENTE (21 municípios)

Caiabu – Iepê – Indiana – João Ramalho – Martinópolis – Nantes – Rancharia – Regente Feijó – Taciba – Alfredo Marcondes – Álvares Machado – Anhumas – Emilianópolis – Estrela do Norte – Narandiba – Pirapozinho – Presidente Bernardes – Presidente Prudente – Sandovalina – Santo Expedito – Tarabai

EDR 32 – PRESIDENTE VENCESLAU (11 municípios)

Caiuá – Euclides da Cunha Paulista – Marabá Paulista – Mirante do Paranapanema – Piquerobi – Presidente Epitácio – Presidente Venceslau – Ribeirão dos Índios – Rosana – Santo Anastácio – Teodoro Sampaio

EDR 33 – REGISTRO (15 municípios)

Barra do Turvo – Cajati – Cananéia – Eldorado Paulista – Iguape – Ilha Comprida – Iporanga – Jacupiranga – Juquiá – Miracatu – Pariquera-Açu – Registro – Sete Barras – Itariri – Pedro de Toledo

EDR 34 – RIBEIRÃO PRETO (19 municípios)

Santa Cruz da Esperança – Barrinha – Cravinhos – Dumont – Guataparã – Jardinópolis – Pontal – Pradópolis – Ribeirão Preto – Serrana – Sertãozinho – Luiz Antonio – Santa Rosa de Viterbo – São Simão – Serra Azul – Brodósqui – Cajuru – Cássia dos Coqueiros – Santa Rita do Passa Quatro

EDR 35 – SÃO JOÃO DA BOA VISTA (16 municípios)

Aguai – Águas da Prata – Espírito Santo do Pinhal – Santo Antonio do Jardim – São João da Boa Vista – Vargem Grande do Sul – Caconde – Divinolândia – Mococa – São José do Rio Pardo – São Sebastião da Gramma – Tapiratiba – Casa Branca – Itobi – Santa Cruz das Palmeiras – Tambaú

EDR 36 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (24 municípios)

Adolfo – Bady Bassit – Cedral – Guapiaçu – Ipiguá – Mendonça – Nova Aliança – Nova Granada – Onda Verde – Palestina – Potirendaba – São José do Rio Preto – Jaci – José Bonifácio – Mirassol – Neves Paulista – Nipõa – Ubarana – Bálsamo – Mirassolândia – Monte Aprazível – Poloni – Tanabi – Icém

EDR 37 – SÃO PAULO (36 municípios)

Juquitiba – Bertioga – Cubatão – Guarujá – Itanhaém – Mongaguá – Peruíbe – Praia Grande – Santos – São Vicente – Guarulhos – Mauá – Santo André – São Bernardo do Campo – São Caetano do Sul – Pirapora do Bom Jesus – Santana do Parnaíba – Barueri – Cotia – Itapevi – Jandira – Vargem Grande Paulista – Caieiras – Cajamar – Carapicuíba – Diadema – Embu – Embu-Guaçu – Francisco Morato – Franco da Rocha – Itapeverica da Serra – Mairiporã – Osasco – São Lourenço da Serra – São Paulo – Taboão da Serra

EDR 38 – SOROCABA (19 municípios)

Boituva – Cabreúva – Iperó – Itu – Porto Feliz – Salto – Alumínio – Araçariguama – Araçoiaba da Serra – Capela do Alto – Ibiúna – Mairinque – Piedade – Pilar do Sul – Salto de Pirapora – São Roque – Sorocaba – Tapiraí – Votorantim

EDR 39 – TUPÃ (14 municípios)

Lucélia – Pracinha – Inúbia Paulista – Osvaldo Cruz – Parapuã – Rinópolis – Sagres – Salmourão – Arco-Íris – Bastos – Herculândia – Iacri – Queiroz – Tupã

EDR 40 – VOTUPORANGA (11 municípios)

Álvares Florence – Américo dos Campos – Cardoso – Cosmorama – Parisi – Pontes Gestal – Riolândia – Valentim Gentil – Votuporanga – Orindiúva – Paulo de Faria

Fonte: MONTEIRO, A.V.V.M et al. Classificação de Municípios por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) e Divisão Regional Agrícola (DIRA): Comparação das Divisões Administrativas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. In: **Informações Estatísticas da Agricultura**. São Paulo: IEA, vol. 11, nº 1, p. 215-228, 2000.

FIGURA A: -- A DIVISÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO POR ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EDRs)



Fonte: PINO, F. A. et al. (orgs.). Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo, 1995-96 (CD ROM), São Paulo: IEA / CATI / SAA, 2000.

ORGAN.: Reinaldo L. Selani
DES.: Franco F. Oliveira

ANEXO DOIS

ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS

TABELA A - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000.

Município	Evolução Populacional dos Municípios nos Censos (IBGE) de 1980, 1991 e 2000 e N° Índice						
	1980	N° Índice (%)	1991	N° Índice (%)	2000	N° Índice (%)	Varição no Período (%)
Bernardino de Campos	8.991	100	10.049	12	10.720	7	19
Canitar					3.481		
Chavantes	12.981	100	14.160	9	12.194	- 14	- 6
Espírito Santo do Turvo					3.677		
Fartura	12.813	100	14.333	12	15.010	5	17
Ipaussu	10.225	100	11.406	12	12.553	10	23
Óleo	3.004	100	2.801	- 7	2.994	7	0
Ourinhos	59.739	100	76.923	29	93.868	22	57
Pirajuru	21.386	100	26.076	22	27.897	7	30
Ribeirão do Sul	3.132	100	3.606	15	4.497	25	44
Salto Grande	7.015	100	7.678	9	8.444	10	20
Santa Cruz do Rio Pardo	33.611	100	39.544	18	40.919	3	22
São Pedro do Turvo	7.568	100	7.038	- 7	6.888	- 2	- 9
Sarutaiá	2.955	100	3.023	2	3.739	24	27
Taguaí	5.733	100	6.428	12	7.468	16	30
Tejupá	4.854	100	4.732	- 3	5.336	13	10
Timburi	3.320	100	2.850	- 14	2.731	- 4	- 18
TOTAL DO EDR DE OURINHOS	197.327	100	230.647	17	262.416	14	33

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (1982, 1993 e 2002).

ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS

TABELA B - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000.

Município	Evolução da População Urbana e Rural dos Municípios								
	1980			1991			2000		
	População Total	População Urbana	População Rural	População Total	População Urbana	População Rural	População Total	População Urbana	População Rural
Bernardino de Campos	8.991	6.620	2.371	10.049	8.139	1.910	10.720	9.326	1.394
Canitar							3.481	2.678	803
Chavantes	12.981	8.224	4.757	14.160	9.744	4.416	12.194	10.440	1.754
Espírito Santo do Turvo							3.677	3.241	436
Fartura	12.813	6.538	6.275	14.333	9.237	5.096	15.010	11.379	3.631
Ipaussu	10.225	7.021	3.204	11.406	8.922	2.484	12.553	11.030	1.523
Óleo	3.004	1.098	1.956	2.801	1.289	1.512	2.994	1.773	1.221
Ourinhos	59.739	52.671	7.068	76.923	70.707	6.216	93.868	89.376	4.492
Piraju	21.386	16.268	5.118	26.076	21.222	4.854	27.897	24.296	3.601
Ribeirão do Sul	3.132	1.527	1.605	3.606	2.331	1.275	4.497	2.859	1.638
Salto Grande	7.015	4.763	2.252	7.678	5.915	1.763	8.444	7.387	1.057
Santa Cruz do Rio Pardo	33.611	22.081	11.530	39.544	31.559	7.985	40.919	35.120	5.799
São Pedro do Turvo	7.568	2.534	5.034	7.038	3.632	3.406	6.888	4.399	2.489
Sarutaiá	2.955	1.330	1.625	3.023	1.893	1.130	3.739	2.827	912
Taguai	5.733	2.950	2.783	6.428	4.716	1.712	7.468	6.409	1.059
Tejupá	4.854	419	4.435	4.732	751	3.981	5.336	2.723	2.613
Timburi	3.320	1.060	2.260	2.850	1.543	1.307	2.731	1.812	919
TOTAL DO EDR DE OURINHOS	197.327	135.104	62.273	230.647	181.600	49.047	262.416	227.075	35.341

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (1982, 1993 e 2002).

ANEXO 2 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS

TABELA C- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL (EM PORCENTUAIS) NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000.

Município	Evolução da População Urbana nos Municípios do EDR de Ourinhos (em %)							
	1980				1991			
	População Total (%)	População Urbana(%)	População Rural (%)	População Rural (%)	População Urbana(%)	População Rural (%)	População Total(%)	População Urbana(%)
Bernardino de Campos	100	74	26		81	19	100	87
Canitar							100	77
Chavantes	100	63	37		69	31	100	86
Espírito Santo do Turvo							100	88
Fartura	100	51	49		64	36	100	76
Ipaussu	100	69	31		78	22	100	88
Óleo	100	35	65		46	54	100	59
Ourinhos	100	88	12		92	8	100	95
Pirajuru	100	76	24		81	19	100	87
Ribeirão do Sul	100	49	51		65	35	100	64
Salto Grande	100	68	32		77	23	100	87
Santa Cruz do Rio Pardo	100	66	34		80	20	100	86
São Pedro do Turvo	100	33	67		52	48	100	64
Sarutalá	100	45	55		63	37	100	76
Taguai	100	51	49		73	27	100	86
Tejupá	100	9	91		16	84	100	51
Timburi	100	32	68		54	46	100	66
TOTAL DO EDR DE OURINHOS	100	68	32		79	21	100	87
								13

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (1982, 1993 e 2002).

ANEXO TRÊS

ANEXO 3 – PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000 – POR MUNICÍPIOS

TABELA 1 – ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS – ANO BASE: 1980 (EM HECTARES)

Município	Culturas Temporárias						Culturas Permanentes	
	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Mandioca	Feijão	Arroz	Café	Citrus
Bernardino de Campos	108	3.172	600	1	72	282	810	4
Canitar	—	—	—	—	—	—	—	—
Chavantes	4.635	1.429	2.185	5	68	115	1.375	0
Espírito Santo do Turvo	—	—	—	—	—	—	—	—
Fartura	0	3.053	101	0	1.330	377	2.005	10
Ipaussu	3.172	1.835	1.413	0	53	151	1.379	0
Óleo	5	2.232	121	3	129	402	346	21
Ourinhos	5.949	1.709	5.146	17	126	152	431	21
Piraju	7	2.070	952	5	281	828	4.486	69
Ribeirão do Sul	122	2.103	911	622	27	320	262	0
Salto Grande	938	3.392	4.290	121	59	280	234	17
Santa Cruz do Rio Pardo	7.988	12.245	2.822	29	705	2.166	4.098	37
São Pedro do Turvo	1.183	4.486	1.106	748	349	1.989	2.186	6
Sarutaiá	10	505	96	0	168	307	1.256	8
Taguaí	30	2.127	0	3	1.693	163	1.289	9
Tejupá	0	1.029	1	0	453	684	3.971	46
Timburi	3	799	0	3	276	281	2.266	5
TOTAL	24.150	42.186	19.744	1.557	5.789	8.497	26.394	25

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (1983/84).

ANEXO 3 – PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000 – POR MUNICÍPIOS

TABELA II – ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS – ANO BASE: 1985 (EM HECTARES)

Município	Culturas Temporárias						Culturas Permanentes	
	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Mandioca	Feijão	Arroz	Café	Citrus
Bernardino de Campos	426	2.887	210	0	117	277	1.327	4
Canitar	—	—	—	—	—	—	—	—
Chavantes	5.216	1.306	747	2	64	40	1.519	6
Espírito Santo do Turvo	—	—	—	—	—	—	—	—
Fartura	0	4.129	2	16	757	481	3.640	22
Ipaussu	7.338	552	255	1	47	41	1.024	0
Óleo	31	2.185	25	8	156	370	716	17
Ourinhos	8.205	2.690	1.932	10	79	145	306	4
Piraju	37	2.359	556	4	303	864	5.430	38
Ribeirão do Sul	885	2.234	1.163	741	20	389	286	0
Salto Grande	1.453	3.894	2.682	271	19	142	229	14
Santa Cruz do Rio Pardo	15.536	11.021	2.072	102	627	938	3.668	18
São Pedro do Turvo	2.524	3.773	461	1.207	172	1.539	1.933	3
Sarutalá	0	453	29	17	127	285	1.462	8
Taguaí	0	2.012	0	2	1.167	158	1.713	5
Tejupá	13	1.236	0	12	228	408	4.490	26
Timburi	130	554	4	2	76	175	2.205	8
TOTAL	41.794	41.285	10.138	2.395	3.959	6.252	29.948	173

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (1993).

ANEXO 3 – PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000 – POR MUNICÍPIOS

TABELA III – ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS – ANO BASE: 1990 (EM HECTARES)

Município	Culturas Temporárias						Culturas Permanentes	
	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Mandioca	Feijão	Arroz	Café	Citrus
Bernardino de Campos	1.400	3.000	700	10	170	400	950	13
Canitar	—	—	—	—	—	—	—	—
Chavantes	7.000	700	1.500	50	10	50	1.240	41
Espírito Santo do Turvo	—	—	—	—	—	—	—	—
Fartura	30	2.600	0	50	900	250	4.200	209
Ipaussu	7.200	850	580	0	90	100	1.054	32
Óleo	60	2.900	100	15	480	400	1.040	42
Ourinhos	6.600	1.200	1.700	200	490	250	300	28
Piraju	100	1.500	360	20	350	300	5.700	238
Ribeirão do Sul	394	1.549	1.400	730	66	150	480	5
Salto Grande	950	2.500	3.300	400	350	400	39	76
Santa Cruz do Rio Pardo	12.100	8.900	3.200	0	900	500	3.500	47
São Pedro do Turvo	4.000	2.500	1.200	600	500	400	1.800	110
Sarutaiá	100	1.000	0	80	150	400	2.100	86
Taguaí	30	1.500	0	20	350	150	2.250	63
Tejupá	60	1.100	0	15	270	400	5.000	270
Timburi	0	600	0	25	180	300	2.950	70
TOTAL	40.024	32.399	14040	2215	5256	4450	32603	1330

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal (PAM), Período de 1990 à 2000.

Site consultado: www.sidra.ibge.gov.br (acesso realizado em 06/09/03)

ANEXO 3 – PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000 – POR MUNICÍPIOS

TABELA IV – ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS – ANO BASE: 1995 (EM HECTARES)

Município	Culturas Temporárias						Culturas Permanentes	
	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Mandioca	Feijão	Arroz	Café	Citrus
Bernardino de Campos	2.950	2.600	400	5	250	350	462	31
Canitar	2.100	400	500	0	0	20	419	9
Chavantes	7.000	500	400	0	10	30	385	29
Espírito Santo do Turvo	3.800	120	0	800	0	5	9	12
Fartura	60	2.300	80	15	550	330	3.115	188
Ipaussu	9.400	600	1.200	0	70	20	385	18
Óleo	160	2.930	50	5	300	200	785	43
Ourinhos	9.000	4.000	3.300	20	80	15	77	19
Piraju	320	2.200	300	10	400	500	5.000	255
Ribeirão do Sul	330	1.348	420	1.430	0	250	292	10
Salto Grande	1.300	5.500	4.000	450	250	250	6	65
Santa Cruz do Rio Pardo	18.000	9.300	6.200	840	500	600	1.538	1.295
São Pedro do Turvo	6.000	3.150	1.000	1.800	200	400	462	322
Sarutalá	250	730	200	5	140	80	1.808	1.158
Taguaí	50	2.150	40	5	440	210	1.615	50
Tejupá	70	2.150	200	5	300	430	3.846	100
Timburi	200	250	20	4	110	90	923	57
TOTAL	60.990	40.228	18.310	5.394	3.600	3.780	21.127	3.661

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal (PAM), Período de 1990 à 2000.

Site consultado: www.sidra.ibge.gov.br/ acesso realizado em 06/09/03

ANEXO 3 – PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NO EDR DE OURINHOS NO PERÍODO DE 1980 A 2000 – POR MUNICÍPIOS

TABELA V – ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DO EDR DE OURINHOS – ANO BASE: 2000 (EM HECTARES)

Município	Culturas Temporárias						Culturas Permanentes	
	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Mandioca	Feijão	Arroz	Café	Citrus
Bernardino de Campos	3.000	2.800	300	200	170	100	640	53
Canitar	4.000	360	550	20	0	5	236	4
Chavantes	7.500	600	250	20	0	10	258	22
Espírito Santo do Turvo	4.000	330	0	49	18	0	10	12
Fartura	60	1.300	0	0	500	20	1.612	104
Ipaussu	9.400	755	490	0	0	0	197	8
Óleo	350	3.460	50	20	40	15	56	26
Ourinhos	10.000	2.000	1.500	20	0	0	56	14
Piraju	330	2.300	400	0	1.450	170	3.652	267
Ribeirão do Sul	1.500	6.000	5.000	430	0	30	449	6
Salto Grande	1.500	5.200	3.000	1.200	600	400	11	57
Santa Cruz do Rio Pardo	13.000	10.000	5.000	2.600	250	600	1.011	3.184
São Pedro do Turvo	6.000	3.000	1.000	1.600	100	150	52	686
Sarutalá	0	300	300	0	130	60	899	319
Taguaí	0	1.900	0	0	720	15	562	20
Tejupá	0	1.100	0	0	200	200	3.933	80
Timburi	0	252	0	0	0	0	1.404	32
TOTAL	60.640	41.657	17.840	6.159	4.178	1.775	15.038	4.894

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal (PAM), Período de 1990 a 2000.

Site consultado: www.sidra.ibge.gov.br (acesso realizado em 06/09/03)

ANEXO QUATRO

ANEXO 4 – INVESTIMENTOS DO GRUPO FBA/COSAN NA USINA IPAUSSU A PARTIR DO ANO DE 1996

IPAUSSU TERÁ MEGAUSINA DE AÇÚCAR

“Grupo de Piracicaba vai transformar destilaria de Ipaussu numa das 30 maiores do país; investimentos chegam a US\$ 20 milhões.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 802, p. 5, 25 ago. 1996.

Cerca de US\$ 20 milhões investidos numa primeira etapa, geração de 800 empregos diretos e uma média de 2.000 indiretos a curto prazo e produção de 2,3 milhões de toneladas de açúcar. Este é o perfil traçado pelo grupo Cosan/Bom Jesus, proprietário da Destilaria Ipaussu, para os próximos dois anos. O objetivo é transformar em três anos a destilaria de médio porte numa das 30 maiores do país. Em 5 anos, a empresa pode estar entre as 10 maiores.

A controladora da destilaria, a família Silveira Melo Ometto (de Piracicaba) já é a maior exportadora privada de açúcar do Brasil. Dono de mais três usinas na região de Piracicaba, o grupo decidiu investir pesado em Ipaussu, onde já emprega 1.260 trabalhadores, porque as condições da região são favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar. Segundo avaliação econômica, há terra disponível e o nível de fornecedores de cana é alto. O maior fornecedor do grupo de Ipaussu, por exemplo, será Marcílio Guimarães, de Santa Cruz do Rio Pardo. O Cosan/Bom Jesus estima que vai trabalhar com 35% da produção com cana produzida em terras próprias (o grupo tem 2.000 alqueires na região) e o restante dividido entre fornecedores particulares.

Segundo Renato Victorino, 40, superintendente da destilaria Ipaussu, a empresa produz atualmente 70 milhões de litros de álcool em Ipaussu, mas o objetivo é entrar forte no mercado produtor de açúcar. “Já no próximo ano vamos manter a mesma produção de álcool e produzir mais 2,3 mil sacas de açúcar”, explicou Renato. Em 98, a empresa já deve estar superando, em termos comparativos, a usina São Luiz de Ourinhos.

A escolha pelo açúcar como prioridade tem explicação. O produto tem alcançado um preço competitivo no mercado exterior porque a crise econômica de Cuba reduziu a oferta no planeta.

A produção em Ipaussu será basicamente destinada à exportação e haverá facilidades, já que o Cosan/Bom Jesus é o único grupo privado proprietário de um terminal de exportação no porto de Santos. No total, o Bom Jesus já exporta 650 mil tonelada de açúcar.

Armazéns do IBC — A empresa de Ipaussu não nega que esteja interessada no antigo armazém do extinto IBC (Instituto Brasileiro do Café) que existe em Ipaussu. O barracão é o maior da região e está hoje sob tutela do Ministério da Indústria e Comércio.

“O local é ideal para armazenar sacas e estamos interessados”, admitiu o superintendente Renato Victorino. Segundo ele, o antigo armazém do IBC conta até com ramal ferroviário interno que, embora sucateado, poderá ser reformado.

Para a prefeitura de Ipaussu, o projeto do grupo significará um acréscimo anual estimado em R\$ 2 milhões.

GRUPO FRANCÊS É O NOVO SÓCIO DA USINA DE IPAUSSU

“Prefeitura da cidade arrecada R\$ 392 mil de imposto municipal gerado pela venda de terras aos novos acionistas.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.025, p. 6, 26 nov. 2000.

O grupo Cosan se associou a investidores franceses num negócio de US\$ 39 milhões que tornou a Usina Ipaussu independente das demais empresas do grupo. Foi criada uma nova empresa, a Franco Brasileira de Açúcar e Alcool (FBA).

A parceria gerou receita à prefeitura de Ipaussu. Ela arrecadou na última semana R\$ 392 mil de Imposto sobre Transações Imobiliárias Inter Vivos (ITBI). O prefeito em exercício, Álvaro Moraes (PMDB), declarou que o dinheiro veio em “boa hora”.

O coordenador administrativo da filial da usina de Ipaussu, Ricardo Regalla Artale, disse que dos US\$ 39 milhões investidos pelos menos US\$ 11 milhões vão ser aplicados na expansão da unidade de Ipaussu, cuja capacidade de produção deve ser ampliada para 2,4 milhões de toneladas de cana.

A cooperativa francesa Union SDA assumiu 47,5% e a trading Sucden 5%. Os investidores internacionais juntos compraram 52,5%, mas o grupo Cosan ainda têm 47,5% de participação no empreendimento. A FBA será administrada em conjunto por um consórcio franco-brasileiro. A Usina de Ipaussu representava 10% da capacidade total de produção do grupo Cosan, proprietário de seis indústrias sucro-alcooleiras. Usina Costa Pinto de Piracicaba, Usina Diamante de Jaú, Usina da Serra de Ibaté e Usina Rafard. O grupo Cosan é da família Ometo de Piracicaba, um dos maiores exportadores brasileiros de açúcar pelo porto de Santos — responde por cerca de 60% do movimento do terminal.

Os novos parceiros têm negócios na Europa e na República Theca, mas estão pela primeira vez no Brasil. Segundo Artale, apesar da compra da terra o grupo Cosan continuará administrando a unidade de Ipaussu. A entrada dos franceses no setor sucro-alcooleiro brasileiro significa a possibilidade de ampliar o acesso ao mercado mundial.

MUNICÍPIO GANHA UMA RECEITA EXTRA - A prefeitura de Ipaussu ganhou uma receita extra de R\$ 392 mil com a venda de terras da usina Ipaussu para os novos investidores franceses: a transação imobiliária movimentou R\$ 13.070.411,75. O município arrecadou 3% desse total porque incide imposto sobre transação imobiliário.

O dinheiro foi depositado há uma semana na conta do município. O prefeito em exercício, Álvaro José de Moraes (PMDB), disse que o dinheiro “veio em boa hora”. Ele pretende pagar o salário do funcionalismo de novembro até o final do mês, além de destinar uma parte para pagar a segunda parcela do 13º salário. O restante será investido no recapeamento de várias ruas da cidade. O prefeito disse que já está fazendo o levantamento de custo para estimar se será necessário uma tomada de preço ou uma carta-convite para contratar a empresa pavimentadora.

ANEXO CINCO

ANEXO 5 – CRISE NA SOBAR S.A. ÁLCOOL E DERIVADOS, SEGUNDO REGISTROS DA IMPRENSA REGIONAL

GREVE PARALISA USINA SOBAR POR CINCO DIAS

“Pelo menos 200 trabalhadores aderiram à paralisação na última semana para protestar contra o atraso do pagamento.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 777, p. 4, 3 mar. 1996.

Cerca de 200 trabalhadores entraram em greve na Usina Sobar de Espírito Santo do Turvo, no começo da última semana (fev./1996), por causa do atraso de 90 dias no pagamento dos salários. Um acordo acertado suspendeu a greve.

A empresa concordou em liberar a segunda parcela do 13º salário de dezembro (que não ha sido quitado), se comprometeu a dar uma estabilidade de 30 dias e não vai descontar os cinco dias parados da greve, segundo o sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Álcool de Ipaussu.

A paralisação atingiu os funcionários do setor da indústria e de transporte. Os vigias, responsáveis pela segurança da empresa, não aderiram à greve.

Nesta segunda-feira, 4 (mar./1996), deve ser julgado pela Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Ourinhos uma ação dos 1.628 trabalhadores demitidos no passado pela usina.

A dívida trabalhista, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Álcool de Ipaussu, José Carlos de Paula, está estimada em R\$ 2 milhões.

No final de janeiro (1996), os demitidos tentaram ocupar a usina para pressionar a direção da empresa a pagar os salários atrasados. A Polícia Militar foi mobilizada para evitar depredações.

Em 9 de fevereiro (1996), houve uma segunda mobilização dos trabalhadores para tentar nova ocupação da empresa. O clima esteve tenso quando um grupo de trabalhadores cortou as telas e arrombou o portão de acesso da usina. A PM mobilizou 300 homens para evitar que a usina fosse ocupada.

Após o protesto, a direção da usina concordou pagar parte da primeira parcela do salário dos demitidos. O valor foi estipulado em R\$ 74,00 (para cada um), mais a liberação parcial do FGTS (Fundo de Garantia).

“Esse acordo foi um aditamento para homologar as demissões. Isso possibilitou aos demitidos requerer o salário desemprego”, disse o presidente do sindicato.

Na quarta-feira (06/03/1996) deve ser julgado em Campinas no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) a legalidade da greve dos trabalhadores e um pedido de arresto de todos os bens da usina. “Essa última medida é para evitar que a empresa venda máquinas”, disse José Carlos.

Os trabalhadores decidiram suspender a greve, mas eles estipularam um prazo até sexta-feira, 8 (mar./1996), para que a usina pague todos os salários atrasados. “Se isso não for cumprido, vamos parar novamente”, disse o sindicalista.

GREVE PÁRA USINA SOBAR POR ATRASO DE SALÁRIO

“Paralisação atingiu setor da indústria, mas parou usina; movimento terminou quarta-feira porque empresa promete pagar no dia 31.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 905, p. 6, 16 ago. 1998.

Cerca de 120 trabalhadores do setor da indústria da Destilaria Sobar de Espírito Santo do Turvo entraram em greve por 3 dias em protesto pelo atraso de três meses no pagamento dos salários. Eles voltaram ao trabalho quinta-feira (13/08/1998), após pressão da empresa que levou até a polícia para forçá-los a suspender a paralisação. A Sobar promete acertar os pagamentos atrasados depois do dia 31 (ago./1998).

A paralisação deu prejuízos à empresa, porque durante três dias não houve produção de álcool. A greve atingiu os dois turnos de trabalho do setor da indústria, o mais vital da destilaria, que afetou o restante da usina, inclusive o agropecuário, que concentra a maior quantidade de funcionários. O corte de cana e o setor de

transporte indiretamente pararam juntos durante os três dias, embora não houvesse adesão deles.

A paralisação do setor industrial inviabilizou o descarregamento da cana colhida no domingo (09/08/1998), que havia sido transportada durante a madrugada de segunda até a usina. Na quarta-feira (12/08/1998) havia dezenas de caminhões parados, no pátio da usina aguardando a retomada da produção para descarregar.

A empresa deve três folhas de pagamento (por funcionário) e cada uma está estimada em cerca de R\$ 450 mil. A Sobar tentou convencer os trabalhadores para retornar ao trabalho com a condição de regularizar o pagamento no dia 31. “Perdemos a confiança na usina, por isso entramos em greve”, afirmou um trabalhador na terça-feira (11/08/1998) — ele pediu para não ser identificado por temer represálias. Segundo os trabalhadores, a empresa não recolhe o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e vem atrasando os salários. “Não dá mais para trabalhar sem receber”, reclamou outro funcionário.

Não é a primeira greve na Sobar por causa de falta de pagamento. Há um ano (1997), houve manifestação de bóias-frias na porta da empresa em protesto pela demora no pagamento das rescisões de contratos. Houve pequeno tumulto e a Polícia Militar foi acionada para resguardar a segurança das instalações. A destilaria pagou parceladamente as dívidas com os cortadores de cana, dispensados após a safra.

Antes de os funcionários da indústria deflagarem a greve houve denúncias contra a empresa. O escritório regional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) acionou o Ministério do Trabalho de Marília para fiscalizar a destilaria. O sub-delegado da regional de Marília do Ministério do Trabalho, José Devanir da Silva, esteve na empresa, coincidentemente quando estourou a greve.

Segundo a CUT, havia cortadores de cana sem registro em suas carteiras de trabalho e morando em condições sub-humanas. A usina “importou” vários trabalhadores de Minas Gerais por falta de mão-de-obra na região para trabalhar no corte de cana. Devanir da Silva, porém, declarou que não constatou as irregularidades apontadas pela CUT. Segundo ele, todos estavam com registro em carteira. “As moradias foram alugadas pelos próprios trabalhadores e não pela empresa”, declarou o sub-delegado. A única irregularidade — e a empresa foi advertida — teria sido a falta de equipamentos de segurança

Na quarta-feira (12/08/1998), na segunda rodada de negociação entre a comissão de trabalhadores, o sindicato do álcool de Ipaussu e os diretores da empresa, não houve acordo. Nesse dia se encontrava na empresa o sub-delegado do trabalho, que acompanhou a reunião sem mediar ou interferir. Devanir da Silva afirmou que o MT não podia interferir na negociação, porque a portaria nº 865 do Ministério do Trabalho estabelece que, quando há acordos entre as partes, não deve existir qualquer interferência. No caso específico da Sobar, por exemplo, o sindicato dos trabalhadores do setor de álcool de Ipaussu assinou um termo estipulando um prazo até dia 31 (ago./1998) para regularização dos salários atrasados.

Silva qualificou a greve de “justa”, mas se recusou a comentar se a paralisação estava dentro da legalidade. Segundo a CUT de Ourinhos a volta ao trabalho só ocorreu por pressão. “A PM escoltou os ônibus com os trabalhadores até o interior da usina e lá eles foram obrigados a fazer assembléia e voltar ao trabalho”, disse Cláudio Gonçalves Izidio, assessor da sub-sede da CUT de Ourinhos.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação de Álcool de Ipaussu e Região, José Carlos de Paula, disse que a paralisação dos trabalhadores era legal. Segundo ele, após 60 dias sem pagamento o trabalhador tem direito à rescisão do contrato e a greve está dentro da legalidade.

A Destilaria Sobar opera só com 50% da sua capacidade de produção de álcool. Na atual safra (1998/99) a previsão é produzir 65 milhões de litros — a capacidade industrial instalada é 120 milhões que só foi atingida na safra 91/92.

Houve pequeno tumulto no final da tarde de quarta-feira. Os motoristas de caminhões contratados pela usina exigiram uma assembléia para retomar o trabalho. Eles não são funcionários contratados diretamente pela usina, pois a Sobar terceirizou o transporte. A reportagem não conseguiu localizar nenhum dirigente da usina durante a semana.

SOBAR PARALISA PRODUÇÃO E DEMITE EM MASSA

“Situação social de demitidos pode se agravar e preocupa Espírito Santo do Turvo”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 918, p. 10, 15 nov. 1998.

A Destilaria de Álcool Sobar, de Espírito Santo do Turvo, paralisou a produção de álcool carburante no começo da última semana (nov./1998). A empresa iniciou a dispensa em massa de cortadores de cana e também demitiu todo o pessoal do setor de produção. A reportagem tentou ouvir, sem sucesso, a diretoria da empresa.

Os dados extra-oficiais obtidos junto a funcionários é de que a Sobar empregava cerca de 1.500 trabalhadores no campo e pelo menos 400 na destilaria, entre pessoal de escritório e do setor industrial.

Na entressafra, a destilaria mantém um contingente para manutenção das máquinas, mas nem isso será feito este ano com o agravamento da crise do setor sucroalcooleiro.

A Sobar deverá manter uma quantia grande de cana no campo, porque o preço do álcool despencou de R\$ 0,41 para R\$ 0,18 o litro.

O prefeito de Espírito Santo do Turvo, João Adirso Pacheco (PSDB), informou que agendou uma viagem a Brasília para pedir a inclusão de seu município no programa da Comunidade Solidária. Assim, a cidade receberia cestas básicas para distribuí-las aos trabalhadores demitidos. O programa visa atender municípios com problemas sociais.

“Estamos preocupados com a situação, porque os trabalhadores demitidos procuram auxílio no setor social da prefeitura”, declarou o prefeito de Espírito Santo.

O município é o mais atingido com a crise da destilaria. Pacheco acredita que outras cidades da região também são atingidas com essa paralisação.

Segundo ele, a Sobar emprega trabalhadores de Ipaussu, Santa Cruz do Rio Pardo, Paulistânia, Cabrália Paulista entre outros. O impacto maior deve ser sentido no município onde está a sede da empresa. “A preocupação é atender os desempregados. Nem estamos pensando nos reflexos da queda de receita de ICMS

que será provocada com a redução de produção no índice de participação do município”, informou Pacheco.

A destilaria passa por dificuldades econômicas há vários anos. Em agosto (1998), os trabalhadores do setor de produção entraram em greve para protestar contra o atraso nos pagamentos. A paralisação durou três dias.

O governo suspendeu o subsídio que concedia ao setor. A Sobar, por exemplo, vendia 3,5 milhões de litros com preço fixado em R\$ 0,34. Há excedente de álcool para uma frota cada vez menor. Isso fez com que preço por litro se reduzisse para R\$ 0,17. O setor sucroalcooleiro passa por mudanças profundas. O governo adiou para 1º de fevereiro (1999) a liberação da venda do álcool hidratado nas destilarias para estudar o mecanismo de repasse do subsídio e a cobrança de ICMS diretamente do produtor.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Alcool de Ipaussu e Região, José Carlos, informou que a Sobar ainda não pagou os salários dos funcionários de outubro. A empresa se comprometeu a fazer os pagamentos até o dia 30 (nov./1998) — o quinto dia útil venceu no dia 9 (nov./1998).

Ele disse que a destilaria demitiu funcionários com mais de 15 anos de casa. Os funcionários demitidos há dois anos ainda não receberam todos os direitos trabalhistas. José Paula disse que a destilaria informou que o preço pago pelo litro de álcool pelas distribuidoras não cobre a folha de pagamento.

Nos próximos dias (1998), as Usinas São Luiz S.A. e Ipaussu e a destilaria Archângelo devem também demitir funcionários em função da situação do setor, informou o sindicalista.

SINDICATO PRESSIONA E A USINA SOBAR PAGA SALÁRIOS ATRASADOS

“Empresa e trabalhadores firmam acordo sobre o pagamento das rescisões trabalhistas dos funcionários demitidos.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.026, p. 6, 3 dez. 2000.

O sindicato dos trabalhadores do álcool de Ipaussu e região entrou na Justiça do Trabalho com uma ação cautelar nominada com pedido de arresto contra a usina Sobar, de Espírito Santo do Turvo, por pendências trabalhistas. O juiz Levi Rosa Tomé concedeu liminar que bloqueou mais de um milhão de litros de álcool anidro da empresa como garantia de uma dívida de aproximadamente R\$ 600 mil. A liminar concedida, segundo um dos advogados do sindicato dos trabalhadores, Antonio Carlos Vieira, pegou a usina de surpresa.

O presidente do sindicato dos trabalhadores, José Carlos de Paula, afirma que a ação foi movida porque a Sobar não tinha pago os salários do mês de setembro (2000) e parte de outubro (2000) de cerca de 600 funcionários. Além disso, ainda segundo ele, a empresa demitiu cerca de 400 trabalhadores e ainda não pagou a rescisão do contrato de trabalho, como multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e 13º salário.

Na audiência de instrução, realizada na quarta-feira, 29 (nov./2000), em que mais de 150 trabalhadores da usina fizeram uma manifestação em frente à Justiça do Trabalho, a empresa pagou os salários atrasados de setembro (2000). No entanto, de acordo com o dirigente sindical, ainda não quitou os débitos referentes à rescisão dos funcionários demitidos.

A Sobar, depois de pagar “o grosso da ação”, pleiteou junto ao sindicato a troca do álcool bloqueado por 200 hectares de plantação de cana-de-açúcar, uma vez que o dinheiro da venda do álcool seria utilizado para quitar as dívidas com os trabalhadores. O presidente do sindicato não vê problema nessa troca. “A cana-de-açúcar é um bem de fácil comercialização, desde que a dívida tenha uma garantia”, afirma.

Na sexta-feira, 2 (dez./2000), depois de uma rodada de negociação entre patrão e empregados, chegou-se a um acordo. O sindicato aceitou a troca da garantia e a Sobar fez uma proposta concreta do pagamento do restante do débito.

Segundo os advogados dos trabalhadores, a empresa se com prometeu a pagar as rescisões da seguinte forma: quem tem direito até R\$ 500,00, vai receber em apenas uma parcela; quem tem de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00, em duas vezes; de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00, em três; e o trabalhador que tem a receber acima de R\$ 3.000,00 a empresa se com prometeu a pagar em quatro parcelas, O primeiro pagamento, segundo Carlos Vieira, será dia 22 de dezembro (2000). O acordo foi encaminhado à Justiça do Trabalho em Ourinhos para homologação. Procurada pela reportagem para comentar o caso, a diretoria da usina Sobar não se manifestou.

FUNCIONÁRIOS DA SOBAR PROTESTAM ATRASO DE TRÊS MESES NO PAGAMENTO

“Trabalhadores da usina reclamam da falta de cumprimento a normas trabalhistas em segundo protesto do ano.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.037, p. 6, 18 fev. 2001.

Um grupo com cerca de 50 funcionários da Usina e Destilaria de Álcool Sobar, de Espírito Santo do Turvo, realizou uma manifestação na manhã de quarta-feira, 14 (fev./2001), em frente da empresa. Os manifestantes protestaram contra a falta de pagamento e o desrespeito às normas de segurança do trabalho.

A usina ainda não acertou os pagamentos dos meses de dezembro (2000), janeiro e fevereiro (2001) da maioria dos funcionários -- aproximadamente 200 na ativa.

Nem mesmo o 13º salário do ano de 2000 foi pago. “Na última manifestação a empresa ofereceu aproximadamente R\$ 100 para cada funcionário, como parte do 13º. Foi uma forma de convencê-los a voltar ao trabalho”, afirma o diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Álcool, Química e Farmacêutica de Ipaussu, Sebastião dos Santos.

Segundo o presidente do sindicato, José Carlos de Paula, há mais de 10 anos a empresa não faz depósitos do fundo de garantia dos funcionários e desde 1993 não recolhe o INSS.

Em setembro do ano passado (2000) cerca de 400 funcionários foram dispensados do trabalho e ainda não receberam pelos dias trabalhados.

Os funcionários decidiram realizar a manifestação após uma série de tentativas de negociações frustradas. Há cerca de quinze dias paralisaram os serviços, mas retomaram no dia seguinte mediante promessa da empresa de que receberiam os salários uma semana depois, o que não ocorreu.

A manifestação foi atrapalhada pela dificuldade dos demais funcionários em chegarem à usina. Choveu muito no momento do protesto e os veículos responsáveis pela condução dos funcionários até a empresa não circularam naquele dia. Apenas um ônibus fretado pelo sindicato recolheu os funcionários para que a manifestação pudesse acontecer.

Mesmo em número reduzido, os funcionários se mostraram muito insatisfeitos com a empresa. “Queremos nosso salário”, gritaram alguns manifestantes no momento em que um carro que levava dirigentes da empresa chegou até o local.

Um funcionário denunciou a falta de segurança em alguns tipos de serviços.

“Para trabalhar com a caldeira, por exemplo, é necessário que o trabalhador seja especializado, pois o serviço é arriscado. Mas aqui, além de não termos os cursos exigidos, muitas vezes não contamos com equipamentos simples, como máscara, abafadores de ouvido, luvas e botas”, declarou o manifestante.

Uma outra irregularidade lembrada pelo presidente do sindicato é a falta de manutenção em alguns equipamentos e a falta de placas de avisos nos locais onde há produtos tóxicos ou nocivos. “Há menos de um mês um balão de ácido explodiu. Felizmente não havia ninguém próximo ao local no momento”, disse.

Um fato inusitado ocorreu quando uma viatura da polícia militar chegou ao local, mas diante da manifestação pacífica a única atitude tomada foi o recolhimento de “miguelitos” — pregos colocados estrategicamente em batatinhas e espalhados com a intenção de furar pneus dos veículos que tentassem entrar na usina.

A empresa já possui uma série de denúncias e processos em andamentos na Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Ourinhos e no posto do Ministério do Trabalho em Campinas. Além da falta de pagamentos, a empresa responde por irregularidades de normas trabalhistas.

O presidente do sindicato afirmou que um advogado com experiência em causas trabalhistas de Bauru está sendo contratado para entrar com pedido de

falência da empresa junto ao Ministério do Trabalho em Campinas. “Perante a atual situação acreditamos que não há outra solução para essa usina”, justificou.

Os funcionários da empresa e o sindicato pretendem marcar para a próxima semana uma nova negociação com a empresa.

Na impossibilidade de acordo com a diretoria da empresa, alertam para a organização de novas manifestações.

Desde terça-feira, 13 (fev./2001), parte dos funcionários da Usina Sobar permanecem em greve em Espírito Santo do Turvo.

SOBAR ENFRENTA GREVE DE TRABALHADORES

“Mais de 100 funcionários da empresa paralisaram suas atividades nas duas últimas semanas, reivindicando pagamento de salários atrasados.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.050, p. 6, 20 mai. 2001.

Uma greve iniciada há duas semanas causou a paralisação no trabalho de mais de 100 funcionários da Destilaria Sobar, em Espírito Santo do Turvo.

Os funcionários reivindicavam o pagamento de salários referentes a dois meses e meio de trabalho, além do cumprimento de acordo fechado no Ministério do Trabalho de Marília.

Nos primeiros dias da greve, trabalhadores estiveram em frente da empresa para impedir a entrada de outros funcionários. Na última terça-feira, 15 (mai./2001), cerca de 80 funcionários promoveram manifestação no local. Eles colocaram cadeados nos portões e furaram pneus de veículos que tentavam entrar. Houve tentativa de incendiar parte dos canaviais.

A Polícia Militar foi chamada ao local pela empresa. Pelo menos dois sindicatos estão participando das negociações: o dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool de Ipaussu e região e o dos Motoristas.

“Além dos funcionários da empresa, há cerca de 100 trabalhadores rurais e motoristas na mesma situação”, afirmou José Carlos de Paula, presidente do

sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool de Ipaussu e Região.

O sindicato tem negociado com a empresa apenas quando a Justiça do Trabalho convoca as partes. “Por fora, não negociam”, afirmou.

A justificativa dos diretores da Sobar, segundo o sindicalista, é a falta de recursos financeiros. “Querem que o pessoal trabalhe mais dois meses, para gerar recursos e pagar os salários atrasados. Mas já retiraram duas safras e não aplicaram o dinheiro aqui”, criticou.

Segundo o sindicalista, no ano passado foram produzidos 85 milhões de litros de álcool na Sobar. Somente o pagamento de 25% dos salários atrasados e uma parcela do 13º, de acordo com José Carlos, somam cerca de R\$ 190 mil.

O sindicalista afirmou que a empresa convocou os trabalhadores para assinarem um abaixo-assinado excluindo o sindicato da negociação.

“Fizeram isso através de coação, dizendo que pagariam 25% do salário atrasado por semana. Agora, quando vão ao Ministério do Trabalho, apresentam o abaixo-assinado”, disse.

José Carlos ainda criticou a atitude da empresa de chamar a polícia durante a greve, classificando como “coação para inibir as manifestações”.

No final da última semana (mai./2001), parte dos trabalhadores suspendeu a greve e retornou ao serviço, mediante o pagamento de uma parcela dos valores.

Segundo o sindicalista, eles queriam o pagamento de pelo menos um dos salários atrasados. “A situação deles é tão desesperadora, que se pagassem apenas um mês, certamente eles voltariam a trabalhar”, disse José Carlos.

SOBAR É DISPUTADA NA JUSTIÇA POR EX-DONOS

“Empresas enfrentam batalhas judiciais por descumprimento de normas trabalhistas dois anos após ter sido vendida com uma série de dívidas.”

Fonte: **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 918, p. 10, 17 jun. 2001.

Os antigos proprietários da usina Sobar S.A. Álcool e Derivados, de Espírito Santo do Turvo, pretendem retomar a posse da empresa dois anos após a sua venda para o grupo PETROFORTE (Brasileiro Petróleo Ltda.). Um dos ex-sócios, Paulo Roberto Retz, entrou com ação na 3ª Vara de Justiça de Santa Cruz pedindo a anulação do contrato firmado em 2 de maio de 1999.

A principal alegação dos ex-donos da Sobar é o não cumprimento do acordo de compra e venda, principalmente no que diz respeito ao pagamento das parcelas tratadas. Os compradores teriam cumprido somente com o “sinal” do acordo e o princípio do pagamento, mas não saldaram o restante do valor.

Além de não pagarem pelo preço da empresa, os novos donos da Sobar também não cumpriram o acordo de saldarem às dívidas adquiridas no momento de compra da usina.

Os ex-proprietários da usina, Guy Alberto Retz e família, venderam a Sobar com sérios problemas financeiros. A família não conseguia administrar a dívida da empresa, que chegou a ser incluída na dívida ativa do Estado. Paulo Roberto Retz alega que sua família foi vítima de má-fé dos compradores, o grupo PETROFORTE.

Indícios -- A ação movida por Retz cita o envolvimento dos compradores da Usina Sobar com algumas empresas que estão sendo investigadas por crimes pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Outra irregularidade, mencionada na ação, é o fato dos compradores da Sobar terem feito a transferência de 84 veículos da usina, embora não pudessem fazer isso legalmente. Uma das empresas citadas como destinatária do acervo ativo da Sobar é a HSD Transportes Ltda.

Outra empresa investigada pela polícia e Ministério Público é a Transpin Transportes. Ela foi instituída por uma pessoa morta há 50 anos. Esse “fantasma” teria outorgado uma procuração em nome da PETROFORTE.

Além disso, o caseiro de um sítio de Ari Natalino da Silva, dono da PETROFORTE, teria uma empresa em seu nome com capital no valor de R\$ 1

milhão. O caso foi explorado pela imprensa nacional, com manchetes como: “Empresário e defunto fizeram reuniões”, “Polícia quer ouvir caseiro sobre sociedade com morto”, “Caseiro e defunto são sócios em distribuidora” e “Advogado que usa nome de defunto depõe na Justiça Federal”. O próprio superintendente da Sobar e dono da PETROFORTE, Ari Natalino da Silva, responde a 20 inquéritos policiais. Está sendo investigado pela CPI do roubo de cargas, que apura seu envolvimento com roubo, receptação, adulteração, produção ilegal de cigarros e falsidade ideológica.

Segundo apurações da Delegacia de Investigações Gerais de Ribeirão Preto, os proprietários da Sobar usaram o mesmo golpe na Usina Nova União; compraram mas não pagaram pelo valor do acordo. O “Jornal Nacional” da Rede Globo denunciou a “farra das liminares” investigada pela Polícia Federal, em que a PETROFORTE deixava de pagar R\$ 6 milhões em impostos.

A revista “Veja” também denunciou a sonegação da Petroforte com matéria intitulada: “Petróleo movido à Fraude — Distribuidor de combustível fez fortuna com sonegação e documentos falsificados”. Segundo a notificação ajuizada no fórum de Santa Cruz do Rio Pardo, a imprensa local e nacional divulgaram durante esses dois anos uma série de matérias que evidenciam a negligência dos administradores da Sobar. A usina chegou a ser acusada por sonegação fiscal, irregularidades trabalhistas e está sendo investigada por receptação de caminhões roubados. A reportagem procurou durante a última semana (jun./2001) o responsável por mover a ação judicial, Paulo Roberto Retz, em seu escritório em Bauru, mas foi informada de que ele encontrava-se em viagem. O prazo para contestação da ação movida por Retz está em andamento.

USINA SOBAR SOFRE INTERVENÇÃO JUDICIAL

Fonte: **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.116, p. 6, 25 ago. 2002.

Desde quarta-feira, 21 (ago./2002), a Sobar, usina de açúcar e álcool, e a Sobar Agropecuária, de Espírito Santo do Turvo, estão sob intervenção da Justiça do Trabalho.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, do Álcool e Farmacêutica, José Carlos de Paula, e o advoga do Luiz Antônio de Camargo, foram nomeados interventores pelo juiz da Vara Federal da Justiça do Trabalho de Ourinhos, Levi Rosa Thomé.

A intervenção foi solicitada, através de uma ação civil pública, pelo Ministério Público.

A causa da intervenção é o descumprimento de normas trabalhistas, como o depósito do fundo de garantia e o pagamento de salários dos funcionários em atividade e de outros que já deixaram a empresa.

O assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores Químicos do Estado de São Paulo, Maurício Leal, acredita haver mais de 300 ações trabalhistas contra a Sobar ajuizadas na Justiça Federal de Ourinhos.

Atualmente a empresa tem entre 1.200 e 1.500 funcionários trabalhando nos seus diversos setores. A maioria não recebe seus salários há mais de três meses.

“Isso criou uma instabilidade muito grande não só aos trabalhadores, pois o salário tem o caráter jurídico alimentar. A sua não regularidade afeta a saúde do trabalhador e dos familiares que dependem dele. Isto tem um impacto social bastante expressivo”, considerou Leal.

O assessor jurídico destacou ainda que a atuação do sindicato na mediação de acordos entre a Sobar e os seus funcionários ocorre há mais de um ano. Entretanto, todos os compromissos firmados com representantes da empresa não foram totalmente cumpridos.

“Como os pedidos da ação civil pública são muito consistentes em provas e o caso já tem um histórico bastante conhecido na região, a justiça acatou a solicitação de intervenção da Sobar”, concluiu Leal.

Inicialmente, a Sobar deverá ficar sob intervenção por três meses. Após este período, os interventores Paula e Camargo irão apresentar um relatório da situação econômica da empresa à Justiça, que poderá prorrogar a intervenção.

Paula declarou que sua primeira preocupação ao assumir a Sobar foi manter a empresa em funcionamento. Não houve cortes no processamento de álcool e de açúcar. Ao mesmo tempo, os interventores deverão tomar conhecimento preciso dos contratos da Sobar e a Sobar Agropecuária em relação aos fornecedores de peças, arrendamentos e prestadores de serviços. “Vamos renegociar os contratos e estabelecer prioridades de pagamentos, tanto para os que estão empregados quanto para os que já foram demitidos”, declarou o interventor e sindicalista José Carlos de Paula.

BANCO RURAL ASSUME BENS DA USINA SOBAR

Fonte: DAMACENO, E. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.148, p. 6, 6 abr. 2003.

Por força de uma determinação judicial, o Banco Rural Leasing Arrendamento Mercantil tomou posse na tarde de sexta-feira, 4 (abr./2003), da Usina Sobar S/A, de Espírito Santo do Turvo. O mandado de reintegração de posse foi expedido na tarde de quinta-feira, 3 (abr./2003), pelo juiz Antônio José Magdalena, da 2ª Vara Cível de Santa Cruz do Rio Pardo.

A empresa acumula dívida de R\$ 24,135 milhões junto à instituição financeira — valores não atualizados. A Sobar, ligada ao grupo PETROFORTE do empresário Ari Natalino da Silva, fez um arrendamento mercantil em agosto de 2000 com o banco, mas deixou de fazer os pagamentos.

Em maio do ano passado (2002), a Sobar e o Banco Rural assinaram um acordo. A usina havia se comprometido a pagar a dívida em 41 parcelas mensais até o ano de 2009. O acordo foi homologado por sentença judicial e previa que, em caso de descumprimento, o Banco Rural tomaria posse dos bens móveis e imóveis da Sobar — oferecidos como garantia.

Como a empresa não cumpriu o acordo, o Banco Rural assumiu a Sobar. O advogado do banco, Luiz Gilberto Bittar, esteve na empresa acompanhado por oficiais de justiça da 2ª Vara Cível de Santa Cruz do Rio Pardo.

O Banco Rural tem sede em Belo Horizonte-MG.

Desentendimento — Durante a retomada de posse, os funcionários permaneceram na usina em protesto. Eles exigiam que o Banco Rural se comprometesse a pagar a dívida trabalhista da empresa. A polícia foi acionada e compareceu no local para garantir a segurança. Houve um desentendimento entre funcionários e seguranças contratados para impedir que pessoas não autorizadas entrassem na Sobar. Ninguém ficou ferido nas manifestações.

No início da tarde, o advogado do banco afirmou que os trabalhadores teriam os direitos assegurados, mas a instituição não iria arcar com o passivo trabalhista.

“O banco não assume os encargos. Está assumindo a posse e posteriormente, se indicar uma terceira firma para adquirir a usina, essa sim vai responder pelos encargos. Os direitos trabalhistas estão sendo e serão sempre preservados”, declarou Bittar.

Os trabalhadores, entretanto, exigiam que o representante do Banco Rural assinasse um acordo se comprometendo a se responsabilizar pelas dívidas trabalhistas. Eles permaneceram protestando diante da empresa até que os advogados do banco entraram em acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêutica de Ipaussu.

Segundo o presidente do sindicato, José Carlos de Paula, o impasse teria sido resolvido no final da tarde, quando os advogados do banco teriam se comprometido em assumir os débitos trabalhistas dos funcionários.

O sindicalista afirma que foi marcada para a próxima semana (abr./2003) uma audiência na Vara da Justiça do Trabalho de Ourinhos. As partes envolvidas deverão discutir a situação dos trabalhadores.

A diretoria da empresa declarou ter sido apanhada de surpresa e pretende contestar judicialmente a reintegração de posse.

Durante a intervenção, o sindicato lacrou um tanque contendo 500 mil litros de álcool produzidos na empresa. Com a venda do produto, o sindicato pretende garantir o pagamento do salário deste mês (abr./2003) aos funcionários.

A Sobar possui aproximadamente 370 funcionários, entre os que trabalham na indústria e na agricultura.

A empresa pertence ao grupo PETROFORTE (Petróleo Brasileiro Ltda.), cujo proprietário, Ari Natalino da Silva, está preso em São Paulo, onde faz tratamento, de leucemia no Hospital Israelita Albert Einstein. Silva foi preso em 28 de março deste ano (2003) no próprio hospital e é acusado de lavagem de dinheiro e remessa ilegal para o exterior.

Reincidências — A Sobar já havia sofrido intervenção provisória em agosto do ano passado (2002), quando a Justiça do Trabalho de Ourinhos nomeou dois interventores para fazer um detalhado levantamento da situação contábil da empresa. Desde 1997, quando a Sobar foi vendida ao grupo PETROFORTE, a destilaria apresenta problemas financeiros e é acusada de não cumprir direitos trabalhistas, como constantes atrasos em salários, não-pagamento de rescisões contratuais, não-recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária.

A intervenção no ano passado (2002) durou menos de um mês. O grupo PETROFORTE voltou a assumir a empresa sob o compromisso de manter o pagamento a fornecedores, o salário dos funcionários e o passivo trabalhista. A dívida trabalhista da Sobar ultrapassa R\$ 40 milhões, de acordo com o Ministério Público de Bauru.

SOBAR E BANCO ASSINAM “TRÉGUA” DE 30 DIAS

Fonte: *Jornal Debate*, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.054, p. 6, 13 abr. 2003.

Representantes do Banco Rural Leasing, da Usina Sobar e funcionários da empresa assinaram na quarta-feira, 9 (abr./2003), um acordo de “trégua” de 30 dias. Nesse período, a empresa não irá funcionar, mas os trabalhadores terão seus empregos e salários garantidos.

O acordo foi firmado na Vara da Justiça do Trabalho de Ourinhos durante uma audiência conciliatória intermediada pelo juiz Levi Rosa Thomé.

Em 4 de abril o Banco Rural Leasing tomou posse da Usina Sobar com base numa ação de execução judicial expedida pela 2ª Vara Cível de Santa Cruz do Rio Pardo.

A usina não pagou um arrendamento mercantil feito junto à instituição financeira em agosto de 2000. A Sobar deve ao Banco Rural R\$ 24,135 milhões — valores não atualizados.

Durante a audiência conciliatória ficou estabelecido que os salários dos funcionários serão pagos com a venda de um tanque de álcool lacrado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Ipaussu no dia da reintegração de posse pelo Banco Rural.

Os advogados do grupo PETROFORTE, de Ari Natalino da Silva, questionaram a venda do álcool para o pagamento dos salários. Segundo eles, o produto já estaria comprometido e a usina teria recebido o dinheiro da venda.

Diante do impasse, os advogados obtiveram um prazo de dez dias para comprovarem a negociação do produto. Caso não seja possível vender o álcool, o Banco Rural se comprometeu a pagar os salários do mês de abril (2003).

Nos próximos 30 dias, os funcionários não irão precisar comparecer à empresa diariamente, mas deverão estar disponíveis para colaborar com serviços de manutenção no parque fabril. “Do ponto de vista do direito do trabalhador, é como se estivessem trabalhando, com a diferença de que vão ficar em casa e podem ser chamados para atuar na manutenção da Sobar. Não havia possibilidade de retomar a atividade da usina sem pôr em risco a própria vida dos trabalhadores”, declarou o procurador do Trabalho do Ministério Público de Bauru, José Fernando Ruiz Maturana.

Uma nova audiência na Justiça do Trabalho foi marcada para as 13h do dia 9 de maio (2003). Nessa nova reunião, a Sobar e o Banco Rural deverão apresentar empresas que devem arrendar ou comprar a Sobar.

“Eles devem apresentar uma empresa que dê garantias de crédito ao trabalhador. Caso isso não ocorra, não haverá acordo. Na hipótese de insucesso, o Ministério Público não descarta a possibilidade de questionar até mesmo a emissão da posse (ao banco) por que o que garante o pagamento do trabalhador é o bem”, disse o procurador do Trabalho. Maturana estima que a Sobar tenha uma dívida trabalhista superior a R\$ 40 milhões. “São mais de três mil ações trabalhistas na Justiça do Trabalho”, informou.

FUTURO DA SOBAR AINDA ESTÁ INDEFINIDO

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 1.153, p. 6, 11 mai. 2003.

Ao contrário do que era previsto, a reunião que ocorreu na tarde da última sexta-feira (09/05/2003) na Vara da Justiça do Trabalho em Ourinhos não serviu para definir qual empresa deve assumir a Usina de Álcool Sobar, de Espírito Santo do Turvo. Esse anúncio foi adiado para o dia 6 de junho (2003), data marcada para a próxima audiência.

Compareceram ao encontro representantes do Banco Rural Leasing Arrendamento Mercantil — cuja sede é em Belo Horizonte - MG — advogados do grupo PETROFORTE, proprietários da Sobar, uma comissão de funcionários e sindicalistas da categoria.

Advogados do Banco Rural anunciaram já terem uma empresa compradora para a Sobar, mas preferiram manter “sigilo comercial” até que o contrato seja assinado, o que deve ocorrer nesta semana. O anúncio oficial deverá ser feito na audiência do dia 5 de junho (2003) com a presença de representantes dos compradores.

Durante a reunião, também ficou definido que a empresa que comprar a Sobar deverá assumir todas as dívidas trabalhistas.

Como não há mais álcool para vender, o Banco Rural se comprometeu a fazer os pagamentos do mês de maio no início de junho (2003). A usina tem cerca de 500 funcionários e a folha de pagamento é de aproximadamente R\$ 380 mil.

O presidente do Sindicato das Indústrias Químicas e do Álcool de Ipaussu, José Carlos de Paula, pretende solicitar na audiência do dia 5 (mai./2003) que os proprietários da Sobar garantam estabilidade aos funcionários de um ano. “Os advogados do banco disseram que provavelmente a nova empresa irá demitir todos os funcionários e recontratar depois. Pode ocorrer também incentivo para que haja demissão voluntária. Eles garantiram, entretanto, que a firma irá se comprometer com a dívida trabalhista”, declarou Paula.

O sindicalista também informou que, até a próxima audiência judicial, uma comissão formada por trabalhadores permanece na empresa com objetivo de fiscalizar todas as ações na Sobar. “Para a próxima semana, deverão ser

contratadas pessoas para iniciar uma reforma no parque fabril da Sobar para que a usina volte a funcionar”, informou Paula.

Dívidas — Desde 4 de abril (2003) o Banco Rural tem a posse da usina autorizada judicialmente. A Sobar havia contraído uma dívida de aproximadamente R\$ 25 milhões com a instituição financeira. Em maio do ano passado (2002), a usina e o banco fizeram um acordo para saldar a dívida. Os bens da Sobar foram dados como garantia. Como a empresa não pagou as parcelas do acordo, o Banco Rural tomou posse dos bens.

O principal temor dos funcionários é com a garantia dos empregos e o pagamento do passivo trabalhista — superior a R\$ 40 milhões segundo estimativas do Ministério Público de Bauru.

ANEXO SEIS

ANEXO 6 – MODELOS DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS NAS AGROINDÚSTRIAS, SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DOS TRABALHADORES E FORNECEDORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DO SETOR SUCROALCOOLEIRO DO EDR DE OURINHOS



QUESTIONÁRIO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA NO EDR DE OURINHOS (SP)

1ª Parte _ Dados da Agroindústria

I. Qual o nome jurídico da Empresa? Qual o ano em que ela surgiu e como foi sua evolução histórica?

R.:

II. Como é constituída atualmente a Empresa (em relação ao grupo formador)? Quais são os outros setores de investimentos do grupo no EDR/Estado /Brasil?

R.:

III. Qual (is) foi (ram) o (s) motivo (s) que levaram o grupo à escolha deste local para implantar a agroindústria?

R.:

IV. Por que o grupo optou pela atividade da produção agroindustrial de açúcar e álcool no EDR? Qual foi a repercussão do PROÁLCOOL (após 1975) para as atividades da produção de açúcar e álcool na agroindústria e no EDR?

R.:

2ª parte_ Desenvolvimento e Modernização da Agroindústria

I. Quantos fornecedores tem a Usina/Destilaria ? De que municípios eles são?

R.:

II. A Usina/Destilaria faz parte de algum grupo ou associação agroindustrial do setor sucroalcooleira? Se fizer, quais são os benefícios obtidos?

R.:

3ª parte _ Política de Desenvolvimento Social da Agroindústria

I. Existe algum projeto social dentro da Empresa para incentivar ou valorizar o trabalhador? Se afirmativo, como funciona este projeto?

R.:

II. A Usina/Destilaria participa de alguma associação de classe ou sindicato regional? Quais são?

R.:

III. A Empresa acredita que os sindicatos dos trabalhadores rurais do EDR beneficia realmente os trabalhadores?

R.:

IV. Quais são as sugestões para um melhor relacionamento entre os trabalhadores rurais e as agroindústrias regionais?

R.:

V. Qual o perfil do profissional que as agroindústrias do EDR de Ourinhos esperam de seus funcionários?

R.:

VI. O que as agroindústrias sucroalcooleiras do EDR esperam como colaboração das escolas técnicas para aumentar a formação e capacitação dos futuros profissionais que trabalham nas usinas e destilarias que produzem açúcar e álcool?

R.:

VII. Espaço Livre (comentários, críticas, sugestões, etc.)

Fonte: (adaptado)

Ferreira, E. R. **A Formação da Região Canavieira de Araraquara: o Papel do Estado e das Agroindústrias do Açúcar e do Alcool no Processo de Organização do Espaço**. Rio Claro: IGCE/UNESP. 1987



**QUESTIONÁRIO SOBRE A ATUAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO
DOS SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E
SIMILARES NA ATIVIDADE SUCROALCOOLEIRA NO EDR
DE OURINHOS (SP)**

Roteiro para entrevista

1. Quando foi constituído este empreendimento? Qual o grupo que o administra?
Quais são as entidades de classe superiores que representam este empreendimento?

R.:

2. Quais os municípios do EDR de Ourinhos que são beneficiados pelo empreendimento?

R.:

3. Qual o número de fornecedores/trabalhadores que participam desta entidade?
Quais são as perspectivas quanto ao número de associados para os próximos anos?

R.:

4. Quais são os benefícios oferecidos aos associados?

R.:

5. Existe uma propaganda junto ao agricultor para informá-lo dos benefícios que eles podem usufruir ao se associar à esta entidade? Justifique sua resposta.

R.:

6. Qual a classificação jurídica desta instituição? Qual a sua razão social?

R.:

7. Existe finalidade lucrativa ou apenas social? Justifique sua resposta.

R.:

8. Existe alguma forma de negociação com os empresários agroindustriais sucroalcooleiros para melhorar a condição de vida do trabalhador/fornecedor (salários, benefícios, etc)? Se existe, cite alguns exemplos e as conquistas já realizadas.

R.:

9. Por que esta entidade decidiu se implantar nesta localidade?

R.:

10. Quais são as perspectivas nos próximos anos para a cana-de-açúcar e as agroindústrias sucroalcooleiras no EDR de Ourinhos?

R. :

11. Anexos:

I. Evolução do Número de Associados

PERÍODOS	NÚMERO DE ASSOCIADOS
1979/1980	
1980/1981	
1984/1985	
1985/1986	
1989/1990	
1990/1991	
1994/1995	
1995/1996	
1999/2000	
2000/2001	

II. Fotos, Mapas, Relatórios, etc.

ANEXO SETE

ANEXO 7 - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, de um lado o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE OURINHOS E ANEXOS, CGC/MF nº 54.710.751/0001-20, com sede na rua Rinkuro Suzuki, nº 60, Vila Marcante, no município de Ourinhos, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma estatutária pelo seu presidente Sr. Roque Fermino Marcelino, representando aqui os trabalhadores da categoria, e de outro lado a USINA SÃO LUIZ S.A., CGC/MF nº 53.408.860/0001-25, e Inscrição Estadual nº 49.5000.7901-7, pessoa jurídica de direito privado, doravante designada empregadora, neste ato representada na forma de seus contratos sociais, pelo seu Diretor Vice-Presidente Sr. João Luiz Quagliato Neto, que acordam nas formas dos artigos 611 e 615 da Consolidação das Leis do Trabalho, o seguinte Acordo Coletivo de Trabalho, que abrange os empregados da empregadora pertencentes à categoria, e que se regerá pelas disposições seguintes:

CLÁUSULA 1ª

Piso Salarial

O Piso salarial da Categoria dos Motoristas, Tratoristas, Operadores de Máquinas Colheitadeiras de Cana, Máquinas de Carregamento de Cana (Guincho), e outras Máquinas Agrícolas, à partir de 01/05/2004, passa à ser de **R\$ 406,86** por mês, **R\$ 13,57** por dia, e **R\$ 1,85** por hora.

A correção aplicada com o percentual único e negociado de **5,60%**, será estendida aos demais salários, ficando quitados todos os índices inflacionários do período anterior e eventuais direitos oriundos dos mesmos.

CLÁUSULA 2ª
Horas “In Itinere”

As partes estabelecem que as *Horas In Itinere* (itinerário da casa do trabalhador, até os locais de prestação de serviços e vice-versa) não são devidas, em virtude dos locais de serviços serem servidos por transporte público regular e de fácil acesso, independente do local onde resida.

CLÁUSULA 3ª
Admitidos após a data-base

Aos empregados admitidos após 01/05/04, será garantido o mesmo reajustamento da cláusula primeira até o limite do salário reajustado de empregado mais antigo, exercente da mesma função, admitido até 30/04/04.

CLÁUSULA 4ª
Horas extras

As horas extraordinárias serão remuneradas com acréscimo de **50%** (cinquenta por cento), em relação ao valor das horas normais.

CLÁUSULA 5ª
Adicional Noturno

A hora noturna, no horário das 22:00 hs, às 05:00 hs, será remunerada com adicional de **20%** (vinte por cento), a incidir sobre o valor da hora normal. A hora noturna será de 60 minutos.

CLÁUSULA 6ª
Repouso Semanal e Feriados

As horas trabalhadas em feriado ou em dias de repouso semanal serão remuneradas com acréscimo de **100%** (cem por cento) independente da remuneração do repouso, desde que não seja concedida folga compensatória, na semana subsequente.

CLÁUSULA 7ª
Atestados Médicos e Odontológicos

Serão aceitos pela empresa os atestados médicos expedidos por profissionais a serviço do Sindicato, desde que seja identificado o profissional e especificada a hora e a data de atendimento e o **CID** (Código Internacional de Doenças), e desde que sejam entregues em até 24 horas após o atendimento médico. Será obrigatoriamente observada a ordem preferencial dos atestados médicos, prevista em lei.

CLÁUSULA 8ª
Carteira de Trabalho

Será anotada na Carteira de Trabalho a função efetivamente exercida pelo empregado.

CLÁUSULA 9ª
Atestados de Afastamento e Salário

A empresa fornecerá as informações e documentos necessários para fins previdenciários, devidamente preenchidos, para os fins específicos, por ocasião das rescisões dos contratos de trabalho, quando solicitados pelo empregado.

CLÁUSULA 10ª

Carta Aviso

A empresa fornecerá carta-aviso quando da rescisão unilateral do contrato de trabalho, declinando as razões da dispensa, sob pena de gerar presunção de despedimento imotivado.

CLÁUSULA 11ª

Verbas Rescisórias

As verbas rescisórias incontroversas serão pagas nos prazos e na forma da lei.

CLÁUSULA 12ª

Pagamento dos Salários

O pagamento dos salários será feito até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês vencido, sob pena de multa equivalente a uma diária, em favor do empregado, por dia de atraso.

Parágrafo único: Fica autorizado e à critério da empregadora, efetuar os pagamentos dos vencimentos, nas formas de Crédito em Conta Corrente Bancária, ou, Crédito em Cartão Salário do funcionário.

CLÁUSULA 13ª
Equipamento de Segurança

Os equipamentos de segurança, quando necessários à execução dos serviços, serão fornecido gratuitamente pela empregadora.

Parágrafo único: A não devolução dos equipamentos por parte dos empregados, na Rescisão do Contrato de Trabalho ou por motivo de perda, implica na autorização automática do desconto em Folha, dos valores correspondentes.

CLÁUSULA 14ª
Intervalo Entre Jornadas

A empresa assegurará aos empregados intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas entre duas jornadas de trabalho.

CLÁUSULA 15ª
Moradia

A cessão gratuita de moradia e de sua infra-estrutura básica ao trabalhador, não tem natureza salarial e não integram o salário do trabalhador para qualquer efeito de direito.

CLÁUSULA 16ª
Comprovantes de Pagamento

Serão fornecidos a cada empregado comprovantes de pagamento com discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados, contendo a identificação do empregado e do empregador.

CLÁUSULA 17ª

Abrangência do Acordo

O acordo abrange todos os integrantes da categoria profissional representada, inclusive os trabalhadores não sindicalizados, e os que vierem à ser admitidos durante sua vigência.

CLÁUSULA 18ª

Multa

Fixação de multa no valor correspondente a 2% (dois por cento) do salário mínimo por infração e por empregado, no caso de violação das condições acordadas, com reversão do valor correspondente à parte prejudicada.

CLÁUSULA 19ª

Descontos Salariais

Os descontos salariais, em caso de furto, roubo ou quebra do veículo e avaria da carga, só serão admitidos se resultar configurada a culpa ou dolo do empregado, sendo que as despesas com a obtenção do Boletim de Ocorrência serão suportadas pela empregadora.

Parágrafo único: Na ocorrência de multas de trânsito, na atividade diária do funcionário, as empregadoras devem apresentar o auto de infração ao funcionário, e somente proceder ao desconto da mesma na folha de

pagamentos, após o resultado do recurso se interposto pelo empregado, ou quando do pagamento da multa.

CLÁUSULA 20ª

Movimento de Paralisação ou Greve

A entidade suscitante, representativa da categoria profissional assume compromisso expresso e formal de não promover nem fomentar movimentos de paralisação ou greve nas empresas, exceto em casos de descumprimento das cláusulas do presente acordo ou de leis vigentes e, assim mesmo, só após comunicar as transgressões, por escrito, às entidades suscitadas e desde que esgotadas as possibilidades de solução amigável.

CLÁUSULA 21ª

Funções Exercidas

Todos os empregados abrangidos por este acordo, se comprometem à executar outros serviços, se não houver serviços, por motivos de chuva, ou outros fatores, e a mando do empregador.

CLÁUSULA 22ª

Relações Sindicais

As partes acordantes, objetivando o equilíbrio social e a harmonia das relações sindicais e de empresa/empregado, se comprometem a fazer respeitar as cláusulas aqui pactuadas, buscando sempre, através de conversações e diálogo franco, a superação de problemas e eventuais conflitos durante a vigência deste acordo.

CLÁUSULA 23ª
Garantia de Salário do Substituto

Admitido empregado para a função de outro dispensado, sem justa causa, será garantido àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA 24ª
Jornada de Trabalho

Fica estabelecida a jornada de trabalho nas safras, em turnos fixos, no sistema de folgas à cada 04 ou 07 dias trabalhados, cujos horários são : das 06:00hs., às 14:20hs., das 14:20hs., às 22:30hs., e das 22:30hs., 06:00hs., sendo facultada a compensação de horas, acréscimos e reduções de jornadas, conforme critérios definidos entre as partes. Os turnos conforme as necessidades da empregadora, poderão ser de revezamento. Nas entressafras, fica estabelecida a jornada das 06:00hs., às 17:00hs., com 02:00hs., de intervalo.

Fica autorizado a remuneração de horas de refeição como extras, com adicional de 50%, nas atividades ininterruptas.

Para os motoristas que transportam trabalhadores, ficam estabelecidas as seguintes jornadas intermitentes:

Transporte de Trabalhadores da indústria: das 05:00hs., às 07:30hs., das 13:00hs., às 15:30hs., e das 21:30hs., às 23:30hs.

Transporte de Motoristas e Tratoristas: 1 turno das 05:00hs., às 07:30hs., e das 13:00hs., às 18:00hs. Outro turno das 15:00hs às 24:00hs.

Transporte de trabalhadores (Ônibus/cidade): das 05:00hs., às 07:30hs., e das 18:00hs., às 19:30hs.

Poderão ser adotados pelos empregadores, sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, conforme estabelece a Portaria nº: 1.120/95, do MTB.

CLÁUSULA 25ª
Desconto Alimentação

Fica autorizado ao empregador efetuar o desconto da alimentação fornecida aos empregados, nos termos e percentuais do Art. 458 da CLT, e Lei nº 3.030/56.

CLÁUSULA 26ª
Contribuição Assistencial

Será descontado dos salários dos empregados, associados ou não, a contribuição assistencial, instituída pela Assembléia Geral, equivalente à 4% (quatro por cento), sobre o salário base, nos meses de Junho/04 e Novembro/04, e, nos demais meses do ano o equivalente à 2% (dois por cento) sobre o salário base. Os valores arrecadados serão recolhidos em sua totalidade para o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Ourinhos e Anexos; através de guias próprias fornecidas pela Entidade Sindical Profissional, até o 15º (Décimo quinto) dia do mês subsequente ao dos descontos.

CLÁUSULA 27ª
Vigência do Acordo

O prazo de vigência do presente acordo é de 01 (um) ano, ou seja, com início em 01/05/2004, e término em 30/04/2005.

Por representar a livre manifestação da vontade das partes devidamente credenciadas para esse fim, firmam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, em 04 (quatro) vias de igual teor, para que produza os efeitos de direito, sendo que uma das vias será destinada à depósito, registro e arquivamento na Sub-Delegacia do Trabalho de Marília, Estado de São Paulo.

Ourinhos, 08 de Junho de 2.004.

**Sindicato dos Trabalhadores em Transportes
Rodoviários de Ourinhos e Anexos
Roque Fermino Marcelino - Presidente
CPF: 838.670.318-00
R.G: 8.964.375-6**

**Usina São Luiz S.A.
João Luiz Quagliato Neto – Dir. Vice Presidente
CPF: 013.402.048-00
R.G: 1.389.014**

ANEXO OITO

ANEXO 8 – CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS MIGRANTES NA CULTURA CANAVIEIRA E NAS AGROINDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS DO EDR DE OURINHOS

USINA DE IPAUSSU “IMPORTA” BÓIA-FRIA DE MINAS

“Motivo das contratações é porque a mão-de-obra mineira rende mais e aceita jornada de trabalho aos domingos.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 838, p. 5, 25 mai. 1997.

Cerca de 300 bóias-frias contratados no sul de Minas Gerais estão colhendo cana nas lavouras da Usina Açucareira São Francisco S.A., em Ipaussu.

Eles vieram de Veredinha, Turmalina e Papagaio, na região de Sete Lagoas (MG) e atuam em três frentes distribuídas pelas lavouras mantidas pela usina.

A viagem de ônibus entre aquela região e Ipaussu, num total de 600 quilômetros, durou 18 horas.

Atribui-se aos mineiros uma força de trabalho superior à paulista, embora os trabalhadores da região de Ipaussu estejam reagindo, treinando e recebendo assistência técnica patrocinada pela usina. Enquanto um mineiro consegue cortar entre 13 e 15 toneladas de cana-de-açúcar por dia, o paulista mantém uma média de 9 toneladas. Contudo, a mão-de-obra local, disponível em Ipaussu, é constituída também de mulheres e jovens até 17 anos, ao passo que a mineira tem somente homens.

Acostumados ao futebol e a outros lazeres de fim de semana, os mais jovens não querem cortar cana aos domingos, em cumprimento à jornada “5 por 1” adotada pela primeira vez pela empresa, como experiência.

Nesse ritmo, o trabalhador pode folgar no sexto. A direção da usina vê vantagens para ambos os lados. Em outras regiões canavieiras do Estado esse método já funciona.

Contratados por temporada, os mineiros alojam-se nos próprios dormitórios da usina, representando desta maneira maior segurança para o rendimento que empresa projeta para o biênio 1997/98.

Mão-de-obra mineira corta de 13 a 15 toneladas por dia - “Eles não brincam em serviço e muitos estão aqui pela terceira vez”, comentou o vereador Antonio Florindo (PMDB), intermediário de mão-de-obra para a Usina São Luís, de Ourinhos.

Florindo não vê desestímulo aos trabalhadores locais. “Preciso de 15 homens para completar duas turmas, e não estou encontrando. Por mim, podem trazer mais caminhões de mineiros que não haverá problema de colocação”, disse.

Segundo ele, outros setores buscam trabalhadores na região. “Uma empresa de Santa Cruz do Rio Pardo está recrutando serventes e pedreiros para obras em Praia Grande, no Litoral Paulista. Só em Ipaussu ela chamou 15 inscritos”, disse. No entanto, o vereador acredita que o aproveitamento do pessoal da região na colheita seria o ideal.

Apesar da presença mineira, a própria usina ainda dispõe de 150 vagas para a atual colheita, informou a sua direção. Por enquanto, não se fala em mecanização da colheita, o que já ocorre na região de Ribeirão Preto. Acredita-se que a modernização do setor eliminará, até o final deste ano (1997), aproximadamente 90 mil pessoas.

Estima-se que no final da safra, em dezembro (1997), o número de “importados” não ultrapasse 15% do total de cortadores.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Chavantes, Inocência dos Santos Costa, no cargo desde 1988, “a necessidade do emprego leva a pessoa a assinar documentos sem a leitura das normas estipuladas no contrato”. Isso, conforme explicou, deverá repercutir ainda nesta safra.

Inocência confirma ter recebido da usina um aviso sobre a jornada de seis semanas, mas atribui ao “desinteresse geral” a desinformação entre a classe. “Se o trabalhador trocar o seu dia de folga, perderá o direito à sua remuneração em dobro”, acrescentou.

Trabalhador quebrava até pedras de ardósia - A colheita começa diariamente às 6 horas, terminando às 16h20. Os trabalhadores recebem R\$ 13,50 por metro cúbico da cana de melhor qualidade.

O rendimento da cana varia entre 17 e 22 quilos por metro cúbico, alcançando até 30 Kg. A cana mais fraca pouco rende. Não passa de R\$ 0,09 o m³.

Os bóias-frias estão espalhados por 18 mil ha. de terras férteis, 12,5 mil dos quais arrendados de ex-cafeicultores. Há outros 6 mil ha. cultivados pela empresa.

A safra canavieira em Ipaussu vai até dezembro (1997), empregando mais de 600 pessoas. No ano passado a usina moeu 680 mil toneladas, prevendo para este ano 1,5 milhão. Sua capacidade de produção atinge 60 milhões de litros de álcool e 2,3 milhões de sacas (50 Kg) de açúcar.

Vicente Cordeiro de Oliveira, 30 anos, conta que a maioria dos mineiros já veio para a região em ocasiões anteriores. Ele explica a preferência da usina pela mão-de-obra trazida de seu estado: “O pessoal dá duro, sabe trabalhar bem”.

ANEXO NOVE

ANEXO 9 – O PROBLEMA DAS QUEIMADAS NOS CANAVIAIS DO EDR DE OURINHOS

PROMOTORES QUEREM O FIM DA FULIGEM NEGRA

“Três usinas estão sendo processadas pelo Ministério Público.”

Fonte: **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 692, p. 4, 24 jul. 1994.

Três usinas de álcool da região foram denunciadas pela promotoria pública da comarca de Santa Cruz do Rio Pardo como responsáveis pela fuligem negra que infesta várias cidades durante o período de queima da cana-de-açúcar. Os promotores Carlos Henrique Rinard e Vladimir Brega Filho impetraram na última sexta-feira 22 (jul./1994), uma ação contra a Usina São Luiz (Ourinhos), Sobar Agropecuária (Espírito Santo do Turvo) e Destilaria Archângelo (São Pedro do Turvo). Há um pedido de liminar para suspender imediatamente toda e qualquer queimada feita nesta região. A pena proposta pelos promotores, no caso de reincidência, é de 1.000 salários mínimos por hectare queimado.

O Ministério Público começou a estudar a problema da poluição atmosférica causada pela fuligem de queimadas em maio deste ano (1994), quando uma série de reclamações de donas-de-casa chegou ao DEBATE. Na época, a promotor Carlos Rinard constatou que há um decreto estadual autorizando a queimada a apenas um quilômetro da zona urbana, mas que confronta diretamente com a legislação federal que dispõe sobre poluição ambiental. Há vários anos a ocorrência de fuligem vem sendo denunciada pelo DEBATE. A nuvem negra acaba incomodando as moradores de praticamente todas as cidades da comarca e até de Ourinhos, mas dificilmente uma usina de álcool admite ser a causadora do problema.

Com base na legislação federal sobre poluição, o promotor Carlos Rinard pediu em maio (1994) um laudo sobre as queimadas na região à Polícia Florestal de Ourinhos e ao DPRN - Departamento de Proteção de Recursos Naturais - de Bauru. “Há fortes indícios de que estas três usinas denunciadas praticam a queimada”,

afirmou Rinard na última sexta-feira (22/07/1994), ao anunciar a ação civil pública contra as usinas São Luiz e Sobar e Destilaria Archângelo. Segunda ele, “há uma boa documentação sobre este caso”.

A ação dos dois promotores de Santa Cruz pedem ao juiz a suspensão imediata das queimadas e uma multa de 1.000 salários mínimos por hectare de cana-de-açúcar queimada, caso o pedido não seja atendido. O valor, entretanto, pode ser modificado pelo próprio juiz, se os argumentos da promotoria forem aceitos. “A lei não dá uma previsão legal sobre o valor, mas apenas estabelece que o juiz fixará uma multa que deve ser suficiente para ser obedecida a ordem judicial”, explicou Rinard.

O promotor também afirmou que recebeu os laudos solicitados à Polícia Florestal e ao DPRN, embora saliente que há outros documentos que deram sustentação ao processo. “Além daqueles laudos, há documentos comprovando que estas três usinas plantam cana na região de Santa Cruz do Rio Pardo. Existem, também, estudos feitos por especialistas que falam sobre a nocividade da queimada da cana-de-açúcar em relação ao meio ambiente”, explicou. Cópias destes estudos - de pesquisadores brasileiros que se dedicaram a estes estudos - foram anexados ao processo.

Nós estamos invocando leis federais e estaduais, que proíbem a liberação de poluentes na atmosfera”, disse Rinard. Ele também argumentou ao juiz sobre a existência do polêmico decreto - assinado pelo ex-governador Orestes Quércia (PMDB) - que autoriza a queimada a um quilômetro da zona rural: “Um decreto não pode prevalecer sobre a legislação estadual e federal”, garantiu Rinard.

Já há casos de vitória - Segundo o promotor, em algumas comarcas do estado de São Paulo ações semelhantes movidas pelo Ministério Público já conseguiram liminares que suspenderam imediatamente as queimadas nos canaviais, como Barra Bonita (onde está situada a maior usina de álcool do mundo), Sertãozinho e Matão. Numa delas, já houve até um recurso impetrado por uma usina junto ao Tribunal de Justiça, que manteve a proibição.

Como há pedido de liminar, a Justiça de Santa Cruz do Rio Pardo deve julgar rapidamente o pedido dos promotores Carlos Rinard e Vladimir Brega Filho. Por enquanto, a ação só vale para as três usinas denunciadas porque há documentos fortes em relação a estas empresas. “Se a liminar for concedida, nós pretendemos acionar a Polícia Florestal para fazer diligências em todos os imóveis rurais que

plantam cana na comarca de Santa Cruz”, disse Rinard. “Como esta operação é monstruosa, não havia justificativa técnica para incluir outras usinas na ação nesta primeira etapa”, disse o promotor. Isto não significa, entretanto, que o Ministério Público esteja duvidando dos próprios argumentos apresentados ao juiz. “Acreditamos que vamos obter a liminar. Se isto não ocorrer, vamos discutir no Tribunal”, antecipou o promotor Carlos Rinard.

USINA FAZ PRESSÃO PARA MANTER QUEIMADA

“Usineiros mobilizam cerca de 800 bóias-frias para impedir proibição de queimada de canaviais.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 752, p. 5, 17 set. 1995.

A Usina São Luiz, do grupo Quagliato mobilizou cerca de 800 bóias-frias para protestar na Câmara de Ourinhos contra a proposta do vereador Antonio Nunes (PSDB) de proibir a queimada da cana no município.

As imediações do prédio da Câmara foram tomadas por caminhões da Usina São Luiz e de ônibus de transporte de trabalhadores rurais na segunda-feira, 11 (set./1995).

A mobilização foi coordenada pelo genro de um dos sócios do grupo Quagliato, o engenheiro agrônomo Hugo Yoneda, e pelo vereador Edvaldo Lúcio Abel (PTB).

Um carro da Polícia Militar foi acionado pelos usineiros para escoltar a caravana de caminhões até a Câmara.

O projeto que pode proibir a queimada em Ourinhos não foi apresentado na Câmara. O vereador Antonio Nunes (PSDB) admitiu que pode até não apresentá-lo.

Ele disse que está propenso a liderar um movimento para colher assinaturas junto à população para pedir providências ao Ministério Público.

O vereador Edvaldo Lúcio Abel (PTB) — o “Vadinho” — disse que o maior prejudicado com o fim da queimada vai ser o trabalhador rural.

Segundo ele, um bóia-fria consegue ganhar em média três salários mínimos cortando a cana depois que é queimado o canavial.

Vadinho disse que se proibir a queimada a produção cai e aumenta o risco de acidentes de trabalho por picadas de cobras, aranhas, escorpiões etc.

O vereador petebista negou que os bóias-frias foram mobilizados pela usina.

Nunes usou a expressão “pau mandado” ao se referir à mobilização de trabalhadores pelos usineiros.

O Debate conversou com pelo menos oito trabalhadores rurais que admitiram que a ordem partiu da usina para protestar contra o vereador.

“O que o patrão mandar nós fazemos”, disse A.T.F. Ele pediu para não ser identificado por temer represálias dos patrões.

O protesto foi pacífico, sem nenhum incidente. Os bancos reservados ao público para assistir à sessão ficaram tomados pelos trabalhadores rurais.

Em alguns momentos da sessão, eles aplaudiram os pronunciamentos do vereador Vadinho, embora o regimento interno da Câmara proíba qualquer tipo de manifestação.

Por três vezes consecutivas o presidente da Câmara, Antonio Carlos Gregório (PPR), alertou os espectadores para não interromperem a sessão com aplausos e nem vaias.

Vadinho entregou um manifesto a cada um dos vereadores e um abaixo assinado de 1.000 trabalhadores. No documento, os bóias-frias afirmam que serão os mais prejudicados se a queimada de cana for proibida no município de Ourinhos.

Mecanização pode causar um desemprego em massa - Na região de Ourinhos, o corte de cana ainda é feito manualmente, mas na região de Ribeirão Preto já há usinas que usam máquinas.

Uma das conseqüências é o desemprego de bóias-frias. Para impedir o fim das queimadas nos canaviais, os usineiros ameaçam com a mecanização da cultura.

Uma máquina substitui o trabalho de 50 bóias-frias. O custo de cada uma está avaliada em cerca de R\$ 230 mil.

Na região de Ribeirão Preto, segundo um levantamento de uma associação de produtores de cana, seriam necessários US\$ 3,5 bilhões para mecanizar toda a cultura. A produção mundial de colheitadeiras é de 200 unidades/ano.

As usinas mais mecanizadas da região de Ribeirão Preto são a Usina da Pedra e a São Martinho. Cerca de 60% da produção é feita com máquinas. Apesar da mecanização, a mão-de-obra de bóias-frias é ainda usada no preparo da terra, no

plantio de mudas, aplicação de adubos e no carregamento de caminhões. Mas o número de trabalhadores cai cerca de 50% segundo levantamento recente na região.

USINEIROS PROMOVEM REUNIÃO PRÓ QUEIMADA

“Bóias-frias são recrutados para formar platéia em palestra realizada na Câmara de Ourinhos.”

Fonte: Jornal Debate, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 763, p. 7, 26 nov. 1995.

Um movimento em defesa da manutenção das queimadas de cana atraiu um público de cerca de 1.000 pessoas na quarta-feira (22/11/1995) na Câmara de Ourinhos.

O evento foi organizado pelo vereador Edvaldo Lúcio Abel (PTB), que preside uma Comissão de Assuntos Relevantes.

Para falar em defesa das queimadas foram convidados o engenheiro agrônomo Luiz Antonio Dias Pais e o juiz aposentado Rui Geraldo Camargo Vianna.

O plenário foi tomado por cerca de 900 trabalhadores rurais das usinas da região. A Usina São Luiz cedeu caminhões para o transporte de funcionários.

Os irmãos Roque, Fernando e “Xicão” Quagliato, o vice-prefeito Aldo Matachana Thomé e o comerciante Odair Alves da Silva (pai do prefeito) acompanharam a reunião.

Houve divergências dos usineiros com o vereador Antonio Nunes (PSDB) e Antonio Amaral (PT), secretário geral do PT.

O vereador Vadinho investiu contra os que defendem o fim das queimadas no município. O vereador do PTB não compareceu à reunião do dia 15 (nov./1995) na Câmara, quando esteve o deputado José Baccarin. No entanto, mandou filmar o encontro e ameaça processar os participantes que criticaram seus padrões.

Apesar das tentativas de discutir o assunto tecnicamente, o encontro foi pouco produtivo. O vice-prefeito Aldo Matachana Thomé (PFL) tentou minimizar a posição de Nunes contra as queimadas, ao dizer que entendia a posição idealista do

parlamentar. Aldo está interessado em ter o PSDB como aliado nas eleições do ano que vem, mas não escondeu que está junto com os usineiros.

Ele tentou explorar o problema que o município enfrenta com a falta d'água para atacar o prefeito Claury Santos Alves ao se referir sobre o problema da fuligem devido à queimada, mas foi imediatamente retrucado por Odair Alves da Silva.

O pai de Claury afirmou que a falta de água é um problema que a cidade enfrenta há 15 anos e vai ser resolvido no atual governo.

Para o suplente de vereador Antonio Amaral (PT), a comissão criada pela Câmara não é ética. "Quem foi nomeado para presidir essa comissão é justamente um funcionário da Usina São Luiz. Ele não pode presidir essa comissão, porque prepara eventos com convidados contratados para defender os interesses dos usineiros", afirmou Amaral.

O presidente da Câmara, Antonio Carlos Gregório (PPR), disse sexta-feira que se houve despesas com o pagamento de palestrantes não serão pagos com recursos do município.

Queimada esconde disputa política - A polêmica de proibir as queimadas nos canaviais esconde a surrada polarização política dos partidos conservadores e os de centro-esquerda.

Nas últimas eleições pelo menos oito prefeitos foram eleitos como apoio dos usineiros. Isso ficou explícito quando os irmãos Quagliato promoveram um churrasco para festejar a vitória. E a maioria dos governos vai mal.

Os usineiros sempre preferiram uma atuação discreta na política, quando rachavam seus apoios entre os vários candidatos, mas agora tudo indica que foram contaminados pela mosca azul do poder.

Curiosamente, quem está conturbando o caso é um dos seus maiores defensores. Afinal, se há uma pessoa que preferiu o confronto e provocou, pelo menos indiretamente, que o caso fosse levado ao Ministério Público, chama-se vereador Edvaldo Lúcio Abel (PTB), o Vadinho que não consegue ser discreto quando está em jogo os interesses de seus patrões.

Não teve habilidade para contornar o assunto na Câmara. Talvez exista o interesse de provocar celeuma para se mostrar útil aos seus patrões. Ou quem sabe é uma forma de viabilizar uma candidatura a prefeito na sucessão de Claury Santos que, ao que se sabe, enfrenta falta de candidato.

Mas vejamos onde ocorreu a falta de habilidade do vereador petebista. Quando surgiram as primeiras críticas contra as queimadas em canaviais, feitas pelo vereador Antonio Nunes (PSDB), o assunto foi abordado na tribuna da Câmara.

Mereceu pouco registro na imprensa ourinhense. Ia cair no esquecimento, como é comum nos assuntos abordados na palavra livre. Não havia projeto de lei municipal para proibir queimada e nem tampouco interesse de levar o assunto à esfera do Ministério Público. Isso o próprio Nunes admitiu na reunião promovida pelos usineiros nesta semana.

Uma articulação mal engendrada para lotar a Câmara com 1.000 bóias-frias, há dois meses (set./1995), fez com que o PSDB — em conjunto com o PT — se unissem. A trapalhada do vereador Edvaldo Lúcio Abel ainda não foi avaliada. Após aquela primeira reunião, não restou outra alternativa ao vereador Nunes a não ser levar o caso para o Ministério Público. A médio ou longo prazo, fatalmente será aberto inquérito civil.

Já há clima para isso. Desde quando a ação foi protocolada, o assunto já não abastecia mais a pauta dos jornais da região. Afinal não tinha nenhum fato novo a não ser as correntes contra e a favor da queimada.

Novamente, aparece em cena o vereador Vadinho insistindo em criar uma Comissão de Assuntos Relevantes para “estudar” o assunto na ótica dele. Os “contras” articularam a vinda do deputado José Baccarin (PT), que tem um projeto em tramitação na Assembléia prevendo o fim das queimadas a longo prazo.

Vadinho nem apareceu nesta reunião. O que lhe interessava era criar um fato político com uma outra palestra, cujas pessoas contratadas vieram apenas desempenhar seus papéis.

Criou-se uma comissão que, no fundo, é inócua. Não leva a nada. Apenas alimenta a polêmica. Não soluciona o assunto e só conturba.

A posição de neutralidade “discreta” dos usineiros, habilidosamente cultivada ao longo dos anos, acabou com a polarização política contra um partido (PSDB) que, hoje, tem o controle dos governos estadual e federal.

Isso pode criar clima favorável para eventuais retaliações (comuns no mundo da política). O que não é nada bom para os usineiros que, ao longo dos anos, não investiram para melhorar a imagem deles junto à opinião pública.

Há um ranço na população urbana que os vê como coronéis mandões e interesseiros. Pode até ser uma visão distorcida, mas o que esses empresários

fazem para melhorar a situação social de seus funcionários? Qual a contribuição aos municípios? Promoções de feiras agropecuárias onde são os favorecidos, ou briga em campos de futebol em final de campeonato amador. Está na hora dos usineiros deixarem suas posições típicas de coronéis e se modernizarem. Nunca é tarde. Participar mais dos interesses da sociedade. Afinal os hospitais clamam por ajuda, mas o que os usineiros fazem é enchê-los de mais doentes para usar o falido sistema de saúde público.

A discussão do problema da poluição vai acabar trazendo um outro à tona: os baixos salários dos bóias-frias. A média é de 1,5 a 2,5 mínimos, segundo informações do próprio sindicato.

Encher prédios de Câmara recrutando os próprios funcionários só cria um fato político artificial. E isso ficou bem evidente na última semana (nov./1995).

QUEIMADAS NA REGIÃO FICAM SEM FISCALIZAÇÃO

“Portaria permite a prisão de proprietários que infringem a lei, mas autoridades não assumem a responsabilidade de fiscalizar.”

Fonte: **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 961, p. 7, 12 set. 1999.

Um “desencontro” entre as autoridades da região pode deixar impunes os fazendeiros que fizerem queimadas em suas propriedades durante os próximos 60 dias (set.-out./1999), mesmo com a existência de uma portaria federal proibindo a prática.

A portaria do Ministério do Meio Ambiente publicada no Diário Oficial da União na segunda-feira, 6 (set./1999), suspende as queimadas em todo o país durante esse período — inclusive as que já foram autorizadas pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

De acordo com a portaria, proprietário ou empregado da fazenda onde houver queimada podem ser presos em flagrante. Os infratores também pagam multa de R\$ 4.950,00 e respondem a processos com base na Lei dos Crimes Ambientais, com pena de prisão de dois a quatro anos.

Apesar das severas punições, os realizadores de queimadas dificilmente serão autuados sem que haja denúncia de um cidadão. Dentre as várias repartições ligadas ao meio ambiente da região, não há definição sobre qual delas irá assumir a fiscalização de propriedades rurais na região de Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo.

O comandante da Polícia Florestal de Ourinhos, o sargento Christoni, afirmou que a corporação fiscaliza apenas áreas de preservação permanente. “Se um incêndio em um lugar desses acontecer em consequência da queimada em uma propriedade, aí sim, autuamos o dono”, explicou. O sargento informou que a fiscalização das fazendas seria de responsabilidade da Casa da Agricultura de cada município.

O secretário municipal de Agricultura de Santa Cruz do Rio Pardo, José Carlos Renóbio, afirmou que o órgão apenas concede autorização para que se faça a queimada em propriedades rurais. “Mas ultimamente não temos autorizado para nada. Quem garante que com esse ar seco o fogo não vai pular”, questionou.

Renóbio disse, porém, que o órgão nunca teve incumbência de fiscalizar as queimadas do município. “Quem faz isso geralmente é a Polícia Florestal”, afirmou.

O comandante da Polícia Florestal de Marília, o capitão Bezerra, afirmou que ainda não havia sido notificado sobre a portaria. “Não sei quais autoridades foram incumbidas da fiscalização”, explicou. Ele disse, porém que segundo leu nos jornais, a fiscalização provavelmente teria sido delegada ao IBAMA e à Polícia Federal.

No IBAMA de Assis, que é a base mais próxima, um funcionário que se identificou como James explicou que como a queimada já está regulamentada no estado de São Paulo pelo governador Mário Covas (PSDB), a fiscalização caberia a órgãos estaduais, como o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN) e a Polícia Florestal.

No DEPRN de Ourinhos, o engenheiro Antônio Augusto de Almeida explicou que na verdade, todos os órgãos ligados direta ou indiretamente ao meio ambiente podem tomar providências cabíveis no caso de queimadas durante o período. Ele acredita, porém, que a fiscalização seria incumbência da CETESB, já que a portaria foi baixada para evitar poluição do ar, no período seco.

Na CETESB de Marília, o engenheiro Paulo Wilson afirmou que o órgão realmente faz a autuação de infratores, mas quando recebe denúncias. “Não confirmou a informação de que somos responsáveis pela fiscalização das áreas”,

afirmou. O engenheiro disse que a CETESB de Marília não teria nem mesmo condições de fiscalizar os 60 municípios que abrange.

Fiscalização de queima de cana é precária - Até mesmo o engenheiro Paulo Wilson, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) de Marília, reconhece que a fiscalização da queima da palha da cana-de-açúcar na região é precária. “Temos seis técnicos para fiscalizar 60 municípios, sendo a maioria deles de lavoura de cana”, declarou o engenheiro da CETESB, Paulo Wilson.

Neste ano (1999), a queima da cana começou no final de abril. Durante o período, a fuligem incomoda bastante a população, que ainda tem dúvidas sobre as regras para a permissão da queimada.

O assunto foi abordado na última sessão da Câmara de Ourinhos. O vereador Vanderlei Marcante (PSB) requereu à Secretaria de Agricultura e Abastecimento da cidade solicitando informações sobre a fiscalização das queimadas de cana-de-açúcar no município. O engenheiro da CETESB explicou que antes do início da safra, no começo do ano, os plantadores e as usinas que recebem a cana são obrigados a informar ao Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN) sobre todas as plantações, dias e locais passíveis de haver a queima.

“Quando essa comunicação não é feita, a CETESB pode vistoriar a plantação e, se constatar a queima irregular, a empresa que recebe a cana é autuada”, informa Wilson. Em razão da falta de funcionários, a CETESB trabalha com as denúncias da população e acompanha as comunicações das queimas de cana feitas pelos plantadores.

“Em caso de denúncia, não é necessário que o técnico da CETESB flagre a queima. Se houver uma testemunha que dê indicações do local da queima irregular e dos responsáveis, o técnico poderá investigar”, orienta o engenheiro.

Quando é constatado queima irregular, a empresa responsável pode ser autuada com advertência ou multa, que varia de 5.001 a 10.000 UFESP (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo) — cerca de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil.